



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1697

Sexta-feira - 06 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Imbituba	194	São Domingos.....	454
Água Doce.....	2	Indaial	216	São João do Sul	454
Alto Bela Vista.....	7	Iomerê	224	São Joaquim	456
Antônio Carlos	8	Irineópolis	232	São José.....	457
Ascurra.....	9	Itá	274	São José do Cedro.....	467
Atalanta.....	15	Itaiópolis	275	São Lourenço do Oeste.....	468
Bela Vista do Toldo.....	16	Itapiranga	276	São Miguel da Boa Vista	476
Benedito Novo	20	Itapoá	279	São Miguel do Oeste.....	477
Biguaçu	23	Ituporanga	295	Schroeder.....	478
Blumenau	24	Joaçaba.....	296	Siderópolis.....	485
Bom Jesus do Oeste	34	Lages	300	Sombrio.....	498
Bom Retiro	34	Lauro Muller	302	Timbó	500
Braço do Trombudo.....	35	Lebon Regis	303	Três Barras	501
Brusque.....	36	Leoberto Leal.....	308	Treze Tílias	502
Caçador.....	40	Lindóia do Sul	312	Trombudo Central.....	505
Camboriú.....	53	Luzerna	323	Tunápolis.....	508
Campo Alegre	54	Mafra	325	Urussanga	511
Campos Novos	104	Maracajá	326	Videira.....	511
Canelinha	106	Maravilha.....	329	Vitor Meireles.....	513
Canoinhas.....	107	Meleiro	329	Xavantina	515
Capinzal	111	Modelo	330	Xaxim.....	518
Catanduas.....	113	Morro da Fumaça	335		
Caxambu do Sul.....	113	Navegantes.....	335	Associações	
Celso Ramos.....	114	Nova Trento	339	AMAVI.....	519
Chapadão do Lageado	115	Novo Horizonte	346		
Cocal do Sul.....	116	Orleans	347	Consórcios	
Concórdia	118	Ouro	351	AGIR	520
Coronel Freitas.....	119	Paial.....	353	CIMCATARINA.....	520
Coronel Martins.....	120	Palhoça	353	CIMVI.....	536
Correia Pinto.....	121	Palmitos	367	CIS Nordeste	537
Corupá	122	Passo de Torres.....	371	CIS/AMARP.....	540
Curitibanos	124	Passos Maia	372	Consórcio CISAMA.....	540
Doutor Pedrinho.....	126	Paulo Lopes	386		
Forquilha.....	128	Penha.....	387		
Fraiburgo.....	131	Peritiba.....	394		
Frei Rogério	138	Petrolândia	394		
Galvão.....	139	Pinheiro Preto	395		
Garopaba.....	142	Pomerode	397		
Garuva	146	Ponte Serrada	401		
Gaspar	147	Porto Belo.....	406		
Governador Celso Ramos	155	Porto União.....	422		
Grão Pará	156	Presidente Castello Branco.....	423		
Guaraciaba	158	Rio do Sul.....	423		
Guaramirim.....	158	Salto Veloso	442		
Guarujá do Sul	161	Santa Cecília	442		
Herval d'Oeste	188	Santa Rosa do Sul	443		
Ibiam	190	Santiago do Sul.....	443		
Ilhota	192	São Bento do Sul.....	445		
Imarui	193	São Carlos	453		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS 01/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2015
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 01/2015

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA CONFORME PROPOSTA Nº 10509952000113003 CONVENIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:30hs. do dia 24/03/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 03 de março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal Joao Paulo da Silva

Presidente da Comissão

Água Doce**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO****CONVOCAÇÃO**

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Elvira Maria Pazini, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Merendeira para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 05 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Elvira Maria Pazini

Recebido em ____/____/____

CONVOCAÇÃO**CONVOCAÇÃO**

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Robson Drun, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Operador de Máquinas para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 05 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Robson Drun

Recebido em ____/____/____

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2015**MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2015

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari e Cia LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório 8/2015 - Pregão Presencial 6/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, para o período até 30/08/2015.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 4.676,05 (Quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e cinco centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 30/08/2015.

DATA: 02/03/2015

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Município de Água

Doce e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2015

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado Central Zanatta Ltda.

PROCESSO: Processo Licitatório 8/2015 - Pregão Presencial 6/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, para o período até 30/08/2015.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 3.902,45 (Três mil novecentos e dois reais e quarenta e cinco centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 30/08/2015.

DATA: 02/03/2015

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Município de Água Doce e Adicir Zanatta pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO: Giordani Alimentos Ltda.

PROCESSO: Processo Licitatório 8/2015 - Pregão Presencial 6/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, para o período até 30/08/2015.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 4.779,20 (Quatro mil setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 30/08/2015.

DATA: 02/03/2015

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Município de Água Doce e Andressa Giordani Neris da Cruz pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO: Lucian & Cia Ltda.

PROCESSO: Processo Licitatório 8/2015 - Pregão Presencial 6/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, para o período até 30/08/2015.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 395,50 (Trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 30/08/2015.

DATA: 02/03/2015

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Município de Água Doce e Benjamin Lucian pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO: P.V. Alimentos & Transportes Ltda.

PROCESSO: Processo Licitatório 8/2015 - Pregão Presencial 6/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, para o período até 30/08/2015.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 415,14 (Quatrocentos e quinze reais e catorze centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 30/08/2015.

DATA: 02/03/2015

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Município de Água Doce e Mateus Delazeri pela contratada.

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº 095/2015 de 02 de março de 2015

“EXONERAR DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo em comissão de Coordenador do Sistema de Controle Interno, a servidora, Vera Lucia Daros Balestrin, brasileira, casada, inscrita sob CPF o nº 027.692.789-32, a partir de 02/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº 096/2015 de 02 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Coordenador do Sistema de Controle Interno, a servidora, Carmen Lucia Piccoli Nichetti, brasileira, inscrita sob CPF o nº 767.697.399-68, a partir de 02/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 097/2015

PORTARIA Nº 097/2015 de 02 de março de 2015

"RETORNA AO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Retornar ao Cargo de Técnico em Enfermagem, a servidora, Caroline Lampert, brasileira, inscrita sob CPF o nº 036.562.839-58, a partir de 02/03/2015, devido ter cessado a substituição temporária de Enfermeiro.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Conjunta nº 174/2014 de 12 de junho de 2014.

Prefeitura de Água Doce, 02 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 098/2015

PORTARIA Nº 098/2015 de 03 de março de 2015

"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Lourdes Teresinha Cordeiro, referente ao cargo em caráter temporário de Merendeira, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 099/2015

PORTARIA Nº 099/2015 de 03 de março de 2015

"EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Diretor do Departamento de Serviços Gerais, a servidora, Andreia Turra, brasileira, inscrita sob CPF o nº 036.818.329-78, a partir de 03/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 100/2015

PORTARIA Nº 100/2015 de 03 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE ENFERMEIRO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Enfermeiro, a servidora, Jéssica Reginato Garbo, inscrita no CPF sob o nº 018.602.290-50 a partir de 03/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de março de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101/2015 de 03 de março de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, a servidora, Sandy Cassia Mendes, inscrita no CPF sob o nº 089.453.839-05 a partir de 03/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de março de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº 102/2015 de 03 de março de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, a servidora, Rosane Salete Ansolin, inscrita no CPF sob o nº 915.435.849-34 a partir de 03/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de março de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103/2015 de 04 de março de 2015
"EXONERAR DO CARGO DE AGENTE COMUTÁRIO DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Agente Comunitária de Saúde, a servidora, DIRCE LUVISON DE FREITAS KUNZLER, brasileira, inscrita sob CPF o nº 068.832.869-50, a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº 104/2015 de 04 de março de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE DEFESA CIVIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Auxiliar de Defesa Civil, o servidor, Alan Dione Soster, inscrito no CPF sob o nº 035.656.179-85 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº 105/2015 de 04 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Terapeuta Ocupacional, a servidora, Thamires Schmitt, inscrito no CPF sob o nº 021.472.830-70 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 106/2015

PORTARIA Nº 106/2015 de 04 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 6º AO 9º ANO - CIÊNCIAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, a servidora, Patricia Aparecida de Matos da Silva, inscrito no CPF sob o nº 765.788.799-00 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 107/2015

PORTARIA Nº 107/2015 de 04 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Operador de Máquinas,

Valdir Leomar Totti, inscrito no CPF sob o nº 028.376.999-85 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 108/2015

PORTARIA Nº 108/2015 de 04 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, a servidora Suelyn Otilia Klassen, inscrito no CPF sob o nº 091.058.719-13 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 109/2015

PORTARIA Nº 109/2015 de 04 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Assistente Administrativo, a servidora Andreia Turra, inscrita no CPF sob o nº 036.818.329-78 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de março de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.003 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE ADMISSÃO DE CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder quinze (15) dias férias a Servidora Pública Municipal LARISSA RUVIARO, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário, lotada na Gerência de Saúde.

Art. 2º Período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, período de gozo de 05 a 19 de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 05 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

EXTRATO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO-TPNº001/2015

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de fiscalização de obras em andamento, elaboração de projetos e outros serviços e fiscalização de obra de Escola nova a ser edificada.

EXTRATO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o § 3, do art. 49, do citado diploma legal, torna-se pública a ANULAÇÃO do processo licitatório em referência, devido ao descumprimento ao Inciso III, do Art. 21 da Lei 8.666/93.

Isto posto, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para o direito ao contraditório e a ampla defesa a contar da data desta publicação.

Alto Bela Vista, SC, 03 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 030 DE 02 DE MARÇO DE 2015 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ELOI VITOR ROSSET, ocupante do cargo de MECÂNICO no período de quinze (15) dias, a contar de 18 de fevereiro a 04 de março de 2015, conforme atestado médico expedido em 27 de fevereiro de 2015 pelo Dr. Etson Patzlaff CREMSC 9319.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 18 de fevereiro à 04 de março de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 02 de Março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2015
Modalidade: PREGÃO nº 011/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de adubo químico, adubo orgânico e sementes de pastagem, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 08h50 horas, do dia 19 de março de 2015, em sessão pública, com abertura para as 9h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC) em 05 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****31º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014**

31º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 06/03/2015 a 05/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensinará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 06 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
14º	LEANDRO DEMERVAL PERES	1573

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
06º	VERA MONICA FABRIS SORATTO	1528

COMUNICADO PROCESSO SELETIVO N 001/2015
COMUNICADO PROCESSO SELETIVO 001/2015

A comissão do Processo Seletivo 001/2015, nomeada pela portaria nº. 072/2015, torna público que a prova de Assistente Social realizada no último dia 27/02/2015, foi cancelada pelos motivos expostos no parecer jurídico datado de 05/03/2015.

Assim, dando continuidade ao certame, ficam convocados todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida no cargo de Assistente Social para a realização de nova prova, que acontecerá no próximo dia 13/03/2015, às 14 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sito a Rua 6 de Novembro, nº. 210, bairro Centro, Antônio Carlos/SC.

Antônio Carlos, 05 de março de 2015.

Comissão processo seletivo 001/2015

DECRETO N 014/2015

DECRETO Nº 000014/15 de 2 de Março de 2015

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 29.446,80 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.1.002-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 29.446,80

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 29.446,80

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Março de 2015
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA PORTARIA 131/2015

EXTRATO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 131/2015, publicada no DOM de 03 de março de 2015, pág.07, Edição nº. 1694, houve erro de digitação quanto ao período aquisitivo da Férias.

Desta forma, comunica a todos interessados que:

onde se lê: "Art. 1º - " período aquisitivo de 03/05/2010 a 02/05/2015"

Leia-sê: "Art. 1º - "período aquisitivo de 03/05/2010 a 02/05/2011".

Antônio Carlos, 05 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA de PORTARIA Nº 131/2015.

Publicado em 05 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2014**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 116/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 055/2014 - Tomada de Preço 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Construtora De Ângelo Eireli EPP; Objeto: Aditar o prazo do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço GLOBAL, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, com área a ser construída em alvenaria de 572,84m², na Rua VI de Novembro, nº. 210, Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do SISMOB - Ministério da Saúde, via PAC2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos"; Prorrogado por mais 90 (noventa) dias. Prazo final 26 de maio de 2015.

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 147/2015

PORTARIA Nº 147/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, TAYNA SCHAPPO KREMER, do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 06 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 06 de março de 2015.

Ascurra**PREFEITURA****EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 01/2015
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RUA VER. JOSÉ MOSER – 2ª ETAPA**

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 01/2015
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
RUA VER. JOSÉ MOSER - 2ª ETAPA

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber aos interessados que foi efetuada a Pavimentação com Lajotas sextavada de concreto, drenagem pluvial, terraplanagem, sinalização e pintura, conforme projeto da RUA VER. JOSÉ MOSER - 2ª Etapa, Bairro Estação, neste município de Ascurra, com extensão de 512,00m.

1 - De acordo com o Artigo 448 da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008, torna público mediante este Edital o orçamento para pavimentação da Rua acima citada, cujo total da obra atinge a quantia de R\$ 447.931,03 (quatrocentos e quarenta e sete mil novecentos e trinta e um reais e três centavos).

A obra executada e incluída no orçamento acima compreende: MEMORIAL DESCRITIVO (Art. 449, I, a), da LC 0043/02), alterada pela LC 089, de 08/12/2008

1	Serviços preliminares
1.1	Locação da obra
1.2	Placa da obra
	tal do Item
2	Drenagem Pluvial
2.1	Escavação mecânica de valas p/ tubulação e boca de lobo
2.2	Tubos de concreto diâmetro 30cm e assentamento
2.3	Tubos de concreto diâmetro 40cm e assentamento
2.4	Tubos de concreto diâmetro 80cm (PS2) e assentamento
2.5	Tubos de concreto diâmetro 120cm (PS2) e assentamento
2.6	Caixa coletora em alvenaria para boca de lobo, grelha de concreto inclusa 34 x 58cm
2.7	Caixa de Visita em alvenaria com boca de lobo, tampa em concreto inclusa
2.8	Berço de brita 1 ou 2
2.9	Reaterro compactado
	do Item
3	Terraplanagem
3.1	Regularização e compactação do subleito
3.2	Carga, transporte e descarga de material solo (bota-fora)
3.3	Aterro (passeio)
	tal do Item
4	Pavimentação
4.1	Colchão areia de e=2cm (lastro p/ fechamento das juntas e espalhamento)
4.2	Pavimentação com lajota de concreto de 25 cm com espessura 8 cm, 35MPA, assentado sobre colchão de areia de 8 cm
4.3	Transporte de areia com caminhão basculante (distancia 10 km) m³ x km
4.4	Meio-fio pré moldado de concreto (80cm x 30cm x 12cm x 10cm)

4.5	Cinta de concreto (meio fio deitado)
	tal do Item
5	Sinalização
5.1	Placa de sinalização Vertical (completa com pedestal)
5.2	Pintura de meio fio

2. CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2013, Modalidade Tomada de preços p/obras e serviços de Engenharia (Art. 449, II, b, da LC 043/02, alterada pela LC 089, de 08/12/2008)

Serviços preliminares	Total
Locação da obra	1.932,92
Placa da obra	729,93
Total do Item	2.662,85
Drenagem Pluvial	
Escavação mecânica de valas p/ tubulação e boca de lobo	9.796,20
Tubos de concreto diâmetro 30cm e assentamento	3.742,96
Tubos de concreto diâmetro 40cm e assentamento	16.852,05
Tubos de concreto diâmetro 80cm (PS2) e assentamento	24.258,00
Tubos de concreto diâmetro 120cm (PS2) e assentamento	27.505,50
Caixa coletora em alvenaria p/ boca de lobo, grelha de concreto inclusa 34 x 58cm	34.606,54
Caixa de Visita em alvenaria com boca de lobo, tampa em concreto inclusa	4.465,36
Berço de brita 1 ou 2	5.603,69
Reaterro compactado	39.761,28
Total do Item	166.591,58
Terraplanagem	
Regularização e compactação do subleito	5.798,77
Carga, transporte e descarga de material solo (bota-fora)	912,98
Aterro (passeio)	6.771,60
Total do Item	13.483,35
Pavimentação	
Colchão areia de e=2cm (lastro p/ fechamento das juntas e espalhamento)	8.878,07
Pavimentação com lajota de concreto de 25 cm com espessura 8 cm, 35MPa, assentado sobre colchão de areia de 8 cm	215.829,25
Transporte de areia com caminhão basculante (distancia 10 km) m³ x km	4.318,23
Meio-fio pré-moldado de concreto (80cm x 30cm x 12cm x 10cm)	32.760,18
Cinta de concreto (meio fio deitado)	1.213,34
Total do Item	262.999,07
Sinalização	
Placa de sinalização Vertical (completa com pedestal)	973,24
Pintura de meio fio	1.220,94
Total do Item	2.194,18
TOTAL GERAL R\$	447.931,03
ÁREA TOTAL PAVIMENTADA	512,00 M

2.1 - Delimitação da Zona Beneficiada, conforme Art. 449, I, d, da LC 043/02, alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

Fica fixado como zona beneficiada pela obra pública ora descrita neste Edital, pelo lado direito a zona compreendida entre os

terrenos de propriedade do Sr. Silvino Stedile até o terreno de Município de Ascurra (Praça Municipal), totalizando a extensão de 511,46 metros e pelo lado esquerdo a zona compreendida entre o terreno de Paulino Possamai, até o terreno de Possamai & Cia, totalizando a extensão de 518,00m.

2.2 - Fator de Absorção, conforme Art. 449, I, e, da LC 043/02 e alterações.

A zona beneficiada terá um fator de absorção de 100% (cem por cento) do benefício advindo da valorização proporcionada pela obra pública descrita neste Edital.

3. A cada proprietário a seguir relacionado, caberá de acordo com o artigo 449, I, c, § 2º c/c o artigo 454 ambos da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008 as parcelas abaixo discriminadas*:

RUA VER. JOSÉ MOSER - LADO DIREITO

PROPRIETÁRIOS Cadastro Vao Vdo Vcm Imobiliário

Silvino Stedile	2120.2	495.757,50	503.088,83	7.331,33
João Senildo Garbari	4891.7	101.984,40	105.280,66	3.296,26
Dalfovo Agroindustrial	4791.0	3.935.702,60	3.941.442,60	5.740,03
Waldemar Franz	2112.1	143.533,60	150.732,32	7.198,72
Egon Franz	5283.3	79.321,20	81.973,36	2.652,16
Glaucia Sena Gomes das Neves	5282.5	73.655,40	76.118,12	2.462,72
José Augusto Vargas	2113.0	73.655,40	76.118,12	2.462,72
Bruno Valca-naia	2115.6	105.761,60	111.065,92	5.304,32
Moacir Moser	2118.0	113.316,00	118.999,20	5.683,20
Dalfovo Agroindustrial	3025.2	3.935.702,60	3.938.657,80	2.955,26
Construtora e Incorporadora Rosa Mendes	3075.9	381.497,20	387.544,12	6.046,92
Possamai & Cia Ltda	3077.5	1.323.228,70	1.335.760,10	12.531,46
Possamai & Cia Ltda	1697.7	526.636,11	534.192,87	7.556,76
Construtora e Incorporadora Rosa Mendes	5508.5	152.334,47	157.638,79	5.304,32
Maqmundi Automação Industrial	5510.7	68.008,48	70.850,08	2.841,60
Silvino Stedile	5511.5	67.989,60	71.210,08	3.220,48
TOTAL LADO DIREITO				82.588,26

RUA VER. JOSÉ MOSER - LADO ESQUERDO

PROPRIETÁRIOS Cadastro Vao Vdo Vcm Imobiliário

Paulino Possamai	1840.6	279.607,23	284.930,49	5.323,26
Arno Strey	1839.2	175.866,43	180.602,43	4.736,00
Indústria de Cerâmica Ascurra	1838.4	110.483,10	113.324,70	2.841,60

Dante Zonta ME	1846.5	2.544.888,50	2.566.295,20	21.406,72
Doralício Ferrari	1847.3	2.610.989,50	2.638.837,10	27.847,68
Possamai & Cia Ltda	1882.1	1.366.439,80	1.385.383,80	18.944,00
Possamai & Cia Ltda	5347.3	1.025.547,50	1.040.096,40	14.548,99
Possamai & Cia Ltda	1855.4	1.006.208,30	1.008.689,90	2.481,66
TOTAL LADO ESQUERDO				98.129,92

TOTAL DEVIDO P/ PROPRIETÁRIOS R\$		40,35%	180.718,18
PM ASCURRA			
- Acesso ruas (Frei Bruno Linden e Ver. Bino Moser)			
- Praça Municipal	3.031,04 11.271,68	3,19%	14.302,72
SUBTOTAL			195.020,90
DIFERENÇA CUSTEADA P/MUNICÍPIO		56,46%	252.910,13
TOTAL DO CUSTO DA OBRA		100%	447.931,03

4 SISTEMA DE PAGAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO

4.1 Pagamento a vista com 10% (dez por cento) de desconto ou em até 36 parcelas, conforme Artigo nº 462, § 1º da Lei Complementar nº 043/2003 de 10/12/2003, e alterações conforme Lei Complementar nº 143, de 20/12/2013.

5. DO PRAZO PARA RECLAMAÇÃO E/OU IMPUGNAÇÃO

5.1 De acordo com o artigo 449, II, da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008, os proprietários ou titulares dos imóveis acima relacionados, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, que servirá para o início do Processo Administrativo Fiscal, Art. 449, III da Lei Complementar 043, de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008.

6. As partes a serem rateadas pelos proprietários dos imóveis beneficiados com a pavimentação, devem ser lançados pelo setor competente, de acordo com o previsto no item 2, observadas e anotadas as alterações que porventura se fizerem necessárias, em face de reclamações ou erros de cálculos.

Município de Ascurra em, 02 de março de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital na forma Regulamentar,

Município de Ascurra em, 02 de março de 2015.
Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1402, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1402, de 27 de Fevereiro de 2015.

Autoriza Criação de Elemento de Despesa e Vínculo de Recurso.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1396, de 15/12/2014. Art. 1º - Cria modalidade de aplicação - 3171.00 e 44.71.00 - e vínculo de recurso -10.000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

07.001	SECRETARIA DE ADM. E PLANEJAMENTO
15.452.0030.2018	MANUTENÇÃO CONVÊNIO CONSÓRCIOS
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
10.000	Recursos Ordinários
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
10.000	Recursos Ordinários

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1403, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1403, de 27 de Fevereiro de 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro objetivando a realização do Projeto Despertar, das Oficinas de Artes, apresentações culturais no ano de 2015, promovidos através do Município Ascurra/SC.

Art. 2º - Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firmado pelo Município de Ascurra e Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro, anexo I.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA
002 ESPORTE E CULTURA
13.392.0060.2022 Manutenção de Atividades Culturais
30.00.0000.0000 Despesas Correntes
33.00.0000.0000 Outras Despesas Correntes
3339000000000000 Aplicações Diretas
Vínculo - 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

ANEXO I CONVÊNIO

Termo de Convênio firmado entre o Município de Ascurra e Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro do Município de Ascurra/SC.

Aos ____ de ____ de ____, O Município de Ascurra, situado na Rua Benjamin Constant, 221, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, doravante denominado simplesmente Município, neste ato representado pelo Sr. Moacir Polidoro, brasileiro, maior, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 293.339.209-78, residente e domiciliado nesta cidade de Ascurra/SC, na Rua Benjamin Constant, 174 e Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro, associação civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 79.358.628/0001-13, neste ato representada pelo Sr. Arão João da Silva - Presidente, doravante denominado de Sociedade, com sede e foro nesta cidade de Ascurra/SC, na Rua Angelo Depiné, n.º160, Centro, Ascurra - SC, neste ato representado por seu Presidente Arão João da Silva.

As partes acima nominadas têm justo e acertado o presente "Convênio" sob as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a cessão de uso pela Sociedade ao Município de Ascurra dos seguintes espaços:

I - 02 (duas) salas exclusivas para dar suporte aos Projetos "Musicalização" e "Revelando talentos através das artes plásticas"

II - as dependências do Salão de Festa e Palco para dar suporte às aulas de Dança de Rua/Teatro e Dança de Salão, inclusas no Projeto Despertar promovidos através de Município de Ascurra/SC.

CLAUSULA SEGUNDA - FINALIDADE E HORÁRIO

I - O presente Convênio tem por finalidade oferecer aos alunos das redes municipal, estadual e particular de ensino atividades extracurricular e público em geral nas áreas de Artes Plásticas e Instrumentos musicais;

II - Os horários de funcionamento:

a) Projeto Despertar nos períodos:

Segunda Feira: das 19h as 21h;

Terça Feira: das 07h e 30min as 21h;

Quarta Feira: 07h e 30min as 21h;

Quinta Feira: 07h e 30m as 21h;

b) Treino de Atletismo da associação Atlética Desportiva Ascurra nos períodos:

Segunda Feira: das 09h as 11h;

Terça Feira: das 14h as 15h e 30min;

Quarta Feira: das 09h as 11h.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

I - Compete ao Município:

- Estruturar e manter as salas de violão e artes plásticas;
- Reparar quaisquer danos causados ao patrimônio mediante comprovação que alunos dos projetos causaram;
- Usar para ensaios somente a luz das salas onde estão sendo aplicadas as atividades;
- Prestar atenção para que, ao término dos ensaios e oficinas, luzes não fiquem acesas ou torneiras escorrendo água;

II - Compete a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro: Disponibilizar os espaços mencionados na Cláusula Segunda, para a realização dos projetos acima descritos, como também, para os eventos realizados pelo município ligados a Secretaria da Educação e Cultura.

- Realizar a limpeza das salas

- Fornecer uma cópia das chaves das referidas salas ao diretor de cultura.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O município pagará a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro o valor de R\$18.000,00 (dezoito mil Reais), em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos Reais), no período de março à dezembro de 2015, que serão pagos até o dia dez (10) de cada mês.

CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

O presente convênio terá validade por 01 (um) ano, prorrogável por igual período se não houver manifestação em contrário pelas partes convenientes, a partir de sua assinatura, podendo ser rescindido, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, por qualquer uma das partes.

E por estarem assim justos e acordes, as partes assinam o Presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, perante as testemunhas abaixo, que também assinam.

Ascurra, 27 de fevereiro de 2015.

Claudio Alfredo Geske

Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural 7 de Setembro

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS: _____
CPF _____ CPF _____

LEI Nº 1404, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1404, de 27 de Fevereiro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, do Município de Rio do Oeste, deste Estado, objetivando a cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a pessoas idosas que serão encaminhados por este Município aquela entidade.

Art. 2º - O Município repassará a partir de março de 2015, 10 (dez) parcelas mensais, que será assim executado:

-Referente aos meses de janeiro a março/2015 - parcela de até R\$ 2.364,00

-Referente ao mês de abril/2015 - parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido,

-Referente ao mês de maio/2015 - parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido,

-Referente ao mês de junho/2015 - parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido,

-Referente ao mês de julho/2015 - parcela de até R\$788,00 - por

idoso atendido;

-Referente ao mês de agosto/2015 - parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido;

-Referente ao mês de setembro/2015- parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido;

-Referente ao mês de outubro/2015- parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido;

-Referente ao mês de novembro/2015- parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido;

-Referente ao mês de dezembro/2015- parcela de até R\$788,00 - por idoso atendido.

Art. 3º - O Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada deverá prestar contas ao Município de Ascurra, ao final de cada mês, encaminhando a este Município um relatório do qual conste o nome, a data de entrada e de eventual saída de cada um dos idosos encaminhados àquela instituição por este Município.

Art. 4º - Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firmado pelo Município de Ascurra e o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, anexo I.

Art. 5º - As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

09.001 - Fundo Municipal de Assistência Social.

08.244.0080.2020 - Atendimento a Terceira Idade

30.00.0000.0000 - Despesas Correntes

33.00.0000.0000 - Outras Despesas Correntes

33.50.0000.0000 - Transferência a Inst. Priv. sem fins lucrativos

10000 - Recursos Ordinários

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA E O INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONARIAS DE MARIA IMACULADA DA CIDADE DE RIO DO OESTE - SC.

O Município de Ascurra, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, situado à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Moacir Polidoro e o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, inscrita no CNPJ N.º 60.194.990/0010-69, situado a Av. Luiz Bertoldi, n. 585-A, Bairro Centro, Rio do Oeste - SC, neste ato representado por Denise Cristina da Silva, Diretora da Entidade, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio visa à cooperação financeira, por parte da municipalidade, em favor do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, o qual consistirá na execução do Projeto de atendimento à Pessoa Idosa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

A municipalidade repassará 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª referente aos meses de janeiro a março no valor de até R\$ 2.364,00 (dois mil trezentos e sessenta e quatro reais) e as demais no valor de até R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), por idoso atendido, a partir de abril de 2015 à conta do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, no Banco do Brasil, Agência Nº 2545-3, Conta Corrente Nº 10.260-1, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Rio do Oeste durante o mês.

Parágrafo Único - Os recursos destinam-se ao pagamento de folha de pagamento e manutenção (alimentação, material de limpeza, de higiene, vestuário, medicamentos e outros que se fizerem necessários).

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A municipalidade obriga-se:

1 - Contribuir financeiramente para a manutenção do projeto descrito na cláusula anterior;

2 - Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente contrato e examinar a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A Entidade Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada obriga-se:

1 - Executar diretamente ou indiretamente, o projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim;

2 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente contrato, para efeito de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o presente convênio, deverá ser entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal:

1 - Ofício de encaminhamento;

2 - balancete financeiro;

3 - Extrato de conta vinculada ao convênio;

4 - Relação de cheques e cancelados, se for o caso;

5 - cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio compreende o exercício de 2015 ou enquanto estiver abrigado algum idoso deste município, podendo ser reascendido ou aditado por qualquer das partes, caso não seja cumprido alguma cláusula do presente convênio, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da Execução do presente convênio.

E por estarem em acordo, assinam em duas vias o presente convênio, juntamente comas testemunhas abaixo.

Ascurra (SC) em, 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

DENISE CRISTINA DA SILVA

Presidente

Testemunhas:

Claudia Dalfovo
CPF 853.902.599-04

Janete T.F. Andreani
CPF 578.773.789-04

LEI Nº 1405, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1405, de 27 de Fevereiro de 2015.

Autoriza Criação de Elemento de Despesa e Vínculo de Recurso.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1396, de 15/12/2014. Art. 1º - Cria modalidade de aplicação - 3171.00 e vínculo de recurso -10.000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

03.001	SECRETARIA DE ADM. E PLANEJAMENTO
04.121.0100.2002	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRATIVA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
10.000	Recursos Ordinários

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1406, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1406, de 27 de Fevereiro de 2015.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ascurra a firmar convênio com o Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a Celebrar Convênio com Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, CNPJ nº 02.970.942/0001-28, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, neste município de Ascurra, para assegurar o repasse de recursos financeiros nos meses compreendidos entre março à dezembro do ano de 2015.

Art. 2º - O município repassará a quantia de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) no exercício de 2015, que será mensalmente assim executado;

Referente aos custos do mês de março/2015, parcela de R\$ 9.000,00;

- Referente aos custos do mês de abril/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de maio/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de junho /2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de julho/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de agosto/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de setembro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de outubro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de novembro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

- Referente aos custos do mês de dezembro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;

Parágrafo Único: Os recursos mencionados neste artigo serão transferidos a partir de março de 2015, à conta do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, na Agência nº 3239-5, Conta Corrente nº 666.888-7 - Banco Viacredi.

Art. 3º - A despesa prevista nessa Lei correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente:

à 0301 - Secretaria de Administração e Planejamento

- 04.121.0100-2003 -Contribuições Financeiras a Entidades

- 30000000 - Despesas Correntes

- 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

- 3350439900 - Outras Subvenções Sociais

- Vínculo - 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º - Os recursos repassados serão aplicados de acordo com as cláusulas previstas no convênio e conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 27 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

TERMO DE CONVÊNIO

O Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público, Inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Sob. nº 83.102.772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant nº 221, no bairro centro, nesta Cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste Ato representado pelo Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, eleitor, Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, no Bairro Centro, neste município de Ascurra, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE e do outro lado o CLUBE DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ASCURRA, inscrito no Cadastro de Geral de Contribuintes CGC Sob. Nº 02.970.942/0001.28, com sede na Rua Benjamin Constant, 221 nesta cidade de Ascurra Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente Sr PAULO SERGIO PAUL, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no cadastro de pessoas Físicas sob. 092.563.929-09, cédula de identidade 5.206.107, residente e domiciliado na Rua Indaial, 2550, Ilse, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, celebram entre si o presente convênio com vigência a partir da aprovação da Lei nº 1406 e com término em 30 de dezembro de 2015 conforme clausulas abaixo;

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO

O presente convênio tem por objetivo principal o repasse de recursos que será utilizado exclusivamente para o pagamento dos custos do transporte do município de Ascurra até as instituições de Ensino Superior e Profissionalizante.

CLAUSULA SEGUNDA - DA DURAÇÃO

O prazo de duração deste convênio passa a contar da data da assinatura até o dia 30 de dezembro de 2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O CONVENIENTE repassará os recursos no valor R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos Reais), que serão transferidos em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira até o dia 10 de março/2015 no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e demais parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), à conta do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, Agência nº 3239-5 - Banco Viacredi, Conta Corrente nº 666.888-7, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada da relação dos universitários beneficiados.

CLAUSULA QUARTA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO.

Prestação de contas será entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal.

CLAUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

Além das obrigações acima o CONVENIADO no ato da assinatura do presente convênio, deverá apresentar a documentação do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, Cópia do Estatuto, Certidão do Registro do Estatuto no cartório de registro de títulos e documentos, Cópia da Ata da Eleição da Última Diretoria, Ata de Posse.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O Presente convênio poderá ser rescindido:

- a) - Pelo não cumprimento das cláusulas previstas no convênio;
- b) - Por acordo entre as partes em qualquer tempo;
- c) - No interesse do município de Ascurra.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ascurra, para dirimir qualquer dúvida quanto o cumprimento do presente convênio.

Ascurra (SC), 27 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

CONVENIENTE

PAULO SERGIO PAUL

Presidente do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra

CONVENIADO

Atalanta

PREFEITURA

01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
ATALANTA - SC

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) no ano 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais Proteção Social Básica, proveniente do FEAS no ano 2014.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 24 de fevereiro de 2015.

Nádia E. A. Chiquett

Presidente CMAS

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONTRATOS FEVEREIRO 02/2015

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 016/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Nutriport Comercial Ltda, CNPJ 03.612.312/0004-97, Rua Judite Melo dos Santos, S/N, Centro, São José, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado a Creche Raios de Sol e Delfino Correa da Maia.

Valor: R\$ 1.122,00 (Um mil, cento e vinte e dois reais).

Data da assinatura: 03.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 017/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Julian Odachowski & Filhos Ltda EPP, CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado a Creche Raios de Sol e Delfino Correa da Maia.

Valor: R\$ 37.975,20 (Trinta e sete mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Data da assinatura: 03.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 018/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Cesar Luis Bora - ME, CNPJ 21.588.334/0001-06, Rua Getúlio Vargas, 233, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado a Creche Raios de Sol e Delfino Correa da Maia.

Valor: R\$ 47.196,10 (Quarenta e sete mil, cento e noventa e seis reais e dez centavos).

Data da assinatura: 03.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 019/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Frutas E Verduras Indiana Ltda EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado a Creche Raios de Sol e Delfino Correa da Maia.

Valor: R\$ 16.025,70 (Dezesseis mil vinte e cinco reais e setenta centavos).

Data da assinatura: 03.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 020/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: OI S.A, CNPJ 76.535.764/0001-43, Avenida Madre Benvenuta 2080, Itacorubi, Florianópolis, SC.

Objeto: Serviço Digitronco, Um Oi Digitronco - Franquia 4000/4000. Valor: R\$ 7.189,92 (Sete Mil Centro e Oitenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos).

Data da assinatura: 06.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 021/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: OI S.A, CNPJ 76.535.764/0001-43, Avenida Madre Benvenuta 2080, Itacorubi, Florianópolis, SC.

Objeto: Aquisição de dois links dedicado para internet, Velocidade 01 Mbps.

Valor: R\$ 18.167,04 (Dezoito mil cento e sessenta e sete reais e quatro centavos).

Data da assinatura: 06.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 022/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Comaso Construção Comércio E Indústria Ltda. - EPP, CNPJ 02.674.801/0001-68, Estrada Geral São Tomaz, s/nº, Rondinha, Papanduva, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de pedra brita tipo bica corrida.

Valor: R\$ 25.296,00 (vinte e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais).

Data da assinatura: 06.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 023/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Nilvea Regina Marcondes - ME., CNPJ 09.438.997/0001-30, Rua Eugênio de Souza, 515, sala 01, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição de uma central telefônica.

Valor: R\$ 5.582,50 (cinco mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 06.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 024/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Elmo Felicio, CNPJ 20.428.226/0001-03, Rua Augusto Kuchler, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de Cargas de Gás P13 para botijão de 13 Kg.

Valor: R\$11.000,00 (onze mil reais).

Data da assinatura: 13.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 025/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Janice Haas De Souza Castilho, CPF 937.972.909-00, localidade de Colônia Ouro Verde, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$16.895,90 (Dezesseis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 026/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Edson Tischler, CPF 038.191.569-76, localidade de Colônia Ouro Verde, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$ 7.749,40 (Sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 027/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Cleison Schiessl, CPF 079.834.319-29, localidade de Arroio Fundo, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$ 1.950,00 (Um mil, novecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 028/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Maricilda Nadroski Emiliano, CPF 015.100.199-52, localidade de Colônia Ouro Verde, interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$ 11.301,70 (Onze mil, trezentos e um reais e setenta centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 029/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Leandro Damaso Da Silveira, CPF 079.150.769-65, localidade de Arroio Fundo, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$ 5.503,20 (Cinco mil, quinhentos e três reais e vinte centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 030/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Rodrigo Damaso Da Silveira, CPF 060.740.239-30, localidade de Arroio Fundo, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado às Escolas e Creches Municipais.

Valor: R\$ 2.082,00 (Dois mil e oitenta e dois reais).

Data da assinatura: 19.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 031/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Modelo Pneus Ltda., CNPJ 94.510.682/0001-26, Rua Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, Bento Gonçalves, RS.

Objeto: Aquisição parcelada de pneus.

Valor: R\$ 6.656,00 (Seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais).

Data da assinatura: 25.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 032/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Retifica Do Alto Ltda-EPP, CNPJ 83.188.441/0001-96, Rua Major Vieira, nº1356, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição de Compra de Peças e Contratação de Serviços para Reforma de Motores dos veículos da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 50.962,00 (Cinquenta mil, novecentos e sessenta e dois reais).

Data da assinatura: 25.02.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 005/2015 - PREF - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 010/2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (gasolina comum e óleo diesel comum).

Data da assinatura: 09.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 006/2015 - PREF - Quinto Termo Aditivo ao Contrato Nº 062/2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, Bairro São Francisco, Bituruna, PR.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (supressão).

Data da assinatura: 09.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 007/2015 - PREF - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 010/2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (óleo diesel S10).

Data da assinatura: 26.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 002/2015-FMS.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Elmo Felicio, CNPJ 20.428.226/0001-03, Rua Augusto Kuchler, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: aquisição parcelada de Cargas de Gás P13 para botijão de 13 Kg.

Valor: R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais).

Data da assinatura: 13.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 002/2015 - FMS - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (gasolina comum e óleo diesel comum).

Data da assinatura: 09.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 003/2015 - FMS - Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (óleo diesel S10).

Data da assinatura: 26.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 002/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Cerâmica Ouro Da Terra Eireli - EPP, CNPJ 09.314.237/0001-11, Rua José Pereira do Vale, 1412, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto: Aquisição de materiais de construção, conforme descritivo abaixo, para implementação do Programa Meu Cantinho, do

Estado de Santa Catarina, conforme Convênio nº 2013TR004529. Valor: R\$ 34.918,74 (trinta e quatro mil, novecentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 04.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 003/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: OI S.A., CNPJ 76.535.764/0001-43, Avenida Madre Benvenuta, 2080, Itacorubi, Florianópolis, SC.

Objeto: Aquisição de um link dedicado para internet.

Valor: R\$ 9.083,52 (Nove mil, e oitenta e três reais cinquenta dois centavos).

Data da assinatura: 06.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 004/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Julian Odachowski & Filhos Ltda EPP, CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado ao Programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Valor: R\$ 15.268,60 (Quinze mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

Data da assinatura: 10.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 005/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Frutas E Verduras Indiana Ltda EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado ao Programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Valor: R\$ 4.953,15 (Quatro mil novecentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

Data da assinatura: 10.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 006/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Elmo Felicio, CNPJ 20.428.226/0001-03, Rua Augusto Kuchler, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Cargas de Gás P13 para botijão de 13 Kg.

Valor: R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

Data da assinatura: 13.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 007/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Edson Tischler, CPF 038.191.569-76, localidade de Colônia Ouro Verde, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado ao Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Valor: R\$ 427,20 (Quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 008/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Rodrigo Damaso Da Silveira, CPF 060.740.239-30, localidade de Arroio Fundo, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado ao Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Valor: R\$ 164,50 (Cento e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 009/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Janice Haas De Souza Castilho, CPF 937.972.909-00, localidade de Colônia Ouro Verde, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado ao Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Valor: R\$ 2.163,10 (Dois mil, cento e sessenta e três reais e dez centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 010/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Maricilda Nadroski Emiliano, CPF 015.100.199-52, localidade de Colônia Ouro Verde, interior de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado ao Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Valor: R\$ 398,70 (Trezentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 011/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Leandro Damaso Da Silveira, CPF 079.150.769-65, localidade de Arroio Fundo, no interior de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar, da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinado ao Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Valor: R\$ 288,30 (Duzentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

Data da assinatura: 19.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 001/2015 - FMAS - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (gasolina comum e óleo diesel comum).

Data da assinatura: 09.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 001/2015 -FMDR - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Bela Vista do Toldo, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Professor Alfredo Ludka, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (gasolina comum e óleo diesel comum).

Data da assinatura: 09.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 002/2015 -FMDR - Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Bela Vista do Toldo, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Professor Alfredo Ludka, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (óleo diesel S10).

Data da assinatura: 26.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 001/2015 -FMDC - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Defesa Civil Bela Vista do Toldo, CNPJ 16.917.906/0001-05, Rua Estanislau Schumann, 839, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (gasolina comum e óleo diesel comum).

Data da assinatura: 09.02.2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 002/2015 -FMDC - Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Defesa Civil Bela Vista do Toldo, CNPJ 16.917.906/0001-05, Rua Estanislau Schumann, 839, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor (óleo diesel S10).

Data da assinatura: 26.02.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015

Referente: Processo Licitatório nº 11/2015

Contratado: ROBERTO GNICH

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL BAIXO SANTA MARIA, RIBEIRÃO DAS CABRAS, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE ROBERTO GNICH, TENDO COMO OBJETO A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 17.336,00

Data Assinatura: 02/02/2015

Vigência: 02/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2015

Contratado: HELMUTH SCHAEFER

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE MADEIRA PARA ABRIGAMENTO DE PESSOA COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS

Valor Total Contratado: R\$ 1.500,00

Data Assinatura: 02/02/2015

Vigência: 02/02/2015 A 31/07/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2015

Referente: Processo Licitatório nº 12/2015

Contratado: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA CELSO RAMOS, Nº 4951, 2º PISO, CENTRO, BENEDITO NOVO, PARA INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E SALAS DE ATENDIMENTO PARA PSICOPEDAGOGIA E OUTRAS

Valor Total Contratado: R\$ 8.668,00

Data Assinatura: 02/02/2015

Vigência: 02/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015

Referente: Processo Licitatório nº 13/2015

Contratado: CONRAD TESKE

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA PEDRO MAUS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE CONRAD TESKE, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 10.010,00

Data Assinatura: 02/02/2015

Vigência: 02/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015

Referente: Processo Licitatório nº 16/2015

Contratada: GISELA SCHULZ (033.445.289-98)

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE GISELA SCHULZ, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 8.100,00

Data Assinatura: 06/02/2015

Vigência: 06/02/2015 A 31/07/2015

Benedito Novo, 11 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2015

Referente: Processo Licitatório nº 9/2015

Contratado: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA

Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 19.405,00

Data Assinatura: 10/02/2015

Vigência: 10/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 11 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015

Referente: Processo Licitatório nº 9/2015

Contratado: CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 19.248,90

Data Assinatura: 10/02/2015

Vigência: 10/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 11 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2015

Referente: Processo Licitatório nº 9/2015

Contratado: DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 55.417,35

Data Assinatura: 10/02/2015

Vigência: 10/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 11 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2015

Referente: Processo Licitatório nº 9/2015

Contratado: PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 33.824,70

Data Assinatura: 10/02/2015

Vigência: 10/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 11 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2015

Referente: Processo Licitatório nº 16/2015

Contratada: VILAND HENSCHER (604.217.039-20)

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, LADO DIREITO, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE GISELA SCHULZ, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 13.420,00

Data Assinatura: 10/02/2015

Vigência: 10/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015

Referente: Processo Licitatório nº 10/2015

Contratado: KESTRING GAS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE AGUA MINERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

Valor Total Contratado: R\$ 6.050,00

Data Assinatura: 12/02/2015

Vigência: 12/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2015

Referente: Processo Licitatório nº 10/2015

Contratado: IVETE DADAM ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GAS LIQUEFEITO DE PETRO-LEO - GLP PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

Valor Total Contratado: R\$ 12.140,00

Data Assinatura: 12/02/2015

Vigência: 12/02/2015 A 31/12/2015

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2015

Contratada: ALVINA GROSCH (687.159.949-53)

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE PES-SOA COM VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS

Valor Total Contratado: R\$ 900,00

Data Assinatura: 12/02/2015

Vigência: 12/02/2015 A 12/05/2015

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014

Referente: Processo Licitatório nº 77/2014

Contratado: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: REVISAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL S-10 E ETANOL) DEVIDO AO AUMENTO NA DISTRIBUIÇÃO

Data Assinatura: 02/02/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2014

Referente: Processo Licitatório nº 77/2014

Contratado: ZUMMCAR LTDA ME

Objeto: REVISAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) DEVIDO AO AUMENTO NA DISTRIBUIDORA

Data Assinatura: 06/02/2015

Benedito Novo, 06 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/2014

Referente: Processo Licitatório nº 45/2014

Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP

Objeto do Contrato: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA ATENDIMENTO A SERVIÇOS PÚBLICOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

Alteração: PRORROGAR PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO PARA ATÉ 13/04/2015

Data Assinatura: 10/02/2015

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2014

Referente: Processo Licitatório nº 27/2014

Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP

Objeto do Contrato: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE COBERTA E SANITÁRIOS NA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO LIBERDADE - CONVENIO MINISTÉRIO DO ESPORTE - CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

Alteração: PRORROGAR PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO PARA ATÉ 02/04/2015

Data Assinatura: 02/02/2015

Benedito Novo, 03 de fevereiro de 2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA POLICLÍNICA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, CEO E SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 09/03/2015, às 13h59min do dia 19/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 19/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (19/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (19/03/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 09/03/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 05 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 778/2015

PORTARIA nº 778 de 05 de março de 2015

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Solange Goulart de Souza, ocupante do cargo efetivo de Professor II (Ensino Fundamental), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Solange Goulart de Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor II (Ensino Fundamental), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7575.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 01/03/2015 a 01/03/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2015.

Biguaçu, 05 de março de 2015.

Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.345/2015

PORTARIA Nº 18.345, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
DESIGNA A PROFESSORA IRIA STEINER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ESCOLAR DA EBM "DUQUE DE CAXIAS" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando nº 404/2014 - Gabinete SEMED, de 21/01/2015, Resolve: DESIGNAR, a contar de 01 de janeiro de 2015, a Professora IRIA STEINER, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretora Escolar da EBM "Duque de Caxias", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, em substituição a CARLA KLEMM ROSEMANN, nomeada pela Portaria nº 16.460, de 14 de dezembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de janeiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 28/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 28/2015
DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

SUZANA MARA PASSOLD, Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 25/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP Resolve: DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Kelly Cristina Fischer Armelin	698	Agente Administrativo	Departamento de Trânsito	16/01/2015

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.
SUZANA MARA PASSOLD
Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 29/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 29/2015
CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL JOSELAINE MALBURG.

SUZANA MARA PASSOLD, Diretora-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve: CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, conceder a servidora pública municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Joselaine Malburg	11/2015	27.01.2015

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.
SUZANA MARA PASSOLD
Diretora Presidente

PORTARIA Nº 30/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 30/2015
CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

SUZANA MARA PASSOLD, Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, Resolve: CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
393	Jailson Rogério Candido	Guarda de Trânsito	D	GF	28/01/2015
194	Norma Wanka	Servente de Serviços Gerais	B	GO	19/01/2015
346	Zair de Souza	Guarda de Trânsito	F	GF	20/01/2015

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.
SUZANA MARA PASSOLD
Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 31/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 31/2015
CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL DANIELA CLAUDIA PEREIRA SODERSTROM.

SUZANA MARA PASSOLD, Diretora-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve: CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, conceder a servidora pública municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Daniela Cludia Pereira Soderstrom	13/2015	30.01.2015

Blumenau, 05 de fevereiro de 2015.

SUZANA MARA PASSOLD

Diretora Presidente

PORTARIA Nº 32/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 32/2015

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

SUZANA MARA PASSOLD Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME PROCESSO DATA PROCESSO

Joni Machado 12/2015 23.01.2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23 de janeiro de 2015.

Blumenau (SC), 05 de fevereiro de 2015.

SUZANA MARA PASSOLD

Diretora Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 33/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 33/2015

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com fundamento nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais, abaixo especificados:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
490	Antonio Gilmar Rosa da Silva	Agente de Vigilância	C	GO	04/02/2015
448	Bernardo Arão Eger	Guarda de Trânsito	D	GF	26/02/2015
81	Cleusa Aparecida Farias	Agente Administrativo	I	GF	10/02/2015

533	Fabiano Correia	Fiscal de Serviços Públicos	I	GF	28/02/2015
477	Jeferson de Ávila Gomes	Guarda de Trânsito	D	GF	25/02/2015
243	Joselaine Malburg	Agente Administrativo	D	GF	27/02/2015
698	Kelly Cristina Fischer Armelin	Agente Administrativo	B	GF	16/01/2015
475	Laert Leite Junior	Fiscal de Serviços Públicos	I	GF	09/02/2015
532	Leonel Luiz da Cunha Junior	Fiscal de Serviços Públicos	I	GF	04/02/2015
103	Luciana Grah	Monitor de Área Azul	I	GF	16/02/2015
60	Magali Rosane Werner Mohr	Monitor de Área Azul	I	GF	17/02/2015
78	Maria Cristina Geraldo	Monitor de Área Azul	I	GF	02/02/2015
191	Nivaldo Cestari	Motorista	D	GO	14/02/2015
501	Orlandina Schmitt	Fiscal de Serviços Públicos	I	GF	25/02/2015
365	Valentim Carlos Antunes	Guarda de Trânsito	D	GF	23/02/2015
472	Volnei do Nascimento	Agente Administrativo	D	GF	13/02/2015

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 34/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 34/2015

PRORROGA AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PAULO RUARO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703/2009, e com fundamento no artigo 22, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

PRORROGAR O AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO ESTABELECIDO PELA PORTARIA Nº 194/2011, REFERENTE AO SERVIDOR ABAIXO ESPECIFICADO:

NOME	PROCESSO	PERÍODO
PAULO RUARO	30/2015	01/01/2015 a 31/12/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de janeiro de 2015.

Blumenau(SC), 13 de fevereiro de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 35/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 35/2015

ESTABELECE REGIME DE PLANTÃO NOS DIAS CONSIDERADOS "PONTO FACULTATIVO" NO SETERB

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com fundamento no art. 2º do Decreto Municipal nº 10.447, de 01 de outubro de 2014, Resolve:

ESTABELECE REGIME DE PLANTÃO NOS DIAS CONSIDERADOS "PONTO FACULTATIVO" NO SETERB, conforme abaixo especifica-
do:

As atividades exercidas pelos ocupantes do cargo de provimento efetivo de GUARDA DE TRÂNSITO e FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS são consideradas atividades essenciais da Autarquia, não podendo ocorrer interrupção na prestação de tais serviços.

Os servidores acima especificados trabalharão em regime de plantão, conforme as escalas estabelecidas pela chefia imediata.

As disposições desta Portaria se aplicam aos pontos facultativos dos dias 16 de fevereiro de 2015 e 13 de outubro de 2015.

CUMPRASE.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 36/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 36/2015

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 1º semestre do ano de 2015:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Cristiane Vieira Comicholi	Agente Administrativo	Negócios Imobiliários	UNIASSELVI	28

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.02.04.122.0002.2213 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 - Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16 de janeiro de 2015.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 37/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 37/2015

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal:

Nome	Decênio	Nº Processo
Laert Leite Junior	2004/2014	34/2015

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 20 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 38/2015 - SETERB

PORTARIA N. 38/2015

DETERMINA A IMPLANTAÇÃO DE SEMÁFORO NA INTERSECÇÃO DA RUA GUILHERME SCHARF COM A RUA GUSTAVO ZIMMERMANN.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

DETERMINAR

A implantação de semáforo na intersecção (cruzamento) da rua Guilherme Scharf com a rua Gustavo Zimmermann. Funcionando com sinal vermelho intermitente no período compreendido entre 00:00 e 05:00 horas.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 02 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 39/2015 - SETERB

PORTARIA N. 39/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL FABIO CAMPOS DA SILVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRÂNSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº

660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal FABIO CAMPOS DA SILVA do cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 40/2015 - SETERB

PORTARIA N. 40/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL SERGIO ANTONIO MARTINEZ JUNIOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DA GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:
CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal SERGIO ANTONIO MARTINEZ JUNIOR do cargo de provimento em comissão de Gerente da Guarda de Transito.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 41/2015 - SETERB

PORTARIA N. 41/2015

NOMEIA LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRÂNSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:
NOMEAR,

de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito, símbolo CC-2, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.8, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 42/2015 - SETERB

PORTARIA N. 42/2015

NOMEIA ALLAN LEONARDO VIEIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DA GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:
NOMEAR,

de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

ALLAN LEONARDO VIEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente da Guarda de Transito, símbolo CC-3, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.8, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 43/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 43/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR JULIO CESAR PEREIRA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, Resolve:
REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor JULIO CESAR PEREIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Chefe da Guarda de Trânsito, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 44/2015 - SETERB

PORTARIA N. 44/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR SERGIO ANTONIO MARTINEZ JUNIOR.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, Resolve:

CONCEDER

Função Gratificada de Confiança ao servidor SERGIO ANTONIO MARTINEZ JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Chefe de Trânsito, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 05 de março de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 612/2014 - FURB

PORTARIA Nº 612/2014, DE 5 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Joelma Luciola.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

JOELMA LUCIOLI

cadastro funcional nº 8299, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Medicina Veterinária, para participar do I Simpósio de Patologia Clínica Veterinária LACVET/UFRGS, em Porto Alegre - RS, no período de 30 de maio a 1º de junho de 2014.

Blumenau, 5 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 613/2014 - FURB

PORTARIA Nº 613/2014, DE 5 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Gelci Rostirolla.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

GELCI ROSTIROLLA

cadastro funcional nº 3084, ocupante do cargo de Bibliotecário, lotada na Biblioteca Universitária, para participar de (o): a)

I SINPRED - Seminário Internacional de Preservação Digital e III Encontro Nacional da Rede Cariniana, em Brasília - DF, no período de 7 a 9 de maio de 2014 e b) visita técnica na Biblioteca Central e IV Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria - EBBC, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em Recife - PE, no período de 12 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 5 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 614/2014 - FURB

PORTARIA Nº 614/2014, DE 5 DE MAIO DE 2014

Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 037/2014 - CPCM, de 30 de abril de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Márcio Cristiano de Souza Rastelli	52,82	PQ05	14/3/2014
Marcus Vinicius Marques de Moraes	69,22	PQ06	12/5/2014
Sérgio Adam Mendonça	51,88	PQ05	14/3/2014

Blumenau, 5 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 615/2014 - FURB

PORTARIA Nº 615/2014, DE 5 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Léia Viviane Fontoura.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

LÉIA VIVIANE FONTOURA

cadastro funcional nº 4468, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Psicologia, a contar de 1º de abril de 2014.

Blumenau, 5 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 616/2014 - FURB

PORTARIA Nº 616/2014, DE 6 DE MAIO DE 2014

Designa, em substituição, integrante da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - COPERA-PDI da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do MEMORANDO Nº 031/2014/ETEVI, de 5 de maio de 2014, oriundo da Direção da Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI, DESIGNA a Professora

ANA MARIA BARRERA CONRAD SACKL

para, em substituição à Professora Vera Regina Dalri, designada pela Portaria nº 1.102/2012, de 15 de outubro de 2012, integrar a COPERA-PDI da FURB, na condição de representante da Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI.

Blumenau, 6 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 617/2014 - FURB

PORTARIA Nº 617/2014, DE 6 DE MAIO DE 2014

Atribui responsabilidades ao Servidor André Freitas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 062/2014/DEQ, de 5 de maio de 2014, oriundo da Chefia do Departamento de Engenharia Química, ATRIBUI responsabilidades ao Servidor

ANDRÉ FREITAS

para responder, no âmbito do Departamento de Engenharia Química, pelos:

- a) relatórios de ensaios emitidos pelo Laboratório de Ensaios de Microbiologia;
- b) relatórios de ensaios emitidos pelo Laboratório de Ensaios de Química; e
- c) relatórios de ensaios físico-químicos de óleos realizados pelo Laboratório de Engenharia Elétrica.

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 260/2013, de 7 de maio de 2013.

Blumenau, 6 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 618/2014 - FURB

PORTARIA Nº 618/2014, DE 6 DE MAIO DE 2014

Concede afastamento para capacitação, sem prejuízo de seus vencimentos, à Servidora Ana Lúcia de Carvalho Rosa Pascoli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 1º, § 1º, e demais disposições da Resolução FURB nº 011/2014, de 27 de fevereiro de 2014, CONCEDE AFASTAMENTO PARA CAPACITAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE SEUS VENCIMENTOS, à Servidora

ANA LÚCIA DE CARVALHO ROSA PASCOLI

cadastro funcional nº 8298, ocupante do cargo de Professor

Universitário, lotada no Departamento de Medicina Veterinária, para cursar Doutorado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Cirurgia Veterinária, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, com carga horária semanal de 40 horas-aula, no período de 10 de julho de 2014 a 9 de julho de 2015.

Blumenau, 6 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 619/2014 - FURB

PORTARIA Nº 619/2014, DE 7 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Jonathan César Nazário.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

JONATHAN CÉSAR NAZÁRIO

cadastro funcional nº 4272, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Divisão de Administração do Campus, a contar de 6 de maio de 2014.

Blumenau, 7 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 620/2014 - FURB

PORTARIA Nº 620/2014, DE 7 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Clóvis Reis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

CLÓVIS REIS

cadastro funcional nº 2569, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Comunicação, para participar do II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, em Chapecó - SC, no período de 14 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 7 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 621/2014 - FURB

PORTARIA Nº 621/2014, DE 7 DE MAIO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Ailton Cardoso.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO - 02 (dois) dias -, nos dias 15 e 16 de maio de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2008, ao Servidor

AILTON CARDOSO

cadastro funcional nº 1521, ocupante do cargo de Químico, lotado

no Mestrado Engenharia Ambiental.

Blumenau, 7 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 622/2014 - FURB

PORTARIA Nº 622/2014, DE 7 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Ernani Tiaraju de Santa Helena.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ERNANI TIARAJU DE SANTA HELENA

cadastro funcional nº 4217, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina, para participar de banca examinadora de defesa de tese, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em São Luiz - MA, no período de 14 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 7 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 623/2014 - FURB

PORTARIA Nº 623/2014, DE 7 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Leonir Martins Pereira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

LEONIR MARTINS PEREIRA

cadastro funcional nº 3238, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Políticas Educacionais, para participar de expedição científica realizada pela Université de Montréal - UdeM, em Montréal - Canadá, no período de 30 de agosto a 14 de setembro de 2014.

Blumenau, 7 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 624/2014 - FURB

PORTARIA Nº 624/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Remove, a pedido, a Servidora Rosângela Budag.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, a Servidora

ROSÂNGELA BUDAG

cadastro funcional nº 2427, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, da Coordenadoria de Planejamento para a Divisão de Políticas Educacionais, a contar desta data.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 625/2014 - FURB

PORTARIA Nº 625/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Remove, a pedido, o Servidor Renato Andrade Rebello.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, o Servidor

RENATO ANDRADE REBELLO

cadastro funcional nº 1713, ocupante do cargo de Analista de Sistemas, da Coordenadoria de Planejamento para a Divisão de Políticas Educacionais, a contar desta data.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 626/2014 - FURB

PORTARIA Nº 626/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Priscila Hadlich.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

PRISCILA HADLICH

cadastro funcional nº 9395, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Coordenadoria de Assuntos Estudantis, a contar de 11 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 627/2014 - FURB

PORTARIA Nº 627/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Patrícia Neto Fontes.

o Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

PATRÍCIA NETO FONTES

cadastro funcional nº 5654, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Educação Física, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 16 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 628/2014 - FURB

PORTARIA Nº 628/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Amanda Rezende Peruchi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

AMANDA REZENDE PERUCHI

cadastro funcional nº 9654, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório - Manejo de Animais, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar do XXXVIII Congresso da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil, em Bauru - SP, no período de 22 a 26 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 629/2014 - FURB

PORTARIA Nº 629/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 3956, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Divisão de Apoio à Extensão, para participar do 6º CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, na Universidade Federal do Pará - UFPA, em Belém - PA, no período de 19 a 23 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 630/2014 - FURB

PORTARIA Nº 630/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA

cadastro funcional nº 2307, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar do II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, em Chapecó - SC, no período de 14 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 631/2014 - FURB

PORTARIA Nº 631/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Thiago Neves Batista.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THIAGO NEVES BATISTA

cadastro funcional nº 8283, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária, para, atendendo a convite, participar de reunião científica do Departamento de Biologia Celular, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Natal - RN, nos dias 15 e 16 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 632/2014 - FURB

PORTARIA Nº 632/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Eleine Kuroki Anzai.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ELEINE KUROKI ANZAI

cadastro funcional nº 8295, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Medicina Veterinária, para participar do 41º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas, em Porto Alegre - RS, no período de 1º a 4 de junho de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 633/2014 - FURB

PORTARIA Nº 633/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Maria Salete da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIA SALETE DA SILVA

cadastro funcional nº 2388, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, para

participar do V Seminário Nacional Sociologia & Política, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Curitiba - PR, no período de 14 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 634/2014 - FURB

PORTARIA Nº 634/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014.
Anula a Portaria nº 556/2014, de 22 de abril de 2014, que concede licença prêmio ao Servidor Jorge Alberto Müller.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando, ainda, o disposto no art. 38, § 1º, da Lei Complementar nº 746/2010, de 19 de março de 2010, ANULA a Portaria nº 556/2014, de 22 de abril de 2014, que concede licença prêmio ao servidor Jorge Alberto Müller.

Blumenau, 8 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 635/2014 - FURB

PORTARIA Nº 635/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014
Revoga a Portaria nº 640/2010, de 10 de novembro de 2010, que "Concede gratificação por responsabilidade ao Servidor João de Deus Oliveira".

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 026/2014/DTI, de 16 de abril de 2014, oriundo da chefia da Divisão de Tecnologia da Informação, REVOGA a Portaria nº 640/2010, de 10 de novembro de 2010, que "Concede gratificação por responsabilidade ao Servidor João de Deus Oliveira", a contar de 1º de maio de 2014.

Blumenau, 9 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 636/2014 - FURB

PORTARIA Nº 636/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Adilson Pinheiro.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADILSON PINHEIRO

cadastro funcional nº 1780, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Autorização do Curso de Engenharia Civil - da Faculdade Metropolitana - UNNESA, em Porto Velho - RO, no período de 25 a 28 de maio de 2014.

Blumenau, 9 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 637/2014 - FURB

PORTARIA Nº 637/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Ivone Fernandes Morcilo Lixa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

IVONE FERNANDES MORCILO LIXA

cadastro funcional nº 4451, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Direito, para participar da IX Conferência Latinoamericana de Crítica Jurídica, na Universidad Nacional Autónoma de México, na Cidade do México - México, no período de 9 a 21 de maio de 2014.

Blumenau, 9 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 638/2014 - FURB

PORTARIA Nº 638/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Bruno Thiago Tomio.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

BRUNO THIAGO TOMIO

cadastro funcional nº 9697, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, para participar do VIII Encontro de Economia Catarinense, em Rio do Sul - SC, nos dias 8 e 9 de maio de 2014.

Blumenau, 9 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 639/2014 - FURB

PORTARIA Nº 639/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014
Concede licença prêmio ao Servidor Eduardo Campos José.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 07 (sete) dias -, no período de 26 de maio a 1º de junho de 2014, referente ao período aquisitivo de 3 de abril de 2003 a 17 de abril de 2008, ao Servidor

EDUARDO CAMPOS JOSÉ

cadastro funcional nº 2312, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Divisão de Tecnologia da Informação.

Blumenau, 9 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 640/2014 - FURB

PORTARIA Nº 640/2014, DE 9 DE MAIO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de George Harrison Santos, no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de GEORGE HARRISON SANTOS, no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, nomeado pela Portaria nº 459/2014, de 28 de março de 2014.

Blumenau, 9 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

ERRATA 02/15

RESOLUÇÃO CMAS Nº 004/2015 - ERRATA

Resolução CMAS nº 004/2015, publicada no DOM/SC nº 1696, do dia 05.03.15:

- Onde se lê: Blumenau, 04 de março de 2014.

- leia-se: Blumenau, 04 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE MARÇO DE 2015.**

Reunião Ordinária do dia 03 de março de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.726. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 255 e 256/2015. Destino: à Secretaria para providências.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 05 de março de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 04 ao Projeto de Lei nº 6.640. Destino: incorporadas ao projeto.

Retirada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.658. Destino: ao arquivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 6.658. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.640 e 6.658. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além 262, 263 e 264/2015; e das Moções nºs 47, 48, 49 e 50/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2246 e 2247. Destino: comunique-se e publique-se.

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****CONTRATO ADM Nº 55/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 55/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.
Objeto: Locação de software para o Departamento de Controle Interno.
Valor: r\$ 4.320,00 (Quatro mil, trezentos e vinte reais).
Vigência: 02 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 02 de março de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 001/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.
Objeto: Transferência de recursos financeiros visando a manutenção e desenvolvimento de suas atividades de atendimento aos alunos portadores de deficiências.
Valor: r\$ 23.500,00 (Vinte e três mil e quinhentos reais).
Vigência: 02 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 02 de março de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****MINUTA EDITAL PP 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 08/2015 para Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015. A abertura dos envelopes será dia 19/03/15 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de março de 2015.
Marcia Mariza H. Fernandes
Prefeita Municipal em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 025/2015

DECRETO 025/2015

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Romildo Teske, Prefeito em Exercício do município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a servidora:

Alair Franz Hein - matrícula nº 110601

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, os servidores:

Vanessa Taiara Raduntz - matrícula nº 193101 - Secretária
Priscila Coelho - matrícula nº 189201 - Membro
Jean Carlos Correa da Costa Scharf - matrícula nº 190501 - Membro

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 4º Fica revogado o Decreto 083/2014 de 04.08.2014.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

DECRETO 026/2015

DECRETO 026/2015

Constitui Comissão Permanente de Julgamento de Licitação.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores Alair Franz Hein, Priscila Gonçalves dos Santos Coelho, Fábio Dalmarco, Jean Carlos Correa da Costa Scharf e Vanessa Taiara Raduntz para sob a Presidência da primeira, constituírem a Comissão Permanente para Julgamento de Licitações e Análise de Registro de Fornecedores, Regulamentada no Art. 8º do Decreto 0059/93, de 19.10.93.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 084/2014 de 04.08.2014.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

DECRETO 027/2015

DECRETO 027/2015

Cria Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 - DPTO DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais

(219) - 4.4.90.00.00.00.00.3.0089 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.0089 - Alienação de bens destinados a Outros Programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

DECRETO 028/2015

DECRETO Nº 028/2015.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de fevereiro/2015 para 16.03.2015.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de fevereiro/2015 para o dia 16.03.2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 032/2015

PORTARIA Nº 032/2015

Concede Gratificação ao Pregoeiro

Romildo Teske, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0615/2009 de 22.01.2009, etc...

Resolve:

Art. 1º - Conceder gratificação pelo desempenho da função de Pregoeiro, a servidora Alair Franz Hein, de acordo com a Lei 0615/2009 de 22.01.2009, a partir de 05.03.2015.

Art. 2º- Fica revogada a portaria nº 196/2013 de 01.10.2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 033/2015

PORTARIA Nº 033/2015

DESIGNA SERVIDOR

Romildo Teske, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º- Designar as servidoras, Alair Franz Hein e Vanessa Taiara Raduntz, para responder pelo Setor de Compras efetuando e assinando as Autorizações de Fornecimento, e pelo Setor de Licitações e Contratos a partir de 05.03.2015.

Art. 2º - Fica revogada a portaria 004/2015 de 08.01.2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

Brusque**PREFEITURA****EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 228/2014

Pregão nº 136/2014

OBJETO: locação de licença de software para a Procuradoria Geral do Município, incluindo o licenciamento, implantação, suporte e manutenção de sistema de gestão e automação da Justiça.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, INDEFIRO os pedidos da empresa SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS., mantendo-se todas as disposições do instrumento convocatório e demais atos processuais subsequentes, o que faço com fundamento nos artigos 3º, caput da Lei 8.666/93 e 37, XXI da Constituição Federal.

20/02/2015

ELTON RODRIGO RIFFEL

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 1/2015 IBPREV

PORTARIA IBPREV Nº 1/2015

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 31 Lei Complementar Municipal nº 174/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao(a) servidor(a) CLAUDIO MIGUEL ROLIM DE QUADRO, CPF 309.565.360-34, ocupante do cargo de Advogado na Prefeitura Municipal de Brusque cedido com ônus ao IBPREV, no período de 09/03/2015 a 18/03/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Processo IBPREV 40/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque/SC, 05 de março de 2015.

Jairo Luiz Sens

Diretor-Presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 035/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 035/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Anderson Manrich, matrícula 1394.3-00, ocupante do cargo de Agente de Obras;

André Visconti, matrícula 1811.2-01, ocupante do cargo de Agente Hidraulico;

Augusto Cesar Colares Miranda, matrícula 1896.1-01, ocupante de Agente Hidraulico;

Carlos Pereira Moreira Junior, matrícula 2101.6-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;
Jean Wons Fernandes, matrícula 376.0-03, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
José Luiz Tomasi, matrícula 1804.0-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Laurício dos Santos, matrícula 2106.7-00, ocupante do cargo de Motorista;
Luiz Gonzaga Rodrigues de Aguiar, matrícula 1830.9-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Oto João Lombardi, matrícula 825.7-00, ocupante do cargo de Motorista;
Paulo Motta, matrícula 2774.0-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Rafael Barbosa do Amaral, matrícula 2437.6-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;
Sidnei Cesari, matrícula 1796.5-01, ocupante do cargo de Operador de Maquinas;
Valdemir José da Silva, matrícula 2110.5-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 09/03/2015 até 28/03/2015

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/03/2015

Brusque, 02 de março de 2015.
Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 036/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 036/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE
Conceder Férias ao servidor:

José Mario Beuting, matrícula 2683.2-00, ocupante do cargo de Mecânico;
Ricardo Cesar Espindola, matrícula 762.5-01, ocupante do cargo de Operador de Maquinas;

Pelo período de 09/03/2015 até 07/04/2015.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/03/2015.

Brusque, 02 de março de 2015.
Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 037/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 037/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE
Conceder Férias ao servidor:

Juliano Montibeller, matrícula 732.3-00, ocupante do cargo de Assistente Técnico, referentes ao período aquisitivo 02/01/2008 até 02/01/2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/03/2015.

Pelo período de 09/03/2015 até 07/04/2015.

Brusque, 02 de março de 2015.
Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 038/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 038/2015

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE
1) Rescindir Contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor MARCOS AURÉLIO MARTINS, matrícula 2869.0-0, do cargo de Eletricista.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 04 de março de 2015.
ROGERIO RISTOW
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 9.632, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 9.632, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:
Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargos efetivos de EDUCADOR SOCIAL, conforme abaixo nominado:

EDUCADOR SOCIAL

NOME
GILCE ANDREA LAUZ BIGLIARDI
ROSANE DE MOURA
LIANE OSSEMER
LUCIANO SANTOS DA SILVA
JANAINE BUSCHIROLLI
JOSIMAR LUDVIG
FERNANDA ALBRECHT

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de fevereiro de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.634, DE 04 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.634, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominados:

ENGENHEIRO CIVIL

TIAGO GIURIATTI

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.635, DE 04 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.635, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargos efetivos de EDUCADOR SOCIAL, conforme abaixo nominado:

EDUCADOR SOCIAL

NOME
ANA REGINA STOCKER PETERMANN
ADRIANA VICENTE NOMURA CRESPI
JEILSON CONCEICAO DA SILVA
JESSICA LOCATELLI
FELIPE ALEXANDRE MEIRA SEVERINO
KARLA AVILA
KELVIN SEVERO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.636, DE 04 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.636, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PROFESSOR DE HISTÓRIA E PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, conforme abaixo

nominado:

PROFESSOR DE HISTÓRIA

MARCIA ERBS

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

RUBIA CIBELI SCOZ MACANEIRO

ANGELA REGINA MARTINS MACHADO BOING

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.637, DE 04 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.637, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE ADMINISTRATIVO E CONTADOR, conforme abaixo nominados:

AGENTE ADMINISTRATIVO

DARLAN BARTH

GABRIEL LORENCO PEHNK VARGAS

CONTADOR

MARLON ERICK LEAL

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.638, DE 04 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.638, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MÉDICO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, conforme abaixo nominado:

MÉDICO

FERNANDO PERAZOLO DE LIMA

ENFERMEIRO

MAYARA MARTA RODRIGUES

TECNICO DE ENFERMAGEM

CLEIDE MARA PILAR NICOLA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17-2014 – PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014 □ PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa CERES COM. E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.695.996/0001-94 com sede na cidade de União da Vitória, Paraná, O preço certo e ajustado para o item 01 - ÓLEO DIESEL (BIODIESEL), passa a ser de R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos) por litro, correspondente à recomposição de 7,69%, com relação ao preço inicial e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46-2014 – PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2014 □ PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ALCOOL, ÓLEO DIESEL E ARLA 32, DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa STANG E STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0015-79, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para os itens 01 e 6 - GASOLINA COMUM, passará a ser de R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) por litro, correspondente à recomposição de 7,9%, e para os itens 3 e 8 - ÓLEO DIESEL COMUM (BIODIESEL), passará a ser de R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) por litro, correspondente à recomposição de 12,2%, com relação ao preço inicial e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85-2014 – PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014 □ PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, TIPO S10, DESTINADO AOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N º13.241.662/0001-03, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para o item 4 - ÓLEO DIESEL TIPO S-10, passa a ser de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) por litro, correspondente à recomposição de 6%, com relação ao preço inicial e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL;

empresa ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.526.833/0001-70, com sede na cidade de Capinzal, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
5	04	Unid.	Micro-ondas 30L – Linha Branca MI (PROINFANCIA) Forno de micro-ondas, Volume útil mínimo de 30 litros, resultado do produto das dimensões internas da cavidade do equipamento.	R\$ 323,00	R\$ 1.292,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL;

empresa **ANDRÉIA LORENZI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.189.700/0001-79, com sede na cidade de Encantado, RS, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
2	02	Unid.	Geladeira Vertical Industrial RF1 (PROINFANCIA): Refrigerador industrial vertical de 4 portas, capacidade útil mínima de 1000 litros, monofásico 110 V ou 220 V (conforme tensão local), compressor de 1/2 HP, sistema de transmissão térmica convectiva, através de 27 evaporadores e condensadores com sistema de ar forçado (sistema frostfree), dotado de 8 prateleiras ajustáveis.	R\$ 3.199,00	R\$ 6.398,00
26	32	Unid.	Berço com Colchão BÇ1 (PROINFANCIA) Berço infantil, não dobrável, ajustável e com rodízios, em conformidade com a NBR 15860-1:2010 - Móveis - Berços e berços dobráveis infantis tipo doméstico - Parte 1: Requisitos de Segurança; e NBR 15860-2:2010 - Móveis - Berços e berços dobráveis infantis tipo doméstico Parte 2: Métodos de ensaio. Colchão Infantil em espuma de poliuretano flexível, em conformidade com a NBR 13579-1:2006 – Colchão e colchonete de espuma flexível de poliuretano – Parte 1: Bloco de espuma e NBR 13579-2:2011 – Colchão e colchonete de espuma flexível de poliuretano e bases – Parte 2: Revestimento. Do Berço: Comprimento total incluindo cabeceiras: 1355 mm (+ ou – 20 mm) Largura total incluindo grades: 670 mm (+ou – 20 mm) Altura das cabeceiras: 1000 mm (+ ou – 20 mm) Extensão vertical das cabeceiras: 890 (+ ou – 20 mm) Extensão vertical das grades: 750 (+ ou – 20 mm) Distância regulável da superfície do estrado à barra superior das grades: entre 180 e 80 mm (faixa mínima de regulação) Estrutura: Pés em tubos de aço, secção circular entre 1 1/4" e 2", em chapa 14 (1,9 mm); Quadro em tubos	R\$ 265,00	R\$ 8.480,00

		<p>de aço, secção retangular com dimensões de 40x20 ou 40x40mm, em chapa 16 (1,5 mm). Estrado em chapa interça de madeira aglomerada (MDP), com espessura de 18 mm, revestida nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP na cor BRANCA, topos encabeçados em todo perímetro com fita de bordo de 2 mm de PVC (cloreto polivinila) na mesma cor e tonalidade do laminado. Ajuste do estrado em altura em no mínimo três (03) posições.</p> <p>Grades Laterais: fixas confeccionadas em chapa de madeira aglomerada (MDP), espessura de 18 mm, revestida nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, texturizado na cor BRANCA, topos encabeçados em todo perímetro (inclusive nas aberturas), com fita de bordo de 2 mm, com acabamento superficial liso, em PVC, na mesma cor e tonalidade do laminado. Cinco (05) aberturas com dimensões espaçadas conforme os requisitos da norma ABNT NBR 15860 (partes 1 e 2).</p> <p>Cabeceiras em chapas de madeira aglomerada (MDP), espessura de 18 mm, revestidas nas duas faces em laminado melâminico de baixa pressão – BP texturizado, na cor BRANCA, com bordas arredondadas, e topos encabeçados em todo perímetro com fita de bordo em PVC de 2 mm. 6</p> <p>Quatro rodízios para pisos frios, com sistema de freio por pedal, em nylon reforçado com fibra de vidro, com rodas duplas de 75 mm, injetadas em PVC, com capacidade de 60Kg cada.</p> <p>Banda de rodagem macia e com cores diferenciadas entre o centro (BRANCO) e a banda de rodagem (CINZA).</p> <p>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó, eletrostática, híbrida Epóxi/Poliéster, brilhante, polimerizada em estufa, na cor CINZA (referência RAL 7040).</p> <p>Do colchão: Comprimento: 1300 mm Largura: 600 mm Espessura: 120 mm Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, revestido em matelassê (acolchoado), costurado, com</p>	
--	--	---	--

		<p>acabamento em uma das faces plastificadas, Conforme os requisitos das normas ABNT NBR 13579 (partes 1 e 2). O revestimento deve ser dotado de dispositivo de abertura ("zíper") para lavagem. Proteção antialérgica e antiácido. Obs: O comprimento e a largura mínima do colchão a ser utilizado com o berço, devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais e as extremidades não exceda 3 cm. Requisitos de Segurança: O berço deve atender aos requisitos de segurança estabelecido na NBR 15860 1:2010 - Móveis – Berços e berços dobráveis infantis tipo doméstico – Parte 1: Requisitos de Segurança. Fabricação: Para fabricação do berço é indispensável atender às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas para cada material. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso, que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Soldas devem possuir superfícies lisas e homogêneas, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. As uniões entre tubos devem receber solda em todo o perímetro. Deverão ser eliminados respingos e irregularidades de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Para fabricação do colchão é indispensável atender às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas para cada material.</p>	
TOTAL GERAL R\$			14.878,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; empresa BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.748/0001-27, com sede na cidade de Taió, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
1	02	Unid.	Freezer vertical FZ (PROINFANCIA): Freezer vertical 300L, linha branca, sistema de refrigeração "frostfree". O refrigerador deverá possuir certificação do INMETRO apresentando classificação energética "A ou B", conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006. Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO. Voltagem: 110V / 220V (conforme demanda). Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Certificação INMETRO apresentando classificação energética "A ou B". O produto deve atender os requisitos de segurança estabelecidos na NM 60335-1: 2006 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares Parte 1: Requisitos gerais	2.156,00	4.312,00
6	02	Unid.	Fogão 4 bocas de uso doméstico FG2 (PROINFANCIA) Volume mínimo do forno: 62,3 litros Classificação Energética Mesa/forno: A/B Queimador normal (1,7 kW): 3 / Queimador família (2 kW): 1 / Queimador do forno 2,4 Dimensões aproximadas do produto: 87x51x63cm (AxLxP) Peso aproximado: 28,4Kg.	376,00	752,00
13	02	Unid.	Centrifuga de frutas de 800W CT (PROINFANCIA) Potência: 800W / Coletor de polpa: 2l / Frequência: 50/60 Hz/ Comprimento do cabo: 1,2m Suporte e grampos: Alumínio escovado Tubo para polpa: Aço inoxidável Cores disponíveis: Alumínio escovado Jarra de suco: 1.500 ml, Potência do Juicer: 800W Volume: 0,0380 m³, Cor: Alumínio, Voltagem: 110 ou 220V (monofásica).	225,00	450,00
28	08	Unidades	Poltrona individual estofada PO (PROINFANCIA): Poltrona individual estofada, revestida em couro sintético, dotada de apóia-braços. Características de estabilidade, resistência e durabilidade, conforme NBR 15164:2004 / Móveis estofados - Sofás. Dimensões: Profundidade útil do assento: 450mm +/- 20mm; Largura útil do assento: 470 +/- 20mm; Altura (h) da superfície do assento: 420 +/- 10mm; Extensão vertical (h) do encosto: mínimo de 500mm; Largura útil do encosto: 470 +/- 20mm; Inclinação da superfície do assento (em relação à horizontal): entre -2º a -7º; Ângulo do encosto (em relação ao plano do assento): 100º+/-10º; Altura do apoio de braços (em relação ao assento): 220 +/-20mm10; Largura mínima do apoio de braços: 80mm Estrutura confeccionada em perfis tubulares metálicos de aço carbono, com secção circular, com diâmetro mínimo de 1", e espessura de parede mínima de 1,5mm. Partes metálicas unidas por meio de solda. Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro das uniões. Deverão ser eliminados respingos e irregularidades de solda, rebarbas; esmerilhadas juntas e arredondados os cantos agudos. Todas as terminações tubulares deverão possuir elementos de fechamento. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA. Pés metálicos aparentes e cromados, com ponteiros ajustáveis metálicos e partes em contato com o piso em polipropileno. Cintas elásticas internas para sustentação do assento e do encosto. Laterais (braços), base e fundo, montados na configuração de prisma retangular, onde se encaixam as almofadas de assento e encosto. Cada um destes elementos deve possuir espessura mínima de 100mm, sendo inteiramente revestido em couro sintético, recebendo camadas internas de espuma laminada (espessura mínima de 10mm) nos pontos de contato com o usuário, de modo que toda a superfície do móvel, exceto a inferior, seja almofadada. Superfície inferior revestida de tecido não tecido (TNT) de gramatura mínima de 70g/m², fixado por meio de botões de pressão espaçados a cada 20cm ou velcro em todo o perímetro, que permitam sua remoção para inspeção e limpeza. Almofada removível do assento confeccionada em espuma de densidade D-26, com mínimo de 140 mm de espessura, com inclinação de 4º, fixada por meio de fitas "velcro", inteiramente encapada com couro sintético, dotada de uma camada de TNT ou espuma sob a superfície superior, com fecho em "zíper" no verso para remoção da capa. Almofada removível do encosto confeccionada em espuma de densidade D-23 com mínimo de 100mm de espessura, com inclinação de 100º em relação ao assento, fixada por meio de fitas "velcro", inteiramente encapada com couro sintético, dotada de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície frontal, com fecho em "zíper" no verso para remoção da capa. Couro sintético texturizado, fabricado de PVC laminado com tecido de poliéster, com gramatura acima de 500g/m² e espessura mínima de 0,8mm, de odor neutro.	340,00	2.720,00
TOTAL GERAL R\$					8.234,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; Empresa, DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.698.920/0001-74, com sede na cidade de Caçador, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
39	08	Unidades	Armário Roupeiro em aço AM 12 (PROINFANCIA): na cor cristal, confeccionados em chapa de aço "22" (0,75 mm). O roupeiro em aço é constituído por 12 portas; As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado; Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros; Deve ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial na cor platina com secagem em estufa; Após o processo acima descrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto com 50 micra de espessura de tinta, no mínimo. Possuir dobradiças internas para evitar arrombamentos com abertura de 135°, pés removíveis com sapatas plásticas niveladoras 3/8". Dimensões: Altura: 1945 mm/ Largura: 1230 mm/ Profundidade: 400 mm	558,00	4.464,00
41	02	Unidades	Mesa de reunião M7 (PROINFANCIA): oval, medindo 2000x1000x750mm, com tampo em melamina na cor platina, com 25 mm de espessura, bordas arredondadas em perfil de PVC preto, 180°, sobre estrutura metálica tubular composta por travessas passa cabos, com garras nas extremidades e furos para a passagem de cabos, em chapa de aço, e laterais com colunas duplas e apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos, com pés horizontais em tubo de aço oblongo com ponteiros em poliestireno injetado na cor preta e sapatas niveladoras. Bandeira central em melamina platina com altura final de 50 cm, com bordas arredondadas em perfil de PVC 180°, na curva, e acabamento em fita de PVC, nos demais lados, na cor preta Estrutura em aço na cor preta, com tratamento antiferrugem de decapagem e fosfatização, seguido pelo processo de pintura eletrostática com tinta híbrida de epóxi com poliéster em pó, com secagem em estufa.	250,00	500,00
42	20	Unidades	Cadeira estofada com braço C7 (PROINFANCIA): Poltrona fixa com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50 kg/m³, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno antialérgico de alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, pilling padrão 5, peso 280/290 g/m, base em aço, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto fixo, revestimento em tecido fogo retardante, na cor azul. Braços fixos e apoia-braços em poliuretano. Medidas aproximadas: 580 mm de largura x 580 mm de profundidade x 900/1000 mm de altura. OBS: as poltronas devem ter a certificação da ABNT 13.962 e ter garantia de 05 (cinco) anos.	70,00	1.400,00
TOTAL GERAL R\$					6.364,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 – PREFEITUR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; empresa GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.255.981/0001-83, com sede na cidade de Curitiba, PR,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
7	02	Unid.	Lavadora de louças industrial LV (PROINFANCIA) Lava louça industrial, tipo mono câmara. Lavagem e enxágue, realizados através de braços giratórios superiores e inferiores. Produção mecânica: 576 pratos ou 270 bandejas ou 3.200 talheres ou 1.152 copo /hora. Porta rígida e resistente para apoio das gavetas na carga e descarga de louças. Controles automáticos: de tempo de ciclo, do nível de água do tanque de lavagem e das temperaturas das águas da lavagem e do enxágue. Segurança: interruptor que interrompe o ciclo caso a porta seja aberta. Filtro de moto bomba de lavagem, dreno, braços de lavagem e enxágue e tampões desses braços removíveis manualmente, sem necessidade de ferramentas. Aquecimento de água para lavagem e enxágue: elétrico. Temperatura da água para lavagem: de 55ºa 65ºC, para enxágue: de 80ºa 90ºC, Potência da bomba de lavagem: 1cv. Potência da bomba de enxágue: 0,5cv Largura: 595mm, Profundidade: 615mm, Altura: 840mm, Espaço útil de lavagem, Largura: 495mm, Profundidade: 495mm, Altura: 340mm	9.930,00	19.860,00
TOTAL GERAL R\$					19.860,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; empresa GESUL COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.711.959/0001-40, com sede na cidade de Maravilha, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
11	02	Unidade	Batedeira planetária 5L BT1 (PROINFANCIA): Batedeira planetária de aplicação semi-industrial, com capacidade para 5 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Largura: 240 mm; Profundidade: 350 mm; Altura: 420 mm; Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi. Cuba em aço inox. Cabeçote basculante com trave para facilitar a remoção da cuba para higienização. Sistema de engrenagens helicoidais. Com quatro níveis de velocidade.44 Movimento planetário. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor para massas leves, massas pesadas e batedor globo. Chave liga/desliga e chave seletora de velocidade. Manipula trava/destrava. Com os seguintes acessórios inclusos: 1 tachô em aço inox, com capacidade para 5 litros; 1 batedor para massas leves; 1 batedor plano para massas pesadas; 1 batedor globo para claras, etc. Frequência: 50/60hz. Potência: 500wats. Voltagem: 110 ou 220 V (monofásica).	999,00	1.998,00
14	06	Unidade	Purificador de água refrigerado PR (pró-infância) Botão de acionamento automático do tipo fluxo contínuo, com regulagem para diferentes níveis de temperatura (natural, fresca ou gelada) ou torneira. Bica telescópica ou ajustável para recipientes de diversos tamanhos. Câmara vertical de filtragem e purificação. Corpo em aço inox ou aço-carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó. Painel frontal em plástico ABS de alta resistência com proteção UV. Vazão aprox.: 40 a 60 Litros de água/ hora. Pressão de funcionamento: 3 a 40 m.c.a (0,3 kgf/cm² à 4 kgf/cm²). Temperatura de trabalho: 03 à 40 °C. Componentes para fixação e instalação: canopla; conexões cromadas; buchas de fixação S8; parafusos; redutor de vazão; adaptadores para registro: flexível e mangueira. Voltagem: Bivolt	330,00	1.980,00
15	02	Unidade	Batedeira planetária 20L BT 2 (PROINFANCIA): Batedeira planetária industrial, com capacidade para 20 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Altura: 764 mm, Comprimento: 517 mm, Largura: 374 mm Cuba em aço inox. Sistema de engrenagens helicoidais. Com três níveis de velocidade. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor espiral, batedor raquete, batedor globo e escorregador para ingredientes. Grade de segurança que desliga a máquina ao ser levantada. Protetor de recipiente que proporciona segurança operacional. Temporizador de 15 minutos. Acessórios inclusos. Voltagens (V): 230/60/1. Motor: ½ HP.	3.000,00	6.000,00

18	10	Unidade	<p>Bebedouro elétrico conjugado – Duas colunas BB1 (PROINFÂNCIA): Bebedouro elétrico conjugado, tipo pressão, com 2 colunas, acessível, com capacidade aproximada de 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.) e certificado pelo INMETRO.</p> <p>Altura: 960 mm/Altura parte conjugada: 650 mm/Largura: 660 mm / Profundidade: 291 mm Pia em aço inox AISI 304 polido, bitola 24 (0,64 mm de espessura), com quebra jato. Gabinete em aço inox AISI 304. Torneira: em latão cromado de suave acionamento, com regulagem de jato, sendo 2 (duas) torneiras de jato inclinado para boca e 01 (uma) torneira em haste para copo. Reservatório de água em aço inox AISI 304, bitola 20 (0,95 mm de espessura, com serpentina (tubulação) em cobre (0,50 mm de parede) externa, com isolamento em poliestireno expandido. Filtro de carvão ativado com vela sintetizada. Termostato com controle automático de temperatura de 4º a 15 °C Compressor de 1/10 de HP, com gás ecológico. Protetor térmico de sistema (desligamento automático em caso de superaquecimento do sistema). Dreno para limpeza da cuba. Ralo sanfonado que barra o mau cheiro proveniente do esgoto. Voltagem: compatível com todas as regiões brasileiras. Capacidade aproximada: 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.). Não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes de modo a não causar acidentes. O bebedouro deve ser acessível, em conformidade à NBR 9050/2005, no que couber. Produto de certificação compulsória, o equipamento deve possuir selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente, inclusive com eficiência bacteriológica "APROVADO". Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação, estando de acordo com a determinação da portaria INMETRO nº 185, de 21 de julho de 2000, que determina a obrigatoriedade de todos os produtos eletroeletrônicos se adaptarem ao novo padrão de plugues e tomadas NBR 14136, a partir de 1º de janeiro de 2010. Indicação da voltagem no cordão de alimentação.</p>	598,00	5.980,00
19	04	Unidade	<p>Aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTU ´s AR2 (PROINFANCIA)</p> <p>Modelo: Split High Wall</p> <p>Tipo de ciclo: Quente/Frio</p> <p>Cor: Branco</p> <p>ENCE: A</p> <p>Filtro de Ar: Anti-bactéria</p> <p>Vazão de Ar: No mínimo 700 m³/h</p> <p>Controle remoto: Sim</p> <p>Termostato: Digital</p> <p>Funções: Sleep e Swing</p> <p>Voltagem: 220 V</p>	2.200,00	8.800,00
20	04	Unidade	<p>Aparelho de Ar Condicionado Split 12000 BTU ´S AR3 (PROINFANCIA)</p> <p>Modelo Split High Wall</p> <p>Tipo de ciclo Quente/Frio</p> <p>Cor Branco</p> <p>ENCE A</p> <p>Filtro de Ar Anti-bactéria</p> <p>Vazão de Ar No mínimo 500 m³/h</p> <p>Controle remoto: Sim</p> <p>Termostato Digital</p> <p>Funções Sleep e Swing</p> <p>Voltagem 220 V</p>	1.350,00	5.400,00
TOTAL GERAL R\$					30.158,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.760.614/0001-95, com sede na cidade de Erechim, RS,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
8	02	Unidades	Liquidificador industrial 8L LQ1 (PROINFANCIA) Especificações: Corpo do motor e copo em aço inox com alças laterais. Potência mínima: 0,5 CV, frequência: 60 Hz, consumo aproximado: 0,36Kw/h, capacidade Nominal: 8 litros. Dimensões aproximadas do produto (AxLxP): 700x300x250 mm. Peso aproximado: 10 Kg.	449,00	898,00
12	02	Unidades	Multiprocessador de Alimentos MT (PROINFANCIA): com lâminas multifuncionais, modelo doméstico. Tigela grande: aprox. 2 litros de ingredientes líquidos ou 3 kg de massa. Lâminas multifuncionais fabricadas em aço inoxidável. Segurança: detecção de tampa e tigela e freio mecânico de 1,5 s. Cabo com armazenamento integrado. Base firme com pés antideslizantes (ventosa). Motor com potência de 700 W. Voltagem: 110 V e 220 V. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Os acessórios devem combinar com a cor da velocidade; e possibilitar a limpeza em lava louças. Acessórios: Batedor para mistura de massas leves e pesadas; 1 faca de corte em aço inoxidável para carnes, legumes e verduras; 2 discos de metal para ralar e picar em pedaços finos e médios; liquidificador (jarra) com tampa, com capacidade para 1,5 litro para misturar, triturar e mexer ingredientes variados; 47 1 disco emulsificador para preparar alimentos como clara em neve e maionese	250,00	500,00
16	02	Unidades	Balança Digital 15 KG – BL1 (PROINFÂNCIA). Balança eletrônica digital com prato em aço inoxidável com capacidade de 15 kg, fabricada e aferida de acordo com o "Regulamento Técnico etrológico para instrumentos de Pesagem não Automáticos" – Portaria. INMETRO nº 236, de 22 de dezembro de 1994 de acordo com as especificações técnicas	489,00	978,00
17	02	Unidades	Balança Plataforma 150KG – BL2 (PROINFÂNCIA). Balança eletrônica digital com prato em aço inoxidável com capacidade de 15 kg, fabricada e aferida de acordo com o "Regulamento Técnico Metrológico para Instrumentos de Pesagem não Automáticos" – Portaria INMETRO nº 236, de 22 de dezembro de 1994 de acordo com as especificações técnicas	625,00	1.250,00
30	02	Unidades	Gira gira ou Carrossel CR (PROINFANCIA): Crianças a partir de 2 anos Características: Peça composta por três partes: base, assentos e volante; Base com textura antiderrapante; Volante central; Acabamento sem saliências e com laterais arredondadas; Três assentos anatômicos e apoio para os pés; Polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivos antiestático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares, garantindo a cor do produto; Materiais que possibilitem a reciclagem após o término da vida útil; Em diversas cores; Não tóxico. Dimensões: Diâmetro: 1,05 m; Altura: 55 cm;	650,00	1.300,00
32	02	Unidades	Escorregador em Polietileno ES (PROINFANCIA): Crianças a partir de 3 anos. Rampa contínua ou com ondulações e uma escada de degraus; Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central; Corrimão incorporado à própria escada, sem saliências e com laterais arredondadas no topo da escada; Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança; Polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivos anti-estático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares, garantindo a cor do produto; Materiais que possibilitem a reciclagem após o término da vida útil; Peças multicoloridas; Não tóxico. Dimensões: Largura: 79 cm; Altura: 1,27 m; Comprimento: 2,00 m	567,00	1.134,00
33	02	Unidades	Gangorra de 03 lugares GA (PROINFANCIA): Crianças a partir de 3 anos. Gangorra com manoplas duplas; Base para apoio dos pés antiderrapante; Assento anatômico e antiderrapante; Acabamento sem saliências e com laterais arredondadas; Polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivos anti-estático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares, garantindo a cor do produto; Materiais que possibilitem a reciclagem após o término da vida útil; Em diversas cores; Não tóxico. Dimensões: Largura: 41 cm, Altura: 48 cm, Comprimento: 1,56 m	260,00	520,00
TOTAL GERAL R\$					6.580,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; empresa LA SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, com sede na cidade de Campos Novos, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
4	02	Unid.	Fogão industrial 06 bocas FG1 (PROINFANCIA) Com bocas de no mínimo 30x30cm, 6 bocas com 3 queimadores simples sendo 3 queimadores duplos c/ chapa ou banho maria, c/ forno.4 pés em perfil "L" de aço inox e sapatas reguláveis constituídas de base metálica e ponteira maciça de material polimérico, fixadas de modo que o equipamento fique a aproximadamente 50 mm do piso. Dimensões: 107x084x083	1.325,00	2.650,00
9	06	Unid.	Liquidificador Semi-industrial 2 LITROS LQ2 (PROINFANCIA) Liquidificador com 2 Velocidades com Função Pulsar Capacidade para Triturar Gelo	315,00	1.890,00
10	02	Unid.	Mixer de Alimentos – Linha Doméstica MX (PROINFANCIA): Capacidade de 1 litro. Altura: 430 mm, Largura: 60 mm, Profundidade: 650 mm. Cabo (alça) ergonômico. Lâmina de dupla ação, possibilitando cortar na vertical e na horizontal. Recipiente para trituração. Tampa e lâmina de trituradores removíveis. Base antirrespingo. Botão turbo. Motor de 400 W. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.	100,00	200,00
TOTAL GERAL R\$					4.740,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009,/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; Empresa LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.129.024/0002-90, com sede na cidade de Caçador, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
38	08	Unid.	Armário Alto em Aço AM4 (PROINFANCIA): Fornecimento e montagem de armário Alto em Aço, dim 198x090x040cm, todo em chapa 24, com 02 portas de abrir com reforços internos tipo ômega e puxadores estampados nas portas no sentido vertical, com acabamento em PVC, contendo 04 prateleiras, sendo 01 fixa e 03 com regulagem de altura do tipo cremalheira, com fechadura cilíndrica e pintura eletrostática a pó.	387,00	3.096,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 – PREFEITUR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; Empresa, MM COMÉRCIO EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22, com sede na cidade de Blumenau, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
3	04	Unidades	Geladeira frost free capacidade 250L RF2 (PROINFANCIA) Capacidades mínimas: De armazenamento: 250 litros. Líqu. Congelador: 30 litros, Líqu. Refrigerador: 220 l Total Bruta: 250 l Bruta Congelador: 31 l Bruta Refrigerador: 220 l Consumo máximo: 22,8 Kw h /mês Cor: branca	1.325,00	5.300,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; Empresa NOMÉLIA LOTTERMANN - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.132.150/0001-66, com sede na cidade de Três de Maio, RS,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
22	12	Unid.	Mesa retangular monobloco M1 (PROINFANCIA): com bordas arredondadas, medindo 1.80 x 0.80, com estruturas retangulares em aço 50x30mm parede 1,2. O tampo confeccionado em MDF de 15 mm com re-engrosso de 30 mm, revestido em sua face superior em laminado melamínico pós formável de 0,6 mm de espessura na cor salmon (referencia L148), acabamento de superfície texturizado e encabeçamento de fita de bordo em PVC branco. Acabamento da face inferior em laminado melamínico branco brilhante. A fixação do tampo será por meio de parafusos auto-atarrachantes de 2 ½" x 3/16" A estrutura em aço de pintura eletrostática com tinta epóxi em pó, na cor branca fosca, polimerizada em estufa. Ponteiros de acabamento em polipropileno na cor branca, fixado à estrutura através de encaixe.	220,00	2.640,00
23	24	Unid.	Banco retangular monobloco B1 (PROINFANCIA): com bordas arredondadas, medindo 1.80 x 0.40, com estruturas retangulares em aço 50x30mm parede 1,2. O tampo confeccionado em MDF de 15 mm com re-engrosso de 30 mm, revestido em sua face superior em laminado melamínico pós formável de 0,6mm de Espessura na cor Ibiza (referencia L 156), acabamento de superfície Texturizado e encabeçamento de fita de bordo em PVC branco. Acabamento da face inferior em laminado melamínico branco brilhante. A fixação do tampo é por meio de parafusos auto-atarrachantes de 2 ½" x 3/16" A estrutura em aço com pintura eletrostática de tinta epóxi em pó, na cor branca fosca, polimerizada em estufa. Ponteiros de acabamento em polipropileno na cor branca, fixado à estrutura através de encaixe.	150,00	3.600,00
24	24	Conj. 4 unid.	Conjunto de Colchonete para Repouso CO3 (PROINFANCIA) Colchonete de lâmina de espuma flexível de poliuretano para uso infantil. Dimensões: Comprimento: 100 cm; Largura: 60 cm; Espessura: 05 cm. Revestimento: Material têxtil plastificado, "atóxico", ref. "CORINO", na cor SZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples; zíper com acabamento oculto. Espuma: Norma ABNT NBR 8537; Densidade nominal kg/m³: D-28 Para fabricação é indispensável atender às especificações técnicas específicas para cada material.	155,00	3.720,00
34	48	Unid.	Conjuntos para aluno tamanho 01 CJA-01 (PROINFANCIA) compostos de: 1 (uma) mesa com tampo em madeira aglomerada, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento. Estrutura tubular de aço. 1 (uma) cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado. Estrutura tubular de aço.	90,00	4.320,00
35	48	Unid.	Conjuntos para aluno tamanho 03 CJA-03 (PROINFANCIA) compostos de: 1 (uma) mesa com tampo em madeira aglomerada, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento. Estrutura tubular de aço. 1 (uma) cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado. Estrutura tubular de aço.	87,00	4.176,00
36	08	Unid.	Conjunto para professor CJP-01 (PROINFANCIA) composto de: 1 (uma) mesa com tampo em madeira aglomerada, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento. Estrutura tubular de aço. 1 (uma) cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado. Estrutura tubular de aço.	159,00	1.272,00
37	32	Unid.	Conjunto coletivo tamanho 01 CJC-01 (PROINFANCIA) compostos de: 1(uma) mesa com tampo em madeira aglomerada revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão – Bp. Estrutura tubular de aço. 4 (quatro) cadeiras empilháveis, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado. Estrutura tubular de aço.	286,00	9.152,00
40	08	Unid.	Mesa de Trabalho M6 (PROINFANCIA): Mesa para professor, medindo 1200x600x750mm em tampo único, em melamina, com 25mm de espessura, com bordas arredondadas em perfil de PVC, e acabamento em fita de PVC, sobre estrutura metálica tubular tripé composta por travessas passa-cabos, com garras nas extremidades e furos para a passagem de cabos, em chapa de aço, e laterais com coluna e apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos. Estrutura em aço, com tratamento anti-ferrugem de decapagem e fosfatização, seguido pelo processo de pintura eletrostática com tinta híbrida de epóxi com poliéster em pó, com secagem em estufa. Deverão possuir duas gavetas com rodízios em metal, e travamento lateral para segredo. Bandeira frontal em melamina com altura final de 50cm, com bordas arredondadas em perfil de PVC, e acabamento em fita de PVC.	210,00	1.680,00

43	08	Unid.	Cadeira com braços, rodinhas e altura regulável C6 (PROINFANCIA): Cadeira giratória com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50kg/m ³ , com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno anti-alérgico em alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, pilling padrão 5, peso 280/290g/m, mecanismo relax com bloqueio e regulagem permanente-gás, base em aço com 5 hastes, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto em 7 posições na altura, rodízio duplos em nylon, revestimento em tecido azul, fogo retardante. Braços reguláveis com alma de aço e apoia braços em poliuretano com regulagem em cinco posições. Medidas 580 mm de largura x 580 mm de profundidade x 900/1000 mm de altura. OBS: as poltronas devem ter a certificação da ABNT 13.962 e ter garantia de 5(cinco)anos.	179,00	1.432,00
TOTAL GERAL R\$					31.992,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL;
Empresa VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.682.896/0001-40, com sede na cidade de Porto Alegre, RS,
O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
25	04	Conj. 3 unidades	Conjunto de Colchonete para Trocador CO2 (PROINFANCIA) Colchonete para trocador, nas medidas de 100 cm de comprimento x 60 cm de largura e 3 cm de espessura, com revestimento externo resistente em couro EVA na cor azul real, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado nas duas faces. A camada interna deve ser feita com lâmina de fibra de poliéster. OBS: Os materiais constituintes deverão possuir proteção dupla: ANTIÁCARO e ANTIALÉRGICA Embalagem: O colchão deverá ser embalado em plástico transparente de forma a impedir a entrada de poeira e inseto.	57,00	228,00
29	02	Unidade	Túnel Lúdico TL (PROINFANCIA): Crianças a partir de 2 anos Túnel em polietileno em estrutura rotomoldado, em formatos diversos; Três módulos auto-encaixáveis, vazados para visualização interna e com possibilidades de expansão; Duas estruturas que funcionam como entrada e saída. Acabamento sem saliências e com laterais arredondadas; Composto com aditivos antiestático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares, garantindo a cor do produto; Materiais que possibilitem a reciclagem após o término da vida útil; Peças multicoloridas; Não tóxico. Dimensões Internas do Módulo: Largura: 1,10 m; Altura: 1,20 m; Comp: 75 cm;	1.390,00	2.780,00
31	02	Unidade	Casa de bonecas CS (PROINFANCIA): Crianças a partir de 2 anos Casinha de boneca multicolorida com no mínimo: janelas que abrem e fecham, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, telefone, pia e fogão; Balcão externo na janela (apoio para os braços); Acabamento sem saliência e com laterais arredondadas; Polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivos anti-estático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares, garantindo a cor do produto; Materiais que possibilitem a reciclagem após o término da vida útil; Peças multicoloridas; Não tóxico. Dimensões: Largura: 1,62 m; Altura: 1,64 m; Comprimento: 1,76 m	6.350,00	12.700,00
TOTAL GERAL R\$					15.708,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; Empresa VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
21	02	Unid.	Máquina de lavar roupa capacidade de 8 kg MQ (PROINFANCIA) – Linha branca <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de roupa seca: 8Kg • Consumo de energia: 0.24 kWh (110 V) / 0.25 kWh (220 V) • Consumo de energia mensal: 8.16 kWh/mês (110 V) / 7.83 kWh/mês (220 V) • Cor: branca • Potência: 550.0 W (110/220 V) • Rotação do Motor – Centrifugação: 750 rpm • Dimensões aproximadas: 103,5x62x67cm (AxLxP) • Peso aproximado: 40,5Kg 	1.012,00	2.024,00
27	12	Unid.	Cadeira de alimentação C1 (PROINFANCIA): Cadeira alta de alimentação infantil dobrável, em conformidade com a ABNT NBR 15991-1:2011 Cadeiras altas para crianças – Parte 1: Requisitos de segurança, e ABNT NBR 15991-2:2011 Cadeiras altas para crianças – Parte 2: Métodos de ensaio. Dimensões: Altura: entre 100 e 110 cm; Largura: entre 55 a 75 cm; Profundidade total com base: entre 65 a 75 cm. Estrutura tubular em aço-carbono, com seção circular, dobrável. Encosto e assento, acolchoados em espuma com acabamento em laminado plástico, impermeável. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó (Epóxi/ Poliéster), eletrostática, na cor BRANCA. Bandeja em (PP) polipropileno injetado, removível ou articulada. Apoio para os pés em (PP) polipropileno injetado, removível ou articulado. Sapatas antiderrapantes. Cinto de segurança com fechamento de 3 a 5 pontos, regulável.	132,00	1.584,00
TOTAL GERAL R\$					3.608,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO 11-2015-PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SHOWS DE ARTISTAS NACIONAIS PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, NOS DIAS DE 20 A 23 DE MARÇO DE 2015 NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS, CONTRATADA: MM PRODUÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.033.927/0001-70, com sede na cidade de Campo Grande/MS "MUNHOZ E MARIANO", O CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

CONTRATO ADMINISTRATIVO 12-2015-PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SHOWS DE ARTISTAS NACIONAIS PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, NOS DIAS DE 20 A 23 DE MARÇO DE 2015 NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS, CONTRATADA: MAR DE GENTE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.270.948/0001-60, com sede na cidade de Rio de Janeiro, RJ, "O RAPPÁ", O CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 153.200,00 (cento e cinquenta e três mil e duzentos reais).

CONTRATO ADMINISTRATIVO 13-2015-PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SHOWS DE ARTISTAS NACIONAIS PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, NOS DIAS DE 20 A 23 DE MARÇO DE 2015 NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS, CONTRATADA B&D PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.699.190/0001-05, com sede na cidade de Campo Grande/MS, "BRUNINHO E DAVI", O CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DECRETO Nº 6.322

DECRETO Nº 6.322, de 04 de março de 2015.

Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 08 de abril de 2015, das 08h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h00, no Plenário Osvaldo José Gomes, na Câmara Municipal de Caçador, sita à Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade.

Art. 2º Fica, ainda, nomeada a comissão organizadora da Conferência, composta pelas seguintes pessoas:

- I - Aires Roberta Brandalise;
- II - Marizete Fátima Iaczinski;
- III - Sandra Figur;
- IV - Beatriz Coscodai;
- V - Leonardo Jakobczynski;
- VI - Tainara de Paula Pereira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.323

DECRETO Nº 6.323, de 04 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA:

- I - Marizete Fátima Iaczinski;
- II - Mirela Carla Urió;
- III - Any Danielly Wolf;
- IV - Arlete Torrezan;
- V - Aires Roberta Brandalise;
- VI - Sandra Figur;
- VII - Joice Luiza Flores de Matias Wagner;
- VIII - Maria Aparecida Boscatto;
- IX - Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú**PREFEITURA****DECRETO N.º 2.010/2015**

DECRETO N.º 2.010/2015

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizada conforme a Lei Municipal n.º 2.526, de 02 de abril de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Camboriú, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.950.417,62 (um milhão novecentos e cinquenta mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infraestrutura Urbana

Programa: 0006 - Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5083 - Operação de Crédito Interna

Código Reduzido: 89

Art. 2º De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, artigo 43, § 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente decreto as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal n.º 2.526, de 02 de abril de 2013.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 004/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (TUBO DE CONCRETO) PARA SER APLICADO EM REDES PLUVIAIS E CÔRREGOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (frutas) destinados à alimentação escolar, para o ano 2015, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 15.619.222/0001-64, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 21/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1.000	Saco	Asfalto frio (recompósito de pista usinado), sacos de 25kg.	13,86	13.860,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.860,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA ME

Representante legal

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Concurso Público de provas, para provimento efetivo das vagas nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Concurso Público nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29, supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar

todas as publicações referentes a este Concurso Público.

1.3 - O Regime Jurídico adotado é Estatutário.

2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA PROVIMENTO, DAS VAGAS E DO VENCIMENTO:

2.1 - Os cargos públicos a serem providos e os cargos para formação de cadastro de reserva são os abaixo:

Código	Cargo	Função	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vagas	Vencimento (mensal)
01	Especialista em Assuntos Educacionais	Especialista em Assuntos Educacionais	40h	Formação superior em pedagogia, com habilitação em gestão, orientação ou supervisão escolar, ou pedagogia, com pós graduação especificada na área, conforme art. 61, da Lei Federal nº 9.394/96 – LDB, ou licenciatura em pedagogia	CR	2.117,02
3	Professor II	Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	02	2.117,02
4	Professor III	Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	05	2.117,02
5	Professor IV	Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02
6	Professor V	Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02
7	Professor VI	Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02
8	Professor VII	Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
9	Professor VIII	Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
10	Professor IX	Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
11	Professor X	Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02

*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta) reais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br e afixado no Mural sede da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, nos termos previstos pelo item 10 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público que será feita em Mural Sede na Prefeitura de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e www.mgaconcursospublicos.com.br.

3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:

3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis, e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

4 - DAS ISENÇÕES

4.1 Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto nº 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público Classificatório.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições

especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1.378, sala 03- Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura na cargo pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público será de provas objetivas constituído pela seguinte etapa:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA - para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA DE TÍTULOS - para todos os cargos, de caráter classificatório.

7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na forma abaixo disposta:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	MANHÃ	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

7.1.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 09h até às 12h, obedecido o cronograma da tabela 6.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

7.2.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.3 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.4 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.5 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

7.3 - DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

7.4 - QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Todos os cargos	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

7.5 - DA PROVA DE TÍTULOS

7.5.1 - Serão considerados os seguintes Títulos, na área da Educação:

TÍTULO	VALOR
Especialização	2,0 (dois) pontos
Mestrado	5,0 (cinco) pontos
Doutorado	10,0 (dez) pontos

7.5.2 - Somente serão aceitos títulos de especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

7.5.3 - Serão pontuados como títulos, Certificados ou Declaração de Conclusão do Curso acompanhado do respectivo histórico

escolar, em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

7.5.4 - A soma total dos títulos não poderá ultrapassar "17 (dezesete) pontos", respeitando o quadro do item 7.5.1.

7.5.5 - Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados os pontos referentes aos títulos para a classificação final.

7.5.6 - Os títulos serão contados tão somente se o candidato tiver realizado a prova objetiva.

7.5.7 - Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

7.5.8 - Os títulos deverão ser enviados via SEDEX para MGA CONCURSOS - Av. Lucílio de Held, Nº 1378 - Sala 03 - Maringá - PR - CEP: 87.033-230, até o dia 14/03/2015. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, e estes deverão serem enviados em envelope identificado com nome, função e identificação, conforme modelo:

TÍTULOS	CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC
	Cargo:
	Nome do Candidato:
	RG nº:

7.5.9 - Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório.

7.5.10 - Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e horário da prova objetiva.

7.5.11 - Os documentos entregues não poderão ser retirados mesmo após o resultado final do concurso público, deverão ser arquivados junto ao processo.

8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 7.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre/SC, em locais que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Concurso Público e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 8.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de

prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 8.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados no Mural Sede da Prefeitura e no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site www.mgaconcursospublicos.com.br, no dia subsequente à realização da prova.

9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Concurso Público MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Inscrições;
- b) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficientes;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Edital de Resultado da Prova Objetiva e de Títulos;
- e) Edital de Homologação do Resultado Final;

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Fiscalizadora de Concurso Público constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, após um dia útil da interposição do recurso.

11 - DA PONTUAÇÃO FINAL

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova

objetiva, e considerando também a prova de títulos, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 10 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;

b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;

d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

a) Aprovação neste Concurso Público ;

b) Nacionalidade brasileira;

c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;

e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;

f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;

g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e

i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em Concurso Público poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do Concurso Público, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do

Concurso Público será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - Ficará sem efeito a atribuição do contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

a) CPF/MF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade RG;

d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;

e) Histórico Escolar;

f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);

i) 01 Foto 3X4;

j) Declaração de Bens;

k) Comprovante de votação da última eleição;

l) Comprovante de Residência.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esferas, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre/SC, através da Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

15.13 - A homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Concurso Público.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Concurso Público Classificatório.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico www.mga-concursospublicos.com.br.

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;

b) Anexo II - Atribuições dos cargos.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br ; e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015)

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes

de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS LOCAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

PROFESSOR II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL): Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL): Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História do Ensino da Arte no Brasil; Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; História da Arte; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens;

Materialização Artística - Relação Forma e Configurações Expressivas; LDB, parâmetros curriculares nacionais e PCN de arte. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre - SC.

PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS (DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL): Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

PROFESSOR V - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): Acordo Ortográfico, Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação gráfica, classes gramaticais, conjugação de verbos, regência, concordância, fonética, formação de palavras, linguagem figurada, discurso direto e indireto, análise sintática, emprego de pronomes, formas de tratamento, interpretação de textos, redação, versificação. Gêneros e tipologias textuais. Coesão e coerência. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Campo Alegre.

PROFESSOR VI - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: Equações

e Inequações; Relações e funções; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade, Regra de três simples e composta, parte teórica e conceitual: adição, subtração, multiplicação, divisão com números inteiros e fracionários. Problemas envolvendo operações. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art. nº 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas - moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): Formação territorial do Brasil; Desenvolvimento socioeconômico e a questão regional brasileira; As escalas geográficas e cartográficas para o conhecimento do território; Urbanização: dinâmica e tendências no Brasil e no Município. Rede e hierarquia urbanas no Brasil; Crescimento e distribuição espacial da população brasileira; Indústrias: estrutura, distribuição e crescimento no Brasil; Espaço rural e relações campo cidade; Aproveitamento energético no Brasil: fontes, distribuição espacial e novas tecnologias; Sistemas de Informações Geográficas: análise de dados, seleção e manipulação e elaboração de mapas temáticos; Análise do relevo aplicada ao planejamento ambiental; Pesquisa ambiental: análise de impactos e interdisciplinaridade; Geografia Física na avaliação das limitações, potencialidades e mudanças ambientais; Principais unidades do relevo brasileiro; Bacias hidrográficas: análise ambiental e manejo de recursos naturais; Litoral brasileiro; Erosão e conservação dos solos no Brasil: causas e consequências. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva.

Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. Trabalho e Sociedade - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. Cultura - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. Conceito de mestiçagem cultural. Ideias e Práticas Revolucionárias - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. Poder e Violência - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. Globalização - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. Nação e Nacionalidade - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. Disputas étnicas no Brasil, África e Europa. Cidadania - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PROFESSOR X - PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL): O Ensino Religioso no contexto do Ensino Fundamental. Diversidades culturais religiosas no Brasil. Conteúdos do Ensino Religioso em diferentes denominações Religiosas. Fundamentos Gerais do Ensino Religioso; História, Legislação do Ensino Religioso; Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso; Paradigmas Educacionais do Ensino Religioso; Fundamentos Específicos do Ensino Religioso; Culturas e Tradições Religiosas; Fenômeno Religioso: Teologias e outros discursos; e textos Sagrados Oraís e Escritos; Ethos no Ensino Religioso; Fundamentos da Prática no Ensino Religioso; Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação

Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ANEXO II

(CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

01. Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
02. Tratar de assuntos atuais e de interesse dos alunos fazendo integração junto às diversas disciplinas;
03. Orientar os professores na observação e registro do comportamento do aluno;
04. Buscar alternativas para superar as causas do desajustamento e aproveitamento deficiente do aluno;
05. Assessorar os professores no planejamento de experiências diversificadas que permitam ao aluno; a) Descobrir através da auto-avaliação e da execução de atividades, suas dificuldades e facilidades; b) Descobrir o seu modo e ritmo de trabalho; c) Descobrir sua forma de relacionar-se com os colegas e profissionais da escola;
06. Oferecer subsídios aos professores quanto a: a) Coleta e registro de dados de alunos através de observações, questionários, entrevistas, reuniões de alunos, reuniões com pais; b) Desenvolver um trabalho de prevenção; c) Estudo sobre o rendimento dos alunos e tarefas educativas conjuntas que levem ao alcance dos objetivos comuns; d) Avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem, adequando-os aos objetivos. Educacionais, assessorando e decidindo junto com o professor e Conselho de Classe os casos de aprovação e reprovação do aluno.
07. Junto às famílias dos alunos: a) Entrevista com os pais para troca de dados e informações acerca do aluno; b) Propiciar aos pais o conhecimento de características do processo de desenvolvimento; psicológico da criança, bem como de suas necessidades e condicionamentos sociais; c) Refletir com os pais o desempenho dos seus filhos na escola e fornecer as observações sobre a integração social do aluno na escola, verificando variáveis externas que estejam interferindo no comportamento do aluno, para estudar diretrizes comuns a serem adotadas; d) Atendimentos individuais, sempre que for necessários para análise e reflexão dos problemas encontrados em situações de classe, recreios, desempenho escolar, pontualidade, cuidado com material de uso comum, relacionamento com os colegas de classes e outros alunos do Colégio, respeito aos professores e funcionários; e) Atendimento em grupo sempre que for necessário para reflexão de problemas citados acima ocorridas em situações de grupo.
08. Participar das reuniões de pais, preparação e realização dos Conselhos de Classe, em eventos da escola e atividades extracurriculares, mesmo fora do horário normal;
09. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;
10. Participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nele proposta;
11. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas;
12. Zelar pelo cumprimento do plano diário e anual dos docentes;
13. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
14. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;

15. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;
16. Planejar, executar, avaliar os encaminhamentos, de forma permanente, dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, de planejamento, grupos de estudo e projetos;
17. Propiciar a discussão junto aos pais, equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino aprendizagem dos alunos, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários;
18. Realizar e divulgar as referências bibliográficas e de outros materiais pedagógicos na área de educação, visando fundamentar, atualizar e redimensionar a ação pedagógica dos profissionais na escola;
19. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando fundamentação, atualização e redimensionamento da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação, frente à práxis pedagógica;
20. Elaborar o relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade educativa;
21. Coordenar junto à Unidade Escolar a criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho de Escola, A.P.P., Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações, na unidade escolar;
22. Coordenar junto à comunidade escolar o processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e a utilização deste, como instrumento de suporte pedagógico;
23. Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e direção, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
24. Substituir o professor na ausência do mesmo
25. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
26. Manter-se firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola.

PROFESSOR II AO X:

1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;
2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;
4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;
5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;
6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;
7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;
8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;
9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a

- responsabilidade em todas as tarefas;
10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;
11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;
12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;
13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;
14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;
15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Plano diário e anual atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;
16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;
17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional
18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;
19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;
20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público a abertura das inscrições ao concurso público de provas, para provimento efetivo das vagas nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do concurso público nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Municipal vigente e pertinente.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público.

1.3 - O regime jurídico adotado é Estatutário.

2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO EXIGIDOS, DAS VAGAS, DO VENCIMENTO E DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

2.1 - Os cargos públicos a serem providos e os cargos para formação de cadastro de reserva são os abaixo:

Código	Cargo	Função	Carga Horária	Escolaridade/ Habilitação	Vagas	Vencimento (mensal) R\$	Taxa de inscrição R\$
02	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Curso Superior de Serviço Social. Registro no Conselho Regional de Serviço Social.	CR	3.116,76	60,00
04	Contador	Contador	40 horas semanais	Curso Superior de Ciências Contábeis. Registro no Conselho Regional de Contabilidade	CR	3.116,76	60,00
19	Fiscal	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente.	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
20	Agente Administrativo II	Agente Administrativo II	40 horas semanais	Nível Médio (2º grau). Conhecimentos básicos em informática.	CR	1.198,72	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – VIOLÃO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	01	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música - TECLADO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – BATERIA	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	01	6,22 a hora/aula	40,00
24	Agente Operacional III	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "C" ou superior, e aprovação em Prova Prática.	01	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Veículos Pesados	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "E", e aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Agente de Manutenção	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau) e aprovação em Prova Prática	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista de Veículos Leves	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Carteira Categoria "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista da Saúde	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Categoria "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	Ensino Fundamental	04	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar Operacional	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
37	Agente Operacional V	Pedreiro / Carpinteiro	40 horas semanais	Ensino fundamental e aprovação em Prova Prática.	CR	1.125,89	30,00
87	Motorista de Transporte de Pessoas	Motorista de Transporte de Pessoas	40 horas semanais	Ensino Fundamental completo com CNH Categoria "D"; Curso de condutor de veículo de Transporte Escolar e, Aprovação em Prova Prática.	04	1.042,37	30,00

*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no Anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição de cada cargo está descrito na tabela acima, na coluna "Taxa de Inscrição R\$".

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital,

terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br e afixado no mural da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso público que será feita no Mural na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e www.mgaconcursospublicos.com.br.

3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:

3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis, e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

4- DAS ISENÇÕES

4.1 Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto nº 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a

surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1.378, sala 03 - Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados: a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constata, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação

do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 - O Concurso será composto da 1ª e 2ª etapa, com prova objetiva e prática, conforme abaixo:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA PRÁTICA, de caráter eliminatório, apenas para os cargos: a) Agente Operacional III - Operador de Máquinas e Equipamentos; b) Agente Operacional III - Veículos Pesados; c) Agente Operacional III - Agente de Manutenção; d) Motorista - Motorista de Veículos Leves; e) Motorista - Motorista da Saúde; f) Agente Operacional V - Pedreiro/Carpinteiro; e g) Motorista de Transporte de Pessoas.

7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na data de 12/04/2015, terá duração de 03(três) horas, em locais que serão oportunamente divulgados.

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	MANHÃ	12/04/2015	Abertura dos portões: 08h Fechamento dos portões: 08h45min Início da aplicação das provas: 09h Término das Provas: 12h

7.1.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.2.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.2 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.3 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.4 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

7.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) REPROVADO: o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) na pontuação total da Prova Objetiva;

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

7.4 QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível superior	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível técnico (Fiscal)	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível médio	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível fundamental	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Matemática	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

7.5 - DAS PROVAS PRÁTICAS

7.5.1 - As provas práticas serão aplicadas em data e local a ser definido em edital de convocação.

7.5.2 - Os candidatos serão submetidos a avaliações, descritas no anexo III deste Edital.

7.5.3 - O candidato será considerado aprovado se receber nota da avaliação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.5.4 - O candidato ausente, desistente, ou descumprir as orientações dos examinadores será considerado eliminado na prova prática e consequentemente reprovado no concurso público.

7.5.5 - Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas em hipótese alguma.

8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 - As Provas serão aplicadas na data estipulada no subitem 7.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre/SC, em locais e horários que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Concurso Público e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul

ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 7.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 8.3.1 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas,

prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site www.mgaconcursospublicos.com.br, no dia subsequente à realização da prova.

9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Concurso Público MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Inscrições;
- b) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Edital de Resultado das Provas Objetivas e Prática.

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e

argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Fiscalização do Concurso Público constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, após um dia útil da interposição do recurso.

11 - DA PONTUAÇÃO FINAL

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na Prova Objetiva, considerando que a prova prática tem apenas caráter eliminatório, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 9 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;

b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;

d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

a) Aprovação neste concurso público;

b) Nacionalidade brasileira;

c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;

e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino);

f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;

g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e

i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em concurso público poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do concurso público, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do concurso público será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - O candidato que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão, perderá o direito a investidura no cargo, sendo considerado como desistência.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

a) CPF/MF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade RG;

d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;

e) Histórico Escolar;

f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);

i) 01 Foto 3X4;

j) Declaração de Bens;

k) Comprovante de votação da última eleição;

l) Comprovante de Residência;

m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe, conforme o caso.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos,

apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco anos).

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre/SC, através da Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

15.13 - A homologação do Concurso público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Concurso Público.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Concurso Público.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico www.mga-concursospublicos.com.br.

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos cargos; e
- c) Anexo III - Critérios de avaliação das provas práticas.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mga-concursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) www.diariomunicipal.sc.gov.br e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 04 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL FUNDAMENTAL - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Verbo.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL MÉDIO - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL TÉCNICO - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL SUPERIOR - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

MATEMÁTICA: NIVEL FUNDAMENTAL

Números Naturais; Operações Fundamentais; Números Fracionários; Números Decimais; Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor. Resolução de situações problemas. Conjunto de números naturais. Sistema de medida e de numeração. Problemas com números naturais. Divisibilidade. Potenciação. Sistema métrico decimal, unidade de comprimento e de tempo. Matemática comercial: Razões e proporções; Grandezas diretas e inversamente proporcionais; Regra de três simples e compostas; Porcentagem; Juros Simples. Números negativos. Equação e Inequação. Números inteiros. Média aritmética e ponderada. MDC Máximo divisor

comum e MMC mínimo múltiplo comum. Raiz. Fração - classificação, simplificação, operação.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL FUNDAMENTAL - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL MÉDIO - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL TÉCNICO - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL SUPERIOR - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL: Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

CONTADOR: Princípios Fundamentais de Contabilidade: Conceitos e Tipos. Noções Gerais: Conceitos e Objetivos da Contabilidade. Finalidades da Contabilidade. Campo de Atuação. Relatórios Gerenciais: Periodicidade, Comparações Real x Orçado, Consolidação Periódica, Fonte Única ou Banco de Dados. Patrimônio: Bens, direitos e Obrigações: Conteúdos, Classificações e Critérios de Avaliação. Patrimônio Líquido: Conceito, Estrutura e Importância. Variações Patrimoniais: Conceito e Classificação. Gestão: Conceito: Aspectos Econômicos e Financeiros. Despesas, Receitas, Resultados e Custos. Período Administrativo e Exercício Financeiro. Regimes de Caixa e Competência. Teoria da Escrituração: Conceitos e Finalidades. A Conta: Conceito, Estrutura, Classificação. Método de Escrituração: Partidas Dobradas, Princípios e Corolários. Plano de Contas: Estrutura do Plano de Contas. Livros de Escrituração. Registro de Operações. Depreciações, Amortizações e Provisões. Balancete de Verificação. Encerramento do Exercício. Determinação e Destinação do Crédito. Inventário: Conceito e Finalidades Principais. Classificação do Inventário. Avaliação e Reavaliação dos Bens e demais Elementos do Patrimônio. Orçamento: Conceito e Importância. Período Orçamentário. Orçamento de Vendas, Produção, Compras e Financeiro. Demonstrações Contábeis: Necessidade, Finalidade, Importância, e Época de Elaboração. Balanço

Patrimonial. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Análise de Balanços: Noções Gerais: Finalidades e aplicações de análise; planejamento, análise e controle; técnicas de análise; métodos de análise. Análise Econômica: Patrimonial: endividamento; garantia de capitais de terceiros; grau de imobilizações. Rentabilidade: formação do resultado; lucratividade; rentabilidade; economicidade; ponto de equilíbrio; análise de custos e receitas; taxas de retorno. Análise Financeira: Liquidez nos diversos níveis; dependência e independência financeira; capital circulante líquido; frequência e tempo de rotação: estoques, duplicatas a receber, fornecedores, ativo total, ativo operacional. Análise de Fluxo de Recursos: análise de origens e aplicações de recursos; análise das variações do capital circulante líquido, análise das variações das disponibilidades líquidas; análise das fontes de financiamento; Contabilidade de Custos: Conceitos; Classificação dos Custos; Os elementos de custos; Custo das matérias-primas; Custo da mão-de-obra; Os Custos Indiretos de Fabricação; Apropriação e contabilização dos custos; Taxas Departamentais; Sistemas de apuração de custos. Contabilidade Pública: Necessidades e serviços públicos. Fazendas públicas: conceito, elementos, características e classe. Órgãos e funções. Organismo público constitucional e organização administrativa. Administração das Fazendas Públicas e seus momentos: organização, gestão e contabilidade pública, conceito, objetivo, fins e preceitos fiscais. Controle interno e Controle externo da Administração Pública. A organização dos serviços de contabilidade, relacionamento com o estudo de organização e gestão. O órgão econômico estatal. Controle das Fazendas através da contabilidade e auditoria. Organismo Financeiro. Patrimônio das Fazendas Públicas. Conceituação. Estudo qualitativo do patrimônio das fazendas, substância e contra substância. Patrimônio financeiro e patrimônio permanentes. Bens públicos. Dívida pública. Estudo quantitativo do patrimônio das fazendas. Avaliação dos componentes patrimoniais e suas limitações. Critérios de avaliação e dispositivos legais. A gestão das fazendas públicas em seus vários aspectos. Processos fundamentais e processos acessórios de gestão. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. Gestão financeira. Equilíbrio anual e equilíbrio cíclico. Receita orçamentária e extra orçamentária. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação da receita e da despesa. Fazes administrativas da receita e da despesa orçamentária superveniência e insubsistência. O regime de adiantamentos. O inventário nas fazendas públicas. Objeto e classificação dos inventários. Procedimentos dos inventários. Preceitos legais. A escrituração e suas limitações. Planos de contas. Sistemas Escrituração. Escrituração das operações típicas das fazendas públicas nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultado e compensado. As operações de determinação dos resultados financeiros e econômicos do exercício. Balanços orçamentários, financeiro e patrimonial. Demonstração das variações, patrimoniais. Prestação e julgamento de contas governamentais. Prestação e julgamento de contas do grupo econômico estatal. Poder legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

FISCAL: Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Planejamento. Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Elementos de construção - Fundações. Paredes. Coberturas. Revestimentos. Estruturas. Noções Básicas dos Materiais de Construção - Argamassas. Materiais cerâmicos. Materiais betuminosos. Concreto simples. Madeira. Aço.

Execução de obras - Armação. Concretagem. Ferramentas. Medição. Cálculos simples de áreas e volumes. Instalações Elétricas Prediais. Instalações Hidráulicas Prediais - Instalações de água potável. Instalações de esgotos sanitários. Instalações de águas pluviais. Serviços públicos - Redes de abastecimento de água. Redes de esgoto. Redes de águas pluviais. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Código de Posturas do Município. Fiscalização de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e notificações conforme o Código de Posturas. Noções de ecologia e preservação ambiental. Ecossistemas (definição, estrutura, fluxo de energia, cadeias alimentares, ciclos biogeoquímicos, sucessão ecológica e biomas). Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. O Meio Aquático (água na natureza, usos e qualidade da água, abastecimento, poluição e preservação dos mananciais). O Meio terrestre (solos - conceito, formação, composição, características, poluição e remediação). O Meio Atmosférico (características e composição da atmosfera, principais poluentes atmosféricos, noções de meteorologia e dispersão dos poluentes). Doenças relacionadas com o solo, ao ar e às águas. Saneamento básico (água, esgoto e lixo). Impactos ambientais decorrentes de atividades antrópicas. Educação ambiental. Ecoturismo. Esporte e turismo de aventura. Resgate e salvamento. Noções de Legislação Ambiental: a Política Nacional de Meio Ambiente; o Código Florestal; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei da Mata Atlântica, Constituição Federal e Estadual na parte ambiental e de Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/ SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

AGENTE ADMINISTRATIVO II: Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Noções de informática. Segurança no trabalho. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e

instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre - SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

ANEXO II (CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL: 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor público nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação; 2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal; 3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho, etc; 4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se auto determinem quanto à vida funcional; 5. Articular com outras Secretarias Municipais e órgãos do Município a implantação de projetos na área social; 6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais no Município; 7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; 8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; 9. Participar na organização e realização de eventos populares; 10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetadas pelas mesmas; 11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados da APAE, dos grupos, postos de saúde e escolas; 12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, de prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; 13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias; 14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; 15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes, nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); 16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; 17. Supervisionar

voluntários, estagiários e auxiliares, que contribuem na execução de trabalhos da área do Serviço Social; 18. Intermediar a relação do Poder Público com a comunidade, detectando focos de carência, a fim de garantir um atendimento eficaz; 19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; 20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 21. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais no município; 22. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres socioeconômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos pelo IPRECAL, nos termos da legislação de sua constituição; 23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 24. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 8.662/93.

CONTADOR: 1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade Municipal e controlar as transações financeiras; 2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; 3. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 7. Efetuar as prestações de contas; 8. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; 14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 16. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização; 17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; 18. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 19. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar tarefas correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Decreto Lei nº 9.295/1946.

FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE: 1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários; 2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes; 3. Fiscalizar a conduta dos municípios em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e autuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo

Federal sobre o meio ambiente; 5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município; 7. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 6. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; 8. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; 9. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.. 10. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 11. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município; 12. Fiscalizar a conduta dos Municípios conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; 13. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO II: 1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 18. Informar processos administrativos; 19. Assistir aos superiores; 20. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 21. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 22. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 23. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO: 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia

educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO: 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA: 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despeja-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza,

ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - VEÍCULOS PESADOS: 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despeja-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO: 1. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 2. Instalar, reparar e/ou recondicionar aparelhos elétricos em geral, de uso da administração municipal; 3. Reparar câmaras de ar e substituir pneus de veículos de frota municipal; 4. Lubrificar e abastecer veículos, Injetando ou trocando óleo ou graxa lubrificante, utilizando os equipamentos apropriados; 5. Verificar Nível de óleo dos veículos, bem como retirar e limpar filtros, verificar nível de água da baterias, radiador, fazendo a calibragem dos pneus e lavando o veículo; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES: 1. Dirigir veículos de pequeno porte, tais carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Efetuar pequenos reparos de emergência; 4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 5. Providenciar abastecimento; 6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 7. Transportar cargas leves ou pessoas; 8. Providenciar protocolos de correspondências, documentos e projetos relativos a Administração Pública em geral; 9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 10. Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA DA SAÚDE: 1. Dirigir veículos de pequeno e médio porte, tais como: ambulâncias, kombis, carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 4. Providenciar abastecimento; 5. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais,

equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados, para utilização nas Unidades de Saúde; 6. Transportar pessoas que necessitam da assistência à saúde; 7. Cumprir sobreaviso, conforme escala pré determinada (art. 82); 8. Cumprir sobreaviso nos dias de semana que não sejam feriados, quando houver acordo entre o servidor e o Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social; 9. Providenciar protocolos de exames e busca de resultados nas entidades de saúde que prestam assistência à comunidade; 10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 11. Executar tarefas correlatas.

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: 1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; 2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os; 3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; 4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; 5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhá-lo ao aterro sanitário; 6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; 7. Preparar e servir chá, café ou água; 8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas; 9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; 10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; 11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos; 12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; 13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; 14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; 15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; 16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL: 1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia; 2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros; 3. Carregar e descarregar viaturas em geral; 4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos; 5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos; 6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função; 7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos; 8. Auxiliar no preparo da argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho; 9. Executar Serviços de limpeza de terrenos; 10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares; 11. Executar serviços de horta, virando e adubando a

terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários; 12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO /CARPINTEIRO: 1. Executar e reparar calçamento, compreendendo execução de sub-base e assentamento de lajotas, paralelepípedos, ladrilhos e outros. 2. Confeção e reforma em estruturas de madeira, coberturas, galpões etc, colocação de ferros e esquadrias, execução de caixarias para estruturas de concreto, revisão e construção de telhados com telhas de cerâmica, fibrocimento, alumínio e outros, selecionando materiais a fim de garantir um resultado adequado com qualidade; 3. Construção, instalação e manutenção de galerias, muros de arrimo, pontes de concreto e madeira, bocas de lobo, calçadas, paredes, pisos e outros trabalhos de alvenaria, assentando, rejuntando materiais, a partir de plantas, croquis ou instruções para edificação e conservação de equipamentos públicos. 4. Instalar peças de madeira, como forros, assoalhos, janelas, divisórias e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados; 5. Reparar elementos de madeira, substituindo peças, fixando peças soltas para recompor a estrutura; 6. Executar serviços de cortes, lixamento das peças de madeira a serem utilizadas; 7. Preparar e executar serviços de estrutura de concreto em obras civis, conforme o projeto; 8. Colocar telhas e outros materiais para cobertura; 9. Fazer caixas de captação e muros de arrimo; 10. Rebocar e chapiscar paredes e muros em geral, construir alicerces para formar bases de paredes, muros e construções similares; 11. Executar trabalhos de manutenção corretiva de instalações, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças; 12. Montar, instalar, reparar e desobstruir tubulações de redes de esgoto e sistemas hidráulicos; 13. Armar e desarmar andaime de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; 14. Preparar e pintar superfícies internas e/ou externas, rapando-as e cobrindo-as com aplicação de tinta; 15. Colocar e fixar Planos de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores; 16. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 17. Executar e recuperar a pavimentação de paralelepípedos e/ou lajotas; 18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar outras atividades correlatas.

MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS: 1. Conduzir veículos de Transporte Escolar, tais como ônibus, microônibus, vans, dentre outros, seguindo o itinerário conforme solicitado, zelando pela sua segurança das pessoas transportadas, respeitando e cumprindo a legislação de trânsito e recomendações de direção defensiva; 2. Conduzir os veículos, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior; 3. Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção; 4. Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pára-brisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores, dentre outros; 5. Verificar periodicamente o funcionamento do disco do tacógrafo e substituir quando for necessário; 6. Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre; 7. Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação e higienização; 8. Levar o veículo à manutenção sempre que solicitado; 9. Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas

da administração; 10- Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo; 11 Ser responsável pelo itinerário determinado, respeitando os horários e acompanhando o embarque e desembarque dos alunos (nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Educação), zelando pela segurança dos passageiros; 12- Manter disciplina no transporte, desempenhando a função de fiscal quando o veículo não tiver quem exerça tal função, encarregando-se da organização dos passageiros; 13 Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos; 14 Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, deixando-o corretamente estacionado e fechado; 15 Pagar as multas obtidas na condução do veículo; 16 Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, comunicando ao responsável; 17 Comportar-se com educação e respeito; 18 Auxiliar na Carga e descarga de Mercadorias e Materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 19 Entrega de documentos oficiais da administração pública em geral "protocolo"; 20 Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho; 21 Executar outras atividades compatíveis com a função.

ANEXO III

(CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de Máquina/Equipamento RETROESCAVADEIRA.

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL III - VEICULOS PESADOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de CAMINHÃO BASCULANTE

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO

Tarefa a ser executada: Troca de pneu veiculo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na montagem

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - VEICULOS LEVES

Tarefa a ser executada: Dirigir veículo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Tarefa a ser executada: Dirigir ambulância

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO/CARPINTEIRO

Tarefa a ser executada: Mistura de massa e construção de pequeno muro.

Critérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na mistura
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência
Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS

Tarefa a ser executada: Dirigir ônibus.

Critérios de avaliação:

I - Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o veículo

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do veículo

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 020/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 020/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. ALCIOLI RODRIGUES, inscrito no CPF/MF sob nº. 890.089.449-87, aprovada em 25º lugar no Concurso Público nº. 001/2012, para o cargo público e na função de PROFESSOR I - PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 10 de março de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 05 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 021/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 021/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. LOURDES SCHELBAUER PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob nº. 937.006.369-20, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2012, para o cargo público e na função de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 10 de março de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 05 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público a abertura das inscrições ao Processo Seletivo de provas, para contratação temporária nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Processo Seletivo nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - CNPJ/MF: 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Municipal vigente e pertinente.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - CNPJ/MF: 20.267.664/0001-29, supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

1.3 - O regime jurídico adotado é Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário), nos termos estabelecidos pela Legislação Municipal vigente e pertinente.

2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO EXIGIDO, DAS VAGAS, DO VENCIMENTO E DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

2.1 - Os cargos públicos a serem contratados em caráter temporário e formação de cadastro de reserva são os abaixo:

Código	Cargo	Função	Carga Horária	Escolaridade/ Habilitação	Vaga	Vencimentos (mensal) R\$	Taxa de inscrição R\$
02	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Curso Superior de Serviço Social. Registro no Conselho Regional de Serviço Social.	CR	3.116,76	60,00
04	Contador	Contador	40 horas semanais	Curso Superior de Ciências Contábeis. Registro no Conselho Regional de Contabilidade	CR	3.116,76	60,00
05	Enfermeiro	Enfermeiro	40 horas semanais	Curso Superior de Enfermagem. Registro no Cons. Regional de Enfermagem.	CR	3.116,76	60,00
06	Engenheiro	Engenheiro Agrônomo	40 horas semanais	Curso Superior de Engenharia Agrônoma. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00
06	Engenheiro	Engenheiro Civil	40 horas semanais	Curso Superior de Engenharia Civil Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76 + 70% de Gratificação de Responsabilidade Técnica de Projetos e Fiscalização de obra pública	60,00
07	Farmacêutico	Farmacêutico	40 horas semanais	Curso de Nível Superior de Farmácia. Registro no Conselho Regional de Farmácia.	CR	3.116,76	60,00
08	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	30 horas semanais	Curso Superior de Fisioterapia. Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional/ Fisioterapia.	CR	3.116,76	60,00
09	Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo	40 horas semanais	Curso Superior de Fonoaudiologia. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00
10	Médico I	Médico I	20 horas semanais	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.	CR	3.116,76 acrescido de: 50% Gratificação Especial Médica	60,00
11	Médico II	Médico II	40 horas semanais	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.	CR	6.233,52 acrescido de: 50% gratificação especial médica; Até 100% Gratificação ESF conforme localidade	60,00
13	Nutricionista	Nutricionista	40 horas semanais	Curso Superior de Nutrição. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00
14	Odontólogo I	Odontólogo I	20 horas semanais	Curso Superior de Odontologia. Registro no Conselho Regional de Odontologia.	CR	3.116,76	60,00
15	Odontólogo II	Odontólogo II	40 horas semanais	Curso Superior de Odontologia. Registro no Conselho Regional de Odontologia.	CR	6.233,52	60,00
16	Psicólogo	Psicólogo	40 horas semanais	Curso Superior de Psicologia. Registro no Conselho Regional de Psicologia	CR	3.116,76	60,00
17	Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	40 horas semanais	Curso Superior de Terapia Ocupacional. Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional e Fisioterapia.	CR	3.116,76	60,00
18	Técnico em Nível Médio	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em enfermagem	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal de Tributos Municipais	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal da Vigilância Sanitária	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
20	Agente Administrativo II	Agente Administrativo II	40 horas semanais	Nível Médio (2º grau). Conhecimentos básicos em informática.	CR	1.198,72	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – VIO-LÃO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – TECLADO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – BATERIA	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
24	Agente Operacional III	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "C" ou superior, e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00

24	Agente Operacional III	Veículos Pesados	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "E", e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Agente de Manutenção	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau) e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista de Veículos Leves	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Carteira Categoria "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em prova prática.	CR	1.042,37	20,00
25	Motorista	Motorista da Saúde	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Categoria "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em prova prática.	CR	1.042,37	20,00
27	Agente Operacional II	Vigia	40 horas semanais	Alfabetizado	CR	906,40	20,00
28	Auxiliar de Odontologia	Auxiliar de Odontologia	40 horas semanais	Ensino Fundamental (1º grau).	CR	906,40	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar Operacional (gari)	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
31	Agente Administrativo III	Agente Administrativo III (Educação)	40 horas semanais	Superior em Pedagogia e conhecimentos em informática	CR	2.025,87	60,00
31	Agente Administrativo III	Agente Administrativo III (Administrativo)	40 horas semanais	Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou outra formação superior com pós-graduação em administração pública e conhecimentos em informática	CR	2.025,87	60,00
32	Médico IV	Médico Plantonista	Máximo 60 horas/semanais.	Curso Superior de Medicina com especialidade médica Registro no Conselho Regional de Medicina.	02	Vencimento: DIAS NORMAIS (que compreende os dias de segunda a sexta-feira, excluindo os pontos facultativos e feriados): Vencimento de R\$ 38,94 a hora normal, acrescido de: R\$ 14,60 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 19,47 ref. 50% de Gratificação Especial Médica. então: Valor 12 horas diurna R\$ 700,92; e Valor 12 horas noturna R\$ 876,12. - SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS: Vencimento de R\$ 38,94 a hora normal, acrescido de: R\$ 19,47 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 38,94 ref. 100% de Gratificação Especial Médica. Então: Valor 12 horas diurna R\$ 934,57; e Valor 12 horas noturna R\$ 1.168,20.	60,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Bateias de Cima e Papanduvinha	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Bateias de Cima ou Papanduvinha	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Tijucume e Cubatão	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Tijucume ou Cubatão	CR	906,41	30,00

32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Ribeirão do Meio e Mato Bonito	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Ribeirão do Meio ou Mato Bonito	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Ximbuva, Cãozinho e Onça Parda	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Ximbuva ou Cãozinho ou Onça Parda	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Santana	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Santana	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Rodeio Grande e Rodeio de Santa Cruz	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Rodeio Grande ou Rodeio de Santa Cruz	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Campinas e Campinas dos Farias	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Campinas ou Campinas dos Farias	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Distrito de Bateias de Baixo	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Distrito de Bateias de Baixo	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Pirizal e Papanduva	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Pirizal ou Papanduva	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Avenca e Queimados	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Avenca ou Queimados	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Saltinho, Lavrinha e Mutirão (Bateias de Baixo)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Saltinho ou Lavrinha ou Mutirão (Bateias de Baixo)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Cascatas (Vila Cedro)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Cascatas (Vila Cedro)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de São Miguel	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de São Miguel	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Belo Horizonte	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Belo Horizonte	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Santo Antônio e Cascatas	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Santo Antônio ou Cascatas	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Distrito de Fragosos	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Distrito de Fragosos	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Corredeiras	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Corredeiras	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Avenca do Rio Negro ou Capinzal	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Rio Represo	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Rio Represo	CR	906,41	30,00
33	Agente Operacional IV	Agente Operacional IV	40 horas semanais	Nível médio (2º grau)	CR	1.198,72	30,00
35	Instrutor de Informática	Instrutor de Informática	40 horas semanais	Nível médio (2º grau) em Informática ou Processamento de Dados	CR	1.198,72	30,00

37	Agente Operacional V	Pedreiro / Carpinteiro	40 horas semanais	Ensino fundamental e aprovação em prova prática	CR	1.125,89	30,00
84	Atendente de Sala	Atendente de Sala	40 horas semanais	Ensino Médio	CR	1.198,72	40,00
87	Motorista de Transporte de Pessoas	Motorista de Transporte de Pessoas	40 horas semanais	Ensino Fundamental completo com CNH Categoria "D"; Curso de condutor de veículo de Transporte Escolar e, aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00

***Cadastro de reserva**

2.2 - O conteúdo programático consta no anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição de cada cargo está descrito na tabela acima, na coluna "Taxa de Inscrição R\$".

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br e afixado no mural da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em Mural Sede na Prefeitura de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e www.mgaconcursospublicos.com.br.

3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:
3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.
3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.
3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.
3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

4 - DAS ISENÇÕES

4.1 - Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 - O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 - A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 - O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1 - Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucilio de Held, nº 1378, sala 03- Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados: a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

6 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1 - O Processo Seletivo será composto da 1ª e 2ª etapa, com prova objetiva e prática, conforme abaixo:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter classificatório, para todos os cargos.

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA PRÁTICA, de caráter eliminatório, apenas para os cargos: a) Agente Operacional III - Operador de Máquinas e Equipamentos; b) Agente Operacional III - Veículos Pesados; c) Agente Operacional III - Agente de Manutenção; d) Motorista - Motorista de Veículos Leves; e) Motorista - Motorista da Saúde; f) Agente Operacional V - Pedreiro/carpinteiro; e g) Motorista de Pessoas.

7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na data de 11/04/2015, com duração de 03 (três) horas, em locais que serão oportunamente divulgados.

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	TARDE	11/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

7.1.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.2.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.2 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.3 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.4 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

7.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS.

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

7.4 - QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível superior	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível técnico	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível médio	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível fundamental	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Matemática	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

7.5 - DAS PROVAS PRÁTICAS

7.5.1 - As provas práticas serão aplicadas em data e local a ser definido em edital de convocação.

7.5.2 - Os candidatos serão submetidos a avaliações, descritas no anexo III deste Edital.

7.5.3 - O candidato será considerado aprovado se receber nota da avaliação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.5.4 - O candidato ausente, desistente, ou descumprir as orientações dos examinadores será considerado eliminado na prova prática e consequentemente reprovado no Processo Seletivo.

7.5.5 - Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas em hipótese alguma.

8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 7.1 deste Edital no Município de Campo Alegre - SC, em locais que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Processo Seletivo e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda

(opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 7.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei Federal nº 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 7.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site www.mgaconcursospublicos.com.br, no dia subsequente à realização da prova.

9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Processo Seletivo MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Isenções;
- b) Edital de Deferimento das Inscrições;
- c) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- d) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- e) Edital de Resultado das Provas Objetivas e Práticas;

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação

lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br, após um dia útil da interposição do recurso.

11 - DA PONTUAÇÃO FINAL

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva, considerando que a prova prática terá caráter eliminatório, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br.

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 9 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

- a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
- b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- a) Aprovação neste Processo Seletivo;
- b) Nacionalidade brasileira;
- c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;
- f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;
- g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e
- i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em Processo Seletivo poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do Processo Seletivo, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do Processo Seletivo será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - Ficará sem efeito a atribuição contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF;
- b) Título de Eleitor;
- c) Carteira de Identidade RG;
- d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;
- e) Histórico Escolar;
- f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;
- g) Certificado Militar (se homem);
- h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- i) 01 Foto 3X4;
- j) Declaração de Bens;
- k) Comprovante de votação da última eleição;
- l) Comprovante de Residência;
- m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe, conforme o caso.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos,

apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos).

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Processo Seletivo será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre - SC, através da Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

15.13 - A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Processo Seletivo.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Processo Seletivo Classificatório.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico www.mga-concursospublicos.com.br.

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Processo Seletivo, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos cargos
- c) Anexo III - Critérios de avaliação das provas práticas.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na integra, nos endereços eletrônicos: www.mga-concursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) www.diariomunicipal.sc.gov.br e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I
(PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015)

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL FUNDAMENTAL: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Verbo.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL MÉDIO Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL TÉCNICO Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL SUPERIOR Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

MATEMÁTICA: NIVEL FUNDAMENTAL

Números Naturais; Operações Fundamentais; Números Fracionários; Números Decimais; Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor. Resolução de situações problemas. Conjunto de números naturais. Sistema de medida e de numeração. Problemas com números naturais. Divisibilidade. Potenciação. Sistema métrico decimal, unidade de comprimento e de tempo. Matemática comercial: Razões e proporções; Grandezas diretas e inversamente proporcionais; Regra de três simples e compostas; Porcentagem; Juros Simples. Números negativos. Equação e Inequação. Números inteiros. Média aritmética e ponderada. MDC Máximo divisor comum e MMC mínimo múltiplo comum. Raiz. Fração

- classificação, simplificação, operação.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL FUNDAMENTAL: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL MÉDIO: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL TÉCNICO: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL SUPERIOR: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL: Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

CONTADOR: Princípios Fundamentais de Contabilidade: Conceitos e Tipos. Noções Gerais: Conceitos e Objetivos da Contabilidade. Finalidades da Contabilidade. Campo de Atuação. Relatórios Gerenciais: Periodicidade, Comparações Real x Orçado, Consolidação Periódica, Fonte Única ou Banco de Dados. Patrimônio: Bens, direitos e Obrigações: Conteúdos, Classificações e Critérios de Avaliação. Patrimônio Líquido: Conceito, Estrutura e Importância. Variações Patrimoniais: Conceito e Classificação. Gestão: Conceito: Aspectos Econômicos e Financeiros. Despesas, Receitas, Resultados e Custos. Período Administrativo e Exercício Financeiro. Regimes de Caixa e Competência. Teoria da Escrituração: Conceitos e Finalidades. A Conta: Conceito, Estrutura, Classificação. Método de Escrituração: Partidas Dobradas, Princípios e Corolários. Plano de Contas: Estrutura do Plano de Contas. Livros de Escrituração. Registro de Operações. Depreciações, Amortizações e Provisões. Balancete de Verificação. Encerramento do Exercício. Determinação e Destinação do Crédito. Inventário: Conceito e Finalidades Principais. Classificação do Inventário. Avaliação e Reavaliação dos Bens e demais Elementos do Patrimônio. Orçamento: Conceito e Importância. Período Orçamentário. Orçamento de Vendas, Produção, Compras e Financeiro. Demonstrações Contábeis: Necessidade, Finalidade, Importância, e Época de Elaboração. Balanço Patrimonial. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração das Origens

e Aplicações de Recursos. Análise de Balanços: Noções Gerais: Finalidades e aplicações de análise; planejamento, análise e controle; técnicas de análise; métodos de análise. Análise Econômica: Patrimonial: endividamento; garantia de capitais de terceiros; grau de imobilizações. Rentabilidade: formação do resultado; lucratividade; rentabilidade; economicidade; ponto de equilíbrio; análise de custos e receitas; taxas de retorno. Análise Financeira: Liquidez nos diversos níveis; dependência e independência financeira; capital circulante líquido; frequência e tempo de rotação: estoques, duplicatas a receber, fornecedores, ativo total, ativo operacional. Análise de Fluxo de Recursos: análise de origens e aplicações de recursos; análise das variações do capital circulante líquido, análise das variações das disponibilidades líquidas; análise das fontes de financiamento; Contabilidade de Custos: Conceitos; Classificação dos Custos; Os elementos de custos; Custo das matérias-primas; Custo da mão-de-obra; Os Custos Indiretos de Fabricação; Apropriação e contabilização dos custos; Taxas Departamentais; Sistemas de apuração de custos. Contabilidade Pública: Necessidades e serviços públicos. Fazendas públicas: conceito, elementos, características e classe. Órgãos e funções. Organismo público constitucional e organização administrativa. Administração das Fazendas Públicas e seus momentos: organização, gestão e contabilidade pública, conceito, objetivo, fins e preceitos fiscais. Controle interno e Controle externo da Administração Pública. A organização dos serviços de contabilidade, relacionamento com o estudo de organização e gestão. O órgão econômico estatal. Controle das Fazendas através da contabilidade e auditoria. Organismo Financeiro. Patrimônio das Fazendas Públicas. Conceituação. Estudo qualitativo do patrimônio das fazendas, substância e contra substância. Patrimônio financeiro e patrimônio permanentes. Bens públicos. Dívida pública. Estudo quantitativo do patrimônio das fazendas. Avaliação dos componentes patrimoniais e suas limitações. Critérios de avaliação e dispositivos legais. A gestão das fazendas públicas em seus vários aspectos. Processos fundamentais e processos acessórios de gestão. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. Gestão financeira. Equilíbrio anual e equilíbrio cíclico. Receita orçamentária e extra orçamentária. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação da receita e da despesa. Fazes administrativas da receita e da despesa orçamentária superveniência e insubsistência. O regime de adiantamentos. O inventário nas fazendas públicas. Objeto e classificação dos inventários. Procedimentos dos inventários. Preceitos legais. A escrituração e suas limitações. Planos de contas. Sistemas Escrituração. Escrituração das operações típicas das fazendas públicas nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultado e compensado. As operações de determinação dos resultados financeiros e econômicos do exercício. Balanços orçamentários, financeiro e patrimonial. Demonstração das variações, patrimoniais. Prestação e julgamento de contas governamentais. Prestação e julgamento de contas do grupo econômico estatal. Poder legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ENFERMEIRO: Ética, deontologia, bioética e legislação em enfermagem; noções de saúde coletiva e epidemiologia; nutrição e dietética em saúde; semiologia e semiotécnica em enfermagem; sistematização da assistência em enfermagem; processo de cuidar em enfermagem clínica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); Código de Ética do profissional de enfermagem, processo de cuidar em enfermagem cirúrgica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); processo do cuidar em enfermagem em doenças transmissíveis; processo do cuidar em enfermagem em emergências e urgências; processo do cuidar em enfermagem em saúde mental e psiquiatria; administração e gerenciamento em saúde; saúde da família e atendimento domiciliar; biossegurança nas ações de enfermagem; enfermagem em centro de material e esterilização; programa nacional de imunização. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de

Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ENGENHEIRO AGRONOMO: Administração rural, irrigação e drenagem; Agricultura; Agricultura orgânica; Compostos orgânicos; Economia rural; Entomologia econômica; Fertilidade do Solo; Fisiologia vegetal; Fitopatologia; Fruticultura; Geologia geral; Irrigação e drenagem; Mecânica, máquinas e motores agrícolas; Meteorologia e Climatologia; Microbiologia agrícola; Olericultura Regional, Estufas e hidropônica; Paisagismo e arborização urbana; Plano Diretor; Máquinas e Implementos Agrícolas; Silvicultura. Legislação Ambiental. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ENGENHEIRO CIVIL: Orçamento e Planejamento de Obras, Engenharia de Avaliações, Estruturas de Concreto Armado, Fundações, Patologias em Edifícios, Práticas de Construção Civil, Análise Estrutural - Estática, Instalações Hidráulicas, Instalações Elétricas, Qualidade na Indústria da Construção Civil, Mecânica dos solos, Estruturas de madeira, Drenagem de Águas Pluviais, Materiais de Construção. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FARMACÊUTICO: FARMACOLOGIA: Farmacocinética - Absorção, distribuição e Eliminação das Drogas; Farmacodinâmica - Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: Conceitos Gerais; uso Racional de Medicamentos; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos de utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências. SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS: Conceitos Gerais; Farmacoeconomia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL: Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e dispensação); Portaria nº 344/98; Medicamentos de referência, similares e genéricos. FARMACOTÉCNICA E TECNOLOGIA FARMACÊUTICA: Manipulação de Fórmulas Magistrais; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização. CONTROLE DE QUALIDADE: Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos - Métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos; garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar. ÉTICA PROFISSIONAL: Legislação Sanitária aplicada à Farmácia. A organização Jurídica da profissão Farmacêutica. Histórico da profissão farmacêutica no Brasil e no mundo. Conceitos básicos em Ciências Farmacêuticas. Política de Medicamentos. História da Saúde Pública no Brasil. O SUS. EPIDEMIOLOGIA: Determinações Sociais do Processo Saúde/Doença e Aspectos Epidemiológicos. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções de controle de infecção hospitalar. LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS: Administração de Farmácia dispensação, aviamento de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos.; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo

Médio Mensal, Ponto de Requisição, Estoque Mínimo e Estoque Máximo Curvas ABC/XYZ; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos. Código de ética do Farmacêutico, Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISIOTERAPEUTA: Métodos e técnicas de avaliação, tratamento e procedimentos em fisioterapia. Provas de função muscular. Cine-siologia e Biomecânica. Análise da marcha. Exercícios terapêuticos e treinamento funcional. Indicação, contraindicação, técnicas e efeitos fisiológicos da hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, crioterapia, eletroterapia, termoterapia superficial e profunda. Prescrição e treinamento de órteses e próteses. Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício e fisiopatologia, semiologia e procedimentos fisioterápicos nas áreas: neurológicas e neuropediátricas; ortopedia e traumatologia; cardiologia; pneumologia; ginecologia e obstetrícia. Geriatria: fisioterapia preventiva, curativa e reabilitadora. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FONOAUDIOLOGO: Anátomo-Fisiologia do sistema nervoso central; Anátomo-Fisiologia da audição; Anátomo-Fisiologia do sistema sensorio motor oral (incluindo fissuras lábio palatinas e disfagias); Anátomo-Fisiologia da voz; Intervenção fonoaudiológica em recém-nascidos; Avaliação, diagnóstico e intervenção em Audiologia (incluindo próteses auditivas); Aquisição, desenvolvimento, distúrbios e intervenção fonoaudiológica na linguagem oral (incluindo gagueira e afasia); Aquisição, desenvolvimento, alterações e intervenção na linguagem escrita (incluindo dislexia); Atuação fonoaudiológica junto ao idoso; Classificação, conceito, etiologia e reabilitação vocal (incluindo câncer de laringe); Fonoaudiologia e saúde pública; Fonoaudiologia escolar; , Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

MÉDICO I - Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de

notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

MÉDICO II - Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

MÉDICO IV PLANTONISTA - Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

NUTRICIONISTA: Alimentos e nutrientes. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana.

Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Alimentos dietéticos e alternativos. Produção: administração de serviços de alimentação. Planejamento do serviço de nutrição e dietética; aspectos físicos do serviço de nutrição e dietética; sistema de distribuição de refeições; serviços de alimentação hospitalar. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Gestão de estoque: curva ABC. Controle higiênico sanitário dos alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Dietoterapia. Saúde Pública: avaliação nutricional hospitalar e ambulatorial. Dietoterapia nas patologias do tubo gastrointestinal e órgãos anexos (fígado, pâncreas, endócrino e exócrino e vias biliares). Dietoterapia nas patologias renais. Dietoterapia nas patologias cardiovasculares. Dietoterapia na obesidade e magreza. Dietoterapia nas cirurgias digestivas. Dietoterapia na gravidez e lactação. Atenção nutricional ao idoso. Avaliação e internação de exames laboratoriais de rotina. Internação droga nutrientes. Dietoterapia pediátrica: avaliação nutricional; orientação nutricional nas síndromes diarreicas; orientação nutricional na recuperação do desnutrido, orientação nutricional nas afecções renais, orientação nutricional na obesidade, nas doenças gastrointestinais, nas cirurgias digestivas, nas pneumopatias, nas erasmatos do metabolismo. Terapia nutricional parenteral e enteral. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. PCNs e RCNs. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre - SC.

ODONTOLOGO I - Alterações no desenvolvimento e crescimento das estruturas orais e para-orais; Cárie dentária e suas sequelas; Neoplasias benignas de origem não-dontogênica; Lesões pré-malignas e malignas da cavidade oral; Tumores odontogênicos e não-odontogênicos; Cistos odontogênicos e não-odontogênicos; Manifestações orais das doenças sistêmicas e infecções orais por fungos, vírus e bactérias; Doenças das glândulas salivares; Lesões inflamatórias dos maxilares; Aspectos emiológicos da prática odontológica: anamnese, exames objetivos e complementares. FARMACOLOGIA- Conceitos gerais de vias de introdução e eliminação dos medicamentos e suas posologias; Anestésicos locais, analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos, quimioterápicos e coagulantes: uso em odontologia; Pacientes especiais fármacos-dependentes, condutas do profissional de odontologia; Tratamento das emergências médicas no consultório dentário; Interações medicamentosas de interesse do cirurgião-dentista. DENTÍSTICA - Diagnóstico e plano de tratamento em dentística; Preparo do campo operatório, isolamento relativo e absoluto do campo operatório - instrumental e técnica; Técnicas de aumento de coroa clínica, cirurgia de cunha distal e proximal, espaço biológico - conceitos e importância; Materiais dentários: resina composta, ionômero de vidro, compômeros, amálgama dentário e materiais utilizados na proteção do complexo pulpar; Clareamento dental. CIRURGIA - Períodos pré e pós- operatórios; Exodontia; Acidentes e complicações em cirurgia buco-rnaxilo-facial: Cirurgia dos dentes inclusos; Princípios gerais de traumatologia buco-maxilo-facial: Tratamento cirúrgico das infecções orais bem como de cistos e tumores da cavidade oral; Cirurgia pré-protética; Instrumental cirúrgico; Anestesiologia. RADIOLOGIA - Princípios gerais de aplicação em odontologia; Conceito e física das radiações; Filmes e métodos de processamento radiográfico; Efeitos biológicos dos RX; Técnicas radiográficas intra e extra orais; Métodos de localização radiográfica; Interpretação radiográfica das patologias orais; Novos métodos em imagenologia odontológica. BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA - Métodos de controle de infecção e esterilização;

Proteção profissional e do paciente. OCLUSÃO- Fundamentos de oclusão e dos movimentos mandibulares; Classificação, diagnóstico e tratamento das disfunções têmporo- mandibulares. ÉTICA E LEGISLAÇÃO ODONTOLÓGICA - O código de ética odontológico. Saúde pública: Lei orgânica do SUS (8080/90), Legislação e Ética profissional, Lei 7498/86, NOAS; Legislação Básica do SUS (Leis Federais 8080/90 e 8.142/90). Noas 2002. Programa Estratégia Saúde da Família - PSF (Programa Saúde da 'Família) - Normas e Bases Operacionais. Pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão - Port MS 399/2006. Doenças, endêmicas de acordo com o perfil nosológqto/ epidemiológico do Município: Dengue, esquistossomoses, hansen, tuberculose, DST/ AIOS, Leishmaniose, HAS, ICC - Insuficiência cardíaca congênita, dermatoses, diarreia, pneumonias, parasitoses, viroses, pré-natal de baixo risco, planejamento familiar, asma, ansiedades, depressão, psicoses, diabetes mellitus e vulvovaginites; , Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ODONTOLOGO II- Alterações no desenvolvimento e crescimento das estruturas orais e para-orais; Cárie dentária e suas sequelas; Neoplasias benignas de origem não-dontogênica; Lesões pré-malignas e malignas da cavidade oral; Tumores odontogênicos e não-odontogênicos; Cistos odontogênicos e não-odontogênicos; Manifestações orais das doenças sistêmicas e infecções orais por fungos, vírus e bactérias; Doenças das glândulas salivares; Lesões inflamatórias dos maxilares; Aspectos emiológicos da prática odontológica: anamnese, exames objetivos e complementares. FARMACOLOGIA - Conceitos gerais de vias de introdução e eliminação dos medicamentos e suas posologias; Anestésicos locais, analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos, quimioterápicos e coagulantes: uso em odontologia; Pacientes especiais fármacos-dependentes, condutas do profissional de odontologia; Tratamento das emergências médicas no consultório dentário; Interações medicamentosas de interesse do cirurgião-dentista. DENTÍSTICA - Diagnóstico e plano de tratamento em dentística; Preparo do campo operatório, isolamento relativo e absoluto do campo operatório - instrumental e técnica; Técnicas de aumento de coroa clínica, cirurgia de cunha distal e proximal, espaço biológico - conceitos e importância; Materiais dentários: resina composta, ionômero de vidro, compômeros, amálgama dentário e materiais utilizados na proteção do complexo pulpar; Clareamento dental. CIRURGIA - Períodos pré e pós- operatórios; Exodontia; Acidentes e complicações em cirurgia buco-rnaxilo-facial: Cirurgia dos dentes inclusos; Princípios gerais de traumatologia buco-maxilo-facial: Tratamento cirúrgico das infecções orais bem como de cistos e tumores da cavidade oral; Cirurgia pré-protética; Instrumental cirúrgico; Anestesiologia. RADIOLOGIA - Princípios gerais de aplicação em odontologia; Conceito e física das radiações; Filmes e métodos de processamento radiográfico; Efeitos biológicos dos RX; Técnicas radiográficas intra e extra orais; Métodos de localização radiográfica; Interpretação radiográfica das patologias orais; Novos métodos em imagenologia odontológica. BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA - Métodos de controle de infecção e esterilização;

Município: Dengue, esquistossomoses, hansen, tuberculose, DST/AIOS, Leishmaniose, HAS, ICC - Insuficiência cardíaca congênita, dermatoses, diarreia, pneumonias, parasitoses, viroses, pré-natal de baixo risco, planejamento familiar, asma, ansiedades, depressão, psicose, diabetes mellitus e vulvovaginites; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PSICÓLOGO: Teorias e técnicas psicoterápicas e teorias e técnicas psicoterápicas de fundamentação psicanalítica (infância, adolescência, idade adulta e velhice). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). Modelos de psicoterapia. Aplicações clínicas das psicoterapias. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. Conhecimentos gerais e específicos dos conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais na psiquiatria e na saúde mental. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. Cidadania, classes populares e doença mental. Política de saúde mental no Brasil: visão histórica; Medicina, psiquiatria, doença mental; Epidemiologia social das desordens mentais; Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental; Perspectivas da psiquiatria pós asilar no Brasil; Saúde mental e trabalho; A história da Loucura: o modelo hospitalar e o conceito de doença mental; As Reformas Psiquiátricas; Legislação em Saúde Mental; Nosologia, Nosografia e psicopatologia: a clínica da Saúde Mental. Articulação entre clínica e reabilitação psicossocial. Projeto Terapêutico. Multidisciplinariedade. Noções básicas de psicanálise e suas interfaces com a saúde mental; Psicologia e Educação. Transtornos de Personalidade. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: Legislação Básica do SUS (Constituição Federal/88, Seção II - Da Saúde, Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990 e Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990). Reforma Psiquiátrica no SUS. Política Nacional de saúde mental. Legislação relacionada aos Centros de Apoio Psicossociais. Atividades e Recursos Terapêuticos. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Neurologia. Ortopedia. Patologia de Órgãos e sistemas. Saúde Pública. Administração em Terapia Ocupacional. Pneumologia, Reumatologia, Psiquiatria, Cardiologia. Psicomotricidade. Terapia ocupacional aplicada a Neuro/ortopedia, a disfunções sensoriais, a problemas sociais, a saúde mental, a Psiquiatria, a Gerontologia e Geriatria, a Deficiência Mental, a Patologias diversas Prótese e órtese. Ética e Deontologia. Ética profissional; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOBSUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e

imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DE OBRAS POSTURAS E MEIO AMBIENTE: Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Planejamento. Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Elementos de construção - Fundações. Paredes. Coberturas. Revestimentos. Estruturas. Noções Básicas dos Materiais de Construção - Argamassas. Materiais cerâmicos. Materiais betuminosos. Concreto simples. Madeira. Aço. Execução de obras - Armação. Concretagem. Ferramentas. Metragem. Cálculos simples de áreas e volumes. Instalações Elétricas Prediais. Instalações Hidráulicas Prediais - Instalações de água potável. Instalações de esgotos sanitários. Instalações de águas pluviais. Serviços públicos - Redes de abastecimento de água. Redes de esgoto. Redes de águas pluviais. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Código de Posturas do Município. Fiscalização de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e notificações conforme o Código de Posturas. Noções de ecologia e preservação ambiental. Ecossistemas (definição, estrutura, fluxo de energia, cadeias alimentares, ciclos biogeoquímicos, sucessão ecológica e biomas). Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. O Meio Aquático (água na natureza, usos e qualidade da água, abastecimento, poluição e preservação dos mananciais). O Meio terrestre (solos - conceito, formação, composição, características, poluição e remediação). O Meio Atmosférico (características e composição da atmosfera, principais poluentes atmosféricos, noções de meteorologia e dispersão dos poluentes). Doenças relacionadas com o solo, ao ar e às águas. Saneamento básico (água, esgoto e lixo). Impactos ambientais decorrentes de atividades antrópicas. Educação ambiental. Ecoturismo. Esporte e turismo de aventura. Resgate e salvamento. Noções de Legislação Ambiental: a Política Nacional de Meio Ambiente; o Código Florestal; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei da Mata Atlântica, Constituição Federal e Estadual na parte ambiental e de Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DE TRIBUTOS: Código Tributário Nacional. LC Federal nº 116/03, Código Civil Brasileiro - no tocante a empresas. Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto da Microempresa). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Lei nº 8.142/90 - Controle Social e Financiamento do SUS. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Prevenção e promoção da Saúde: Visita Domiciliar - Saúde e comunidade. Avaliação das áreas de risco ambiental e

sanitário; Conceitos de eficácia e eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliações em saúde: conceitos, tipos instrumentos e técnicas; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, dentre outras. Coleta seletiva do lixo; Riscos ambientais: contaminantes (produtos químicos); Ética profissional. Lei nº 8.080/90. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

AGENTE ADMINISTRATIVO II: Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Noções de informática. Segurança no trabalho. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA: Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares.

Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

AGENTE ADMINISTRATIVO III - EDUCAÇÃO: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de Informática. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

AGENTE ADMINISTRATIVO III - ADMINISTRAÇÃO: Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Noções de informática. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

AGENTE OPERACIONAL IV: Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Noções de informática. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA: Memória do computador: utilização; bit, bytes e palavras; tamanho e posições da memória; memórias internas e auxiliares; programas em memória ROM; memória virtual; cache de memória e tempo de acesso e ciclo de memória. Unidade Central de Processamento: execução das instruções; velocidade de processamento; registradores; clock; barramentos; microcomputadores; sistemas operacionais em microcomputadores; instalação de microcomputadores. Unidades de entrada/saída e periféricos: introdução, tipos de dispositivos de entrada, tipos de dispositivo de saída e dispositivos de entrada/saída. Sistemas operacionais e linguagens de programação: apresentação e conceitos fundamentais; a evolução dos computadores; o software; as linguagens de programação; linguagens da WEB; programas compilados e programas interpretados; ferramentas do escritório moderno; linguagens orientadas a objeto. Organização da Informação: arquivos e registros; organização dos arquivos; procedimentos nos diversos arquivos; bancos de dados e bancos de dados orientados a objetos. Funcionamento do Computador: o suporte do processamento; a carga do sistema; os programas; instruções; multiprogramação e multiprocessamento; conceitos básicos em relação à configuração de setup e montagem do microcomputador. Introdução à Lógica de Programação: algoritmos, tipos de lógica, instrumentos da lógica de programação, fluxogramas, lógica estruturada, árvores e tabelas de decisão. Concepção e programação: conceitos, construção de algoritmos, procedimentos, funções, bibliotecas e estruturas de dados. Programação orientada a objetos. Linguagens de programação (Delphi, Visual Basic, Java, C++, ASP, PHP, AJAX, HTML, XML): conceitos. Manutenção preventiva e corretiva em terminais de computadores. Redes locais e teleprocessamento: redes de comunicação de dados, meios de comunicação, Internet (definição, funcionamento, serviços e protocolos); elementos de uma rede;

conectividade; utilização de microcomputador em rede; estruturas de rede (topologia); padrões e interfaces; conceituação de redes locais; arquiteturas e topologias de redes. Modelo físico; sistemas operacionais de rede, protocolos e segurança nas redes. Principais componentes: hubs, "switches", pontes, amplificadores, repetidores e gateways. Meios físicos de transmissão: par trançado, cabo coaxial, fibra ótica, wireless, outros meios de transmissão, ligação ao meio, ligações ponto a ponto, ligações multiponto, ligações em rede de fibra ótica. Sistemas operacionais de rede: servidores de aplicações, servidores de arquivos e sistemas de arquivos, discos e partições. Sistemas operacionais Windows. Utilitários Microsoft em português. implementação de banco de dados, criação e manutenção de tabelas, conceitos da linguagem SQL, uso da barra de ferramentas, atalhos e menus; MS Word; MS Excel; MS Power Point; BR-Office-Writer; BR-Office-Calcul; BROffice-impress - Conceitos básicos. Uso de ambiente gráfico; execução de programas, aplicativos e acessórios; conceitos de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; uso dos recursos de rede; área de trabalho; configuração do ambiente gráfico; área de transferência; manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus; interação com o conjunto de aplicativos MS Office; instalação e desinstalação de aplicativos e periféricos. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ATENDENTE DE SALA: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de Informática. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ANEXO II (PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL: 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor público nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação; 2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal; 3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho, etc; 4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se auto determinem quanto à vida funcional; 5. Articular com outras Secretarias Municipais e órgãos do Município a implantação de projetos na área social; 6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais no Município; 7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; 8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; 9. Participar

na organização e realização de eventos populares; 10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetadas pelas mesmas; 11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados da APAE, dos grupos, postos de saúde e escolas; 12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, de prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; 13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias; 14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; 15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes, nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); 16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; 17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares, que contribuem na execução de trabalhos da área do Serviço Social; 18. Intermediar a relação do Poder Público com a comunidade, detectando focos de carência, a fim de garantir um atendimento eficaz; 19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; 20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 21. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais no município; 22. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sócio-econômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos pelo IPRECAL, nos termos da legislação de sua constituição; 23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 24. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na lei federal nº 8662/93.

CONTADOR: 1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade Municipal e controlar as transações financeiras; 2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; 3. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 7. Efetuar as prestações de contas; 8. Controlar/ avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; 14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 16. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização; 17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; 18. Contabilizar as operações que traduzem a situação

orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 19. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar tarefas correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-Lei nº 9.295/1946.

ENFERMEIRO: 1. Efetuar levantamento e diagnóstico, junto às equipes de saúde, essenciais ao planejamento de ações de Saúde Pública; 2. Estabelecer objetivos e metas para os serviços de saúde; 3. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde da unidade local e desta com a comunidade; 4. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promover orientação sobre a importância do registro de dados do pessoal técnico e auxiliar de enfermagem em especial; 5. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 6. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem; 7. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local, nas atividades de consulta de enfermagem e consulta pré-natal; 8. Atender, em especial, crianças de 0 à 5 anos de idade, identificando e acompanhando grupos de riscos e fazendo visitas domiciliares; 9. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação de cobertura vacinal; 10. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional; 11. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção às ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente; 12. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde; 13. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; 14. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; 15. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem, quando solicitado pelas entidades da Administração Municipal; 16. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição de assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; 17. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde; 18. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica, em situação de emergência; 19. Participar de programas e nas atividades de assistências integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; 20. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; 21. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 160); 22. Desenvolver, quando designado, todas as atribuições de enfermagem vinculadas ao Programa de Saúde da Família; 23. Como integrante da equipe de saúde:

a) prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pelos órgãos de saúde; b) assistir a gestante, parturiente e puérpera; c) prover a execução do parto sem distocia; d) acompanhar a evolução do trabalho de parto; e) participar em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;

24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 25. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 26. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 7498/86.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO: 1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo, etc; 2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna; 3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município; 4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação; 5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias; 6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas: a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente à comunidade; b) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica para projetos do Município; d) Prestar assistência, assessoria e consultoria aos produtores rurais beneficiados pelos programas implementados pelo Município; e) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico; f) Auxiliar na elaboração do Orçamento Anual; g) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade das atividades das pequenas propriedades rurais; h) Executar obras e serviço técnico indicados pela Administração Municipal; i) Fiscalizar obra e serviço técnico; j) Conduzir trabalho técnico, indicados pela Administração Municipal; k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção dos equipamentos utilizados em sua atividade; l) Executar desenho técnico, quando indicado pela Administração Municipal; 7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; e 8. Desempenhar outras atividades afins.

ENGENHEIRO CIVIL: 1. Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, inclusive pontes, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes; 2. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes; 3. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., afim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 4. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 5. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 6. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário; 7. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas; 8. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas; 9. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos; 10. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo; 11. Desenvolver pesquisas, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo; 12. Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação; 13. Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal; 14. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação; 15. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros; 16. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistemas viários, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização; 17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto

as atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5194/66.

FARMACÊUTICO: 1. Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, à unidades de saúde da Administração Municipal; 2. Assinar a responsabilidade técnica pela Farmácia Municipal; 3. Auxiliar os detentores dos cargos de fiscal de Vigilância Sanitária na prestação de seus serviços quando da fiscalização de entidades que operam com fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; 4. Elaborar laudos técnicos e a realização de perícias técnicas na área de formação quando solicitado pela Administração Municipal; 5. Assessorar a Administração Municipal no desempenho e na construção de unidades laboratoriais setores em que se prepare ou fabrique produtos biológicos, soros, vacinas imunotrópicos entre outros para o uso humano e veterinário; 6. Auxiliar quando solicitado o detentor de cargo de Médico Veterinário; 7. Auxiliar no tratamento/controle de qualidade das águas de consumo humano no Município; 8. Elaborar levantamento estatístico sobre os medicamentos utilizados no Município; 9. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados pela má utilização de medicamentos; 10. Participar de estudos e elaboração de projetos para utilização pela comunidade de produtos fitoterápicos; 11. Executar consultoria, auditoria e emissão de pareceres sobre a matéria de Farmácia quando solicitadas pela Administração Municipal; 12. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde. 13. Colaborar com as atividades executados pelo Programa Saúde na Família; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais/equipamentos de trabalho; 16. Executar outras atividades correlatas.

FISIOTERAPEUTA: 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade a fim de executar métodos e técnicas fisioterapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade física, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fisioterapia, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Fisioterapia, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças, tais como a osteoporose; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, as atribuições e disposições contidas no Decreto-Lei Federal nº 938/69.

FONOAUDIÓLOGO: 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento de problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição do servidor público; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de má utilização da voz, na comunidade em geral; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fonoaudiologia; 4. Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; 5. Realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição, da população em geral; 6. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares

aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Dar pareceres fonoaudiológicos, na área de comunicação escrita e oral, voz e audição; 8. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 9. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fonoaudiológica; 16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 6.965/81.

MÉDICO I: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

MÉDICO II: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e seus dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

NUTRICIONISTA: 1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere as atividades inerentes à alimentação e nutrição; 2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas; 3. Implementar as ações de saúde pública, de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional de central, estudos e padronização relativas as atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde; 5. Coordenar e supervisionar os Programas de Suplementação Alimentar (PSA), implantados na

rede de saúde, articulando-se com as demais Instituições envolvidas no programa, segundo as diretrizes municipais de saúde; 6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos do número de beneficiários, dos desligamentos, etc., às demais entidades envolvidas no programa; 7. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população de acordo com as diretrizes municipais de saúde; 8. Participar de projetos de pesquisas que envolvam a ciência da Nutrição; 9. Emitir Parecer Técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados à área de alimentação e nutrição; 10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene de conservação dos mesmos; 11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados; 12. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplemento alimentar e assemelhados e inspecionar o seu cumprimento; 13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene; 14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados; 15. Estudar os hábitos alimentares e o estudo nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar; 16. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Decreto Federal nº 84.444/80.

ODONTÓLOGO I: 1. Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966; 2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia; 3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, público ou privado; 4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado, pela Administração Municipal; 5. Aplicar anestesia local e truncular; 6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente; 7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça; 8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes; 8. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado; 9. Realizar pequenas cirurgias; 10. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica; 11. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia; 12. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia, quando requisitado pela Administração Municipal; 13. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 14. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia; 16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 17. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5.081/66.

ODONTOLOGO II: 1. Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966; 2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia; 3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos

e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, público ou privado; 4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado pela Administração Municipal; 5. Aplicar anestesia local e truncular; 6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente; 7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça; 8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes; 8. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado; 9. Realizar pequenas cirurgias; 10. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica; 11. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia; 12. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia quando requisitado pela Administração Municipal; 13. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 14. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia; 16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 17. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal; 18. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica, implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; 19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica; 20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5.081/66.

PSICÓLOGO: 1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores inclusive os de caráter temporário; 2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal; 3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores; 4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho; 5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido; 6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, inclusive APAE, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem; 7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores; 8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento dos alunos em todos os aspectos de seu desenvolvimento; 9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos; 10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde; 11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental; 12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos; 13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade; 14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas; 15. Participar de estudos relativos a utilização de ervas medicinais; 16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas; 17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade; 18. Participar de Estudos de Técnicas Grupais; 19. Zelar pela guarda, conservação e limpeza

dos materiais e equipamentos de trabalho; 20. Executar outras atividades correlatas.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade afim de executar métodos e técnicas terapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade mental, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Terapia Ocupacional, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Terapia Ocupacional, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do raciocínio e da mente;; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Terapia Ocupacional; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-Lei Federal nº 938/69.

TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO DE ENFERMAGEM: 1. Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; 2. Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; 3. Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; 4. Administrar medicamentos mediante prescrição médica; 5. Participar de vacinações suas programações; 6. Fazer coleta de material para exames, quando indicado; 7. Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; 8. Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; 9. Participar de atividades de saúde a nível comunitário; 10. Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; 11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; 12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; 13. Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família - PSF; 14. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 16. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE: 1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários; 2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes; 3. Fiscalizar a conduta dos munícipes em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e autuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo Federal sobre o meio ambiente; 5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos

planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando-as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município; 7. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 6. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; 8. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; 9. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.. 10. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 11. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município; 12. Fiscalizar a conduta dos Munícipes conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineração - DNPM; 13. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS: 1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto: a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal; b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários, e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais; c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido; d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício; e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício; f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária; g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária; h) solicitar a apresentação, em juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, por conduta criminal tipificada em lei federal; i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção; j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais; k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal; l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais; 2. Verificar, em relação aos

contribuintes do ICMS estabelecidos no território do Município, a Declaração de Informações Econômico Fiscal - DIEF e a apuração do valor adicionado, com o propósito de assegurar a integridade dos valores pertencentes ao Município na arrecadação do referido tributo (CF/88, art.158, IV); 3. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação; 4. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente; 5. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação; 6. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes; 7. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal; 8. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela chefia; 9. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício; 10. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária; 11. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária; 12. Elaborar relatórios mensais de suas atividades; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: 1. Atender os munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública; 2. Conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas da União, Estado e Município, entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.; 3. Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação; 4. Contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico; 5. Elaborar, sob orientação, programas de trabalho, recomendação técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos; 6. Executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde pública e entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos, etc.; 7. Inspeccionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública; 8. Executar a vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiação ionizantes; 9. Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município; 10. Atender as reclamações dos munícipes; 11. Participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população; 12. Manter contato com os denunciantes para servirem de testemunhas nos autos dos processos; 13. Elaborar relatórios das atividades realizadas; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do trabalho; 15. Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados; 16. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO II: 1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2.

Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 16. Informar processos administrativos; 17. Assistir aos superiores; 18. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 19. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 20. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 21. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO: Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO: Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA: Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar

programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - VEÍCULOS PESADOS: 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador

de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO - 1. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 2. Instalar, reparar e/ou recondicionar aparelhos elétricos em geral, de uso da administração municipal; 3. Reparar câmaras de ar e substituir pneus de veículos de frota municipal; 4. Lubrificar e abastecer veículos, Injetando ou trocando óleo ou graxa lubrificante, utilizando os equipamentos apropriados; 5. Verificar Nível de óleo dos veículos, bem como retirar e limpar filtros, verificar nível de água da baterias, radiador, fazendo a calibragem dos pneus e lavando o veículo; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas.

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES - 1. Dirigir veículos de pequeno porte, tais carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Efetuar pequenos reparos de emergência; 4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 5. Providenciar abastecimento; 6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 7. Transportar cargas leves ou pessoas; 8. Providenciar protocolos de correspondências, documentos e projetos relativos a Administração Pública em geral; 9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 10. Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA DA SAÚDE - 1. Dirigir veículos de pequeno e médio porte, tais como: ambulâncias, kombis, carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 4. Providenciar abastecimento; 5. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados, para utilização nas Unidades de Saúde; 6. Transportar pessoas que necessitam da assistência à saúde; 7. Cumprir sobreaviso, conforme escala pré determinada (art. 82); 8. Cumprir sobreaviso nos dias de semana que não sejam feriados, quando houver acordo entre o servidor e o Secretário da Saúde e Bem Estar Social; 9. Providenciar protocolos de exames e busca de resultados nas entidades de saúde que prestam assistência à comunidade; 10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 11. Executar tarefas correlatas.

AGENTE OPERACIONAL II - VIGIA: 1. Realizar serviços de vigilância, zelando pelo patrimônio protegido, em área previamente definida; 2. Comunicar quaisquer incidentes ocorridos com o patrimônio público a sua chefia imediata; 3. Zelar pela ordem guarda conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 4. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA: 1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; 2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; 3. Assistir ao Odontólogo no planejamento e programação dos atendimentos à comunidade; 4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso encaminhando-o ao profissional competente;

5. Preencher, após conferir, o movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; 6. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades; 7. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade; 8. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de odontologia; 9. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, ao odontólogo; 10. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 11. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; 2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os; 3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; 4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; 5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhá-los ao aterro sanitário; 6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; 7. Preparar e servir chá, café ou água; 8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas; 9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, Postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; 10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; 11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos; 12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; 13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; 14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; 15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; 16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL (gari): 1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia; 2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros; 3. Carregar e descarregar viaturas em geral; 4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos; 5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos; 6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função; 7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos; 8. Auxiliar no preparo da

argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho; 9. Executar Serviços de limpeza de terrenos; 10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares; 11. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários; 12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO III (EDUCAÇÃO) - 17. Executar nas tarefas e programas das secretarias das escolas juntamente com os Diretores; 18. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; 19. Redigir e expedir toda a correspondência oficial da unidade Escolar; 20. Organizar e manter em dia a coletânea das Leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, Resoluções e demais documentos; 21. Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso juntamente com o Diretor; 22. Assinar juntamente com o Diretor quando este solicitar os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os certificados; 23. Preparar e secretariar reuniões quando convocado pelo Diretor; 24. Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das unidades escolares; 25. Registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores; 26. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 27. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 28. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO): 1. Planejar e Coordenar trabalhos; 2. Redigir e elaborar documentos, editais, análises e outras informações administrativas, tributárias, aplicando a forma e terminologia adequada; 3. Executar atividades de informática elementares inclusive o uso de software; 4. Efetuar levantamentos, cadastramentos, pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Efetuar cálculos, criar planilhas e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 6. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 7. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 8. Efetuar registros contábeis de média complexidade; 9. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 10. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público; 13. Elaborar relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Participar ativamente das ações desenvolvidas pela Administração Municipal; 16. Gerenciar situações problemas; 28. Executar outras atividades correlatas.

MÉDICO IV - MÉDICO PLANTONISTA: 1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias,

endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia; 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (para todas as regiões: Localidades de Bateias de Cima e Papanduvinha; Localidades de Tijucume e Cubatão; Localidades de Ribeirão do Meio e Mato Bonito; Localidades de Ximbuva, Cãozinho e Onça Parda; Localidade de Santana; Localidades de Rodeio Grande e Rodeio de Santa Cruz; Localidades de Campinas e Campinas dos Farias; Distrito de Bateias de Baixo; Localidades de Pirizal e Papanduva; Localidades de Avenca e Queimados; Localidades de Saltinho, Lavrinha e Mutirão (Bateias de Baixo); Bairro Cascatas (Vila Cedro); Localidade de São Miguel; Bairro Belo Horizonte; Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista); Bairro Santo Antônio e Cascatas; Distrito de Fragosos; Localidade de Corredeiras; Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal; Localidade de Rio Represo): 1. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida. 2. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 11.350/2006.

AGENTE OPERACIONAL IV: 1. Interpretar mapas e projetos, preencher formulários, fichas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou executando dados; 2. Auxiliar na abertura de valas para redes de encanamento de água e esgoto; 3. Executar serviços de motorista leve para o transporte de ferramentas e de materiais, entre outros; 4. Efetuar levantamentos e prestar auxílio em pesquisas e cadastramentos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Instalar redes de sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 6. Reparar e executar manutenção nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 7. Organizar dados, registros e documentos, possibilitando um controle sistemático do mesmo; 8. Instalar e substituir hidrômetros nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 9. Analisar e registrar ocorrências nos hidrômetros instalados nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 10. Proceder a dosagem de produtos químicos para tratamento de água em sistemas comunitários; 11. Instalar e controlar o funcionamento de bombas de recalque nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 12. Coletar amostras de água para análise quando necessário; 13. Realizar serviços de manutenção, limpeza e reparos em equipamentos hidráulicos nos bens públicos; 14. Realizar serviços de manutenção e revisão elétrica nos

equipamentos públicos; 15. Realizar serviços de manutenção nas praças e logradouros públicos; 16. Realizar pintura nos meios fios e faixas de segurança; 17. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 18. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 19. Colaborar na distribuição de correspondências e documentação e na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Assistir aos superiores; 22. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 23. Executar outras atividades correlatas. 24. Operacionalizar equipamentos, como roçadeiras, parafusadeiras, furadeiras, betoneiras e outros.

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA: 1. Manter os equipamentos de informática em condições de uso; 2. Passar conhecimentos de informática para os alunos da rede Municipal de Ensino e interessados da Comunidade em geral; 3. Ser responsável pelas estações de rede dos Telecentros de Informática; 4. Responsabilizar-se pela elaboração, distribuição e segurança de trabalho dos usuários; 5. Realizar a manutenção geral de uso dos sistemas adotados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; 6. Preparar backup's, treinar os professores da rede Municipal de Ensino repassando conhecimentos dos softwares específicos tais como: Windonw XP Vista, Office XP 2007, Open Office e Broffice Linux; 7. Proceder tarefas de rotina de digitação; 8. Operar computadores, observando e controlando seu funcionamento para processar os programas elaborados; 9. Analisar, antes do processamento, o programa a ser executado, estudando as indicações e instalações do sistema determinado; 10. Identificar erros e adotar as medidas prescritas para corrigi-los ou reportá-los ao responsável; 11. Zelar pela ordem guarda conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL V PEDREIRO/CARPINTEIRO: 1. Executar e reparar calçamento, compreendendo execução de sub-base e assentamento de lajotas, paralelepípedos, ladrilhos e outros. 2. Confecção e reforma em estruturas de madeira, coberturas, galpões etc, colocação de ferros e esquadrias, execução de caixarias para estruturas de concreto, revisão e construção de telhados com telhas de cerâmica, fibrocimento, alumínio e outros, selecionando materiais a fim de garantir um resultado adequado com qualidade; 3. Construção, instalação e manutenção de galerias muros de arrimo, pontes de concreto e madeira, bocas de lobo, calçadas, paredes, pisos e outros trabalhos de alvenaria, assentando, rejuntando materiais, a partir de plantas, croquis ou instruções para edificação e conservação de equipamentos públicos. 4. Instalar peças de madeira, como forros, assoalhos, janelas, divisórias e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados; 5. Reparar elementos de madeira, substituindo peças, fixando peças soltas para recompor a estrutura; 6. Executar serviços de cortes, lixamento das peças de madeira a serem utilizadas; 7. Preparar e executar serviços de estrutura de concreto em obras civis, conforme o projeto; 8. Colocar telhas e outros materiais para cobertura; 9. Fazer caixas de captação e muros de arrimo; 10. Rebocar e chapiscar paredes e muros em geral, construir alicerces para formar bases de paredes, muros e construções similares; 11. Executar trabalhos de manutenção corretiva de instalações, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças; 12. Montar, instalar, reparar e desobstruir tubulações de redes de esgoto e sistemas hidráulicos; 13. Armar e desarmar andaime de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; 14. Preparar e pintar superfícies internas e/ ou externas, rapando-as e cobrindo-as com aplicação de tinta; 15. Colocar e fixar Planos de distribuição, caixas de fusíveis,

tomadas e interruptores; 16. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 17. Executar e recuperar a pavimentação de paralelepípedos e/ou lajotas; 18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar outras atividades correlatas.

ATENDENTE DE SALA: 1. Acompanhar e auxiliar alunos da Educação Infantil; 2. Auxiliar os professores: No cuidado das crianças, Realizando atividades de rotina tais como: troca de fraldas, alimentação, locomoção, banho, escovação dentária, higiene, zelar pelo correto acompanhamento na hora do repouso/sono; 3. Controlar e organizar os pertences das crianças; 4. Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo professor para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da sala; 5. Receber as crianças antes do início das aulas ou entregá-las após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção (do regulamento) da instituição; 6. Utilizar uniforme (vestuário) adequado para as atividades; 7. Participar das reuniões, cursos, conselhos de classes paradas pedagógicas e em outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 8. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração, cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 9. Acompanhar o (s) aluno (s) no recreio incentivando a interação com os demais alunos da UE; 10. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS: 1 Conduzir veículos de Transporte Escolar, tais como ônibus, microônibus, vans, dentre outros, seguindo o itinerário conforme solicitado, zelando pela sua segurança das pessoas transportadas, respeitando e cumprindo a legislação de trânsito e recomendações de direção defensiva; 2 Conduzir os veículos, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior; 3 Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção; 4 Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pára-brisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores, dentre outros; 5 Verificar periodicamente o funcionamento do disco do tacógrafo e substituir quando for necessário; 6 Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre; 7- Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação e higienização; 8 Levar o veículo à manutenção sempre que solicitado; 9 Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas da administração; 10- Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo; 11 Ser responsável pelo itinerário determinado, respeitando os horários e acompanhando o embarque e desembarque dos alunos (nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Educação), zelando pela segurança dos passageiros; 12- Manter disciplina no transporte, desempenhando a função de fiscal quando o veículo não tiver quem exerça tal função, encarregando-se da organização dos passageiros; 13 Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos; 14 Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, deixando-o corretamente estacionado e fechado; 15 Pagar as multas obtidas na condução do veículo; 16 Observar os

períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, comunicando ao responsável; 17 Comportar-se com educação e respeito; 18 Auxiliar na Carga e descarga de Mercadorias e Materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 19 Entrega de documentos oficiais da administração pública em geral "protocolo"; 20 Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho; 21 Executar outras atividades compatíveis com a função.

ANEXO III (PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de Máquina/Equipamento RETROSCAVADEIRA.

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL III - VEICULOS PESADOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de CAMINHÃO BASCULANTE

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO

Tarefa a ser executada: Troca de pneu - veiculo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na montagem

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - VEICULOS LEVES

Tarefa a ser executada: Dirigir veículo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Tarefa a ser executada: Dirigir ambulância

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO/CARPINTEIRO

Tarefa a ser executada: Mistura de massa e construção de pequeno muro.

Crerérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na mistura

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS

Tarefa a ser executada: Dirigir ônibus.

Crerérios de avaliação:

I - Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o veículo

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do veículo

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
Bom - 1,5 pontos
Regular - 1,0 ponto
Ruim - 0,5 pontos
Péssimo - 0,0 ponto

RATIFICAÇÃO DISPENSA 36/2015

A Ilustríssima Senhora,
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa de Licitação, inciso X, nº 5/2015, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, consistindo em 01 Apartamento, nº 03, situado na Rua Nereu Ramos, nº 385, Centro, na cidade de Campo Alegre/SC, contendo os seguintes cômodos: 01 sala, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 cozinha, 01 lavanderia e uma garagem aberta para um carro, para alojamento de servidor público responsável pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Campo Alegre, com o valor mensal de R\$ 579,84 totalizando R\$ 5.798,40.

Solicito a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso X, nº 5/2015, LOCAÇÃO DE IMÓVEL, consistindo em 01 Apartamento, nº 03, situado na Rua Nereu Ramos, nº 385, Centro, na cidade de Campo Alegre/SC, contendo os seguintes cômodos: 01 sala, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 cozinha, 01 lavanderia e uma garagem aberta para um carro, para alojamento de servidor público responsável pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Campo Alegre, com o valor mensal de R\$ 555,95 totalizando R\$ 6.671,40.

Publique-se,

Campo Alegre, 02 de março de 2015.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO 24/2015**RATIFICAÇÃO**

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso IV, nº 24/2015, para a contratação de empresa de engenharia para a execução dos serviços de manutenção e ampliação do Sistema de Iluminação Pública - SIP do Município de Campo Alegre-SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, com o valor de R\$ 31.446,91.

Publique-se,

Campo Alegre, 10 de fevereiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos**PREFEITURA****CONVENIO 036_14 SAMU**

CONVÊNIO Nº 036/2014

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de CAMPOS NOVOS, com a interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, para para fins de INTEGRAÇÃO dos serviços de atendimento pré-hospitalar no município.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Comandante Geral, Coronel BM Marcos de Oliveira, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, e o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS situado à Rua Expedicionário Batista de Almeida, nº 232, Centro, inscrito no CNPJ nº 82.939.232/0001-74, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Nelson Cruz, portador da Carteira de Identidade nº 857.908 SSP/SC, CPF nº 445.587.329-53, com a interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Nelson Luiz de Paula, portador da Carteira de Identidade nº 8/21829521, CPF nº 579.300.079-87, resolvem, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto estabelecer a integração operacional das guarnições do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina sediadas no Município de Campos Novos - SC, e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**2.1 - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS:**

2.1.1 - Promover a integração entre as equipes do Corpo de Bombeiros e SAMU Municipal.

2.1.2 - Instalar, ou ceder uma linha telefônica para uso da equipe do SAMU Municipal.

2.1.3 - Repassar, 30 dias após a celebração do Convênio, e a cada mês subsequente, no dia 15 (quinze) de cada mês, os valores correspondentes ao custeio da equipe do SAMU, como contas públicas, fornecimento de GLP, aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, e manutenção das instalações físicas. Fica estipulado o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a ser repassado pela Prefeitura Municipal ao FUNREBOM de Campos Novos, a ser corrigido anualmente no mês de assinatura do convênio, através do IGPM-FGV.

2.1.4 - Fornecer um rádio de sistema UHF para comunicação entre a sede do Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos e a equipe e central de regulação do SAMU, visando dar celeridade ao atendimento às ocorrências.

2.1.5 - Disponibilizar, de segunda a sexta-feira, um agente municipal prestador de serviços gerais, apto a desempenhar os serviços de limpeza e manutenção dos locais utilizados pelas equipes do SAMU e determinados pelo Comando do Corpo de Bombeiros

Militar de Campos Novos.

2.1.6 - Reformar as acomodações do Alojamento Feminino, com reforma e ampliação do banheiro, conforme orientação do Comando do Pelotão de Campos Novos.

2.1.7 - Construir, na medida do possível, uma garagem para uso conjunto das viaturas do SAMU e do Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos.

2.1.8 - Afastar imediatamente, ou recolher para a Secretaria Municipal de Saúde, qualquer integrante do SAMU de Campos Novos que esteja causando problemas ao serviço ou a integração entre as instituições, mediante comunicação formal do Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos.

2.1.9 - Informar endereço eletrônico para comunicação entre o Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos e a Coordenadoria do SAMU municipal, para repasse de informações e/ou tratativas.

§ 1º - Ficam inalteradas as condições estabelecidas no acordo firmado entre o Município de Campos Novos e o Ministério da Saúde referente a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

2.2 - DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR:

2.2.1 - Promover a integração entre as equipes do Corpo de Bombeiros e SAMU Municipal.

2.2.2 - O Corpo de Bombeiros sediado no Município de Campos Novos disponibilizará, a título precário, à Secretaria Municipal de Saúde, para servir como sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e abrigar a Unidade de Suporte Básico, as seguintes instalações físicas:

- Alojamento conjunto aos militares, separados por gênero, com banheiro para as equipes de trabalho;
- Refeitório e Sala de Estar conjunto aos militares;
- Sala para assepsia de materiais e equipamentos conjunto aos militares;
- Local para depósito de materiais;

§ 1º - A utilização das referidas instalações ficam restritas às equipes de serviço, exclusivamente quando no cumprimento da respectiva escala e ocorrerá em conjunto com as guarnições de serviço do Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos.

§ 2º - A utilização das instalações não acarretará qualquer alteração no layout do quartel, devendo manter todas as características estabelecidas pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

2.2.3 - Preparar, através de um auxiliar de serviços gerais cedido pela Prefeitura, os gêneros alimentícios oriundos do repasse de valores feito pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, para refeição em conjunto entre o Corpo de Bombeiros Militar e a Equipe do SAMU.

2.3 - DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO SAMU.

2.3.1 - Usar os espaços físicos disponibilizados exclusivamente para o fim a que se destinam;

2.3.2 - Zelar pela limpeza e manutenção das áreas destinadas exclusivamente para as equipes de trabalho e, conjuntamente com as guarnições de serviço do Corpo de Bombeiros Militar, das áreas de utilização comum.

2.3.3 - Responsabilizarem-se por eventuais danos causados no imóvel, materiais e/ou equipamentos utilizados.

2.3.4 - Promover a integração entre as equipes do Corpo de Bombeiros e SAMU Municipal.

2.3.5 - Os integrantes das equipes do SAMU de Campos Novos ficam sujeitos as normas internas seguidas pelos bombeiros militares, no tocante a horários de alvorada, pernoite, luzes internas e divisão de tarefas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - As chamadas emergenciais endereçadas ao Corpo de Bombeiros Militar permanecerão sendo realizadas através do fone 193 e gerenciadas pela Central de Operações do Corpo de Bombeiros Militar - COBOM, sendo priorizados os atendimentos relacionados a traumas.

3.2 - As chamadas emergenciais endereçadas ao SAMU permanecerão sendo realizadas através do fone 192 e gerenciadas pela respectiva Central de Regulação, sendo priorizados os atendimentos relacionados aos casos clínicos de urgência/emergência.

3.3 - Nos casos de congestionamento de qualquer um dos sistemas emergenciais, as solicitações de atendimento poderão ser direcionadas a instituição que tiver disponibilidade de atendimento.

3.4 - Quando a Viatura do SAMU estiver baixada, os socorristas do SAMU cumprirão o turno de trabalho em viatura do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sendo o motorista um Bombeiro Militar; esta viatura poderá ser empenhada em ocorrência gerada pela Central de Operações do Corpo de Bombeiros Militar - COBOM. O motorista da Viatura baixada do SAMU deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Saúde, para o cumprimento de sua carga horária.

3.5 - A viatura do SAMU sempre, mesmo em atendimento a ocorrências, deverá informar à Central de Operações do Corpo de Bombeiros Militar - COBOM a sua localização, a fim de evitar a duplicidade de atendimento nas ocorrências e controle.

3.6 - Cada instituição fica responsável pela aquisição, reposição e controle dos materiais de Atendimento Pré-Hospitalar utilizados nas ocorrências.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Convênio reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1998 e suas alterações; Inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, e alterações; inciso IX do art. 7º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008; Portaria nº 2.399/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 01 (um) ano, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser aditado ou rescindido, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, neste caso independente da interpelação judicial, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer controvérsias do presente convênio, renunciando as partes de qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campos Novos, 14 de agosto de 2014
Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA NELSON CRUZ
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Prefeito Municipal de
Campos Novos

Militar do Estado de Santa Catarina

NELSON LUIZ DE PAULA
Secretário Municipal de Saúde

Testemunhas:

Nome Ironi Antunes de Oliveira
CPF: 743.327.409-04

Nome Valmir de Ros
CPF: 032.903.319-03

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
EDITAL DE LICITAÇÃO 21/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra para reforma da Casa Luca Santana, com área de 161,07m², visando a manutenção e conservação do prédio para a nova Sede da Secretaria de Assistência Social, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART, BDI e Projetos, em anexo ao processo. CONTRATADA: Manoel Sperandio EPP. VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.998,57 (Treze mil e novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93.

Canelinha, 05 de março de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 04/2015 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de medicamentos, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme Anexo II, parte integrante deste Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de março de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 05 de março de 2015.

MARILITA MICHELI GONÇALVES
Diretora Administrativa

EXTRATO EDITAL 22/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 22/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 18/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade, de cestas básicas, para manter o programa de atenção às famílias carentes cadastradas nos programas sociais do Município, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 18 de março de 2015, às 14:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 05 de março de 2015. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 08/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 8/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/15

CONTRATADO: NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FREI FABIANO LOCALIZADA NA RUA ADÃO TISKA, BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 853,20M², NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 882.693,93 (oitocentos e oitenta e dois mil seiscientos e noventa e três reais e noventa e três centavos)

DATA: 05/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 09/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO Nº 9/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/15

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/15

CONTRATADO: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 851.675,60 (oitocentos e cinquenta e um mil seiscientos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). DATA: 05/03/15.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 09/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO Nº 9/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/15

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/15

CONTRATADO: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 851.675,60 (oitocentos e cinquenta e um mil seiscientos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). DATA: 05/03/15.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-115/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-115/2014 SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 156/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 106/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-115/2014 referente ao contrato n.º PMC 115/2014. Data do Aditivo: 24/02/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM², DESTINADOS AS PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL. Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A, CNPJ: 92.821.701/0057-64. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO do contrato, o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Portanto, conforme primeiro termo aditivo o valor do presente contrato, que passou para R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), voltará para R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-84/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-84/2014 SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 113/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 79/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-84/2014 referente ao contrato n.º PMC 84/2014. Data do Aditivo: 24/02/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM², DESTINADOS AS PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL Contratada: EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA, CNPJ: 00.513.783/0001-07. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO do contrato, o valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). Portanto, conforme primeiro termo aditivo o valor do presente contrato, que passou para R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), voltará para R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 08/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 08/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 07/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 03/2015
CHAMADA PÚBLICA Nº PMC FMS 01/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 08/2015. Data de assinatura: 02/02/2015. Contratado: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ: 76.839.588/0001-33. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ATENDIMENTO COM INTERNA-MENTO E TRATAMENTO DE ADOLESCENTES (AMBOS OS SEXOS) DEPENDENTES QUÍMICOS. Valor: R\$ 50.600,00 (Cinquenta mil e seiscentos reais). Vigência: 02/02/2015 até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 09/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 09/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 110/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 76/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 09/2015. Data de assinatura: 11/02/2015. Contratada: SUSI NAZARÉ MARIANI WALTRICK, CNPJ n.º 13.228.279/0001-07. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA NA PEDREIRA DE RIO DO PINHO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 98.000,00 (noventa e oito mil reais). Vigência: 11/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 10/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 10/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 82/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 10/2015. Data de assinatura: 11/02/2015. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ n.º 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 10.920,00 (Dez mil novecentos e vinte reais). Vigência: 11/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 11/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 11/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 11/2015. Data de assinatura: 12/02/2015. Contratada: SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, CNPJ n.º 11.370.403/0001-49. Objeto Contratado ORIENTAÇÃO NA CRIAÇÃO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, INCLUINDO ESTUDO E ANÁLISE DA LESGISLAÇÃO MUNICIPAL, AUXILIANDO NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA E DISCUSSÃO DO PROJETO COM REPRESENTANTES DOS ORGÃO INTERESSADOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais). Vigência: 12/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 13/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 13/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 13/2015. Data de assinatura: 23/02/2015. Contratada: HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA - EPP, CNPJ n.º 03.125.604/000152. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E ALARME COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ALARME E CFTV PARA CARRETA DO SENAC. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 3.100,00 (três mil e cem reais). Vigência: 23/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 14/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 14/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 63/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 43/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 14/2015. Data de assinatura: 23/02/2015. Contratada: KERBER E CIA LTDA, CNPJ n.º 78.408.960/0001-82. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 122.360,00 (cento e vinte e dois mil trezentos e sessenta reais). Vigência: 23/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 15/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 15/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 195/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 15/2015. Data de assinatura: 25/02/2015. Contratada: BALSA NOVA COMERCIAL LTDA -ME, CNPJ n.º 17.348.948/0001-35. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 356.530,01 (trezentos e cinquenta e seis mil quinhentos e trinta reais e um centavo). Vigência: 23/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 16/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 16/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 07/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 02/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 16/2015. Data de assinatura: 25/02/2015. Contratada: NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA EPP, CNPJ n.º 79.583.167/0001-82. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GIL COSTA, TRECHO ENTRE AS RUAS MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E JOAQUIM DE PAULA VIEIRA, COM 198,00 METROS DE EXTENSÃO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 136.086,00 (Cento e trinta e seis mil e oitenta e seis reais). Vigência: 25/02/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 17/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 17/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 02/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 17/2015. Data de assinatura: 27/02/2015. Contratada: Edinei José Wassoaski ME, CNPJ n.º 17.223.878/0001-99. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 8.000,00 (oito mil reais). Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	25/2015	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	10.000,00
Licitação.....:	13/2015 - PR				
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, EM FORMULÁRIO CONTÍNUO 4 VIAS AUTOCOPIATIVO E CAPAS DE NOTA DE PRODUTOR RURAL, DESTINADAS AO SETOR DE BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 1896	- NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, CONFORME MODELO - Unidade: UN						
6466	WILSON VIEIRA DOS SANTOS	GRAF SET	40.000.000	0,0000	0,1913	7.650,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	40.000.000	0,0000	0,1925	7.700,00	Perdeu	2
Item.....: 2	- 1950	- CAPA DE NOTA DE PRODUTOR RURAL - Unidade: UN						
6466	WILSON VIEIRA DOS SANTOS	GRAF SET	10.000.000	0,0000	0,2350	2.350,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,2400	2.400,00	Perdeu	2

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 022/2015

DECRETO Nº 022, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 339.364,41 (trezentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 339.364,41 (trezentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-207	Aplicações Diretas	0318	00	R\$	339.364,41
	Total	0318	00	R\$	339.364,41

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0318 "Superávit Transferências do FUNDEB 60%", no valor de R\$ 339.364,41 (trezentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências do FUNDEB 60%	0318	00	R\$	339.364,41
Total	0318	00	R\$	339.364,41

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 25 de fevereiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 025/2015

DECRETO Nº 025, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Comissão Coordenadora/Equipe Técnica para adequação do Plano Municipal de Educação de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que determinou em seu artigo 8º, aos Estados, Distrito Federal e Municípios a elaboração de seus Planos Decenais em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir identificados para compor a Comissão Coordenadora/Equipe Técnica para adequação do Plano Municipal de Educação de Capinzal:

I - Presidente: Israel Boniek Gonçalves;

II - Vice-presidente: Gisela Nara Martins;

III - Secretária Geral: Izoete dos Santos Riqueti;

IV - Coordenação: Inês Rosseti Baron;

V - Técnica: Ana Paula Franceschi Savariz.

Parágrafo único. Ficam nomeados os membros a seguir identificados como representantes de Entidades:

I - Secretaria Municipal da Educação: Josi Mary Côas;

II - Conselho Municipal da Educação - COMED: Wanessa Moraes Trzcinski;

III - Gestores municipais e estaduais: Salete Savaris de Araujo, Iliane Aparecida dos Santos e Giana Carla Martins;

IV - Professores municipais e estaduais: Juliano do Prado e Carlos Antonio Tobaldini;

V - Estudantes municipais, estaduais e particulares: Isabele Rossatto Cesa e Andressa Almeida;

VI - Educação de Jovens e Adultos - EJA: Marli Dametto Morosini;

VII - Pais e Mães ou Responsáveis - APPs: Edilson Falavigna;

VIII - Educação Especial: Lucimara Salete Palinski;

IX - Educação Profissional: Edite Drey;

X - Educação Superior: Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio;

XI - Comissão de Educação do Poder Legislativo: Antonio Carlos Mantovani;

XII - Conselho Tutelar e Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente: Marizete Motta e Leila Maria Maule de Oliveira;

XIII - Conselho do FUNDEB: Belomi Maria Rossatto;

XIV - Gerência de Educação - GERED: Rosângela Maria Dalagnol Parizzi;

XV - Secretaria Municipal de Saúde: Daniela Bortoli;

XVI - Secretaria Municipal de Assistência Social: Elena Casagrande Reck;

XVII - Secretaria Municipal de Planejamento: Salete Aparecida Constantin de Mattos;

XVIII - Igualdade Racial e Diversidade: Marcos José Tomaz.

Art. 2º A Comissão de Coordenação/Equipe Técnica definirá a forma de organização do trabalho pactuando um cronograma de atividades.

Art. 3º As atividades de cada membro da Comissão Coordenadora/Equipe Técnica são consideradas de interesse público relevante, sem remuneração.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 3 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 026/2015

DECRETO Nº 026, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Institui a Equipe Local e Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal em consonância com o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, Resolução/CD/FNDE nº 29 de 20 de junho de 2007, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 47 de 20 de setembro de 2007 e Resolução CD/FNDE nº 46 de 31 de outubro de 2008 e;

CONSIDERANDO os interesses econômicos e corporativos que não podem sobrepor as diretrizes da política educacional defendidas pela sociedade;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal:

- I - Israel Boniek Gonçalves - Dirigente Municipal;
- II - Josi Mary Coas - Representante dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;
- III - Iliane Aparecida dos Santos - Representante dos Diretores das Escolas;
- IV - Taise Maria Campioni Rostirola - Representante dos Professores das Escolas Urbanas;
- V - Niane de Azeredo - Representante dos Professores das Escolas Rurais;
- VI - Gisela Nara Martins - Representante dos Coordenadores e Supervisores Escolares;
- VII - Ticiane Paula da Gama - Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas;
- VIII - Juliano Kloss - Representante do Conselho Municipal de Educação.
- IX - Ines Rosseti Baron - Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares.
- X - Marlisa Aparecida Padilha - Representante da Contadoria Geral.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal:

- I - Israel Boniek Gonçalves - Dirigente Municipal;
- II - Ana Paula Franceschi Savariz - Representante dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;
- III - Sirlei Marli Gerhardt Rosa - Representante dos Diretores das Escolas Urbanas e Rurais;
- IV - Rosemary Almeida Vidi Campioni - Representante dos Professores das Escolas Rurais;
- V - Izoete dos Santos Riquetti - Representante dos Dirigentes do Sistema Educacional Público;
- VI - Cimara Moreira Baú - Representante da Câmara de Vereadores

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 5 de março de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0059/2015
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO 0003/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0059/2015

Concorrência para Concessão de Serviço Público Nº 0003/2015

OBJETO: Concessão para exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos no município de Capinzal/SC, de acordo com a legislação vigente.

TIPO: Maior lance ou Oferta

JULGAMENTO: Global

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/04/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Compras e Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0__49) 3555-8719, 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº 3555-8744

Capinzal, 6 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2015 - PREGÃO Nº 0014/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2015

PREGÃO Nº 0014/2015

Objeto: Contratação de serviços de profissionais na área de Coral e Fanfarra visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 18 de março de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de março de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 05 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 20/2015

DECRETO N. 20/2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado por concurso público para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, o Senhor Claudiomiro Leonardi, brasileiro, amasiado, portador do RG 3.601.834 e do CPF - 028.255.329-08, Título de Eleitor N. 037430370981, residente e domiciliada no Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 21/2015

DECRETO Nº 021/2015

"REGULAMENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2009, QUE INSTITUIU A COSIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade de regulamentar o artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 001/2009, de 14 de outubro de 2009, sobretudo, a fim de relacionar as comunidades do interior do município que possuem rede de iluminação pública, bem como, indicar o enquadramento de cada consumidor nas Tabelas de Preço inseridas no artigo 6º, de acordo com faixa de consumo de cada um,

DECRETA:

Art. 1º. As localidades do interior do município que possuem rede de iluminação pública que geram incidência da COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública) aos consumidores, são as seguintes: a) Linha Engenho Velho, b), Linha Dom José e c) Linha São Félix.

Art. 2º. Aos usuários do Serviço de Iluminação Pública das localidades do interior do Município (Linha Engenho Velho, Linha Dom José e Linha São Félix), aplica-se a tabela de preços da COSIP constante dos incisos I e II, do artigo 6º, da Lei Complementar

Municipal nº 001/2009, de 14/10/2009, com as atualizações que tenham sido feitas desde sua instituição, e de acordo com faixa de consumo de cada consumidor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 23/2015

DECRETO 023/2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhorita MARINA CAVALLI, brasileira, solteira, inscrita no cpf. sob o nº 063.257.239-61, portadora da Cédula de Identidade nº RG.4.559.332-9 e do Título Eleitoral nº 046042840990, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 05 de Março de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 31/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

PROCESSO: 31/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 20/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO RESERVADA A COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 18/03/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 06 de março de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL.

EDITAL 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

PROCESSO: 32/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 21/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE ESTERCO DE AVES PARA ADUBAÇÃO E FERTILIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL 925, QUE TER POR OBJETO CONCEDER INCENTIVOS AOS PRODUTORES RURAIS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 17 horas do dia 18/03/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 06 DE MARÇO DE 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 20/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 20/2015.

Vigência: 24/02/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 18/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MECANICA ITU LTDA EPP

Valor: R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto dos seguintes veículos/máquina: 1) FORD/CARGO 2422 E - PLACA MFN 9576; 2) FORD/CARGO 2622 E - PLACA MIF 8811; 3) MERCEDES BENZ/L 1313 - Placa LYS 2727; 4) MERCEDES BENZ/LK 1313 - PLACA LWT 6466 utilizados pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC;

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	JOGO DE LONA TH 166	Un	6,00
2	JOGO DE LONA TH 133	Un	2,00
3	CRUZETA CARDAN 512213	Un	3,00
4	MOLA PATINS	Un	10,00
5	RETENTOR CUBO 0516	Un	2,00
6	JOGO DE EMBUCHAMENTO CARGO	Un	1,00
7	MÃO DE OBRA PARA FAZER EMBUCHAMENTO DO FORD CARGO	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 21/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 21/2015.

Vigência: 24/02/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 18/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RT Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda

Valor: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto dos seguintes veículos/máquina: 5) Retroescavadeira New Holland LB 110, utilizados pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC;

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
8	EMBUCHAMENTO CENTRAL DO EIXO	Un	1,00
9	EMBUCHAMENTO TRASEIRO COMPLETO	Un	1,00
10	CILINDRO MESTRE	Un	2,00

11	RETENTOR CUBO	Un	1,00
12	CARDAN(ENTALHADO, LUVA, TUBO E GARFO)	Un	1,00
13	CONJUNTO DE FREIO	Un	1,00
14	PORTA DENTE	Un	1,00
15	OLEO DIFERENCIAL	Un	1,00
16	KIT VEDAÇÃO	Un	1,00
17	MÃO DE OBRA PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria n 144.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 144/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Enfermeira do Programa de Saúde da Família-PSF, THAIS DE OLIVEIRA FARIAS, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 06 e 07 de março de 2015, 02 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 191.15

DECRETO SAF/N. 191/15, de 02 de março de 2015.

CRIA A COMISSÃO PARA FORMAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de criação do Plano Municipal de Educação - PME, conforme Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Fica criada a Comissão para formação do Plano Municipal de Educação - PME, que tem por objetivo estabelecer as metas e estratégias educacionais para o Município, em consonância com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação, por um período de 10(dez) anos (2015 a 2024), que tem a seguinte composição: ANA PAULA TEIXEIRA CECHINEL - coordenadora do PME; DIEGO DA SILVEIRA FERNANDO, JÚLIA TEIXEIRA e LUCIANO ANTUNES, representantes da equipe técnica do PME; JANAINA ZACARON e LUCIANE IDÊNE DOS SANTOS ROSSO LEAL, representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura; GLÓRIA MARIA MAZUCCO, representante do Conselho Municipal de Educação; ADRIANA CANCELLIER, representante dos gestores municipais, estaduais e particulares; EMANUEL DE OLIVEIRA, representante do Fórum Municipal de Educação; ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, ROSENY CITTADIN BARBOSA e LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT, representantes da Câmara Municipal de Vereadores; MARIA APARECIDA DO LIVRAMENTO, representante do Conselho Tutelar; KÊNIA DA SILVA, representante do Conselho FUNDEB; MARLENE CANCELLIER NUNES, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cocal do Sul; ROSANA APARECIDA BEZ BIROLO ALANO e DAIANE JUSTINO, representantes da Educação Infantil; TATIANE PÉRICO SAZAN e TAMIRES FRANCISCO, representantes do Ensino Fundamental; KARLA SCARPATO POSSAMAI DELLA e BARBARA LIBIA STACKOSKI, representantes do Ensino Médio; VILMAR MENEGON BRISTOT e MIRELA ZACCARON, representantes do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio; ANDRÉIA DE LIMA e DIANA MORONA, representantes do Ensino Superior; JOSÉ ADELINO FELTRIN e MARENIR SANTA HELENA, representantes da Educação de Jovens e Adultos; JULIANA IDÊNE DOS SANTOS e ILIETE VIEIRA GOULARTE, representantes da Educação Especial; OLVILENE BEZ FONTANA, JULIANE ZANETTE, CHARLENE CARDOSO, SUSIMARY TERESINHA DO AMARAL GALATTO, MARIVALDA WASIELEWSKI DE COSTA e BÁRBARA FRASSON CARDOZO, representantes da Educação Indígena, Quilombola e do Campo; JANAÍNA DA SOLER MAGNUS e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, representantes da Gestão Democrática e Financiamento; ELAINE CORRÊA e GISLENE DE FÁVERI MARCELINO, representantes da Valorização dos Profissionais da Educação.

Art 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 194/15

DECRETO SAF/Nº. 194/15, de 04 de março de 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL DE Nº. 001/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Concurso Público Edital 001/2014 da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul; destinado para o provimento de vagas de cargos vagos e que se vagarem ou forem criados durante o prazo de validade deste, bem como cadastro reserva para possível provimento, constantes do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, instituídos pela Lei Complementar nº. 35, de 12 de setembro de 2011.

Art. 2º. Relação dos Inscritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme anexo único, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS CLASSIFICADOS

CLASSIFICAÇÃO	MÉDICO VETERINÁRIO		
	NÚMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA GERAL
1º	116	Luana Oliveira de Souza Venson	9,25
2º	112	Saulo da Boit Goularte	8,25
3º	138	Andreia Rodrigues Lemes	8,00
4º	123	Mari Helen Pagani Possamai	7,75
5º	141	Moacir Vieira Semprebon Junior	7,75
6º	118	Mariana Feltrin Canever	7,75
7º	132	Daniela Pinheiro Rinaldi	7,00
8º	131	Cristina Dario	6,75
9º	143	Ana Caroline Paggi	6,75
10º	117	José Guidi Neto	6,50
11º	115	Márcio Nascimento Anhaia	6,50
12º	17	Maria Eduarda Fernandes dos Reis	6,50
13º	119	Henrique Debiasi Pisoni	6,25
14º	123	Jaqueline Hannoff Pilon	6,00
15º	126	Marcus Vinicius Back	6,00

Paço Municipal Jarvis Gaidzinbski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 195/15

DECRETO SAF/Nº. 195/15, de 05 de março de 2015.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 35, de 12 de setembro de 2011, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2014, de 10 de dezembro de 2014, homologado através do Decreto SAF/N. 194/15, de 04 de março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2014, de 10 de dezembro de 2014, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital (item 4.4);
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital (item 4.4);
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO
Médico Veterinário

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
116	LUANA OLIVEIRA DE SOUZA VENSON	1º
112	SAULO DA BOIT GOU-LARTE	2º

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 8/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 8/2015

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro

TORNA PÚBLICO

o presente Edital de Homologação dos Inscritos no Edital de Processo Seletivo Público nº 4/2015, de 23 de janeiro de 2015, conforme Anexo Único deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 1º de março de 2015, com início às 8 horas, na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 772, 12º andar, Edifício Mirage Office, Concórdia, SC.

2. Os candidatos deverão comparecer no local da prova, na forma abaixo, sendo que após esses horários, não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local das provas:

2.1. às 7 horas considerando que os portões permanecerão abertos somente até as 7h45min;

2.3. munidos do comprovante de inscrição, caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento de identidade, com fotografia, conforme item 1do Anexo IV do Edital nº 4/2015, para ingresso na sala de prova.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 23 dias do mês de fevereiro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

CARGO: CLÍNICO GERAL

Nº INS-CRIZAÇÃO	NOME CANDIDATO	ESPECIALIDADE	CARGO	DATA INSCRIÇÃO
4	Gilberto de Oliveira Netto	Clínico Geral	Clínico Geral	01/02/2015
7	Clovis Rogério Correa	Clínico Geral	Clínico Geral	03/02/2015
11	Fabrcio Doin Paz de Oliveira	Clínico Geral	Clínico Geral	10/02/2015
12	Samoel Luiz Bittencourt	Clínico Geral	Clínico Geral	10/02/2015
13	Caroline de Oliveira Pinto	Clínico Geral	Clínico Geral	10/02/2015
18	Luis Henrique Hubner	Clínico Geral	Clínico Geral	12/02/2015
19	Gilmar Luis Zortea	Clínico Geral	Clínico Geral	12/02/2015
20	Izabel Cristina Pavão Dalcin	Clínico Geral	Clínico Geral	12/02/2015
21	Rita Fuertes Jannuzzi	Clínico Geral	Clínico Geral	12/02/2015

CARGO: MÉDICO COMUNITÁRIO

Nº INS-CRIZAÇÃO	NOME CANDIDATO	ESPECIALIDADE	CARGO	DATA INSCRIÇÃO
1	Marcela Oliveira Campos	Médico Comunitário	Médico Comunitário	28/01/2015
2	Aline Ness Silveira	Médico Comunitário	Médico Comunitário	28/01/2015
3	Daiana Cristina de Campos	Médico Comunitário	Médico Comunitário	30/01/2015
5	Marilhanne Dias Schultz	Médico Comunitário	Médico Comunitário	02/02/2015
6	Thais Pordeus Leite Costa	Médico Comunitário	Médico Comunitário	02/02/2015
8	Letícia Dittrich Fagundes	Médico Comunitário	Médico Comunitário	04/02/2015
9	Silvia Brenda Araújo Rodrigues	Médico Comunitário	Médico Comunitário	08/02/2015
10	Brenda Paula da Silva Rodrigues	Médico Comunitário	Médico Comunitário	09/02/2015
14	Vanderlei Mene-gatti	Médico Comunitário	Médico Comunitário	10/02/2015
15	Gustavo Villen Chami	Médico Comunitário	Médico Comunitário	11/02/2015
16	Débora Bortoli	Médico Comunitário	Médico Comunitário	11/02/2015
17	Isai Alvino La Madrid	Médico Comunitário	Médico Comunitário	11/02/2015

EXTRATO 12º TA CONTRATO Nº 2/2013 -FMC

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 12 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 05/05/2015

Assinatura : 26/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

A Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, torna público que ratificou o ato da Senhora Tania Maria Turcatel, Encarregada da Seção, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de março de 2015, para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde aos segurados e dependentes de acordo com a Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor das seguintes empresas: BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL, no valor total estimado de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais); e COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO, no valor total estimado de R\$ 60.000,00

(sessenta mil reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde

PORTARIA Nº 14/2015 - FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 14/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria nº 3/2006 de 23 de fevereiro de 2006, que constitui comissão especial para proceder à seleção de atletas a serem contemplados com adote, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Designa para integrar a referida Comissão, as seguintes pessoas:

- a) Rafael de Almeida Ronchetti;
- b) Diomar José Perin;
- c) Marlô Cristina Ribeiro Pompeo." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 15/2015 - FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 15/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o servidor ROBERTO DEL POZZO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, para exercer o cargo de provimento em comissão de Encarregado de Seção, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2015.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, exonerar o servidor ROBERTO DEL POZZO, do cargo de Responsável de Setor, a partir de 2 de março de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Coronel Freitas

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2015
PARTICIPANTE: O Município de Coronel Freitas e a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira : Repasse de recursos na forma de subvenção social destinados ao pagamento de despesas com atividades e serviços de saúde.
VALOR: O valor do Convênio é de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)
DOTAÇÃO: Ação: 2.091, Fonte 01.0002, item: 33.50.00 Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015 Assinado em 12/01/2015.

Coronel Freitas (SC), 06 de março de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº08/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 08/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 12/03/2015
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 12/03/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 26 de Fevereiro de 2015
Cesar L. Martinelli
Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 13/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 13/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 19/03/2015
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 19/03/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 06 de Março de 2015
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº14/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 14/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEM, NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHA

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 18/03/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 14h30min do dia 18/03/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 05 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO ADENDO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS DE CAPOEIRA ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal MAURI J. ZUCCO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 15/2015, Edital de Pregão Presencial nº 09/2015, passando o edital a vigorar com a seguinte redação:

1. DA INCLUSÃO DE NOVAS EXIGÊNCIAS NO TEXTO DO EDITAL Inclui-se no edital, no item 6.1, a letra "L", passa a vigorar com a seguinte redação:

L) - Certificado de cursos do profissional que ira prestar o serviço como capoeirista, trabalho em todas as ramificações da arte, sendo movimentação, musical, teatral, danças afro como macule Le, puxada de rede e samba de roda, e ser apto a trabalhar a capoeira no contexto histórico cultural. Comprovar experiência por meio de declaração ou documento similar de no mínimo um ano de trabalho na área social.

3- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 14h30min do dia 19 de março de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro - Coronel Freitas - SC

4 - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial RP nº 09/2015.

Coronel Freitas-SC, 05 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****EDITAL Nº. 001, DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

EDITAL Nº. 001, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca a candidata aprovada para assumir a vaga, conforme Processo de Seleção referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015 e conforme Divulgação de Resultado Final de 02 de março de 2015, nos seguintes termos:

2 - Fica convocada a seguinte candidata, em seu respectivo cargo, para comparecer no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no dia 06 de março de 2015, as 08:00 horas, para assumir a vaga a partir do dia 09 de março de 2015:

ESTAGIARIA:

NEREDIANA BIAZIN

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 05 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDADO CLASSIFICADO NO AVISO PUBLICO N. 002/2015, CONFORME DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDADO CLASSIFICADO NO AVISO PUBLICO N. 002/2015, CONFORME DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 09 de março de 2015, para assumir o previsto cargo no Aviso Publico do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado Aviso Publico:

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR III – ÁREA IV- INFORMÁTICA	GILBERTO BETT	1º

O candidato supra relacionado devera apresentar-se até o dia 09 de março de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil ou CEF);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto a Prefeitura;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 05 de março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 73/2014 PMCP - FMAS - FMS- FHMCP - FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CHRYSTIAN AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 02.705.164/0001-40
Instrumento: 050/2015 PMCP, 051/2015 FHMCP, 052 FMEC, 053/2015 FMAS, 054/2015 FMS

Item	Quantidade	Características	Preço Unitário	Preço total
8	2.000	Funilaria	48,00	96.000,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JOECI APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS ME
CNPJ: 02.901.647/0001-10
Instrumento: 045/2015 FMEC, 046/2015 FMAS, 047 FMS, 048/2015 FHMCP, 049/2015 PMCP

Item	Quantidade	Características	Preço Unitário	Preço total
1	4.400	Mecânica linha pesada	58,00	255.200,00
3	2.200	Mecânica torno	58,84	129.448,73
4	2.300	Mecânica soldas	59,80	137.551,27
6	400	Mecânica bomba hidráulica e setor hidráulico	75,00	30.000,00
7	400	Mecânica bomba injetora e bico injetor	75,00	30.000,00
				582.200,00

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 06 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 045/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 045/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa G.MAIOCHI & CIA. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.091.974/0001-18 e inscrição Estadual nº 250.275.899, estabelecida na Rod. BR-280 - KM 58, nº 13354, CEP 89.270-000, Município de Guarumirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Oficina Mecânica para reforma nas máquinas ESCAVADEIRA VOLVO EC-210, RETRO ESCAVADEIRA JCB e PEÇAS PARA PATROLA, que compõe a Frota Municipal da Secretaria de Obras do Município de Corupá-SC (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

Valor Total do Contrato: R\$ 74.248,04 (Setenta e Quatro Mil e Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Quatro Centavos).

Data da Assinatura: 06/03/2015

Data da Vigência: 12/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 215/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 215/14

Processo Licitatório nº 159/14

Pregão Presencial no 074/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO FRANCESCHI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.835.275/0001-33 e inscrição Estadual nº 254.048.374, estabelecida na Tobias Cardoso nº 55, município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de Prestadora de Serviço Diário de Transporte Escolar para Portadores de Deficiência para transferência até a APAE do Município de Jaraguá do Sul/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) por KM.

Data da Assinatura: 23/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 216/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 216/14

Processo Licitatório nº 160/14

Pregão Presencial no 075/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n esquina com a rua Klara Hermann, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventuais aquisições parceladas de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 139.715,00 (Cento e trinta e nove mil e setecentos e quinze reais).

Data da Assinatura: 23/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 217/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 217/14

Processo Licitatório nº 161/14

Pregão Presencial no 076/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n esquina com a rua Klara Hermann, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventuais aquisições parceladas de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 139.715,00 (Cento e trinta e nove mil e setecentos e quinze reais).

Data da Assinatura: 23/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 218/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 218/14

Processo Licitatório nº 163/14

Pregão Presencial no 078/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CRISTIAN JOSE FRANCESCHI 05695479975, inscrita no CNPJ sob o nº 19.051.733/0001-83 e inscrição Estadual nº 257.198.660, estabelecida na Tobias Cardoso nº 55, município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

OBJETO: SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MICRO COMPUTADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, conforme especificações no Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.280,00 (Quatorze mil e duzentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 29/12/2014

Data da Vigência: 29/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 219/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 219/14

Processo Licitatório nº 148/14

TOMADA DE PREÇOS nº 015/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.365.450/0001-92 e inscrição Estadual nº. 256.540.667, estabelecida na Rod. BR 280 nº 4517 - Fundos - Bairro Boa Vista, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.460-000.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, de construção de 05 novas salas de aula na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, sito á Rua 25 de Julho - Bairro Seminário (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma área total de 318,53m², no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 412.602,11 (Quatrocentos e Doze Mil, Seiscentos e Dois Reais e Onze Centavos).

Data da Assinatura: 23/12/2014

Data da Vigência: 03 (três) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 220/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 220/14

Processo Licitatório nº 166/14

Pregão Presencial nº 080/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE GÁS CORUPÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.403.596.0001/69 e inscrição Estadual nº 253.936.365, estabelecida na Roberto Seidel, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de eventual fornecimento de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, para uso das Secretarias Municipais do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.252,00 (Quinze Mil e duzentos e cinquenta e dois reais) sendo o item 01 - gás P.13 (48 cargas) R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) e o item 02 gás P. 45 (60 cargas) no valor unitário de R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais).

Data da Assinatura: 30/12/2014

Data da Vigência: 30/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 2176/15

LEI N.º 2176/15

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES PÚBLICO SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PARA O ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e da Cláusula Primeira do Termo Aditivo ao TAC firmado no ICP nº 06.2011.002723-6, em caráter temporário por prazo determinado de, 1 (um) profissional Contador com devido registro e regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade e 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para atenderem necessidade de excepcional interesse público na Câmara de Vereadores.

§ 1º. As contratações de que tratam esta Lei se darão por regime jurídico administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas.

§ 2º. As contratações serão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo, entretanto, serem interrompidas a qualquer tempo por interesse da Câmara pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos mencionados no caput do artigo 1º.

§ 3º. A jornada de trabalho será de 20 (vinte horas) semanais no horário ordinário da Câmara, de segundas as sextas feiras para o cargo de Contador, com remuneração de R\$ 1.531,33 (um mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e três centavos) mensais.

§ 4º. A jornada de trabalho será de 35 (trinta e cinco horas) semanais no horário ordinário da Câmara, de segundas as sextas feiras para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com remuneração de R\$ 1.235,52 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) mensais.

§ 5º. Os profissionais contratados pela presente Lei farão jus a férias acrescidas de 1/3 (um terço), integral ou proporcional aos meses trabalhados, décimo terceiro salário e recolhimento dos encargos sociais do INSS, com descontos dos valores dos contratados, no atendimento da Lei Previdenciária.

Art.2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nesta Lei, a continuidade dos serviços da contabilidade e da limpeza da Câmara, até a realização do concurso público, que viabilizará a contratação direta e definitiva de profissionais pelo Poder Legislativo Municipal.

Art.3º. As contratações previstas no art.1º desta Lei efetuar-se-ão através de processo seletivo simplificado, em edital para esse fim,

considerando-se:

I - período de inscrições de 05 (cinco) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de seleção;

II - constarão do edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado informações que permitam aos interessados conhecer as condições da futura contratação, número de vagas, a descrição das atribuições, a carga horária, a remuneração a ser paga e o prazo de duração dos contratos.

Parágrafo Único. O edital resumido do processo seletivo simplificado para o preenchimento das vagas de que trata esta Lei deverá ser publicado em jornal e no sítio da Câmara.

Art.4º. As condições e as exigências para a contratação, bem como as atribuições e competências para os cargos, constarão no Edital do Processo Seletivo.

Parágrafo Único. A efetivação das contratações dar-se-ão mediante portaria de nomeação por ato do Presidente da Câmara.

Art.5º. As despesas decorrentes da presente Lei, nos termos do inciso I, do artigo 169, da Constituição Federal serão atendidas por dotação orçamentária própria, estando o Poder Legislativo autorizado a proceder às alterações legais necessárias ao adimplemento desta.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Auto Mecânica Ltda, no valor total de R\$ 1.180,00.

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE DUAS RODAS PARA ESTERPE DOS ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR PLACA MCY 8901 E MCY 8841, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- V - "quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 04 de março de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso V dou como aprovada.
Curitibanos, 04 de março de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de março de 2015.

Kleberon Luciano Lima
Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa Fábrica de Esquadrias Santa Edwirges Ltda. ME, com o valor total de R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE VIDRO INCOLOR PARA REPOSIÇÃO CEI BERNARDO VON MULLER BERNECK, TENDO EM VISTA A AÇÃO DE VÂNDALOS RELATADO NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 00012-2015-00846, NA FORMA

DO ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

“ Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de março de 2015.

Diego Sebem Wordell	Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão	Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 04 de março de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 04 de março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DE VIATURA EM USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS E DE CAMINHÕES DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo. A partir das 14:00 horas do dia 23/03/2015, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 05 de Março de 2015.

José Antonio Guidi	Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal	Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ITENS DE VESTUÁRIO QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DOS EQUIPAMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE DO MUNICÍPIO. CASA LAR INFANTO JUVENIL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 25/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 05 de Março de 2015.

João Carlos Martins dos Santos	Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo	Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

FIXA VALOR DAS DIÁRIAS E AUTORIZA O RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE COMBUSTÍVEIS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

A Câmara de Vereadores de Curitiba, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica fixado o valor das diárias para Vereadores, Presidente e demais servidores da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme tabela abaixo:

I - NO ESTADO:

- Presidente da Câmara R\$ 550,00
- Vereadores R\$ 500,00
- Demais Servidores R\$ 400,00

II - FORA DO ESTADO:

- Presidente da Câmara R\$ 650,00
- Vereadores R\$ 600,00
- Demais Servidores R\$ 500,00

III - PARA O DISTRITO FEDERAL:

- Presidente da Câmara R\$ 1.000,00
- Vereadores R\$ 900,00
- Demais Servidores R\$ 700,00

Art. 2º As diárias que trata o artigo primeiro desta resolução serão pagas da seguinte forma:

I - ½ (meia) diária para viagens superiores a seis horas e inferiores a doze horas;

II - 01 (uma) diária para viagens superiores a doze horas e inferiores a vinte e quatro horas;

III - Para viagens superiores a vinte e quatro horas serão pagas na proporção de ½ (meia) diária a cada doze horas transcorridas.

Parágrafo Único: Não serão pagas diárias às viagens inferiores ao período de 06 (seis) horas.

Art. 3º O vereador ou servidor que fizer o deslocamento com carro próprio, para locomoção na cidade de destino, fará jus ao ressarcimento do combustível na razão de 35% (trinta e cinco por cento) do valor de um litro de combustível por quilômetro rodado.

§1º As despesas com desgaste do veículo, manutenções, pedágios, e demais infortúnios ocorridos durante ou em decorrência da viagem, já estão contempladas no valor fixado no caput deste artigo.

§ 2º O valor do litro de combustível que trata o caput deste artigo será calculado com base no preço médio ponderado ao consumidor final, fixado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

§ 3º O cálculo do quilômetro rodado terá por base a distância entre os municípios de origem e destino, fornecido pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 03/2010 e demais disposições em contrário.

Curitiba, 03 de março de 2015.

Arcílio Alves
Presidente

Vilma Natalina Fontana Maciel
1ª Secretária

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 08/2015

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO PARA FUNCIONAMENTO DE UNIDADE PRÉ-ESCOLAR, na forma abaixo:

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL A SER LOCADO - OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente processo tem por objeto a locação, pelo Município, de salas, cozinha, banheiro e garagem, totalizando 163 m² de área interna mais um pátio de recreação, num imóvel situado na Rua Brasília nº 175, Centro (ao lado da Prefeitura), de propriedade da Sra. ALZIRA VIVIANI, para funcionamento dos serviços do Pré-Escolar da Rede Municipal de Educação, durante os meses de Março a Dezembro de 2015.

02 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente deste processo correrá a conta das dotações específicas do Orçamento-Programa 2015 do Município, com a seguinte descrição:

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

01 - DIVISÃO DA EDUCAÇÃO

2030- MANUTENCAO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

101000- Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

3 - DO PROPRIETÁRIO/LOCADOR:

O imóvel descrito no objeto acima possui cadastro imobiliário sob nº 79-5, pertencendo à Senhora ALZIRA VIVIANI, portadora do CPF nº 146.760.369/49, residente e domiciliada na Rua Brasília, nº 175, Bairro Centro, cidade de Doutor Pedrinho - SC.

04 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA:

A Rede Municipal de Educação atende exclusivamente ao ensino Pré-Escolar, em caráter continuado e com pessoal próprio, sem dispor de local construído para tal atividade, sendo que o imóvel ofertado possui espaço físico adequado e está situado na área central do Município, ao lado da Prefeitura, facilitando o atendimento da demanda de alunos, o deslocamento e controle dos profissionais e o fluxo de pais e responsáveis pelo transporte escolar. Por tais motivos, inclusive, já vem sendo locado anualmente pela municipalidade para tais serviços desde o ano de 2009.

Além disso, o número de imóveis vagos no centro da cidade, com as características adequadas para estes atendimentos, é muito limitado, fato que não possibilita concorrência e/ou mudança de local.

Ademais, o imóvel possui boa acessibilidade e infraestrutura, bem como atende a metragem mínima necessária para funcionamento do serviço público, oferecendo, inclusive, boas condições de segurança para os usuários, para a atividade e para os equipamentos, alimentos e materiais utilizados.

05 - DO PREÇO:

O valor total do contrato, para o exercício de 2015 (Março a Dezembro), corresponde a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pagáveis em 05 (cinco) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

06 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor pago está compatível com o preço de mercado para locação parcial de imóvel na região, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior ou mesmo pelos contratos correspondentes mantidos pelas Prefeituras da região.

07 - DA PUBLICAÇÃO:

A presente instrução do processo de Dispensa de Licitação será publicado nos locais de costume e naquele estabelecido na legislação municipal, incluindo

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO

Mural Público 04/03/2015

Diário Oficial dos Municípios conforme arquivo.

Doutor Pedrinho/SC, 04 de Março de 2015.

Mario Benício Viviani Paulo Andrey Vicente Juliana Purim
Presidente Secretário Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 08/2015

DO PARECER:

Analisados os autos, identifica-se que o objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, visto que a locação se destina ao atendimento das finalidades precípua da administração, com as justificativas presente nos autos, condicionada a aplicação do art. 26 do mesmo diploma legal.

Da mesma forma, tratando-se de relação jurídica que se estenderá por prazo razoável, necessária a formalização de instrumento contratual, sendo que a minuta apresentada atende aos ditames da Lei nº 8.666/93.

Pelo exposto, nosso parecer é pelo enquadramento legal declinado e pela aprovação da minuta contratual a ser firmada.

Doutor Pedrinho/SC, 04 de Março de 2015.

Luiz Claudio Kades

OAB/SC 17692

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 08/2015

DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO:

Diante das informações e/ou justificativa presente nos autos, e na forma da Lei, ratifico o procedimento de dispensa de licitação, autorizando a formalização do contrato de locação parcial e uso do imóvel, para as finalidades especificadas.

Publique-se.

Doutor Pedrinho/SC, 04 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 09/2015

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para locação parcial de imóvel rural com jazida mineral destinado ao atendimento das finalidades precípua da Secretaria de Obras do Município de Doutor Pedrinho - SC, na forma abaixo:

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCADOR DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015**1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Locação parcial de um terreno rural situado a 2.500 metros da Escola Leopoldo Koprowski no Município de Benedito Novo, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaiss) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, pelo Município de Doutor Pedrinho, durante os meses de Março a Dezembro de 2015.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Despesa a ser suportada pelas dotações do Orçamento-Programa 2015 do Município, com a seguinte descrição:

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS

01 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS

2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

3 - DO PROPRIETÁRIO/LOCADOR:

O imóvel rural descrito no objeto acima, pertence ao Sr. Conrado Zickuhr, portador do CPF nº 046.136.849/86, residente e domiciliado na Rua Holanda, s/nº, Alto Benedito, na cidade de Benedito Novo/SC.

04 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA:

O imóvel rural localiza-se no Município de Benedito Novo, próximo a divisa com Doutor Pedrinho, e dispõe de jazida mineral com material de boa qualidade (macadame vermelho) que não existe em outra área disponível e/ou licenciada. Além disso, este tipo de jazida mineral é próprio da região de Benedito Novo, onde a municipalidade local já possui direito de exploração nas demais áreas. Deste modo, a localização e característica única do imóvel rural e a qualidade do material existente e disponível, torna-o importante para locação parcial, garantindo o acesso e uso parcial com a cessão e emprego do material para o revestimento primário das estradas não pavimentadas e áreas afins no Município de Doutor Pedrinho, conforme já efetuado com êxito nos exercícios anteriores.

05 - DO PREÇO:

O valor total do contrato, para o exercício de 2015 (Março a Dezembro), corresponde a R\$ 15.760,00 (quinze mil, setecentos e sessenta reais), pagáveis em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais), guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

06 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor pago está compatível com a locação parcial de imóvel rural na região, bem como com a quantidade de material utilizado/extraído pela municipalidade, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior ou mesmo pelos contratos correspondentes mantidos pelas Prefeituras da região.

07 - DA PUBLICAÇÃO:

A presente instrução do processo de Dispensa de Licitação será publicado nos locais de costume e naquele estabelecido na legislação municipal, incluindo

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO
Diário Oficial dos Municípios conforme arquivo.

Doutor Pedrinho/SC, 05 de Março de 2015.
Mario Benício Viviani Paulo Andrey Vicente Juliana Purim
Presidente Secretário Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 09/2015

DO PARECER:

O objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, com as justificativas presente nos autos, condicionada a aplicação do art. 26 do mesmo diploma legal.
O instrumento contratual a ser firmado atende aos ditames da Lei nº 8.666/93, restando aprovado por esta Assessoria.

Doutor Pedrinho/SC, 05 de Março de 2015.
Luiz Claudio Kades
OAB/SC 17692

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 09/2015

DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO:

Diante das informações e/ou justificativas presente nos autos, e na forma da Lei, ratifico o procedimento de dispensa de licitação, autorizando a formalização do contrato de locação parcial e uso do imóvel.
Publique-se.

Doutor Pedrinho/SC, 05 de Março de 2015.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/PMF/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 38/PMF/2015.
OBJETIVO: Permissão pública para exploração de serviços funerários por até 02 (duas) empresas no município de Forquilha/SC, condicionada a outorga onerosa, em conformidade com a Lei nº 8.987/95 e subsidiariamente pelas Leis nº 8.666/93 e nº. 10.520/02, e com a legislação municipal pertinente.
DATA DE ABERTURA: Dia 25 de abril de 2015 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 05 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 049, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 049, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente Comunitário de Saúde - Microárea Vila Lourdes, Agente Comunitário de Saúde-Microárea Ouro Negro e Odontólogo.

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014 e 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, SELMA ESTRELA LOPES para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-MICROÁREA VILA LOURDES, classificada em 5º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica nomeada, por concurso, LUCIANE DOS SANTOS para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-MICROÁREA OURO NEGRO, classificada em 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º Fica nomeado, por concurso, GUSTAVO THOME DA SILVA para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, classificado em 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 4º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e

instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 050, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 050, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente Administrativo e Eletricista.

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, FERNANDO PRA DE SOUZA e LUANA DA SILVA CASAGRANDE para exercerem o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, classificados em 6º e 7º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica nomeado, por concurso, DOUGLAS GONCALVES BORTOLUZZI para exercer o cargo de ELETRICISTA, classificado em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 051, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 051, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Motorista e Operador de Equipamentos.

CONSIDERANDO que RODIVAN CARLOS MICHELS, AGNALDO DE PIERI RODRIGUES e GILNEI GODINHO, nomeados para exercerem o cargo de Motorista, classificados em 1º, 7º e 8º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, apresentaram termo de desistência de suas nomeações,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA, HENRIQUE ALVES DA SILVA e VALCIR DE SOUZA para exercerem o cargo de MOTORISTA, classificados em 16º a 18º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica nomeado, por concurso, JONAS BRUNELLI para exercer o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, classificado em 12º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 052, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 052, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, JOELMA DE OLIVEIRA CORNEO, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que ELISANGELA HEERDT nomeada pelo Decreto n. 144/2014, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, classificada em 39º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Professor de Educação Infantil;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, JOELMA DE OLIVEIRA CORNEO para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, classificada em 50º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 053, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 053, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, GABRIELE LEANDRO BRAZ, PARA EXERCER O CARGO DE MÉDICO DO PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas Médico do PSF;

CONSIDERANDO que LEONARDO GURJÃO MARGOTTI nomeado para exercer o cargo de Médico do PSF, classificado em 5º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, GABRIELE LEANDRO BRAZ para exercer o cargo de MÉDICO DO PSF, classificada em 7º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/FMS/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/FMS/2015

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de diagnóstico por imagem. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilhina/SC, para o exercício de 2015.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilhina/SC, sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilhina/SC, a partir de 09/03/2015 a 30/11/2015.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilhina, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 08:00 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilhina/SC, 05 de março de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo**PREFEITURA****AT15PMF27****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF27

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP

Valor : 38.350,25 (trinta e oito mil trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA, FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EQUOTERAPIA, ATENDIMENTOS CRAS E CREAS, GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022_2015-PMF RP 0015

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0022/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0015/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de calçados para uso das crianças abrigadas nas Casas Lares deste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: março a maio de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:30 horas do dia 19.03.2015. Abertura: as 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

CT15FME01**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FME01

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada...: RADIO FRAIBURGO LTDA

Valor : 15.162,73 (quinze mil cento e sessenta e dois reais e setenta e três centavos)

Vigência : Início: 20/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Objeto : DIVULGAÇÃO RADIOFÔNICA DE TODOS OS EVENTOS, COBERTURA COMPLETA COM EQUIPE ESPORTIVA E TRANSMISSÃO DE, NO MÍNIMO, 02 JOGOS POR SEMANA, NOS EVENTOS ORGANIZADOS, OU COM PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ENTRE ELES: CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO, ENTRE OUTROS, ONDE HOUVER SUPORTE TÉCNICO.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015

Antonio Marcos de Almeida

Superintendente

CT15FMS08**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FMS08
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - ASDI
Valor : 17.000,00 (dezesete mil reais)
Vigência : Início: 24/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO FORNECIMENTO DE ESTADA, ALIMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO QUE REALIZAM TRATAMENTO EM ONCOLOGIA, SENDO QUIMIOTERAPIA E RADIOTERAPIA, EM HOSPITAL DA CIDADE DE CHAPECÓ/SC, BEM COMO PARA ACOMPANHANTES DOS PACIENTES.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

CT15PMF18**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF18
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Valor : 27.111,03 (vinte e sete mil cento e onze reais e três centavos)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 29/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2015
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CASA DA CULTURA COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAIS ANEXO AO PROCESSO.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15SF04**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15SF04
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: RÁDIO FRAIBURGO LTDA
Valor : 4.656,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 20/02/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE INSERÇÕES DIÁRIAS DE AVISOS GERAIS DE UTILIDADE PÚBLICA, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA SELETIVA, CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO ENTRE OUTRAS, SENDO 02 (DOIS) AVISOS NA PARTE DA MANHÃ, 02 (DOIS) A TARDE E 02 DOIS A NOITE, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

LEI Nº 2288/2015

LEI Nº 2288, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 92, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal 1848/2005;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder, a título gratuito, direito real de uso de áreas de terras urbanas com área total de 9.567,84m², de propriedade do Município de Fraiburgo, de acordo com a descrição especificada na matrícula geral do loteamento n. 3181, do CRI de Fraiburgo, identificado como lote n. 0001, com área de 4.778,78m² e lote n. 0002, com área de 4.789,06, ambos da quadra n. 504, localizado na Avenida Guerino Agostini, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., a Agrofrutas Comércio e Processamento de Frutas Ltda., inscrita no CNPJ sob n. 09.242.349/0001-04, com sede na Avenida Guerino Agostini, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC.

§ 1º. Os imóveis cedidos deverão ser utilizados exclusivamente para atender os objetivos constantes do processo administrativo n. 5659/2014, e a concessão de direito real de uso será realizada a título de incentivo econômico, nos termos da Lei Municipal 1848/2005, através de dispensa de licitação, nos termos do artigo 92, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal n. 8.666/93.

§ 2º. O prazo da concessão do direito real de uso dos imóveis previstos no caput deste artigo será de 20(vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos previstos no respectivo contrato de concessão.

§ 3º. A concessionária fluirá plenamente dos imóveis para os fins estabelecidos nesta Lei e no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre os imóveis.

§ 4º. A Concessionária deverá utilizar os imóveis, única e exclusivamente, para os fins especificados nesta Lei, no processo administrativo n. 5659/2014 e no contrato de concessão, sob pena de extinção.

§ 5º. É proibida a cessão ou transferência dos imóveis objetos da concessão de direito real de uso a terceiros, ainda que parcialmente, salvo autorização escrita e expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Em caso de extinção da concessão de direito real de uso, reverterão ao Poder Público Municipal o domínio dos imóveis, bem como as benfeitorias nele realizadas, resguardadas as devidas indenizações.

Parágrafo único. São motivos para extinção da concessão:

- I - O fim do prazo previsto;
- II - A utilização dos imóveis diversa da estabelecida ou descumprimento das cláusulas contratuais;
- III - A cessão ou transferência a terceiros, sem prévia, escrita e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, 05 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2289/2015

LEI Nº 2289, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 92, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal 1848/2005;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder, a título gratuito, direito real de uso de área de terra urbana de 1.041,00m², de propriedade do Município de Fraiburgo, de acordo com a descrição especificada na matrícula n. 6482, do CRI de Fraiburgo, identificado como lote n. 0001, da quadra n. 544, localizado na Rua Amâncio Chelli, Bairro Roland Mayer, Fraiburgo, SC., a DG Móveis Modulados Ltda, inscrita no CNPJ sob n. 13.656.880/0001-09, com sede na Rua Nardarci Brandt, n. 0093, Bairro Centro, Fraiburgo, SC.

§ 1º. O imóvel cedido deverá ser utilizado exclusivamente para atender os objetivos constantes do processo administrativo n. 4116/2014, e a concessão de direito real de uso será realizada a título de incentivo econômico, nos termos da Lei Municipal 1848/2005, através de dispensa de licitação, nos termos do artigo 92, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal n. 8.666/93.

§ 2º. O prazo da concessão do direito real de uso do imóvel previsto no caput deste artigo será de 20(vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos previstos no respectivo contrato de concessão.

§ 3º. A concessionária fluirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos nesta Lei e no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre o imóvel.

§ 4º. A Concessionária deverá utilizar o imóvel, única e exclusivamente, para os fins especificados nesta Lei, no processo administrativo n. 4116/2014 e no contrato de concessão, sob pena de extinção.

§ 5º. É proibida a cessão ou transferência do imóvel objeto da concessão de direito real de uso a terceiros, ainda que parcialmente, salvo autorização escrita e expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Em caso de extinção da concessão de direito real de uso, reverterão ao Poder Público Municipal o domínio do imóvel, bem como as benfeitorias nele realizadas, resguardadas as devidas indenizações.

Parágrafo único. São motivos para extinção da concessão:

I - O fim do prazo previsto;

II - A utilização do imóvel diversa da estabelecida ou descumprimento das cláusulas contratuais;

III - A cessão ou transferência a terceiros, sem prévia, escrita e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, 05 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0751/2015

PORTARIA Nº 0751, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2015 até 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0752/2015

PORTARIA Nº 0752, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de LUCIANE APARECIDA KEHRWALDT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 022.820.129-25, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0753/2015

PORTARIA Nº 0753, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de BELONI DE MORAIS TAVARIOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 657.160.279-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0754/2015

PORTARIA Nº 0754, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de SOLANGE FONTOURA LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 025.029.369-26, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0755/2015

PORTARIA Nº 0755, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2124, de 02 de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ADELAR NEIMETH, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 619.820.919-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 05 de março de 2015 até 04 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0756/2015

PORTARIA Nº 0756, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0494/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0757/2015

PORTARIA Nº 0757, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0495/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SÔNIA CORDEIRO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 046.415.339-54, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0758/2015

PORTARIA Nº 0758, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 558.053.459-00, na função de ENFERMEIRO com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2015 até 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0759/2015

PORTARIA Nº 0759, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0537/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 29 (vinte e nove) para 39 (trinta e nove) horas semanais a carga horária da servidora JANAINA VILMARA ORTIZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 012.398.370-38, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, no período de 06 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0760/2015

PORTARIA Nº 0760, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ANGELITA DE GOIS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº

040.082.399-36, nomeada no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PRATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15PMF12**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF12 - Contrato Nº: AT14PMF86

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CÍCERO MACHADO RAMOS ME

Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº

0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1 DO LOTE 1. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF13**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF13 - Contrato Nº: AT14PMF88

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF14**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF14 - Contrato Nº: AT14PMF75
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ANDREY HUDSON MOLIN - EIRELI - ME
Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 2.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA.AT15PMF15**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF15 - Contrato Nº: AT14PMF78
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 85 DO LOTE 13.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA.AT15PMF16**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF16 - Contrato Nº: AT14PMF94
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: F.VACHILESKI & CIA LTDA
Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA.AT15PMF17**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF17 - Contrato Nº: AT14PMF81
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GREENFORCE LTDA EPP
Vigência : Início: 27/02/2015 Término: 31/03/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA.AT15SF02**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15SF02 - Contrato Nº: AT15SF01
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: CÍCERO MACHADO RAMOS ME
Vigência : Início: 20/02/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, RETIFICAM A ESTIMATIVA DE CONSUMO PREVISTA NA CLÁUSULA SEGUNDA A QUAL CONSTOU APENAS AS HORAS REFERENTES AO PERÍODO DE 1 (UM) MÊS, QUANDO A ESTIMATIVA DAS HORAS DEVERIA SER CONDIZENTE COM O PRAZO DE VALIDADE DA ATA QUE É DE 5 (CINCO) MESES.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

TA15PMF47**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF47 - Contrato Nº: CT14PMF177
Contratante...: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL
Vigência : Início: 24/02/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : ESTE ADITIVO CONTRATUAL TEM POR OBJETO ACRESCENTAR O ACESSO, DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA, QUE PERMITE A EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO COM O INTUITO DE REGISTRAR, DE FORMA ELETRÔNICA, AS OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOAS JURÍDICAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL.

IVO BIAZZOLO
Prefeito
Fraiburgo, 5 de Março de 2015

TA15PMF48
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF48 - Contrato Nº: CT13PMF178
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 29/04/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2013

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 29 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito
Fraiburgo, 5 de Março de 2015

TA15PMF49
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF49 - Contrato Nº: CT13PMF06
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: IMÓVEIS DRESCH LTDA - ME
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 30/04/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONFORME PREVISÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA SEGUNDA DO REFERIDO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2015. FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DE R\$ 31.440,00 (TRINTA E UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS) PARA R\$ 76.377,52 (SETENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF50
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF50 - Contrato Nº: CT14PMF110
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SÉCULOS IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 29/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2014

Objeto : CONSIDERANDO QUE NÃO HOUVE AUTORIZAÇÃO DO BADESC PARA O INÍCIO DA OBRA, SENDO QUE OS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS ESTÃO SOB ANÁLISE DAQUELA AGÊNCIA DE FOMENTO, E, ESTANDO O MUNICÍPIO NO AGUARDO DA MANIFESTAÇÃO POR PARTE DO MESMO, RESOLVE PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLAUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, FICANDO VIGENTE ATE O DIA 29 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF51
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF51 - Contrato Nº: CT10PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL
Vigência : Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2010
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, ALÍNEA "D", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA, COM COMPROVAÇÃO DO AUMENTO DO COMBUSTÍVEL CONFORME NOTAS FISCAIS ANEXADAS, ANTERIOR E POSTERIOR AO AUMENTO AJUSTAM ENTRE SI A FIM DE RESTABELECER O EQUI-LÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, A PARTIR DESTA DATA, OS VALORES UNITÁRIOS POR QUILOMETRO

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF52
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF52 - Contrato Nº: CT12PMF35
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA Vi-gência : Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2012
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, ALÍNEA "D", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA, COM COMPROVAÇÃO DO AUMENTO DO COMBUSTÍVEL CONFORME NOTAS FISCAIS ANEXADAS, ANTERIOR E POSTERIOR AO AUMENTO AJUSTAM ENTRE SI A FIM DE RESTABELECER O EQUI-LÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, A PARTIR DESTA DATA, OS VALORES UNITÁRIOS POR QUILOMETRO.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15SF02
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15SF02 - Contrato Nº: CT11SF03
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: IRIS AUTOMOVEIS LTDA - EPP
Vigência : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2011
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, MEDIANTE COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 012/2015, DEVIDAMENTE JUSTIFICÁVEL E POR ACORDO ENTRE AS PARTES, RESOLVEM A PARTIR DESSA DATA RESCINDIR O CONTRATO EM EPÍGRAFE,

BEM COMO O TERMO ADITIVO Nº TA14SF18 QUE PRORROGOU A SUA VIGÊNCIA ATÉ 31.12.2015, JUMA VEZ QUE O IMÓVEL OBJETO DESTE CONTRATO, SERÁ CEDIDO GRATUITAMENTE À LOCATÁRIA.

Fraiburgo, 5 de Março de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

TERMO DE CONVOCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Através do presente Termo de Convocação, nos termos do artigo 133 da Lei Complementar n. 0109/2010, o Prefeito Municipal de Fraiburgo, considerando que a servidora abaixo nominada foi nomeada para o cargo efetivo no dia 03 de janeiro de 2011 e que a partir do dia 1º de fevereiro de 2015 não mais compareceu ao trabalho, CONVOCA a servidora pública municipal HELOISA CARLA LAZZARI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 486.290.659.15, ocupante do cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, matrícula nº 8020, com carga horária de 40 horas semanais para retornar ao trabalho no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos a contar da publicação da presente convocação no órgão oficial do município.

Fica ciente a servidora convocada que o não comparecimento no prazo estabelecido configura abandono de emprego, sujeitando-se a pena de Demissão, nos termos da Lei n. 0109/2010.

Fraiburgo, 05 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 08/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL, NO DIA 25 DE MARÇO DE 2015, AS 14H00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA RUA ADOLFO SOLETTI, Nº 750, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB A ÉGIDE DAS LEIS 10520 N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, SENDO O OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE ANÚNCIOS, PUBLICAÇÕES LEGAIS, INFORMATIVOS E NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO EM IMPRENSA ESCRITA, PUBLICIDADE EM INTERNET E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015. INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000. E-MAIL COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 05 DE MARÇO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 040 A 049

DECRETO Nº 040/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0402	1.002	Aquisição de veículos	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0089-000	75.000,00

06.02 / FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO

Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
20.606.2001	2.041	Man de ativ de apoio ao Agricultor	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0089-000	32.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total das seguintes dotações orçamentárias: superávit financeiro do exercício 2014, fonte de recursos 03.0089 no valor de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
Registrado e Publicado
DECRETO Nº 041/2015

REGULAMENTA O PERÍODO RESERVADO A ESTUDOS DOS PROFISSIONAIS OCUPANTES DO CARGO DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Art. 10º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 721/2012, onde consta que o período reservado a estudos, planejamento e avaliação dos professores, será definido em regulamento;

Considerando que em casos eventuais, sempre presente o interesse público, por iniciativa da administração, é solicitado que o profissional professor desempenhe as funções normais de seu cargo em sala de aula durante o período reservado para estudos, planejamento e avaliação, sendo tal ocorrência sempre mediante consentimento do profissional, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em 1/3 o período da jornada de trabalho reservado a estudos, planejamento e avaliação (aula/atividade), do servidor ocupante do cargo de professor, vinculado ao quadro do Magistério Público Municipal, sendo esse período controlado pela direção da escola na qual o servidor está lotado juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica regulamentado que o período de trabalho reservado a atividades (aula/atividade), quando for prestado pelo professor municipal efetivamente em sala de aula, no exercício da docência, será convertido em remuneração na folha de pagamento do professor prestador do serviço, na proporção de seu vencimento mensal, mediante planilha assinada pelos responsáveis.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
Registrado e Publicado

DECRETO Nº 042/2015

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 11 da Lei Municipal nº 517/2005 de 03/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada por tempo determinado a carga horária semanal dos professores municipais abaixo relacionados, todos do quadro de servidores efetivos do magistério público municipal, sendo que a carga horária semanal e o início e término das alterações são conforme segue:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	INÍCIO DA ALTERAÇÃO	TÉRMINO DA ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Rose Ester Miglioretto	02/02/2015	31/03/2015	28 horas
Soeli Cordeiro Soares	02/02/2015	06/03/2015	40 horas
Olei Campos Santin	02/02/2015	18/12/2015	30 horas
Lorimar Terezi-nha Zonta	02/02/2015	15/03/2015	40 horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
Registrado e Publicado

DECRETO Nº 043/2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Andréia Maria Spricigo Levinski, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Secretário Educacional, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 01 de março de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
 Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
 Registrado e Publicado

DECRETO Nº 044/2015
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VACÂNCIA POR MOTIVO DE NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, (Art. 22, §7) e (Art. 33, I);

Considerando que o servidor abaixo identificado restou aprovado junto ao Edital de Concurso Público nº 0001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida vacância pelo período de 03 (três) anos (até o cumprimento de estágio probatório relativo a outro cargo), por motivo de nomeação em Concurso Público, com início no dia 01 de março de 2015 e término previsto para o dia 28 de fevereiro de 2018, ao servidor público municipal abaixo identificado:

SERVIDOR (A)	CARGO
Andréia Maria Spricigo Levinski	Recepcionista

Art. 2º. Fica determinado o pagamento das verbas rescisórias no ato de início da vacância.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
 Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
 Registrado e Publicado

DECRETO Nº 045/2015
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA Da V Conferência regional/município dos Direitos da Criança e do Adolescente e DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, Senhor Neri Pederssetti, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente, na perspectiva de sua efetivação no âmbito da região,

DECRETA ou Resolve:

Art. 1º Convocar ordinariamente a realização da V Conferência Regional/Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que terá como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente".

Art. 2º A V Conferência Regional/Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente apresenta como objetivos:

I - Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

III - Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência.

IV - Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

V - Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais, Distrito Federal e Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente.

Art. 3º A V Conferência Regional/Municipal dos Direitos de Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 18 de Março de 2015, no município de São Lourenço do Oeste, no Centro de Eventos, situado na Rua Via Parque s/n, Bairro Cruzeiro.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste/a Decreto/ Portaria, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
 Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
 Registrado e Publicado

DECRETO Nº 046/2015
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA Da iii Conferência regional DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, Senhor Neri Pederssetti, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso, na perspectiva de sua efetivação no âmbito do municipal e regional,

DECRETA ou Resolve:

Art. 1º Convocar ordinariamente a realização da 3ª Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa que terá como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades".

Art. 2º A 3ª Conferência Regional de Direitos da Pessoa Idosa apresenta como objetivos:

I - Elaborar propostas de políticas públicas em âmbito regional;
II - Eleger os delegados que representarão a regional na IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;
III - Elaborar relatório sobre o temário proposto e encaminha-lo à Comissão organizadora da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, em cumprimento à etapa regional.
IV - Propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da política de garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art. 3º A 3ª Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa realizar-se-á no dia 24 de Março de 2015, no município de São Lourenço do Oeste, tendo como local o Centro de Eventos, situado na Rua Via Parque s/n, Bairro Cruzeiro.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste/a Decreto/ Portaria, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
Registrado e Publicado

DECRETO Nº 047/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência - proporcional, a servidora Marivone Marcanssoni, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 30 (trinta) dias, com efeitos a partir do dia 02 de março de 2015 e término previsto para o dia 01 de abril de 2015, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 27/07/2009 até 26/07/2014, sendo este o segundo trinta dias de licença relativo ao respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sandra Maria Turmina
Registrado e Publicado

DECRETO Nº 048/2015

DISPÕE SOBRE VERBA PARA INCLUSÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CUJO VENCIMENTO SEJA INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Constituição Federal, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída na remuneração mensal dos servidores públicos municipais, cujos vencimentos sejam inferiores a um salário mínimo nacional vigente, verba nominalmente identificada (diferença salário mínimo nacional), com vistas à alcançar o valor de R\$ 788,00.

Art. 2º. A verba de que trata o Artigo 1º do presente Decreto, foi incluída na folha mensal do mês de fevereiro de 2015, e calculada com base na diferença dos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

Art. 3º. Fica este Decreto válido até a aprovação de Lei Complementar cuja finalidade seja regularizar os vencimentos inferiores ao salário mínimo nacional.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 049/2015

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando os recursos, as contrarrazões, parecer jurídico e a ata da comissão de licitações, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Licitação 003/2015, Tomada de Preço 001/2015, do qual contratava profissionais para serviços na área da Medicina, de um médico para o Programa PSF (PSF2) com carga horária de 40 horas semanais e contratação de serviços de plantão médico durante a semana.

Paragrafo único - considerando que o critério para participação em licitações Tomada de Preço, o Certificado de registro Cadastral e as empresas participantes o fizeram apenas um dia útil anterior ao Processo, constatando falha na entrega da documentação obrigatória para o cadastro, tratando-se de falta legalmente insanável. No mérito processual do certame, com base no caso concreto, há inegável afronta aos ditames do ato convocatório e legislação pertinente, sem justificativa plausível, o que certamente fundamentam jurídica e administrativamente a anulação do ofício, por ilegalidade no Processo administrativo nº 003/2015, Tomada de Preço nº 001/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

PROCESSO SELETIVO 002/2014 - HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2014
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO
DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL
002/2014 REALIZADO NO DIA 22/02/2015.

O Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, à vista do Resultado apresentado pela CONSESP - Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda, HOMOLOGA o Processo Seletivo n.º 002/2014, para preenchimento das funções: Professor - Educação Infantil, Professor - Anos Iniciais (1º a 5º ano), Professor - Educação Infantil, anos iniciais e finais Educação Física, Professor anos finais (6º a 9º ano) Geografia, Professor anos finais (6º a 9º ano) História, Professor anos finais (6º a 9º ano) Ciências, Professor - Educação Infantil (não habilitado), Professor - Educação Infantil, (Pré I e Pré II) Inglês e anos iniciais (não habilitado), Professor - Anos Iniciais (1º a 5º ano) (não habilitado), Professor anos finais (6º a 9º ano) Matemática (não habilitado), Professor - Educação Infantil, anos iniciais e finais Artes (não habilitado), realizado no dia 22 de fevereiro de 2015. A convocação se dará de acordo com as necessidades da administração através de Edital específico publicado em jornal de circulação local e através de convocação por carta a ser emitida pelo Município de Galvão/SC, via correio com aviso de recebimento.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Galvão - SC, 05 de março de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2015

DECRETO N.º 035, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.791, de 21 de março de 2014 e alterações,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Políticas Culturais, composição para 2015 - 2017:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Cleide de Souza

Suplente: Joseane Araujo Nascimento

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO

Titular: Wagner Nascimento de Souza

Suplente: Carina Leitorles

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Titular: Carioni Zanelato

Suplente: Patricia Vieira Pinheiro

IV - ENTIDADES EMPRESARIAIS

Titular: Leoni dos Santos Pereira

Suplente: Giovani de Amorim

V - PRODUTORES CULTURAIS, ARTISTAS PLÁSTICOS, DA DANÇA, ARTESANADO...

Titular: Lorecy Alves (artista plástica)

Suplente: Valdirene Oliveira (dançarina)

Titular: Henrique Schucman (artesão)

Suplente: Susana Aparecida Cardoso (restauradora)

VI - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

Titular: João Pacheco de Souza (grupo Maré)

Suplente: Luis Fernando Alves Bitencourt (grupo Maré)

Titular: Roberto Rivelino Vieira (Associação Beira Mar - Gamboa)

Suplente: Tania Maria Vieira (Associação Beira Mar - Gamboa)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 036/2015

DECRETO N.º 036, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 132.750,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.869 de 04/03/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.750,00 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	104.750,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	62.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00
4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas	2.000,00
26453311.045 - Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de ônibus	42.750,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.750,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	28.000,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude	28.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 132.750,00 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
44.750,00

15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas
1.000,00

4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas
1.000,00

15451311.037 - Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal
1.000,00

4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas
1.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
42.750,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
42.750,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO
60.000,00

23695511.060 - Empreendimentos Turísticos
20.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas
20.000,00

23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções
10.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas

10.000,00

23695512.063 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo
10.000,00

3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas
5.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas
5.000,00

23695512.064 - Garopaba 04 Estação

20.000,00

3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas
10.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas
10.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
28.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
28.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
28.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

ERRATA N.º 1: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2015

ERRATA N.º 1: Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2015.

No item 2. DA INSCRIÇÃO, onde se lê:

Motorista de Caminhão/ Automóvel/ Ônibus	Comprovante que é alfabetizado;
--	---------------------------------

Leiam-se

Motorista de Caminhão/ Automóvel/ Ônibus	Comprovante de escolaridade Ensino Fundamental (1º Grau)
--	--

No item 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS, onde se lê 08 (oito) vagas para Agente Comunitário de Saúde, leiam-se 03 (três) vagas para Agente

Comunitário de Saúde e onde se lê,

MOTORISTA	Habilitação profissional: Alfabetizado e com CNH profissional, tipo "D".
-----------	---

Leiam-se

MOTORISTA	Habilitação profissional: Comprovante de escolaridade Ensino Fundamental (1º Grau) e com CNH profissional, tipo "D".
-----------	---

No ANEXO I - Avaliação do Cargo de Motorista, onde se lê,

AVALIAÇÃO CARGOS: MOTORISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	8 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

leiam-se,

AVALIAÇÃO CARGOS: MOTORISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 05 de março de 2015
HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº04 AO CONTRATO Nº 056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº 56/2013; Processo nº. 156/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: EMPRESA SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 56/2013 por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 20/02/2015.

LEI Nº 1.869, DE 04 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.869, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 132.750,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.750,00 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	104.750,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	62.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00
4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas	2.000,00
26453311.045 - Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de ônibus	42.750,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.750,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	28.000,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saúde	28.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 132.750,00 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44.750,00
15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	1.000,00
4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451311.037 - Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	1.000,00
4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	42.750,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.750,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	60.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	20.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	20.000,00
23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
23695512.063 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo	10.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
23695512.064 - Garopaba 04 Estação	20.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	28.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	28.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	28.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 175/2015.

PORTARIA N.º 175, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, matrícula funcional n.º 0088, Agente Administrativo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 02/04/1990, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo definido como local de exercício a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

MICHELINE DE ARAÚJO LUIZ
Secretária de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560/95
GAROPABA/SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: 3254 8158
Resolução nº 01

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Garopaba, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e em conformidade com a Lei Municipal nº 560/10, e suas alterações através da Lei Municipal nº 1.432/10, em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de fevereiro de 2015 no uso das competências Resolve:
Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação do Índice de Gestão Descentralizada/IGD-M referente o ano de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Fevereiro de 2015.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 02/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560/95
GAROPABA/SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: 3254 8158
Resolução nº 02

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Garopaba, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e em conformidade com a Lei Municipal nº 560/10, e suas alterações através da Lei Municipal nº 1.432/10, em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de fevereiro de 2015 no uso das competências Resolve:

Art. 1º Aprovar adequações de seu regimento interno de acordo com as normas vigentes que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Fevereiro de 2015.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 03/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560/95
GAROPABA/SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: 3254 8158
Resolução nº. 03

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Garopaba, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e em conformidade com a Lei Municipal nº 560/10, e suas alterações através da Lei Municipal nº 1.432/10, em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de fevereiro de 2015 no uso das competências Resolve:

Art. 1º Aprovar a Reprogramação de recursos provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica-SST-BASI por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor de R\$ 34.563,61, referente ao ano de 2014, o gestor do FMAS, poderá reprogramar até 100% do valor para fins de custeio.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Fevereiro de 2015.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560/95
GAROPABA/SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: 3254 8158
Resolução nº 04

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Garopaba, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e em conformidade com a Lei Municipal nº 560/10 e suas alterações através da Lei Municipal nº 1.432/10, em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de fevereiro de 2015 no uso das competências Resolve:

Art. 1º Aprovar a planilha de gastos de materiais adquiridos com recursos estaduais (cofinanciamento) através do Programa Benefícios Eventuais regulamentados através do Decreto Municipal nº 031/2008 de acordo com as normas vigentes que regulam o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Fevereiro de 2015.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560/95
GAROPABA/SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: 3254 8158
Resolução nº 05

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Garopaba, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 e em conformidade com a Lei Municipal nº 560/10, e suas alterações através da Lei Municipal nº 1.432/10, em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de Fevereiro de 2015 no uso das competências Resolve:

Art. 1º Aprovar os Planos de Aplicação do IGD-SUAS (Índice de Gestão Descentralizada; Plano de Aplicação PFMC (Piso Fixo Media Complexidade) e Plano de Aplicação do PBF (Pisos Básico Fixo) referente o ano de 2014, de acordo com as normas vigentes que regulam o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Fevereiro de 2015.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório PMG nº 004/2015
Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE APROXIMADAMENTE 700 (SETECENTAS) CESTAS BÁSICAS, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/03/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 04 de março de 2015.
José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 43/2015

DECRETO Nº 43, DE 04 DE MARÇO DE 2015
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 80 de 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com mandato até março de 2017:

I - Representantes da Administração Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: Paulo Roberto Schwarz

Suplente: Carla Lizete Ramos

b) Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

Titular: Stella Maris Barth Wanis

Suplente: Thobias Lemke

c) Representante da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais:

Titular: Aroldo Acordi

Suplente: Paulo Guataçara da Costa Lima

d) Representante da Secretaria Municipal de Obras:

Titular: Lourival Schmidt

Suplente: Iolando de Assis

II - Representantes da comunidade:

a) Representante da Associação Comercial, Industrial de Garuva (ACIG):

Titular: Agostinho Eidt

Suplente: Marcio Dumke

b) Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas no Estado de Santa Catarina (SEBRAE/SC):

Titular: Jaime Arcino Dias Junior

Suplente: Milena Zimmermann de Freitas

c) Representante do Conselho Regional de Contabilidade (CRC):

Titular: Cledio Leandro Pedralli

Suplente: Gilda Nessler

d) Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Garuva:

Titular: Ronald Roeder

Suplente: José Vieira

e) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Titular: Adamastor Saad Benedet Junior

Suplente: Cristiane Cattaneo Alebrandt

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos termos do art. 5º §1º da Lei Complementar nº 80/2014.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.281, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.281, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de Rafaela Paula Schmitz, aprovada no Concurso Público - Edital 001/2014 para o cargo de Bibliotecária, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.203/2015, em virtude de não tomar posse no prazo legal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GASPAR/SC

CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

OBJETO: Credenciamento de taxis para prestação de serviço convencional de táxi para os plantões do Conselho Tutelar e eventuais corridas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante adesão às condições previstas neste Edital. A ENTREGA do envelope de Habilitação ocorrerá a partir do dia 06/03/2015, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Depto. de Compras, sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC - (47) 3331-6309. A íntegra do EDITAL disponível no Depto. de Compras ou pelo site: www.gaspar.sc.gov.br. BASE LEGAL: art. 25, caput da lei nº 8.666/93. Gaspar, 05 de março de 2015.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 6.278, DE 03 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.278, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a comissão para realização de concurso público, composta pelos seguintes membros:

I - Representantes do Executivo Municipal:

a) Michael Zimmermann;

b) Márcia Zen dos Santos;

c) Rozangela Aparecida Alves Elias;

d) Márcia Adriana Casian;

II - Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar - SINTRASPUG:

a) Jovino Emir Masson.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.279, DE 03 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.279, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
TAIS HELENA DOS SANTOS RODRIGUES	ESCRITURÁRIO	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE
ROSANE HOEPPERS GOMES	ESCRITURÁRIO	40	3º	SECRETARIA DE SAÚDE
MARISTELLA MATOS VIEIRA	ESCRITURÁRIO	40	4º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEBORA REGINA DE OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO	40	5º	SECRETARIA DE SAÚDE
NEIDY ZWIERGI-KOSKI	ESCRITURÁRIO	40	6º	SECRETARIA DE SAÚDE
CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	14º	SECRETARIA DE SAÚDE
THAIS SIMONE FRANCA BURTULI	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	15º	SECRETARIA DE SAÚDE
LENICE INES KOLTERMANN	ENFERMEIRO	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE
FRANCISCO JOSE RAMOS DIAS	ENFERMEIRO	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE
JOAO MARIA DE OLIVEIRA PAULINO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	13º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
DAVI CARDOZO DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	14º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
PATRICIA APARECIDA VOIGT DE SENES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	15º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
SUEDE DANIEL SCHMITT DIAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	16º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

MAUREN RODRIGUES PINHO	BIBLIOTECÁRIA	40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
------------------------	---------------	----	----	------------------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 25/02/2015.

Gaspar, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.280, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.280, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ELKE CRISTINE SCHRAMM MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora ELKE CRISTINE SCHRAMM MOSER, CPF nº 461.112.129-15, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 390/1992, em decorrência de sua aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de 03/03/2015.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.282, DE 04 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.282, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA LEILOEIRO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Municipal nº 3.627/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para, na forma do artigo 53 da Lei nº 8.666/93, exercer as funções de leiloeiro administrativo, assim como, praticar todos os atos, estabelecer critérios e definir normas necessárias à realização do leilão, o servidor público, MATHUSALEM VENERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Controlador de Patrimônio, Matrícula nº 2595, ficando responsável pela condução do leilão de bens móveis inservíveis do Patrimônio do Município de Gaspar e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme Lei Municipal nº 3.627/2015, em data a ser designada por esta Municipalidade.

Art. 2º Não haverá remuneração pelas atividades realizadas pelo leiloeiro administrativo, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 6.283, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.283, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros do GRUPO GESTOR DO centro de artes e esportes unificados de GASPAR - cEU Dra. Zilda Arns Neumann.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Grupo Gestor do Centro De Artes e Esportes Unificados de Gaspar - CEU Dra. Zilda Arns Neumann:

I - Poder Publico Local:

Repartição	Membro efetivo	Membro Suplente
Gemads	Doriana Maria Stiz Beduschi	Daniel Fernando Cardoso
Departamento de cultura	José Gabriel Corrêa	Dayro Bornhausen
Secretaria de Educação	Andréia Dias Müller	Edno Antônio dos Santos
Secretaria de Desenvolvimento Social	Rosane Zuchi Adão	Eloiza Campregher Probst
Fundação Municipal de Esportes	Renato Cesar Zimmermann	Leone Pereira dos Santos
Secretaria de Saúde	Claudio Gilberto Rolim da Silveira	Jussara da Costa

II - Sociedade Civil Organizada:

Entidade	Membro efetivo	Membro Suplente
Pastoral da Criança	Amauri Bornhausen	Maria Helena Palma
Associação de moradores do Gasparinho e Alto Gasparinho	Alvino Cesar Dagnoni	Nivaldo Bertoldi
Associação de moradores do Santa Terezinha	Euclides Rampelotti	Nilson Eraldo de Oliveira
Associação de moradores do Gaspar Mirim	Darci Ferretti	Jhonathan wischnewski
Conferencia Vicentina	Jocenira das Graças de Oliveira Waltrick	Laide Vitorino
Rotary Club	Vicente de Paula Souza	Alessandro Muller Rodrigues

III - Comunidade:

Comunidade	Membro efetivo	Membro Suplente
Morador	Lauro Romário	Elizangela da fonseca
Morador	Braz Palma	Leoni França Romário
Morador	Cristiane Springer Rodrigues	André Luiz Custodio
Morador	Diones Rafael da Silva	Regiane Cristina Cruz
Morador	Juliana Pitz	Alex Molina da Silva
Morador	Rafael Orlando de Oliveira	Moacir Szczygel

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 05 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.284, DE 05 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.284, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

aprova estatuto do centro de artes e esportes unificados de GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto do Centro de Artes e Esportes Unificados de Gaspar - CEU Dra. Zilda Arns Neumann, conforme Lei Municipal nº 3.590, de 11 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 05 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

ESTATUTO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS GASPAR - SANTA CATARINA**CAPÍTULO I****DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - E SUA FINALIDADE**

Art. 1º O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - é um equipamento público estatal, instalado em áreas de vulnerabilidade social, que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e de qualificação.

Art. 2º Idealizado em conjunto pelos Ministérios da Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e do Trabalho e Emprego, integra em um mesmo espaço físico programas e ações setoriais, com o objetivo de promover, em áreas de vulnerabilidade social, a ampliação do acesso a serviços públicos, o desenvolvimento econômico e social, a cidadania e a garantia de direitos.

Art. 3º O CEU visa à integração das políticas nacionais, estaduais e municipais de cultura, esporte, assistência social, justiça e trabalho e emprego, a fim de oferecer serviços públicos dos seus respectivos sistemas nacionais, na medida da sua consolidação e da adesão por parte dos entes federados.

Art. 4º O Grupo Gestor tem como principio a participação social, por meio da garantia da gestão compartilhada do CEU entre o poder público local, a comunidade beneficiária e a sociedade civil organizada.

CAPÍTULO II**DA DENOMINAÇÃO E DA SEDE**

Art. 5º Fica criado, no âmbito do município de Gaspar, o Grupo Gestor do Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU, que terá como sede o CEU ZILDA ARNS NEUMANN, localizado à Rua Argemiro Krauss, nº 113, bairro Gaspar Mirim, a ser regido por este Estatuto.

CAPÍTULO III**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 6º O Grupo Gestor terá composição tripartite com membros representantes do poder público, da comunidade do entorno do CEU e da sociedade civil organizada, que farão a gestão compartilhada do equipamento, com poder deliberativo sobre as ações e funcionamento do CEU.

Art. 7º A parte referente à comunidade do entorno do CEU deverá ter seus assentos de representação organizados conforme os bairros adjacentes ao equipamento e/ou prioritários pela concentração de população em situação de vulnerabilidade social, garantindo a participação do público primordialmente beneficiário pelo Programa.

Art. 8º A parte referente à sociedade civil organizada deverá ter seus assentos de representação organizados segundo temas, garantindo a inclusão de pautas concernentes à atuação do terceiro setor, representação de classe laboral, conselhos, colegiados e assembleias (de âmbito público ou privado), que já atuem no município e, preferencialmente, nos bairros priorizados conforme artigo 7º deste Estatuto.

Art. 9º A parte referente ao poder público local deverá ter seus assentos de representação organizados segundo as áreas de atuação de Prefeitura Municipal, garantindo a presença mínima das áreas de cultura, esportes e assistência social, devendo ser complementadas pelas áreas de saúde, educação, juventude e inclusão produtiva.

Art. 10º As partes que representam a Sociedade Civil deverão, cada uma, ter um número de membros igualou superior à parte que representa o Poder Público local.

Art. 11º O Grupo Gestor será composto por 5 (cinco) membros que representam o poder público, 5 (cinco) membros que representam a comunidade do entorno do CEU e 5 (cinco) membros que representam a sociedade civil organizada, sendo que:

I. O segmento representante da Sociedade Civil Organizada será composto de um mínimo de 5 (cinco) membros titulares, e igual número de suplentes;

II. O segmento representante das Comunidades do Entorno do CEU será composto de um mínimo de 5 (cinco) membros titulares, e igual número de suplentes; e

III. O segmento representante do Poder Público Local será composto de um mínimo de 5 (cinco) membros titulares, e igual número de suplentes.

Art. 12º É obrigatório que todos os indicados para compor o Grupo Gestor estejam envolvidos com atividades do CEU e/ou das Secretarias Municipais.

Parágrafo único: As atividades do Grupo Gestor em nenhuma hipótese poderão ser remuneradas, salvo os representantes do Poder Público que já recebem remuneração por força do seu cargo de origem.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 13º O primeiro Grupo Gestor poderá ser definido e tomar posse com base apenas em indicação, desde que:

I. sua composição seja tripartite, conforme explicitado no art. 6º do presente documento; e

II. seus membros tenham sido representantes da Unidade Gestora local - UGL ou tenham, comprovadamente, participado das oficinas de mobilização social.

Art. 14º O mandato do Grupo Gestor será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição de seus membros.

Art. 15º Os membros titulares e suplentes que representam o poder público serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Local, respeitadas as disposições do art. 9º.

Art. 16º Os membros titulares e suplentes que representam a sociedade civil organizada serão escolhidos, dentre instituições que

comprovem funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, por meio de eleição direta pelos moradores dos bairros beneficiários dos CEUS em assembleia geral a ser convocada para este fim, respeitadas as disposições do art. 8º, exceto:

I. Representantes de Pontos e Pontões de Cultura, que deverão ser automaticamente indicados para compor o Grupo Gestor com no mínimo uma representação, se houver; e

II. Membros da sociedade civil previamente eleitos como representantes no âmbito de conselhos públicos de participação social das esferas federal, estadual ou municipal, se houver, privilegiando as temáticas de cultura, esporte, assistência social, saúde, educação, juventude, inclusão produtiva e habitação.

Art. 17º Os membros titulares e suplentes que representam as comunidades do entorno do CEU serão escolhidos por meio de eleição direta, pelos moradores dos bairros beneficiários do CEU em Assembleia Geral a ser convocada para este fim, respeitadas as disposições do art. 7º deste Estatuto.

Art. 18º O cargo de suplente será preenchido pelo segundo candidato mais votado, conforme arts. 7º, 8º e 9º.

Art. 19º Quando da existência de apenas 1 (um) candidato concorrendo à vaga, conforme disposto nos arts. 7º, 8º e 9º, este candidato estará automaticamente eleito.

CAPÍTULO V DAS FORMAS DE ATUAÇÃO

Art. 20º O Grupo Gestor deverá realizar reuniões ordinárias e abertas com periodicidade mínima mensal.

Art. 21º O Grupo Gestor poderá, quando necessário, realizar reuniões extraordinárias e abertas, mediante manifestação de um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros eleitos do Grupo Gestor.

Art. 22º O Grupo Gestor poderá, quando necessário, convocar assembleias gerais deliberativas de ampla participação comunitária.

Art. 23º O Grupo Gestor poderá atuar por meio da constituição de Grupos de Trabalho e Comissões para a formulação de propostas sobre assuntos específicos, a serem deliberadas em reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e/ou assembleias gerais.

CAPÍTULO V DA COMPETÊNCIA

Art. 24º Ao primeiro Grupo Gestor do CEU compete:

I - definir as cadeiras para cada parte do Grupo Gestor, seguindo composição tripartite explicitada no Capítulo III; e

II - elaborar e aprovar o Regimento Interno do CEU, mediante reunião com a presença de no mínimo 75% dos membros do Grupo Gestor.

Art. 25º Ao Grupo Gestor do CEU compete:

I - Garantir a gestão compartilhada, na forma de:

a. garantir o envolvimento da comunidade nas atividades do CEU;

b. articular-se com as demais instâncias de participação popular do município;

c. articular-se com demais Políticas, Programas e Ações das esferas federal, estadual e municipal; e

d. divulgar amplamente para a comunidade as atividades do CEU, bem como as relativas ao trabalho do Grupo Gestor.

II - Garantir o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades, na forma de:

- deliberar sobre as diretrizes, estratégias e prioridades do equipamento;
- planejar, executar e apoiar a execução da programação do equipamento;
- realizar o balanço financeiro do ano anterior, bem como o planejamento orçamentário para o próximo ano;
- pesquisar os atores locais (pessoas, lideranças locais, equipamentos e instituições do município, que se localizam próximos ao CEU, e tenham participação ou potencial de participação nas atividades do equipamento) para produzir o Mapeamento do Território de Vivência (mapeamento dos atores locais do entorno do CEU);
- buscar parceiros institucionais a fim de agregar esforços e garantir o pleno funcionamento do equipamento; e
- preencher e atualizar as informações solicitadas no Sistema de Gestão, incluindo a programação, o balanço financeiro, o planejamento orçamentário, os atores locais e os parceiros institucionais e as demais informações previstas no Sistema de Gestão.

III - Competirá ao Grupo Gestor, de forma adicional:

- instituir, no âmbito do Grupo Gestor, Grupos de Trabalho e Comissões para a formulação de propostas sobre assuntos específicos a serem deliberadas em reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e/ou assembleias gerais, conforme art. 23º;
- emendar o Regimento Interno e o Estatuto do Grupo Gestor, quando for o caso, mediante reunião com a presença de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos membros do Grupo Gestor; e
- assegurar o cumprimento do Regimento Interno do CEU, garantindo que suas finalidades e objetivos sejam respeitados.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO GESTOR

Art. 26º São direitos dos membros do Grupo Gestor:

- participar das eleições, votar e ser votado;
- promover e participar das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias;
- deliberar sobre a saída ou troca de membro do Grupo Gestor;
- definir representantes para participação em seminários, oficinas e outros encontros relativos às ações do CEU; e
- ter acesso a informações relativas à gestão do CEU, incluindo ata e reuniões anteriores, bem como os dados e informações prestados ao Sistema de Gestão do Ministério da Cultura.

Art. 27º São obrigações dos membros do Grupo Gestor:

- comparecer em um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias realizadas por semestre, tendo sua titularidade revogada nos casos de descumprimentos injustificados;
- definir cronograma, convocar seus membros e convidar os demais interessados para as reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias;
- garantir transparência e fácil acesso às atas e registros das reuniões e assembleias ocorridas;
- fazer uma avaliação do ano corrido, por meio de um relatório sobre o balanço das atividades do ano anterior; e
- Estabelecer meios e criar instrumentos para garantir o item 111, bem como para divulgar as atividades que estão ocorrendo no CEU.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28º O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral,

realizada em 27 de fevereiro de 2015, no CEU ZILDA ARNS NEUMANN, localizado na Rua Argemiro Krauss, nº 130, bairro Gaspar Mirim, com a presença de dos membros que o assinam.

Alvino Cesar Dagnoni	
Andreia Dias Müller	
Cristiane Springer Rodrigues	
Doriana Maria Stiz Beduschi	
Edilza Leite Pereira	
Elisângela da Fonseca Alves	
Euclides Rampelotti	
Jocenira das Graças de Oliveira Waltrick	
José Gabriel Correa	
Lauro Romário	
Leoni França Romário	
Marcelo Fontes Schramm	
Maria Helena Palma	
Renato Zimmermann	
Rosane Zuchi Adão	
Valdiria Stanke Pamplona	

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-112/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-112/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/02/2015. VENCTO.: 13/09/2015. Tomada de Preços nº.: 200/2014. OBJETO: acréscimo ao contrato para reforma da cozinha e implantação de cisterna da E.E.B. Norma Mônica Sabel. CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. (08.628.996/0001-96). Valor: R\$ 29.022,70.

Gaspar/SC, 27 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-122/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-122/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/11/2014. VENCTO.: 31/12/2015. Tomada de Preços nº.: 223/2013. OBJETO: acréscimo e prorrogação da execução do contrato para reforma do telhado do CDI Mercedes Melato Beduschi. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA. (03.087.273/0001-03). Valor: R\$ 4.963,55.

Gaspar/SC, 03 de fevereiro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-21/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-21/2014
Início da vigência: 28/02/2015 Vencimento: 28/02/2016. Inexigibilidade nº.: 43/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de postagem e envio de notificações/informações de Trânsito - Termo de Adesão Contrato CIASC nº 00445-2010 - Contrato ECT nº 991223819. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT (34.028.316/0028-23).

Gaspar/SC, 27 de fevereiro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-96/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-96/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014. VENCTO.: 30/09/2015. Tomada de preços nº.: 199/2014. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para construção de galpão para arquivo inativo. CONTRATADA: BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. (81.537.672/0001-32). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 03 de fevereiro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-3/2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-3/2015
Vigência: 13/02/2015 Vencto.: 31/12/2015 Inexigibilidade nº.: 20/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2015, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social. Contratado: MERCADO REISSANSÃO LTDA. (02.403.865/0001-24). Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Gaspar/SC, 13 de fevereiro de 2015.
MARISTELA CIZESKI
Gestora do FMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-4/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-4/2015
Início da vigência: 24/02/2015. Vencto: 24/02/2016. Pregão nº: 11/2015. Objeto: Aquisição de Brinquedos em Geral, para a manutenção das atividades para o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. Contratado: LIONETI COMERCIO DE BRINQUEDOS - EPP. (08.756.248/0001-99). Valor total:

R\$ 17.287,50 (dezesete mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Gaspar/SC, 26 de fevereiro de 2015.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-5/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-5/2015
Início da vigência: 24/02/2015. Vencto: 24/02/2016. Pregão nº: 11/2015. Objeto: Aquisição de Brinquedos em Geral, para a manutenção das atividades para o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. Contratado: L.MOHR LTDA - EPP (07.261.562/0001-38). Valor total: R\$ 10.666,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e seis reais).

Gaspar/SC, 26 de fevereiro de 2015.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-6/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-6/2015
Início da vigência: 24/02/2015. Vencto: 24/02/2016. Pregão nº: 11/2015. Objeto: Aquisição de Brinquedos em Geral, para a manutenção das atividades para o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. Contratado: ADL COMERCIAL EIRELLI-EPP (15.267.298/0001-78). Valor total: R\$ 3.189,00 (três mil, cento e oitenta e nove reais).

Gaspar/SC, 26 de fevereiro de 2015.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-7/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-7/2015
Início da vigência: 24/02/2015. Vencto: 24/02/2016. Pregão nº: 11/2015. Objeto: Aquisição de Brinquedos em Geral, para a manutenção das atividades para o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. Contratado: FOOT COMERCIAL LTDA - ME (11.397.879/0001-73). Valor total: R\$ 2.243,00 (dois mil, duzentos e quarenta e três).

Gaspar/SC, 26 de fevereiro de 2015.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-2/2015

FUNDO MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-2/2015
Início da vigência: 06/02/2015 Vencimento: 06/02/2016. Pregão nº.: 04/2015. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE GASPAR (11.436.906/0001-70). Objeto: Fornecimento de toldo instalado na unidade de saúde do Bela Vista. Contratado: ABILIO COMÉRCIO DE ALUMÍNIO E FERRO LTDA. (01.063.245/0001-20). Valor total: R\$ 5.182,84.

Gaspar/SC, 06 de fevereiro de 2015.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-1/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-1/2015

Início da vigência: 02/02/2015 Vencimento: 01/02/2016. Concorrência nº.: 210/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados à elaboração de projetos básicos, executivos e complementares para obras públicas do município de Gaspar, visando atender às necessidades do Município. Contratado: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA. (09.350.663/0001-00). Valor total: R\$ 635.994,34.

Gaspar/SC, 02 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-74/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-74/2014

Pregão nº.: 97/2014. OBJETO: Repactuação do preço referente ao advento de Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2015. Contrato referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e zeladoria do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schosslund. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (79.283.065/0001-41). VALOR TOTAL: R\$ 15.339,36 (quinze mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

Gaspar/SC, 26 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO SAF-81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO SAF-81/2014

OBJETO: Prorrogação do Contrato de locação de bem imóvel destinado à família da comunidade Jardim Primavera, no bairro Bela Vista, área de intervenção do Projeto de Urbanização de Assentamento Precário e Melhoria das Condições de Habitabilidade PAC II. CONTRATADO: RJJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (08.112.745/0001-54). Valor Total Julgado: R\$ 2.495,04 (dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 13 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO TERMO DE AJUSTE 02/2014 - FIA

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 02/2014-FIA

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e o Grupo Detalhes de Teatro e Produções Artísticas.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 89.310,00 (Oitenta e nove mil, trezentos e dez reais), para o desenvolvimento do Projeto "Teatro: Abrindo Olhares, garantindo Direitos", conforme plano de trabalho aprovado

pela Resolução nº. 11/2014 - CMDCA.

DESPESA - O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 89.310,00 (oitenta e nove mil, trezentos e dez reais)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência

Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC. até 31/12/2015.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 21 de novembro de 2014 - Camila Schreiber, pelo CMDCA, e Jean Carlos Marçaneiro pelo Grupo Detalhes e Produções Artísticas.

INEXIGIBILIDADE Nº 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 12/2015

OBJETO: Contratação de refeições (café da manhã, almoço e coffee break), para o evento "II Encontro da Família Rural Gasparense", que realizar-se-á no dia 16 de março de 2015. CONTRATADO: RESTAURANTE BELA VISTA LTDA. - ME (78.269.156/0001-60). Valor Total Julgado: R\$ 33.110,00 (trinta e três mil, cento e dez reais). BASE LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 22 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

RESOLUÇÃO 01/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a composição da Comissão Organizadora X Conferência Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97 e em reunião ordinária realizada no dia 04 de março de 2015 e,

Considerando que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, mediante Portaria Conjunta nº 01, de 09 de fevereiro de 2015 convocaram, extraordinariamente a X Conferência Nacional de Assistência Social, a realizar-se em Brasília, Distrito Federal, no período de 07 a 10 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal de Assistência Social, que será composta pelos (as) seguintes pessoas:

- 1) Eloiza Probst, representante governamental;
- 2) Candice Munhoz Cazorla, representante não governamental;
- 3) Jocenira de Oliveira Waltrich, representante não governamental;
- 4) Darlene Reis da Silva Gonçalves, representante não governamental.

Art. 2º - A Comissão Organizadora terá como competência:

I. organizar e coordenar a X Conferência Municipal de Assistência Social;

II. preparar e acompanhar a operacionalização da X Conferência Municipal de Assistência Social;
III. propor e encaminhar para aprovação da Plenária critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a X Conferência Municipal de Assistência Social;

IV. dar suporte técnico-operacional durante o evento;

V. manter a Plenária informada sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da X Conferência Municipal de Assistência Social;

IV. elaborar relatório mensal a ser discutido nas comissões temáticas e informando em Plenária.

V - elaborar relatório final da X Conferência Municipal de Assistência Social e encaminhar ao Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 3º - Para a operacionalização da X Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes órgãos:

I. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II. Prefeitura Municipal de Gaspar.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da X Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da administração pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 02/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a destinação dos saldos reprogramados do FMAS - exercício 2014, na Gestão IGD, Gestão Benefícios Eventuais, Proteção Social Básica e nas Proteções Especiais de Média e Alta Complexidade, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Fundo Estadual de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 04 de março de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal, nº 1648, de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar - CMAS, e dá outras providências.

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 8.742/93 (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica/2005 (NOB/SUAS), que têm como diretrizes a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

- as Portarias MDS nº 440, de 25 de agosto de 2005 e nº 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamentam os Pisos da Proteção

Social Básica e Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e o co-financiamento;

- a Portaria MDS nº 459, de 09 de setembro de 2005, que dispõe sobre o repasse dos recursos e a prestação de contas do co-financiamento Federal;

- a Portaria MDS nº 351, de 21 de novembro 2006, que altera o art. 19 da Portaria MDS nº 459/2005, no que tange a reprogramação dos saldos repassados pelo FNAS aos fundos municipais, existentes em 31 de dezembro de cada ano, dentro de cada nível de proteção, para o exercício seguinte;

- o documento denominado "Orientações referentes à aplicação e reprogramação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social", elaborado pelo MDS/SNAS e Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social;

- a aprovação, em reunião Ordinária do CMAS, da destinação dos saldos reprogramados dos Recursos do FMAS e FEAS de 2014, conforme consta na Ata CMAS nº 02, de 04 de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação dos saldos, reprogramados do exercício 2014, que serão aplicados na Gestão IGD, Gestão Benefícios Eventuais, Proteção Social Básica e nas Proteções Especiais de Média e Alta Complexidade, sendo o montante total de R\$ 412.903,17 (quatrocentos e doze mil novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 04 de março de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2015

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 67/2014 - Número do Aditivo: 1 (Aumento de valor).

Data vigência: 05.02.2015

Data vencimento: 31.12.2015

Número da Licitação: 67/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: POSTO SOAZÚ LTDA.. - CNPJ do contratado: 76.861.897/0001-00

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis. Valor acrescido: R\$ 9.890,00 (nove mil oitocentos e noventa reais).

Gaspar (SC), em 27 de fevereiro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

PORTARIA N. 26 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. 26 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 02 de março de 2015, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº. 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 do cargo em comissão de Diretor Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 15-2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/03/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 18/03/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 05 de Março de 2015.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº08-2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015

Ata de Registro de Preços nº 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: - FAUSTO L .KUHL-TRATORES ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR CORTADOR DE GRAMA PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 26 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 08/2015**

PORTARIA Nº 08/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a senhora CHIRLEY IZABEL NASCIMENTO do cargo Assessora de Gabinete do Poder Legislativo, tendo como último dia trabalhado 28.02.2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 02 de Março 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
1º Secretário

PORTARIA Nº 09/2015

PORTARIA Nº 09/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 816 de 01 abril de 2013 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora MARIÃ COSTA FARIA, brasileira, CPF 094.632.879/06, para exercer o cargo comissionado de ASSESSORA DE GABINETE DO PODER LEGISLATIVO, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Fica o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo a perceber os vencimentos correspondentes ao nível CC4 definido pela lei Municipal nº 816 de 01.04.2013.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Março de 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
1º Secretário

Grão Pará**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DO PROCESSOS ELETIVOS IMPLIFICADO

Eu, AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, tendo em vista a publicação na data de 05 de março de 2015, no Mural Interno da Prefeitura Municipal de Grão-Pará e na Internet, no endereço www.graopara.sc.gov.br, do Resultado Final e da Classificação Final Oficial, HOMOLOGO todo o Resultado Final e a Classificação Final Oficial do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, documentos integrantes deste Processo.

Registre-se. Arquive-se.

Grão-Pará/SC, 06 de março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL CLASSIFICAÇÃO FINAL (05-03-2015)

RESULTADO FINAL CLASSIFICAÇÃO FINAL OFICIAL

Grão-Pará/SC, 05 de março de 2015.

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO FINAL

RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO

FINAL DOS APROVADOS

NÍVEL SUPERIOR - PROFISSIONAIS DO NASF

PSICÓLOGO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0025	SAMIRA NECKEL ANTUNES	5,0	CLASSIFICADA
-	0013	ARIELLY MARQUES VIDAL	4,5	ELIMINADA
-	0003	SARAH BRUNING ASCARI	4,5	ELIMINADA
-	0027	DAIANI LESSA DA SILVA	3,5	ELIMINADA

ASSISTENTE SOCIAL

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0011	CINTHIA CAROLINA DE SOUZA	5,5	CLASSIFICADA

FARMACÊUTICO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0010	MARCIA BELTRAME S. ALANO	6,5	CLASSIFICADA
2ª	0017	FLAVIANA ORBEM	5,5	CLASSIFICADA

3ª	0019	LAYLA BELTRAME	5,0	CLASSIFI- CADA
----	------	----------------	-----	-------------------

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0028	BRUNA SILVEIRA DA SILVA	6,0	CLASSIFI- CADA
2ª	0009	EMILY GUIZONI BRATTI O	5,0	CLASSIFI- CADA
-	0024	GISELE ZANELATO ENGELS	4,0	ELIMINADA
-	0026	JANAINA ASCARI HERT	3,0	ELIMINADA

NUTRICIONISTA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0008	CLÁUDIA MEURER SOUZA	7,0	CLASSIFI- CADA
2ª	0004	DANIELLE VERO- NEZ NANDI	5,5	CLASSIFI- CADA
3ª	0005	ANA CARLA BOR- TOLOMEDI	5,0	CLASSIFI- CADA
-	0006	LAISI MARTINS	4,5	ELIMINADA
-	0001	MARIANE FERNANDES D. GIUSTINA	3,0	ELIMINADA

Candidatos Faltantes e Eliminados

- 0012 - RAFAÉLA BIANCHINI ANDRÉ

FISIOTERAPEUTA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	SITUAÇÃO
1ª	0014	PRISCILA MELO TAVA- RES	6,5	CLASSIFI- CADA

NÍVEL ALFABETIZAÇÃO - SERVENTE DE OBRAS

POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	PROVA TEÓRICA	PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
1ª	0016	ANGELO MARTINELLI DE BONA	9,0	9,5	9,25	CLASSI- FICADO
2ª	0020	VANIO JORGE BALLMANN	9,5	9,0	9,25	CLASSI- FICADO
3ª	0015	THIAGO HERT DA COREGIO	9,5	9,0	9,25	CLASSI- FICADO
4ª	0029	VANDERLEI DA CONCEI- ÇÃO	9,5	8,5	9,0	CLASSI- FICADO
5ª	0021	ANDERSON BLASIVUS NEVES	7,5	9,0	8,25	CLASSI- FICADO
6ª	0007	JOELSON SALVADOR DA SILVA	8,0	8,0	8,0	CLASSI- FICADO
7ª	0031	BEATRIZ BEZA ROSA	9,0	7,0	8,0	CLASSI- FICADA
8ª	0002	MARIA LEMBECK ALBERTON	7,0	5,5	6,25	CLASSI- FICADA

9ª	0023	SALETTE SOA- RES POMPEO	2,5	9,5	6,0	ELIMINA- DA
----	------	----------------------------	-----	-----	-----	----------------

Candidatos Faltantes e Eliminados

- 0022 - DENER BORBA BLASIVUS
- 0018 - RAMOM VIDAL ROSA
- 0030 - RENATO ISIDORO RABELO

Grão-Pará/SC, 05 de março de 2015.

SALESIO PICKLER DACOREGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Fica homologada a presente publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final oficial dos aprovados, parte integrante do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014.

Grão-Pará/SC, 05 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba**PREFEITURA****MINUTA EDITAL DE PREGÃO 05.15 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS IDOSOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 08/15, Edital de Pregão Presencial Nº 05/15. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Lingüiça suína e pão); recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 20/03/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 20/03/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 05 de março 2015.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMS

Guaramirim**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº10/2015 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 10/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA.

Entrega dos Envelopes: 18/03/2015 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 18/03/2015 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 05/03/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº13/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 13/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFESA CIVIL EFUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Entrega dos Envelopes: 18/03/2015 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 18/03/2015 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 19/02/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 429/2015

DECRETO Nº. 429/2015.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ R\$ 269.516,25.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 269,516,25 (duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura

08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de veiculos, maquinas e equipamentos rod
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00018300	Oper. Créd. Interna -Outros Programas
	Valor: (139.300,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu. Magistério)
	Valor: (130.216,25)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro do exercício anterior na fonte 31800 no valor de R\$ 130.216,25 e do excesso de arrecadação na fonte 18300 no valor de R\$ 139.300,00.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 428/2015.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº19/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo de Licitação: 19/2015 - PMG

Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE EPAGRI.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.052191/0001-62, com sede na Rod Admar Gonzaga, nº1347, no Município de Florianópolis, SC.

Valor: R\$ 34.748,47 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) divididos em 10 (dez) parcelas de R\$ 3.474,84 (três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

GUARAMIRIM (SC), 06/03/2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 04/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 04/2014

Processo de Licitação: 001/2014 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento público militar composto por 01 (uma) central de monitoramento e 10 (dez) câmeras no município de Guaramirim, SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Coringa com e repres de equipamento eletrônico de segurança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.468.282/0001-19, estabelecida na Avenida Salvador Di Bernardi, n.º 700, Campinas, município de São José, Estado de Santa Catarina

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência, em razão da prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência do contrato 04/2013, referente ao serviço de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento público militar composto por 10 (dez) câmeras no município de Guaramirim (SC). b) O valor do contrato é de R\$ 3.000,00, para um período de 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 26/02/2015 Vigência: 16/03//2016.

GUARAMIRIM (SC), 26/032015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 128/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 128/2015

Publicação realizada no dia 04/03/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1695, página 210.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Marcia Regina Quadra"

Leia-se: "Marcia Cristina de quadra"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 128/2015

APROVA Marcia Cristina de Quadra no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Marcia Cristina de Quadra, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 12 de março de 2015. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 135/2015

PORTARIA Nº. 135/2015

APROVA Amanda dos Santos Lima no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Amanda dos Santos Lima, na função de Auxiliar de Setor, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 20 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 136/2015

PORTARIA Nº. 136/2015

ALTERA membros do Conselho da Cidade de Guaramirim - CONCI-DADE, nomeados pela Portaria nº. 445/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Sr. Alfredo Frasson, como membro titular representante da Defesa Civil, pelo Sr. Ezequiel R. B. de Souza.

Art. 2º. Alterar o Sr. Ildemar Alves Lisboa, como membro suplente representante do Corpo de Bombeiros Voluntários, pelo Sr. Maicon Rodrigo Ewald.

Art. 3º. As demais disposições da Portaria nº. 445/2014 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 137/2015

PORTARIA Nº. 137/2015

EXONERA Morgana Fiamoncini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Morgana Fiamoncini, da função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 138/2015

PORTARIA Nº. 138/2015

NOMEIA Comissão Especial Eleitoral que conduzirá o Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros para comporem a Comissão Especial Eleitoral que conduzirá o Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar de Guaramirim:

Representantes Governamentais:

I - Francinne Maira Espezim;

II - Kariny Louise Moser;

III - Valciria Lana Souza;

Representantes da Sociedade Civil:

IV - Abílio Costa;

V - Somine Sueira;

VI - Jandira Vrés Freitas;

Art. 2º. A Comissão contará com o apoio técnico do Dr. Osnilo Bartel Junior (OAB/SC nº. 6.751) e da Sra. Carolina Baruffi (Gerente dos Conselhos).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 145/2015

PORTARIA Nº. 145/2015

NOMEIA Comissão Técnica para apurar eventuais irregularidades na obra executada através do Processo Licitatório nº. 79/2012.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados, para comporem a Comissão Técnica para apurar eventuais irregularidades no Processo Licitatório nº. 79/2012, especialmente quanto à qualidade da obra executada, a conformidade desta com o projeto, os reais motivos que ocasionaram os atrasos e aditivos contratuais, além de outros que se fizerem necessários:

- Maria Rosangela dos Santos Kuskowski;

- Frank Ricardo Oliveira;

- Wolney Buzzi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 30 A 34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 30/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015 - CONVITE Nº. 01/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA

OBJETO: Aquisição de Óleo Lubrificantes e Graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício 2015.

VALOR: R\$ 20.319,00

VIGENCIA: 30/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 05 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 31/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015 - CONVITE Nº. 01/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MECANICA L..B. LTDA

OBJETO: Aquisição de Óleo Lubrificantes e Graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício 2015.

VALOR: R\$ 9.329,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 05 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 32/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015 - CONVITE Nº. 01/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTTO SECCO ME

OBJETO: Aquisição de Óleo Lubrificantes e Graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício 2015.

VALOR: R\$ 9.143,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 05 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 33/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2015 - CONVITE Nº. 02/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GABRIEL GEALH DE CAMPOS

OBJETO: Contratação de serviços de Assessoria Jurídica a serem prestados pelo contratado ao município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 31.600,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 05 de março de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 34/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº.
01/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para execução de perfuração de
poços artesianos na Linha Caravagio e Linha Barro Preto no muni-
cípio de Guarujá do Sul, em execução do objeto do Convenio nº.
2014TR003577, através do Estado de Santa Catarina, Secretaria
de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município
de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 27.340,00
VIGENCIA: 30/08/2015

Guarujá do Sul, SC, 05 de março de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

REEO 1BIM

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.590.724,87	17.590.724,87	2.911.873,11	16,55	2.911.873,11	16,55	14.678.851,76
RECEITAS CORRENTES	14.686.107,84	14.686.107,84	2.422.873,11	16,50	2.422.873,11	16,50	12.263.234,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.302.000,00	1.302.000,00	161.901,79	12,43	161.901,79	12,43	1.140.098,21
IMPOSTOS	1.130.000,00	1.130.000,00	136.096,95	12,04	136.096,95	12,04	993.903,05
TAXAS	172.000,00	172.000,00	25.804,84	15,00	25.804,84	15,00	146.195,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	31.557,54	21,04	31.557,54	21,04	118.442,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	150.000,00	150.000,00	31.557,54	21,04	31.557,54	21,04	118.442,46
RECEITA PATRIMONIAL	40.200,00	40.200,00	24.119,53	60,00	24.119,53	60,00	16.080,47
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.000,00	40.000,00	24.119,53	60,30	24.119,53	60,30	15.880,47
RECEITA DE SERVIÇOS	270.000,00	270.000,00	38.091,92	14,11	38.091,92	14,11	231.908,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.834.807,84	12.834.807,84	2.160.439,90	16,83	2.160.439,90	16,83	10.674.367,94
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.740.807,84	12.740.807,84	2.156.332,58	16,92	2.156.332,58	16,92	10.584.475,26
Transf. de Conv.	94.000,00	94.000,00	4.107,32	4,37	4.107,32	4,37	89.892,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.100,00	89.100,00	6.762,43	7,59	6.762,43	7,59	82.337,57
Multas e Juros de Mora	27.600,00	27.600,00	2.452,72	8,89	2.452,72	8,89	25.147,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DA DIVIDATIVA	46.500,00	46.500,00	4.309,71	9,27	4.309,71	9,27	42.190,29
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.904.617,03	2.904.617,03	489.000,00	16,84	489.000,00	16,84	2.415.617,03
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Alienação de Bens Móveis	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.824.617,03	2.824.617,03	489.000,00	17,31	489.000,00	17,31	2.335.617,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	407.999,78	407.999,78	489.000,00	119,85	489.000,00	119,85	-81.000,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	2.416.617,25	2.416.617,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.416.617,25
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.590.724,87	17.590.724,87	2.911.873,11	16,55	2.911.873,11	16,55	14.678.851,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.590.724,87	17.590.724,87	2.911.873,11	16,55	2.911.873,11	16,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.590.724,87	17.590.724,87	2.911.873,11	16,55	2.911.873,11	16,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	357.836,81	—	—	20.202,67	—
Superávit Financeiro	—	357.836,81	—	—	20.202,67	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.590.724,87	846.836,81	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	8,29
DESPESAS CORRENTES	13.099.587,84	343.396,81	13.442.984,65	4.571.670,09	4.571.670,09	1.448.659,28	1.448.659,28	10,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.476.668,24	14.206,79	6.490.875,03	960.469,95	960.469,95	935.671,18	935.671,18	14,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	81.500,00	0,00	81.500,00	50.889,79	50.889,79	11.289,57	11.289,57	13,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.541.419,60	329.190,02	6.870.609,62	3.560.310,35	3.560.310,35	501.698,53	501.698,53	7,30
DESPESAS DE CAPITAL	4.471.137,03	503.440,00	4.974.577,03	2.779.404,50	2.779.404,50	80.582,10	80.582,10	1,62
INVESTIMENTOS	4.171.137,03	503.440,00	4.674.577,03	2.479.404,50	2.479.404,50	21.371,94	21.371,94	0,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	59.210,16	59.210,16	19,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.590.724,87	846.836,81	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	8,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.590.724,87	846.836,81	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	16.908.320,30
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.382.631,73	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.590.724,87	846.836,81	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	2.911.873,11	16.908.320,30

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	80.000,00	0,00	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	0,00	80.000,00
TOTAL	80.000,00	0,00	80.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	81.200,00	0,00	0,00	81.200,00
Investimentos	81.200,00	0,00	0,00	81.200,00
TOTAL	81.200,00	0,00	0,00	81.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	154.691,21	0,00	154.691,21

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.178.000,00	1.178.000,00	139.291,63	11,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	25.610,84	15,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	89.425,89	17,89
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.000,00	200.000,00	21.060,22	10,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	28.500,00	28.500,00	1.812,81	6,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.000,00	16.000,00	1.381,87	8,64
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.196.500,00	11.196.500,00	2.004.856,53	17,91
Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	17,81
Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	52.309,89	12,45
Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	728.778,34	18,69
Cota-Parte IPI-Exportação	55.000,00	55.000,00	12.627,02	22,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.374.500,00	12.374.500,00	2.144.148,16	17,33

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.294.080,76	2.518.985,50	823.922,03	32,71	288.516,84	11,45
Pessoal e Encargos Sociais	1.061.368,24	1.061.368,24	209.027,46	19,69	205.837,26	19,39
Outras Despesas Correntes	1.232.712,52	1.457.617,26	614.894,57	42,18	82.679,58	5,67
DESPESAS DE CAPITAL	206.000,00	227.000,00	2.997,83	1,32	0,00	0,00
Investimentos	206.000,00	227.000,00	2.997,83	1,32	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	206.000,00	227.000,00	2.997,83	1,32	0,00	0,00
Investimentos	206.000,00	227.000,00	2.997,83	1,32	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.500.080,76	2.745.985,50	826.919,86	30,11	288.516,84	10,51
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/i)*100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (j/i)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	978.300,76	1.114.141,98	61.369,10	7,42	40.120,77	13,91
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	878.300,76	1.014.141,98	61.369,10	7,42	40.120,77	13,91
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	978.300,76	1.114.141,98	61.369,10	7,42	40.120,77	13,91
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.521.780,00	1.631.843,52	765.550,76	92,58	248.396,07	86,09
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 a 5						11,58
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						-73.226,15

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
INSCRITOS em 2014	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR			
	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00			
TOTAL	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00		

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º					RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)				
	0,00	0,00					
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)				
	-	-					

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.430.580,76	2.676.485,50	804.740,83	97,32	264.432,94	98,58
Vigilância Sanitária	46.000,00	46.000,00	10.770,20	1,30	3.181,90	1,10
Vigilância Epidemiológica	23.500,00	23.500,00	11.408,83	1,38	902,00	0,31
TOTAL	2.500.080,76	2.745.985,50	826.919,86	100,00	288.516,84	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times (l/b))/100$

GUARUJA DO SUL, 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO

Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.590.724,87	
Previsão Atualizada		—	17.590.724,87	
Receitas Realizadas		2.911.873,11	2.911.873,11	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	20.202,67	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.590.724,87	
Créditos Adicionais		—	846.836,81	
Dotação Atualizada		—	18.437.561,68	
Despesas Empenhadas		7.351.074,59	7.351.074,59	
Despesas Liquidadas		1.529.241,38	1.529.241,38	
Superavit Orçamentário		—	1.382.631,73	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		7.351.074,59	7.351.074,59	
Despesas Liquidadas		1.529.241,38	1.529.241,38	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			13.733.113,66	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.439.542,69	0,00
Resultado Primário		0,00	1.429.011,93	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	567.302,40	0,00	3.796,50	563.505,90
EXECUTIVO	567.302,40	0,00	3.796,50	563.505,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.315,84	93,22	17.065,72	9.156,90
EXECUTIVO	26.315,84	93,22	17.065,72	9.156,90
TOTAL:	593.618,24	93,22	20.862,22	572.662,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		412.597,97	25%	19,24
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		186.700,89	60%	57,18
Liquidadas		201.955,68		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		80.582,10	4.893.994,93	

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	80.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	81.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	248.396,07		15,00	11,58
Liquidadas	248.396,07			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	17.590.724,87	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	100,00	8,29
Legislativa	616.500,00	616.500,00	87.610,30	87.610,30	79.554,17	79.554,17	5,20	12,90
Ação Legislativa	616.500,00	616.500,00	87.610,30	87.610,30	79.554,17	79.554,17	5,20	12,90
Administração	1.562.920,00	1.625.645,00	685.524,31	685.524,31	183.322,15	183.322,15	11,99	11,28
Administração Geral	1.053.420,00	1.116.145,00	564.251,86	564.251,86	110.042,31	110.042,31	7,20	9,86
Administração Financeira	442.000,00	442.000,00	105.580,48	105.580,48	61.463,39	61.463,39	4,02	13,91
Controle Interno	67.500,00	67.500,00	15.691,97	15.691,97	11.816,45	11.816,45	0,77	17,51
Segurança Pública	69.600,00	69.600,00	340,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policimento	54.600,00	54.600,00	340,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	994.423,08	1.026.299,36	254.045,10	254.045,10	85.843,51	85.843,51	5,61	8,36
Assistência ao Idoso	102.800,00	102.800,00	26.658,20	26.658,20	1.634,63	1.634,63	0,11	1,59
Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	3.122,40	3.122,40	1.136,40	1.136,40	0,07	2,27
Assistência Comunitária	791.623,08	823.499,36	224.264,50	224.264,50	83.072,48	83.072,48	5,43	10,09
Saúde	2.500.080,76	2.745.985,50	826.919,86	826.919,86	288.516,84	288.516,84	18,87	10,51
Atenção Básica	2.430.580,76	2.676.485,50	804.740,83	804.740,83	284.432,94	284.432,94	18,60	10,63
Vigilância Sanitária	46.000,00	46.000,00	10.770,20	10.770,20	3.181,90	3.181,90	0,21	6,92
Vigilância Epidemiológica	23.500,00	23.500,00	11.408,83	11.408,83	902,00	902,00	0,06	3,84
Educação	5.362.699,78	5.866.954,57	2.005.382,70	2.005.382,70	373.668,56	373.668,56	24,43	6,37
Alimentação e Nutrição	121.200,00	121.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	3.999.699,78	4.488.699,78	1.830.880,16	1.830.880,16	259.419,15	259.419,15	16,96	5,78
Educação Infantil	1.241.800,00	1.257.054,79	174.502,54	174.502,54	114.249,41	114.249,41	7,47	9,09
Cultura	109.900,00	109.900,00	47.942,00	47.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	109.900,00	109.900,00	47.942,00	47.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	2.204.190,67	2.204.190,67	1.878.316,27	1.878.316,27	39.290,87	39.290,87	2,57	1,78
Infra-Estrutura Urbana	1.765.690,67	1.765.690,67	1.522.687,41	1.522.687,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	438.500,00	438.500,00	355.628,86	355.628,86	39.290,87	39.290,87	2,57	8,96
Habitação	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.590.724,87	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	100,00	8,29
Saneamento	75.100,00	75.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	25.100,00	25.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	997.500,00	999.576,00	486.043,55	486.043,55	212.130,08	212.130,08	13,87	21,22
Extensão Rural	997.500,00	999.576,00	486.043,55	486.043,55	212.130,08	212.130,08	13,87	21,22
Indústria	323.500,00	323.500,00	1.000,00	1.000,00	67,68	67,68	0,00	0,02
Promoção Industrial	323.500,00	323.500,00	1.000,00	1.000,00	67,68	67,68	0,00	0,02
Comunicações	220.000,00	220.000,00	55.720,00	55.720,00	10.465,28	10.465,28	0,68	4,76
Telecomunicações	220.000,00	220.000,00	55.720,00	55.720,00	10.465,28	10.465,28	0,68	4,76
Transporte	1.594.450,00	1.594.450,00	484.967,80	484.967,80	148.323,48	148.323,48	9,70	9,30
Transporte Rodoviário	1.594.450,00	1.594.450,00	484.967,80	484.967,80	148.323,48	148.323,48	9,70	9,30
Desporto e Lazer	304.360,58	304.360,58	45.180,52	45.180,52	17.391,14	17.391,14	1,14	5,71
Desporto Comunitário	254.360,58	254.360,58	45.180,52	45.180,52	17.391,14	17.391,14	1,14	6,84
Lazer	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	555.500,00	555.500,00	492.082,18	492.082,18	90.667,62	90.667,62	5,93	16,32
Serviço da Dívida Interna	381.500,00	381.500,00	350.889,79	350.889,79	70.499,73	70.499,73	4,61	18,48
Outros Encargos Especiais	174.000,00	174.000,00	141.192,39	141.192,39	20.167,89	20.167,89	1,32	11,59

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.590.724,87	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	100,00	8,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	17.590.724,87	18.437.561,68	7.351.074,59	7.351.074,59	1.529.241,38	1.529.241,38	100,00	8,29

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.121.986,26	1.288.994,50	1.346.657,64	1.197.941,42	1.312.448,18	1.213.914,93	1.212.907,83	1.247.995,05	1.321.440,64	1.677.712,45	1.448.859,05	1.374.985,01	15.765.842,96	16.912.933,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	66.268,14	94.338,34	77.701,10	81.573,15	249.244,97	89.026,52	106.530,13	93.762,78	77.022,94	119.826,15	52.687,25	109.214,54	1.217.196,01	1.392.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	4.474,52	138.872,08	19.710,49	18.884,12	17.749,86	15.737,29	11.824,74	0,00	0,00	225.253,10	260.000,00
I.R.R.F.	11.984,23	12.146,90	11.710,09	8.852,65	8.331,41	8.799,64	8.165,95	8.779,57	8.975,03	17.736,95	9.789,15	11.271,07	128.542,64	200.000,00
I.S.S.	34.616,70	56.544,28	35.959,08	42.245,62	33.331,82	40.281,97	57.298,97	35.325,84	34.791,64	33.518,82	25.138,85	64.286,04	490.340,63	500.000,00
I.T.B.I.	17.009,29	23.139,04	29.066,95	21.069,38	14.251,00	11.884,98	13.210,00	13.643,04	7.595,87	14.452,65	16.543,40	9.067,44	199.933,04	170.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.857,92	2.598,12	964,98	4.930,98	58.458,66	8.349,44	8.971,09	18.284,47	9.923,11	42.292,99	1.214,85	24.589,99	181.126,60	172.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.652,18	12.740,59	12.017,25	12.134,62	11.896,99	12.667,71	12.494,29	15.627,98	15.088,85	15.560,43	16.371,30	15.186,24	164.438,43	150.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.708,49	8.286,78	9.371,86	9.599,47	9.786,33	10.265,60	9.247,62	8.198,55	7.790,70	9.429,20	10.029,68	14.089,85	113.804,13	40.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.414,01	24.476,25	22.051,37	10.625,92	41.938,29	22.752,88	22.380,71	18.728,65	12.278,76	20.556,07	23.463,41	14.628,51	251.294,83	270.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.010.980,22	1.145.079,51	1.216.887,55	1.018.182,15	992.354,80	1.077.122,95	1.058.302,87	1.107.665,30	1.207.058,30	1.509.016,90	1.342.861,55	1.218.546,30	15.061.633,84	15.061.633,84
Cota-Parte do FPM	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,89	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	5.634.854,79	6.900.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	317.685,99	311.145,66	317.164,11	319.769,93	297.562,41	311.796,04	334.245,52	345.900,16	380.035,61	365.697,31	385.455,68	343.322,66	4.028.923,08	3.800.000,00
Cota-Parte do IPVA	28.900,90	35.622,15	41.502,94	41.018,77	53.293,89	46.251,85	46.495,89	43.802,50	22.225,99	8.449,63	20.768,44	31.541,45	419.834,40	420.000,00
Cota-Parte do ITR	0,60	35,34	0,00	0,00	0,00	0,00	621,75	2.017,43	5,05	0,00	0,00	0,00	2.680,17	3.500,00
Outras Transferências Correntes	140.908,54	218.702,10	121.571,20	72.914,31	128.549,25	117.080,85	127.627,39	182.005,83	142.054,82	423.492,58	160.551,58	70.905,30	1.906.373,75	1.865.133,84
Transferências da LC 61/1989	4.308,24	4.692,80	5.104,19	4.861,49	4.994,25	5.147,97	4.844,51	5.188,06	5.957,45	5.678,25	7.916,93	4.770,09	63.604,23	55.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	2.752,36	0,00	0,00	13.761,80	18.000,00
Transferências do FUNDEB	142.382,66	143.459,18	156.859,63	148.441,48	137.452,19	147.032,01	150.048,69	156.771,30	163.670,34	162.614,26	168.833,25	156.264,19	1.833.829,18	2.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.993,22	4.073,03	8.628,51	65.626,11	7.226,80	2.079,27	3.952,21	4.011,79	2.201,09	3.323,70	3.445,86	3.316,57	115.248,16	89.100,00
DEDUÇÕES (II)	145.537,65	156.583,42	187.651,13	155.365,08	145.270,46	162.699,83	156.125,12	153.777,45	180.266,43	184.581,78	202.695,16	198.275,79	2.032.729,30	2.239.300,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	145.537,65	156.583,42	187.651,13	155.365,08	145.270,46	162.699,83	156.125,12	153.777,45	180.266,43	184.581,78	202.695,16	198.275,79	2.032.729,30	2.239.300,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	976.448,61	1.132.411,08	1.159.006,51	1.038.576,34	1.167.177,72	1.051.315,10	1.066.782,71	1.094.217,60	1.141.174,21	1.493.130,67	1.176.709,22	1.176.709,22	13.733.113,66	14.673.633,84
FONTE:														
GUARUJÁ DO SUL														

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 0281740-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2014	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
				Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.359.806,82	1.359.806,82	2.799.349,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.386.122,66	1.386.122,66	2.891.642,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.315,84	26.315,84	92.292,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.359.806,82	-1.359.806,82	-2.799.349,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.359.806,82	-1.359.806,82	-2.799.349,51

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.439.542,69	-1.439.542,69

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.646.107,84	2.398.753,58	2.398.753,58	2.337.616,55
Receita Tributária	1.302.000,00	161.901,79	161.901,79	149.685,63
I.P.T.U.	260.000,00	0,00	0,00	377,19
I.S.S.	500.000,00	89.425,89	89.425,89	105.179,47
I.T.B.I.	170.000,00	25.610,84	25.610,84	9.457,60
I.R.R.F.	200.000,00	21.060,22	21.060,22	25.228,34
Outras Receitas Tributárias	172.000,00	25.804,84	25.804,84	9.443,03
Receita de Contribuição	150.000,00	31.557,54	31.557,54	24.116,22
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	150.000,00	31.557,54	31.557,54	24.116,22
Receita Patrimonial Líquida	200,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	40.200,00	24.119,53	24.119,53	13.130,55
(-) Aplicações Financeiras	40.000,00	24.119,53	24.119,53	13.130,55
Transferências Correntes	12.834.807,84	2.160.439,90	2.160.439,90	2.095.287,51
F.P.M.	5.440.000,00	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	3.120.000,00	583.022,81	583.022,81	516.827,54
Convênios	94.000,00	4.107,32	4.107,32	1.355,19
Outras Transferências Correntes	4.180.807,84	604.396,68	604.396,68	593.085,30
Demais Receitas Correntes	359.100,00	44.854,35	44.854,35	68.527,19
Dívida Ativa	46.500,00	4.309,71	4.309,71	6.216,14
Diversas Receitas Correntes	312.600,00	40.544,64	40.544,64	62.311,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.904.617,03	489.000,00	489.000,00	292.500,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.824.617,03	489.000,00	489.000,00	292.500,00
Convênios	2.416.617,25	0,00	0,00	292.500,00
Outras Transferências de Capital	407.999,78	489.000,00	489.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.824.617,03	489.000,00	489.000,00	292.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.470.724,87	2.887.753,58	2.887.753,58	2.630.116,55

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.442.984,65	1.448.659,28	1.448.659,28	1.321.026,03
Pessoal e Encargos Sociais	6.490.875,03	935.671,18	935.671,18	871.910,08
Juros e Encargos da Dívida (IX)	81.500,00	11.289,57	11.289,57	14.682,95
Outras Despesas Correntes	6.870.609,62	501.698,53	501.698,53	434.433,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.361.484,65	1.437.369,71	1.437.369,71	1.306.343,08
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.974.577,03	80.582,10	80.582,10	47.924,96
Investimentos	4.674.577,03	21.371,94	21.371,94	149,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	59.210,16	59.210,16	47.775,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.674.577,03	21.371,94	21.371,94	149,00

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.056.061,68	1.458.741,65	1.458.741,65	1.306.492,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-585.336,81	1.429.011,93	1.429.011,93	1.323.624,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	26.315,84	17.065,72	93,22	9.156,90	420,00	566.882,40	3.796,50
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	26.315,84	17.065,72	93,22	9.156,90	420,00	566.882,40	3.796,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMF	0,00	923,64	876,32	47,32	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	1.530,15	1.484,25	45,90	0,00	0,00	54.920,00	1.600,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	307,50	307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	65,57	65,57	0,00	0,00	0,00	97.522,06	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	17.336,46	8.179,56	0,00	9.156,90	0,00	2.571,65	2.186,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	5.383,51	5.383,51	0,00	0,00	0,00	375.647,93	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	649,01	649,01	0,00	0,00	420,00	36.220,76	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	26.315,84	17.065,72	93,22	9.156,90	420,00	566.882,40	3.796,50

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.178.000,00	1.178.000,00	139.291,63	139.291,63	11,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	302.500,00	302.500,00	3.059,18	3.059,18	1,01
1.1.1- IPTU	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	1.793,93	1.793,93	7,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.265,25	1.265,25	8,44
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	25.610,84	25.610,84	15,07
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	25.610,84	25.610,84	15,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	505.500,00	505.500,00	89.561,39	89.561,39	17,72
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	89.425,89	89.425,89	17,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	18,88	18,88	0,54
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	116,62	116,62	11,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.000,00	200.000,00	21.060,22	21.060,22	10,53
1.4.1- IRRF	200.000,00	200.000,00	21.060,22	21.060,22	10,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.196.500,00	11.196.500,00	2.004.856,53	2.004.856,53	17,91
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,81
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,81
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	728.778,34	728.778,34	18,69
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	55.000,00	55.000,00	12.627,02	12.627,02	22,96
2.5- Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	52.309,89	52.309,89	12,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.374.500,00	12.374.500,00	2.144.148,16	2.144.148,16	17,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.021.899,78	1.021.899,78	565.536,31	565.536,31	55,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.096.899,78	1.096.899,78	565.536,31	565.536,31	51,56
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.239.300,00	2.239.300,00	400.970,95	400.970,95	17,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	242.228,19	242.228,19	17,81
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	145.755,53	145.755,53	18,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	2.525,40	2.525,40	22,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	10.461,83	10.461,83	12,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.006.000,00	2.006.000,00	326.512,81	326.512,81	16,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	325.097,44	325.097,44	16,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	1.415,37	1.415,37	23,59
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-239.300,00	-239.300,00	-75.873,51	-75.873,51	-33,51
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.203.600,00	1.218.854,79	201.955,68	201.955,68	16,57
13.1- Com Educação Infantil	601.800,00	617.054,79	97.639,64	97.639,64	15,82
13.2- Com Ensino Fundamental	601.800,00	601.800,00	104.316,04	104.316,04	17,33
14- OUTRAS DESPESAS	802.400,00	802.400,00	23.678,05	23.678,05	2,95
14.1- Com Educação Infantil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	800.400,00	800.400,00	23.678,05	23.678,05	2,96
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.006.000,00	2.021.254,79	225.633,73	225.633,73	11,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.254,79
17.1 - FUNDEB 60%					15.254,79
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					15.254,79
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					210.378,94
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					57,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					7,25
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					35,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					15.254,79
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.093.625,00	3.093.625,00	536.037,04	536.037,04	17,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.241.800,00	1.257.054,79	114.249,41	114.249,41	9,09
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.298.500,00	3.298.500,00	239.145,21	239.145,21	7,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.402.200,00	1.402.200,00	127.994,09	127.994,09	9,13
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.896.300,00	1.896.300,00	111.151,12	111.151,12	5,86
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.540.300,00	4.555.554,79	353.394,62	353.394,62	7,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-75.873,51
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.415,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.254,79
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-59.203,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					412.597,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,24
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.800,00	180.800,00	20.273,94	20.273,94	11,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	520.399,78	1.009.399,78	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	701.199,78	1.190.199,78	20.273,94	20.273,94	1,70
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.241.499,78	5.745.754,57	373.668,56	373.668,56	6,50

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.254,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	325.097,44	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	187.273,83	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	187.273,83	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.415,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	154.493,77	0,00

GUARUJA DO SUL, 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.254,79, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.974.577,03	80.582,10	0,00	4.893.994,93
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.974.577,03	80.582,10	0,00	4.893.994,93
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.974.577,03	-80.582,10		-4.893.994,93

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 05/03/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 006/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 008/2015
Tomada de Preços nº 001/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 006/2015 DE 25/02/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.
Contratada: Andrade Construções Ltda..
OBJETO: Construção de Passeios Públicos na Rua José Bonifácio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.
VALOR R\$ 249.903,13 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e três reais e treze centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3081/2014 de 12/12/2014.

Herval d'Oeste, em 25 de fevereiro de 2015.
NELSON GUINDANI SIMAR JOSÉ ROSA
Prefeito Pela Contratada

CONTRATO Nº 007/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 006/2015
Tomada de Preços nº 002/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 007/2015 DE 25/02/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.
Contratada: Inovadora Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.
OBJETO: Licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde Pública, pelo período de 48 meses.
VALOR de R\$ 549.253,00 (quinhentos e quarenta e nove mil duzentos e cinquenta e três reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3081/2014 de 12/12/2014.

Herval d'Oeste, em 25 de fevereiro de 2015.
NELSON GUINDANI ANA CRISTINA LINK
Prefeito Pela Contratada

EDITAL Nº 012/2015/SMECE

EDITAL Nº 012/2015/SMECE
Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;
Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;
Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 001/2013/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referentes ao Edital nº 001/2013/SMECE, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.
- 1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Prefeitura de Herval d'Oeste, Secretaria de Educação, Sala do Setor Pedagógico, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 09 de março de 2015, às 13h30min.
- 1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será considerado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.
- 1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.
- 1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II - DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Período
01	CME Pequeno Príncipe	Professor de Língua Inglesa (vaga vinculada a servidora Gisele Bulh)	Matutino/ Vespertino	10h	Até término do ano letivo ou retorno do servidor efetivo

III - DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Língua Inglesa	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;

3.2. Para a comprovação de habilitação os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será

dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos com os critérios de habilitação descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

V - DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado	Não-Habilitado
40h	Salário Base: R\$ 1.935,26 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 387,05 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	Salário Base: R\$ 1.598,69 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 319,74 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 05 de março de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2015

PORTARIA Nº 372/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Ampliar a Carga Horária do Servidor MÁRCIO ALEX CARDOSO BELARDONY (Matr. 4100), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", de 10 para 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, junto às Unidades Escolares Municipais, a contar de 02 de março de 2015 até o término do ano letivo de 2015, classificado em 2º lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 016/2014/SMECE/SMAMA, de 18 de fevereiro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 373/2015

PORTARIA Nº 373/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora CHAIANE FRIZZO (Matr. 4084), a contar de 05 de março de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 374/2015

PORTARIA Nº 374/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 05 de março de 2015, do servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 375/2015

PORTARIA Nº 375/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Incorporação de Adicional de Insalubridade, no percentual de 32,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre Dezembro de 1999 a Novembro de 2007, ao Servidor JOÃO OLIVIO NEVES DOS SANTOS (Matr. 197),

ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificação e Manutenção, Nível - 5, Classe "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 376/2015

PORTARIA Nº 376/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA (Matr. 4101), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Disciplina de História, junto a EBM Estação Luzerna e EBM Cruz e Sousa, em substituição ao servidor Ivo Guindani, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05 de março de 2015 até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 009/2015/SMECE, de 27 de fevereiro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2760/2015

DECRETO Nº 2760, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo e Cadastro de Reserva, para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2015/2016, conforme EDITAL nº 001, de 11 de fevereiro de 2015, para os seguintes cargos:

Médico	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
024	Regis Ariel Ribeiro Jordão
031	Fabiano Scortegagna Dupezak

Agente de Serviços Gerais	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	Zilma Comaretto Giareta
002	Elizete Moraes dos Santos
003	Simara Meira de Castro
004	Marilene Ribeiro
005	Ilizandra Pereira
006	Tatiana Garcia Teixeira
007	Ilisangela Zitterell do Rosário da Silva
008	Dirlei Medeiro
009	Mariza Possera Cruz Sobrinho
011	Claudete Miorelli Falchetti Carlet
012	Edione Aparecida Piovesan Titon
013	Maria Bernardete Danielevig Calai
014	Edneia da Silva Guindani
015	Crislaine Paz Padilha Coeli
016	Lucimar Aparecida Trevisol
017	Aline Odorizzi Turella
018	Mayara Nunes Alves
019	Neide Tescke Coelli
020	Cristiane Soares dos Santos
021	Diego da Silva Guindani
022	Andressa da Costa
023	Daniele Sá Brito
025	Luciana de Fatima Gonçalves dos Santos
028	Andreia Barth da Costa Recalcatti
029	Danieli Rodrigues
030	Silvia Cristiane Tescke Coelli

Servente	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
010	Marizani Aparecida Ramos
026	Ariana Lopes de Souza Costa
027	Juliete Barth da Costa Recalcatti
032	Debora Noelia Kokowise Ribeiro

Art. 2º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 09 de março de 2015, conforme item 3.2

do Edital nº 001/2015.

Art. 3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

LEI Nº 564/2015

LEI Nº 564 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DOS DETENTORES DE MANDATO ELETIVO SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder revisão geral anual dos vencimentos e subsídios na forma do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, a título de recuperação de perdas inflacionárias, do período de 01 de fevereiro de 2014 até 31 de janeiro de 2015, aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos que exercem Emprego Público, aos detentores de Mandato Eletivo do Poder Executivo e Legislativo, aos Secretários Municipais e dos Cargos Comissionados.

Art. 2º - O percentual de revisão referido no Art. 1º será de 6,91% (seis vírgula noventa e um por cento) calculado sobre o respectivo vencimento dos servidores municipais inclusive cargos comissionados, dos subsídios dos detentores de Mandato Eletivo do Poder Executivo e Legislativo, e dos Secretários Municipais, já que adotado como índice econômico o INPC., que no período de 01 de fevereiro de 2014 até 31 de janeiro de 2015, atingiu o percentual acima mencionado.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um reajuste nos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos que exercem Emprego Público na ordem de 1,09% (um virgula zero nove por cento).

Parágrafo Único - O reajuste previsto no caput do Artigo 3º da presente Lei, não é extensivo aos detentores de Mandato Eletivo do Poder Executivo e Legislativo, nem aos Secretários Municipais.

Art. 4º - Para o lançamento na folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais e Empregados Públicos do Poder Executivo, será somado o índice da revisão geral (6,91%) e o índice de reajuste (1,09%), e feito um único lançamento no percentual de 8,00% (oito por cento).

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder os devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos dos servidores públicos municipais, mediante a aplicação dos dispostos na presente Lei.

Art. 6º - Os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais inferiores ao valor do Salário Mínimo Nacional, ficam reajustados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, passando a R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, 27 de fevereiro de 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

LEI Nº 565/2015

LEI Nº 565, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inc I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), no orçamento em vigor para o exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Ibiã, para atendimento na seguinte programação de despesa:

02.05- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte

15.452.1501.2022 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
33720000– Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
(fonte 01.00 – Recursos Ordinários) R\$ 18.000,00
Total R\$ 18.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 452 - SERVIÇOS URBANOS
PROGRAMA: 15.01 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
ATIVIDADE: 2022 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 33710000 - Transferências a Consórcios Públicos - Fonte: 0100 - R\$ 18.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.
CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE MARÇO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

LEI Nº 566/2015

LEI Nº 566, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AÇÃO EM PROGRAMA DO PPA E LDO, ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inc I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação, Projeto com indicação das fontes de recursos em programa da Lei nº 552/14, que trata da Revisão do Plano Plurianual 2014/2017, e Lei nº 555/2014, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015:

PROGRAMA 08.01- ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL Nº06					
Ativ. Nº	Ação	Descrição	Quant.	Fonte	Valor R\$
		Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	01	01.00	50.000,00
2055	55				
Total da ação R\$					50.000,00

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no orçamento em vigor para o exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Ibiã, para atendimento a inclusão da ação/projeto - na seguinte programação de despesa:

02.07- Secretaria Municipal de Assistência Social	
08.243.2055 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3390 – Aplicações Diretas	(fonte 01.00 – Recursos Ordinários)
R\$ 50.000,00	
Total R\$ 50.000,00	

Art. 3º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3190000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 50.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE MARÇO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:
LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA PRG 020 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - OFICINA MECÂNICA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 - MULTIENTIDADES

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 020/2015 - MULTIENTIDADES, que fica alterado o horário da abertura da licitação para o período vespertino às 14:30 horas (quatorze horas e trinta minutos). A data permanece a mesma.

Ilhota, 05 de março de 2015.

Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

ERRATA PRG 021 - 2015 FMS - REGISTRO DE PREÇO - MEDICAMENTOS

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015 - FMS

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 021/2015 - FMS, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

9 - FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

9.1 - Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar o "MENOR PREÇO POR ITEM", considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até 02 (dois) dígitos.

LEIA-SE:

9 - FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

9.1 - Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar o "MENOR PREÇO POR ITEM", considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até 03 (três) dígitos.

Desta forma, altera-se a data de abertura da sessão pública, que passará a ser no dia 19/03/2015 às 09:30 hs (nove horas e trinta minutos).

Ilhota, 05 de março de 2015.

Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 016/2015

Objeto: Contratação de empresa para o transporte escolar no ano letivo de 2015 visando prestação de serviço à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 19 de Março de 2015, às 15:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 no setor de licitação.

Imaruí, 05 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

EDITAL DE SELEÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSORES SUBSTITUTOS

EDITAL DE SELEÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSORES SUBSTITUTOS

O Prefeito Municipal de Imarui/SC, Sr. Manoel Viana de Sousa, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude em consonância com o Edital nº 01/2015, está aceitando inscrições para CADASTRO RESERVA nas seguintes áreas:

Cargo/Área/Disciplina	Formação mínima
PROFESSOR DE INGLÊS	<ul style="list-style-type: none"> - Formação no Ensino Médio. - Formação no Ensino Médio em Magistério. - Comprovante de matrícula e frequência em Licenciatura de Português/Inglês. - Licenciatura em outras áreas ou disciplinas com cursos de qualificação e aperfeiçoamento em Inglês.
PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	<ul style="list-style-type: none"> - Formação no Ensino Médio. - Formação no Ensino Médio em Magistério. - Licenciatura em outras áreas ou disciplinas com cursos de qualificação e aperfeiçoamento em Ensino Religioso.
PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Formação no Ensino Médio. - Formação no Ensino Médio em Magistério. - Comprovante de matrícula e frequência em Licenciatura em Educação especial. - Licenciatura em Pedagogia - Licenciatura em Pedagogia com complementação em Educação Especial, e participação em curso de aperfeiçoamento em educação especial ou inclusiva com carga horária mínima de 300 horas. - Licenciatura em Pedagogia com especialização em Atendimento Educacional Especializado. - Licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial.
PEDAGOGO	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura Pedagogia

COORDENADOR
PROJETO NAVE-
GAR

- Formação no Ensino Médio.
- Formação no Ensino Médio em Magistério.
- Formação no Ensino Médio e comprovação de horas de qualificação e ou aperfeiçoamento na área.
- Curso Superior em Bacharelado em educação Física ou Esporte.
- Curso Superior Licenciatura Educação Física.

DAS INSCRIÇÕES:

1. As inscrições serão recebidas por ordem de chegada no dia 09 de março de 2015 das 9 às 12:00 E DAS 13:30 às 17 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude localizada a Rua Antônio Bittencourt Capanema, S/N.
2. A partir do dia 10 de março de 2015 os interessados deverão comparecer munidos dos seguintes documentos para a chamada:
 - a) Certidão de Casamento ou Nascimento (com data de emissão não superior a 90 dias);
 - b) Carteira de Identidade;
 - c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
 - d) Título de Eleitor;
 - e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
 - h) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - j) PIS/PASEP (frente e verso);
 - m) Declaração de bens;
 - n) Número da conta corrente, no Banco do Brasil ou Banco Bradesco;
 - o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
 - p) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - q) Atestado médico admissional;
 - r) Diploma de graduação na área específica de atuação, devidamente reconhecido pelo MEC;
 - u) Atestado de Boa Conduta;
 - v) Declaração que certifique a ausência de acumulação indevida de cargos públicos, prevista no artigo 37, CF/88.

DA CLASSIFICAÇÃO:

As vagas existentes serão preenchidas imediatamente, a partir do início das inscrições. Os inscritos serão classificados pela seguinte ordem de prioridade: maior titulação na formação mínima exigida; maior título de pós-graduação; maior idade.

DA REMUNERAÇÃO: A remuneração equivale ao valor bruto mensal e será, respectivamente:

Carga Horária Formação	10 Horas Semanais	20 Horas Semanais	30 Horas Semanais	40 Horas Semanais
HABILITADOS				
Curso Superior	R\$ 437,24	R\$ 874,50	R\$ 1.311,76	R\$ 1.748,99
NÃO HABILITADOS				
Ensino Médio	R\$ 424,35	R\$ 848,69	R\$ 1.273,04	R\$ 1.697,38

DAS INFORMAÇÕES:

Mais informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio dos telefones (48) 36430338 e 36431244.

Imarui, 05 de março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: PMI SEAGP 2015/33 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/33 A00

Contratada: COLONIA DE PESCADORES Z 13.

C.N.P.J: 82.909.227/0001-19

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS ATIVIDADES DO GRUPO DE MÃES DE IBIRAQUERA, IMBITUBA/SC.

Valor: R\$8.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 18/2015 Dispensa 05/2015

Imbituba, 02 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

Colonia de Pescadores Z1

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/32 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/32 A00

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$236.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 15/2015 Dispensa 10/2014

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi

Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/11 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2015/11 A00

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IMBITUBA

C.N.P.J: 82.539.891/0001-13

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA MANOEL FELIPE CARDOSO Nº51 PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO DE MIRIM.

Valor: R\$800,00 Prazo: 10 meses

Fundamento: Processo nº. 14/2015 Dispensa 03/2015

Imbituba, 03 de março de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba

Representante Legal

Contratada

LEI Nº 4.519, DE 05 DE MARÇO DE 2015, COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

LEI Nº 4.519, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Institui a Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a instituída, em caráter permanente, a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, visando estabelecer o valor do bem imóvel, para os seguintes fins:

I - lançamento e cobrança do Imposto de Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis - ITBI;

II - desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

III - alienação ou dação em pagamento, a título de compensação e/ou indenização de bens desapropriados;

IV - locação para atividades do Poder Público Municipal;

V - tombamento relativo a bens imóveis considerados patrimônio natural e cultural; e

VI - doador no município.

§ 1º A avaliação dos imóveis que será procedida pela Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, observará as normas legais pertinentes sobre a matéria, em especial as características do imóvel e os valores praticados no mercado imobiliário local.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo os valores atribuídos aos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Art. 2º A Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária terá a seguinte composição:

I - 4 (quatro) servidores de carreira do Poder Executivo Municipal, oriundos dos órgãos responsáveis pela fazenda, pelo desenvolvimento urbano e pela área jurídica;

II - 3 (três) representantes com pleno e absoluto conhecimento na área e no ramo do comércio imobiliário local, que podem ser do quadro de servidores municipais ou de qualquer outro segmento da sociedade civil organizada.

§ 1º A constituição da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária cabe ao Chefe do Poder Executivo, que indicará o seu Presidente.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária será de 2 (dois) anos.

§ 3º A Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária terá como Secretário um dos membros da mesma, designado pelo seu Presidente, podendo ser alterado a qualquer tempo.

§ 4º A nomeação do membro da Comissão, seja titular ou suplente, independe que o mesmo seja ocupante de cargo em comissão ou recebedor de função gratificada.

§ 5º A Comissão deverá elaborar o seu Regimento Interno, contendo os parâmetros e regras a serem adotadas sobre as avaliações, ad referendum do Procurador Geral do Município.

Art. 3º A Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária deverá apresentar parecer com a indicação do valor atribuído ao imóvel no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a entrega da Guia Informativa para a geração do ITBI ao Presidente da Comissão ou seu representante.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado uma vez por igual período desde que devidamente justificado.

§ 2º Caberá ao Presidente da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária efetuar a convocação dos membros para as reuniões

que deverão ser suficientes em face da demanda, com vistas ao cumprimento do prazo estabelecido neste artigo.

§ 3º As avaliações da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária deverão ser efetuadas com a participação de, no mínimo, 4 (quatro) membros.

Art. 4º Os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária serão gratificados, a título de jeton, com valor correspondente a 500 (quinhentas) Unidades Fiscais do Município (UFM's) pagável ao Presidente, e 250 (duzentos e cinquenta) Unidades Fiscais do Município (UFM's) aos demais membros desde que tenham comprovadamente participado das reuniões.

Parágrafo único. O jeton será pago pela efetiva participação do membro, nas atividades pertinentes e respectivas reuniões da Comissão.

Art. 5º O Adicional de Função previsto no artigo anterior desta Lei só será devido enquanto o servidor for nomeado mediante portaria para exercer as atividades descritas nos artigos anteriores, não se incorporando aos seus vencimentos.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.520, DE 05 DE MARÇO DE 2015. RECURSOS FINANCEIROS À CASA DE REPOUSO E LANCHE DA AMIZADE

LEI Nº 4.520, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Casa de Repouso Imaculada Conceição/Lanche da Amizade de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses de recursos financeiros à Casa de Repouso Imaculada Conceição/Lanche da Amizade de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 78.624.947/0001-60, no valor total de até R\$ 60.000,00(sessenta mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Os recursos financeiros a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após do recebimento do

mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2015.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.521, DE 05 DE MARÇO DE 2015. ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE IMBITUBA

LEI Nº 4.521, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Transporte de Passageiros de Imbituba (ATPI).

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Transporte de Passageiros de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 21.590-022/0001-29, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 142/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 142, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 444, de 13 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora DENISE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 520.886.009-06, Assistente Social, matrícula nº 113, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da

PORTARIA PMI/DGP Nº 488/2014, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 09 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 143/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 143, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 1.555, de 04 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, CLIDENOR RODRIGUES COSTA, inscrito no CPF sob o n.º 520.790.079-04, Auxiliar de Serviços, matrícula n.º 1707, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 03 de março de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 144/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 144, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o Sr. LEONARDO VIEIRA FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 086.087.879-11, do cargo/função de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 118, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2015.

Imbituba, 04 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 002, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 002, de 05 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos novos conselheiros do Conselho Municipal de Educação- COMED e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Ordinária nº 3889/2011 de 03/05/2011, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, para um período de 2 (dois) anos, os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Educação
- Titular: Ronaldo Augusto Pires - Presidente
- Suplente: Tânia Bittencourt Mota Alves - Secretária

II - Sindicato de funcionários do serviço público municipal
- Titular: Nirze Helena Correia Pereira
- Suplente: Marize Menezes

III - Sindicato de Trabalhadores em Educação da rede estadual
- Titular: Gislane Matos
- Suplente: José Carlos Silvério

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Titular: Maristela Rosa Guimarães
- Suplente: Romeu Pires Filho

V - Estabelecimentos de ensino da rede pública estadual
- Titular: Jarlene Feliciano Bittencourt Fernandes
- Suplente: Rosane Moreira Alves

VI - Instituições de ensino da iniciativa privada, de cooperativas de ensino, e de ensino superior com sede ou extensão em Imbituba
- Titular: Adilsander Bulbo Sampaio -Vice Presidente
- Suplente: Aldilena de Melo Campos

VII - Associações de pais e professores ou Conselhos deliberativos Escolares da rede municipal de ensino
- Titular: Vera Marcia Campos Caetano Rosa
- Suplente: Claudia Silva e Lima

VIII - Associações de pais e professores ou Conselhos deliberativos Escolares da rede estadual de ensino
- Titular: Giane Helena Brum
- Suplente: Fabiana de Jesus

IX - Conselho Tutelar

- Titular: Dayane Luiz
- Suplente: Cilea Mendes Marques

X - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda

- Titular: Monica Brasiliense Soares
- Suplente: Rosimere Marques Cerqueira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de março de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretaria Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

RESOLUÇÃO 001/ 2015 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED

RESOLUÇÃO 001/ 2015 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED

Dispõe sobre a regulamentação quanto ao numero de alunos por turma nos Estabelecimentos de Educação Infantil - Publico e Privado- e do Ensino Fundamental da Rede Publica Municipal e dá outras providencias.

O Conselho Municipal de Educação de Imbituba - COMED, no uso de suas atribuições - conforme Lei Municipal 3.889, de 03 de Maio de 2011, considerando o disposto no parágrafo único do art. 18 da Lei Municipal 1876 de 21 de dezembro de 1998 e com fundamento no inciso III, art. 11 e Art. 25 da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

Resolve:

Art. 1º - As instituições de Educação Infantil - Publica e Privada - e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Imbituba - para fins de organização e composição das turmas, orientar-se-ão pelos parâmetros contidos na presente resolução.

Art. 2º - As instituições de Educação Infantil da rede Particular e Publica e de Ensino Fundamental da Rede Municipal - seguirão como critério para composição das turmas, um numero mínimo e maximo de alunos.

§ 1º - Para efeitos de composição de turmas na Educação Infantil, deverão ser seguidos o seguinte numero de alunos:

I - Educação Infantil

TURMA	FAIXA ETARIA	Nº DE CRIANÇAS POR TURMA
Infantil Berçário	06 meses a 1 ano	10 a 15
Infantil I	01 a 02 anos	13 a 18
Infantil II	02 a 03 anos	15 a 20
Infantil III	03 a 04 anos	20 a 25
Infantil IV	04 a 05 anos - Pré	20 a 25
Infantil V	05 a 06 anos - Pré	20 a 25

a) Os Centros Municipais de Educação Infantil e da Rede Particular, que não possuem salas de aulas com espaço físico adequado, deverão definir, junto ao Conselho Municipal de Educação, o numero de alunos por turma de maneira diferenciada.

b) Quando o total de alunos em uma turma de Educação Infantil, for inferior a 50% do máximo permitido, caberá a instituição providenciar a junção de turmas, caracterizada como turma mista.

§ 2º - Para efeitos de composição de turmas no Ensino Fundamental, deverão ser seguidos o seguinte numero de alunos:

II - Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano

ANO/ SÉRIE	Nº DE ALUNOS POR TURMA	Nº DE ALUNOS PARA DESDOBRAMENTO DE TURMA
1º ano	25	32
2º ano	25	32
3º ano	30	35
4º ano	30	35
5º ano	30	35
6º ano	35	40
7º ano	35	40
8º ano	35	40
9º ano	35	40

a) Para desdobramento de turmas no Ensino Fundamental, serão necessários chegar ao numero de alunos , conforme tabela acima.

b) Os desdobramentos só serão possíveis, a partir do mês de abril, sob a avaliação prévia da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, que fará a analise das especificidades de cada turma/escola, cabendo ao gestor escolar o encaminhamento de relatório detalhado da real situação das turmas a serem desdobradas.

c) As escolas de Ensino Fundamental, que não possuem salas de aulas com espaço físico adequado, deverão definir, junto à Secretaria Municipal de Educação e ao COMED, o numero de alunos por turma de maneira diferenciada.

d) Para casos em que o numero de alunos na turma for inferior a 15 alunos, as instituições deverão seguir o disposto no art. 1º §2º da Portaria Nº 007/SED/2010.

Imbituba, 02 de Fevereiro de 2015.

Ronaldo Augusto Pires
Presidente do COMED

Registre-se e Publique-se.

RREO 6º BIM./2014 E RGF 2º SEM./2014

MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.973.077,59	92.280,21
Pessoal Ativo	45.914.597,81	92.280,21
Pessoal Inativo e Pensionista	56.272,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.206,91	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.629.817,66	88.079,87
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	489.480,12	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.140.337,54	88.079,87
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	44.343.259,93	4.200,34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	44.347.460,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	92.423.853,59	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,98	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	49.908.880,94	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	47.413.436,89	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	44.917.992,84	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.972.205,49	5.092.992,97	5.586.220,20
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.972.205,49	5.092.992,97	5.586.220,20
Interna	6.972.205,49	5.092.992,97	5.586.220,20
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.215.367,39	12.168.686,54	10.566.389,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.879.932,62	13.434.022,60	12.277.011,48
Demais Haveres Financeiros	338.764,35	324.781,06	215.557,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.003.329,58	1.590.117,12	1.926.179,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.243.161,90	-7.075.693,57	-4.980.169,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	72.971.575,92	80.832.065,41	92.423.853,59
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,55%	6,30%	6,04%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,07%	-8,75%	-5,39%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	87.565.891,10	96.998.478,49	110.908.624,31
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	78.809.301,99	87.298.630,64	99.817.761,88

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	6.972.205,49	5.092.992,97	5.586.220,20
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.774.958,93	1.373.258,64	2.707.916,09
De Tributos	23.821,11	7.293,13	7.293,13
De Contribuições Sociais	1.684.427,38	1.302.179,68	2.639.753,06
Previdenciárias	1.684.427,38	1.302.179,68	2.639.753,06
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	66.710,44	63.785,83	60.869,90
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	5.197.246,56	3.719.734,33	2.878.304,11

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.048.196,92	1.097.880,61	1.537.013,51
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.065.918,64	13.535.710,68	2.816.323,80

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	49.927,56	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
ACESSUAS - Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	75.268,02	1.870,68	73.397,34
Agentes Comunitários de Saúde - PACS	259.965,21	4.177,12	255.788,09
Alienação de Bens	434.745,16	0,00	434.745,16
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	52.310,77	34.635,49	17.675,28
BRASIL ALFABETIZADO	6.620,35	515,95	6.104,40
CO-FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	113.406,02	3.118,73	110.287,29
Co-financiamento Social Média Complexidade Estado	54.655,96	98,76	54.557,20
COHAB-CIDADÃ	37.081,43	0,00	37.081,43
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	35.276,31	0,00	35.276,31
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	360.925,03	62.780,45	298.144,58
Convênio Passe Escolar - Fundamental	17.776,24	0,00	17.776,24
Convênio Passe Escolar - Médio	75.258,82	2.259,10	72.999,72
Convênio Transporte Escolar Estadual	1.525,62	0,00	1.525,62
Dinheiro Direto na Escola - PDDE	122,72	35,00	87,72
Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	91.318,07	2.263,14	89.054,93
Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD	748,74	0,00	748,74
Farmácia Básica - Sus União	2.332,58	1.927,39	405,19
FMAS - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I - CRIANÇA/ADOLESCENTE	30.240,80	0,00	30.240,80
Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	51.378,41	0,00	51.378,41
Média e Alta Complexidade - Estado	118.522,13	9.309,72	109.212,41
NASF	70.596,63	3.430,89	67.165,74
Operações de Crédito Interna	18.817,50	18.817,50	0,00
Piso Básico de Transição	1,00	0,00	1,00
PISO BÁSICO ESTADUAL - SST- FEAS - FMAS	20.429,26	561,43	19.867,83
Piso Básico Fixo - Social	55.606,01	1.891,67	53.714,34
Piso de Atenção Básica - PAB	250.462,17	24.695,48	225.766,69
Piso de Transição de Média Complexidade	7.450,34	0,00	7.450,34
Piso Fixo de Média Complexidade - III MSE	28.405,10	0,00	28.405,10
Programa Bolsa Família	82.590,28	2.691,17	79.899,11
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	1.442,74	22,80	1.419,94
Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	139,75	(139,75)
Programa mais Educação - PNAE	434,25	434,25	0,00
Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	319.782,54	2.220,43	317.562,11
PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA - PSE	10.172,60	1.023,00	9.149,60
Programa Sentinela	48.612,22	17.535,39	31.076,83
Proinfancia - PAC II - Construção Creches	552.376,39	0,00	552.376,39
Recursos CEO - Estado	4.045,58	0,00	4.045,58
Recursos FNDE - PNAE - AEE	660,25	0,00	660,25
Recursos FNDE - PNAE Creche	18.474,43	0,00	18.474,43
Recursos FNDE - PNAE Fundamental	18.399,87	0,00	18.399,87
Recursos FNDE - PNAE Pré-Escola	9.960,48	0,00	9.960,48
Recursos FNDE - PNATE Fundamental	42,80	42,80	0,00
Recursos FNDE - PNATE Médio	7.899,56	93,78	7.805,78
Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF Odonto	44.600,00	0,00	44.600,00
SCFV - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	92.820,55	272,90	92.547,65
Serv. Reabilitação Deficiência Mental e Autismo	2,23	0,00	2,23
SUP BENEFÍCIOS EVENTUAIS NOB-SUAS	1.280,62	176,33	1.104,29
SUP Compensação de Especificidades Regionais	240,00	0,00	240,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Sup Rec Ordin	290,50	0,00	290,50
Sup. - DST/AIDS	75.348,00	0,00	75.348,00
Sup. CO-FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	89.183,91	210,00	88.973,91
Sup. Fin. Transferência de Convênios do Estado	42.219,56	42.219,56	0,00
Sup. Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	777,81	0,00	777,81
Superavit Transferência do Salário Educação	24.109,87	1.064,03	23.045,84
Transf. do FNDE - Apoio a Creches	52.907,55	1.893,83	51.013,72
Transferência de Convênios da União	242.893,94	0,00	242.893,94
Transferência de Convênios do Estado	43.770,29	12.160,81	31.609,48
Transferência do FUNDEB - 40%	77.089,44	51.680,18	25.409,26
Transferência do FUNDEB - 60%	270.646,97	271.258,41	(611,44)
Transferência do Salário Educação	169.803,47	14.806,01	154.997,46
Transferências Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	26.167,15	5.752,38	20.414,77
Transferências de Convênios - Educação	4.479,04	4.479,04	0,00
Transferências de Convênios p/ SUS - Estado	10.908,78	0,00	10.908,78
Transferências de Convênios p/ SUS - União	72.236,89	1.636,53	70.600,36
Transferências do FUNDEB - 40%	44.522,99	482,61	44.040,38
União - Implant. Adeq. Estruturas Esportivas Escolares	139.818,09	0,00	139.818,09
Vigilância Sanitária - Sus União	66.524,32	3.957,81	62.566,51
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.938.782,36	608.642,30	4.330.140,06
Farmácia Básica - Estado	19.404,58	50,15	19.354,43
Gestão do SUS	9.224,51	0,00	9.224,51
PROCURADORIA - REEQUIPAMENTO	66.218,35	1.709,88	64.508,47
Programa de Atenção à Criança - PAC	218.072,25	854,04	217.218,21
Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação	324.988,25	896.251,59	(571.263,34)
Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	315.901,06	508.387,17	(192.486,11)
Recursos Ordinários	3.345.971,75	953.472,02	2.392.499,73
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.223.798,76	399.481,05	1.824.317,71
Recursos Ordinários - Utilizado Anos Anteriores	0,00	7.067,37	(7.067,37)
Recursos Ordinários	160.000,00	91.073,38	68.926,62
Sup Rec Ordin	547.861,33	0,00	547.861,33
Superavit Financeiro Exercício 2010	105.229,72	17.804,59	87.425,13
SUPERAVIT RECURSOS ORDINARIOS	1.558,56	1.558,56	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.338.229,12	2.877.709,80	4.460.519,32
TOTAL (III) = (I + II)	12.277.011,48	3.486.352,10	8.790.659,38
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Município de **IMBITUBA - SC**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00						
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.030.446,00	100.030.446,00	16.890.167,10	16,89	94.918.869,84	94,89
RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00	86.889.596,00	16.107.899,49	18,54	92.423.657,01	106,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	17.703.030,00	2.595.121,08	14,66	23.811.063,46	134,50
IMPOSTOS	15.633.350,00	15.633.350,00	2.411.236,48	15,42	21.159.301,54	135,35
TAXAS	2.069.680,00	2.069.680,00	183.884,60	8,88	2.651.761,92	128,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	1.822.000,00	307.285,44	16,86	1.881.686,93	103,28
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.822.000,00	1.822.000,00	307.285,44	16,86	1.881.686,93	103,28
RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	386.675,00	190.825,61	49,35	794.255,17	205,41
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	42.800,00	42.800,00	10.000,00	23,36	28.050,00	65,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	343.875,00	343.875,00	180.825,61	52,58	766.205,17	222,82
RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	10.048.150,00	1.703.168,59	16,95	6.906.718,82	68,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.514.751,00	54.514.751,00	10.295.974,09	18,89	53.255.274,34	97,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.416.051,00	53.416.051,00	10.118.487,85	18,94	52.937.284,85	99,10
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	120.000,00	0,00	223.485,80	0,00
Transf. de Conv.	1.098.700,00	1.098.700,00	57.486,24	5,23	94.523,69	8,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	2.414.990,00	1.015.544,68	42,05	5.774.669,29	239,12
Multas e Juros de Mora	1.120.290,00	1.120.290,00	489.356,39	43,68	2.852.533,91	254,62
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.700,00	10.700,00	3.435,35	32,11	6.556,21	61,27
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.230.500,00	1.230.500,00	458.329,48	37,25	2.671.636,67	217,12
RECEITAS DIVERSAS	53.500,00	53.500,00	64.423,46	120,42	243.942,50	455,97
RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13.140.850,00	782.267,61	5,95	2.495.202,83	18,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00	85.650,00	349.225,00	407,73	466.744,50	544,94
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	85.650,00	85.650,00	129.850,00	151,61	129.850,00	151,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	219.375,00	0,00	336.894,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00	12.055.200,00	433.042,61	3,59	2.028.458,33	16,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.779.500,00	2.779.500,00	0,00	0,00	1.214.317,22	43,69
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.275.700,00	9.275.700,00	433.042,61	4,67	814.141,11	8,78
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	148.227,38	0,00	148.227,38	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	148.227,38	0,00	148.227,38	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	148.227,38	0,00	148.227,38	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	100.030.446,00	100.030.446,00	17.039.394,48	17,03	95.068.097,22	95,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de **IMBITUBA - SC**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% Até o Bimestre (b/a)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	100.030.446,00	100.030.446,00	17.039.394,48	17,03	95,068,097,22	4.962.348,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	609,918,80	—
TOTAL VII = (V + VI)	100.030.446,00	100.030.446,00	17.039.394,48	17,03	95,078,016,02	4.962.348,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.487.613,62	—	—	2.886,118,64	—
Superávit Financeiro	—	3.487.613,62	—	—	2.886,118,64	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	% Até o Bimestre (i/g)	% INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.030.446,00	19.996.150,86	120.026.596,86	12.873.236,18	95.511.929,73	21.417.814,75	92,724,329,31	2.787.600,42	24.514.667,13
DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	13.735.063,28	89.614.364,28	13.382.069,59	86.018.071,53	18.332.714,84	84,427,244,07	1.590.827,46	3.596.292,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50	9.051.735,00	48.824.163,50	10.333.816,69	48.406.850,31	10.263.888,65	48.314.511,75	92.338,56	417.313,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	0,00	700.000,00	323.679,38	688.270,23	367.346,11	688.270,23	0,00	11.729,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50	4.883.333,28	40.090.200,78	2.724.573,52	36.922.950,99	7.701.510,08	35.424.462,09	1.498.488,90	3.167.249,79
DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	6.261.082,58	30.362.232,58	-508.833,41	9.493.858,20	3.085.099,91	8,297,085,24	1.196.772,96	20.868.374,38
INVESTIMENTOS	21.801.150,00	5.669.569,89	27.470.719,89	-1.313.288,17	6.602.345,51	2.068.003,24	5.405.572,65	1.196.772,96	20.868.374,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00	591.512,69	2.891.512,69	804.434,76	2.891.512,69	1.017.096,67	2.891.512,69	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	178.500,00	178.500,00	-12.413,71	166.086,29	43.812,86	160,521,75	5.564,54	12.413,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	178.500,00	178.500,00	-12.413,71	166.086,29	43.812,86	160,521,75	5.564,54	12.413,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	100.030.446,00	20.174.650,86	120.205.096,86	12.860.822,47	95.678.016,02	21.461.627,61	92.894.851,06	2.793.164,96	24.527.080,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de **IMBITUBA - SC**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+ e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f- (g + h))
				Até o Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	100.030.446,00	20.174.650,86	120.205.096,86	12.860.822,47	95.678.016,02	21.461.627,61	92.884.851,06	2.793.164,96	79,60	24.527.080,84
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	100.030.446,00	20.174.650,86	120.205.096,86	12.860.822,47	95.678.016,02	21.461.627,61	95.678.016,02	79,60	24.527.080,84	24.527.080,84

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Município de IMBITUBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)		% ((b + c)/a)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	100.030.446,00	120.026.596,86	12.873.236,18	95.511.929,73	21.417.814,75	92.724.329,31	2.787.600,42	96,83	24.514.667,13
Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	577.642,57	3.049.689,72	789.819,90	3.022.189,55	27.480,17	3,19	150.330,28
Ação Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	577.642,57	3.049.689,72	789.819,90	3.022.189,55	27.480,17	3,19	150.330,28
Judiciária	1.611.350,00	2.946.350,00	1.107.671,77	2.900.467,04	1.022.193,46	2.803.612,55	96.854,49	3,03	45.882,96
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.611.350,00	2.946.350,00	1.107.671,77	2.900.467,04	1.022.193,46	2.803.612,55	96.854,49	3,03	45.882,96
Administração	9.605.600,00	13.724.741,55	1.121.707,83	12.202.614,40	2.647.339,08	11.770.739,68	431.874,72	12,75	1.522.127,15
Administração Geral	6.524.750,00	7.885.141,45	1.250.418,02	7.672.006,48	1.440.561,95	7.323.488,25	348.518,23	8,02	213.134,97
Administração Financeira	2.895.500,00	5.683.250,10	-155.310,44	4.379.460,24	1.174.776,66	4.296.180,02	83.280,22	4,58	1.303.789,86
Controle Interno	185.350,00	156.350,00	26.600,25	151.147,68	32.000,47	151.071,41	76,27	0,16	5.202,32
Segurança Pública	1.043.250,00	1.687.304,21	244.520,94	1.393.165,25	360.180,87	1.338.581,94	54.583,31	1,46	274.138,96
Policimento	583.150,00	1.074.532,28	91.187,58	859.952,37	122.056,37	847.573,28	12.379,09	0,90	214.579,91
Defesa Civil	480.100,00	592.771,93	153.333,36	533.212,88	238.124,50	491.008,66	42.204,22	0,56	59.559,05
Assistência Social	2.711.575,00	4.077.222,56	465.888,45	3.369.808,42	732.470,02	3.267.145,46	102.662,96	3,52	707.414,14
Assistência ao Idoso	0,00	345.074,92	-134.105,09	205.644,34	66.866,66	205.644,34	0,00	0,21	139.430,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	539.250,00	640.940,58	58.708,51	355.549,80	61.277,34	327.899,70	27.650,10	0,37	285.390,78
Assistência Comunitária	2.172.325,00	3.091.207,06	541.285,03	2.808.614,28	604.326,02	2.733.601,42	75.012,86	2,94	282.592,78
Saúde	20.603.596,00	24.839.910,64	3.208.368,90	22.457.812,58	4.389.454,10	22.423.331,98	34.480,60	23,47	2.382.098,06
Atenção Básica	14.232.250,00	17.896.866,74	2.753.399,77	16.157.985,94	3.177.984,02	16.155.828,34	2.157,60	16,89	1.738.880,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.027.446,00	5.550.143,90	387.766,17	5.178.183,29	1.002.973,62	5.147.350,29	30.833,00	5,41	371.960,61
Suporte Profilático e Terapêutico	621.750,00	621.750,00	1.271,98	544.236,50	131.603,73	544.236,50	0,00	0,57	77.513,50
Vigilância Sanitária	722.150,00	771.150,00	55.930,98	577.406,85	76.892,73	575.916,85	1.490,00	0,60	193.743,15
Educação	21.230.300,00	28.982.433,50	3.118.418,26	24.897.017,29	5.563.164,61	24.077.568,57	819.448,72	26,02	4.085.416,21
Alimentação e Nutrição	1.088.150,00	1.186.340,00	-50.430,49	1.067.472,07	131.349,11	901.803,58	165.688,49	1,12	98.867,93
Ersino Fundamental	13.302.400,00	17.003.792,28	2.306.934,07	16.420.334,79	3.451.255,86	15.942.683,23	477.651,56	17,16	583.457,49
Ersino Médio	545.700,00	545.700,00	-23.657,00	494.385,50	346.717,00	494.333,00	52,50	0,52	51.314,50
Ersino Profissional	638.500,00	585.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585.000,00
Ersino Superior	107.000,00	107.000,00	7.495,00	101.402,50	19.870,00	96.457,50	4.945,00	0,11	5.597,50
Educação Infantil	5.507.900,00	9.564.413,22	878.427,18	6.803.590,79	1.609.666,88	6.633.691,31	169.899,48	7,11	2.760.822,43

Continua 1/4

Município de IMBITUBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c) Total (b + c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)									
Educação	100.030.446,00	120.026.596,86	12.873.236,18	95.511.929,73	21.417.814,75	92.724.329,31	2.787.600,42	99,83	24.514.667,13
Educação de Jovens e Adultos	21.230.300,00	28.982.433,50	3.118.418,26	24.897.017,29	5.563.164,61	24.077.568,57	819.448,72	26,02	4.085.416,21
Educação Especial	19.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	21.400,00	10.188,00	-350,50	9.831,64	4.305,76	8.599,95	1.231,69	0,01	356,36
Diffusão Cultural	1.942.350,00	1.835.850,00	74.694,13	590.509,30	85.614,29	570.033,53	20.475,77	0,62	1.245.340,70
Urbanismo	1.942.350,00	1.835.850,00	74.694,13	590.509,30	85.614,29	570.033,53	20.475,77	0,62	1.245.340,70
Infra-Estrutura Urbana	12.710.400,00	15.112.747,24	1.029.055,84	9.293.420,97	1.802.823,28	8.503.888,92	789.532,05	9,71	5.819.326,27
Serviços Urbanos	10.756.900,00	12.807.747,24	845.470,78	7.001.485,91	1.571.051,90	6.478.737,13	522.748,78	7,32	5.806.281,33
Habituação	1.953.500,00	2.305.000,00	183.585,06	2.291.935,06	231.771,38	2.025.151,79	266.783,27	2,40	13.064,94
Habituação Urbana	385.000,00	812.966,93	-65.530,07	381.752,31	67.742,46	348.776,93	32.975,38	0,40	431.214,62
Saneamento	385.000,00	812.966,93	-65.530,07	381.752,31	67.742,46	348.776,93	32.975,38	0,40	431.214,62
Saneamento Básico Urbano	10.085.700,00	6.540.929,50	616.364,95	5.590.610,32	1.810.848,07	5.543.253,02	47.357,30	5,84	950.319,18
Gestão Ambiental	10.085.700,00	6.540.929,50	616.364,95	5.590.610,32	1.810.848,07	5.543.253,02	47.357,30	5,84	950.319,18
Preservação e Conservação Ambiental	26.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	16.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.356.025,00	2.346.025,00	87.082,69	691.858,34	180.612,46	691.820,54	37,80	0,72	1.654.166,66
Extensão Rural	656.350,00	663.925,00	87.267,75	660.726,40	172.071,46	660.688,60	37,80	0,69	3.196,60
Promoção da Produção Agropecuária	32.100,00	32.100,00	-185,06	31.131,94	8.541,00	31.131,94	0,00	0,03	988,06
Indústria	1.668.575,00	1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00
Promoção Industrial	87.500,00	187.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00
Comércio e Serviços	87.500,00	187.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00
Administração Geral	3.440.750,00	4.165.050,00	-85.988,35	1.728.066,37	105.065,80	1.470.727,90	257.338,47	1,81	2.436.983,63
Turismo	320.700,00	368.700,00	44.620,60	351.463,53	59.189,35	351.055,66	407,87	0,37	17.236,47
Energia	3.120.050,00	3.796.350,00	-130.608,95	1.376.602,84	45.876,45	1.119.672,24	256.930,60	1,44	2.419.747,16
Energia Elétrica	1.822.000,00	1.882.294,64	-113.986,66	1.686.013,34	64.135,59	1.640.119,49	45.893,85	1,76	196.281,30
Desporto e Lazer	1.822.000,00	1.882.294,64	-113.986,66	1.686.013,34	64.135,59	1.640.119,49	45.893,85	1,76	196.281,30
Desporto Comunitário	3.508.500,00	3.153.958,40	140.893,24	805.069,06	142.067,30	778.464,23	26.604,83	0,84	2.348.889,34
	1.025.700,00	1.048.500,00	124.893,24	788.069,06	142.067,30	778.464,23	10.604,83	0,82	259.430,94

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMBITUBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)		% (b + c)(a)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Desporto e Lazer	100.030.446,00	120.026.596,86	12.873.236,18	95.511.929,73	21.417.814,75	92.724.329,31	2.787.600,42	99,83	79,58	24.514.667,13
Lazer	3.508.500,00	3.153.958,40	140.893,24	805.086,06	142.067,30	778.464,23	26.604,83	0,84	25,53	2.348.880,34
	2.482.800,00	2.105.458,40	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,02	0,76	2.089.458,40
Encargos Especiais	3.609.800,00	4.501.312,69	1.346.431,69	4.474.075,02	1.654.283,46	4.474.075,02	0,00	4,68	99,39	27.237,67
Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00	3.591.512,69	1.128.114,14	3.579.782,92	1.384.442,78	3.579.782,92	0,00	3,74	99,67	11.729,77
Outros Encargos Especiais	609.800,00	909.800,00	218.317,55	894.292,10	269.840,68	894.292,10	0,00	0,93	98,30	15.507,90
Reserva de Contingência 1	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0									
Administração	0,00	178.500,00	-12.413,71	166.086,29	43.812,86	160.521,75	5.564,54	0,17	93,05	12.413,71
Administração Geral	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	4.009,35	12.088,79	4.411,21	0,02	100,00	0,00
Assistência Social	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	4.009,35	12.088,79	4.411,21	0,02	100,00	0,00
Assistência Comunitária	0,00	2.000,00	-884,80	1.115,20	210,46	1.115,20	0,00	0,00	55,76	884,80
Saúde	0,00	2.000,00	-884,80	1.115,20	210,46	1.115,20	0,00	0,00	55,76	884,80
Atenção Básica	0,00	21.000,00	-11.528,91	9.471,09	2.596,01	9.471,09	0,00	0,01	45,10	11.528,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	10.000,00	-1.772,66	8.227,34	2.463,53	8.227,34	0,00	0,01	82,27	1.772,66
Vigilância Sanitária	0,00	10.000,00	-9.690,88	309,12	44,16	309,12	0,00	0,00	3,09	9.690,88
Educação	0,00	1.000,00	-65,37	934,63	88,32	934,63	0,00	0,00	93,46	65,37
E ensino Fundamental	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00	28.729,76	85.000,00	0,00	0,09	100,00	0,00
Educação Infantil	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	21.682,24	60.000,00	0,00	0,06	100,00	0,00
Urbanismo	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	7.047,52	25.000,00	0,00	0,03	100,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	8.178,96	50.000,00	0,00	0,05	100,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	8.178,96	50.000,00	0,00	0,05	100,00	0,00
Administração Geral	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	88,32	936,13	1.063,87	0,00	100,00	0,00
	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	88,32	936,13	1.063,87	0,00	100,00	0,00

Continua 3/4

Município de IMBITUBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0	178.500,00	-12.413,71	166.086,29	43.812,86	160.521,75	5.564,54	0,17	12.413,71
Desporto e Lazer	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.910,54	89,46	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.910,54	89,46	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	100.030.446,00	120.205.096,86	12.860.822,47	95.678.016,02	21.461.627,61	92.884.851,06	2.793.164,96	100,00	24.527.080,84

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IMBITUBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00
		Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.161.380,12	9.163.644,62	6.822.033,58	7.664.894,64	9.910.935,33	7.878.383,72	8.195.137,45	8.716.748,02	7.969.313,66	8.875.539,68	8.041.245,91	9.372.679,55	98.774.936,28	950.600.430,00
	IRPJ	1.383.340,32	3.473.446,47	1.486.486,79	1.417.175,06	2.952.169,90	1.700.232,14	2.006.949,99	2.454.313,27	1.990.346,80	2.370.581,44	1.195.752,45	1.396.366,63	23.811.053,46	17.703.030,00
	IRPJ-F	235.046,59	1.757.494,74	282.784,90	161.465,58	941.218,35	232.072,07	226.438,16	195.226,91	169.144,14	384.166,2	21.141,17	36.897,19	4.297.610,42	3.000.000,00
	IR-RF	25.383,55	34.469,04	40.197,03	37.515,14	275.631,97	46.457,65	71.747,02	50.827,66	92.738,62	4.370,94	0,00	44.910,70	724.446,32	433.350,00
	I.S.S.	869.614,05	917.794,69	831.378,55	842.456,40	1.231.451,52	1.067.743,43	1.396.990,39	1.905.990,93	1.427.523,31	2.111.897,73	900.442,83	822.353,94	14.345.567,77	11.000.000,00
	ITBI	74.975,73	94.090,12	93.351,52	112.015,24	164.376,55	168.347,39	97.993,82	126.747,65	131.320,70	140.964,36	195.391,42	367.096,23	1.791.674,03	1.200.000,00
	Outras Receitas Tributárias	180.317,60	689.597,88	247.774,79	263.751,70	339.289,51	165.611,60	213.742,60	173.529,82	139.350,03	74.691,79	76.777,03	107.107,57	2.651.761,92	2.069.680,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	401.706,69	227.256,57	38.515,70	228.178,88	33.707,66	284.592,27	0,00	307.265,44	1.881.686,93	1.822.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	38.327,83	37.357,32	42.025,72	40.821,18	107.815,59	61.898,11	66.396,75	71.767,38	71.594,35	65.465,33	83.550,15	107.275,46	794.255,17	396.675,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.177.942,11	4.900.241,30	4.677.729,20	5.260.220,19	5.181.083,99	4.639.007,41	4.830.696,83	4.834.194,53	4.559.356,30	4.944.071,69	5.324.639,13	6.277.360,93	60.606.543,61	62.685.585,00
	Cota-Parte do FPM	1.784.494,11	1.905.578,68	1.130.379,87	1.290.193,31	1.719.267,93	1.298.339,96	1.107.376,89	1.345.278,17	1.114.511,54	1.475.198,56	2.372.718,22	17.713.534,03	18.750.000,00	
	Cota-Parte do ICMS	1.346.816,18	1.281.603,21	1.320.538,95	1.267.593,71	1.268.197,64	1.306.907,93	1.214.469,61	1.274.133,26	1.386.162,34	1.408.535,67	1.553.995,16	1.466.941,19	16.125.835,25	18.500.000,00
	Cota-Parte do IPVA	181.109,84	211.596,32	292.248,28	343.078,05	344.383,14	321.717,79	377.165,55	330.737,07	339.237,64	277.571,32	172.090,95	146.406,73	3.337.292,68	3.250.000,00
	Cota-Parte do ITR	64,80	0,00	51,34	10,66	39,50	0,00	2.872,19	24,82	559,10	10.407,31	332,80	462,77	14.855,29	6.420,00
	Outras Transferências Correntes	892.211,18	540.631,93	1.064.250,15	1.488.874,10	893.300,90	806.548,99	1.279.540,53	976.783,44	750.883,79	1.167.333,21	1.113.178,68	1.251.664,18	12.194.401,08	11.910.715,00
	Transferências de LC 61/1989	21.540,94	18.237,09	17.820,00	19.388,67	21.098,57	20.065,73	20.634,30	21.289,42	20.015,63	21.435,03	24.301,58	24.286,70	250.103,86	267.500,00
	Transferências de LC 87/1996	5.692,27	5.692,27	0,00	5.692,27	5.692,27	5.692,27	5.692,27	5.692,27	5.692,27	5.692,27	5.692,27	11.394,54	68.307,24	80.250,00
	Transferências do FUNDEB	946.012,79	936.911,76	852.440,61	845.444,22	938.114,04	888.714,74	822.922,29	880.276,08	898.336,74	938.895,14	979.686,13	973.596,60	10.902.214,18	9.920.700,00
DEDUÇÕES (II)	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	559.789,66	522.601,76	443.755,43	468.749,35	448.838,84	482.219,63	468.894,58	412.734,76	525.958,84	425.601,76	461.489,78	554.044,90	5.774.689,29	2.414.990,00
	DEDUÇÕES (II)	667.943,41	684.539,36	552.207,46	595.180,19	675.733,64	598.748,55	545.646,56	595.426,81	592.183,93	567.630,39	646.064,27	693.775,12	7.351.082,69	8.170.834,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	667.943,41	684.539,36	552.207,46	595.180,19	675.733,64	598.748,55	545.646,56	595.426,81	592.183,93	567.630,39	646.064,27	693.775,12	7.351.082,69	8.170.834,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	Dedução Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Políc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-50,00	-50,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Ativos Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-136,58	-136,58	0,00
FONTE:		6.493.436,71	8.479.105,26	6.269.826,12	7.079.714,45	9.235.201,69	7.289.635,17	7.649.490,89	8.124.321,21	7.387.126,73	8.307.909,29	7.395.161,64	8.712.904,43	92.423.853,59	86.898.596,00

Município de IMBITUBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.972.205,49	5.092.992,97	5.586.220,20
DEDUÇÕES (II)	9.215.367,39	12.168.686,54	10.566.389,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.879.932,62	13.434.022,60	12.277.011,48
Demais Haveres Financeiros	338.764,35	324.781,06	215.557,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.003.329,58	1.590.117,12	1.926.179,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.243.161,90	-7.075.693,57	-4.980.169,03
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.243.161,90	-7.075.693,57	-4.980.169,03

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	2.095.524,54	-2.737.007,13

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de IMBITUBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	85.650,00	466.744,50	-381.094,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	336.894,50	-336.894,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	85.650,00	129.850,00	-44.200,00
TOTAL	85.650,00	466.744,50	-381.094,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	340.650,00	104.900,00	0,00	235.750,00
Investimentos	340.650,00	104.900,00	0,00	235.750,00
TOTAL	340.650,00	104.900,00	0,00	235.750,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	226.425,00	361.844,50	588.269,50

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010/15**

Ato da Presidência nº 010/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 6ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 09 de Março de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
018	PL nº 4.668/2015	26/02/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
020	PL nº 4.670/2015	26/02/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro a Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
021	PL nº 4.671/2015	26/02/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas – AMAGI, de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
022	PL nº 4.673/2015	26/02/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 337/2015	04/03/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	REQ nº 013/2015	02/03/15	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer ao Secretário Municipal da Fazenda, Senhor Ivan Vitorio, informações sobre os valores de IPTU lançados pelo município de Imbituba nos anos de 2012, 2013 e 2014 e os valores efetivamente pagos por bairro.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 014/2015	02/03/15	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer à Secretária Municipal da Saúde, Senhora Maria Martins dos Passos, informações sobre os exames de alta e média complexidade que foram pagos pelo município nos anos de 2012, 2013 e 2014.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 05 de março de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	Zeli Pires Vice-Presidente
--	-------------------------------

Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeira-Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença para gozo de férias ao Prefeito Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida licença para gozo de férias anuais ao Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba, relativa ao período aquisitivo de 1º/01/2014 a 31/12/2014, nos termos do Art. 89, Inciso II e § 1º da Lei Orgânica Municipal de Imbituba.

Parágrafo único. A fruição das férias poderá ser de forma fragmentada de acordo com a melhor conveniência e oportunidade do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2015.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

João Floriano
Secretário Administrativo

PORTARIA CMI – LEG Nº 002/2015

PORTARIA CMI - LEG Nº 002/2015

Altera a composição da Comissão Permanente de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social para a 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social para a 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba, designada pela Portaria nº 001, 23 de Janeiro de 2015, que passa a ser composta pelos membros abaixo nominados:

- a) Rogberto de Farias Pires (PPS) - Presidente;
- b) Jesiel Oliveira Antulino (PSDB) - Vice-Presidente; e
- c) Anderson Teixeira (PSD) - Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 001, de 23 de Janeiro de 2015.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PORTARIA CMI – LEG Nº 003/2015

PORTARIA CMI - LEG Nº 003/2015

Altera a composição da Comissão da Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba criada pela Resolução nº 004, de 04 de junho de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão da Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba criada pela Resolução nº 004, de 04 de junho de 2013, que passa a ser composta pelos membros abaixo nominados:

- a) Roberto Luiz Rodrigues (PSD) - Presidente;
- b) Zeli Pires (DEM) - Vice-Presidente; e
- c) Anderson Teixeira (PSD) - Relator.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 002, de 08 de Julho de 2014.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PORTARIA CMI – LEG Nº 004/2015

PORTARIA CMI - LEG Nº 004/2015

Designa os membros da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal durante os anos de 2015 e 2016, criada pela Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Vereadores abaixo relacionados como membros da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal durante os anos de 2015 e 2016, criada pela Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2015:

- a) Rosália Maria de Souza Sgrott (PP) - Presidente;
- b) Renato Carlos de Figueiredo (PSD) - Vice-Presidente; e
- c) Zeli Pires (DEM) - Relator.

Art. 2º Determinar que a Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal durante os anos de 2015 e 2016 inicie os seus trabalhos a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Imbituba, a Escola do Legislativo, determina seus objetivos, sua estrutura e a elaboração

de seu Regimento Interno e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, Resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito da Câmara Municipal de Imbituba-SC, a Escola do Legislativo:

Art. 2º A Escola do Legislativo tem como objetivos, através de seus dois módulos:

MÓDULO I:

I - oferecer aos Parlamentares e aos servidores da Câmara Municipal suporte conceitual e treinamento para a elaboração de leis e para o exercício do poder de fiscalização;

II - qualificar os servidores da Câmara Municipal de Imbituba nas atividades de suporte técnico-administrativo e parlamentar, ampliando a formação deles em assuntos legislativos e correlatos à Administração Pública e de interesse da Câmara;

III - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação com instituições de ensino;

IV - integrar e gerenciar convênios, especialmente com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, com as Assembleias Legislativas, com as Câmaras Municipais e respectivas associações, com os órgãos dos Poderes da União, com os Tribunais de Contas, com o Ministério Público Estadual e Federal, e bem assim com as universidades públicas e privadas, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em videoconferências e treinamentos à distância e a realização de cursos de capacitação técnica e de cursos presenciais de formação acadêmica ou pós-acadêmica;

V - propiciar aos servidores a possibilidade de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

MÓDULO II

VI - desenvolver didáticas, objetivando a formação de futuras lideranças comunitárias, fortalecendo a relação da Câmara Municipal com a sociedade, propiciando a formação política e educação para a cidadania, através de atuação voltada à sociedade;

VII - promover palestras e seminários com a finalidade de fomentar o debate em torno de assuntos e temas interdisciplinares de interesse do Município de Imbituba e de sua Região;

VIII - oferecer cursos e capacitação para a cidadania aos cidadãos, desenvolvendo programas de ensino, objetivando a integração da Câmara Municipal à sociedade civil organizada;

IX - incentivar a realização de projetos que visem resgatar a história política e cultural da Região Sul de Santa Catarina;

X - apoiar a organização de eventos culturais que disseminem a democracia, a participação política, os direitos humanos e a cidadania, e bem assim os eventos esportivos que disseminem o bem estar físico e social;

XI - capacitar a comunidade em temas afins com as atividades institucionais do Poder Legislativo;

Art. 3º A Escola do Legislativo, unidade administrativa vinculada à Mesa Diretora da Câmara Municipal, possui a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidente

II - Coordenador Executivo

III - 1 (um) auxiliar; e

IV - Conselho Escolar

Parágrafo Único. A função de auxiliar da Escola do Legislativo será ocupada por servidor efetivo, designado pela Mesa Diretora.

Art. 4º O Presidente da Escola do Legislativo será um vereador indicado pelo Presidente da Mesa Diretora, até cinco dias após sua posse, para um mandato de 01 ano, coincidente com o mandato da Mesa Diretora.

Art. 5º O Coordenador Executivo será indicada pela Presidência da Câmara e terá a as seguintes atribuições:

I - coordenar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pela Escola do Legislativo;

II - gerenciar a execução das atividades e das diretrizes traçadas pelo Conselho Escolar da Escola do Legislativo; e

III - organizar o desenvolvimento de programas de capacitação e treinamento, seminários, palestras, pesquisas e demais atividades afetas aos objetivos específicos da Escola do Legislativo.

Art. 6º A Coordenação Executiva poderá ser exercida:

a) por servidor pertencente ao quadro dos cargos efetivos, tendo direito a perceber uma Função de Representação (FR) pelo desempenho dessa função; ou

b) por servidor de provimento em comissão previsto no quadro funcional da Câmara.

Art. 7º O Conselho Escolar será composto:

I - pelo Presidente da Escola do Legislativo;

II - pelo Coordenador Executivo;

III - pelo Assessor Jurídico pertencente ao Quadro Efetivo ou por um servidor de provimento em comissão pertencente à Assessoria Jurídica da Presidência; e

IV - pelo Secretário Administrativo da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A função do membro do Conselho Escolar da Escola do Legislativo não será remunerada.

Art. 8º A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Imbituba terá autonomia organizacional, pedagógica, financeira, e didática no planejamento, na execução e na avaliação de seus programas e atividades.

Art. 9º Fica autorizada a Escola do Legislativo, por intermédio da Mesa Diretora, a promover convênios, protocolos e atos administrativos, bem como a celebrar intercâmbios nacionais e internacionais com entidades públicas e privadas, no âmbito de sua competência;

Art. 10. O Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico da Escola do Legislativo serão elaborados, respectivamente, pelo Conselho Escolar e pela Coordenadoria Executiva num prazo de 60 dias, a contar da aprovação desta Resolução, devendo ser submetidos à homologação da Presidência da Mesa Diretora;

Art. 11. Caberá à Escola do Legislativo, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento:

I - orientar as chefias e demais servidores a participarem de cursos de treinamento e de qualificação profissional;

II - estabelecer, no início de cada legislatura, cursos de ambientação aos novos Vereadores;

III - exigir a apresentação de certificado de conclusão por parte dos servidores que tenham participado de cursos técnicos de aperfeiçoamento profissional ou de educação acadêmica, ministrados mediante convênio da Escola do Legislativo com outras instituições;

IV - buscar o ressarcimento do valor investido em formação do servidor que, inscrevendo-se, não concluir o curso; e

V - priorizar a inscrição em curso de especialização acadêmica ou de aperfeiçoamento profissional do servidor menos beneficiado com os cursos oferecidos pela Escola do Legislativo e pela Câmara Municipal;

Art. 12. Os recursos destinados ao atendimento das persecuções da presente Resolução, objetivando o atendimento dos programas e atividades, correrão por conta dos recursos orçamentários da Câmara Municipal de Imbituba, bem como daqueles oriundos de convênios e parcerias, ou ainda de ressarcimentos;

Art. 13 A Mesa Diretora, os Vereadores, a Secretaria Administrativa da Câmara, os demais órgãos e unidades administrativas e o corpo funcional da Câmara Municipal de Imbituba, prestarão a devida

colaboração à Escola do Legislativo para a realização de seus programas e atividades, tanto em meios como em finalidades;

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1297/15

. DECRETO Nº 1297/15

. De 26 de fevereiro de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar /Silvia Maria Alves de Lima - Designa Comissão.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 11/15, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III e artigo 110, da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades da servidora SILVIA MARIA ALVES DE LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Karina Fabrícia Rebelo
- Alexandre Kroeger Reguse
- Humberto Cesário Pereira

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 26 de fevereiro de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 26 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1298/15

- . DECRETO Nº 1298/15
- . De 02 de março de 2015
- . Dispensa/Maria de Fátima dos Santos Wosniak

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a partir 02 de março de 2015, Maria de Fátima dos Santos Wosniak, contratada nos termos do Decreto 1837/08, para exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde .

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1299/15

- . DECRETO Nº 1299/15
- . De 03 de março de 2015
- . Dispensa/Marta Cesário da Costa

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a partir 03 de março de 2015, Marta Cesário da Costa, contratada nos termos do Decreto 2765/12, para exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde .

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 03 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1300/15

- . DECRETO Nº 1300/15
- . De 03 de março de 2015
- Homologa Resolução nº 05/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei Municipal 4.321/2011 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 05/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aprova o Edital FIA nº 01/2015, para projetos na área de infância e adolescência a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - A Resolução e o Edital FIA nº 01/2015, fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 03 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 03 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

EDITAL nº 001/2015
FIA 2015

Indaial, 02 de Março de 2015.

SUMÁRIO

1. O EDITAL E AS LINHAS DE AÇÃO
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. COMO FAZER A INSCRIÇÃO
4. RECURSOS FINANCEIROS
5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS
6. SELEÇÃO DOS PROJETOS
7. FORMAS DE PAGAMENTO, ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
8. DISPOSIÇÕES GERAIS: DA SUSPENSÃO E TÉRMINO, DA DIVULGAÇÃO EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS, DO ACOMPANHAMENTO DO CMDCA DOS PROJETOS SELECIONADOS, DAS PENALIDADES
9. DA RESCISÃO CONTRATUAL
10. CALENDÁRIO

ANEXOS

- Anexo 1 - Ofício de Encaminhamento
- Anexo 2 - Ficha de Inscrição
- Anexo 3 - Projeto
- Anexo 4 - Cronograma de desembolso, Manifestação de beneficiário e deferimento do CMDCA.
- Anexo 5 - Siglas

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 DO
EDITAL FIA Nº 01/2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO EDITAL PARA PROJETOS NA ÁREA DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1144/14 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, na reunião ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2015;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Edital para projetos na área da infância e adolescência a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA para o ano de 2015 da seguinte forma:

EDITAL 01/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, torna público que estão abertas as inscrições de 02 de Março até 15 de Abril de 2015 para seleção e financiamento de projetos para área da Infância e Adolescência e Formação de Recursos Humanos no exercício de 2015.

1. Linhas de Ação:

1.1. Área da Infância e Adolescência: Programas e projetos para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, de ações complementares e inovadoras às políticas públicas sociais básicas, por tempo determinado, como:

- Programas e projetos de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como para crianças e adolescentes com deficiência;

- Programas e projetos de profissionalização para adolescentes em vulnerabilidade social. (Exceto os que são ofertados pelas políticas públicas existentes).

1.2. Formação de Recursos Humanos: Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada aos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, como:

- Programas e projetos de capacitação e formação, aos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Programas e projetos de capacitação e formação, aos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre as atribuições e o papel do Conselho Tutelar e CMDCA;

- Programas e projetos de capacitação para os conselheiros do CMDCA (FIA, atribuições e papel dos conselheiros).

2. Condições de Participação

2.1. Poderão ser proponentes entidades não governamentais de forma individualizada ou em rede.

2.2. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da inscrição de programas, projetos neste edital ou da execução dos serviços a eles necessários:

2.2.1. Os servidores municipais e conselheiros do CMDCA, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções;

2.2.2. O Prefeito, seu cônjuge e aos demais parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.

2.2.3. Entidades que detenham débitos com a Fazenda Pública Municipal de Indaial, conforme Art. 32 da Lei Orgânica Municipal.

2.2.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços, objeto deste edital.

3. Inscrição:

3.1. A ficha para inscrição dos projetos poderá ser acessada no "site" do Município de Indaial www.indaial.sc.gov.br e no "site" www.cmdcaindaial.com.br ou diretamente na Secretaria Executiva do CMDCA à Rua Leoberto Leal, 191 - bairro Tapajós - Indaial/SC.

3.2. A inscrição deverá ser efetuada junto à Secretaria Executiva do CMDCA mediante a ficha de inscrição, projeto e a apresentação dos seguintes documentos:

- () Cópia do Estatuto Social,
- () Cópia da ata de eleição e cópia de posse da atual diretoria,
- () Cópia simples do Certificado de CNPJ;
- () Certidão Negativa de Tributos (Federal, Estadual e Municipal);
- () Certidão Negativa de INSS e
- () Certificado de Regularidade do FGTS.

3.3. Em caso de projetos desenvolvidos em rede, estes deverão nomear uma entidade como proponente para efetuar assinatura do convênio e suas implicações legais;

3.4. Formulários e projetos entregues após as 14:00h do dia 15 de Abril de 2015 não serão aceitos.

4. Recursos Financeiros:

4.1. O repasse de recursos será condicionado à apresentação de documentos, conforme legislação vigente e à celebração de convênio firmado com o Município de Indaial;

4.2. Os projetos serão financiados conforme disponibilidade dos recursos para o financiamento oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

4.3. Não serão financiados:

a) Despesas com cerimonial (a exemplo de coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia);

b) Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção

e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados e funcionamento da instituição proponente (luz, água, telefone, entre outros);

c) Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

d) Gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos federais, estaduais e municipais integrantes da administração direta ou indireta, pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora de prazo;

e) Recursos para entidades com o objetivo de adquirir equipamentos.

f) Projetos que se incluem em políticas sociais básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente.

5. Critérios de Avaliação dos Projetos:

5.1. A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade proponente com o projeto.

5.2. A capacidade técnica e operacional da entidade proponente para executar o projeto.

5.3. O regular exercício das atividades estatutárias da entidade proponente.

5.4. O interesse público em relação ao projeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos.

5.5. A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

5.6. Formato de apresentação do projeto, documentação enviada pela entidade proponente e afinidade do projeto com o objetivo da seleção.

5.7. Sintonia com a legislação vigente, especialmente o ECA e a Resolução nº 137/2010 do CONANDA

Para os projetos na Área da Infância e Adolescência, são critérios de avaliação, também:

5.8. Estar de acordo com as linhas de ação deste edital;

5.9. Caráter inovador (diz respeito à possibilidade de adaptar uma alternativa para um novo contexto, criar algo completamente novo, ampliar o atendimento ou a possibilidade de combinar um ou mais desses fatores).

5.10. Análise do projeto quanto a sua possibilidade de oportunidades educativas de desenvolvimento às criança/adolescentes e suas famílias, o acesso às políticas sociais básicas.

5.11. Participação da comunidade (Capacidade do projeto de mobilizar a comunidade local).

5.12. Articulação em rede (capacidade da entidade proponente para realizar parcerias locais, espaços democráticos, visando potencializar as ações do projeto).

5.13. Desenvolvimento em regiões de maior demanda e/ou com inexistência de oferta;

5.14. Poderão ser financiados mais de um projeto por entidade,

caso estes sejam selecionados, respeitando a disponibilidade financeira do FIA;

6. Seleção dos Projetos:

6.1. Os projetos passarão por análise e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial;

6.2. Poderá ser solicitado a apresentação da proposta na reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7. Forma de Pagamento:

7.1. A Entidade será considerada CONTRATADA e o Município de Indaial - Fundo Municipal da Infância e Adolescência será a CONTRATANTE e celebrará um CONTRATO entre as partes.

7.2. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia útil da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados.

7.4. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

7.5. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato. (no caso de pessoa jurídica)

7.6. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza), no que couber.

8. Disposições Gerais:

8.1. Os projetos poderão iniciar a partir da data estabelecida que constar no CONTRATO sendo que deverão ser concluídos até o último dia útil de novembro de 2015.

DA SUSPENSÃO E TERMINO:

8.2. Os projetos que não estiverem de acordo com este edital serão rejeitados sem análise da proposta.

8.3. A entidade que não iniciar seu Projeto no cronograma previsto, sem prévia justificativa, aprovada pelo CMDCA, perderá o financiamento.

DA DIVULGAÇÃO EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS PROJETOS:

8.4. As entidades selecionadas para financiamento que realizarem comunicações sobre o projeto em quaisquer meios de comunicação deverão sempre associá-los ao investimento do FIA. Em caso de materiais impressos, o nome do CMDCA deverá constar como parceiro/financiador.

8.5. Ao se inscrever a entidade concorda automaticamente com a utilização gratuita pelo CMDCA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação na forma impressa ou eletrônica.

8.7. A relação dos projetos a serem financiados, será disponibilizada pelo CMDCA, no dia subsequente à plenária de aprovação.

ACOMPANHAMENTO DO CMDCA DOS PROJETOS SELECIONADOS:
8.6. A entidade que tiver seu projeto selecionado para financiamento deverá encaminhar ao CMDCA relatório qualitativo mensal e ao término da execução do mesmo.

8.8. O ato de inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital.

8.9. A procuradoria geral do município ficará responsável pelo contrato.

DAS PENALIDADES:

8.10. Na hipótese de descumprimento do contrato e da proposta apresentada, a CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às seguintes sanções:

8.10.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

8.10.2. Multas, conforme os seguintes critérios:

8.10.2.1. No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado;

8.10.2.2. No valor de 1,0% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

8.10.2.3. No valor de 1,5% (Um por cento e cinco décimos) do valor do contrato por inobservância do item 2.2.4 do presente edital;

8.10.2.4. No valor de 2,5 % (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto apresentado, salvo justificativa e autorização expressa da CONTRATANTE.

8.10.2.5. No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

8.10.2.6. No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

8.10.2.7. No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

8.10.2.8. No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

8.10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nos itens 8.10.2.6 à 8.10.2.8.

8.10.4. Declarações de Idoneidade, nos seguintes casos:

8.10.4.1. Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.10.4.2. Tenham sofrido condenação definitiva por participarem, por meios dolosos, fraude fiscal no reconhecimento de quaisquer tributos;

8.10.4.3. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do CMDCA;

8.10.4.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10.4.5. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.10.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

8.10.6. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9. Da Rescisão Contratual:

9.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

9.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.1.2. A subcontratação, a cessão ou transferência total ou parcial, para execução dos programas ou projetos, sem a autorização do CMDCA;

9.1.3. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.4. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.5. A dissolução da sociedade;

9.1.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da entidade, que prejudique a execução do contrato;

9.1.7. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

9.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos itens 7 e 8.

9.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE.

9.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

9.2.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CMDCA.

9.2.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10. Calendário:

a) Inscrição:

Data: de 02 de Março até 15 de Abril de 2015

Horário: de segunda à sexta-feira, das 8:00 até 14:00 horas

Local: Secretaria Executiva do CMDCA

Rua Leoberto Leal, n 191, Bairro: Tapajós - Indaial - SC / CEP: 89130-000

b) Análise dos Projetos pelo CMDCA

Data: de 16 de Abril até 24 de Abril de 2015.

c) Plenária CMDCA: 30 de Abril de 2015.

d) Divulgação dos projetos aprovados:

Data: 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 02 de Março de 2015.
Luiz Cláudio S T M Altenburg
Coordenador do CMDCA

ANEXO 1 - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO
(utilizar a logomarca da vossa Entidade)

Indaial, ____ de _____ de 2015.
Ofício nº XX/2015

A/C Senhor
Luiz Cláudio S T M Altenburg
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA/Indaial

Assunto: Inscrição de projeto no Edital nº 01/2015

Por meio deste, venho efetuar a inscrição da (nome da entidade e nome do projeto) situada na cidade de Indaial/S.C., rua _____, /
no processo de escolha de seleção do Edital nº 01/2015.

Assim sendo solicitamos análise de Projeto encaminhado em conformidade com o Edital acima mencionado.

Para tanto encaminho os seguintes documentos solicitados:
() Cópia do Estatuto Social, regulamentos ou compromissos da instituição
() Cópia da ata de eleição e cópia de posse da atual diretoria,
() Cópia simples do Certificado de CNPJ;
() Certidão Negativa de Tributos/Débitos (Federal, Estadual e Municipal);
() Certidão Negativa de INSS e
() Certificado de Regularidade do FGTS.

Neste ato, declaramos estar ciente e de acordo com as condições expressas no Edital nº 01/2015 FIA 2015.

Assinatura do Presidente ou equivalente
Nome:

ANEXO 2 - FICHA DE INSCRIÇÃO
2 - DADOS CADASTRAIS

Proponente/Empresa			
Razão Social da Instituição:			
Sigla:		CNPJ:	
Natureza Jurídica:		Data da Constituição:	
Atividade Econômica Predominante:			
Endereço: Av./Rua			
No.:	Complemento:		Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone:	E-mail:		
Nome do Representante Legal da Instituição:			
CPF:		RG/Órgão Expedidor:	
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:	
Endereço Profissional:			
No.:	Complemento:		Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone Comercial:	Telefone Celular:	E-mail:	
Telefone residencial:			

ANEXO 2
ANEXO 3 - PROJETO
3 - PROJETO

3.1 Dados Gerais		
Proponente:		
Título do Projeto:		
Localização do projeto:		
Município: INDAIAL	Bairro:	Localidade:
Período de Execução do Projeto: Início (mês):		
Término (mês):		
Valor do Total do Projeto R\$:		
Valor dos recursos solicitados ao CMDCA R\$:		

3.2 Identificação da Equipe - Graduação (GR), Especialista(ES), Mestrado(MSc) ou Doutorado(DO)

3.3 Roteiro para Apresentação do Projeto
Resumo (incluir objetivos, metodologia e resultados esperados - até 1/2 página)
Objetivo Geral
Objetivos Específicos
Justificativa (até 1/2 página)
Metodologia (até 1 página)
Estado da arte (Exemplificar a situação atual do local ou comunidade a ser atingida pelo projeto. Até 3 páginas)
Impactos sociais esperados (Até 1/2 página)

4 - PLANO DE APLICAÇÃO

4.1 Orçamento detalhado			
Discriminação dos Itens	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

ANEXO 3

4.2 Cronograma de Desembolso (R\$)	
Despesas	Valor R\$
Mês: /2015	
Mês: /2015	
Mês: /2015	
Mês: /2015	
TOTAL	

5 - MANIFESTAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Na qualidade de Beneficiário, peço deferimento ao que é solicitado para fins de desenvolver o Projeto intitulado _____, submetido ao Edital FIA Nº 01/2015.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal da Instituição

6 - DEFERIMENTO DO CMDCA

Local e Data

Assinatura do Coordenador do CMDCA

ANEXO 4
SIGLAS:

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
TC - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
IR - IMPOSTO DE RENDA
ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA
SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ANEXO 5

DECRETO Nº 1301/15

. DECRETO Nº 1301/15
. De 03 de março de 2015

Exonera Diretora /
Marilza Felipe Martins

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Nº 3.990 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada do cargo em comissão de Diretora Porte I, Marilza Felipe Martins, nomeada pelo Decreto 703/14.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

Prefeitura do Município de Indaial, em 03 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 03 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1302/15

. DECRETO Nº 1302/15
. De 03 de março de 2015
Nomeia Auxiliar de Direção/
Joyce Margo Angelo

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), JOYCE MARGO ANGELO, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 03 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 03 de março de 2015)

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI
Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1303/15

. DECRETO Nº 1303/15
. De 04 de março de 2015
Exonera Diretora de Administração da Secretaria de Educação /
DENISE ALVES

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/08, alterada pela Lei Complementar 88/09 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, partir de 01 de março 2015, do Cargo em Comissão de Diretora de Administração da Secretaria de Educação, previsto na Lei Complementar nº 88/2009 (símbolo CC-2), DENISE ALVES, nomeada pelo Decreto 706/14.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de março de 2015.

Município de Indaial em 04 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 04 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1304/15

. DECRETO Nº 1304/15
. De 04 de março de 2015
Concede gratificação / DENISE ALVES

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/08 e alterações, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 70% (setenta por cento) a servidora DENISE ALVES, designada para exercer a função de Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo Único - A servidora será lotada na Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 04 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 04 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1305/15

. DECRETO Nº 1305/15
. De 04 de março de 2015
Altera Decreto 139/13/
Alessandra Mara de Souza

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado no Decreto nº 139/13, a gratificação concedida sobre os vencimentos da servidora ALESSANDRA MARA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, que a partir de 01 de março passará para 90% (noventa por cento) - FG 1, sendo designada para responder pela Direção do Departamento de Recursos Humanos do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de março de 2015.

Prefeitura Munic

ipal de Indaial, em 04 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 04 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1306/15

. DECRETO Nº 1306/15
. De 05 de março de 2015
Concede gratificação/
Luciana Carla Grahl Lanznaster

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos da servidora LUCIANA CARLA GRAHL LANZMASTER, ocupante do cargo de Pedagoga do quadro de pessoal desta Prefeitura, que a partir de 01 de março de 2015, passará a prestar Assessoria Nutricional na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 05 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 05 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1307/15

. DECRETO Nº 1307/15
. De 05 de março de 2015
Cancelamento de Restos a Pagar Fundo Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

- Empenho 2476-0/2007 - OCT Engenharia Civil e Ambiental Ltda - R\$ 1.661,57.
- Empenho 3217/2014 - Jonhson e Jonhson do Brasil Indl.Com. de Produtos para Saúde Ltda - Parcial de R\$ 1,04.
- Empenho 3216/2014 - Jonhson e Jonhson do Brasil Indl.Com. de Produtos para Saúde Ltda - Parcial de R\$ 40,47.
- Empenho 2681/2014 - ProntolabEquip. e Produtos Cient. Ltda - Parcial de R\$ 62,00.
- Empenho 1896/2013 - RBS Zero Hora Editora Jornalística S/A - BLU - R\$ 400,00.

- Empenho 1313/2014 - RBS Zero Hora Editora Jornalística S/A - BLU - R\$ 200,00.
- Empenho 1992/2014 - RBS Zero Hora Editora Jornalística S/A - BLU - R\$ 200,00.
- Empenho 3076/2014 - Tapajós Com. Material de Construção Ltda Me - R\$ 48,00.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 05 de março de 2015
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 05 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO ACT Nº 0001/2015

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC, neste ato representado pelo prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que encontram-se abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal do Município de Iomerê, que se regerá pelas normas estabelecidas no presente Edital, e seus anexos, de conformidade com a Lei Municipal nº 0061, de 17 de setembro de 1997, e alterações posteriores, e Decreto Municipal n.1598/2015.

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital, sendo a elaboração e execução das provas por conta da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, e acompanhamento por parte de Comissão a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.2 O presente processo seletivo destina-se a contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, justificada pela falta de servidores efetivos, nos casos de licença ou afastamentos dos cargos de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da administração pública, para manutenção dos serviços públicos essenciais, conforme já disposto no Decreto Municipal n.1598/2015.

1.2.1 O presente processo justifica-se ainda, pela necessidade da contratação de profissionais na área de educação, porquanto, o Município vem, de forma gradativa, assumindo a responsabilidade pela manutenção do ensino fundamental (1º ao 9º ano), e não existem, no quadro de pessoal, professores e outros profissionais da educação, para suprir a necessidade desta demanda, bem como, a grade curricular ainda não esta aprovada pelo MEC, o que, neste momento, impede a realização de concurso público.

1.2.2 Ainda, encontra justificativa o presente processo seletivo para contratação de pessoal em caráter temporário, no fato de que, o Município esta promovendo alterações na legislação municipal, com a reformulação do Plano de Cargos e Salários, e em breve concurso publico para preenchimento das vagas será lançado.

1.3 As funções, número de vagas, vencimentos de cada cargo, jornada de trabalho, estão indicados no Anexo I deste Edital.

1.4 Após o preenchimento das vagas indicadas no Anexo I, os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para suprir vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste processo seletivo.

1.5 Os candidatos classificados na condição de não-habilitados somente serão chamados após esgotada os classificados habilitados.

1.6 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Municipal n. 0320/2005 e alterações posteriores.

1.7 O inteiro teor deste edital estará disponível no site www.iomere.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato a retirada do mesmo, via Internet.

1.8 A divulgação oficial das informações referente a este processo seletivo dar-se-á pelo site www.iomere.sc.gov.br, bem como no mural oficial da Prefeitura Municipal de Iomerê, e os extratos publicados em órgão oficial de publicação.

1.8.1 Os candidatos classificados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município.

1.8.2 Ao ser chamado, o candidato que não assumir a vaga será automaticamente excluído do processo.

1.8.3 Em caso de necessidade de contratação no decorrer da vigência do presente certame, a lista será iniciada novamente pelos habilitados.

1.8.4 A chamada dos candidatos não habilitados ocorrerá depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

1.10 O processo seletivo destina-se ao cadastro de reservas, para contratações futuras, não gerando, a classificação, a obrigatoriedade de contratação.

II - DAS INSCRIÇÕES

2. As inscrições serão realizadas no período de 06 de março a 24 de março de 2015, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min, na Rua João Rech, nº. 500, mediante o pagamento de taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00(trinta reais), através de boleto bancário a ser retirado diretamente na Prefeitura Municipal de Iomerê, no setor de Tributação e pago antes da realização da inscrição.

2.1 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a - Apresentar o boleto da taxa de inscrição devidamente quitado;
- b - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c - ter completado 18 (dezoito) anos de idade até o último dia da inscrição;
- d - estar em gozo dos direitos políticos;
- e - estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- f - estar em dia com as obrigações eleitorais;
- g - preencher os demais requisitos previstos neste edital.

2.2 O candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos, no ato da inscrição:

OBS:

Não serão fornecidas fotocópias e impressões de documentos pela Prefeitura Municipal.

- a - Carteira de Identidade;
- b - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- d - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- e - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos na área para a qual estará procedendo a inscrição, para os cargos em que haverá prova de títulos;

OBS - O candidato deverá comparecer para efetivar a inscrição, com o formulário de inscrição já preenchido, constante do Anexo III, do presente Edital.

2.3 Ao inscrever-se, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para o cargo.

2.4 As inscrições serão efetuadas unicamente na sede da Prefeitura Municipal, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

2.5 Não serão admitidas inscrições condicionais, com falta de documentos, nem enviadas pelo correio, e-mail ou fax, também não serão permitidas cópias de documentos na Prefeitura Municipal.

2.6 A inscrição poderá ser efetuada por terceira pessoa, desde que munida com instrumento de mandato, com poderes específicos para o ato, com firma reconhecida por autenticidade em cartório.

2.7 O candidato só poderá se inscrever para um cargo, conforme relação constante no Anexo I deste edital.

2.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

2.9 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.10 Ao inscrever-se no processo seletivo, é recomendado ao candidato que observe com atenção as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado, não podendo vir alegar desconhecimento das normas referentes ao certame.

2.11 Para os cargos em que há prova de títulos, os mesmos devem ser apresentados no ato da inscrição, e devem corresponder exclusivamente à área e ao cargo para o qual a inscrição será efetivada.

2.11.1 A contagem e validação da pontuação dos títulos será realizada no ato da inscrição do candidato, pela pessoa responsável pela inscrição.

2.12 Não serão efetuadas inscrições que não atendam rigorosamente ao estabelecido no presente edital.

2.13 As informações prestadas no ato do preenchimento do formulário de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.14 A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a prova ou a nomeação do candidato, sempre que identificadas falsidades das declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

2.15 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, até 05 (cinco) dias que antecedem a data designada para o ato, enviar e-mail para o endereço, iomere@iomere.sc.gov.br, indicando quais condições especiais de prova que necessita, e os fundamentos da necessidade, não se confundindo, condições especiais, com vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

2.16 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá comunicar o fiscal da prova, antes do início da mesma, e sua retirada da sala será feita mediante acompanhamento do fiscal, não havendo nenhum tipo de compensação de tempo em favor da candidata.

2.17 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento do deferimento ou não de sua inscrição, cujo resultado será divulgado no site www.iomere.sc.gov.br.

III - DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3. Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Edital de Seleção, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas do Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior à unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoas com deficiência, aprovados neste certame, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/99.

3.2. O candidato com deficiência física que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato da inscrição, declarar o tipo e o grau de deficiência que apresenta, sendo que posteriormente, se classificado, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Iomerê/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4. Após análise das inscrições, as mesmas serão homologadas por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante publicação nos meios de comunicação oficiais, e site do Município, sendo assegurado prazo recursal de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação.

4.1 Julgados eventuais recursos interpostos, em havendo alterações, nova divulgação será promovida.

V - DAS PROVAS

5. O presente processo seletivo constará de provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos (de caráter eliminatório e classificatório), e de provas de títulos (de caráter exclusivamente classificatório).

5.1 Os conteúdos exigidos para cada nível de formação, conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas constam do Anexo II do presente edital, que faz parte integrante do mesmo.

5.2 As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, sendo de inteira responsabilidade do candidato o comparecimento no dia e horário determinados para a realização das provas.

5.3 DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

5.3.1 Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, além da valorização da capacidade de raciocínio.

5.3.2 A prova objetiva constituir-se-á de caráter classificatório, com questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro)

opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadro abaixo:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	10
Matemática	05
Conhecimentos gerais, Conhecimentos Específicos e Notícias Recentes	15

5.4 DAS PROVAS PRÁTICAS

5.4.1 Os candidatos inscritos para os cargos de Motorista Socorrista do SAMU, deverão se submeter a realização de prova prática, que acontecerá imediatamente após o término da prova escrita, tendo como local, o Pátio de Maquinas da Prefeitura Municipal, Rua Joao Rech, nº. 500, Iomerê

VI - DA DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6. As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, no dia 28 de março de 2015.

6.1 As provas terão início às 08h30min e término às 11h00min horário de Brasília.

6.2 Os candidatos deverão estar no local da prova com antecedência de 15 (quinze) minutos, para localização de sala e assinatura da lista de presença.

6.3 Somente poderá prestar a prova o candidato cujo nome apareça na lista de presença.

6.4 Os portões serão fechados faltando 05 (cinco) minutos para o início das provas, ficando automaticamente excluído do processo o candidato que chegar após o fechamento dos portões, não sendo admitidas qualquer tipo de justificativas para o atraso.

6.5 O candidato deverá apresentar, no dia da prova, além do comprovante de inscrição, Documento de Identidade original que o identifique, sendo admitidos os seguintes documentos: carteira de identidade expedidas pelas secretarias de segurança pública; Cédula de Identidade para estrangeiros; Carteira de identidade de classe, CREA, CRAS, CREF, OAB, etc; Certificado de Reservista; Passaporte; CTPS; CNH, todos com fotografia; não apresentando nenhum destes documentos, por motivo de perda, furto ou roubo, devesse apresentar registro policial, que será submetido à análise dos fiscais de prova, que decidirão sobre o caso.

6.6 A identificação será feita também com relação a candidato que apresente documento de identificação ilegível ou que gere dúvidas quanto à identificação.

6.7 O candidato devesse comparecer ao local de prova munido com 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização das provas, sendo proibido, inclusive, a permanência na sala de prova com equipamentos eletrônicos, devendo os celulares serem desligados na presença do fiscal de prova, no momento que ingressar à sala de prova.

6.9 Não será acatada a solicitação de prova e/ou condições especiais se o candidato não tiver comprovado a sua deficiência no ato da inscrição.

6.10 Somente será permitida a retirada do candidato da sala de

provas, após decorridos 30 (trinta) minutos do início das mesmas.

6.11 Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova, para só então se retirarem, simultaneamente.

6.12 Os três últimos candidatos restantes na sala de provas deverão assinar os gabaritos de todas as provas da sala.

6.13 Poderá ser excluído do certame, o candidato que descumprir quaisquer condições estabelecidas neste edital, inclusive que perturbar o andamento dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido, pelo fiscal de sala.

6.14 O Município de Iomerê e a AMARP, não se responsabilizam por perda ou extravio de documentos, no dia da prova, bem como não se responsabilizam por gastos com deslocamento e estadia dos candidatos inscritos no certame.

6.15 Assim que distribuídos os cadernos de prova, e na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o fiscal de sala, antes do início da prova, procederá à substituição dos cadernos e, não havendo número suficiente, fará a leitura dos itens com falhas, estabelecendo, da mesma forma, prazo de compensação com o tempo gasto para regularização, se assim se fizer necessário.

6.16 O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato, desde que aguarde o término da prova.

VII - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha, e o candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de repostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

7.1 Não será fornecido, em nenhuma hipótese, novo cartão-resposta.

7.2 O candidato deverá assinar o cartão-resposta; não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

7.3 Eventuais marcações feitas de forma incorreta pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade.

7.4 Será permitido ao candidato anotar o gabarito no caderno de provas.

7.5 O gabarito preliminar será divulgado pela Prefeitura Municipal de Iomerê, no mural de atos oficiais, e no site do Município, www.iomere.sc.gov.br, em até 2 dias após a realização das provas.

VIII - DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A prova de títulos será realizada apenas para os cargos de nível superior.

8.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, conforme tabela abaixo:

Títulos (concluídos)	Pontos
Certificado doutorado na área de atuação	0,20
Certificado mestrado na área de atuação	0,15
Certificado especialização na área de atuação	0,10
Cursos de aperfeiçoamento na área, desde que realizados entre 01/01/2014 a 31/12/2014	0,05 a cada 40 horas de curso

OBS - Os títulos deverão ser entregues no ato da inscrição, juntamente com o formulário que faz parte do Anexo IV, deste Edital, já preenchido.

8.2 Somente serão aceitos títulos registrados no órgão competente, devendo ser apresentados no ato da inscrição, em via original, ou fotocópia autenticada em cartório, não sendo, em hipótese alguma, aberta outra data para a entrega dos mesmos.

8.3 Os títulos deverão ter relação com a área de atuação pretendida no ato da inscrição.

8.4 Entregues os títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

8.5 Para aqueles candidatos que concluíram, mas ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados de conclusão de curso, em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável, acompanhado do histórico escolar.

8.6 Não serão pontuados títulos relativos a estágios ou monitorias.

8.7 Títulos sem conteúdo especificado no verso não serão pontuados.

8.8 A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de valor maior elimina o de menor valor.

8.9 A não entrega dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este atribuída pontuação zero com relação a esta prova.

8.10 À prova de títulos, será atribuído peso máximo de 4,0(quatro) pontos.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9. Serão considerados aprovados neste teste seletivo os candidatos que somarem nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.1 Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será a soma dos pontos da prova objetiva(nota máxima 6,0) acrescida dos pontos somados com os títulos apresentados(nota máxima 4,0).

9.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva, de caráter classificatório, estando aprovado o candidato que alcançar nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.3 A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

9.4 Em caso de empate nas notas serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- A - maior número de pontos na prova de conhecimentos específicos;
- B - maior número de pontos na prova de conhecimentos gerais;
- C - candidato de maior idade;
- D - número de dependentes.

9.5 A classificação do processo seletivo será publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios e no site www.iomere.sc.gov.br, até 10 dias após a realização das provas.

9.6 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- b) não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhida;
- c) descumprir qualquer item deste edital;
- d) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Iomerê.

X - DOS RECURSOS E REVISÕES

10.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- A - a formulação das questões objetivas;
- B - opção considerada como certa nas provas objetivas.

10.2 É admitido recurso quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

10.3 O prazo para pedido de revisão ou recurso, é de 02(dois) dias úteis, contados da publicação do gabarito oficial no site da Prefeitura Municipal de Iomerê.

10.4 Os recursos deverão ser dirigidos para a Secretaria Executiva da AMARP, podendo ser protocolados na sede da AMARP ou na Prefeitura Municipal de Iomere.

10.5 Os pedidos de recurso e revisão deverão ser apresentados em petição escrita, digitada e assinada, com fundamentação lógica e consistente, com indicação de bibliografia, apresentada, para cada questão diferente, uma folha em separado.

10.6 Os recursos não apresentados na forma acima disposta, serão indeferidos de plano, sem análise do mérito.

10.7 Em caso de anulação de questões, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.

10.8 Os recursos intempestivos não serão analisados.

10.9 O resultado dos recursos analisados serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, cabendo ao interessado o acompanhamento da divulgação.

XI - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação obedecerá a ordem rigorosa da classificação, sendo a contratação em caráter temporário.

11.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, a ser publicado no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente na Prefeitura Municipal de Iomerê.

11.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

11.4 O contratado será remunerado em conformidade com o salário base vinculado à habilitação ao qual efetuou sua inscrição.

11.5 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

- a) Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;
- b) Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- c) Documentos de identificação pessoal necessários ao registro funcional no serviço público municipal.
- d) Comprovante de frequência atualizada da universidade, somente para quem possui curso superior incompleto.
- e) Comprovante de quitação eleitoral;
- f) Ter 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;
- g) Apresentar o competente registro no órgão de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;
- h) Submeter-se ao exame médico admissional;
- i) O não cumprimento dos requisitos necessários para a investidura na função, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

11.6 Os aprovados e convocados para as vagas da área de Educação ficarão a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e as funções serão exercidas onde o Município de Iomerê tenha necessidade temporária de atendimento (CEMI

Pólo I Iomerê, e CEMI Pólo II em Bom Sucesso e CEMEI).

11.7 Serão convocados primeiramente os candidatos habilitados e, esgotando-se estes, serão chamados os não-habilitados, desde que inscritos para o cargo específico

11.9.1 - Esgotada a convocação de habilitados, e se ainda não forem preenchidas as vagas existentes, poderão ser convocados os classificados de outras áreas para compor os cargos faltantes.

11.10 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final da validade deste certame, previamente estabelecida.

11.11 As normas de contratação seguirão a legislação estatutária Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

11.12 A convocação se dará mediante comunicado via e-mail, no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, ou telefone informado na mesma ficha.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1A inscrição do candidato implica no conhecimento das instruções constantes neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 O candidato convocado para a realização de qualquer fase vinculada a este processo seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pelo Município, será automaticamente excluído do certame.

12.3 A inexistência ou falsidade das declarações ou documentos apresentados pelo candidato importará na eliminação do candidato do certame, não importando em que fase esteja.

12.4 O acompanhamento da divulgação e resultados do presente certame, é de inteira responsabilidade do candidato, esclarecido desde já, que não serão prestadas informações acerca do resultado final, via telefone.

12.5 Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos aprovados, fato este que será publicado para o conhecimento de todos.

12.6 Os gabaritos serão mantidos sob responsabilidade da AMARP, pelo período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

12.7 Ao Prefeito Municipal cabe a homologação do resultado final do processo seletivo, que será publicada no mural oficial da Prefeitura Municipal e no site www.iomere.sc.gov.br, além da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

12.8 Este processo seletivo terá validade de 01(um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, independentemente de realização de nova prova.

12.9 O documento apto a fazer prova da classificação no teste seletivo é o decreto de divulgação e homologação do resultado final.

12.10 A aprovação neste processo seletivo não gera a obrigatoriedade de contratação, cabendo ao Município de Iomerê o direito de preencher somente o número de vagas existentes ou que vierem a surgir enquanto válido o certame, bem como, de proceder a rescisão do contrato de trabalho de acordo com a oportunidade, necessidade e conveniência da Administração Pública.

12.11 Todos os avisos e resultados referentes ao processo seletivo

serão divulgados no site www.iomere.sc.gov.br.

12.12 Fica delegada a competência para a AMARP:

A - divulgar o Processo Seletivo, sem prejuízo da divulgação feita pelo Município;

B - elaborar, aplicar, julgar e avaliar as provas objetivas;

C - julgar os pedidos de revisão e recursos por ventura existentes;

12.13 Os casos não previstos no presente edital serão resolvidos pelo Município de Iomerê através da Comissão e pela AMARP.

12.14 Fazem parte integrante do presente edital os anexos I, II e III.

Iomerê, 04 de março 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

Publicado o presente Edital em 04 de março de 2015 na Secretaria de Administração e Finanças.

I - QUADRO DE VAGAS -

EDITAL DE TESTE SELETIVO

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	Professor ensino fundamental	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo em PEDAGOGIA
2.	Professor ensino fundamental	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
3.	Professor de AEE	CR	40	2.463,61	Ensino Superior Completo em PEDAGOGIA COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
4	Professor de AEE	CR	40	1.941,89	Cursando Ensino Superior em EDUCAÇÃO ESPECIAL
5.	Faxineira	CR	40	1.304,26	Ensino Fundamental Completo
6.	Agente Comunitário de Saúde	CR	40	788,00	Ensino Fundamental completo
7.	Agente de Serviços Gerais – Serviço Braçal	CR	40	1.304,26	Ensino Fundamental Incompleto no mínimo.
8.	Enfermeira	CR	40	4.347,60	Ensino Superior em Enfermagem-Registro no COREN

9.	Motorista Socorrista - SAMU	CR	40	1.739,02	Ensino Fundamental Completo – Carteira Nacional de Habilitação “D”
10.	Técnico de Enfermagem- SAMU	CR	40	1.739,02	Curso Técnico em Enfermagem Registro no COREN

ANEXO II

CONTEÚDO DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO

I - CONTEÚDO PARA AS PROVAS - comum a todos os cargos

PORTUGUÊS	Interpretação de textos. Língua escrita objetiva e suas formas. Fonética e fonologia, Morfologia, Ortografia, classe, estrutura e formação das palavras, frase, oração, pontuação, Derivação e composição, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Artigos, Advérbio, Preposição, Conjunção, Acentuação gráfica, Uso dos porquês, Noções de redação oficial, modelos de ofício.
MATEMÁTICA	Matemática básica.
CONHECIMENTOS GERAIS	Conhecimentos gerais do Município de Iomerê nos aspectos: territorial, geográfico, histórico (conforme guia da FECAM e Site do Município) político administrativo e lei orgânica do município. Notícias atuais. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Secretarias de desenvolvimento regionais. Notícias atuais.
CONHECIMENTO ESPECÍFICO	Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Questões específicas de cada área de inscrição

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
e-mail		
Data		
Assinatura do candidato		

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
e-mail		
Data		
Assinatura do responsável pelo recebimento		

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS - PROCESSO SELETIVO 001/2015

FORMULÁRIO DE TÍTULOS		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 001/2015		
CARGO		
NOME		
CURSOS		
Tipo especialização	Nome do Curso	Pontuação (preenchida na Prefeitura)
Doutorado		
Mestrado		
Especialização		
Graduação		
Cursos de capacitação (Elencar os certificados apresentados com carga horária)		
Assinatura do candidato	Soma dos pontos:	

LEI COMPLEMENTAR 040/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº40, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Altera o artigo 102, da Lei Complementar n. 012/2003, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Iomerê, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. O artigo 102, da Lei Complementar nº 012/2003, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Iomerê, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescida do parágrafo quinto:

"Art. 102. A Taxa deverá ser recolhida na forma, condições e prazos regulamentares.

Parágrafo Primeiro. Tratando-se de incidência anual, o valor da Taxa poderá ser recolhido parceladamente, segundo o que dispuser o regulamento.

Parágrafo Segundo. Para o recolhimento da Taxa, tomar-se-á o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, vigente na data do respectivo vencimento.

Parágrafo Terceiro. Para a quitação antecipada da taxa adotar-se-á o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, vigente no mês de pagamento.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de recolhimento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a 20 (vinte) Unidades Fiscais do Município - UFM.

Parágrafo Quinto. Na hipótese do valor da taxa ser inferior às custas administrativas e bancárias para emissão do boleto de pagamento, o valor cobrado corresponderá à 05(cinco) UFM(Unidades Fiscais do Município) vigentes à época do pagamento".

Art. 2. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 04 de março de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2532/2015

PORTARIA Nº 2532 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal Odir Pagno pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 01/05/2014 a contar de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de fevereiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2533/2015

PORTARIA Nº 2533 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a secretário municipal Milto Luiz Borge pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015 a contar de 09/03/2015 a 07/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de fevereiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2534/2015

PORTARIA Nº 2534 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza Servidoras a conduzirem veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar as servidoras, Jaqueline Deon e Jordana Zanferari, a conduzirem veículos da frota Municipal de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 02 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2535/2015

PORTARIA Nº 2535 DE 02 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Equipe Técnica responsável pela reelaboração do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Equipe Técnica Responsável pela reelaboração do Plano Municipal de Educação:

1. Presidente do Conselho Municipal de Educação

Nádia Scur

2. Membro do Conselho Municipal de Educação

Carla Candiago

3. Membro do Fórum Municipal de Educação

Marinez Zanetti Zago

4. Membro do Fórum Municipal de Educação

Maria F. S. Colissi

5. Secretaria Municipal de Educação

Mauricio Bridi

6. Secretaria de Adm. e Finanças

Sirlei Cristina S. Altenhofen

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009 revogadas as disposições em contrário.

Iomerê - SC, 02 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 14/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 14/2015 para serviços de assessoria de imprensa. A abertura das propostas se dará no dia 19/03/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 05 de março de 2015

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2777/ 2015

Decreto nº 2.777/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11, DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (112)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
T O T A L R\$ 50.000,00		

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (115)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
T O T A L R\$ 50.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 2778/ 2015

Decreto nº 2.778/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 7.704,00 (Sete mil setecentos e quatro reais), conforme discriminação seguinte:

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.004 - Atendimento a programas da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (77)	Aplicações Diretas	R\$ 7.704,00
T O T A L R\$ 7.704,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015**Prefeitura Municipal de Irineópolis**

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, SANTA CATARINA****EDITAL N.º 001/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Santa Catarina**, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n.º 035/2007 de 19 de dezembro de 2007 (Autoriza o Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina a implantar o Programa Saúde da Família (PSF), o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o Programa de Saúde Bucal e o Programa de Combate a Endemias, Cria o Quadro de Empregos Públicos para Programas Descentralizados na Área de Saúde, e dá Outras Providências), Lei Complementar n.º 057/2012 de 27 de Março de 2012 (Dispõe sobre a reorganização funcional, estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Irineópolis, e dá outras providências.), Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012; da Lei Complementar n.º 035/2007 de 19/12/2007 e da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e dá outras providências) e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, que regulamenta a realização de **Concurso Público** com o objetivo de prover vagas em cargos e empregos públicos, dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros e, especialmente, com observância dos limites estabelecidos para despesas com pessoal pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) nos termos e condições a seguir, as quais se constituem em regulamento do certame:

1 Das disposições preliminares

- 1.1 O Concurso Público será realizado sob responsabilidade da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – Uniuv, mediante Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA), externa, nomeada pela Portaria n.º 27/2015, de 27 de fevereiro de 2015, composta pelos seguintes membros: Prof. M.e. Odelir Dileto Cachoeira (presidente), Danieli Silva da Costa Novaczek (secretária) Julliana Biscaia, Profª M.a. Fahena Porto Horbatiuk, Prof. Esp. Fernando César Gohl, Assistente Social M.a. Maria do Socorro Maia e Enfermeiro Dr. Denis da Silva Moreira; sob a fiscalização de Comissão da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, nomeada pela PORTARIA Nº. 030/2015 de 5 de fevereiro de 2015, composta pelos seguintes membros: Giozani Regina Crestani (presidente), Valdir Marafigo (membro), Ana Paula Martins Reichardt (membro), Sintia Bendlin Franz(membro) e Virlei da Silva (membro).
- 1.2 O Concurso Público destina-se ao ingresso no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, com o objetivo de prover vagas em cargos e empregos públicos.
- 1.3 Para todos os efeitos, o presente Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a partir da data da homologação do resultado final, que será publicada no órgão oficial de imprensa do Município de Irineópolis, Santa Catarina, podendo, a critério da Administração Municipal, ser prorrogado por igual período.
- 1.4 Os candidatos aprovados em todas as fases, que forem nomeados ou contratados, estarão sujeitos às normas municipais vigentes e que vierem a ser adotadas (a fim de aperfeiçoá-las), aplicáveis à organização administrativa e funcional de seus servidores.

2 Dos cargos e empregos públicos, vagas, salário, carga horária, requisitos e atribuições

- 2.1 O Concurso Público destina-se à seleção de servidores a serem admitidos: **CARGOS PÚBLICOS** em caráter efetivo, no regime estatutário e **EMPREGOS PÚBLICOS** no regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, nas classes iniciais dos níveis correspondentes aos respectivos cargos e empregos.
- 2.2 Para ser nomeado para um dos **CARGOS PÚBLICOS, no regime estatutário**, relacionados no quadro abaixo é indispensável, além da aprovação no Concurso Público, o cumprimento dos requisitos mínimos apresentados a seguir:



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

	Cargos Públicos	Vagas	Vagas para portadores de deficiência	Salário mensal (em R\$)	Carga horária semanal	Requisitos mínimos
Nível Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais I	01		R\$ 800,00	44h	Ensino Fundamental Incompleto.
	Auxiliar de Serviços Gerais II	01		R\$ 800,00	44h	Ensino Fundamental Incompleto.
Nível Médio	Agente Sanitário	CR		R\$ 962,66	44h	Ensino Médio Completo
	Auxiliar Administrativo	02	01	R\$ 962,66	44h	Ensino Médio Completo
Nível Técnico	Assistente de Informática	01		R\$ 1.350,61	44h	Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação.
	Orientador Social	01		R\$ 1.350,61	44h	Ensino Médio Completo, com Curso de Magistério
	Técnico de Contabilidade	01		R\$ 1.350,61	44h	Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação, com Registro no Conselho da classe.
Nível Superior	Pedagogo Social	01		R\$ 2.377,08	44h	Licenciatura Plena em Pedagogia
	Contador	01		R\$ 2.377,08	44h	Graduação em Ciências Contábeis com Registro no Conselho da classe.
	Coordenador de Informática	CR		R\$ 2.377,08	44h	Graduação em Informática com Registro no Conselho da classe.
	Fonoaudiólogo	01		R\$ 2.377,08	30h	Graduação em Fonoaudiologia com Registro no Conselho da classe.
	Médico Ginecologista	01		R\$ 14.262,47	44h	Graduação em Medicina com Especialização em Ginecologia com Registro no Conselho da classe.
	Médico Pediatra	01		R\$ 14.262,47	44h	Graduação em Medicina com Especialização em Pediatria com Registro no Conselho da classe.
	Monitor de Creche	04		R\$ 1.070,71	44h	Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Conclusão de Curso de Magistério
	Professor de Artes	CR		R\$ 1.805,54 + Abono Salarial	40h	Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
	Professor de Matemática	CR		R\$ 1.805,54 + Abono Salarial	40h	Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
	Professor de Inglês	CR		R\$ 1.805,54 + Abono Salarial	40h	Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
	Professor de Ciências	CR		R\$ 1.805,54 + Abono Salarial	40h	Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
	Professor de Música	01		R\$ 1.805,54 + Abono Salarial	40h	Graduação em Licenciatura em Música ou Licenciatura em



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

						Educação Artística com Habilitação em Música ou Licenciatura em Educação Artística e Especialização em Música
--	--	--	--	--	--	---

(CR: Cadastro de Reserva)

- 2.3** Para ser contratado para um dos **EMPREGOS PÚBLICOS**, no regime **CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**, relacionados no quadro abaixo é indispensável, além da aprovação no Concurso Público, o cumprimento dos requisitos mínimos apresentados a seguir:

	Empregos Públicos	Vagas	Vagas para portadores de deficiência	Salário mensal (em R\$)	Carga horária semanal	Requisitos mínimos
Nível Médio	Atendente de Consultório Dentário (ACD)	CR		R\$ 962,66	40h	Ensino Médio Completo
	Agente de Combate a Dengue	CR		R\$ 1.014,00	40h	Ensino Médio Completo
Nível Técnico	Técnico de Enfermagem ESF	CR		R\$ 1.350,61	40h	Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação, com Registro no Conselho da classe.
Nível Superior	Médico ESF	01		R\$ 14.262,47	40h	Graduação em Medicina com Registro no Conselho da classe.

(CR: Cadastro de Reserva)

- 2.4** A descrição das atribuições de cada cargo e emprego público está indicada no Anexo I deste Edital.
- 2.5** A ocupação das vagas dar-se-á obedecendo-se à ordem de classificação dos candidatos, tanto na lista geral, quanto na de pessoas portadoras de deficiência e de afrodescendentes.
- 2.6** A ocupação das vagas para pessoas portadoras de deficiência, durante a validade do Concurso Público, obedecerá ao disposto no item 3 deste Edital.

3 Da reserva de vagas para portadores de deficiência

- 3.1** Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4.º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, dadas pelo Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, bem como na Súmula n.º 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular).

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004).



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (zero vírgula zero cinco) no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 (zero vírgula três) e 0,05 (zero vírgula zero cinco) no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60° (sessenta graus); ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004)
- e) Saúde - e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

- 3.2 A nomenclatura de pessoas com deficiência dar-se-á de acordo com o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008, com status de Emenda Constitucional, e promulgados pelo Decreto Federal n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009.
- 3.3 Não serão considerados deficiências, os distúrbios de acuidade visual, como miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres; ou auditiva, passíveis de correção mediante acessórios mecânicos e portados pelo próprio candidato.
- 3.4 Ao candidato portador de deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição no item relativo a isso, no sistema de inscrição, de acordo com o artigo 40, do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- 3.5 Aos candidatos portadores de deficiência serão resguardadas as condições especiais previstas no artigo 41 do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, quais sejam, participação no concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação de provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 3.6 Para as pessoas portadoras de deficiência serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas, em face da classificação obtida e limitadas ao número de vagas existentes, desde que as atribuições do cargo ou emprego público pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, conforme estabelece o artigo 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- 3.7 O percentual de vagas reservadas aos portadores de deficiência, em conformidade com o disposto no item 3.1, refere-se às vagas existentes, considerando os cargos e empregos apresentados nos itens 2.2 e 2.3 deste Edital.
- 3.8 Conforme forem sendo atingidos os índices para aplicação do percentual de que trata o item 3.6 deste Edital, serão convocados os candidatos inscritos e classificados, obedecendo à ordem de classificação dos candidatos, em consonância com as demais informações do item 3 deste Edital..



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 3.9 É condição para concorrer às vagas reservadas às pessoas portadoras de deficiência, que os candidatos sejam aprovados nos termos do item 13.2 deste Edital, ou seja, que obtenham nota igual ou superior a 5 (cinco), na prova objetiva.
- 3.10 O candidato portador de deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá o seu nome constante da lista específica de pessoas com deficiência, organizada por cargo e emprego públicos.
- 3.11 Os candidatos portadores de deficiência, aprovados nos termos do item 3.8 conforme a necessidade do Executivo Municipal serão convocados para efeito de nomeação e contratação obedecendo à ordem geral de classificação conforme o edital do resultado final, e à ordem da lista de pessoas com deficiência.
- 3.12 O candidato que for nomeado ou contratado na condição de portador de deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, remoção, reopção de vaga, redução de carga horária, ou alteração da jornada de trabalho, limitação de atribuições, e assistência de terceiros no ambiente de trabalho, bem como não poderá utilizar-se de sua condição para deixar de realizar as atribuições do cargo ou emprego público no qual foi investido.
- 3.13 Após a investidura do candidato no cargo ou emprego público, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 3.14 Verificada a incompatibilidade entre a deficiência de que o candidato é portador e as atribuições do cargo público para o qual concorreu, o candidato será eliminado do certame, de acordo com os itens 5.9 e 18.2 deste Edital.
- 3.15 Se a deficiência do candidato não se enquadrar na previsão da Súmula n.º 45 da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular) e do artigo 4.º e seus incisos do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral por cargo e emprego/ público.

4 Procedimentos para a inscrição e pagamento da taxa

- 4.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, publicado no site da UniuV: concursopublico.uniuv.edu.br, no site da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina: <http://www.irineopolis.sc.gov.br>, no órgão de imprensa oficial do Município e no quadro de editais da Prefeitura, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2 A inscrição somente poderá ser realizada pela internet, no endereço eletrônico concursopublico.uniuv.edu.br, conforme instruções estabelecidas neste item 4.
- 4.3 Os interessados em efetivar sua inscrição para o Concurso Público deverão realizá-la entre os dias **06 de março de 2015 a 30 de março de 2015**, de acordo com as seguintes instruções:
- a) o candidato deverá fazer a opção pelo Cargo ou Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, ler o Edital e seus Anexos, e tomar conhecimento das orientações que regem o Cargo e Emprego Público;
 - b) se já tiver cadastro no portal dos concursos da UniuV, pule para a letra G;
 - c) se desejar cadastrar-se pela primeira vez, acessar o “painel do candidato” e efetuar o cadastro, preenchendo seus dados pessoais completos: CPF, Nome completo, RG, órgão e estado expedidor, data de nascimento, telefone fixo, telefone celular, sexo, logradouro, número, bairro, complemento (se houver), estado, município, CEP;



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- d) informar um e-mail válido, que seja de uso constante, para que possa confirmar sua inscrição prévia, cadastrar uma senha e clicar em confirmar;
 - e) acessar seu e-mail e clicar no link “ativar cadastro de usuário”, para confirmar sua inscrição. Deverá observar se a mensagem de confirmação enviada pela Uniuv para esse fim não se encontra na pasta “lixo eletrônico” ou “spam”;
 - f) com esse procedimento, o candidato será encaminhado para o portal de concursos da Uniuv, devendo clicar no botão “login”, para efetuar seu primeiro acesso;
 - g) informar seu CPF e senha já cadastrados, para acessar sua área restrita;
 - h) clicar na coluna “inscrição” do concurso da Prefeitura Municipal de Irineópolis, à direita do painel;
 - i) selecionar o cargo ou emprego público ao qual deseja concorrer;
 - j) clicar no botão “próximo passo”, para dar continuidade;
 - k) se não desejar concorrer a uma vaga para portador de deficiência e não necessitar de atendimento ou recurso especial para realizar a prova objetiva, clique no botão “próximo passo”;
 - l) se desejar concorrer a uma vaga para afrodescendente, selecione a opção “Desejo participar do sistemas de cotas”, e clique no botão próximo passo”;
 - m) conferir e confirmar se os dados informados estão corretos, declarando que leu e aceita os termos do edital, as normas municipais correspondentes e as decisões e interpretações da Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UNIUV e declarar que é responsável pelas informações cadastradas, e finalizar a inscrição, clicando no botão “gerar inscrição”;
 - n) se o candidato desejar requerer isenção de taxa de inscrição, deverá clicar no item, Declaro ser membro de família de baixa renda e informar o Número de Identificação Social (NIS), atestando que é cadastrado no sistema CadÚnico do Governo Federal para famílias de baixa renda;
 - o) se o candidato não requerer isenção de taxa de inscrição, deverá imprimir o boleto bancário referente ao valor da inscrição e efetuar o pagamento da taxa, em qualquer agência bancária do território nacional, em postos de autoatendimento ou via internet, no prazo estabelecido;
 - p) a inscrição está finalizada, desconsidere os itens a seguir, e após pago o boleto, o candidato deverá aguardar, conforme o cronograma do Anexo IV, a homologação das inscrições e conferir se o seu nome faz parte do edital publicado;
 - q) se não desejar concorrer a uma vaga para portador de deficiência e necessitar de atendimento ou recurso especial para realizar a prova objetiva, selecione o tipo de recurso ou atendimento especial de que necessita, e clique no botão “próximo passo”;
- 4.4 É obrigatório o preenchimento de todos os campos no sistema de inscrição. O não preenchimento de quaisquer dos campos obrigatórios implicará o indeferimento, pois esse procedimento possui caráter eliminatório.
- 4.5 O candidato é o responsável pela conferência dos dados e confirmação da inscrição.
- 4.6 Se o candidato não informar que deseja concorrer a uma vaga existente, para portador de deficiência ou para afrodescendente, não caberá recurso posterior em relação a isso.
- 4.7 Uma vez pago o boleto da taxa de inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
- 4.8 A Uniuv e a Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, não se responsabilizam por inscrição não registrada por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como de outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 4.9 A taxa da inscrição para o Concurso Público será cobrada por boleto bancário em nome da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, emitido na área restrita ao candidato, conforme os valores a seguir:

	Cargos Públicos Regime estatutário	Valor Inscrição (R\$)
Nível Fund amen tal	Auxiliar de Serviços Gerais I	60,00



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

	Auxiliar de Serviços Gerais II	60,00
Nível Médio	Agente Sanitário	80,00
	Auxiliar Administrativo	80,00
Nível Técnico	Assistente de Informática	80,00
	Orientador Social	80,00
	Técnico de Contabilidade	80,00
Nível Superior	Pedagogo Social	100,00
	Contador	100,00
	Coordenador de Informática	100,00
	Fonoaudiólogo	100,00
	Médico Ginecologista	100,00
	Médico Pediatra	100,00
	Monitor de Creche	100,00
	Professor de Artes	100,00
	Professor de Matemática	100,00
	Professor de Inglês	100,00
	Professor de Ciências	100,00
	Professor de Música	100,00
	Empregos Públicos	Valor Inscrição (R\$)
	Regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho	
Nível Médio	Atendente de Consultório Dentário (ACD)	80,00
	Agente de Combate a Dengue	80,00
Nível Técnico	Técnico de Enfermagem ESF	80,00
Nível Superior	Médico ESF	100,00

- 4.10** O boleto bancário terá vencimento para o dia seguinte da data da impressão e poderá ser pago em qualquer agência da rede bancária do território nacional, em postos de autoatendimento e via internet, até o vencimento.
- 4.11** Caso o pagamento não seja efetuado no prazo a que se refere o item 4.10, o candidato poderá fazer a reimpressão do boleto, disponível na área restrita ao candidato, no site concursopublico.uniuv.edu.br, até o dia **31 de março de 2015**, uma vez que esse dia é o último dia para efetuar o pagamento da inscrição, previsto no cronograma geral do Concurso Público, Anexo IV deste Edital.
- 4.12** A efetivação da inscrição dar-se-á somente após o pagamento do valor da inscrição e sua devida compensação bancária.
- 4.13** Não serão homologadas as inscrições com pagamentos incorretos ou efetuados após o dia **31 de março de 2015**.
- 4.14** O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da inscrição.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 4.15** A relação dos candidatos que tiveram suas inscrições DEFERIDAS, divulgadas por meio de edital, contendo o número de inscrição para o Concurso Público, será divulgada nos endereços eletrônicos da Uniuiv: concursopublico.uniuv.edu.br, a partir das 17 h (dezesete horas), e da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>, no dia **06 de abril de 2015**, cabendo recurso até o dia **07 de abril de 2015**, às 17h (dezesete horas).
- 4.16** Após o dia **13 de abril de 2015**, o candidato deverá consultar a área restrita ao candidato, no site concursopublico.uniuv.edu.br, para obter confirmação da sua inscrição, por meio de busca individual, e tomar conhecimento dos locais de provas e ensalamento.

5 Dos procedimentos especiais para inscrição aplicável à pessoa com deficiência

- 5.1** O candidato com deficiência deverá fazer a opção pelo cargo ou emprego público desejado, no momento da inscrição, informando no campo próprio no formulário do sistema de inscrição.
- 5.2** Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil é assegurado o direito de inscrição para os cargos e empregos públicos deste Concurso Público, desde que as atribuições do cargo e emprego público pretendido sejam compatíveis com a sua condição.
- 5.3** O candidato, antes de se inscrever, deverá avaliar se a deficiência apresentada permite o exercício da atividade profissional, conforme as atribuições do cargo/especialidade especificadas no Anexo I deste Edital.
- 5.4** O candidato com deficiência deverá especificar no campo próprio no formulário do sistema de inscrição o tipo de deficiência de que é portador, e se necessita de condição especial para realizar a prova objetiva, de acordo com as orientações constantes do item 7 deste Edital.
- 5.5** O candidato deverá comprovar com laudo médico a deficiência de que é portador, informando o CID, devendo protocolar esse laudo até o dia **30 de março de 2015**, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, Rua Paraná, 200 - Centro, respeitando seu horário de atendimento, das 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze horas).
- 5.6** Além de atender às condições especiais do item 3 e as gerais, o candidato com deficiência deve, ainda, atender aos procedimentos previstos neste item 5 e no item 7 deste Edital, assecuratórios do tratamento especial.
- 5.7** O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor da reserva de vagas.
- 5.8** Os candidatos portadores de deficiência e/ou que necessitem de atendimento especial para realizarem a prova objetiva, que não apresentarem solicitação, conforme as instruções constantes neste item 5 e no item 8 deste Edital, não poderão impetrar recurso em favor de sua situação.
- 5.9** Ao efetuar a inscrição como portador de deficiência, o candidato adere às regras deste Edital, e fica automaticamente ciente, para todos os efeitos e fins de Direito que, se aprovado, classificado, nomeado ou contratado em função das vagas reservadas para portadores de deficiência, será submetido à Perícia Médica, realizada por equipe multidisciplinar que emitirá parecer conclusivo sobre a sua condição de pessoa com deficiência ou não e sobre a compatibilidade das atribuições do cargo ou emprego público com a deficiência da qual é portador, atendendo ao artigo 43, §1º, do Decreto n.º 3.298/1999, de 20 de dezembro de 1999.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 5.10 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação de que trata o item 5.9, caracterizando desistência e acarretando a sua eliminação do certame.

6 Disposições gerais sobre a inscrição no Concurso Público

- 6.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos, como escolaridade, conforme os itens 2.2 e 2.3 e aptidão física e mental, conforme o item 19.1.8.
- 6.2 O candidato poderá se inscrever apenas para um cargo ou emprego deste Concurso Público.
- 6.3 O candidato inscrito para concorrer a uma vaga existente, por meio do sistema de cotas poderá escolher apenas uma das duas opções: vaga para portador de deficiência ou vaga para afrodescendente.
- 6.4 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
- 6.5 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outro cargo ou emprego público.
- 6.6 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número do CPF do candidato e um **e-mail válido** e que seja acessado com frequência pelo candidato.
- 6.7 As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UniuV excluir do certame aquele que a efetivar com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 6.8 Será de inteira responsabilidade do candidato que já possui um cargo ou emprego público efetivo, inclusive aos aposentados, observar se a área para a qual deseja inscrever-se não caracterizará em acúmulo de cargos ou empregos públicos, conforme disposto no inciso XVI do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso, o disposto no inciso XI.

a) a de dois cargos de professor.

b) a de um cargo de professor com outro técnico-científico.

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da Saúde, com profissões regulamentadas.

- 6.9 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame.

7 Dos procedimentos para a solicitação de atendimento especial

- 7.1 O candidato que necessite de atendimento diferenciado e/ou de atendimento específico deverá, no ato da inscrição, informar, em campo próprio do sistema de inscrição, a necessidade que motiva a solicitação de atendimento de acordo com as opções apresentadas:
- 7.1.1 Atendimento diferenciado oferecido a pessoas com baixa visão, cegueira, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual (neurológico/mental), surdo/cegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo, gestante, lactante, idoso, candidato em classe hospitalar ou outra condição incapacitante.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

7.1.2 Solicitar, em campo próprio do sistema de inscrição, o auxílio ou o recurso de que necessita, em caso de atendimento DIFERENCIADO, de acordo com as opções apresentadas:

Para candidatos com deficiência visual:

- prova em braile;
- tempo adicional de prova (1 hora);
- auxílio na leitura da prova (ledor);
- auxílio no preenchimento da folha de resposta e/ou prova discursiva (dificuldade/impossibilidade de escrever);
- prova ampliada;
- prova super ampliada;
- autorização para uso de óculos escuro;
- autorização para uso de punção;
- autorização para uso de máquina braile.

Para candidato com deficiência física:

- tempo adicional de prova (1 hora);
- auxílio na leitura da prova (ledor);
- auxílio no preenchimento da folha de resposta e/ou prova discursiva (dificuldade/impossibilidade de escrever);
- prova ampliada;
- mesa e cadeira separadas;
- mesa para cadeira de rodas;
- sala térrea;
- mesa e cadeira separadas (acolchoada);
- sala individual.

Para candidato com deficiência intelectual (neurológica/mental):

- tempo adicional de prova (1 hora);
- auxílio no preenchimento da folha de resposta e/ou prova discursiva (dificuldade/impossibilidade de escrever);
- auxílio na leitura da prova (ledor TDHA);
- auxílio na leitura da prova (ledor Dislexia).

Para candidato com deficiência auditiva:

- tempo adicional de prova (1 hora);
- leitura labial;
- intérprete de libras;
- autorização para uso de prótese auditiva.

Para candidato com necessidade especial eventual ou temporária:

- mesa e cadeira separadas;
- sala individual;
- mesa e cadeira sem braço (separadas) – para candidata grávida, entre outros;
- apoio para perna;
- maca;
- sala para amamentação – para candidata lactante.

Para candidatos com outras necessidades especiais:

- autorização para uso de bomba de insulina;
- autorização para uso de lenço, boné e/ou óculos escuro;
- mesa e cadeira separadas (obesidade).

7.1.3 As situações não contempladas acima deverão ser solicitadas por escrito na área própria no sistema de inscrição, e enviadas juntamente com laudo médico à Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela Uniu, no prazo estabelecido no cronograma.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 7.2 A candidata que precisar amamentar durante a prova e solicitou condição especial para isso, deverá levar um acompanhante, maior de idade, que ficará em local reservado e responsável pelos cuidados e pela guarda da criança.
- 7.2.1 A criança não poderá permanecer com a candidata na sala de prova.
- 7.2.2 A UniuV e a Prefeitura Municipal de Irineópolis não disponibilizarão acompanhante para guarda de criança.
- 7.2.3 O tempo de amamentação não será acrescentado ao tempo total de realização da prova.
- 7.3 O candidato que necessitar de atendimento diferenciado e/ou de atendimento específico deverá comprovar com laudo médico sua condição, informando o CID, devendo protocolar esse laudo no Protocolo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Rua Paraná, 200, respeitando seu horário de atendimento, das 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze horas) conforme anexo IV Cronograma Geral do Concurso Público.
- 7.4 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será concedida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 7.5 O candidato que não encaminhar o pedido de que trata o item 7.1, acompanhado do laudo de que fala o item 7.3 deste Edital, na data prevista, seja qual for o motivo alegado, não terá prova ou atendimento especial preparados.

8 Dos procedimentos para pedido de isenção de taxa de inscrição

- 8.1 É necessário que o candidato esteja cadastrado no sistema de inscrição e inscrito no Concurso Público para requerer o pedido de isenção da taxa de inscrição.
- 8.2 Não será concedida, sob qualquer alegação, isenção da taxa de inscrição, salvo condições específicas previstas em legislação, como os casos de hipossuficiência econômica comprovada, e inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135/2007, de 26 de junho de 2007.
- 8.2.1 Para estar inscrito no CadÚnico é necessário que o candidato tenha efetuado o cadastramento junto ao órgão gestor do CadÚnico do município em que reside.
- 8.3 A isenção mencionada deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato (modelo disponível no **Anexo III** deste Edital), contendo indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e declaração de que é membro de família de baixa renda, atendendo à condição estabelecida no *caput*, nos termos do Decreto n.º 6.135/2007, de 26 de junho de 2007, em conformidade com o Decreto n.º 6593/2008, de 2 de outubro de 2008.
- 8.4 O pedido de isenção deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Irineópolis, Rua Paraná, 200 - Centro até o dia **30 de março de 2015**, conforme cronograma constante do **Anexo IV** deste Edital, respeitando seu horário de atendimento, das 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze horas).
- 8.4.1 O simples pedido da isenção do pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato o deferimento de sua solicitação.
- 8.4.2 A UniuV e a Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, consultarão o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 8.4.3 Os resultados dos pedidos de isenção serão divulgados até o dia **06 de abril de 2015**, no site da UniuV: concurso.uniuv.edu.br.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

8.4.4 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido, não poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição em data posterior, não tendo sua inscrição efetivada.

8.5 As informações prestadas no requerimento de pedido de isenção de taxa de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

9 Indeferimento da inscrição

9.1 O não pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição no Concurso Público implicará indeferimento da inscrição.

9.2 Eventuais informações falsas, truncadas ou destituídas de fundamento, prestadas pelo candidato, determinarão o cancelamento de sua inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, ficando o candidato, ainda, sujeito às penalidades legais.

9.3 O candidato que tiver sua inscrição INDEFERIDA, por não se enquadrar nas exigências estabelecidas neste Edital e quiser interpor recurso, poderá fazê-lo, em 1 (um) dia útil depois da divulgação da relação das inscrições deferidas constantes no edital de homologação.

10 Das etapas do concurso público

10.1 O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de duas etapas, e será composto por prova objetiva (1.ª fase), prova de títulos (2.ª fase).

10.2 A primeira etapa é de caráter eliminatório e classificatório, e consta de uma prova objetiva, contendo 40 (quarenta) questões, que será aplicada para todos os cargos e empregos públicos, de acordo com os itens 2.2 e 2.3 deste Edital, formuladas a partir dos conteúdos constantes do **Anexo II**.

10.3 A segunda etapa é de caráter classificatório, para os cargos públicos, para as quais se exija e que possuam prova de títulos

10.4 Somente estarão aptos a realizar a prova da segunda fase os candidatos que alcançarem a nota mínima exigida, de acordo com o item 12.2 deste Edital.

10.5 A prova de títulos será realizada somente para os cargos citados no item 13.1 deste Edital.

10.6 São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seus locais de realização das provas.

10.7 Da documentação, do acesso ao local das provas objetivas:

10.7.1 Somente serão admitidos para realizar a prova os candidatos que estiverem munidos do documento de identidade original. Serão considerados documentos de identidade, as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, Carteira Nacional de Habilitação com foto, Cédula de Identidade para Estrangeiros (no prazo de validade), Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, Passaporte e Carteira de Trabalho).

10.7.2 Não serão aceitos como documento de identidade, para fins de participação em qualquer uma das provas deste Concurso Público, por serem documentos destinados a outros fins: protocolos de segunda via, certidão de nascimento, certidão de casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação emitida anteriormente à Lei 9.503/1997, de 23 de setembro de 1997, carteira de estudante,



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

crachás, identidade funcional de natureza pública ou privada, entre outros, a critério da Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela Uniuiv.

- 10.7.3** Os documentos deverão estar em condições de permitir a identificação do candidato com clareza.
- 10.7.4** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização de qualquer uma das provas, qualquer um dos documentos relacionados no item 10.7.1, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento oficial que ateste o registro da ocorrência em órgão policial (boletim de ocorrência), expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Nesse caso, será feito procedimento de identificação especial, pela Coordenação do local de prova.
- 10.8** A Uniuiv definiu apenas os conteúdos programáticos referentes a este Concurso Público, sem indicar as bibliografias.
- 10.9** É terminantemente proibido o ingresso do candidato ao local de realização de qualquer uma das provas deste Concurso Público, portando armas de qualquer espécie, mesmo que disponha de autorização para o respectivo porte.
- 10.10** O candidato que necessitar deslocar-se do local de realização de qualquer uma das provas deste Concurso Público, somente poderá fazê-lo devidamente acompanhado de um fiscal. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo perdido para esse fim.
- 10.11** A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina e a Uniuiv não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das etapas do Concurso Público.

11 Da prova objetiva

- 11.1** A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, terá duração de 3 (três) horas, e será realizada no dia **26 de abril de 2015**, em local e horário a ser informado posteriormente.
- 11.2** A prova objetiva abrangerá os conteúdos constantes no Anexo II deste Edital, e será composta por 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (a, b, c, d, e), das quais apenas uma deverá ser assinalada como correta
- 11.3** Cada questão da prova objetiva possui o mesmo valor, totalizando 10 (dez) pontos, obtidos pela soma dos pontos das questões das áreas de conhecimento que comporão a prova.
- 11.4** A composição das provas objetivas será feita da seguinte forma:

Cargos Públicos Regime estatutário	Composição das provas objetivas
Auxiliar de Serviços Gerais I	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade
Auxiliar de Serviços Gerais II	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade
Agente Sanitário	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade
Auxiliar Administrativo	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Assistente de Informática	10 (dez) questões de língua portuguesa 05 (cinco) questões de matemática 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e da atualidade 15 (quinze) questões específicas
Orientador Social	10 (dez) questões de língua portuguesa 05 (cinco) questões de matemática 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e da atualidade 15 (quinze) questões específicas
Técnico de Contabilidade	10 (dez) questões de língua portuguesa 05 (cinco) questões de matemática 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e da atualidade 15 (quinze) questões específicas
Pedagogo Social	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Contador	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Coordenador de Informática	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Fonoaudiólogo	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Médico Ginecologista	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Médico Pediatra	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Monitor de Creche	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Professor de Artes	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Professor de Matemática	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Professor de Inglês	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Professor de Ciências	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área
Professor de Música	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área

Empregos Públicos Regime CLT	Composição das provas objetivas
Atendente de Consultório Dentário (ACD)	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade
Agente de Combate a Dengue	15 (quinze) questões de língua portuguesa 10 (dez) questões de matemática 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais e da atualidade
Técnico de Enfermagem ESF	10 (dez) questões de língua portuguesa 05 (cinco) questões de matemática 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e da atualidade 15 (quinze) questões específicas
Médico ESF	40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área

11.5 Os gabaritos provisórios e os cadernos de provas serão divulgados no site da UniuV: concursopublico.uniuV.edu.br, a partir das 17h (dezessete horas), do dia **27 de abril de 2015**.

11.6 A Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UniuV, reserva-se o direito de republicar os gabaritos, a qualquer tempo, quando identificados erros ou incorreções.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 11.7** As provas objetivas serão aplicadas no dia **26 de abril de 2015**, em local, turno e horário a serem divulgados quando da homologação das inscrições a partir de **01 de abril de 2015**.
- 11.7.1** Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 11.8** Para realização da prova objetiva o candidato receberá o caderno de questões e a folha de respostas.
- 11.9** É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento da folha de respostas de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituída, em caso de marcação errada ou rasura.
- 11.10** O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou folha de respostas) ou qualquer outro material.
- 11.11** Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará ao aplicador da sala o caderno de questões e a folha de respostas devidamente preenchida e assinada com caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta.
- 11.12** O candidato poderá reter para si apenas a parte picotada da capa do caderno de provas, onde fará anotação da folha de respostas, se assim quiser.
- 11.13** Após a conclusão e entrega da prova ao aplicador, o candidato que se retirar da sala de aplicação das provas não poderá a ela retornar.
- 11.14** Não serão computadas as questões em branco, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas e as questões rasuradas na folha de respostas. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, ao número de inscrição e à assinatura na folha de respostas.
- 11.15** Sob pena de eliminação do Concurso Público, durante a realização da prova objetiva o candidato não poderá:
- a) utilizar bonés, gorros, chapéus, capuzes, lenços ou cachecóis;
 - b) comunicar-se com os outros candidatos;
 - c) consultar livros, revistas, folhetos ou anotações;
 - d) manter em seu poder armas de qualquer espécie (mesmo que tenha autorização para portá-la), relógios (mesmo analógicos) ou aparelhos elétricos ou eletrônicos de qualquer espécie (telefone celular, calculadora, BIP, agenda eletrônica, MP3 player, etc);
 - e) alimentar-se dentro da sala de prova, exceto por indicação médica. Nesse caso, o candidato deverá solicitar ao aplicador, a autorização da coordenação;
- 11.16** Se o candidato estiver portando equipamentos elétricos ou eletrônicos de qualquer espécie, estes deverão ser desligados; os relógios (mesmo analógicos), livros, revistas, folhetos e anotações devem ser deixados debaixo da carteira ou no chão. Da mesma forma, esses itens não podem ser retirados da sala, se o candidato necessitar sair, durante a realização da prova.
- 11.17** O candidato não poderá sair da sala de prova antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
- 11.18** Os 3 (três) últimos candidatos que ficarem na sala, deverão permanecer até o término da prova e assinar a ata de prova, no verso da lista de presenças.

12 Da classificação na prova objetiva

- 12.1** A nota da prova objetiva variará de 0 (zero) a 10,0 (dez), e cada questão possui um valor correspondente a cada disciplina, conforme o item 11.4 deste edital.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

12.2 Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

12.2.1 O não comparecimento à prova objetiva eliminará o candidato.

12.3 Não serão concedidas vistas, revisões de provas ou segunda chamada, apenas serão apreciados pela Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela Uniuv, recursos escritos, devidamente fundamentados, dirigidos a essa Comissão, desde que registrados no espaço reservado para isso, no site da Uniuv: concursopublico.uniuv.edu.br. Caso ocorra irregularidade insanável ou preterição de formalidade essencial, que possa afetar o resultado do Concurso Público, o candidato deverá, da mesma forma, protocolar o seu recurso, conforme o item 17 deste Edital.

12.4 Será atribuída nota 0 (zero) às questões da prova objetiva que:

- a) assinaladas na folha de respostas, não correspondam ao gabarito divulgado;
- b) assinaladas na folha de respostas, contenham emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- c) contenham mais de uma opção assinalada na folha de respostas;
- d) não estiverem assinaladas na folha de resposta;
- e) as respostas forem preenchidas fora das especificações da folha de respostas, ou seja, preenchida com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de tinta azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto nas instruções do caderno de provas.

12.5 Na hipótese de anulação de questões da prova objetiva, as anuladas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

13 Da prova de títulos

13.1 A prova de títulos somente será realizada para os candidatos classificados nas provas objetivas, para os seguintes cargos:

- a) Orientador Social
- b) Monitor de Creche
- c) Pedagogo Social
- d) Professor de Artes
- e) Professor de Matemática
- f) Professor de Inglês
- g) Professor de Ciências
- h) Professor de Música

13.2 A prova de títulos será realizada somente para os candidatos classificados, ou seja, que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova objetiva, conforme o item 12.2 deste Edital.

13.3 Somente os candidatos que forem classificados, nos termos do item 13.2 deverão apresentar a documentação para prova de títulos, considerando as orientações da tabela do item 13.4 deste Edital.

13.4 Na prova de títulos, de caráter classificatório, a valorização dos títulos far-se-á da seguinte forma:

Item	Origem do título	Forma de comprovação	Máximo de título	Pontuação	
Requisito mínimo para o cargo	Graduação	Certificado/diploma devidamente registrado, ou declaração/atestado de conclusão de curso, ou declaração/atestado de matrícula acompanhado de histórico escolar, com disciplinas, frequência, avaliação e carga horária cursada, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	Não pontua	
Item	Origem do título	Forma de comprovação	Máximo de títulos	Valor por título	Pontuação máxima



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

A	Curso de Doutorado	Certificado/diploma devidamente registrado, ou ata de defesa da tese, acompanhado de histórico escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	2,00	2,00
B	Curso de Mestrado	Certificado/diploma devidamente registrado, ou ata de defesa da dissertação, acompanhado de histórico escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	1,50	1,50
C	Curso de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas	Certificado/diploma devidamente registrado, ou declaração/atestado de conclusão de curso, acompanhado de histórico escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	2	1,25	2,50
D	Curso de Especialização em curso, com carga horária mínima cursada de 120 horas	Declaração/Atestado de matrícula, com disciplinas, frequência, avaliação e carga horária, contendo a carga horária já cursada, e nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	0,50	0,50
E	Outro curso de graduação, desde que não seja considerado requisito mínimo para o cargo	Diploma, devidamente registrado, acompanhado do histórico escolar, constando disciplinas, frequência, carga horária e avaliação, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	0,50	0,50
F	Curso de Magistério, desde que não seja considerado requisito mínimo para o cargo	Certificado/diploma, devidamente registrado, acompanhado de histórico escolar, constando as disciplinas, frequência, carga horária e avaliação, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	1	0,50	0,50
G	Curso de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 horas	Certificado/diploma expedido por Instituição de Educação Superior, devidamente registrado, acompanhado de histórico escolar, constando disciplinas, frequência, carga horária e avaliação, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso. Obs.: Aperfeiçoamento abaixo de 180h deverá ser relacionado no item H.	1	0,50	0,50
H	Curso de Extensão ou atualização	Certificados registrados ou declarações, emitidos a partir de janeiro de 2013. A cada 40 horas somadas, acrescenta-se 0,50 ponto (meio ponto) à nota da prova de títulos.	-	0,50	2,00
TOTAL					10,00

13.5 A carga horária para cursos de aperfeiçoamento, citada na letra G, do item 13.4, atende à recomendação do Parecer CNE/CES n.º 263/2006, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), em 9 de novembro de 2006, em conformidade com o inciso III, do artigo 44 da Lei n.º 9396/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

(...) os cursos de aperfeiçoamento profissional voltam-se para o que o sujeito é e pode, isto é, destinam-se ao que o profissional graduado em nível superior é e pode exercer em seu trabalho, objetivando oferecer aprofundamentos ou inovações do que lhe é conhecido para que possa aprimorar-se em certas competências. Esse tipo de curso oferecido "após a graduação" pode ocupar-se de campos específicos da atividade profissional, inclusive a docente, com carga horária mínima de 180 horas, conferindo a seus concluintes certificado, desde que expedido por instituição de educação superior devidamente credenciada e que ministrou efetivamente o curso.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 13.6** Na prova de títulos cada candidato receberá uma nota igual à somatória dos pontos obtidos, sendo, no máximo, 10 (dez) pontos.
- 13.7** Os títulos deverão ser cadastrados no local próprio no sistema de inscrições, e a comprovação da titulação deverá ser feita da seguinte forma:
- 13.7.1** Os documentos dos candidatos devem ser entregues entre os dias **12 de maio de 2015 a 14 de maio de 2015**, no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, localizada à Rua Paraná, 200 - Centro, respeitando seu horário de atendimento, 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze horas), de forma organizada, separados por titulação.
- 13.7.2** Os documentos deverão ser entregues em fotocópias autenticadas por cartório competente. Caso não estejam autenticadas serão desconsideradas. Não devolvemos os títulos entregues em hipótese alguma.
- 13.7.3** A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, não se responsabilizará pela autenticação dos documentos da prova de títulos, pois o envelope deverá ser entregue lacrado.
- 13.7.4** Para a comprovação de conclusão de curso de mestrado ou doutorado, será aceita fotocópia autenticada do certificado ou diploma, devidamente registrado, ou a ata de defesa da dissertação ou tese, acompanhada de histórico escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso, desde que constem as disciplinas cursadas, frequência, avaliação e carga horária.
- 13.7.5** Para comprovação de conclusão de curso de especialização, será aceita fotocópia autenticada do certificado, devidamente registrado, declaração ou atestado de conclusão de curso, acompanhado de histórico escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso, desde que constem as disciplinas cursadas, frequência, avaliação e carga horária.
- 13.7.6** Os diplomas de conclusão de cursos expedidos por instituições estrangeiras serão considerados, se devidamente revalidados por instituição competente, na forma da legislação vigente, e deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada.
- 13.8** Não será admitido, em hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos após o dia **14 de maio de 2015**.
- 13.9** Receberá nota 0 (zero) na prova de títulos o candidato que não entregar os títulos na forma, prazo e local estipulados neste Edital.
- 13.9.1** Os candidatos aptos a realizarem prova de títulos, que não entregarem os documentos previstos na tabela do item 13.4 deste Edital, não serão eliminados do certame, pois a prova de títulos não tem caráter eliminatório, apenas classificatório.
- 13.10** A prova de títulos será avaliada com base nos títulos relacionados no espaço próprio para isso, no sistema de inscrições do Concurso Público, conforme tabela do item 13.4 deste Edital. Documentos não relacionados nesse espaço, que é próprio para isso, serão ignorados na prova de títulos.
- 13.11** Serão considerados os títulos a partir de 2013, no caso dos cursos de extensão e atualização, previstos no item H, da tabela do item 13.4 deste Edital.
- 13.12** Não serão avaliados os documentos:
- a) que não tenham o requisito mínimo cadastrado e comprovado na documentação;
 - b) entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido neste Edital e no Edital de convocação para a realização da prova de títulos;
 - c) que não forem relacionados no espaço próprio para isso, no sistema de inscrições do Concurso Público;
 - d) que não preencherem devidamente os requisitos exigidos para sua comprovação;
 - e) cuja fotocópia não esteja autenticada;
 - f) cuja fotocópia esteja ilegível;



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

g) sem tradução juramentada, se expedido fora do País.

13.13 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor, e respectivos registros e data, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

13.14 Na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem aos limites máximos estabelecidos no item 13.4 deste Edital não serão considerados.

13.15 Cada título será considerado uma única vez e para uma única finalidade.

13.16 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

14 Da eliminação do candidato

14.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que, além dos outros requisitos previstos neste Edital:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização das provas;
- b) não comparecer à prova objetiva, seja qual for o motivo alegado;
- c) não comparecer às provas práticas, caso tenha sido aprovado na prova objetiva;
- d) não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos do item 10.7 deste Edital, para a realização das provas;
- e) ausentar-se da sala de prova, sem o acompanhamento do aplicador volante;
- f) ausentar-se do local de prova, antes de decorrido o prazo mínimo, de acordo com o item 11.17;
- g) ausentar-se do local de provas, durante sua realização, portando qualquer elemento mencionado no item 11.16 deste Edital;
- h) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- i) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*paggers*, celulares, etc.) que esteja proibido em decorrência do disposto no item 11.16 deste Edital;
- j) utilizar de meios ilícitos para a execução da prova;
- k) não devolver integralmente todo o material solicitado, contrariando os itens 11.11 e 11.12 deste Edital;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

15 Do resultado final do Concurso Público

15.1 A nota final (NF) dos candidatos classificados para os seguintes cargos públicos será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso com 2 (duas) casas decimais, sendo calculada pela média ponderada entre a nota da prova objetiva (NPO) que terá o peso 6,00 (seis), e a nota da prova de títulos (NPT), que terá peso 4,00 (quatro): $NF = (NPO \times 6) + (NPT \times 4) / 10$

- a) Orientador Social
- b) Monitor de Creche
- c) Pedagogo Social
- d) Professor de Artes
- e) Professor de Matemática
- f) Professor de Inglês
- g) Professor de Ciências
- h) Professor de Música

15.3 A nota final (NF) dos candidatos classificados nos demais cargos públicos, não citados nos itens 15.1, será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso com 2 (duas) casas decimais, sendo a nota correspondente à prova objetiva.

15.4 Em caso de empate terá preferência o candidato que:



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- a) for o mais idoso;
- b) for sorteado em evento realizado em ato público.

15.5 O resultado final preliminar do Concurso Público será divulgado no dia **28 de maio de 2015**, sendo publicado em ordem de classificação, consignando-se as notas finais dos candidatos unicamente logo após o número de sua inscrição, e nome, divulgado no site da Uniuv: concursopublico.uniuv.edu.br, a partir das 17h (dezesete horas) e no site da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>, e no órgão oficial de imprensa do Município.

16 Dos recursos

16.1 Serão admitidos pedidos de recurso quanto:

- a) ao indeferimento da inscrição e do pedido de atendimento especial;
- b) ao indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição;
- c) ao conteúdo das provas objetivas e aos gabaritos provisórios;
- d) às notas das provas de títulos;
- e) ao resultado final.

16.2 Os recursos deverão ser registrados em espaço próprio do sistema de concursos, no site da Uniuv: concursopublico.uniuv.edu.br, até 1 (um) dia útil após a publicação do edital de homologação das inscrições, 3 (três) dias úteis após a realização da prova objetiva, e 3 (três) dias úteis após a publicação das notas das provas da segunda fase, e do edital contendo o resultado final.

16.3 Com exceção dos recursos previstos no item 16.1, não será concedida revisão de provas, segunda chamada, vistas ou recontagem de pontos das provas.

16.4 Somente serão aceitos questionamentos devidamente fundamentados, contendo reclamação e justificativas, com as devidas alegações e comprovação de provas cabíveis para que, após análise criteriosa dos documentos apresentados, a Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela Uniuv, possa dar seu parecer.

16.5 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão do julgamento dos recursos.

16.6 As respostas aos recursos interpostos estarão disponíveis no mesmo local em que foram registrados, em espaço próprio, no site da Uniuv: concursopublico.uniuv.edu.br, a partir de 10 (dez) dias úteis contados da data de término do período de recursos.

16.6.1 Cada candidato que protocolou recurso terá acesso exclusivamente à resposta que diz respeito ao seu questionamento.

16.7 Poderão ser anuladas questões, modificadas respostas ou republicados resultados, com classificação de candidatos já divulgados, em decorrência de correções realizadas devido a conhecimento e provimento de recursos.

16.8 Os pontos relativos às questões das provas objetivas, porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos que participaram da prova, independentemente de terem recorrido.

16.9 Não serão aceitos recursos coletivos, somente aqueles registrados de maneira individual, por isso o candidato deve informar seu número de inscrição, além das informações solicitadas.

16.10 Para que uma reclamação seja considerada não é necessário que vários candidatos registrem recursos sobre o mesmo caso, pois todos os que forem registrados serão analisados igualmente, desde que estejam de acordo com o item 16.4.

16.11 Não serão aceitos pedidos de recurso via fax e/ou correio eletrônico (e-mail).



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

16.12 Pedidos de recursos fora das especificações estabelecidas neste Edital serão preliminarmente indeferidos.

16.13 O pedido de recurso encaminhado fora dos períodos citados no item 16.2 ou em desacordo com a forma indicada no item 16 e seus subitens não será considerado.

16.14 Recursos cujo teor despreste a Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela Uniuv, serão preliminarmente indeferidos.

17 Dos salários, jornada de trabalho e habilitação

17.1 A remuneração mensal mínima de que tratam os itens 2.2 e 2.3 refere-se aos salários iniciais, de acordo com a legislação vigente, e que sofrerão reajustes nas mesmas épocas e proporções definidas para todo o funcionalismo.

17.2 Os requisitos básicos exigidos nos itens 2.2 e 2.3 deverão ser comprovados por ocasião da convocação para o preenchimento da vaga, ficando o candidato classificado sujeito às penalidades cabíveis e à perda de sua classificação, em caso de falsidade documental.

17.3 O não comparecimento do candidato classificado no prazo estipulado na convocação ou contratação para apresentação de documentos e preenchimento da vaga implicará sua desistência, facultando à Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, a convocação do candidato subsequente na lista de classificação.

17.4 Caso o candidato convocado não deseje ou não possa assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, desde que comprove estar apto para o preenchimento da vaga, ficando disponível para nova convocação, observada sempre a ordem de classificação e o prazo de validade do Concurso Público.

18 Da nomeação e contratação

18.1 Os candidatos aprovados neste Concurso Público aguardarão, a critério da autoridade competente, a nomeação ou contratação em caráter de provimento efetivo e temporário, de acordo com as vagas disponibilizadas nos itens 2.2 e 2.3 deste edital, e as que forem disponibilizadas durante o prazo de sua validade.

18.2 Os candidatos classificados serão nomeados e contratados, obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação decrescente no Concurso Público.

19 Dos requisitos gerais para posse ou contratação

19.1 Os cargos e empregos públicos a serem preenchidos são aqueles relacionados no quadro dos itens 2.2 e 2.3, para os quais é indispensável, além da aprovação no concurso, o cumprimento dos seguintes requisitos:

19.1.1 Nacionalidade – ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no artigo 13 do Decreto Federal n.º 70.436/1972, de 18 de abril de 1972.

19.1.2 Idade – ter, no mínimo 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 19.1.3. Escolaridade** - ter concluído, até a data da posse, o Ensino Equivalente e possuir as condições específicas para cada cargo e emprego público, como habilitação legal para o exercício da profissão regulamentada, conforme segue:

Cargos Públicos:

- a) Auxiliar de Serviços Gerais I: Ensino Fundamental Incompleto
- b) Auxiliar de Serviços Gerais II: Ensino Fundamental Incompleto
- c) Agente Sanitário: Ensino Médio Completo
- d) Auxiliar Administrativo: Ensino Médio Completo
- e) Assistente de Informática: Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação.
- f) Orientador Social: Ensino Médio Completo, com Curso de Magistério.
- g) Técnico de Contabilidade: Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação, com Registro no Conselho da Classe.
- h) Pedagogo Social: Licenciatura Plena em Pedagogia.
- i) Contador: Graduação em Ciências Contábeis com Registro no Conselho da Classe.
- j) Coordenador de Informática: Graduação em Informática com Registro no Conselho da Classe.
- k) Fonoaudiólogo: Graduação em Fonoaudiologia com Registro no Conselho da Classe.
- l) Médico Ginecologista: Graduação em Medicina com Especialização em Ginecologia com Registro no Conselho da Classe.
- m) Médico Pediatra: Graduação em Medicina com Especialização em Pediatria com Registro no Conselho da Classe.
- n) Monitor de Creche: Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Conclusão de Curso de Magistério.
- o) Professor de Artes: Graduação em Licenciatura Plena na Área de Atuação.
- p) Professor de Matemática: Graduação em Licenciatura Plena na Área de Atuação.
- q) Professor de Inglês: Graduação em Licenciatura Plena na Área de Atuação.
- r) Professor de Ciências: Graduação em Licenciatura Plena na Área de Atuação.
- s) Professor de Música : Graduação em Licenciatura em Música ou Licenciatura em educação Artística com Habilitação em Música ou Licenciatura em Educação Artística e Especialização em Música.

Empregos Públicos:

- a) Atendente de Consultório Dentário (ACD): Ensino Médio Completo.
- b) Agente de Combate a Dengue: Ensino Médio Completo.
- c) Técnico de Enfermagem ESF: Ensino Médio Completo, com Curso Técnico profissionalizante específico na área de atuação, com registro no Conselho de Classe.
- d) Médico ESF: Graduação em Medicina com registro no Conselho da Classe.

- 19.1.4 Serviço Militar** – ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, no caso de candidatos do sexo masculino.

- 19.1.5 Situação Eleitoral** – estar em dia com as obrigações eleitorais.

- 19.1.6 Direitos Cíveis e Políticos** – estar em pleno gozo dos direitos cíveis e políticos.

- 19.1.7 Antecedentes Criminais** – não ter sido indiciado em inquérito policial; não ter sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado; não ter sido demitido do serviço nos últimos 36 meses.

- 19.1.8 Aptidão Física e Mental** – possuir aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo ou emprego público.

- 19.1.9 Inscrição no CPF/MF** – ser inscrito no CPF/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda).

- 19.2** Além do estabelecido nos itens anteriores, no ato da contratação o candidato deverá ainda atender ao que segue:

- 19.2.1** Firmar documento declarando que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 19.2.2** Para o cargo público de Monitor de Creche, as vagas disponíveis serão para as localidades de Santo Antonio, Rio Vermelho, Vila Nova e São José do Timbozinho, e não será oferecido transporte, por isso os candidatos inscritos deverão residir (de preferência) perto destas localidades.
- 19.3** Apresentar cópias dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina:
- a) uma foto 3X4 recente;
 - b) carteira de Identidade;
 - c) título de Eleitor;
 - d) cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - e) certidão de Nascimento/Casamento;
 - f) certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
 - g) comprovante de quitação com as obrigações militares (homens);
 - h) número do PIS/Pasep;
 - i) comprovante de escolaridade exigido para o cargo ou emprego público;
 - j) número da conta-corrente junto à instituição bancária oficial;
 - k) comprovante de residência atualizado;
 - l) certidão relativa à quitação eleitoral;
 - m) certidão de antecedentes criminais;
 - n) registro no Conselho Regional de sua profissão, para os cargos e empregos públicos de Técnico de contabilidade, contador, coordenador de informática, fonoaudiólogo, médico ginecologista, médico pediatra, técnico de enfermagem ESF e médico ESF.
- 19.4** Após a divulgação do edital de convocação o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, para apresentar a documentação constante no item 19.3.
- 19.5** A não apresentação dos documentos em conformidade com este Edital impedirá a formalização da posse e contratação, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral do Concurso para tomar posse do cargo ou emprego público.
- 19.6 Condições gerais:** Apresentar todos os documentos e exames que se fizerem necessários por ocasião da contratação, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina.

20 Da delegação de competência

20.1 Fica delegada competência à Uniuiv para:

- a) elaborar, coordenar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetiva e prática;
- b) contratar especialistas individuais ou pessoas jurídicas de renomada reputação técnica, para elaboração de questões que se façam necessárias;
- c) analisar e julgar os recursos referentes a este Edital;
- d) enviar à Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, os resultados de todas as etapas do Concurso Público, com a devida antecedência, para competente divulgação;
- e) preparar e entregar à Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, o Relatório Final do Concurso Público.

20.2 Fica reservada competência à Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, para:

- a) disponibilizar a todo e a qualquer tempo, para a Uniuiv, informações e documentos solicitados a respeito do concurso, para perfeito andamento do provimento dos cargos e empregos públicos municipais;
- b) disponibilizar locais para a execução das provas do concurso, tantos quantos forem necessários, nos dias e horas estipulados, com a perfeita adequação de higiene, conservação, limpeza e arejamento;
- c) nomear Comissão Municipal Fiscalizadora do Concurso Público, indicando, no mínimo 2 (dois) membros que responderão pelo Executivo Municipal para contato direto com a Uniuiv, em casos urgentes e emergenciais;



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- d) manter, durante o período de inscrições e realização das provas, toda a equipe da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, à disposição da Uniuiv, para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir;
- e) providenciar a mobilização policial, médica emergencial e ambulatorial para o perfeito andamento do Concurso Público, na garantia das normas da segurança e Saúde pública;
- f) disponibilizar equipe de segurança para o resguardo da perfeita execução do trabalho da Uniuiv, dos aplicadores de prova e Comissão Fiscalizadora do Concurso, nos dias de aplicação das provas;
- g) promover a divulgação do Concurso Público, assim como a divulgação de seus resultados;
- h) disponibilizar vagas, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, considerando os cargos ofertados neste Concurso Público, e obedecendo ao período de validade do certame;
- i) homologar o resultado final e realizar a convocação dos classificados, de acordo com o número de vagas existentes e as que forem disponibilizadas durante o prazo de validade do Concurso Público.

21 Das disposições finais

- 21.1 Quaisquer dúvidas relacionadas ao Concurso Público deverão ser encaminhadas por e-mail (concursopublico@uniuv.edu.br), e, se julgadas pertinentes pela Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UNIUV, serão respondidas preferencialmente dessa forma.
- 21.2 Não será fornecido ao candidato classificado qualquer documento comprobatório de classificação no presente Concurso Público, valendo para esse fim a homologação do resultado final do Concurso, publicada no órgão oficial de imprensa do Município de Irineópolis, Santa Catarina.
- 21.3 Todas as informações referentes a este Edital serão realizadas a partir das 17h (dezessete horas), da data prevista no cronograma, conforme anexo IV deste edital. Incluindo o registro e as respostas de recursos.
- 21.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial, por ocasião da posse ou contratação, acarretará a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.
- 21.5 A convocação e contratação dos candidatos aprovados serão publicadas no quadro de editais e no site da Prefeitura Municipal: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, não cabendo, portanto, qualquer reclamação, por parte do candidato, sobre sua convocação e contratação.
- 21.6 O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do Concurso Público, a qualquer tempo.
- 21.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este Concurso Público por meio de publicação no site da Uniuiv: concursopublico.uniuv.edu.br, no site e no quadro de editais da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>.
- 21.8 As despesas relativas à participação no Concurso Público serão de responsabilidade do candidato.
- 21.9 Como a homologação do resultado deste Concurso Público é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, todas as divulgações referentes às contratações dos candidatos homologados deverão ser acompanhadas por meio do site da Prefeitura: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>.
- 21.10 A aprovação do candidato, além do número de vagas ofertadas neste Edital, não assegurará o direito ao seu ingresso automático no cargo ou emprego para o qual se habilitou, mas apenas a expectativa de ser nele investido.
- 21.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UNIUV, *ad referendum* da Prefeitura Municipal Irineópolis, Santa Catarina, que será representada nos atos alusivos ao certame, pela Comissão nomeada pela Prefeitura Municipal.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

- 21.12** A Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UNIUV, a qualquer tempo, reserva-se o direito de republicar os gabaritos, notas e classificação dos candidatos quando identificados erros ou incorreções, mesmo que não tenham sido detectados em decorrência de recursos.
- 21.13** Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital, somente, poderão ser realizadas por intermédio de outro Edital.
- 21.14** A Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA) externa, nomeada pela UNIUV poderá, por motivos relevantes, cancelar ou anular as provas, devendo os candidatos afetados submeterem-se a novas provas em datas e locais fixados pela Comissão, sem necessidade de pagamento de nova taxa de inscrição.
- 21.15** O presente Edital será também afixado, juntamente com seus anexos, no quadro de editais e publicados no site da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina: <http://www.irineopolis.sc.gov.br/>, bem como será publicado no órgão de imprensa oficial do Município, e no site da Uniuv: concursopublico.uniuv.edu.br.
- 21.16** Quaisquer questões relacionadas ao Concurso Público que não possam ser solucionadas consensualmente serão dirimidas junto ao foro da Comarca de Porto União, Santa Catarina.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, 06 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, SANTA CATARINA

EDITAL N.º 001/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS

CARGOS PÚBLICOS

Regime estatutário

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Executar trabalhos braçais em geral, em quaisquer locais determinados pela Chefia imediata fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades das áreas municipais. Zelar pela manutenção das instalações, mobiliárias e equipamentos da Prefeitura. Apontar consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução. Executar tarefas gerais de limpeza e conservação interna de ruas e logradouros públicos. Efetuar limpeza das dependências internas e externas da Prefeitura. Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança da Prefeitura. Efetuar tarefas correlatas aos serviços do cemitério. Executar outras atividades afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

Inspecionar diariamente corredores, pátios, áreas e instalações dos prédios da Escola, verificando e realizando a limpeza necessária e procurando manter a mais perfeita condição de arejamento e conservação. Cuidar da higiene das dependências e instalações, efetuando os trabalhos de limpeza, remoção ou incineração dos resíduos, para manter o edifício nas condições de asseio requerido. Efetuar serviços de copa e cozinha, realizando o perfeito cumprimento do cardápio estabelecido, procurando no contato com professores, estabelecer alterações, se necessário. Em virtude de ser portadora de acesso à todas as dependências da Escola é de inteira responsabilidade da Auxiliar de serviços a ocorrência de qualquer fato dentro dos espaços a que tem acesso fora do horário normal das aulas. Zelar pelo cumprimento do regulamento interno. Comunicar aos professores as ocorrências surgidas, procurando resolver dentro da Escola os impasses que porventura acontecerem. Encarregar-se da recepção, distribuição e controle do consumo de materiais de limpeza e principalmente da merenda escolar, zelando pelo bom consumo dos produtos, verificando prazos de vencimento, comunicando qualquer ocorrência aos professores da Unidade. Receber, conferir, estocar, preparar e distribuir a merenda escolar, procurando definir com os professores a mais perfeita aceitação pelos alunos. Providenciar com eficiência pelo menos uma vez ao mês a limpeza geral da Escola, seus pátios e corredores (faxinão), definindo com os professores a melhor data e horário. Os bons hábitos de higiene e o comportamento ético, moral e de costumes condizentes com o que prega a Escola, inclusive os relativos ao uso e consumo de produtos nocivos à saúde, devem ser evitados, no sentido de não descaracterizar o caráter educacional da entidade. Executar outras atividades afins.

AGENTE SANITÁRIO

Fazer controle de doenças e fornecer informações à população. Reunir a informação necessária e atualizada de dados. Processar analisar e interpretar dados. Fazer recomendações para a realização de ações de controle que podem ser imediatas. Analisar e fazer acompanhamento do comportamento epidemiológico das doenças e agravos de interesse. Realização de investigações de doenças, agravos e óbitos, principalmente em casos de surtos. Promover integração com instituições de ensino, pesquisa e assessoria, buscando orientação sobre doenças e como se prevenir delas. Prevenir a ocorrência do mosquito Aedes Aegypti e Aedes Albopictus. Fazer visitas domiciliares, orientando as famílias sobre os cuidados que se deve Ter para não se deixar acumular água parada, evitando assim a procriação dos mosquitos. Capturar larvas de mosquitos para análise em laboratório. Instalar armadilhas em pontos estratégicos. Participação comunitária no manejo ambiental e saneamento domiciliar. Fazer fiscalização e controle em estabelecimentos comerciais com grande número de depósitos que servem de criadouros (borracharias, ferros velhos, cooperativas, cemitérios, materiais de construção, etc).

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Protocolar a entrada e saída de documentos, autuar os documentos recebidos, preencher e arquivar fichas de registro de processos. Receber, conferir e registrar o expediente, distribuir e expedir a correspondência e preparar



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

documentos para expedição. Atender o público interno e externo e informar, consultando fichários e documentos. Digitar textos e tabelas simples, fichas, formulários e outros documentos simples. Digitar minutas de documentos, tais como: exposições de motivos, projetos de leis, decretos, etc. Auxiliar na conferência dos trabalhos digitados. Redigir expedientes sumários, segundo normas preestabelecidas. Encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação. Encaminhar, despachos e informações que devem ser submetidos à consideração superior. Recortar e arquivar, sob supervisão, documentos de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções e controlar o empréstimo e devoluções de documentos. Registrar sob supervisão, os processos e petições destinadas a arquivamento e localizar documentos arquivados. Efetuar cálculos simples, empregando ou não máquinas de calcular. Executar outras atividades afins que lhe forem determinadas

ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

Arquitetura e Configuração de Equipamentos (Hardware); CPU, Unidade de Disco, Teclado, Vídeo, Impressoras, Tipo de Comunicação e possíveis problemas de funcionamento; Sistemas Operacionais– Windows e outro de microcomputadores e respectivos comandos; Estrutura de Organização de discos flexíveis ou rígidos; Precauções ou cuidados que devem ser tomados quanto à: Manuseio e guarda de discos flexíveis, discos rígidos, etc. (dispositivos de armazenamento); Processamento alheios (jogos, processamento de terceiros) ao do CPD); Limpeza do ambiente de trabalho; Precauções ou cuidados que devem ser tomados quanto à possibilidade de perda ou danos do resultado do processamento do dia anterior; Noções de: Word, Excel, Power Point, redes Novell e Windows.

ORIENTADOR SOCIAL

Mediar os processos grupais do serviço, sob a orientação do órgão gestor; Participar de atividades de planejamento; Sistematizar e avaliar o serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução; Atuar como referência para as crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o Grupo sob sua responsabilidade; Registrar a frequência e as ações desenvolvidas e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS; Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos do serviço; Desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer; Identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS; Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço; Informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes, etc.); Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários; Manter arquivo físico da documentação do(s) grupo(s), incluindo os formulários de registro de atividades e de acompanhamento dos usuários; Apoiar o trabalho dos técnicos de nível superior no que se refere as funções de acolhida e de processos grupais; Alimentar sistema de informação, sempre que for designado.

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade. Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos. Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos. Elaborar registros de operações contábeis. Organizar dados para a proposta orçamentária. Elaborar certificados de exatidão de Balanços e outras peças contábeis. Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária. Controlar empenhos e anulação de empenhos. Orientar na organização de processos de tomadas de prestação de contas. Assinar balanços e balancetes. Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira. Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial da Prefeitura. Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil, financeira e orçamentária, propondo se forem o caso, as soluções cabíveis em tese. Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários. Desempenhar outras atividades afins.

PEDAGOGO SOCIAL

Elaborar em conjunto com a gestão o Plano Plurianual da Assistência Social; Participar com a equipe de trabalho na definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de respostas às demandas e de fortalecimento das potencialidades; Participar de reuniões e eventos promovidos pelos serviços e programas sócio assistenciais, quando solicitado ou convocado; Realizar a busca ativa e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de riscos; Realizar cronograma de acompanhamento aos grupos/serviços com vistas à compreensão da dinamicidade das relações dos usuários;



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Alimentar sistema de informação, registrar as ações desenvolvidas e planejar o trabalho de forma coletiva; Organizar as informações dos usuários na forma de prontuários individual/familiar; Realizar visita domiciliar; Atender juntamente com a equipe técnica as famílias e orientar educacionalmente, juntamente com ações sócio educativas nos grupos/serviços; Promover sessões de estudo, acompanhar e dar apoio aos trabalhadores de referência dos grupos/serviços; Organizar, participar e orientar as atividades de caráter não continuado; Contribuir para assegurar os direitos dos usuários das políticas públicas; Elaborar e fornecer os dados estatísticos acerca das atividades desenvolvidas nos serviços e programas; Executar outras atividades que lhe forem determinadas.

CONTADOR

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade. Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos. Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos. Elaborar registros de operações contábeis. Organizar dados para a proposta orçamentária. Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis. Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária. Controlar empenhos e anulação de empenhos. Orientar na organização de processos de tomadas de prestação de contas. Assinar balanços e balancetes. Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente as atividades de contabilidade de administração financeira. Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial da Prefeitura. Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil, financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese. Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários. Desempenhar outras atividades afins.

COORDENADOR DE INFORMÁTICA

Fazer a manutenção de Equipamentos de Informática – Hardware e Software. Proceder ao gerenciamento, administração e manutenção de rede. Dar suporte aos usuários de software. Desenvolver e/ou supervisionar o desenvolvimento de sistemas. Proceder a instalação e atualização de Programas e Softwares. Desempenhar outras atividades afins.

FONOAUDIÓLOGO

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes, além das seguintes atribuições: Avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; Elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; Desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; Avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; Promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à fonoaudiologia; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; e Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Realizar atendimento ambulatorial. Participar dos programas de atendimento as populações atingidas por calamidades públicas. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento. Realizar estudos e inquéritos sobre níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado. Participar de eventos que visem seu aprimoramento



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

técnico-científico e que atendam os interesses da Prefeitura. Proceder à notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local. Desempenhar outras atividades afins.

MÉDICO PEDIATRA

Realizar atendimento ambulatorial. Participar dos programas de atendimento as populações atingidas por calamidades públicas. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento. Realizar estudos e inquéritos sobre níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado. Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Prefeitura. Proceder à notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local. Desempenhar outras atividades afins.

MONITOR DE CRECHE

Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da creche, atendendo ao avanço das tecnologias educacionais e as diretrizes de ensino emanadas do órgão competente. Acompanha as crianças em passeios, visitas e festividades sociais, procede, orienta e auxilia as crianças no que se refere à higiene pessoal. Desenvolve atividades pedagógicas relacionadas ao sistema ensino-aprendizagem. Fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimento da criança, por intermédio de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer no período complementar ao do ensino regular, através de jornada ampliada. Desenvolve atividades que visem o enriquecimento do universo informacional, cultural e artístico e o desenvolvimento da autoestima da criança. Estimula a mudança de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade. Auxilia a criança na alimentação, observando a saúde e o bem estar da mesma. Ministra medicamentos conforme prescrição médica, prestando primeiros socorros, cientificando o superior ou a família imediatamente da ocorrência. Apura a frequência diária e mensal das crianças. Fornece dados necessários dos alunos e da escola. Executa tarefas visando manter a limpeza e higiene do local de trabalho. Acompanha a criança no embarque e desembarque escolar. Executa outras tarefas correlatas.

PROFESSOR DE ARTES

Realização de atividades no campo educativo, relacionando-as a sua área de atuação, interagindo com a realidade do processo ensino-aprendizagem em sala de aula; Desenvolvimento do planejamento e execução de atividades de ensino em determinadas áreas de conhecimento; Transmissão e mediação de conhecimentos da disciplina em sala de aula, aplicando métodos e técnicas de ensino adequadas ao conteúdo e à realidade escolar; Realização de avaliação, como instrumento diagnóstico e processual da ação docente; Interação com situações de trabalho em equipe e discussões em grupo que contribuam para uma reflexão crítica sobre as várias atividades propostas.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Participar na elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; Desenvolver tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais e do processo de ensino-aprendizagem da escola; Cumprir as determinações da Secretaria Municipal de Educação.

PROFESSOR DE INGLÊS

Realização de atividades no campo educativo, relacionando-as a sua área de atuação, interagindo com a realidade do processo ensino-aprendizagem em sala de aula; Desenvolvimento do planejamento e execução de atividades de ensino em determinadas áreas de conhecimento; Transmissão e mediação de conhecimentos da disciplina em sala de aula, aplicando métodos e técnicas de ensino adequadas ao conteúdo e à realidade escolar; Realização de avaliação, como instrumento diagnóstico e processual da ação docente; Interação com situações de trabalho em equipe e discussões em grupo que contribuam para uma reflexão crítica sobre as várias atividades propostas.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Realização de atividades no campo educativo, relacionando-as a sua área de atuação, interagindo com a realidade do processo ensino-aprendizagem em sala de aula; Desenvolvimento do planejamento e execução de atividades de ensino em determinadas áreas de conhecimento; Transmissão e mediação de conhecimentos da disciplina em sala de aula, aplicando métodos e técnicas de ensino adequadas ao conteúdo e à realidade escolar; Realização de avaliação, como instrumento diagnóstico e processual da ação docente; Interação com situações de trabalho em equipe e discussões em grupo que contribuam para uma reflexão crítica sobre as várias atividades propostas.

PROFESSOR DE MÚSICA

Ministra aulas teóricas e práticas de ensino de música em escolas de ensino da rede pública municipal, trabalhando em zonas urbanas e rurais. Trabalha com clientela de diferentes faixas etárias, com predomínio de crianças e adolescentes, oriundas de comunidades com diferentes contextos culturais e sociais. Promove a multiculturalidade musical. Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes de ensino emanadas do órgão competente. Define operacionalmente, os objetivos do plano curricular, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares. Ministra aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional. Levanta e interpreta dados relativos à realidade de sua classe. Avalia o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos. Participa na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Participa na elaboração do regimento escolar. Atualiza-se em sua área de conhecimento. Participa das reuniões pedagógicas e de grupos de estudo na unidade educativa ou fora dela. Participa de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata. Fornece dados e apresenta relatórios de suas atividades. Zela pela disciplina e pelo material docente. Executa outras funções inerentes ao cargo de professor.

EMPREGOS PÚBLICOS

Regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD)

Participar de todas as ações da equipe de saúde bucal; Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados, garantindo as condições de biossegurança; Realizar procedimentos coletivos como evidencição de placa bacteriana, orientações de escovação e uso de fio dental, escovação supervisionadas; Preparar o instrumental e material para uso clínico, instrumentar e auxiliar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar e orientar o paciente ao retorno para manutenção do tratamento; Registrar os procedimentos realizados dentro de sua área de competência em formulário próprio e enviar relatórios solicitados; Desenvolver outras atividades afins, quando solicitado.

AGENTE DE COMBATE A DENGUE

Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientação gerais de saúde; Prevenir a dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde, fazendo orientação sobre o mosquito *Aedes Aegypti* e como evitar a doença em todas as visitas; Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; Verificação de caixa d'água, calhas e telhados; Vistoriar terrenos baldios; Localizar, eliminar focos e criadouros; Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida em vasos de plantas, pneus, tambores e outros. Realizar tratamento focal em pontos estratégicos; Participar de reuniões e treinamentos. Realizar palestras e outras atividades de educação em saúde; Emitir relatórios, preenchendo formulários, atualizando mapeamento; Outras atividades inerentes à função.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Ter noções básicas sobre o processo saúde-doença; Participar de relacionamento profissional e abordagem da clientela; Realizar procedimentos técnicos relacionados com a satisfação das necessidades de conforto e segurança do paciente: posições para exames, transporte do paciente, assistência ao doente em fase terminal; Realizar procedimentos técnicos no auxílio ao diagnóstico e tratamentos diversos: sinais vitais, coleta de materiais



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

para exames; Medicação: cálculo, vias, diluições, dosagens. Insulinoterapia. Processo cicatricial e técnicas de curativos e bandagens; Cuidados de enfermagem em procedimentos técnicos específicos: nebulização, inalação, oxigênio terapia, manobras de ressuscitação cardiopulmonar; Esterilização: métodos físicos e químicos; Atuação nas emergências: controle nas hemorragias, medidas de ressuscitação, insuficiência respiratória; Prestar assistência pré-natal e ginecológica em nível ambulatorial; identificar complicações na gravidez: sinais e sintomas; Assistência à puerperal do parto normal e cesariano; identificar complicações do puerpério: sinais e sintomas; Realizar serviços de assistência à criança: medidas antropométricas; hidratação, amamentação e registros; assistência à criança doente; Assistir ao enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de assistência de enfermagem; Prestar cuidados diretos de enfermagem à pacientes em estado grave sob supervisão direta do profissional enfermeiro; Participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional; Realizar outras tarefas afins.

MÉDICO ESF

Realizar atendimento ambulatorial; Participar dos programas de atendimento as populações atingidas por calamidades públicas; Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Prefeitura; Proceder à notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local; Desempenhar outras atividades afins.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, SANTA CATARINA

EDITAL N.º 001/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO II - CONTEÚDO DAS PROVAS

CARGOS PÚBLICOS

Regime estatutário

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Uso dos porquês. Abreviaturas e siglas. Ortografia. Substantivos coletivos, adjetivos pátrios. Casos simples de concordância nominal e verbal. Conjugação, plural dos substantivos compostos. Classes de palavras variáveis e suas flexões. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Grafia de algarismos. Gêneros textuais (convite, bilhete, e-mail, recibo, cheque, carta, receita, lista de compras). Vocabulário. Interpretação de textos. **Matemática:** Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Tratamento da Informação. Resolução de problemas simples com as quatro operações. **Conhecimentos Gerais e da Atualidade:** Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Uso dos porquês. Abreviaturas e siglas. Ortografia. Substantivos coletivos, adjetivos pátrios. Casos simples de concordância nominal e verbal. Conjugação, plural dos substantivos compostos. Classes de palavras variáveis e suas flexões. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Grafia de algarismos. Gêneros textuais (convite, bilhete, e-mail, recibo, cheque, carta, receita, lista de compras). Vocabulário. Interpretação de textos. **Matemática:** Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Tratamento da Informação. Resolução de problemas simples com as quatro operações. **Conhecimentos Gerais e da Atualidade:** Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

AGENTE SANITÁRIO

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). **Matemática:** Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. **Conhecimentos gerais e da atualidade:** Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). **Matemática:** Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional). Conhecimentos específicos da área: Serviços de Tecnologia da Informação: conceitos, ciclo de vida do sistema, sistemas de entrada e saída de dados, instalação e manutenção de softwares e sistemas, estudos de viabilidade técnica, sistemas de armazenamento de dados; Estrutura física e lógica da rede de dados e comunicações interna e externa: arquitetura de computadores, arquitetura de redes e comunicações, sistemas operacionais Linux e Windows, ambiente de redes de computadores distribuídos, servidores de aplicações em rede, protocolos de rede; Estrutura de desenvolvimento de sistemas: conceitos, ciclo de vida de software e sistemas, sistemas de modelagem de dados, banco de dados, linguagem de programação orientada a objetos e eventos, processos e metodologias de desenvolvimento de software, arquitetura cliente-servidor, linguagem SQL, estrutura de dados; Segurança da informação: classificação e controle de ativos de informação, segurança de ambientes físicos e lógicos, segurança em serviços de terceiros, gestão de políticas de segurança e auditoria, norma ISO 17799 Informática básica: raciocínio lógico-matemático, raciocínio quantitativo, processadores de texto e planilhas de cálculo.

ORIENTADOR SOCIAL

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional). Conhecimentos específicos: Legislação brasileira vigente com relação à Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano. Educação: teorias e concepções pedagógicas. A história da organização da educação brasileira. O atual sistema educacional brasileiro: funcionamento, níveis e modalidades de ensino. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares, método didático, planejamento escolar e avaliação escolar. O processo de alfabetização. A construção do projeto político - pedagógico da escola. Compromisso social e ético do professor. Conhecimentos básicos inerentes à função. Teorias educacionais contemporâneas

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade:



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional). **Conhecimentos específicos:** Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal n.º 4320/64. Lei Complementar nº101/2000. Lei n.º 8.666/93. Lei n.º 10.520/2002. Auditoria e Controle Interno e Externo municipal. Prestação de Contas. FUNDEB. Convênios, Subvenções e Transferências Voluntárias. Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação, sistemas de contabilização, regimes contábeis. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16. Processo orçamentário: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; princípios orçamentários; classificação orçamentária: classificação institucional, funcional programática, econômica e por fontes de recursos. Orçamento público: conceito, princípios, elaboração da proposta orçamentária, execução do orçamento, movimentação de crédito orçamentário, créditos orçamentários e adicionais e seus recursos de cobertura. Programação Financeira. Receita e despesa Pública: conceito, classificação, estágios. Escrituração Contábil: lançamentos básicos, plano de contas, balancetes mensais. Demonstrações Contábeis obrigatórias. Ética profissional. Instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado Santa Catarina.

PEDAGOGO SOCIAL

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Legislação brasileira vigente com relação à Educação Básica e aos direitos fundamentais da criança. Parâmetros Curriculares Nacionais. Teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Educação: teorias e concepções pedagógicas. A história da organização da educação brasileira. O atual sistema educacional brasileiro: funcionamento, níveis e modalidades de ensino. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares, método didático, planejamento escolar e avaliação escolar. O processo de alfabetização. A construção do projeto político-pedagógico da escola. Compromisso social e ético do professor. Conhecimentos básicos inerentes à função. Teorias educacionais contemporâneas.

CONTADOR

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal n.º 4320/64. Lei Complementar nº101/2000. Lei n.º 8.666/93. Lei n.º 10.520/2002. Auditoria e Controle Interno e Externo municipal. Prestação de Contas. FUNDEB. Convênios, Subvenções e Transferências Voluntárias. Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação, sistemas de contabilização, regimes contábeis. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16. Processo orçamentário: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; princípios orçamentários; classificação orçamentária: classificação institucional, funcional-programática, econômica e por fontes de recursos. Orçamento público: conceito, princípios, elaboração da proposta orçamentária, execução do orçamento, movimentação de crédito orçamentário, créditos orçamentários e adicionais e seus recursos de cobertura. Programação Financeira. Receita e despesa Pública: conceito, classificação, estágios. Escrituração Contábil: lançamentos básicos, plano de contas, balancetes mensais. Demonstrações Contábeis obrigatórias. Ética profissional. Instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE-PR. Estrutura Administrativa: Conceito de Estado, Elementos e Poderes de Estado, Organização do Estado, Organização da Administração, Governo e Administração, Entidades políticas e administrativas, Órgão públicos, Agentes públicos, Investidura dos agentes públicos. Atividade administrativa: Conceito de Administração, Natureza da Administração, Fins da Administração, Princípios básicos da Administração Pública. O uso e o abuso do poder, Poderes Administrativos: poder vinculado, Poder discricionário, Poder hierárquico, Poder disciplinar, Poder regulamentar, Poder de polícia. Serviços Públicos: Considerações gerais, Autarquias, Entidades paraestatais, Serviços delegados a particulares: Concedidos, Permitidos, Autorizados. Servidores Públicos: Regime estatutário, Regime especial, Regime trabalhista. Responsabilidades dos Funcionários: Responsabilidade Administrativa, Responsabilidade Civil, Responsabilidade Criminal. Sistema Tributário Nacional: Tributos – conceitos e espécies, Tributos Federais, estaduais e municipais. Princípios constitucionais tributários. Elementos fundamentais do tributo. Renúncia Fiscal. Imunidade e isenção tributária Crédito tributário: Conceito, Constituição, Modalidades de lançamento – direto ou de ofício, por declaração, por homologação ou auto lançamento - Arbitramento por parte da autoridade administrativa. Suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário. Impostos diretos e indiretos. Imposto Sobre Serviço – ISS: definição, fato gerador e contribuinte, responsável.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

COORDENADOR DE INFORMÁTICA

Prova objetiva: Conhecimentos Específicos da área: Serviços de Tecnologia da Informação: conceitos, ciclo de vida do sistema, sistemas de entrada e saída de dados, instalação e manutenção de softwares e sistemas, estudos de viabilidade técnica, sistemas de armazenamento de dados; Estrutura física e lógica da rede de dados e comunicações interna e externa: arquitetura de computadores, arquitetura de redes e comunicações, sistemas operacionais Linux e Windows, ambiente de redes de computadores distribuídos, servidores de aplicações em rede, protocolos de rede; Estrutura de desenvolvimento de sistemas: conceitos, ciclo de vida de software e sistemas, sistemas de modelagem de dados, banco de dados, linguagem de programação orientada a objetos e eventos, processos e metodologias de desenvolvimento de software, arquitetura cliente-servidor, linguagem SQL, estrutura de dados; Segurança da informação: classificação e controle de ativos de informação, segurança de ambientes físicos e lógicos, segurança em serviços de terceiros, gestão de políticas de segurança e auditoria, norma ISO 17799 Informática básica: raciocínio lógico-matemático, raciocínio quantitativo, processadores de texto e planilhas de cálculo.

FONOAUDIÓLOGO

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Lei 6965/81. Código de ética da Fonoaudiologia. Audiometria tonal liminar. Imitanciometria. Classificação das perdas auditivas. Teste da orelhinha. Potencial auditivo de tronco encefálico. Prótese auditiva. Implante coclear. Programa de Saúde Auditiva. NASF e programa de saúde da família. Avaliação da voz. Disfonias. Voz ocupacional. Avaliação da linguagem oral. Desvio fonológico e fonêmico. Gagueira. Atraso de desenvolvimento da linguagem oral. Avaliação da linguagem escrita. Dislexia. Alterações de leitura e escrita. Avaliação do sistema motor oral. Fissuras.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Sistema Único de Saúde - SUS. Legislação sobre a saúde. Ginecologia: Anatomia e histologia dos órgãos genitais femininos; Embriologia e diferenciação sexual; Esteroidogênese; Fisiologia do ciclo menstrual; Resposta sexual humana; Semiologia ginecológica; Diagnóstico por imagem em ginecologia; Diferenciação sexual anormal intersexo e malformações; Dismenorréia; Dor pélvica crônica; Alterações de desenvolvimento sexual; Sangramento uterino disfuncional; Hirsutismo; Hiperprolactinemia; Anovulação crônica hiperandrogênica; Endometriose. Mastologia: Propedêutica em mastologia; Alteração inflamatória da mama e mastalgia; Doenças benignas da mama; Neoplasias Malignas da mama; Corrimentos vaginais; Infecções pelo HPV; Infecções Sexualmente transmissíveis; Doença inflamatória pélvica. Uroginecologia. Climatério. Neoplasia do trato genital: Neoplasia benigna do colo uterino e neoplasia intra-epitelial cervical; Doença de vulva e vagina; Câncer cervical invasivo; Neoplasia e outras alterações benignas do corpo uterino; Neoplasias malignas do ovário e das trompas; Quimioterapia e hormonoterapia nos tumores ginecológicos; Radioterapia nas neoplasias do trato genital e das mamas. Cirurgia ginecológica. Ginecologia e obstetrícia: As mulheres e a infecção pelo HIV: - aspectos ginecológicos da infecção pelo HIV; - aspectos perinatais da infecção pelo HIV; Genética em ginecologia e obstetrícia; Aspectos médico-legais e éticos em ginecologia e obstetrícia; Violência sexual; Abdome agudo em ginecologia e obstetrícia. Obstetrícia: Obstetrícia básica: Período implantacional e embriogênese; Fisiologia placentária; Placenta, membranas e cordão umbilical; Diagnóstico da gravidez; Modificações fisiológicas da gravidez; Assistência pré-natal; Drogas na gravidez e lactação. Parto. Puerpério. Patologias da gestação: Hiperemese gravídica; Hemorragias da primeira metade da gestação: Abortamentos; Gravidez ectópica; Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da segunda metade da gravidez: descolamento prematuro da placenta; placenta prévia; rotura uterina. Pré-eclâmpsia, eclâmpsia e síndrome de Hellp; Trabalho de parto pré-maturo; Rotura prematura pré-termo das membranas; Oligo e polidrâmnio; Mortalidade materna segura; Perda gestacional de repetição. Intercorrência clinicocirúrgicas: Hipertensão arterial crônica e gravidez; a diabetes e gravidez; Doenças da tireóide; Cardiopatias; Doenças tromboembólicas na gestação; Doenças no aparelho respiratório; Nefropatias e gravidez; Doenças gastrointestinais e hepáticas; Anemia e doenças hematológicas na gravidez; Doenças autoimunes e gravidez; Saúde mental da mulher na gravidez e no puerpério; Doenças neurológicas; Infecções genitais na gravidez; Infecção e litíase urinária na gestação; Trauma materno-fetal; Neoplasia benignas e malignas do trato genital na gravidez; Neoplasias malignas extragenitais e da mama na gravidez. Medicina fetal: Fisiologia fetal; Propedêutica da vitalidade fetal; Propedêutica das malformações fetais; Avaliação da maturidade pulmonar fetal; Gestação múltipla; Crescimento intra-uterino restrito anemias fetais e isoimunização materno-fetal; Infecção perinatais.

MÉDICO PEDIATRA

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Crescimento e Desenvolvimento (recém-nascido à adolescência). Nutrição: necessidades nutricionais, alimentação de recém-nascidos, lactentes, crianças e adolescentes,



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

distúrbios nutricionais. Fisiopatologia dos líquidos corporais e Terapias de hidratação. Doenças metabólicas: erros inatos do metabolismo. A criança gravemente doente: Terapia de suporte básico de vida, terapia de suporte avançado de vida, choque, insuficiência respiratória aguda. Recém-nascido: principais patologias do período neonatal (prematuridade, infecções, icterícias, distúrbios respiratórios, anomalias congênitas, distúrbios metabólicos, malformações congênitas, aleitamento materno). Saúde do adolescente: adolescência normal, desvios da normalidade, distúrbios psicológicos (depressão, suicídio, distúrbios do comportamento), abuso de substâncias químicas. Doenças alérgicas: diagnósticos e tratamento de rinites alérgicas, asma, dermatite atópica, urticária, anafilaxia, reações adversas a drogas, alergias a picadas de insetos, alergias oculares. Doenças reumáticas da infância: artrite reumatóide juvenil, artrite pós-infecciosa, doença de Kawasaki, vasculites, febre reumática. Doenças infecciosas: febre, sepsis, choque séptico, infecções do SNC (meningites, encefalites), Aparelho respiratório (pneumonias), Trato gastrointestinal (enterites, hepatites), Trato genitourinário, Infecção ósseas e articulares, Doenças exantemáticas da infância, Dengue, Febre Amarela. Doenças parasitárias da Infância. Distúrbios do sistema digestivo: malformações, doenças inflamatórias intestinais, doenças infecciosas, distúrbios de má absorção. Sistema respiratório: fisiopatologia da respiração, malformações do aparelho respiratório, infecções do aparelho respiratório (amigalites, sinusites, otites, pneumonia). Sistema Cardiovascular: malformações congênitas, Cardiopatias adquiridas (endocardite, cardiopatia reumática). Doenças do sistema hematológico: anemias, leucemias, distúrbios da coagulação). Doenças do sistema endócrino: diabetes mellitus, hipotireoidismo (congenito e adquirido). Doenças do sistema nervoso central: anomalias congênitas, infecções, distúrbio convulsivo, doenças degenerativas do SNC. Doenças Oculares: conjuntivites, estrabismo, glaucoma, erros de refração. Calendário Vacinal.

MONITOR DE CRECHE

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Legislação brasileira vigente com relação à Educação Básica e aos direitos fundamentais da criança. Parâmetros Curriculares Nacionais. Teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Educação: teorias e concepções pedagógicas. A história da organização da educação brasileira. O atual sistema educacional brasileiro: funcionamento, níveis e modalidades de ensino. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares, método didático, planejamento escolar e avaliação escolar. O processo de alfabetização. A construção do projeto político-pedagógico da escola. Compromisso social e ético do professor. Conhecimentos básicos inerentes à função. Teorias educacionais contemporâneas.

PROFESSOR DE ARTES

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Artes Visuais: Arte da Pré-História na Europa e no Brasil, Arte Indígena, Arte Egípcia, Arte Grega, Arte Romana, Arte Bizantina, Arte Românica, Arte Gótica, Arte do Renascimento Europeu, Barroco Europeu e nos Países Baixos, Barroco Brasileiro, a Missão Artística Francesa, o Rococó, o Neoclassicismo, a pintura Acadêmica Brasileira e sua superação, o Romantismo e o Realismo, o movimento de Artes e Ofícios e o Art Nouveau, o Impressionismo, Pós-impressionismo e os principais movimentos artísticos do século XX, o Movimento Modernista brasileiro, a Semana de Arte Moderna, artistas e movimentos após a Semana de Arte Moderna, Arte Contemporânea brasileira, arte catarinense. Fundamentos da linguagem visual, elementos da composição, teoria da cor. As linguagens artísticas: Desenho, Pintura, Escultura, Gravura e Fotografia. Leitura de imagem. Ensino das artes visuais. Música: O som e as propriedades do som, a música e a criança, instrumentos musicais, gêneros musicais, musicalização, música brasileira, apreciação musical. A música na sala de aula. Teatro: O contexto estético, histórico e social; elementos do teatro, a expressão e a improvisação teatral, a representação, o espetáculo teatral, o texto teatral, teatro brasileiro. O teatro na escola.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Caracterização da área de Matemática; Breve análise da trajetória das reformas e do quadro atual do ensino de Matemática; O conhecimento matemático; Principais características; O papel da Matemática no ensino fundamental; Matemática e construção da cidadania; Matemática e os Temas Transversais Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O aluno e o saber matemático; O professor e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; Alguns caminhos para "fazer Matemática" na sala de aula; O recurso à Resolução de Problemas; O recurso à História da Matemática; O recurso às Tecnologias da Informação; O recurso aos Jogos. Objetivos gerais de Matemática para o ensino fundamental; Os conteúdos de Matemática para o ensino fundamental; Seleção de conteúdos; Blocos de conteúdos; Números e Operações; Espaço e Forma; Grandezas e Medidas; Tratamento da Informação; Organização de conteúdos; Avaliação em Matemática; Primeiro e segundo ciclos e Orientações didáticas. Análise combinatória. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Equações e inequações. Funções. Geometria analítica: reta e circunferência. Geometria plana e Geometria plana e espacial.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Juros e porcentagem. Matrizes e determinantes. Polinômios. Progressão aritmética e geométrica. Sequências. Sistemas de equações lineares. Teoria dos conjuntos. Trigonometria. Logaritmos. Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas

PROFESSOR DE INGLÊS

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Interpretação e compreensão textual (textos autênticos). Estratégias de leitura. Pronomes. Tempos verbais (formas e usos): simple present, present continuous, simple past, past continuous, present perfect simple e present perfect continuous, past perfect simple e past perfect continuous, simple future (will), going to future, imperative. Verbos modais. Regras ortográficas. Artigos. Preposições. Conjunções. Adjetivos. Advérbios. Numerais. Substantivos. Interjeições. Voz passiva / ativa. Reported speech. Phrasal verbs e idioms. Relative clauses. Caso genitivo. Cognatos e falsos cognatos. Metodologias de ensino de língua inglesa. Concepções de teorias da aprendizagem. Elaboração de planos de ensino. O processo de ensino aprendizagem de língua inglesa. Avaliação Escolar (concepções, funções, instrumentos). Novas Tecnologias (função e apoio na prática pedagógica). Processo de ensino aprendizagem nas dimensões cognitiva, sócio afetiva e cultural.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: A interdisciplinaridade e a contextualização no ensino de Ciências. Papel do professor e papel do aluno no processo de ensino e aprendizagem. O papel e a importância da experimentação e do estudo do meio no ensino de Ciências. Ambiente: 1. Água: Composição química; Ciclo da água; Estados físicos; Purificação; Água e saúde; Saneamento básico; Poluição e contaminação da água; Doenças causadas pela água; Pressão atmosférica; Composição do ar; Propriedades do ar; Ar e saúde; Poluição do ar; Doenças causadas pelo ar. 2. Solo: Camadas do solo; Elementos do solo; Tipos de solo; Erosão; Solo e saúde; Poluição do solo; Tratamento do lixo; Doenças causadas pela poluição do solo. 3. Seres Vivos: Características gerais do seres vivos; Classificação dos seres vivos e regras de nomenclatura; Reino Animal: Características e noções fisiológicas; Invertebrados (poríferos, celenterados, platelmintos, nematelmintos, enelídeos, moluscos, artrópodes e equinodermos); Vertebrados (peixe, anfíbios, répteis, aves e mamíferos); Reino Vegetal: Partes do Vegetal; Grupos vegetais (angiopermas, gimnospermas, pteridófitas, briófitas, algas); 4. Ecologia: Os seres vivos e o meio ambiente: cadeia alimentar, pirâmides ecológicas; Associação entre os seres vivos. 5. Corpo Humano: Célula e Tecidos; Funções de Nutrição: Digestão e os alimentos; Aparelho digestivo; Circulação; Respiração; Excreção. Sistema Locomotor: Ossos; Músculos. Órgãos dos Sentidos. Sistema Nervoso. Sistema Glandular. Sistema Reprodutor e Noções de Hereditariedade. 6. Noções de Química e Física: Química; Matéria; Propriedades; Estados físicos; Estrutura da matéria; Átomo, molécula, conjunto iônico; Elementos químicos; Símbolos; Número atômico; Número de massa; Substância (simples e composta). Física: Movimentos; Movimento e repouso; Velocidade; Aceleração; Inércia; Trabalho; Máquinas simples (alavancas, rodanas, plano inclinado); Transformação de energia; Mecânica, química, luminosa, elétrica; Calor e temperatura; Escalas termométricas, dilatação dos corpos, propagação do calor. Som (velocidade, propagação, reflexão); Luz (fontes luminosas, velocidade da luz, corpo luminoso, iluminados, transparentes, translúcidos e opacos); Eletricidade (carga elétrica, processos de eletrização).

PROFESSOR DE MÚSICA

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: A produção artística como experiência poética, como experiência de interação e como desenvolvimento de habilidades sensíveis, cognitivas e reflexivas; A música em diferentes épocas e diferentes culturas; Notação musical; Apreciação, expressão e execução musical; elementos da música; Metodologias e abordagens no ensino da música; Avaliação em arte; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Estudo e prática de composição objetivando a adequação de letras e música. Estudo de instrumentos musicais no que concerne: timbre, extensão, aplicação, etc. Estudo e prática de técnica para o aperfeiçoamento do Canto e da prática de música Coral. Estudos aplicados de técnica vocal. Aparelho vocal. Respiração. Fisiologia da voz. Aquecimento vocal. Vocalizes. Improvisação. Repertório vocal. Grupo vocal. Análise sistemática de obras do repertório musical, procurando compreender os princípios de organização dos diversos materiais sonoros e estruturas formais de cada obra. Uso do computador para redigir, transcrever, editar e imprimir partituras. Características técnicas dos instrumentos musicais e procedimentos de escrita instrumental para solista e para agrupamentos instrumentais, vocais e mistos. Objetivos: Abordar os diferentes instrumentos musicais apresentando suas características de produção sonora e procedimentos de escrita. Abordar os métodos de combinação timbrística instrumentais, vocais e mistos. Técnicas básicas de regência aplicadas a um repertório musical diversificado.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

EMPREGOS PÚBLICOS Regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD)

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

AGENTE DE COMBATE A DENGUE

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional).

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Fonologia, Ortografia Morfologia. Sintaxe. Semântica. Estilística. Gêneros textuais. Pronúncia correta de palavras. Vocabulário. Interpretação de textos. Dificuldades de Língua Portuguesa (erros mais comuns). Matemática: Conjuntos e funções. Exponenciais e logaritmos. Sequências numéricas: Progressão aritmética e Progressão geométrica. Trigonometria. Geometria analítica. Polinômios. Equações algébricas. Números complexos. Matrizes e determinantes. Sistemas de equações lineares. Geometria plana. Geometria espacial. Análise combinatória e tratamento da informação. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre conhecimentos gerais e fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional. Regulamentos, leis e ordenamentos legais do município. Conhecimentos de História, Geografia, Física e Química. Cultura do Município, do Estado, do Brasil e do mundo, publicadas, em sites de órgãos oficiais, como IBGE, câmara de vereadores, prefeitura municipal, governo do estado, governo federal, e pelos principais órgãos da imprensa regional e nacional (jornais e revistas de circulação nacional). Conhecimentos específicos da área: Fundamentos de Enfermagem. Clínica Médica e Cirúrgica. Saúde Pública. Saúde da Mulher e Materno-Infantil. Saúde e Segurança no Trabalho. Organização do Processo de Trabalho em Saúde. Noções básicas de Anatomia e Fisiologia Humana e Conhecimento sobre limpeza, desinfecção e esterilização.

MÉDICO ESF

Prova objetiva: Conhecimentos específicos da área: Sistema Único de Saúde - SUS. Legislação sobre a saúde. Código de Ética Médica. Alergia e Imunologia Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças infecciosas, virais e parasitárias Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Reumatologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças pulmonares, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças endócrinas e metabólicas, diagnóstico, exames e tratamento. Cardiologia básica, diagnóstico, exames tratamento. Nefrologia, diagnóstico, exames, tratamento. Neurologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Dermatologia, diagnóstico, exames e tratamento. Hematologia, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças sexualmente transmissíveis, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças comunitárias, diagnóstico, exames, contatos, profilaxia e tratamento. Gastroenterologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Programas de Atenção a Saúde. Imunização, prevenção. Urgência/Emergência. Reações adversas à doação de sangue: diagnóstico e conduta. Triagem sorológica e por testes de biologia molecular do sangue doado. Doenças infecciosas transmissíveis pela transfusão. Conduta com doadores com exames sorológicos alterados. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Constituição da República Federativa do Brasil - Saúde. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Reforma Sanitária e Modelos Assistenciais de Saúde - Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população.

**Prefeitura Municipal de Irineópolis**

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, SANTA CATARINA****EDITAL N.º 001/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.****ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Conforme o disposto no item 8, do Edital n.º 001/2015, de 06 de março de 2015, a isenção de taxa de inscrição é possibilitada para candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que seja membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135/2007, de 26 de junho de 2007.

Para solicitar a isenção de Taxa de Inscrição, o candidato deverá fazer sua inscrição conforme item 4 deste edital. Preencher esta solicitação de isenção de taxa de inscrição, assinar e entregar, pessoalmente, ou enviar por terceiros com procuração específica, na Prefeitura Municipal de Irineópolis, Santa Catarina Rua Paraná, 200 - Centro, respeitando seu horário de atendimento, 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze e horas). As informações prestadas neste requerimento de isenção de taxa de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

Nome completo:			
Cargo/Emprego a que pretende concorrer:			
Data de nascimento:		Sexo: () F () M	
RG:	Sigla do Órgão Emissor:		Data de Emissão:
CPF:		NIS*:	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP:	Estado:
Telefone: ()	Celular: ()	E-mail:	
Nome da mãe:			

*NIS – Número de Identificação Social (Cadastro Único)

Solicito a isenção da taxa de inscrição no referido Concurso Público e declaro que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135/2007, de 26 de junho de 2007. Declaro, também, sob as penas da Lei, a veracidade das informações aqui prestadas e que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no Edital n.º 001/2015, de 06 de março de 2015, notadamente aquelas que versam acerca das condições de isenção da taxa de inscrição.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, SANTA CATARINA

EDITAL N.º 001/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO IV - CRONOGRAMA GERAL DO CONCURSO PÚBLICO

Data	Etapas do Concurso Público
06/03/2015	Abertura das inscrições
30/03/2015	Encerramento das inscrições
30/03/2015	Último dia para pedido de isenção de taxa de inscrição
30/03/2015	Último dia para entrega dos laudos, para candidato que precisa de atendimento especial para a prova objetiva, laudo médico para candidato portador de deficiência e solicitação de isenção de taxa de inscrição, respeitando horário de atendimento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, das 8:30 (oito horas e trinta minutos) às 11:30 (onze horas e trinta minutos) e das 13h (treze horas) às 15h (quinze e horas)
31/03/2015	Último dia para reimpressão e pagamento do boleto
06/04/2015	Publicação do deferimento dos pedidos de isenção de taxa
06/04/2015	Publicação das inscrições deferidas e dos pedidos de atendimento especial
07/04/2015	Último dia para recurso sobre as inscrições indeferidas
08/04/2015	Publicação das inscrições deferidas, após análise e provimento de recursos, caso ocorram
13/04/2015	Publicação dos comprovantes de inscrição, locais de prova e ensalamento
26/04/2015	Realização das provas objetivas 1.ª fase
27/04/2015	Publicação dos gabaritos provisórios e cadernos das provas objetivas da 1.ª fase
30/04/2015	Último dia para pedido de recurso sobre o conteúdo das provas e gabaritos provisórios da 1.ª fase
11/05/2015	Publicação dos gabaritos definitivos, e das alterações de gabaritos, após análise e provimento de recursos, se for o caso
11/05/2015	Publicação do edital com os candidatos aptos a participar da 2.ª fase (prova de títulos)
12/05/2015 A	Período para entrega de documentos autenticados, para os candidatos aptos a realizar prova de títulos, respeitando horário de atendimento da Prefeitura Municipal de Mallet, 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas) e das 13:00h (treze horas) às 17:00h (dezessete horas).
14/05/2015	
21/05/2015	Publicação das notas relativas às provas da 2.ª fase (prova de títulos)
26/05/2015	Último dia para pedido de recurso sobre as notas das provas da 2.ª fase (prova de títulos)
27/05/2015	Publicação com alterações de notas relativas às provas da 2.ª fase (prova de títulos), caso ocorram
28/05/2015	Publicação do resultado final preliminar do concurso público (classificação geral, portadores de deficiência e afrodescendentes)
29/05/2015	Último dia para recurso sobre o resultado final do concurso público
01/06/2015	Publicação da retificação do resultado final, após análise e provimento de recursos, caso ocorram

Itá**PREFEITURA****010/2015**

DECRETO Nº 010/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 8.521,79 (oito mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
06.01 – Secretaria de Educação
2.020 – Manutenção Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.3062 Aplicações Diretas
8.521,79

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de fevereiro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015 - FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - FMS

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema registro de preços, no dia 19 de março de 2015, para possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 19 de março de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC., 04 de março de 2015.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO N. 007/2015

DECRETO Nº 007/2015, de 20 de janeiro de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 396.150,47 (trezentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta reais e quarenta e sete centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

05.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 - Departamento Municipal de Agricultura

1.005 - Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

4.4.90.00.00.00.3424 Aplicações Diretas 450,00

06.00 - Secretaria de Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 - Departamento de Educação

2.012 - Manutenção Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.3322 Aplicações Diretas 129.335,63

07.00 - Secretaria de Assistência Social

07.02 - Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

2.023 - Manutenção Atividades Fundo da Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.00.3078 Aplicações Diretas 21.544,80

07.03 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.052 - Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.3552 Aplicações Diretas 4.000,00

3.1.90.00.00.00.3552 Aplicações Diretas 10.000,00

07.05 - Fundo Municipal de direitos do Idoso

1.040 - Reforma e Ampliação do Centro de Convivência de Idosos

4.4.90.00.00.00.3824 Aplicações Diretas
150.000,00

2.057 - Manutenção Fundo Municipal Direito do Idoso

4.4.90.00.00.00.3824 Aplicações Diretas
80.000,00

08.00 - Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.03 - Departamento de Cultura

2.029 - Manutenção Departamento de cultura

3.3.90.00.00.00.3624 Aplicações Diretas
820,04

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
08.03 – Departamento de Cultura
2.045 – Administração e Manutenção Complexo Turístico Thermas Itá Suplementação
3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas
55.000,00

Anulação
3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições
55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 20 de janeiro de 2015.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL 027 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 027 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 17º CHAMADA 06/03/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 06 de MARÇO 2015, às 8h SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Pedagogia (20h) - 1 vaga
Pós Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
72º	126	Noimi Lurdes Schonell	

Língua Portuguesa (20h) - 1 vaga

Pós Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
5º	125	Noimi Lurdes Schonell	

Itá, 05 de março de 2015
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015

Processo Licitatório nº 16/2015 - Tomada de Preços nº 1/2015
- Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de assentamento de lajotas, colocação de meio-fios e tubos de concreto, confecção de bocas de lobo, sem fornecimento de materiais, em diversas ruas do perímetro urbano do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 24 de março de 2015, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 24 de março de 2015, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 04 de março de 2015.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 04/2015. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Impressão em geral, para uso e consumo nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: Liarte Vendas e Serviços Ltda - ME, Valor: R\$ 25.021,00; Vigência: 04 de março de 2016.

Itaiópolis, 12/02/2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 019/2015 A 051/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos de iluminação pública, para ruas da cidade e comunidades no interior do município e elaboração de projetos elétricos preventivos (para raio) de ginásios e escolas municipais.

VIGÊNCIA: 30 de julho de 2015.

Itapiranga - SC. 30 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transporte Coletivo Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2015.

OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte Escolar para Alunos Deste Município.

VALOR: R\$ 33.179,25

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 30 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local - CONSAD

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 034/2015.

OBJETO: Custeio de despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços do SISBI/SUASA/POA, bem como para a manutenção do Consórcio, custeio administrativo, durante o período de Janeiro/2015 a Dezembro/2015.

VALOR: R\$ 6.715,20

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 30 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.

OBJETO: Contratação de seguros para veículos de propriedade do município de Itapiranga

VALOR: R\$ 2.381,14

VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2016.

Itapiranga - SC. 02 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2014

PARTES: Município de Itapiranga e CESPPO - Processamento de Dados Ltda.

OBJETO: Execução de serviços técnicos profissionais de manutenção da seção de legislação do site da prefeitura municipal de Itapiranga - SC.

VALOR: R\$ 2.750,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 03 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Informática Itapiranga Ltda - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 022/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de link dedicado e prestação de serviços de provedor de internet, instalação de sistema de telefonia VOIP e provedor de internet via rádio.

VALOR: R\$ 69.740,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 09 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Paulo Schuh - Microempreendedor Individual.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção, limpeza e controle do patrimônio da parte interna e externa do Complexo Oktober, campeira e estacionamento.

VALOR: R\$ 7.700,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 10 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Ana Lori Toillier Pauli - MEI.

OBJETO: Prestação de serviços de decoração em eventos organizados pelo município.

VALOR: R\$ R\$ 7.697,49

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transportes Coletivos Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 013/2014.

OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

VALOR: R\$ 61.158,15

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 012/2013.

OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

VALOR: R\$ 79.695,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transportes Coletivos Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 012/2013.

OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

VALOR: R\$ 64.087,20
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Jacó Astor Juchen 38427362900.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 72.657,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Alan César Klein 06478326900.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 62.162,10
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Romeu Becker 99094681900.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 38.822,85
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Mees & Walker Transportes Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 147.486,95
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Mário E. Kunzler - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 61.768,80
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Mário E. Kunzler - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 46.730,25
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 51.801,75
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 106.273,80
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Uruguai Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 50.839,20
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 195/2013.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 39.667,50
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 11 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Embriosên Equipamentos Agropecuários Ltda EPP.
ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 012/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 146.040,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 12 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Alfa Inseminação Artificial Ltda.
ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 012/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 204.298,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 12 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Edgar Beumer - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 73.774,80
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 18 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 200/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Edgar Beumer - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Reajusta em 3,96%, equivalente ao IGP-M dos últimos 12 meses, o contrato de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.
VALOR: R\$ 36.804,60
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 18 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 172/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Associação Antônio Vieira.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 181/2013.
OBJETO: Prorroga a vigência do contrato de locação do imóvel para funcionamento da Escola Municipal Integral Rural Oscar Puhl.
VALOR: R\$ 36.277,50
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 24 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Emerson Knapp 03633838910.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 061/2013.
OBJETO: Prorroga a vigência do contrato para aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.
VALOR: R\$ 22.080,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Chapeação Esperança Ltda - ME.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 061/2013.
OBJETO: Prorroga a vigência do contrato para aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.
VALOR: R\$ 32.340,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transporte Coletivo Ltda.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 061/2013.
OBJETO: Prorroga a vigência do contrato para aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.
VALOR: R\$ 49.500,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda - ME.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 061/2013.
OBJETO: Prorroga a vigência do contrato para aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.
VALOR: R\$ 125.120,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Knapp & Cia Ltda.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviço de Engenharia nº 038/2015.
OBJETO: Contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas em estradas, ruas, pedreiras e em outros locais de interesse público do município.
VALOR: R\$ 71.700,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Paraná Equipamentos S.A.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 052/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto da bomba hidráulica do rolo compactador Caterpillar, a disposição da secretaria de transportes desta municipalidade.
VALOR: R\$ 48.982,52
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 25 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015
PARTES: Município de Itapiranga e WBEM - Assessoria e Planejamento Agropecuário Ltda.
ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 035/2015
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços topográficos para o município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 29.116,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 26 de fevereiro de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 60/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 60/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias de administração municipal. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 20 de março de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 05 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 59/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 59/2015, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global por preço unitário (com fornecimento de materiais e mão de obra), do projeto para reforma do ginásio de esportes da Escola Municipal Peperi Guaçu, da Secretaria de Educação desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 25 de março de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br.](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC., 05 de março de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DIBRAPE - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA, com sede á Rua Marcionilo dos Santos, nº 1450, Corticeira, Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.910.148/0001-89 Inscrição Estadual: 252.824.954, representada neste ato por sócio, o Sr. ROLF BAYER, portador do CNPF/MF nº 311.413.829-20 e do CI.RG nº 605.585-0 SESP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 08/2015.

Objeto: Aquisição parcelada de Gasolina, Óleo Diesel BS10 e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 246.400,00 (duzentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, com sede á Rua Marcionilo dos Santos, nº 1450, Corticeira, Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.415.075/0002-13 Inscrição Estadual: 254.326.684, representada neste ato por procurador, o Sr. HANS HARTWIG GERHMANN, portador do CNPF/MF nº 248.293.079-00 e do CI.RG nº 2/R 414.549/SSP-SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 08/2015.

Objeto: Aquisição parcelada de Gasolina, Óleo Diesel BS10 e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 12-2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO Nº 24/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 18 de março de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de construção para manutenção e reforma da sede, campos municipais, ginásio municipal, construção de muro na sede da secretaria e centro esportivo conveniado com a Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 03 de março de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

RH - PORTARIA Nº 0723/2015

PORTARIA Nº 0723/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)
IEDA CORREIA DA SILVA, matrícula 580449, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0724/2015

PORTARIA Nº 0724/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)
JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0725/2015

PORTARIA Nº 0725/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)
ELIANE PINHEIRO CUNHA, matrícula 605794, ocupante do cargo de COZINHEIRA, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0726/2015

PORTARIA Nº 0726/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a)

servidor (a)
KELLIN CRISTIAN RIBAS MARTINS, matrícula 605824, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0727/2015

PORTARIA Nº 0727/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLAURENICE RAMOS DE JESUS, matrícula 605859, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0728/2015

PORTARIA Nº 0728/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARIA SOUZA SPECK, matrícula 605867, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0729/2015

PORTARIA Nº 0729/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ELENITA SEBEN REICHARDT, matrícula 605557, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0730/2015

PORTARIA Nº 0730/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SONIA APARECIDA ALVES, matrícula 578088, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0731/2015

PORTARIA Nº 0731/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARINETE INACIA DE SOUZA, matrícula 603759, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0732/2015

PORTARIA Nº 0732/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, matrícula 578100, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0733/2015

PORTARIA Nº 0733/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a)

servidor (a)

VANIA CLEUSA PINTO DA SILVA, matrícula 580201, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0734/2015

PORTARIA Nº 0734/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARIZÉLIA FRANZ PERRY, matrícula 579289, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0735/2015

PORTARIA Nº 0735/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 571520, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0736/2015

PORTARIA Nº 0736/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SONIA WEISS, matrícula 574520, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0737/2015

PORTARIA Nº 0737/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

NAIR FRIZZON VENSON, matrícula 592846, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0738/2015

PORTARIA Nº 0738/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FLAVIA APARECIDA PERES DO ROSARIO, matrícula 605905, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0739/2015

PORTARIA Nº 0739/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSEMERI ALVES DE SOUZA, matrícula 605620, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0740/2015

PORTARIA Nº 0740/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a)

servidor (a)
FERNANDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605603, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0741/2015

PORTARIA Nº 0741/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANGELA MARIA NUNES DE OLIVEIRA, matrícula 604763, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0742/2015

PORTARIA Nº 0742/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CÉLIA REGINA DE LIMA, matrícula 605433, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0743/2015

PORTARIA Nº 0743/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANA PAULA ROSÁRIO, matrícula 605921, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0744/2015

PORTARIA Nº 0744/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

GIOVANE TEREZINHA CARDOSO, matrícula 605778, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0745/2015

PORTARIA Nº 0745/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) VALDIRENE SOUZA, matrícula 605956, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0746/2015

PORTARIA Nº 0746/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0747/2015

PORTARIA Nº 0747/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a)

servidor (a)

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, matrícula 1473, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0748/2015

PORTARIA Nº 0748/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) SANDRA LUCIA AGUIAR SOUZA, matrícula 585190, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0749/2015

PORTARIA Nº 0749/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, matrícula 604585, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0750/2015

PORTARIA Nº 0750/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARIZA RITA JUNG PERKOWSKI, matrícula 605760, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0751/2015

PORTARIA Nº 0751/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DENISE DE SOUZA ZAGONEL, matrícula 602370, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0752/2015

PORTARIA Nº 0752/2015.

De: 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MICHERLI LENZI NEUBER, matrícula 606006, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0753/2015

PORTARIA Nº 0753/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 06/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ABATHA INGRID PIVA, matrícula 710989, na função de AJUDANTE GERAL, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0754/2015

PORTARIA Nº 0754/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 06/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ALEXANDRE SCHNEKEMBERG, matrícula 857653, na função de MOTORISTA,

na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0755/2015

PORTARIA Nº 0755/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 059/2014 da Secretaria de Bem Estar Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES DOS SANTOS, matrícula 1184610, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria de Bem Estar Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0756/2015

PORTARIA Nº 0756/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 05/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). NELMA MACHADO, matrícula 11629525, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0757/2015

PORTARIA Nº 0757/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ESTEFANI FRANCO POLSIN, matrícula 11629576, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0758/2015

PORTARIA Nº 0758/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO, matrícula 727326, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0759/2015

PORTARIA Nº 0759/2015

De: 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). CARLOS ALEXANDRE SILVA DE JESUS, matrícula 743968, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0760/2015

PORTARIA Nº 0760/2015
De: 09 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ROSANA DOS SANTOS, matrícula 616087, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0761/2015

PORTARIA Nº 0761/2015
De: 10 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 08/2015 da Secretaria de Esportes e Lazer,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ALAN JOSE REZENDE DA SILVA, matrícula 3301, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Esportes e Lazer.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0762/2015

PORTARIA Nº 0762/2015
De: 10 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ARETUSA JORGEANE LEDOUX, matrícula 723380, na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação.
ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0763/2015

PORTARIA Nº 0763/2015.
De: 11 de fevereiro de 2015.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) LINDONES RANGEL, matrícula 1213369-01, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 0764/2015

PORTARIA Nº 0764/2015
De: 12 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MANASSÉS DA GRAÇA NOGUEIRA, matrícula 1200216, na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.
ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0765/2015

PORTARIA Nº 0765/2015
De: 13 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 09/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUCIANO DOS SANTOS, matrícula 11629410, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0766/2015

PORTARIA Nº 0766/2015
De: 13 de fevereiro de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). CINTIA CIUNEK, matrícula 6645, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0767/2015

PORTARIA Nº 0767/2015
De: 16 de fevereiro de 2015.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de fevereiro de 2015 a 07 de março de 2015, ao (a) servidor (a) SIRLEI APARECIDA WESTPHAL, matrícula 698, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Agricultura e Pesca, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0768/2015

PORTARIA Nº 0768/2015
De: 16 de fevereiro de 2015.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de fevereiro de 2015 a 07 de março de 2015, ao (a) servidor (a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, matrícula 620076, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0769/2015

PORTARIA Nº 0769/2015.
De: 16 de fevereiro de 2015.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALBERTO BAUER FILHO, matrícula 562432, ocupante do cargo de MÉDICO, para a referência Nível X - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0770/2015

PORTARIA Nº 0770/2015.

De: 17 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ADEMIR DA SILVA COSTA, matrícula 605093, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0771/2015

PORTARIA Nº 0771/2015.

De: 17 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JULIO CESAR ABREU, matrícula 434, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0772/2015

PORTARIA Nº 0772/2015.

De: 17 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CATIA ELIANE NICOLACHIK, matrícula 605107, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0773/2015

PORTARIA Nº 0773/2015.

De: 17 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSANGELA NUNES BARBOSA PEREIRA, matrícula 603945, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0774/2015

PORTARIA Nº 0774/2015.

De: 17 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a)

servidor (a)
ANA JOSÉLIA DALLACOURT RIBAS, matrícula 603694, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0775/2015

PORTARIA Nº 0775/2015

De: 19 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de fevereiro de 2015 a 10 de março de 2015, ao (a) servidor (a) HILDA CRISTINA CARDOSO, matrícula 1490, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0776/2015

PORTARIA Nº 0776/2015

De: 19 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de fevereiro de 2015 a 10 de março de 2015, ao (a) servidor (a) MARCELO HENRIQUE GRANDINI JOSÉ, matrícula 591424, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0777/2015

PORTARIA Nº 0777/2015

De: 19 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de fevereiro de 2015 a 10 de março de 2015, ao (a) servidor (a) EDSON PROENÇA PEREIRA, matrícula 615471, investido (a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0778/2015

PORTARIA Nº 0778/2015.

De: 19 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANGELA MARIA STOCCO, matrícula 604313, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0779/2015

PORTARIA Nº 0779/2015

De: 19 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de fevereiro de 2015 a 20 de março de 2015, ao (a) servidor (a) MARIOL REGIANE

BAPTISTA DOS SANTOS SILVA, matrícula 623784, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0780/2015

PORTARIA Nº 0780/2015

De: 19 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de fevereiro de 2015 a 10 de março de 2015, ao (a) servidor (a) KEILA DOS SANTOS MAZETTI, matrícula 645478, investido (a) no cargo de ASSESSOR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0781/2015

PORTARIA Nº 0781/2015.

De: 19 de fevereiro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ROBSON CORREA, matrícula 11629550, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0782/2015

PORTARIA Nº 0782/2015.

De: 19 de fevereiro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) TALITA RECHETELO STRANO, matrícula 1202391-01, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0783/2015

PORTARIA Nº 0783/2015.

De: 19 de fevereiro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) TALITA RECHETELO STRANO, matrícula 1202391-02, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0784/2015

PORTARIA Nº 0784/2015

De: 20 de fevereiro de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 42/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ADRIANA WISCHRAL, matrícula 1275410, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0785/2015

PORTARIA Nº 0785/2015.

De: 20 de fevereiro de 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 20 para 40 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 3.076,62, do (a) servidor(a) CARLOS ALBERTO OSGA JUNIOR, matrícula 606596, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0786/2015

PORTARIA Nº 0786/2015.

De: 20 de fevereiro de 2015.

Revoga Portaria que trata de Rescisão de Contrato Temporário, SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 0570/2015, que trata de Rescisão de Contrato Temporário, do(a) Servidor(a) GIANCARLO FALCHETTI, matrícula 623997, investido(a) na função de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0787/2015

PORTARIA Nº 0787/2015.

De: 20 de fevereiro de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1469/2014, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula 598380, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0788/2015

PORTARIA Nº 0788/2015.

De: 20 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula nº 598380, no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Maria Izabel Blanski
- 2º membro: Valdir Martins Gonçalves
- 3º membro: Volnice Margarete da Cunha Steil
- 4º membro: Jackson Alves de Assunção

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0789/2015

PORTARIA Nº 0789/2015.

De: 20 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

GABRIELA DE MELO BARBERO, matrícula 620149, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA II, para a referência Nível VIII - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0790/2015

PORTARIA Nº 0790/2015.

De: 22 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FABIANO VALORE SIQUEIRA, matrícula 6904, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível VI - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0791/2015

PORTARIA Nº 0791/2015

De: 26 de fevereiro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 26 de fevereiro de 2015 a 17 de março de 2015, ao (a) servidor (a) MONICA HARMS SOARES, matrícula 4553, investido (a) no cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, na Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 26 de fevereiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

SECRETARIA DE SAÚDE: CONVOCAÇÃO 017/2015 DO EDITAL Nº 022/2014 - TÉC DE ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata IVANI SOUZA LEDOUX BAYER para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Itapoá, 05 de Março de 2015.

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 367, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 367, de 02 de março de 2015.

"Cria Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Nomeia seus Membros do Município de Ituporanga."

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Vice - Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nacional nº 11445/2007, e Decreto do Executivo Federal Nº 7217/2010 bem como o Estatuto das Cidades (Lei 10257/2001).

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeado seus respectivos membros. O Comitê terá a atribuição de avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, e será composto dos seguintes membros:

COORDENADOR: Nilson Kuster - Secretário de Planejamento - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Antônio José Tenfen - Fiscal de Obras e Postura - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : José Carlo Wiese - Engenheiro Civil - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Edna Lückmann Paza - Oficial Administrativo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : Orli Vicente - Fiscal de Saúde Pública - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Bruna Rudolfo - Oficial Administrativo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : Marcos Antônio Vandresen - Agente Administrativo Operacional - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Suplente: Cristiane Arndt - Assistente Administrativo - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Membro: katiucia Michele Visentainer- Engenheira Agrônoma - Epagri.

Suplente: Édio Zunino Sgrott - Engenheiro Agrônomo - Epagri.

Membro: Claudemir Coelho - Presidente da ONG Mãe d' Água.

Suplente: Delano Schafer - Tesoureiro da ONG Mãe d' Água.

Membro: Representante do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica da Funasa de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto 300, de 10 de setembro de 2014 e as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 02 de março de 2015.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município, em exercício

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 368, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 368, de 02 de março de 2015.

"Institui o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeia seus membros do Município de Ituporanga."

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Vice - Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nacional nº 11445/2007, e Decreto do Executivo Federal Nº 7217/2010 bem como o Estatuto das Cidades (Lei 10257/2001).

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeado seus respectivos membros do Município de Ituporanga. O Comitê terá a atribuição de realizar as atividades referentes ao escopo dos serviços constantes no Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ituporanga, e será composto dos seguintes membros:

COORDENADOR: Sirléia Cristina Lopes Sebold - Diretora do Departamento do Meio Ambiente - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Moacir Cordeiro - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Acássio Clasen - Engenheiro Agrônomo - Secretaria Municipal de Agricultura.

Suplente: Volmir Borsatto - Engenheiro Agrônomo - Secretaria Municipal de Agricultura.

Membro: Ana Lúcia Alves Vieira - Secretária da Assistência Social - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Alessandra Hoffaman Moratelli - Assistente Social - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Roberto Carlos Hamm - Secretário de Infraestrutura - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: José Adelino Souza - Diretor do Departamento de Trânsito - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Luiz Carlos Hesmann - Arquiteto - Prefeitura do Município de Ituporanga

Suplente: Toni Schutz - Desenhista - Prefeitura do Município de Ituporanga

Membro: Claudinei Eyng - Secretário de Saúde - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Naiara Klettenberg - Enfermeira - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Altair Mees - Secretário de Serviços Urbanos - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Ademar Kuhn - Diretor do Departamento de Urbanismo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Gilson Broering - Auxiliar de Serviços Gerais - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Valdemir da Rosa - Agente de Combate a Endemias - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Arnito Scheidt - Assistente Administrativo - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Suplente: Julio Pereira - Agente administrativo Operacional - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Membro: Fábio João da Silva - Engenheiro Sanitarista e Ambiental - Engenheiro Coordenador de Elaboração do PMSB - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Suplente: Fábio João da Silva Filho - Estagiário em Engenharia Civil e/ou Sanitária e/ou Ambiental - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Membro: Carlos Senger Júnior - Engenheiro Sanitarista e Ambiental - Elaboração de diagnóstico da infraestrutura existente, prognóstico (sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos) e proposição de programas, projetos e ações para realizar o tratamento de dados, plotar gráficos e fazer as projeções para serviços no âmbito do saneamento básico e elaborar indicadores de desempenho e sistema de informações. - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Suplente: Thiago Jair dos Santos - Engenheiro Ambiental - Elaboração de diagnóstico da infraestrutura existente, prognóstico (sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos) e proposição de programas, projetos e ações para realizar o tratamento de dados, plotar gráficos e fazer as projeções para serviços no âmbito do saneamento básico e elaborar indicadores de desempenho e sistema de informações. - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Membro: Cláudia Pick - Geógrafa - Elaborar levantamentos e estudos relacionados a área de geologia e/ou geografia demandadas no processo de elaboração do PMSB - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Suplente: Karine Rocha da Silva - Assistente Social - Desenvolver atividades, estudos e levantamentos socioculturais e de educação em saúde e mobilização social e preparar peças de apoio em comunicação e educação para as atividades de oficinas e mobilização social - Empresa Ecoeficiência soluções Ambientais.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 303 de 01 de outubro de 2014 e as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ituporanga, 02 de março de 2015.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município, em exercício

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

55/2014 FMS TA 02

CONTRATO Nº 55/2014/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85 estabelecida na Rua Pedro Kunz Nº 20, Bairro Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Júnior de Mattos, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3652085 e CPF nº 040.937.649-30, residente e domiciliado no Município de Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 55/2014/FMS, firmado em 27/05/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 15/2014/FMS - Edital TP nº 2/2014/FMS, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de edificação destinada à instalação de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua Rosa Heberle, bairro Vila Remor, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos que se fizeram necessários, devidamente revisados pela fiscalização da obra, passam a vigorar incluindo-se a planilha complementar em anexo. Diante das adequações, os serviços de que trata o objeto do contrato deverão ser executados de acordo os Memoriais Descritivos, Projetos e demais informações constantes no Anexo I (CD) do Edital TP nº 2/2014/FMS, incluindo-se os serviços detalhados na planilha complementar, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude da adequação descrita na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato original fica acrescido em R\$ 109.770,77 (cento e nove mil setecentos e setenta reais e setenta e sete centavos), correspondentes a 22,266% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo R\$ 76.839,54 referentes ao material e meio mecânico e, R\$ 32.931,23 referentes à mão de obra.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 05 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE - Prefeito

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA / CONTRATADA
JÚNIOR DE MATTOS

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

ERRATA 15/2014/01 PMJ TA 01

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 15/2014/PMJ - TA 1, publicado no DOM em 02/03/2015.

1) Onde se lê:

1	No preâmbulo: representada neste ato pelo Sr. Hudson Hack, identidade nº 1.703.557 e CPF nº 006.337.089-17
2	Na assinatura: Hudson Hack

Leia-se:

1	No preâmbulo: representada neste ato pelo Sr. Ivo Carlos Hack Junior, identidade nº 1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82
2	Na assinatura: Ivo Carlos Hack Junior

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 05/03/2015.

PAUTA DA SESSÃO Nº 072/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 072/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014, alterado pelo Decreto nº 4.629 de 05 de setembro de 2014 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 16 de março de 2015, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 88 de 23 de fevereiro de 2015;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 136.852/2015 em nome de DANIEL ASSIS CARDOSO DE CASTRO, conforme relatório do Conselheiro RICARDO ALTENBURGER;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 05 de março de 2015.
Graciela Glasenapp
Secretária do CMC

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	161.190,70
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150.271,40
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.503,92
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.647,48
		INVESTIMENTOS	1.120,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.919,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.919,30
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	363.897,61	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	374.241,45
CONVÊNIO SUPERMERCADO	280,17	CONVÊNIO SUPERMERCADO	280,17
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	161.272,60	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	180.172,68
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	645,20	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	645,20
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	180.172,68	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	171.616,44
EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDERAL	3.572,77	EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDERAL	3.572,77
INSS	5.341,94	INSS	5.341,94
INST. PREV. - IMPRES	3.937,41	INST. PREV. - IMPRES	3.937,41
ISS	231,43	ISS	231,43
PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PUB. JBA - PLA	1.028,29	PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PUB. JBA - PLA	1.028,29
RETENÇÃO P/IRRF	7.238,78	RETENÇÃO P/IRRF	7.238,78
RETENÇÕES P/GAJO	39,20	RETENÇÕES P/GAJO	39,20
SESI	137,14	SESI	137,14
SALDOS ANTERIORES	146.648,34	SALDOS ATUAIS	256.779,80
BANCO C/ MOVIMENTO	146.648,34	BANCO C/ MOVIMENTO	256.779,80
TOTAL	792.211,95	TOTAL	792.211,95

Joacaba, 02/03/2015

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres
Presidente

SIMAE**PORTARIA JHL 052/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 052/2015 05.03.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em sétimo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr.: Rodrigo Mariana, para o Cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 05 de março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 7º Lugar de Rodrigo Mariana no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Agente Administrativo de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

PORTARIA JHL 053/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 053/2015 DE 05.03.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Vilmar de Souza e Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Operação, enquadrado no P-2, N-1, Ref. B, sob nº da CNH 05865664970, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Motocicleta CG 125 Cargo ES Placa MJL-5874, no período de 05 à 21 de março de 2015, por motivo de férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/ equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Março de

2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 05 de março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 12-2015 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 12-2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos e de Ferro Fundido

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 20/03/2015 às 10:30

Valor Estimado: R\$ 8.639,84

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO 10/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 10/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIA CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.302.396/0001-70, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 320 - Bairro Gethal - Lages/SC.

Processo Licitatório nº 04/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

- SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 05(cinco) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 50.001,50 (cinquenta mil e um real e cinquenta centavos)

Lages, 26 de fevereiro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 11/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 11/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede a Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, 2510 - Bairro Maria Luiza - Lages/SC. CEP:

88.519-400.

Processo Licitatório nº 04/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

- SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 05(cinco) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.004,00 (quatro mil e quatro reais).

Lages, 26 de fevereiro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 12/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 12/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: TREBIAN COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 04.398.305/0001-54, com sede a Rua Reverendo Paulo Licio Rizzo, 336 - Sala 4 - Vila Alves Dias - São Bernardo do Campo. CEP: 09.850-430.

Processo Licitatório nº 06/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Válvulas de Gaveta com Atuador Elétrico Modulante, para uso na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), bairro Caça e Tiro, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de 2.097,20 (dois mil e noventa e sete reais e vinte centavos).

Lages, 03 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 13/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 13/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VIA D'AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob

n.º 16.637264/0001-90, com sede a Rua Marques de Olinda, 935 A - Costa e Silva - Joinville/SC. CEP: 89.218-528.
Processo Licitatório nº 06/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Válvulas de Gaveta com Atuador Elétrico Modulante, para uso na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), bairro Caça e Tiro, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 79.952,00 (setenta e nove mil e novecentos e cinquenta e dois reais).

Lages, 03 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 14/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 14/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VERMONT SANEAMENTO E HIDRÁULICA EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 00.305.097/0001-40, com sede a Av. dos Migrantes, 1676 - Parque Meia Lua - Jacareí/SP. CEP: 12.335-000.

Processo Licitatório nº 0607/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Filtrante para uso no filtro da Estação de Tratamento da Água (ETA), Av 1º 1700, bairro Popular, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 10(dez) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 19.999,99 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, 03 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 71/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 71/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 05.567.964/0001-54, com sede a SNC Quadra. 01 bloco F - Salas 302 - 303 - Edif. América Office Tower - CEP 70.711-905, Brasília/DF.

Contrato, em decorrência do Processo 44/2015, Correlato ao Pregão Presencial 23/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria Técnica para Orientação no Encaminhamento e na Elaboração de Projetos e Processos no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

O valor a ser pago será de R\$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais) mensais.

Lages, 02 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº13/2015 HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº13/2015 HMHL
PROCESSO Nº13/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de março de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa especializada em MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES para atender as necessidades do Hospital Municipal Henrique Lage, durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 5 de março de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº28/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº28/2015 PMLM
PROCESSO Nº28/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para aquisição de peças e serviços hidráulicos para veículos, máquinas e implementos rodoviário e de infra estrutura de forma PARCELADA para atender as necessidades das Secretarias de Obra e Educação do Município de Lauro Muller, no decorrer do exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 5 de março de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 01 FEV

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR (REAJUSTE DE PREÇO)
001/2015 AO CONTRATO 07/2015 PMLM 8/2015 FMS 14/2015 HMHL

Contrato Original: CONTRATO 07/2015 PMLM 8/2015 FMS 14/2015 HMHL

Processo Licitatório nº 123/PMLM/49/FMS/48/ HMHL/2015 - PRE-
GÃO PRESENCIAL nº 123/49/48/2015

Objeto: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelado, de combustível para manutenção da frota municipal

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2015

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR (REAJUSTE DE PREÇO)
001/2015 AO CONTRATO 03/2015 PMLM 10/2015 FMS 18/2015 HMHL

Contrato Original: CONTRATO 03/2015 PMLM 10/2015 FMS 18/2015 HMHL

Processo Licitatório nº 128/PMLM/51/FMS/52/ HMHL/2015 - PRE-
GÃO PRESENCIAL nº 128/51/52/2015

Objeto: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelado, de combustível para manutenção da frota municipal

Contratado: DE NONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2015

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2015 AO CONTRATO
199/2014 PMLM

Contrato Original: 199/2014

Processo Licitatório nº 129/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº
129/2014

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para execução da reforma na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, devido a insuficiência de participantes na CV 120/2014.

Contratado: ANOAR PROINELLI & CIA LTDA ME

Prazo de Vigência: 29/05/2015

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL N. 01/2015 - PROCESSO SELETIVO

EDITAL N. 01/2015

PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Sr. Ludovino Labas, representando o Município e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, para preenchimento dos cargos de Orientador Social, criados pela Lei Complementar Municipal nº 85/2014, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.1.1 As vagas disponibilizadas neste Edital são de caráter temporário em razão de o prazo de contratação estar vinculado a vigência do Programa de Fortalecimento de Vínculos (SCFV), uma vez que os cargos deverão ser extintos caso ocorra extinção do referido programa, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 85/2014.

1.2 A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.3 É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no item 1.1 desse edital e demais determinações referente ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação/contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município de Lebon Régis/SC.

1.5 O Teste Seletivo será realizado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados contra o gabarito provisório ou contra as questões da prova e apresentação do resultado final.

1.5.1 A Associação responsável pelo Teste Seletivo poderá contar com a colaboração de bancas suplementares para a elaboração das questões.

1.5.2 O valor arrecado com as inscrições será repassado para a AMARP até o limite máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas no período de 09 de março a 06 de abril de 2015, das 13h às 17h, na

Secretaria de Assistência Social, com endereço na Rua Valdir Ortigari (anexo ao Hospital), Lebon Régis/SC.

2.2 O processo de inscrição será coordenado por um servidor da Secretaria de Assistência Social de Lebon Régis/SC, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

2.3 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o responsável pelo recebimento das inscrições apenas oporá o número da inscrição.

2.4. Requisitos para a inscrição:

2.4.1 ser brasileiro, nato ou naturalizado;

2.4.2 possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.4.2 possuir a habilitação exigida para o cargo.

2.5 Documentos para a inscrição:

2.5.1 cópia autenticada do documento de identidade;

2.5.2 cópia autenticada do CPF;

2.5.3 cópia autenticada do título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa apresentada à Justiça Eleitoral;

2.5.4 comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.5 cópia da prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

2.5.6 cópia autenticada do diploma, certificado ou histórico escolar que comprove a escolaridade exigida para o cargo;

2.5.7 atestado médico emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias que comprove a condição de portador de necessidades especiais (apenas para os candidatos que forem concorrer na condição de portador de necessidades especiais).

2.5.8 requerimento de condição especial para realização de provas (cadeira especial para deficiente físico, tradutor para braille ou libras etc.) ou da necessidade de se ausentar durante a prova para amamentação.

2.6 As autenticações de documentos poderão ser feitas pelo servidor responsável pela inscrição, mediante apresentação dos documentos originais.

2.6.1 A não apresentação da documentação exigida implica no indeferimento da inscrição.

2.7 O valor da taxa de inscrição será definido de acordo com a escolaridade exigida para o cargo pretendido, conforme tabela abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Valor
Ensino Médio Completo	R\$ 30,00

2.7.1 A taxa de inscrição será quitada através do pagamento de documento próprio expedido em nome do Município (DAM), a ser retirado no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC.

2.7.2 Após o pagamento, o valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.

2.8 É permitida a inscrição por terceiros mediante procuração com poderes especiais para esse fim e com firma reconhecida, acompanhada de cópias autenticadas dos documentos necessários para inscrição ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação.

2.9 Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.10 Da Homologação das Inscrições: As inscrições serão

homologadas por Decreto do Prefeito Municipal de Lebon Régis/SC, no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado no mural da Prefeitura Municipal.

2.10.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da publicação, para, querendo, interpor recurso dirigido à Comissão Coordenadora do Teste Seletivo.

3. DAS VAGAS

3.1 Regime de trabalho: o contrato de trabalho celebrado nesses casos será regido pelas Leis Complementares Municipais n. 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e n. 85/2014 e n. 65/2010 e o contratado vincular-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

Vaga(s)	Função	Carga Horária (semanal)	Habilitação	Remuneração
03	Orientador Social	40h	Ensino médio Completo	R\$ 788,00

3.2 A contratação poderá ocorrer com carga horária inferior àquela informada acima, a critério da Administração.

3.3 Das vagas oferecidas neste teste seletivo 5% (cinco por cento) são destinadas aos portadores de necessidades especiais, que deverão informar esta condição quando da inscrição.

3.3.1 A ordem de classificação dos portadores de necessidades especiais se dará em lista distinta da classificação geral.

4. DAS PROVAS

4.1 O presente Processo Seletivo é constituído de prova escrita.

4.2 Da Prova Escrita:

4.2.1 A Prova escrita será realizada no dia 10 de abril de 2015, com início às 08h30min. e término às 11h30min., na Escola de Educação Básica Frei Caneca, no Município de Lebon Régis/SC;

4.2.2 A prova escrita terá peso 6,0 (seis) e será composta de 25 (vinte e cinco) questões, sendo que cada questão terá peso 0,24.

4.2.3 As questões objetivas, do tipo múltipla escolha, serão subdivididas em 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D. Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.2.4 As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova e que deverá ser preenchido apenas com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.2.5 O conteúdo programático (Anexo I) para a prova escrita é de caráter sugestivo, sendo que o candidato deve considerar outros conteúdos que se enquadrarem na formação exigida para o cargo, bem como conhecimentos específicos relativos à função.

4.2.6 Os candidatos deverão comparecer com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, sendo que quando faltar 10 (dez) minutos para a realização das provas os portões serão fechados.

4.2.6.1 Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.6.2 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.2.7 Para a prova escrita, o ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e do Comprovante de Inscrição. Em caso de perda deste comprovante, o candidato deverá solicitar por escrito na Prefeitura Municipal um novo comprovante.

4.2.8 Durante a realização da prova não será permitida a comunicação entre candidatos ou destes com terceiros e não serão admitidas quaisquer consultas nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho destinado ao armazenamento de dados, à gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como aparelhos celulares, calculadoras, agendas eletrônicas, pager e similares.

4.2.9 Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova pelo último candidato para assinarem todos os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente após a conclusão do local de realização das provas.

4.2.11 O gabarito provisório será publicado no mural da Prefeitura Municipal em até 2 (dois) dias úteis após a realização da prova escrita.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos, por função, na ordem decrescente, independentemente da(s) nota(s) obtida(s) e haverá lista separada para classificação dos candidatos portadores de necessidades especiais.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver nota mínima de 2,5 (pontos) na prova escrita.

5.3 Havendo empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato (a) com maior idade (b) com maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos e (c) com maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais.

5.4 Apresentada a lista de classificados o Prefeito Municipal homologará o resultado através de Decreto.

5.5 O resultado final será divulgado em até 15 dias após a realização da prova escrita, sendo que da classificação final caberá recurso.

6. DOS RECURSOS

6.1 Os recursos/requerimentos que forem apresentados deverão obedecer aos critérios que seguem e serão dirigidos à Comissão Organizadora do Processo Seletivo a qual tomará as providências necessárias e cabíveis.

6.2 Caberá recurso das seguintes etapas do Teste Seletivo e nos prazos que seguem:

6.2.1 Do indeferimento da inscrição: 24 horas após a divulgação da lista dos inscritos, cuja decisão caberá a Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

6.2.2 Do gabarito provisório e/ou das questões da prova escrita: havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da respectiva publicação, para apresentação do recurso, cuja decisão caberá à AMARP;

6.2.3 Da pontuação das provas e do resultado final: havendo discordância das notas atribuídas às provas escrita o candidato poderá interpor recurso no prazo de 24 horas da publicação do

resultado final, cuja decisão caberá à Comissão Organizadora e à AMARP.

6.3 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

6. Em caso de anulação, a questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos da respectiva função.

6.5 Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos das respectivas funções serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A aprovação no Processo Seletivo gera expectativa de direito à contratação no decorrer do ano de 2015, mas não gera direito adquirido à contratação.

7.2 Os aprovados serão convocados conforme ordem de classificação no Processo Seletivo.

7.2.1 A contratação dos portadores de necessidades especiais ocorrerá alternadamente com os candidatos da lista geral, observando-se o percentual fixado no item 3.3 deste Edital.

7.3 O candidato deverá se apresentar no prazo de até 2 (dois) dias a contar da data da convocação, que será feita através de telefone ou email.

7.3.1 Se o aprovado não comparecer no prazo estabelecido acima presumir-se-á a desistência da vaga, devendo ser chamado o aprovado imediatamente subsequente.

7.4 Documentos necessários para a contratação:

Considerando os documentos já exigidos para a inscrição, no momento da contratação o candidato deverá apresentar:

7.4.1 cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se houver, e de casamento, se casado for;

7.4.2 atestado de saúde física e mental a ser fornecido por médico, que comprove aptidão necessária ao exercício do cargo. ;

7.4.3 declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou proventos percebidos em razão de aposentadoria em cargo, emprego ou função pública.

7.5 Os trabalhos serão desenvolvidos pelos contratados junto ao Poder Executivo Municipal, ficando diretamente subordinados à Secretaria de Assistência Social na qual prestarão os serviços, cabendo a Secretária o controle da jornada de trabalho.

7.6 As atribuições da função de Orientador Social estão discriminadas na Lei Complementar Municipal n. 85/2014.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à contratação, ocasionarão a rescisão do contrato.

8.2 O Processo Seletivo terá validade de 02 (dois anos) a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.3 As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal.

8.4 Os documentos referentes à inscrição do Teste Seletivo e à prova de títulos ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Lebon Régis, sob guarda do Departamento de Pessoal e os referentes à

prova escrita na AMARP.

8.5 O Foro eleito para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Lebon Régis/SC.

8.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Teste Seletivo, designada pelo Executivo Municipal, em conjunto com a Associação responsável pela sua realização - AMARP.

8.7 Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Processo Seletivo poderão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC.

8.8 Faz parte integrante deste Edital o Anexo I - Conteúdo Programático.

Lebon Régis/SC, 04 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

EDITAL N. 01/2015

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS:

Português: leitura e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, concordância nominal e verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, homônimos e parônimos, plural, emprego do hífen, gramática em geral.

Informática: Noções Básicas de Informática.

Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

LOAS - lei Orgânica de Assistência Social - nº 8742/93- objetivo, princípios, organização, gestão, benefícios, programa e financiamento. Estatuto do Idoso. SUAS - Sistema único de Assistências Social. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DECRETO Nº 020/2015

DECRETO Nº 020/2015, de 03 de Março de 2015.

"Aprova Desmembramento dos Lotes, localizados as margens da Rodovia Municipal LR 446-Linha Comum na cidade de Lebon Régis-SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de dois lotes sendo um de 4.000 m² e outro com 8.000 m² a partir da área do lote 01 da quadra 130 do constante da matrícula 3.110 do Cartório de Registro de Imóveis de Lebon Régis, localizados as margens da Rodovia Municipal LR-446- Linha Comum, de propriedade de Valdir

Jesus de Mello Primo, com área de terra superficial de 99.572,55 m² (noventa e nove mil e quinhentos e setenta e dois metros quadrados cinquenta e cinco decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: uma linha medindo 395,521 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal que liga Lebon Régis a localidade denominada de "Comum" ;

Sul: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita: 122,40 metros lineares, confrontando com terrenos do Patrimônio Municipal e 148,00 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 114 de propriedade de Moacir Klug medindo 30,00 metros lineares

Lote 17 da quadra 115 de propriedade de Elizabete Rosane Malagoli medindo 30,00 metros lineares.

Lote 18 da quadra 115 de propriedade de Maria J. dos Prazeres de Lima medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos medindo 30,00 metros lineares.

Rua Ovídio Gomes na extensão de 14,00 metros lineares.

Rua Ataliba Granemann na extensão de 14,00 metros lineares.

E ainda uma linha medindo 266,90 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 16 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares

Lote 15 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos -- medindo 12,00 metros lineares.

Lote 14 da quadra 116 de propriedade de Alzemiro Ferreira — medindo 12,00 metros lineares.

Lote 13 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 12 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 11 da quadra 116 de propriedade de Irini A. do Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 10 da quadra 116 de propriedade de Paulo Alves Delgado - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 9 da quadra 116 de propriedade de Juvenal Caetano - medindo 12 metros lineares.

Lote 8 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo medindo - 12,00 metros lineares.

Lote 7 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 6 da quadra 116 de propriedade de Nelson Soares - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 5 da quadra 116 de propriedade de Odair José Augustin de Oliveira - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 116 de propriedade de Delaide Prudente Ribeiro - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 116 de propriedade de Idalina Prudente da Rocha - medindo 12,00 metros lineares

Lote 2 da quadra 116 de propriedade de Rose da Aparecida Nunes da Silva - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 117 de propriedade de José Vanderlei Gonçalves Cordeiro - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 117 de propriedade de Nadir Maiberg - medindo 12,40 metros lineares.

Lote 4 da quadra 117 de propriedade de Walmor Gonçalves Pontes - medindo 12,50 metros lineares.

Rua Onofre Pedro dos Santos na extensão de 14,00 metros lineares.

Portanto na face sul temos um perímetro de 537,30 metros lineares.

Leste: Iniciando-se na face norte confronta-se com terrenos de propriedade de Valdir Jesus de Mello Primo e objeto das matrículas 2569, 2571, e 2573, com uma linha medindo 355, 907 metros lineares. Mais uma linha quebrada na continuidade da anterior medindo 88,00 metros lineares confrontando-se com terrenos de Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face leste temos um perímetro de 443, 907 metros lineares;

Oeste: Com três linhas quebradas a partir da face norte e medindo respectivamente 97,70 metros lineares, outra com 108,20 metros lineares estas duas se confrontando com terrenos de Getúlio Vargas de Moraes e uma última medindo 17,431 metros lineares e esta última confrontando-se com terreno do mesmo de uma Estrada municipal que encontra a Rua Anibal Cordeiro da Rocha. Portanto o perímetro na face oeste é de 223, 331 metros lineares.

Art. 2º - Do imóvel original descrito acima será realizado desmembramento do Lote 02 quadra 130 localizado na Rodovia Municipal LR-446- Linha Comum bairro Loteamento Mello nesta cidade de Lebon Régis - SC com área desmembrada de 8.000,00 metros quadrados com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita (de quem esta no lote olhando para a rodovia LR-446) 26,009 metros lineares, 20,30 metros lineares e 31,17 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal LR-446 Linha Comum. Portanto a face Norte mede 77,479 metros lineares;

Sul: formado por uma linha reta medindo 78,121 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello

Leste: formado por uma linha reta medindo 102,626 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 medindo 56,213 e mais 46,413 confrontando-se com o lote desmembrado de nº 3 da quadra 130, ambos de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello.

Oeste: formado por uma linha reta medindo 97,70 metros lineares e confronta-se com o terreno de propriedade de Getúlio Vargas de Moraes.

Art. 3º - Do imóvel original descrito no Art. 1º será realizado desmembramento do Lote 03 da quadra 130 - Rodovia municipal LR-446 Linha Comum- Bairro Loteamento Mello em Lebon Régis- SC. Área do lote desmembrado: 4.000,00 metros quadrados. Possui as seguintes confrontações:

Norte: formado por duas linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita (de quem esta no lote olhando para a Rodovia LR-446) 33,40 metros lineares, 55,77 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal LR- 446 Linha Comum. Portanto a face Norte mede 89,17 metros lineares;

Sul: formado por uma linha medindo 84, 243 metros lineares e confronta-se com o lote 01 da quadra 130 (lote remanescente) de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello;

Leste: formado por uma linha reta medindo 49, 472 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello;

Oeste: formado por uma linha reta medindo 46,413 metros lineares e confronta-se com o lote desmembrado designado de lote 02 da quadra 130 de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello.

Art. 4º - Do lote descrito no art. 1º fica uma área Remanescente Lote 01 da quadra 130 - Rodovia Municipal LR - 446, Linha Comum - Bairro Loteamento Mello em Lebon Régis - SC. Área do lote desmembrado: 87.572,55 metros quadrados e possui as seguintes confrontações:

Norte: uma linha medindo 228,872 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal denominada LR - 446 - Linha Comum - na cidade de Lebon Régis;

Sul: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita: 122,40 metros lineares, confrontando com terrenos do Patrimônio Municipal e 148,00 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 114 de propriedade de Moacir Klug medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 115 de propriedade de Elizabete Rosane Malagoli medindo 30,00 metros lineares.

Lote 18 da quadra 115 de propriedade de Maria J. dos Prazeres de Lima medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos medindo 30,00 metros lineares.

Rua Ovídio Gomes na extensão de 14,00 metros lineares.

Rua Ataliba Granemann na extensão de 14,00 metros lineares.

E ainda uma linha medindo 266,90 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 16 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 15 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 14 da quadra 116 de propriedade de Alzemiro Ferreira - medindo 12,00 metros lineares

Lote 13 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 12 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 11 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 10 da quadra 116 de propriedade de Paulo Alves Delgado - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 9 da quadra 116 de propriedade de Juvenal Caetano - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 8 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo medindo - 12,00 metros lineares.

Lote 7 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 6 da quadra 116 de propriedade de Nelson Soares - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 5 da quadra 116 de propriedade de Odair José Augustin de Oliveira - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 116 de propriedade de Delaide Prudente Ribeiro - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 116 de propriedade de Idalina Prudente da Rocha - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 116 de propriedade de Rose da Aparecida Nunes da Silva - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 117 de propriedade de José Vanderlei Gonçalves Cordeiro - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 117 de propriedade de Walmor Gonçalves Pontes - medindo 12,50 metros lineares.

Rua Onofre Pedro dos Santos na extensão de 14,00 metros lineares.

Portanto na face sul temos um perímetro de 537,30 metros lineares.

Leste: Iniciando-se na face norte confronta-se com terrenos de propriedade de Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello e objeto das matrículas 2569, 2571, e 2573, com uma linha medindo 355,907 metros lineares. Mais uma linha quebrada na continuidade da anterior medindo 88,00 metros lineares;

Oeste: Com seis linhas quebradas a partir da face norte e medindo respectivamente 49,472 e 84,243 metros lineares e confronta-se com o lote 03 da quadra 130 (lote desmembrado) de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello. Outras duas medindo 56,213 e 78,121 metros lineares do lote 02 da quadra 130 (lote desmembrado) de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello. E outra linha medindo 108,20 metros lineares se confrontando com terrenos de Getúlio Vargas de Moraes e uma última medindo 17,431 metros lineares e esta última confrontando-se com terreno do mesmo de uma Estrada municipal que encontra a Rua Anibal Cordeiro da Rocha. Portanto o perímetro na face oeste é de 393,68 metros lineares.

Art.5º- A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditadas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Elias Boçois - CREA/SC 019.388-7.

Art.6º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 03 de março de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

- DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1.511/2015

Lei Municipal nº 1.511/2015, de 05 de março de 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RIO DOCE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RIO DOCE, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 05.293.969/0001-11 e com código de atividade econômica nº. 94.30-8-00, com sede à Rua Número um, s/n, Bairro Núcleo Rio Doce, neste município.

Art. 2º Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 05 de março de 2015.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TP Nº 002/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

ROBERTA OTTO - Secretária Municipal da Saúde de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa para reforma da cobertura com telhas cerâmicas da Unidade Básica de Saúde Santa Paulina, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2015, foi DECLARADA DESERTA, no dia 05 de março de 2015. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/03/2015.

ROBERTA OTTO

Secretária Municipal da Saúde.

CONTRATO Nº 017/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 017/2015 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 016/2015 - Aditivo de Preço.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Gilberto Comandolli, nº 50, Bairro Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.915.246/0001-07, neste ato representada pelo Senhor Edeimar Marcelo Petry, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 009/2015.

Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME, de 03/03/2015, recebida através do Comunicação Interna nº 012/2015, de 03/03/2015, da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, onde a empresa acima mencionada solicita Termo Aditivo de Valores ao Contrato nº 016/2015, em virtude de haver necessidade de trocar o colarinho da camisa que está trincado do motor do Caminhão Basculante Volvo VM 260 6X4R, ano/modelo 2010, diesel, placa: MII 8794, pertencente a Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Leoberto Leal, pois o mesmo só foi detectado ao fazer a projeção das camisas, não sendo licitado no Processo Licitatório nº 011/2015;

Considerando, a Comunicação Interna nº 012/2015, de 03/03/2015, da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, informando que há necessidade de substituir a referida peça, pois não é possível realizar o conserto do motor do Caminhão Basculante Volvo VM 260 6X4R, ano/modelo 2010, diesel, placa: MII 8794 e nem mesmo dar a garantia dos serviços prestados;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município referente ao Termo Aditivo de Preço, em relação ao Contrato nº 016/2015.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 011/2015, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2015, com fulcro no art. 65, inciso I, letra b, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 009/2015, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 016/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO**”.

III - “O Termo Aditivo de Contrato nº 017/2015, tem por objeto a troca do colarinho da camisa que está trincado, no valor de R\$ 1.843,00 (um mil oitocentos e quarenta e três reais) conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 016/2015, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 009/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME EDEMAR MARCELO PETRY Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 018/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 018/2015 - PMLL

Contrato de aquisição de automóvel utilitário zero quilômetro, para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 010/2015.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50,

neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CURT SCHROEDER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia BR 470 nº 14336, KM 143, Bairro Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 85.775.500/0001-58, neste ato representada pelo Senhor Eduardo Schroeder, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 010/2015, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de automóvel utilitário zero quilômetro, marca Mercedes Benz, modelo Sprinter van/microônibus, longa, teto baixo, sem ar condicionado, com ar quente, com air bag para o motorista. Ano/Modelo 2014/2015, cor branca, com capacidade para 15 passageiros sentados mais o motorista. Equipada com motor a diesel de 146CV/33,6KGFM de torque, câmbio manual de 6 (seis) marchas a frente e 1 (uma) a ré. Bateria 12V-100AH. Pneus radiais sem câmara 225/75R16, rádio CD MP3 com entrada USB, bluetooth e cartão de memória. Tacógrafo. Vidros elétricos, retrovisores elétricos e aquecidos. Direção hidráulica com volante escamoteável com regulagem de profundidade e altura. Faróis de neblina, fechamento central das portas via controle remoto. Chave com sistema antifurto que bloqueia o veículo. Bancos fixos. Tração traseira com rodado simples. Sistema de freio ABS, sistema antibloqueio de freio. ASR-sistema de controle de tração. BAS-servo freio de emergência. EBV-distribuição eletrônica de força de frenagem. Película e calhas de chuva nas portas. Estribo na porta lateral, faixa escolar de acordo com as especificações do transporte escolar.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2015, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 118.900,00 (cento e dezoito mil e novecentos reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta de recursos previstos no orçamento fiscal vigente:

04.01.12.361.0004.1.007.4.4.90.00.00.00.00.03.0087 (127) - Renovação da Frota do Transporte Escolar

04.01.12.361.0004.1.007.4.4.90.00.00.00.00.03.0089 (128) - Renovação da Frota do Transporte Escolar

04.01.12.361.0004.1.007.4.4.90.00.00.00.00.01.0089 (129) - Renovação da Frota do Transporte Escolar

04.01.12.361.0004.1.007.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 (130) - Renovação da Frota do Transporte Escolar

II - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do veículo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente preenchida.

III - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento inicial ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Entregar os Automóveis zero quilômetro com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 2) Prestar os serviços de garantia estipulados pelo fabricante sem ônus para o Município.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do veículo;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII, item 1 do Processo Licitatório nº 012/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a fornecer os materiais aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Aquisição de Automóveis zero quilômetro, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

Leoberto Leal/SC, 04 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	CURT SCHROEDER S.A. IND. E COM. Eduardo Schroeder Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF-FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS CONSTANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

GABARITO OFICIAL

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II (RETROESCAVADEIRA)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II (MOTONIVELADORA)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

EDUCADOR FÍSICO PARA ATUAR NO NASF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	B	D	C	D	A	D	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	B	C	C	B
21	22	23	24	25					
A	C	B	C	A					

NUTRICIONISTA PARA ATUAR NO NASF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	B	D	C	D	A	D	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	D	C	A	B
21	22	23	24	25					
C	C	B	C	A					

ENFERMEIRO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	B	D	C	D	A	D	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	B	C	D	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	B	C	A					

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	D	C	A	D	B	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	B	B	C	C	B	C	A
21	22	23	24	25					
D	C	B	C	A					

AGENTE DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	D	C	A	D	B	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
				ANU- LA- DA					
D	B	C	B	B	C	C	A	C	A
21	22	23	24	25					
D	B	D	B	A					

MOTORISTA – EDUCAÇÃO (VINTE SALTOS)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	D	D	C	C	B	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	C	D	C

Leoberto Leal, 05 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Objetiva-se a aquisição de Kit de imagem para CTPS Digital, conforme especificação constante no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 18 de março de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/03/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

TIPO: "Menor Preço Global". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços com assentamento de lajota sextavada e colocação de meio fio, para realizar a pavimentação da Rua Jorge Lacerda no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 014/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 19 de março de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/03/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS ASSINADAS EM FEVEREIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar.
Valor Total: R\$ 10.142,71
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar.
Valor Total: R\$ 26.377,30
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: CC INFORMÁTICA E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar, e para manutenção de equipamentos eletrônicos.
Valor Total: R\$ 19.769,06
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha.
Valor Total: R\$ 8.272,86
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ILLO QUÍMICA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha.
Valor Total: R\$ 4.784,10
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha.
Valor Total: R\$ 12.161,45
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha.
Valor Total: R\$ 15.070,78
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha.

Valor Total: R\$ 17.206,35

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: POSTO MADESUL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por litro de gasolina comum correspondente ao item 3, da ATA de registro de preços 54/2014.

Valor Total: R\$ 10.277,45

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015 1º TA 54/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: POSTO MADESUL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por litro de gasolina comum correspondente ao item 3, da ATA de registro de preços 54/2014.

Valor Adicional: R\$ 10.277,45

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 09 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015 1º TA 55/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou

a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SAFRA DIESEL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por litro de óleo diesel S-10

Valor Adicional: R\$ 42.500,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 11 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015 1º TA 56/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por cargas de gás de cozinha de 45kg.

Valor Adicional: R\$ 1.686,72

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 19 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FRARE & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios de forma parcelada, para a composição da alimentação de servidores municipais vinculados à Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, quando da realização de serviços nas comunidades do interior do Município de Lindóia do Sul, e cuja distância inviabiliza o retorno dos mesmos às respectivas residências no horário do almoço, e também para o Fundo Municipal de Saúde e Ação Social, Diretoria de Esporte e Cultura e Secretaria de Administração.

Valor: R\$ 1.841,40

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios de forma parcelada, para a composição da alimentação de servidores municipais vinculados à Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, quando da realização de serviços nas comunidades do interior do Município de Lindóia do Sul, e cuja distância inviabiliza o retorno dos mesmos às respectivas residências no horário do almoço, e também para o Fundo Municipal de Saúde e Ação Social, Diretoria de Esporte e Cultura e Secretaria de Administração.

Valor: R\$ 4.463,71

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ANTONIO JOSÉ DIAS 29686270906

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios de forma parcelada, para a composição da alimentação de servidores municipais vinculados à Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, quando da realização de serviços nas comunidades do interior do Município de Lindóia do Sul, e cuja distância inviabiliza o retorno dos mesmos às respectivas residências no horário do almoço, e também para o Fundo Municipal de Saúde e Ação Social, Diretoria de Esporte e Cultura e Secretaria de Administração.

Valor: R\$ 16.148,90

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar.

Valor: R\$ 2.183,55

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar.

Valor: R\$ 6.358,63

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ADEVAL BIKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar.

Valor: R\$ 1.128,16

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

CONTRATOS ASSINADOS EM FEVEREIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 25/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 86/2014

Objeto: Publicação de atos oficiais em jornal de circulação regional de no mínimo, duas edições por semana, com o fornecimento de dez exemplares por edição.

Valor: R\$ 650,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 02 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição de coffee break durante a realização de eventos, palestras, encontros, seminários, conferências.

Valor: R\$ 18.688,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 02 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: L.A.CN INFORMÁTICA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015
Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos.
Valor: R\$ 12.043,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 03 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 28/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015
Objeto: Aquisição de notas fiscais e capas para blocos de notas de produtor rural.
Valor: R\$ 6.250,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 04 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 29/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 04/2015
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino fundamental do município de Lindóia do Sul durante o ano letivo de 2015.
Valor: R\$ 39.782,30
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 06 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 30/2015 - 1º TA 18/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: RENATO ZANELLA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2015
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega do contrato de fornecimento de duas colhedoras de forragens, por mais 06 dias.
Vigência: 26 de fevereiro de 2.016.
Assinatura: 10 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 31/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL.

Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2015
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para composição da merenda escolar destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.
Valor: R\$ 20.454,50
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 11 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 32/2015 - 3º TA 71/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014
Objeto: Prorrogação do prazo de execução e prazo de vigência do contrato de pavimentação asfáltica com c.b.u.q. nas Ruas Victorio Dalmora, Urbano Nicolao, e Capitão Zorzi, em mais 30 dias.
Vigência: 01 de junho de 2.015.
Assinatura: 20 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 33/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TRATORDIESEL LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015
Objeto: Fornecimento de três tratores agrícolas sobre pneus.
Valor: R\$ 285.000,00
Vigência: 24 de março de 2015.
Assinatura: 24 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 34/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Locador: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
Objeto: Prestação de serviços de locação, e assessoria técnica de software de controle e gestão municipal de educação, denominado Escola Via Net.
Valor Mensal: R\$ 296,11
Vigência: 28 de fevereiro de 2016.
Assinatura: 24 de fevereiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 35/2015 - 8º TA 11/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: VIAGENS ZONTA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 55/2011
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05% conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes, em mais 1,38%.

Valor adicional: R\$ 2.068,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 36/2015 - 8º TA 61/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TRANSPORTES PIZZATTO LTDA. ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 21/2011
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05% conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 4,92%.

Valor adicional: R\$ 6.390,86
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 37/2015 - 10º TA 03/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: VIAGENS ZONTA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 04/2011
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05% conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes, em mais 1,38%.

Valor adicional: R\$ 4.014,87
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 38/2015 - 2º TA 23/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 69/2013
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do reajuste

de preços em mais 4,05% conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 4,92%

Valor adicional: R\$ 1.668,60
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 39/2015 - 10º TA 13/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 69/2013
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05%, conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 4,92%

Valor adicional: R\$ 4.020,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 40/2015 - 11º TA 61/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 19/2012
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05%, conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 4,92%

Valor adicional: R\$ 4.608,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 41/2015 - 3º TA 61/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: VIAGENS ZONTA LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 35/2014
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 2,37%%

Valor adicional: R\$ 918,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.
Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 42/2015 - 12º TA 14/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: GILMAR ROSSI TRANSPORTES

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 10/2011

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05%, conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 2,69%.

Valor adicional: R\$ 2.928,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 25 de fevereiro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 43/2015 - 7º TA 57/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: ALCI DAL BELLO ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 19/2012

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do reajuste de preços em mais 4,05%, conforme IGP-DI/FGV acumulado entre os meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares, em mais 2,16%.

Valor adicional: R\$ 3.410,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 26 de fevereiro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 44/2015 - 5º TA 39/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de construção de dois pórticos, por mais 30 (trinta) dias consecutivos.

Vigência: 01 de abril de 2015.

Assinatura: 27 de fevereiro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 45/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: FRARE & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 11/2015

Objeto: Fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição de cestas básicas.

Valor: R\$ 2.399,10

Vigência: 01 de abril de 2015.

Assinatura: 27 de fevereiro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.668/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

DECRETO N.º 2.668/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.263/2015, de 04 de Março de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
.....R\$ 210.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos
.....R\$ 7.560,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos
.....R\$ 2.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins Lucrat
.....R\$ 109.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.20.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a União
.....R\$ 210.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos
.....R\$ 6.470,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO

AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.030 - Apoio Administrativo - FUNDERURAL
3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos
.....R\$ 2.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos
.....R\$ 1.090,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL
4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins
LucratR\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Atividade Animal - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL
4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins
LucratR\$ 60.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
.....R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 04 de Março de 2015
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL

TERMO Nº 03/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que cedeu para uso, a título gratuito, o seguinte bem:

CESSIONÁRIO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL

OBJETO: Cessão de uso do imóvel patrimônio do município nº. 3051, construída em alvenaria, com 96,09 m² (noventa e seis metros quadrados), edificada sobre o lote rural nº 134, do bloco Sertãozinho, com área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros

quadrados), sob a matrícula nº 4.006, do livro nº "2 O" no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº 243/2014 de 12 de novembro de 2014

VIGÊNCIA: 27 de fevereiro de 2025

ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL Nº 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL

TERMO Nº 04/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que cedeu para uso, a título gratuito, o seguinte bem:

CESSIONÁRIO: CLUBE DE MÃES DE LINHA ACÓRDI

OBJETO: Concessão de direito real de uso do imóvel pertencente ao município matrícula 5.369 com área de 3.683 m² (três mil seiscentos e oitenta e três metros quadrados) com edificação construída em alvenaria, com 81,60 m² (oitenta e um metros quadrados e sessenta centímetros), do livro nº "2 U" as fls.001, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº.243/2014 de 12 de novembro de 2014

VIGÊNCIA: 27 de fevereiro de 2025

ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO - Nº 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, e o CAMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE LINDÓIA DO SUL - CDL, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação financeira.

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Pedro Ari Parizotto, portador da Cédula de Identidade RG nº 518.634 e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619-68, doravante denominado MUNICÍPIO e a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE LINDÓIA DO SUL- CDL, inscrita no CNPJ sob nº 73.529.737/0001-70, com sede na Rua 29 de Julho, 490, Lindóia do Sul, SC, neste ato representada pela sua Presidente, senhora SUZANA REGINA BORDINHON, brasileira, separada, empresaria, residente na Rua Barrão do Rio Branco nº 120 portadora da cédula de identidade nº 2.131.131, e inscrito no CPF sob nº 026.972.159-21, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei Municipal nº. 1.256 de 10 de dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE,

de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio inicia a partir da assinatura e expira em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para execução do presente convênio, o Município, transferirá recursos da ordem de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a serem pagas conforme plano de trabalho.

Subcláusula Única - Após a liberação da primeira parcela, as demais somente serão liberadas após a prestação de contas, da parcela anterior, pela CONVENIENTE.

Os recursos repassados pelo Município integram a dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária do exercício de 2015:

Órgão 7 : SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 01: Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
Proj/Ativ 2004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio, e Turismo.

(116) 3.3.50.00.00.00.00.00. 01.000.0 - Transferência a Instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA QUARTA - DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos concedidos através do presente Termo de Convênio devem ser depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

I. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

II. A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão ☐Subvenção☐, ☐Auxílio☐ ou ☐Contribuição☐ e do nome da unidade concedente.

III. Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.

IV. Os rendimentos da aplicação financeira poderão ser empregados no objeto do convenio, desde que a entidade atenda os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo MUNICÍPIO;

II - ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

III - movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;

IV - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

V - Prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, na forma estabelecida pela Resolução nº TC 16/94, de 21 de dezembro de 1994, e Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso V e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº TC 14/2012 e pertinentes ao objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a liberar os recursos em estrita conformidade com o disposto na cláusula terceira, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 2 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo.

Lindóia do Sul, SC, 20 de fevereiro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

SUZANA REGINA BORDINHON

Presidente

Testemunhas:

01. _____
 Nome: Edison Domingos Giron
 CPF: 675.033.819-49

02. _____
 Nome: Geneci Dellai
 CPF: 579.510.129-04

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO
DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade proponente CLUBE DOS DIRIGENTES LOJISTAS -CDL		CNPJ 73.529.737/0001-70	
Endereço do Órgão/Entidade Rua 29 de Julho, 490, Centro			
Cidade Lindóia do Sul	UF SC	CEP 89735-000	DDD/ Telefo- ne/Fax 49- 3446- 1257
Conta corrente 32.186- 9	Banco BANCO DO BRASIL	Agência 5425-9	Praça de paga- mento Lindóia do Sul
Representante legal: SUZANA REGINA BORDINHON		CPF: 026.972.159-21	
CI/Órgão Expe- didior 2.131.131 / SSP-SC	Cargo Presidente		
Endereço residencial Lindóia do Sul/SC		CEP 89735-000	

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Identificação do objeto Celebrar termo de convenio de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade.

Metas a serem atingidas

Melhorar as condições de atendimento aos associados do CDL e consequentemente os moradores do Município de Lindóia do Sul;
 Fomentar o comércio local, melhorando a arrecadação do município;
 Criar novas vagas de emprego.

Plano de aplicação dos recursos financeiros

Os recursos deste convênio serão aplicados no pagamento de, Taxas de Associação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

Justificativa da proposição: A Câmara de Dirigentes Lojistas de Lindóia do Sul – CDL foi fundada em 01 de julho de 1991, com o objetivo de amparar, defender e orientar os associados. O atendimento se faz necessário tendo em vista o desenvolvimento do comércio do Município de Lindóia do Sul. A Câmara de Dirigentes Lojistas de Lindóia do Sul oferece aos associados e população em geral consultas no sistema SPC (Sistema de Proteção do Crédito), desenvolve campanhas para fomentar o comércio local, incentivando o consumo no município, buscando melhorar a geração de emprego e renda.

Cronograma de Desembolso: 10 (Dez) parcelas no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) totalizando o valor de R\$ 4.000,00.

1ª parcela até 10.03.2015, no valor de R\$ 400,00
 2ª parcela até 10.04.2015 no valor de R\$ 400,00
 3ª parcela até 10.05.2015, no valor de R\$ 400,00
 4ª parcela até 10.06.2015, no valor de R\$ 400,00
 5ª parcela até 10.07.2015, no valor de R\$ 400,00
 6ª parcela até 10.08.2015, no valor de R\$ 400,00
 7ª parcela até 10.09.2015, no valor de R\$ 400,00
 8ª parcela até 10.10.2015, no valor de R\$ 400,00
 9ª parcela até 10.11.2015, no valor de R\$ 400,00
 10ª parcela até 10.12.2015, no valor de R\$ 400,00

Lindóia do Sul/SC, 20 de fevereiro de 2015.

Deferido:

Suzana Regina Bordinhon Presidente	Pedro Ari Parizotto Prefeito Municipal
---------------------------------------	---

EXTRATO DE EDITAL Nº 01/2015

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Extrato de Edital do Processo Seletivo Público 01/2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC, torna público que fará realizar Processo Seletivo para contratação de professores em caráter temporário para as áreas de Língua Estrangeira- Inglês, 15(quinze) horas semanais e Artes 40(quarenta) horas semanais, categoria habilitados e não habilitados. A prova será realizada, no dia 18 de março de 2015 às 08:00 horas, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro. O edital pode ser obtido na íntegra pelo site: www.lindoiadosul.sc.gov.br. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446-1115.

Lindóia do Sul/SC, 06 de março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito Municipal.

LEI ORDINÁRIA N.º 1.263/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.263/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015
 REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

.....R\$ 210.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos

.....R\$ 7.560,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos

.....R\$ 2.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins

LucratR\$ 109.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.20.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a União

.....R\$ 210.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos

.....R\$ 6.470,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 - Apoio Administrativo - FUNDERURAL

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos

.....R\$ 2.000,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Consórcios Públicos

.....R\$ 1.090,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL

4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins

LucratR\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Atividade Animal - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

.....R\$ 35.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL

4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins

LucratR\$ 60.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE GRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

.....R\$ 4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 04 de Março de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.264/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.264/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADE VISANDO A REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio de cooperação com a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude para a entidade representar o Município de Lindóia do Sul em competições esportivas regionais, estaduais e interestaduais.

Art. 2º Como participação do Município para a concretização do objetivo do convênio especificado no artigo anterior poderá efetuar o pagamento de bolsa aos atletas, providenciar o fardamento e/ou uniformes aos mesmos, devidamente identificados com o nome do Município de Lindóia do Sul, viabilizar transporte aos atletas para o local das competições, repassar recursos financeiros e demais despesas relacionadas aos eventos desportivos em que houver a representação.

Art. 3º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei poderão ser no montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 04 de Março de 2015
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

PORTARIA Nº 075/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 075/2015, de 02 de Março de 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear, ELUZIELE CARLA RODRIGUES, aprovada no Concurso Público nº 01/2011, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Educação, Grupo Funcional (GF), Anexo I, 40 (quarenta) horas semanais, Nível 4, Classe Inicial do Anexo IV, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo Anexo II, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 02 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 076/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 076/2015, de 02 de Março de 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear, IVANETE ZUANAZZI, aprovada no Concurso Público nº 01/2011, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Gestor Escolar, Grupo Especialista (GE), Anexo I, 40 (quarenta) horas semanais, Nível 1, Classe Inicial do Anexo I, Categoria Pós Latu Sensu, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Magistério Anexo II, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 02 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 074/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 074/2015, de 02 de Março de 2015.

CONTRATA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 04/2014.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhora Franciele Hengen Benini, para exercer as funções de Segundo Professor, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, no Ensino Fundamental, junto ao Núcleo de Educação Ottaviano Nicolao, a partir de 02 de Março de 2015, para o ano letivo de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

RESOLUÇÃO 01/2015 CMI

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova o Regimento Interno, e torna público a escolha de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal do Idoso de Lindóia do Sul, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE LINDÓIA DO SUL, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, na Lei Municipal nº242 de 12 de novembro de 2014, Resolve:

Art. 1º Aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 2º Informar que o Regimento Interno será disponibilizado para consulta pública para quem interessar na Diretoria de Assistência Social deste município.

Art. 3º Tornar público a escolha do Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo respectivamente:

- a) Presidente: Genir Pereira
- b) Vice-Presidente: André Oldoni
- c) Secretário: Adriana Tebaldi

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 11 de fevereiro de 2015.

Genir Pereira
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Luzerna**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 014/2015 - PP 008/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 014/2015 - PML

Pregão nº 008/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 014/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP
 - * CAPINZAL CENTER LTDA ME
 - * COR & ARTE COMERCIO E DISTRUBUIDORA LTDA ME
 - * F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA ME
 - * MERCADO RZ LTDA EPP
 - * OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
 - * PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTS DE LIMPEZA LTA ME
 - * TIAGO PIRES DE MELO ME
 - * VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA EPP
- Valor total: R\$ 142.628,05

Luzerna (SC), 5 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 015/2015 - PP 009/2015 - PMAT -PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 015/2015 - PML

Pregão nº 009/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0015/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, para a elaboração de proposta de financiamento para o PMAT
- Programa de Modernização da Administração Tributária, conforme especificações constantes no presente Edital.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - ME
- Valor total: R\$ 8.050,00

Luzerna (SC), 5 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO 02/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	39.355,15
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39.355,15
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.795,41
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.299,74
		INVESTIMENTOS	1.260,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49.166,67		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49.166,67		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	81.078,66	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	81.010,50
ASM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICC	31,52	ASM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICC	31,52
CONTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA	159,33	CONTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA	159,33
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.355,15	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.292,49
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.292,49	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.292,49
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	69,89	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	69,89
INSS	1.975,50	INSS	1.975,50
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	194,78	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	189,28
SALDOS ANTERIORES	16.899,58	SALDOS ATUAIS	26.779,26
BANCO C/ MOVIMENTO	16.899,58	BANCO C/ MOVIMENTO	26.779,26
TOTAL	147.144,91	TOTAL	147.144,91

Luzerna, 05/03/2015

RUBIANA SUELEN BALESTRIN
CONTADORAJOÃO BATISTA ZAMBONI
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CPF: 901.466.039-15

MAURÍCIO AUERSVALDT

Recibo referente ao período 01 a 28 de fevereiro de 2015 R\$ 1.762,94

Recibo referente ao período 01 a 31 de janeiro de 2015 R\$ 1.762,94
Valor Total: R\$ 3.525,88

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que o supracitado é responsável pela locação de imóvel destinado à Instalação e Funcionamento da Unidade de Saúde Familiar (ESF Restinga), através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 06 de março de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 81.142.994/0001-82

LABORATORIO ANACLIN S/C LTDA

Nota Fiscal nº 37 R\$ 29.219,33

Valor Total: R\$ 29.219,33

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que o supracitado é responsável pelos exames laboratoriais de pacientes encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 06 de março de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CPF: 901.452.599-00

MARCOS GROSSL

Recibo referente ao período 10/01 a 10/02/2015 R\$ 7.025,83

Valor Total: R\$ 7.025,83

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que o supracitado é responsável pela locação de imóvel destinado à Instalação e Funcionamento da Clínica de Reabilitação, Psicologia e Fonoaudiologia, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 06 de março de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção destinados a Equipe do Cemitério Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 20/03/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 05 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski

Pregoeiro Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de tonners destinados as Estratégias Saúde da Família, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/03/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 05 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze	Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

Maracajá**PREFEITURA****PORTARIA 101/2015**

Portaria nº 101 de 2 de fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 18 de fevereiro de 2015, JOSÉ ADELINO WATERKEMPER, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1966 inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 591.520.609-34, para exercer o cargo de Motorista de Ônibus - ACT, 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº. 102 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Micheline Costa Francisco, ocupante do Cargo de Fiscal Tributário, referente ao período aquisitivo de 7/3/2013 à 6/3/2014, com gozo em 10/2/2015 e término em 19/2/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA SAMARA PORTAN CUSTÓDIO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 12 de fevereiro de 2015, a servidora SAMARA PORTAN CUSTÓDIO, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 12/2/2015 a 11/6/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 104/2015

Portaria nº 104 de 12 de fevereiro de 2015.

Exonera Maria Sonia Cesário de Lima, do cargo em Comissão de Diretor de Escola.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Municipais 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, em concordância com a Lei 831 de 25 de fevereiro de 2011, resolve:

Exonerar

Art. 1º Maria Sonia Cesário de Lima, brasileira, maior, nascida a 29 de abril de 1960, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 833.687.109-82, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola (E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 224/2011.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 105/2015

Portaria nº 105 de 12 de fevereiro de 2015.

NOMEIA CLEIANE PEREIRA DE SOUZA SERAFIM, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCOLA.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 10 de fevereiro de 2015, CLEIANE PEREIRA DE SOUZA SERAFIM, brasileira, maior, nascida em 27 de julho de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 032.087.089-80, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor da E.E.B.M Eulália Oliveira de Bem, nível CC-4.

Art. 2º A E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem conta nesta data com 210 (duzentos e dez) alunos, ficando então incorporada a gratificação mensal de 30% (trinta por cento) no vencimento do Diretor. Parágrafo Único: Fica sob a responsabilidade do Departamento de Educação o controle mensal do número de alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar para efeito de alteração de gratificação mensal no vencimento do Diretor.

Art. 3º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 106/2015

Portaria nº 106 de 12 de fevereiro de 2015.

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA - EFETIVA TATIANE MARIA PEREIRA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 28 da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a pedido, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015, a carga horária de 20h (vinte horas) para 10h (dez horas) da professora - Efetiva Tatiane Maria Pereira, matrícula 298.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de

Administração Municipal em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 107/2015

Portaria nº 107 de 12 de fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 20 de fevereiro de 2015, TATIANA DASSOLER DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 18 de outubro de 1980 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 028.221.949-80, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 108/2015

Portaria nº 108 de 12 de fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 18 de fevereiro de 2015, PAULO RICARDO OCHOA, brasileiro, maior, nascido em 9 de março de 1960, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 823.666.329-91, para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 109/2015

Portaria nº 109 de 12 de fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 18 de fevereiro de 2015, ROSALINA LEAL DAROLT, brasileira, maior, nascida em 3 de abril de 1966 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 618.211.109-78, para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 110/2015

Portaria nº 110 de 12 de fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 20 de fevereiro de 2015, DAIANE MARTINS GOMES DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 28 de dezembro de 1989 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 076.731.969-99, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de fevereiro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de fevereiro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Maravilha**PREFEITURA****PROCESSO N. 1.031/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 1.031/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 008/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no sistema de iluminação pública do Município de Maravilha, tipo menor preço por lote, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 20 de março de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 04 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 115/2015**

PORTARIA n.º 115/2015
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor ENEDIR RABELO, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Março de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 116/2015

PORTARIA n.º 116/2015
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 080/2014, que concede licença sem vencimento por interesse particular, por um período de até 05 de Março de 2016, à servidora pública municipal ROSIMERI ZANELATTO MARTINELLO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Março de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 080/2015

DECRETO Nº 080/2015 DE 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GILSON HISTER PARA O CARGO DE MOTORISTA ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as Leis Municipais 971/90; 1.513/2002; 1.960/2010 e 2.198/2015, em especial Processo Seletivo nº 002/2014 homologado pelo Decreto nº 021/2015 de 26.01.2015, Considerando Concurso Público 001/2015 em andamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado, em caráter temporário de excepcional interesse público, o Sr. GILSON HISTER, portador do CPF nº 075.125.099-60, RG nº 4.843.034-0, para exercer as funções do cargo de MOTORISTA ACT, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 020/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 02.03.2015 a 30.06.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 23, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 020/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADO: GILSON HISTER, brasileiro, União Estável, portador do CPF nº 075.125.099-60, RG nº 4.843.034-0, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, 622, Centro - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de MOTORISTA.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício e lotação no

Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público, exoneração do Servidor efetivo titular da vaga e Concurso Público 001/2015 em andamento. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.468/2001, 1.513/2002, 2.198/2015 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 02 de março de 2015. Término: 30 de junho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.496,45 (Um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Tabela de Isonomia Salarial, nível 23 referência "A".

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: O Contratado vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 02 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER GILSON HISTER
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 081/2015

DECRETO Nº 081/2015 de 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LÚCIA EUZEBIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a servidora LÚCIA EUZEBIO, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, do Município de Modelo/SC e de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

LÚCIA EUZÉBIO

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

DECRETO Nº 082/2015

DECRETO Nº 082/2015 DE 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. LUCIA EUZEBIO, portadora do CPF nº 036.612.699-76, RG nº 4.791.476-9, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Séries Iniciais, Disciplina: Informática Educativa, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino/Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 021/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 04.03.2015 a 11.12.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 04.03.2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 021/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: LÚCIA EUZEBIO, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 036.612.699-76, RG nº 4.791.476-9, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 542, Bairro Floresta - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Disciplina: Informática Educativa, atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público e para garantir a hora atividade do Professor, sendo a vaga não preenchida por Concurso Público, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.198/2015 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 04 de março de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal - Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é intercalada nos turnos Matutino e Vespertino, totalizando 20 (vinte) horas semanais, será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime

Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressaltadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER LUCIA EUZEBIO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 083/2015

DECRETO Nº 083/2015 DE 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISANGELA NEU PARA O CARGO DE ENFERMEIRO PSF ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as Leis Municipais 971/90, 1.513/2002, 1.593/2005, 1.960/2010 e 2.198/2015, em especial Processo Seletivo nº 002/2014 homologado pelo Decreto nº 021/2015 de 26.01.2015, Considerando a necessidade especial de excepcional interesse público, para manutenção do PSF - Programa Saúde da Família, no Município de Modelo - SC, conforme convênio com o Ministério da Saúde, havendo assim a necessidade do atendimento de enfermeira no quadro funcional para o ESF I, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo para Licença Gestante conforme Portaria nº 162/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, a Sra. ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, para exercer as funções do cargo de ENFERMEIRO PSF ACT, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 022/2015,

anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 02.03.2015 a 03.05.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 58, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 022/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrição no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADO: ELISANGELA NEU, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2454, Centro - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de ENFERMEIRO PSF.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em substituição a Servidora efetiva Alidiane Zamproga, que encontra-se em Licença Gestante, conforme Portaria 162/2014. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.468/2001, 1.513/2002, 2.198/2015 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 02 de março de 2015. Término: 03 de maio de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.957,19 (Três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Tabela de Isonomia Salarial, nível 58 referência "A".

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: O Contratado vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER ELISANGELA NEU
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº 090/2015 de 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETE CRISTINA BORRE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a partir desta data, a servidora ELIZABETE CRISTINA BORRE, do cargo comissionado de Chefe de Setor, do Município de Modelo/SC e de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:
ELIZABETE CRISTINA BORRE

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

ERRATA AO CONVENIO 001/2015 - AME

Errata ao Extrato de Convênio
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convênio n. 001/2015
Conveniada: Associação Modelense de Esportes
Valor: R\$ 60.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio nº 001/2015, com o objetivo da transferência de recursos financeiros visando a manutenção das atividades das suas atividades a população modelense, objetivando desenvolver, difundir, promover, aperfeiçoar as escolinhas, sendo elas de rendimento e não. Competições municipais como: Campeonato municipal de futsal, voleibol, futebol de campo, futebol suíço, bocha rolada, bocha 48, canastra mista, truco e sinuca. Participação de atividades vinculadas à FESPORTE, essas: OLESC, JASC, JESC e joguinhos. Manutenção e melhorias de materiais esportivos tais como bolas, redes, coletes e uniformes, auxílio e pagamento de arbitragem e premiação das competições municipais.

Modelo (SC), 21 de Janeiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER
Prefeito Municipal

ERRATA AO CONVENIO 03/2015 - ASS. AGRICULTORES

Errata ao Extrato de Convênio
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convênio n. 003/2015
Conveniada: Associação de Agricultores Quatro Fronteiras
Valor: R\$ 5.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio nº 003/2015, com o objetivo da transferência de recursos financeiros visando a manutenção das atividades da Associação de Agricultores Quatro Fronteiras, mantendo as atividades da patrulha agrícola, conforme Plano de Trabalho elaborado pela Conveniada, o qual é integrante deste convenio. O estabelecimento de ações básicas de Cooperação Técnico Financeira em regime de parceria entre a conveniada e o Município de Modelo, tudo visando o regular funcionamento e desenvolvimento dos programas e objetivos da conveniada.

Modelo (SC), 11 de Fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER
Prefeito Municipal

ERRATA AO CONVENIO 05/2015 - APAE

Errata ao Extrato de Convênio
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convênio n. 005/2015
Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIOANIS - APAE - ESCOLA ESPECIAL MUNDINHO FELIZ
Valor: R\$ 66.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio nº 005/2015, com o objetivo da transferência de recursos financeiros visando a manutenção das atividades da APAE, com o pagamento de serviços profissionais, alimentação, combustíveis, energia elétrica, etc. Visando a manutenção, desenvolvimento e o regular funcionamento das suas atividades no atendimento aos

alunos portadores de necessidades especiais. Também apoiando através do transporte escolar.

Modelo (SC), 11 de Fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER
Prefeito Municipal

ERRATA AO CONVENIO 06/2014 - CTG

Errata ao Extrato de Convênio
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convênio n. 006/2015
Conveniada: CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS MODELO DA TRADIÇÃO
Valor: R\$ 60.768,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio nº 006/2015, com o objetivo da transferência de recursos financeiros visando a manutenção das atividades do Centro de Tradições Gauchas Modelo da Tradição. Para a revitalização do parque de eventos CTG, conforme plano de trabalho elaborado pelo CTG, a qual é parte integrante deste convênio; tudo visando a manutenção, desenvolvimento e o regular funcionamento das suas atividades no atendimento das atividades de cultivar e difundir as tradições gauchas.

Modelo (SC), 10 de Fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIA Nº 019/2015 de 02.03.2015
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ITAMAR FACCO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal ITAMAR FACCO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, conforme Decreto de nomeação nº 037/90 de 02.05.1990, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 05/2005 a 05/2010, a ser usufruída no período de 02.03.2015 a 31.03.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS FMS 014/2015

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 014/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO, conforme anexo. Data: 18/03/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Fernando D. Teixeira
Secretário de Finanças Interino.

Navegantes

PREFEITURA

ATA - TOMADA DE PREÇO Nº 36/2015 PMN

ATA TOMADA DE PREÇO 36/2015 PMN - ABERTURA HABILITAÇÃO ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES EMPREIT. TATSCH (NÃO CREDENCIADA - NÃO APRESENTOU CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO, DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO ETC), THOME EMPR. (NÃO CREDENCIADO - NÃO APRESENTOU PROCURAÇÃO COM FIRMA RECONHECIDA) , MET.PADRÃO, SONA, SOLO, IMPLANTEST (NÃO CREDENCIADO- SÓ DEIXARAM O ENVELOPE E FORAM EMBORA)/////COMPROVARAM QUE ERAM ME/EPP THOME EMPR. , MET. PADRÃO, SONA, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

NESTA FASE FOI CONSTATADO A INABILITAÇÃO DAS LICITANTES THOME EMPR. (NÃO APRESENTOU CERTIDÃO PREVIDÊNCIA INSS) TATSCH INABILITADA (NÃO APRESENTOU CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO, DECLARAÇÕES DE 5 ANOS, E RESPONSÁVEIS, E CERT. PESSOA JURÍDICA).IMPLANTEST INABILITADA (APRESENTOU DECLARAÇÃO DE 5 ANOS DE RESPONSABILIDADE SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL.)

APÓS A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PELOS REPRESENTANTES, FORAM FEITOS OS SEGUINTE APONTAMENTOS:

A EMPRESA SONA CONSTRUTORA LTDA ALEGOU QUE A EMPRESA SOLO ENGENHARIA LTDA NÃO ATENDEU AO ITEM 5.1.4 (OBJETO SOCIAL COMPATÍVEL COM O OBJETO); NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.4 (ATESTADO DE ACERVO TÉCNICO NÃO CONTEMPLA O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA); E NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.5 - B (NÃO APRESENTOU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM PROFISSIONAL).

AINDA A EMPRESA SONA ALEGOU QUE A EMPRESA TASTCH NÃO ATENDEU AO ITEM 5.1.6 (CONTRATO SOCIAL NÃO AUTENTICADO; NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA). QUANTO A EMPRESA IMPLANTEST, A SONA ALEGOU QUE A MESMA NÃO ATENDEU AO ITEM 5.1.4 (OBJETO SOCIAL COMPATÍVEL), QUE NÃO ATENDEU AO ITEM 5.1.6 (CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO), NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.1 (O CERTIFICADO DE REGISTRO CREA NÃO CONTEMPLA O OBJETO), NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.3 (ACERVO TÉCNICO NÃO CONTEMPLA O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA), E NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.5 - B (NÃO APRESENTOU O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM PROFISSIONAL).

QUANTO A EMPRESA THOMÉ EMPREENDIMENTOS LTDA, A EMPRESA SONA ALEGOU QUE A MESMA NÃO ATENDEU AO ITEM 5.1.4 (OBJETO SOCIAL), E NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.4 (ACERVO NÃO CONTEMPLA O ATESTADO). QUANTO À EMPRESA METALÚRGICA PADRÃO NÃO APRESENTOU NA HABILITAÇÃO A CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL, O QUE IMPOSSIBILITOU ASSOCIAR O PROFISSIONAL (ENGENHEIRO) COMO PROPRIETÁRIO DA EMPRESA.

JÁ A EMPRESA PADRÃO ALEGOU QUE A EMPRESA THOMÉ APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA ASSINADO PELA "PRÓPRIA EMPRESA".

A EMPRESA SOLO ALEGOU QUE A EMPRESA SONA APRESENTOU O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO REGISTRADO EM CARTÓRIO. E QUE A EMPRESA PADRÃO NÃO ATENDEU AO ITEM 5.4.4 (JÁ QUE NÃO CONSTA NO ACERVO TÉCNICO O OBJETO LICITADO), NÃO CONSTANDO REFORMAS, E SIM, ESTRUTURAS METÁLICAS).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES, A COMISSÃO DECIDIU POR INABILITAR A EMPRESA SOLO, JÁ QUE O ACERVO TÉCNICO NÃO MENCIONA "ESTRUTURA METÁLICA", E NEM O CÓDIGO DA ART. ASSIM, PERMANECERAM HABILITADAS APENAS AS EMPRESAS SONA E PADRÃO.

A EMPRESA SOLO MENCIONOU INTENÇÃO DE RECURSO . ENCERRA-SE A PRESENTE E FICA AGENDADO O RETORNO NA DATA 13/03/2015, 16:00 PARA CUMPRIR O PRAZO RECURSAL. FICANDO DEFINIDO QUE NO MESMO DIA SERÁ ABERTO OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA HABILITADA NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO
RAUL COUTO NETO -- MEMBRO
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- - MEMBRO
LEILA MENGARDA - - MEMBRO

NAVEGANTES, 05 DE MARÇO DE 2015

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 PMN

Aos 04 dias de março de 2015, às 15:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 27/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa CARLOS GIOVANI TRENTINI - ME - em 03/03/2015.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa CARLOS GIOVANI TRENTINI - ME arguindo:

1 - O recorrente requer sua habilitação uma vez que na sessão licitatória apresentou RE/GFIP (documento comprovando que sua empresa faz o recolhimento regular do INSS e FGTS) e que o funcionário faz parte do quadro da empresa, menciona ainda que não conseguiu juntar os documentos à habilitação pois seu funcionário estava em férias , anexando e provando neste momento do recurso

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela PROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - O recurso foi deferido, após segunda análise, inclusive aos documentos comprobatórios juntados com o recurso, se tem ratificado o vínculo entre a licitante e o funcionário mencionado na época da sessão, esta administração visando atender o princípio da razoabilidade decide por acatar a justificativa e habilitar o recorrente.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 04 de março de 2015.

DOUGLAS LEMOS
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:
PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA PREGÃO Nº 216/2014 PMN

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS CONCORRENCIA 216/2014.

ATA CONCORRENCIA 216/2014

AO(S) 4 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 70 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, OS MEMBROS DA COMISSÃO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: ADRIMAR, INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO: REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PRESENÇA DO LICITANTE ADRIMAR, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE TODOS OS LICITANTES , SENDO CONSTATADO QUE O VENCEDOR FOI O LICITANTE BALTT COM O VALOR DE R\$ 596.403,20 NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA A PRESENTE SESSÃO, ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE PARA A HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO
RAUL COUTO NETO --MEMBRO
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- - MEMBRO
LEILA MENGARDA - - MEMBRO

NAVEGANTES SC, 04 DE MARÇO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 17/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 17/2015.

AO(S) 3 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, OS MEMBROS DA COMISSÃO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA ME (135), ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP (968), ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA - ME (4365), QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP (14450), COLOMBO INDUSTRIA DE TUBOS LTDA - ME (14451), INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES QUALITUBOS, SANTA TEREZINHA, ART. GASPAR, ART. RAIMONDI, COLOMBO IND. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO INFORMOU TODAS ERAM BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DAS ME/EPP, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS. APÓS PROCEDEU-SE A ETAPA DE LANCES EM SEGUIDA FORAM ABERTAS AS HABILITAÇÕES DOS LICITANTES SANTA TEREZINHA, ART. GASPAR, ART. RAIMONDI VENCEDORES NA ETAPA DE LANCES, A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES ESTAVAM DE ACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL, TODOS LICITANTES ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

OBS. FICAM TODOS INFORMADOS QUE AS AMOSTRAS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA DE ORBAS.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA - - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

ADRIANA CORRÊA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTE SC, 03 DE MARÇO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 39/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 39/2015.

AO(S) 5 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME (5736), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES PJ, E JEAN CARLOS, AMBOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO FORNECEU A DOCUMENTAÇÃO PARA OS LICITANTES VISTAREM E APOS, PASSOU-SE PARA ABERTURA DE PROPOSTAS, ABERTURA DA ETAPA DE LANCES SENDO VENCEDOR DOS ITENS O LICITANTES JEAN CARLOS, EM SEGUIDA FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE

A CERTIDÃO NEGATIVA DA UNIÃO ESTAVA VENCIDA, O PREGOEIRO INFORMOU QUE ABRE O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE NOVA CERTIDÃO, NÃO HAVENDO MAIS APONTAMENTOS ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO, E ENCAMINHA-SE OS AUTOS PARA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO (APOS A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO PENDENTE- E AMOSTRAS).

OBS. FICAM TODOS INFORMADOS QUE AS AMOSTRAS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA - FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

ADRIANA CORRÊA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 05 DE MARÇO DE 2015.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 FMC

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2015 FMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, a CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA EXERCEREM AS ATIVIDADES DE ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS SOBRE PROJETOS CULTURAIS, NOS MOLDES DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO DA CULTURA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As pessoas interessadas poderão credenciar-se a partir de 05 DE MARÇO DE 2015.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 05 de MARÇO de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 42/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4X4) COM OPERADORES PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 5 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 45/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (COMPUTADORES COMPLETOS) PARA ATENDIMENTO A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 18/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 5 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 028/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 028/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA.

Vigência : 12 meses - Início: 07/02/2015 Término: 07/02/2016.

Valor: R\$ 2.462.472,00

Licitação : Concorrência nº 202/2013.

Recursos : Dotação: 2.044 2.046 3.3.90.00.00./2.046 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo visando a Renovação do Contrato nº 045/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 202/2013.

LEI 2974 INSTITUI GRATIFICAÇÃO A MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2974 DE 5 DE MARÇO DE 2015

INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS MEMBROS DESIGNADOS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E/OU PREGÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída uma gratificação mensal por servidor componente da Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregão do Poder Executivo Municipal de Navegantes.

Art. 2 º O valor da gratificação será correspondente a 2,5 UFM - Unidade Fiscal do Município -, cujo valor não se incorpora, para qualquer efeito, aos vencimentos dos servidores.

Art. 3 º Não terá direito à percepção da gratificação o membro titular que estiver afastado por um período superior a 15 (quinze) dias, mesmo se remunerado, uma vez que o recebimento dessa vantagem vincula-se à sua efetiva participação nas funções mencionadas.

Parágrafo Único: No afastamento do titular, a que se refere o item anterior, a percepção da gratificação será repassada ao seu substituto, formalmente designado por meio de Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4 º Fica vedada a percepção de mais de uma gratificação pelo servidor que estiver desempenhando, concomitantemente, as funções de Membro da Comissão de Licitação, Pregoeiro ou componente da equipe de apoio.

Art. 5 º As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 6 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2015 (MAGISTÉRIO)

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2015 CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme solicitação e justificativa constante no Ofício nº 51/2015, de 04 de março de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, deste Órgão Público, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Professor de Ciências, em caráter temporário:
 - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06
 - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64
 - c) Carga Horária: 15h / Semanais;
 - d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis;
 - e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
 - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
 - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
 - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Inglês, em caráter temporário:
 - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 1.728,12;
 - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 1.169,29;
 - c) Carga Horária: 30h / Semanais;
 - d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental Padre José da Poian - Salto e Escola de Ensino Fundamental Aguti;
 - e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
 - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
 - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
 - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Inglês, em caráter temporário:
 - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
 - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
 - c) Carga Horária: 15h / Semanais;
 - d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle;
 - e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
 - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
 - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
 - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Geografia, em caráter temporário:
 - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
 - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
 - c) Carga Horária: 15h / Semanais;
 - d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba;
 - e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
 - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
 - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
 - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 06 de março de 2015 a 11 de março de 2015, das 13:30h as 17:30h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante de Residência;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Atestado de Frequência Semestral Faculdade (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma Escolar Ensino Médio (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado/ Doutorado);
- Cópia de Certificados (Capacitação/ Aperfeiçoamento);
- Certidão de Tempo de Serviço;

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 100 (cem), conforme critérios das tabelas abaixo, sendo considerados válidos para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos a partir do ano de 2012:

TABELA PARA PONTUAÇÃO DE GRADUAÇÃO PARA O CARGO DE PROFESSOR

Graduação	Pontuação
Licenciatura Plena na área/disciplina específica	100 pontos
Ensino Médio - Magistério	60 pontos
Licenciaturas Plenas em outras áreas do conhecimento	40 pontos
Acadêmicos a partir do 8º semestre	35 pontos
Acadêmicos do 7º semestre	30 pontos
Acadêmicos do 6º semestre	25 pontos
Acadêmicos do 5º semestre	20 pontos
Acadêmicos do 4º semestre	15 pontos
Acadêmicos do 3º semestre	10 pontos
Acadêmicos do 2º semestre	05 pontos

TABELA DE PONTUAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO

Pós-graduação	Pontuação
Doutorado	50 pontos
Mestrado	20 pontos
Especialização na área/disciplina específica	10 pontos
Especialização na área da Educação	05 pontos

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/aperfeiçoamento	08 a 40 h	41 a 80 h	81 a 100 h	101 a 200 h	Acima de 201h
Pontos	10	20	30	40	50

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 12 de março de 2015, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município, no site oficial da Prefeitura (www.novatrento.sc.gov.br) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

PREFEITO MUNICIPAL em exercício

(ANEXO I)

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO Prefeitura Municipal de Nova Trento Inscrição para Chamamento Público nº 003/2015 Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)	
Nome do Candidato:	
Cargo:	
RG:	Sexo M() F()
Data de Nasc.:	
CPF:	
Título Eleitoral:	
Estado Civil:	
E-mail:	
Endereço:	
Bairro:	
Município:	
Estado:	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.	
Local e Data:	
<div style="border-top: 1px solid black; text-align: center;">Assinatura do Candidato</div>	

Tempo de Serviço: ____ a ____ m ____ d
 Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós -Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	

Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição Chamamento Público nº 003/2015 Número da Inscrição: ____/____ Nome do(a) Candidato(a): Cargo: Local e Data: Assinatura do Candidato
--

PORTARIA Nº 268/2015

PORTARIA Nº 268/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 002/2015, de 11/02/2015, Decreto de Convocação nº 32/2015, RODRIGO DIAS DA SILVA, matrícula nº 6641, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 36 (trinta e seis) horas/plantão, lotado no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 27 de fevereiro de 2015 a 12 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de fevereiro de 2015.
 Josemar Guilherme Franzoi
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 27 de fevereiro de 2015.

Wilson Dalbosco
 Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RODRIGO DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 1001, nº 490,

Bairro Centro, Município de Balneário Camboriú, portador do CPF nº 037.928.369-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 36 (trinta e seis) horas/plantão, lotado no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, iniciando em 27 de fevereiro de 2015 a 12 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 27 de fevereiro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi Rodrigo Dias da Silva
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 27 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 269/2015

PORTARIA Nº 269/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 002/2015, de 11/02/2015, Decreto de Convocação nº 32/2015, MARCIA ROOS, matrícula nº 6642, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão, lotado no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 28 de fevereiro de 2015 a 13 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 02 de março de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCIA ROOS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Estrela Dalva, nº 72, Bairro Pe-requê, Município de Porto Belo, portadora do CPF nº 487.509.480-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão, lotado no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, iniciando em 28 de fevereiro de 2015 a 13 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas/plantão, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de fevereiro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Marcia Roos

Prefeito Municipal

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de fevereiro

de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 270/2015

PORTARIA Nº 270/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal LUCIA MELZI BERNARDI, matrícula nº 28, concursada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 02/10/2006 a 01/10/2011, a ser pago no mês de Fevereiro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 271/2015

PORTARIA Nº 271/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 061/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 23 de fevereiro de 2015 a 24 de março de 2015, conforme resultado pericial datado de 24/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 272/2015

PORTARIA Nº 272/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CLEIDE APARECIDA VINOTTI, matrícula nº 1044, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis (Ensino Fundamental - Área I) e 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo, do Magistério desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de fevereiro de 2015 a 11 de abril de 2015, conforme resultado pericial datado de 26/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 273/2015

PORTARIA Nº 273/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 231/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 21 (vinte e um) dias, a contar de 21 de fevereiro de 2015 a 13 de março de 2015, conforme resultado pericial datado de 26/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 274/2015

PORTARIA Nº 274/ 2015

Exonerar a Pedido

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal IVONICE LOFY COELHO, matrícula nº 6635, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 26 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 275/2015

PORTARIA Nº 275/ 2015

Exonerar a Pedido

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ANA KARLUZA DA SILVA, matrícula nº 6594, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Contador de Histórias) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 26 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 276/2015

PORTARIA Nº 276/ 2015

Exonerar a Pedido

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal GIOVANA CADORIN HOFFMANN, matrícula nº 6528, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 28 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 278/2015

PORTARIA Nº 278/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6643, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 03 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014 (dobração de turma).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo

Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora VILIANE CARDOSO FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Independência, nº 437, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 051.781.159-61, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Pré Escolar), no Pré Escolar da E. E. F. Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Genesia Catarina Ceccato Cadornin, afastada conforme Portaria nº 076/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 03 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de março de 2015.
Luiz Carlos Orsi Viliane Cardoso Ferreira
Secretário Municipal de Educação e Esportes Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280/2015
Altera Local de Trabalho

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR o Local de Trabalho da Servidora Pública Municipal JANETE DUARTE TAVARES, matrícula nº 6620, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Sala Multifuncional AEE), passando da Escola de Ensino Fundamental Aguti para a Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 04 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANETE DUARTE TAVARES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Juvencio Mafra, nº 75, Bairro Centro, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 580.800.740-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Sala Multifuncional AEE), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 04 de março de 2015.
Luiz Carlos Orsi Janete Duarte Tavares
Secretário Municipal de Educação e Esportes Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO DO PP FMS Nº 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 - SRP

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 001/2015 - que tem como objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital. Que na data de sua realização: Dia 05/03/2015 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes: SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684), AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685), NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761). Sendo que a empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME, foi vencedora dos itens 4-13-16-17-18-19-20-22-33-49-51-52-53-55-56-60-63-64-66-69-0-71-73-74-75-76-78-79-80 e 81. A empresa AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP, foi vencedora dos itens 5-6-21-25-27-43-44-48-61-62-67-68-72-77 e a empresa NOAL & TREVISOL LTDA ME, foi vencedora dos itens 1-2-3-7-8-9-10-11-12

-14-15-23-24-26

-28-29-30-31-32-34-35-36-37-38-39-40-41-42-45-46-

47-50-54-57-58-59 e 65 totalizando o valor global de R\$ 12.886,24 (doze mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial FMS Nº 001/2015.

Novo Horizonte/SC, em 05 de Março de 2.015.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

LEI 517-2015

Lei nº 517 de 27 de fevereiro de 2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº026, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei 026, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O CMS terá composição paritária entre representação de governo, profissionais da saúde e usuários".

Art. 2º - O art. 4º da Lei 026, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I - representante do Governo Municipal;

II - representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção

Social;

III - representante dos Profissionais da Saúde;

IV - representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

V - representante dos Movimentos Sociais ou Populares Organizados;

VI - representante do Sindicato dos Produtores Rurais.

Art. 3º - Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC.

Em 27 de fevereiro de 2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

LEI 518-2015

Lei nº 518 de 27 de fevereiro de 2015

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE ÁREA DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina; FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor de Verdelino Zanatta, portador do RG nº12R-3.129.835, CPF nº 937.881.429-87, por desapropriação amigável de área de terra, conforme disposto no Decreto nº 2.152, de 25 de novembro de 2014, referente a matrícula nº 14.911 do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, com as seguintes características:

Área de 509,60 m2 (quinhentos e nove vírgula sessenta metros quadrados) da área total de 36.200 (trinta e seis mil e duzentos metros quadrados), do perímetro no vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m., situado no limite com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, deste, segue com azimute de 121°55'51" e distância de 31,372 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta até o vértice M-009, de coordenadas N 7.072.882,82 m. e E 317.091,61 m.; deste, segue com azimute de 121°40'55" e distância de 20,029 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-010, de coordenadas N 7.072.872,30 m. e E 317.108,65 m.; deste, segue com azimute de 117°55'45" e distância de 7,211 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-001, de coordenadas N 7.072.868,92 m. e E 317.115,02 m.; deste, segue com azimute de 178°20'26" e distância de 10,505 m., confrontando neste trecho com parte da chacara reserva de Vitorio Zanatta, até o vértice M-002, de coordenadas N 7.072.858,42 m. e E 317.115,33 m.; deste, segue com azimute de 295°16'13" e distância de 8,696 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-003, de coordenadas N 7.072.862,14 m. e E 317.107,47 m.; deste, segue com azimute de 302°44'55" e distância de 8,755 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-004, de coordenadas N 7.072.866,87 m. e E 317.100,10 m.; deste, segue com azimute de 304°47'33" e distância de 12,626 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-005, de coordenadas N 7.072.874,08 m. e E 317.089,73 m.; deste, segue com azimute de 304°19'19" e distância de 18,013 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-006, de coordenadas N 7.072.884,23 m. e E 317.074,86 m.; deste, segue com azimute de

305°01'12" e distância de 16,596 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-007, de coordenadas N 7.072.893,76 m. e E 317.061,27 m.; deste, segue com azimute de 33°17'53" e distância de 6,768 m., confrontando neste trecho com a estrada existente e com área do Laticínio Horizonte, até o vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação o ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, parte constante na matrícula nº 14.911 do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, que consta pertencer ao senhor Verdelino Zanatta, seus herdeiros ou sucessores legais.

Art. 2º A importância a que se refere o artigo 1º será paga em parcela única, quando da escrituração do imóvel.

Parágrafo Único - A Escritura do imóvel objeto do presente instrumento legal será firmada com a anuência do senhor Verdelino Zanatta, bem como de eventuais herdeiros ou sucessores legais.

Art. 3º A desapropriação amigável a que se referem a presente Lei destina-se a readaptação e pavimentação da Rua Eulivio Pastre que dá acesso à empresa Laticínios Horizonte.

Art. 4º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária em vigor.

Art. 5º - Este entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte/SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

EDITAL DE CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2015

O Prefeito de Orleans homologa e torna pública a Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público nº001/2015.

MEDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1.	060	MAIRA OLIVEIRA BITENCOURT	10/11/1988	DEFERIDA
2.	068	BRUNELLA FLOES PUPO	10/05/1990	DEFERIDA
3.	070	BEATRIZ BRIGIDO DE SOUZA	13/09/1990	DEFERIDA
4.	088	CAROLINA FARACO PERUCHI	26/02/1991	DEFERIDA
5.	105	EDILENE NUNES DA SILVA	29/01/1986	DEFERIDA
6.	107	RICARDO RABELO SERAFIM	13/01/1985	DEFERIDA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1.	003	JHENIFER TARTARI OURIQUES	05/11/1987	DEFERIDA
2.	005	LUCILANI PEREIRA WARMELING	27/01/1984	DEFERIDA
3.	007	NATALIA FABRE MENDES	09/11/1991	DEFERIDA
4.	008	DAIANE GALVANI	23/12/1983	DEFERIDA
5.	010	MARIA APARECIDA CORREIA CROZETA	13/05/1990	DEFERIDA
6.	011	JESIANE DE JESUS RICARDO	07/03/1988	DEFERIDA
7.	016	MARIA ELIZABETE DENGÓ DE OLIVEIRA MANIQUE	25/10/1983	DEFERIDA

8.	017	ALESSANDRA FERRAZ DE SANTANA	17/11/1977	DEFERIDA
9.	019	SANDRA MARA SILVEIRO	25/08/1972	DEFERIDA
10.	020	ANGELA MARIA ADRIANO	20/02/1976	DEFERIDA
11.	023	MICHELLI SILVA GEREMIAS	03/05/1985	DEFERIDA
12.	025	JANICE MENDES	25/06/1978	DEFERIDA
13.	030	RENATA CLAUDINO	19/08/1991	DEFERIDA
14.	032	ROSINETI CAMILO SALVALAGIO GALVANI	05/08/1981	DEFERIDA
15.	035	MARIA DE FATIMA BENEDET	21/04/1960	DEFERIDA
16.	036	SIMONI RODOLFO FABRE	03/11/1972	DEFERIDA
17.	038	SUELI DA SILVA BORGES	04/07/1973	DEFERIDA
18.	040	CRISTIANI ANDRE PEDRO	19/07/1982	DEFERIDA
19.	041	FERNANDA BERNARDO GODINHO	20/08/1980	DEFERIDA
20.	042	EDILENE ARAUJO CRUZ	14/03/1988	DEFERIDA
21.	048	MARLI APARECIDA DE SOUZA	02/11/1978	DEFERIDA
22.	049	ANDRÉA CARRER ALVES	04/04/1975	DEFERIDA
23.	050	MISLAINE VIEIRA MAZUCO	09/01/1979	DEFERIDA
24.	055	CLEUSA MARIA DE SOUZA	20/08/1968	DEFERIDA
25.	056	SIMONI DA SILVA MIRANDA	20/11/1981	DEFERIDA
26.	065	MARILEIA COSTA	20/04/1975	DEFERIDA
27.	072	MARINA SIQUEIRA RABELO	17/06/1991	DEFERIDA
28.	076	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA CITADIN	08/10/1970	DEFERIDA
29.	078	JOZILENE MARIA DA CONCEIÇÃO	15/03/1972	DEFERIDA
30.	081	LEIDI LAURA DA CRUZ LUCIANO	07/01/1980	DEFERIDA

31.	083	GLÓRIA MARIA HONÓRIO VOLPATO	06/01/1985	DEFERIDA
32.	084	NILCEIA DOMINGOS	11/04/1978	DEFERIDA
33.	090	DAIANE CAMPOS	07/06/1987	DEFERIDA
34.	093	ALCIONETE APARECIDA PEREIRA VARGASKI	11/04/1971	DEFERIDA
35.	096	LUCIANE CRISTINA FABRO	14/03/1985	DEFERIDA
36.	097	TERESINHA BETT LOLI	13/11/1976	DEFERIDA
37.	101	MARIANA DA SILVA SILVEIRA	16/11/1984	DEFERIDA
38.	102	DANIELA MARTINHO DO PRADO	01/10/1994	DEFERIDA
39.	104	DILVINA MACHADO DE SOUZA SOBRINHA	09/06/1986	DEFERIDA
40.	106	IONI MARIA COAN ESPINDOLA	07/04/1967	DEFERIDA
41.	109	EDIANA MACHADO	06/09/1985	DEFERIDA
42.	114	MARIA HELENA MONTEIRO ALVES DE SOUZA	25/09/1983	DEFERIDA
43.	115	GISLAINE DA SILVA DE SOUZA	18/02/1987	DEFERIDA

COZINHEIRO

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1.	002	ROSILENE PIZZOLO DE GOES	10/03/1977	DEFERIDA
2.	004	TEREZINHA APARECIDA CONSTANTINO BECHENBACH	31/05/1964	DEFERIDA
3.	009	ANA PAULA DO NASCIMENTO	27/09/1983	DEFERIDA
4.	014	ROSILÉIA SANGALETI ANTUNES	29/05/1980	DEFERIDA
5.	021	JUDIT ANTUNES ROCHA	01/11/1963	DEFERIDA
6.	022	JUCEMARA TEIXEIRA	31/05/1985	DEFERIDA
7.	024	MARIA APARECIDA FELISBINO	21/10/1968	DEFERIDA

8.	026	ROSINETE MORAES MANOEL GERALDO	01/08/1976	DEFERIDA
9.	027	EMANIELA DE SOUZA	24/04/1992	DEFERIDA
10.	028	ROSIANE FIGUEIREDO NUNES	13/07/1978	DEFERIDA
11.	029	JACIRA MELLO DIAMANTINA MATOS	09/12/1986	DEFERIDA
12.	033	SUZETE BONETTI	01/03/1966	DEFERIDA
13.	037	MARINETE MACHADO SALVADOR	29/05/1980	DEFERIDA
14.	043	SOLENI R MARIA BONETTI BIANCO	20/11/1956	DEFERIDA
15.	046	ROSANA MARTINS GARCIA SCURSELI	27/08/1969	DEFERIDA
16.	047	ANGELINA COSTA MATTEI RADOVANSKI	12/02/1978	DEFERIDA
17.	057	MARCIA MACHADO	14/07/1982	DEFERIDA
18.	061	MADALENA JEREMIAS BURATTO	27/06/1961	DEFERIDA
19.	062	ROSELI FONTANELA CANEVER ANTUNES	04/02/1987	DEFERIDA
20.	063	MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	08/12/1971	DEFERIDA
21.	066	MARIA DE LOURDES LONGO	17/05/1958	DEFERIDA
22.	067	MARINÊS SCALABRIN DE MORAES	01/11/1963	DEFERIDA
23.	071	DAIANE DA SILVA PACHECO DE OLIVEIRA	05/06/1985	DEFERIDA
24.	073	JULIA GRACIELA MACHADO	05/01/1981	DEFERIDA
25.	079	VANDA SCHLICKMANN BECKER	01/10/1964	DEFERIDA
26.	082	ANGELITA PEDROSO DE SOUZA	30/10/1970	DEFERIDA
27.	086	CAMILA PIZONI	04/02/1991	DEFERIDA
28.	087	ROSIMERI CARDOSO	24/01/1980	DEFERIDA

29.	103	VILMA BORGES CESCONETTO	10/08/1963	DEFERIDA
30.	111	MARIA ESTELA COSTA	11/06/1972	DEFERIDA
31.	118	SILVIA CELSOLINA SILVA SATURNINO	01/01/1984	DEFERIDA
32.	120	IVANA DELIANA NUNES	05/03/1972	DEFERIDA

MOTORISTA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1.	001	ROBERTO ALBERTON ROECKER	05/05/1982	DEFERIDA
2.	006	JOELSON VERONEZ	07/05/1972	DEFERIDA
3.	012	VALDEMIR FERMIANO DA SILVA	12/11/1970	DEFERIDA
4.	013	GESSE GARCIA SCURSELI	04/09/1990	DEFERIDA
5.	015	DENILERSIO LEMBECK ASCARI	25/11/1988	DEFERIDA
6.	018	LAÉRCIO OSMAR CARDOZO	14/02/1977	DEFERIDA
7.	031	CLÉSIO ALBERTON	19/12/1970	DEFERIDA
8.	034	VALDIR ALBERTON	27/07/1964	DEFERIDA
9.	039	LUCAS DA ROSA	12/05/1981	DEFERIDA
10.	044	VALDECIR RAMOS	22/06/1975	DEFERIDA
11.	045	ROBERTO LUIZ CARDOZO	28/02/1980	DEFERIDA
12.	051	LUIZ FERNANDO VERGINIO	12/09/1978	DEFERIDA
13.	052	EDSON GOMES	24/12/1970	DEFERIDA
14.	053	MARCIONEI MACHADO	16/09/1973	DEFERIDA
15.	054	DEFENDI MANARIN	12/09/1982	DEFERIDA
16.	058	LUCINEIA ANTUNES DA SILVA	17/10/1985	DEFERIDA
17.	059	NIVALDO MAZON	22/07/1984	DEFERIDA
18.	064	GENESIO FELTRIN	27/11/1968	DEFERIDA
19.	069	ARLEI RODRIGUES MADALENA	25/08/1978	DEFERIDA
20.	074	DOMINGOS RODEN	17/06/1962	DEFERIDA

21.	075	VANDERSON LIMA	16/09/1990	DEFERIDA
22.	077	VITORIO SPRICIGO	06/11/1957	DEFERIDA
23.	080	EUGENIO BECKER	18/08/1962	DEFERIDA
24.	085	CONRRADO ALBERTON JUNG	11/12/1985	DEFERIDA
25.	089	LORENI GHI-SI ZAPELINI	05/04/1950	DEFERIDA
26.	091	CLAUDIO DA SILVA DOMINGOS	11/03/1977	DEFERIDA
27.	092	RICARDO ROUSSELET LEBARBEN-CHON	09/10/1964	DEFERIDA
28.	094	LUCIANO DE NES	17/04/1974	DEFERIDA
29.	095	NATHAN JONATA ANTUNES	28/02/1989	DEFERIDA
30.	098	JOÃO DENIZETE BORGES	28/06/1972	DEFERIDA
31.	099	ADEMAR SATURNINO	25/08/1965	DEFERIDA
32.	100	VALDONI RAMOS	16/06/1970	DEFERIDA
33.	108	MURILO MACHADO	12/10/1988	DEFERIDA
34.	110	JAIRO LUBA-VEM	30/12/1971	DEFERIDA
35.	112	ROBERTO VALENTE JUNIOR	10/04/1975	DEFERIDA
36.	113	MARCEL GOUDINHO	24/10/1978	DEFERIDA
37.	116	RODRIGO TURAZZI BRATTI	23/03/1984	DEFERIDA
38.	117	JADER LUIZ DE OLIVEIRA	03/06/1959	DEFERIDA
39.	119	JUCEMAR MAZON ALBERTON	02/08/1967	DEFERIDA
40.	121	EVANDRO CARLOS AGERTT BECK	01/05/1973	DEFERIDA
41.	122	VALMAR MACHADO	04/01/1961	DEFERIDA
42.	123	IDIOMAR NEVES	26/09/1974	DEFERIDA

Orleans, SC, 06 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Comunica ainda que a prova será realizada no dia 08 de março de 2015 a partir das 08h00min às 12h00min, nas dependências EEB. COSTA CARNEIRO, SITO RUA ARISTILIANO RAMOS, 459 - BAIRRO: CENTRO - ORLEANS/SC.

Fica homologada a presente Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015.

Ouro

PREFEITURA

EXTRATO PUBLICAÇÕES 03/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0008/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 19/03/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0014/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0008/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza, e gás de cozinha.. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 27/02/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0011/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 0003/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: BANCO DO BRASIL SA. Objeto: prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas publicas do MUNICÍPIO e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados. Fundamento legal: art. 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: Inicia-se em 02/02/2015 até 31/12/2015. Ouro, 02/02/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N 0011/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 0003/2015

CONTRATO nº 004/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BANCO DO BRASIL SA.

Objeto: : prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas publicas do MUNICÍPIO e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados.

Vigência: Inicia-se em 02/02/2015 até 31/12/2015.

Valor total: valores descritos na clausula oitava do contrato.

Data de assinatura: 02/02//2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

Processo Licitatório n. 0012/2015

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST. Objeto: Estabelecimento de cooperação financeira entre o Município de Ouro, através da Secretaria Municipal da Saúde, e o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, para prestação de serviços em pronto atendimento, com plantão emergencial e especialidades através de escalas de profissionais para atendimento à população do Município de Ouro (SC). Fundamento legal: art. 25 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: Inicia-se em 02/02/2015 até 31/12/2015. Ouro, 02/02/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0012/2015

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2015

CONTRATO N. 005/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA

- HUST

Objeto: Estabelecimento de cooperação financeira entre o Município de Ouro, através da Secretaria Municipal da Saúde, e o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, para prestação de serviços em pronto atendimento, com plantão emergencial e especialidades através de escalas de profissionais para atendimento à população do Município de Ouro (SC).

Vigência: Inicia-se em 02/02/2015 até 31/12/2015.

Valor total: R\$ 78.900,03 (setenta e oito mil novecentos reais e três centavos).

Data de assinatura: 02/02/2015.

Processo Licitatório n 0003/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0003/2015

CONTRATO N. 006/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da rede de iluminação pública das áreas urbana e rural do município de ouro para o exercício de 2015.

Vigência: Inicia-se em 05/02/2015 até 31/12/2015.

Valor total: R\$ 47.064,49 (quarenta e sete mil e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Data de assinatura: 05/02/2015.

Processo Licitatório n. 0009/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0007/2015

CONTRATO 007/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza.

Vigência: Inicia-se em 05/02/2015 até 31/12/2015.

Valor total: R\$ 23.696,15 (vinte e três mil seiscentos e noventa e seis reais e quinze centavos).

Data de assinatura: 05/02/2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0013/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0004/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO. Contratados: LICIMED DIST. MED. MAT. MED. HOSP. LTDA, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, A. G. KIENEN & CIA . LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, Dimaci/SC Materiais Cirurgicos Ltda, EXTRA DISTRIB. DE MEDIC. E PRO.HOSP. EIRELI EPP, ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ANGEOMED COM DE PROD. MED. E HOSP.EIRELI , CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, KFMD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, CRISTALLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda, DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, L A DALLA PORTA JÚNIOR e S&R DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: Aquisição de medicamentos para abastecer a Farmácia Publica Municipal. Fundamento legal: no inciso XXVI do artigo 24, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: Inicia-se em 18/02/2015 até 31/12/2015. Ouro, 18/02/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 02/2015 AO CONTRATO Nº 021/2014

Processo Licitatório nº. 0096/2013

Tomada de Preço para Obras e Serviços nº. 0003/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: serviço de coleta de lixo.

ALTERAÇÃO: reajuste.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento no art. 40 da Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 02/02/2015 e se encerra em 30/09/2015.

Valor do aditivo: R\$ 8.180,96 (oito mil cento e oitenta reais e noventa e seis centavos).
Valor atualizado do contrato: R\$ 564.724,76 (quinhentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos).
DATA DE ASSINATURA: 02/02/2015.

TERMO ADITIVO N. 02/2015 AO CONTRATO N.025/2013
Processo Licitatório n.0001/2013
Pregão Presencial n.0001/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO
CONTRATADO: IPM INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: locação e gerenciamento de softwares.
ALTERAÇÃO: reajuste e prorrogação de prazo.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento no art. 40 e 57 da Lei Federal n. 8.666.
VIGÊNCIA: de 17/02/2015 e se encerra em 31/12/2015.
Valor do aditivo: R\$ 65.534,52 (sessenta e cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).
Valor atualizado do contrato: R\$ 220.458,63 (duzentos e vinte mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos).
DATA DE ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2015.

Processo Licitatório n. 0008/2015
Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2015
CONTRATO 008/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: ODILON NUNES DA SILVA - ME
Objeto: Aquisição de alimentos.
Vigência: Inicia-se em 19/02/2015 até 31/12/2015.
Valor total: R\$ 6.414,00 (seis mil quatrocentos e quatorze reais).
Data de assinatura: 19/02/2015.
Processo Licitatório n. 0008/2015
Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2015
CONTRATO 009/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: DIRCEMA CORREA - ME
Objeto: Aquisição de alimentos.
Vigência: Inicia-se em 19/02/2015 até 31/12/2015.
Valor total: R\$ 16.170,60 (dezesseis mil cento e setenta reais e sessenta centavos).
Data de assinatura: 19/02/2015.
Processo Licitatório n. 0008/2015
Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2015
CONTRATO 010/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: DOLMORA & MASSON LTDA - ME
Objeto: Aquisição de alimentos.
Vigência: Inicia-se em 19/02/2015 até 31/12/2015.
Valor total: R\$ 23.221,90 (vinte e três mil duzentos e vinte e um reais e noventa centavos).
Data de assinatura: 19/02/2015.
Processo Licitatório n. 0008/2015
Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2015
CONTRATO 011/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME
Objeto: Aquisição de alimentos.
Vigência: Inicia-se em 19/02/2015 até 31/12/2015.
Valor total: R\$ 18.481,10 (dezoito mil quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos).
Data de assinatura: 19/02/2015.
Processo Licitatório n. 0008/2015
Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2015
CONTRATO 012/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MERCADO MUNARI LTDA - ME
Objeto: Aquisição de alimentos.
Vigência: Inicia-se em 19/02/2015 até 31/12/2015.

Valor total: R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais).
Data de assinatura: 19/02/2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N 0001/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTEA - COPENOSTRA. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL. Fundamento legal: Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/2009. Vigência: Inicia-se em 23/02/2015 até 31/12/2015. Ouro, 23/02/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N 0001/2015
CONTRATO 013/2015
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTEA - COPENOSTRA
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.
Vigência: Inicia-se em 23/02/2015 até 31/12/2015.
Valor total: R\$ R\$ 52.335,30 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).
Data de assinatura: 23/02/2015.

TERMO ADITIVO N. 02/2015 AO CONTRATO Nº 091/2014
Processo Licitatório n. 0044/2014
Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serviços n. 0004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO
CONTRATADO: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: execução da construção de uma unidade básica de saúde.
ALTERAÇÃO: prorrogação de prazo.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento no art. 57 da Lei Federal n. 8.666.
VIGÊNCIA: de 05/02/2015 e se encerra em 31/12/2015.
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2015.

Paial**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 08/2015**

Contrato Nº.: 08/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada.: LEANDRO PAGLIARI ME
Valor.....: 97.170,45 (noventa e sete mil cento e setenta reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência.....: Início: 05/02/2015 Término: 03/09/2015
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de melhoria na praça central Avelino Auler, no centro de Paial.

Paial, 5 de Março de 2015

Palhoça**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.785, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.785, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Gestão, Desenvolvimento Econômico e Planejamento - CMGDP, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Compete ao CMGDP:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e planejamento, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento;

II - apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e planejamento que lhe sejam submetidas pelo Prefeito Municipal, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.

III - prestar assessoramento ao Prefeito Municipal na formulação e implementação de mecanismos de controle e avaliação da qualidade do gasto público;

IV - estabelecer diretrizes estratégicas e planos para formulação e implementação de políticas de melhoria da gestão da administração pública municipal.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 2º O CMGDP, presidido pelo Prefeito Municipal, é composto pelos seguintes membros:

I - Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, que será seu Secretário-Executivo;

II - Secretário Municipal de Gestão e Comunicação;

III - Secretário Municipal de Administração e Serviços Compartilhados;

IV - Secretário Municipal de Infraestrutura;

V - Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM;

VI - Um(a) Vereador(a), representando o Poder Legislativo, indicado pelo Prefeito Municipal, para mandatos de dois anos, facultada a recondução;

VII - Presidente da Associação Empresarial de Palhoça - ACIP;

VIII - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça - CDL;

IX - Vinte (20) cidadãos, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança, designados pelo Prefeito Municipal para mandatos de dois anos, facultada a recondução.

Art. 3º O CMGDP reunir-se-á por convocação do seu Presidente, ordinariamente, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

Art. 4º As reuniões do CMGDP serão realizadas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, com a presença de dois terços dos seus membros.

§ 1º Na ausência do Presidente do CMGDP, ou por sua delegação, as reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Secretário-Executivo.

Art. 5º As reuniões ordinárias do CMGDP, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de cinco dias úteis, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

Art. 6º As deliberações do CMGDP serão feitas mediante aprovação da maioria dos membros presentes, que serão submetidas ao Prefeito Municipal para aprovação.

Parágrafo único. As deliberações serão denominadas recomendações.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Art. 7º São atribuições do Presidente do CMGDP:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - solicitar ao CMGDP a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

III - firmar as atas das reuniões do CMGDP.

Art. 8º São atribuições do Secretário-Executivo do CMGDP:

I - substituir o Presidente do Colegiado, nos seus impedimentos;

II - convocar, por solicitação do Presidente do CMGDP, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Compete ainda ao CMGDP:

I - definir suas diretrizes e programas de ação;

II - estabelecer as recomendações e responder as solicitações formuladas pelo Prefeito Municipal;

III - requisitar dos órgãos e entidades da administração pública municipal estudos e informações indispensáveis ao cumprimento de suas competências;

IV - propor indicações de posição ao Prefeito Municipal sobre

quaisquer temas relevantes para o desenvolvimento econômico e planejamento;

V - elaborar informes e estudos especiais sobre temas objeto da convocação, independentemente de prévia agenda proposta pelo Prefeito Municipal; e

VI - elaborar e propor modificações no seu regimento interno.

Art. 10. As reuniões ordinárias ou extraordinárias do CMGDP poderão ser assistidas por cidadãos convidados pelo seu Presidente, pelo seu Secretário-Executivo ou por deliberação majoritária dos seus membros.

Art. 11. A participação nas atividades do CMGDP será considerada função relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Será expedido pela Secretaria-Executiva do CMGDP aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades do Conselho.

Art. 12. As alterações deste Decreto, propostas pelos membros do CMGDP, deverão ser formalizadas perante o Secretário-Executivo do Conselho, que as submeterá à decisão do Colegiado.

Art. 13. O apoio administrativo aos trabalhos do CMGDP serão prestados por servidor(a) designado(a) pelo Prefeito Municipal.

Art. 14. As dúvidas e os casos omissos deste Decreto serão resolvidos pelo Secretário-Executivo do CMGDP, ad referendum do Colegiado.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados os Decretos 1.696, de 25 de agosto de 2014 e 1.717, de 13 de outubro de 2014, e as demais disposições contrárias.

Palhoça, 26 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 018/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 018/2015
Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2010, firmado em 19/02/2013, com a empresa SC TECNOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Prestação de Serviços nº 124/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.154/2012.

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

pelo Contratado,

ADÃO DOS SANTOS
SC TECNOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 019/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 019/2015
Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 180/2014, firmado em 01/08/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 180/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N.129/2014.

DATA: 12/02/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

ALEXSANDER DA SILVA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

pelo Contratado,

PAULO HENRIQUE MATTOS
EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 020/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 020/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 254/2012, firmado em 12/12/2012, com a empresa SC TECNOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: : Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda, do Contrato de Execução de Serviços nº 254/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 147/2012

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

pelo Contratado,

ADÃO DOS SANTOS
SC TECNOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 021/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 021/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 238/2014, firmado em 06/10/2014, com a empresa PONTOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 238/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 147/2014

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

pelo Contratado,

Alberto Marcelo de Melo
PONTOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 022/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 022/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao CONTRATO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS N.º 177/2013, firmado em 08/11/2013, com a empresa SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP,

OBJETO: Fica prorrogado por mais 210 (duzentos e dez) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato Elaboração de Projetos e Serviços n.º 177/2013, retroagindo seus efeitos a 11/11/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 150/2012.

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA

Presidente do SAMAE

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

pelo Contratado,

ADRIANO AUGUSTO RIBEIRO

SANETAL ENG. LTDA EPP

RESULTADO PREGÃO Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de móveis para atender as necessidades da Secretaria da Receita, do Corpo de Bombeiros e da Procuradoria Geral do Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

MOB INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no lote 01, totalizando R\$ 13.791,00 (treze mil setecentos e noventa e um reais).

MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 02, 03, 04 e 05, totalizando R\$ 16.566,50 (dezesseis mil quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 05 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo TÉCNICA E PREÇO, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nas condições estatuídas neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal 12.232/2010, Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais dispositivos legais aplicados à espécie.

1. OBJETO:

Contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integralmente, com abrangência estadual, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA

DA TOMADA DE PREÇOS:

A sessão de Tomada de Preços em epígrafe será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitações, e realizar-se-á em data, horário e local a seguir determinados:

Data de realização da Sessão de Abertura: 09/04/2015

Horário: 09h00min

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC.

3. ENTREGA DOS ENVELOPES:

(ENVELOPE Nº 1, 2 e 3 - Proposta Técnica; ENVELOPE Nº 4- Proposta de Preços):

a. Data e horário Limite: 09/04/2015 até as 09h00min.

b. Obs: Após este horário não serão mais recebidos os envelopes.

b. Local de entrega: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci

José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderá participar da licitação qualquer pessoa jurídica constituída como Agência de Propaganda e Publicidade, que atenda a todas as exigências estabelecidas neste edital e na minuta de Contrato em Anexo (Anexo IV).

4.1.1. A Agência de propaganda e publicidade a ser contratada deverá ter suas atividades disciplinadas pela Lei Federal n.º 4.680/65, e possuir certificado de qualificação técnica de funcionamento.

4.1.1.1 O Certificado referido no subitem anterior poderá ser obtido junto ao Conselho

Executivo de Normas padrão- CENP.

4.2. Não será permitida a participação nesta licitação de pessoa jurídica:

a. que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente da Câmara Municipal de Palhoça, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

b. que possua sócio(s), gerente(s) ou diretor(es) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Câmara Municipal de Palhoça;

c. que não atenda às condições estabelecidas neste instrumento convocatório ou não apresente os documentos nele exigidos;

d. cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto da licitação;

e. que se encontre em regime falimentar;

f. que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração

Pública, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal.

4.3. Além das hipóteses acima elencadas, não será permitida, ainda, a participação de agências em consórcio.

5. CREDENCIAMENTO:

5.1. Cada licitante poderá ter somente um representante legal com plenos poderes para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, inclusive para renunciar ao direito de interposição de recursos. Esse representante deverá estar munido de documento de identidade com fé pública e de procuração conferindo-lhe poderes específicos para esse fim (o instrumento desse mandato, assinado pelo diretor ou responsável legal pela pessoa jurídica, deverá ter firma reconhecida em cartório e será apresentado fora dos Envelopes e posteriormente juntado aos autos do processo).

5.1.1. Se o representante for proprietário ou sócio-diretor da licitante, deverá comprovar essa qualidade por meio da apresentação de documento hábil. Esse documento lhe será devolvido.

6. IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este instrumento convocatório, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura do presente certame. Para tanto, deverá dirigir-se à Comissão Permanente de Licitações.

6.2 Decairá o direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não fizer por escrito até o segundo dia útil que anteceder à data fixada para a sessão de abertura do certame (referida no item 2 deste Edital), hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.3 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a impugnante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7. PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPES N.º 1, 2 e 3):

7.1 A proposta técnica será composta de um plano de comunicação publicitária, pertinente às informações expressas no Briefing (Anexo II), e de um conjunto de informações referente à proponente.

7.2 O plano de comunicação publicitária será composto dos seguintes quesitos:

7.2.1 Raciocínio Básico, sob a forma de texto - de no máximo duas páginas, que apresentará um diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária da Câmara Municipal de Palhoça, a compreensão do proponente sobre o objeto da licitação e os desafios de comunicação a serem enfrentados;

7.2.2 Estratégia de comunicação publicitária, sob a forma de texto - de no máximo duas páginas, que indicará e defenderá as linhas gerais da proposta para suprir o desafio e alcançar os resultados e metas de comunicação desejadas pela Câmara Municipal de Palhoça;

7.2.3 Ideia criativa, sob a forma de exemplos de peças publicitárias, que corresponderão à resposta criativa do proponente aos desafios e metas por ele explicitados na estratégia de comunicação publicitária, limitados a 1 (um) para cada tipo de peça, em número máximo de 5 (cinco), podendo ser apresentados sob a forma de roteiros e textos digitados ou sob a forma de layouts, story boards, monstros de rádio, etc.

7.2.4 Estratégia de mídia e não mídia, o representante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ele sugerida e em função da verba disponível indicada pela Contratante, apresentada sob a forma de textos, tabelas, gráficos, planilhas e por quadro resumo que identificará as peças a serem veiculadas ou distribuídas e suas respectivas quantidades, inserções e custos nominais de produção e de veiculação. Os textos serão limitados a um máximo de três páginas, sendo permitida a inclusão de tabelas, gráficos e planilhas como anexos, sem limitação.

7.3 A capacidade de atendimento da proponente e o nível dos trabalhos por ela realizados para seus clientes serão avaliados da seguinte forma:

7.3.1 Apresentação de 01 (uma) campanha publicitária de teor institucional, veiculada em âmbito estadual, regional ou nacional, informando o título, as peças, o resumo da mídia e do problema que a campanha se propunha a resolver, o período de veiculação e os veículos que exibiriam a campanha.

7.3.2 Quantificações e qualificação; sob a forma de currículo resumido, dos profissionais que serão postos à disposição da Câmara Municipal de Palhoça, de maneira discriminada, por setor (estudo e pesquisa; planejamento; criação; produção de rádio, cinema e televisão; produção gráfica; mídia e atendimento).

7.4 A pontuação a ser atribuída, bem como o julgamento das propostas técnicas, dar-se-ão conforme o estipulado no Anexo I, item 4 e subitem, deste Edital.

8. PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N.º 4):

8.1 Da proposta de preços, a ser preenchida aos moldes do "Modelo de Proposta" (Anexo III deste Edital) constará, sob pena de desclassificação:

a) O percentual de desconto máximo de até 30% sobre a tabela

de preços vigente, sob número 38, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, para os serviços que serão executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros);

b) O percentual de desconto sobre os honorários de 15% (quinze por cento); incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou custo efetivo dos serviços e/ou suprimento contratados, decorrente de estudos ou criação intelectual da licitante;

c) O percentual de desconto sobre os honorários de 10% (dez por cento), incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou o custo efetivo dos serviços e/ou suprimentos contratados, quando a responsabilidade da agência limitar-se à contratação ou pagamento do serviço e/ou suprimento.

d) Declaração de que os percentuais de desconto ofertados abrangem todos os custos necessários para a realização dos serviços, incluindo impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, administração, custos diretos e indiretos e todos os outros ônus federais, estaduais, e/ou municipais indispensáveis para o cumprimento do objeto da presente licitação;

e) Declaração quanto ao prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a

60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura do envelope n.º 01.

8.2 A pontuação a ser atribuída, assim como o julgamento das propostas de preços das concorrentes dar-se-ão em consonância com o disposto no Anexo I, item 5 e subitem, deste Edital.

8.3 A remuneração da agência licitante a ser contratada dar-se-á pelos serviços contratados indicados no subitem 8.1 "a" e em percentual sobre o valor dos serviços executados por terceiros, considerando-se, os percentuais indicados no subitem 8.1 b" e "c".

8.4 Além da remuneração prevista com base na proposta de preços, a agência concorrente contratada fará jus ao desconto-padrão de agência, concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei Federal n.º 4.680/65.

9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS:

9.1 A Proposta Técnica será apresentada e entregue à Comissão Permanente de

Licitações em 03 (três) envelopes distintos.

9.1.1 O Envelope n.º 1 conterá a Via não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia) da Proposta Técnica, não podendo ter nenhuma identificação na parte externa a fim de preservar - até a abertura do Envelope n.º 02 - o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária. Todo conteúdo do envelope n.º 01 deverá estar impresso em papel A4, gramatura 75 gm2, com folhas soltas e numeradas.

9.1.1.1 Será aceito somente o Plano de Comunicação Publicitária - Via não Identificada que estiver acondicionado no Envelope n.º 01, fornecido obrigatoriamente pela Comissão Permanente de Licitações, devendo ser retirado pelos interessados em participar da presente licitação, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para a sessão de abertura da licitação, das 13h30min às 18h30min no setor de licitações da Câmara Municipal de Palhoça.

9.1.1.2 O Plano de Comunicação Publicitária- Via Não Identificada deverá ser redigido em língua portuguesa - salvo quanto a expressões de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras, e ser elaborado da seguinte forma:

a. em papel A4, cor branca;

b. com espaçamento de 2 cm nas margens direita e esquerda, a partir da borda;

c. sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;

d. com textos justificados;

e. com espaçamento "simples" entre as linhas;

f. com texto em fonte "arial", tamanho 12 pontos;

g. com numeração em todas as páginas, em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;

h. em caderno único;

i. sem identificação da licitante.

9.1.1.3. As especificações do subitem 9.1.1.2. aplicam-se no que couber, ao i. sem identificação da licitante.

9.1.1.4. As especificações do subitem 9.1.1.2. aplicam-se no que couber, ao quesito ideia Criativa.

9.1.1.5. As tabelas, gráficos e planilhas da estratégia de mídia e não mídia poderão ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos.

9.1.1.6. O Plano de Comunicação Publicitária- Via Não Identificada não poderá ter informação, marca sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique sua autoria.

9.1.1.7. Os exemplos de peças mencionados na Ideia Criativa, sem nenhuma identificação de sua autoria, devem ter formatos compatíveis com suas características e adequar-se ao tamanho do Envelope n.º1.

9.1.2. O envelope n.º 2 conterá a Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária da Proposta Técnica, expondo as seguintes informações:

9.1.2.1 O Envelope n.º 2 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9.1.2.2 O Plano de Comunicação Publicitária - Via Identificada (sem os exemplos de peças referentes à Ideia Criativa) deverá constituir-se em uma cópia da via não identificada, com a identificação da licitante e devendo estar datado e assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

9.1.3 O envelope n.º 3 conterá as demais informações integrantes da Proposta Técnica (Capacidade de Atendimento e nível dos trabalhos), expondo as seguintes informações:

ENVELOPE N.º 2

PROPOSTA TÉCNICA: PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - VIA IDENTIFICADA (RACIOCÍNIO BÁSICO, ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA E ESTRATÉGIA DE MÍDIA E NÃO MÍDIA).

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

(Razão Social da Licitante e CNPJ)

ENVELOPE N.º 3

PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E NÍVEL DOS TRABALHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

(Razão Social da Licitante e CNPJ)

9.1.3.1 O Envelope n.º 3 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até a sua abertura.

9.1.3.2 O Envelope n.º 3 e os documentos nele acondicionados (Capacidade de Atendimento e nível dos trabalhos) não poderão conter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada (Envelope n.º1) e que permita identificar a autoria deste antes da abertura do Envelope n.º2.

9.1.4 A Proposta de Preços deverá ser apresentada e entregue à Comissão Permanente de Licitações no Envelope n.º4, expondo as seguintes informações:

9.1.4.1 O Envelope n.º4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9.1.4.2 A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme o "Modelo de Proposta" constante do ANEXO III deste Edital, em papel que identifique a licitante, datilografada ou impressa por meio eletrônico (não podendo ser manuscrita, portanto), além de:

a. ser redigida em língua portuguesa - salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente - com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;

b. ter suas páginas numeradas sequencialmente;

c. ser datada e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

9.2 A entrega dos envelopes implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e na Minuta de Contrato (Anexo IV).

ENVELOPE N.º4

PROPOSTA DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

(Razão Social da Licitante e CNPJ)

9.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.4 A validade do documento extraído via Internet estará condicionada à conferência de seu conteúdo no respectivo endereço.

10. HABILITAÇÃO:

10.1 Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, conforme referido no subitem 12.14.

10.2 Com vistas à habilitação, as concorrentes deverão apresentar um invólucro contendo os seguintes documentos:

10.2.1 Para comprovação da Habilitação Jurídica:

a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c. Decreto de autorização, em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no envelope nº 01 a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.2.2 Para comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

c. Prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de

Débito/Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa- INSS);

d. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(Certificado de Regularidade do FGTS);

e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de sua sede;

f. Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. Obs.: Caso a documentação referente à Regularidade Fiscal apresente alguma restrição, será assegurada à licitante a continuidade do certame, desde que se tenha comprovado o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, com a apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.2.3 Para comprovação da observância do art. 27, inciso V, da Lei Federal n.º

8.666/93: a licitante deverá declarar, por escrito, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de dezesesseis anos, a partir de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, realizando qualquer trabalho (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal), conforme modelo em Anexo V.

10.2.4 Para comprovação da Qualificação Econômica - Financeira:

a. Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. [caso as certidões não apresentem prazo de validade, deverão ser emitidas no prazo de até 60 (sessenta) dias anteriores a data da Tomada de Preços];

10.2.5. Para comprovação de Qualificação Técnica:

a. Um atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a qualidade dos serviços oferecidos pela licitante, em atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação;

b. Declaração de que a empresa dispõe - e manterá durante toda a vigência do contrato, caso venha a sagrar-se vencedora - dos departamentos indispensáveis ao funcionamento de uma agência de publicidade e propaganda, entendidos como: atendimento, criação, mídia, produção RTVC, produção gráfica, design gráfico e administrativo;

c. Declaração comprometendo-se a, caso venha a sagrar-se vencedora do certame, instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, filial, sucursal ou escritório de representação num raio de 150 Km da Câmara Municipal de Palhoça, com estrutura técnica da presente licitação;

d. Certificado de qualificação técnica de funcionamento, obtido perante o Conselho

Executivo das Normas - Padrão (CENP).

e. Registro ou inscrição na entidade profissional (ABAP) ou sindicato de classe (SINAPRO) da sede da licitante (art. 30, inciso I da lei 8.666/93)

10.3 Para efetiva habilitação de licitantes é necessário que:

a. Tenham apresentado todos os documentos exigidos para habilitação; e

b. Tais documentos tenham sido julgados em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos.

11. COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA:

11.1 A análise e o julgamento técnicos deste certame, de acordo com a sequência de procedimentos elencados no item seguinte (item 12), dar-se-ão por intermédio de uma Subcomissão Técnica constituída nos termos do artigo 10 e parágrafos da Lei Federal n.º 12.232, de 29 de abril de 2010.

11.1.1 A subcomissão técnica, mencionada no subitem anterior, será composta por, 3 (três) membros formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de Palhoça.

11.1.2 A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação, integrada por membros formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, com, no mínimo,

o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de Palhoça, conforme o contido no § 2º, do artigo 10, da Lei Federal n.º 12.232/2010.

11.1.3 A relação contendo os nomes referidos nos itens 11.1.1 e 11.1.2 deste Edital será publicada na imprensa oficial e no Mural Público da Câmara Municipal de Palhoça em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a Sessão Pública marcada para o sorteio (art. 10, § 4º, da Lei 12.232/2010).

12 PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO:

12.1 Recebimentos dos Envelopes: Os envelopes deverão ser entregues até o prazo limite estipulado no preâmbulo deste edital. No dia, hora e local designados, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Comissão Permanente de Licitações receberá os ENVELOPES N.º1, N.º2, N.º3 e N.º4, devidamente fechados e indevassáveis.

12.1.1 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido.

12.2 Entregues os envelopes, fica vedada a desistência, a retificação ou alteração de documentos ou propostas, salvo, em relação à desistência, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

12.3 Os integrantes da subcomissão técnica de que trata o item 11 deste Edital não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos envelopes com as propostas técnicas e de preços.

12.4 Os envelopes padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitações se não apresentarem informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante. Se porventura houver qualquer elemento identificador, a Comissão Permanente de Licitações não receberá os envelopes.

12.5 A Comissão Permanente de Licitações não lançará nenhuma informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante nos envelopes padronizados da via não identificada do plano de comunicação publicitária.

12.6 Abertura dos envelopes n.º1 e n.º3: A Comissão Permanente de Licitações procederá à abertura dos Envelopes de n.º1 (via não identificada da proposta técnica) e n.º 3 (demais informações da proposta técnica).

12.6.1 Conforme especificado no item 12.5, a Comissão Permanente de Licitações não lançará nenhuma informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária.

12.6.2 Os documentos que compõem o Envelope n.º1 serão rubricados pelos presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

12.6.3 Será desclassificada e ficará impedida de participar do restante do certame a licitante cujos documentos que compõem o Envelope n.º 1 contiverem informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a sua autoria em momento anterior à abertura do Envelope n.º 2.

12.6.4 No tocante ao Envelope n.º 3, é vedada às licitantes a aposição, no envelope e/ou nos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite identificar a autoria do plano de comunicação publicitária, em qualquer momento anterior à abertura do envelope n.º 2.

12.6.5 Será desclassificada e ficará impedida de participar do restante do certame a concorrente que desrespeitar o disposto no subitem anterior.

12.6.6 Serão rubricados pelos presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações os documentos que compõem o Envelope n.º3.

12.6.7 Os documentos que compõem o Envelope n.º1 serão devolvidos aos seus invólucros respectivos e colocados em envelope único, rubricado pelos licitantes presentes e pelos membros da

Comissão, que os manterá sob sua guarda e responsabilidade, até o momento de repassá-los à subcomissão técnica de que trata o item 11 deste Edital.

12.6.8 Tal qual o descrito no subitem anterior, os documentos que compõem o Envelope de n.º 3 serão devolvidos aos seus invólucros respectivos e colocados em envelope único, rubricado pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, que os manterá sob sua guarda e responsabilidade, até o momento de repassá-los à subcomissão técnica de que trata o item 11 deste Edital.

12.6.9 Os envelopes n.º 2 e n.º 4, ainda fechados, serão colocados em envelope único, rubricado pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, que os manterá sob sua guarda e responsabilidade.

12.6.10 Da sessão que receber os Envelopes de N.º 01, 02, 03 e 04, será lavrada ata circunstanciada, a qual mencionará todos os licitantes, observações relevantes, eventuais impugnações apresentadas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

12.7 Análise Técnica do Envelope N.º 1: Encerrada a reunião, os envelopes de n.º 01, com seus conteúdos, serão repassados à subcomissão técnica, constituída nos termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 12.232/2010, cabendo-lhe:

a. Analisar de modo individualizado e julgar o conteúdo das propostas técnicas (vias não identificadas dos planos de comunicação publicitária), desclassificando aquelas em desacordo com a Lei e/ou com o presente Edital e seus Anexos;

b. Elaborar planilhas com as pontuações de cada membro da subcomissão para os quesitos de cada proposta e planilha totalizadora da pontuação de quesitos e sub quesitos;

c. Elaborar ata de julgamento das propostas e encaminhá-la à Comissão Permanente de Licitações, juntamente com as planilhas, os Envelopes de n.º 1 com seus conteúdos e a justificativa resumida das razões que fundamentaram as pontuações em cada caso.

12.8 Análise Técnica do Envelope N.º 3: Recebidos os documentos referidos na letra "c" do subitem 12.7, a Comissão Permanente de Licitações os manterá sob sua guarda e responsabilidade, até o momento da abertura do Envelope N.º 2.

Subsequente a isso, o envelope único referido no subitem 12.6.8 será aberto e os Envelopes de n.º 03, com seus conteúdos, serão repassados à subcomissão técnica, cabendo-lhe:

a. analisar de forma individualizada e julgar o conteúdo das propostas técnicas (demais documentos das propostas técnicas), desclassificando aquelas que desatenderem à lei ou ao presente instrumento convocatório;

b. elaborar planilhas com as pontuações de cada membro da subcomissão para os quesitos de cada proposta e planilha totalizadora da pontuação de quesitos e sub quesitos;

c. elaborar ata de julgamento das propostas e encaminhá-la à Comissão Permanente de Licitações, juntamente com as planilhas, os Envelopes de n.º 03 com seus conteúdos e a justificativa resumida das razões que fundamentaram as pontuações em cada caso.

12.9 Tão logo sejam recebidos os documentos referidos na letra "c" do subitem 12.8, a Comissão Permanente de Licitações os manterá sob sua guarda e responsabilidade, até o momento da abertura do Envelope de n.º 2.

12.10 Abertura dos Envelopes n.º 2: A sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas será realizada imediatamente após o recebimento da documentação encaminhada pela subcomissão técnica, com a convocação de todos os concorrentes e dar-se-á em observância aos seguintes procedimentos:

a. divulgação, se for o caso, das desclassificações previstas.

b. abertura dos Envelopes de n.º 2 (via identificada do plano de comunicação publicitária);

c. cotejo entre as vias não identificadas (Envelope n.º 1) com as vias identificadas (Envelope n.º 2) do Plano de Comunicação Publicitária para a identificação de sua autoria;

d. elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas pela subcomissão técnica às Propostas Técnicas, constituídas dos

quesitos estabelecidos pelo Anexo I deste Edital;

e. Proclamação do resultado de julgamento geral das Propostas Técnicas divulgando-se as propostas desclassificadas com base nos critérios estabelecidos neste instrumento convocatório e a ordem decrescente de classificação.

12.10.1 Da sessão supramencionada será lavrada ata circunstanciada, a qual mencionará todos os licitantes, observações relevantes, eventuais impugnações apresentadas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

12.10.2 O resultado do julgamento das propostas técnicas será publicado, com a indicação das classificadas em ordem decrescente, bem como as licitantes desclassificadas.

12.10.3 Recurso relativo às propostas técnicas: O prazo para interposição de recursos quanto ao julgamento das propostas técnicas será de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado no Diário Oficial.

12.10.4 À subcomissão técnica caberá, além das atribuições previstas, manifestar-se em torno de eventuais recursos de licitantes concernentes ao julgamento das propostas técnicas, caso seja solicitado pela Comissão Permanente de Licitações.

12.10.5 Uma vez julgados os recursos porventura interpostos, será dado prosseguimento ao certame, com a publicação da convocação da sessão pública para abertura e julgamento do Envelope n.º 04, para a qual serão convocados todos os licitantes. Desta convocação, constará o resultado do julgamento dos recursos.

12.10.6 Da sessão acima citada será lavrada ata circunstanciada, a qual mencionará todas as concorrentes, observações relevantes, eventuais impugnações apresentadas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinada pelos membros da Comissão e por todas as licitantes presentes.

12.10.7 O resultado do julgamento das propostas técnicas será publicado, com a indicação das classificadas em ordem decrescente, bem como as licitantes desclassificadas.

12.10.8 Se todos os representantes das concorrentes participantes estiverem presentes à sessão pública acima referida e abdicarem do prazo para interposição de recurso, far-se-á a publicação constante no item 12.10.2 com a data da continuidade do certame.

12.12 Abertura do Envelope n.º 4 (Proposta de preços): A sessão pública para a abertura dos invólucros contendo as propostas de preços, será realizada imediatamente após o término do prazo recursal ou julgamento de eventual recurso interposto, com a convocação de todos os concorrentes. Essa sessão realizar-se-á em observância ao disposto no artigo 46, §2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como aos seguintes procedimentos:

a. Devolução dos Envelopes de N.º 04, ainda fechados e mediante recibo, às licitantes desclassificadas;

b. Abertura dos Envelopes de N.º 04, cujos documentos serão rubricados pelos membros da CPL e pelos presentes;

c. Julgamento das propostas de preços, atribuindo-lhes as notas conforme estabelece o item 5 do Anexo I deste edital, e, sendo o caso, desclassificação das concorrentes que não atenderem ao exigido neste Edital;

d. Elaboração de classificação geral, declarando vencedora a licitante que tenha feito a maior Nota Final pela composição das notas técnica e de preço.

12.12.1 Da sessão acima citada será lavrada ata circunstanciada, a qual mencionará todas as concorrentes, observações relevantes, eventuais impugnações apresentadas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação.

12.12.2 O resultado do julgamento das propostas será publicado, com a indicação das classificadas em ordem decrescente, bem como as licitantes desclassificadas, se houver.

12.13 Recurso referente às propostas de preços: o prazo para interposição de recursos quanto ao julgamento das propostas de preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado da Imprensa Oficial.

12.13.1 Uma vez julgados os recursos porventura interpostos, será dado prosseguimento ao certame, com a publicação da sessão

pública para julgamento da habilitação das concorrentes classificadas à fase final, em conformidade com o artigo 11, Parágrafo 4o, letra "d" alínea XI.

12.13.2 Se todos os representantes das concorrentes participantes estiverem presentes à sessão pública referida no subitem 12.13 e abdicarem do prazo para interposição de recurso, dar-se-á prosseguimento ao certame na própria sessão, com o recebimento e abertura dos documentos de habilitação - de acordo com o determinado item 10 e subitens deste Edital - das concorrentes classificadas à etapa final do certame, em observância ao estabelecido no subitem 12.14.

12.14 Abertura da Habilitação: a sessão pública para exame e julgamento da habilitação das concorrentes classificadas à fase final do certame, com base na documentação estipulada no item 10 deste Edital, será realizada imediatamente após o término do prazo recursal ou julgamento de eventual recurso interposto, com a convocação de todas licitantes.

12.14.1 Quando da realização da sessão supracitada, a Comissão Permanente de Licitações receberá o invólucro contendo a habilitação das concorrentes classificadas à fase final do certame e examinará os documentos no que diz respeito conformidade com as exigências deste instrumento convocatório e com normas legais vigentes, decidindo acerca da habilitação ou inabilitação das licitantes.

12.14.2 O resultado do julgamento da habilitação será publicado, com a indicação da concorrente vencedora e a ordem de classificação de todas as concorrentes participantes desta etapa.

12.15 Recursos relativos à habilitação: o prazo para interposição de recursos quanto ao julgamento de habilitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado na Imprensa Oficial.

12.15.1 No caso de empate entre duas ou mais propostas de proponentes, a classificação será decidida mediante sorteio.

12.15.2 Os envelopes pertencentes às licitantes desclassificadas poderão ser retirados pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da homologação do certame. Após o transcurso desse prazo, os envelopes serão inutilizados.

13 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO:

13.1 As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem decrescente das notas finais, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços, sendo declarada vencedora a licitante que obtiver maior Nota Final (NF). Para tanto, será efetuado o julgamento final das propostas, em observância ao disposto no item 6 do Anexo I deste Edital.

13.2 A Nota Técnica (NT) será atribuída pelo somatório de pontos auferidos pelos concorrentes em cada um dos itens de avaliação e nos valores estabelecidos no item 4 do Anexo I deste Edital.

13.3 A Nota de Preço (NP) será atribuída pelo somatório de pontos auferidos pelas licitantes em cada um dos itens de avaliação e nos valores estabelecidos no item 5 do Anexo I deste Edital.

13.4 As proporções correspondentes às propostas técnicas e de preços são as seguintes:

Melhor técnica = 80% (oitenta por cento) Melhor preço = 20% (vinte por cento)

A nota final (NF) será atribuída segundo a fórmula: $NF = NT \times 0,8 + NP \times 0,2$

Onde;

NF = Nota Final

NT = Nota da proposta técnica

NP = Nota preço

13.5 Após a classificação definitiva das propostas, caso a documentação referida no item 10 e subitens apresente alguma restrição, será assegurado à licitante primeira classificada, quando caracterizada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 30. da Lei Complementar Federal no. 123/2006, o prazo de 02 (dois) dias úteis, para a regularização das falhas encontradas.

13.5.1 O prazo acima previsto poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito como tal pela Comissão Permanente de Licitação.

13.5.2 Não fará jus ao prazo supracitado a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à Regularidade Fiscal, quando da abertura da habilitação (subitem 10.2.2);

13.5.3 A não-regularização da documentação concernente à Regularidade Fiscal, no prazo previsto acima estipulado, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:

14.1 Serão desclassificadas a propostas da licitante que:

a. Obtiver Nota Técnica (NT) inferior a 60 (sessenta) pontos ou que obtiver nota zero em quaisquer dos subitens a serem pontuados.

b. Não atender às exigências deste Edital e seus Anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas;

15 RECURSOS:

15.1 Caberá recurso de todas as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações e demais atos praticados no curso do procedimento licitatório em trato, nos termos do que dispõe o artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

15.2 Os recursos deverão ser interpostos por escrito, encaminhados a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, n. 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC. O prazo para essa interposição será contado a partir da publicação na Imprensa oficial.

15.3 Uma vez interposto o recurso, as demais concorrentes serão notificadas para, querendo, contra razão-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data dessa notificação. As contrarrazões aos recursos serão igualmente encaminhadas para o departamento e endereço acima citados.

15.4 Finalizado o prazo recursal, a Comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para: reconsideração acerca da decisão recorrida, ou manutenção da sua decisão, hipótese em que encaminhará os autos ao Prefeito Municipal, a fim de que, em igual prazo, decida sobre o recurso.

15.5 Os autos do procedimento licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Joci José Martins, n. 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC, durante o expediente da Câmara Municipal de Palhoça - das 13h00min as 19h00min.

15.6 Os resultados de todas as fases da presente Tomada de Preços serão afixados no Mural Público da Câmara Municipal de Palhoça.

16 ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO:

16.1 Homologada a licitação, a concorrente adjudicatária será notificada para assinar o contrato na Câmara Municipal de Palhoça no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação;

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito como tal pela Câmara Municipal de Palhoça;

16.3 O contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária, dar-se-á conforme Minuta de Contrato (modelo) constante no Anexo IV deste Edital, adaptado à proposta vencedora do certame.

16.4 A adjudicação será tornada sem efeito se a adjudicatária não cumprir o prazo para a assinatura do instrumento contratual, sem justificativa formalmente aceita pela Câmara Municipal de Palhoça;

16.5 Na hipótese do subitem anterior, o objeto da licitação poderá ser adjudicado às concorrentes remanescentes, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, inclusive quanto a percentuais de descontos e prazos.

16.6 O número de registro da adjudicatária no CNPJ a constar no termo de contrato será, necessariamente, o mesmo que foi apresentado quando de sua habilitação neste procedimento licitatório. O mesmo deverá constar das notas fiscais/faturas emitidas, sob pena de sua recusa e consequente falta de pagamento pela Câmara Municipal de Palhoça.

17. PENALIDADES:

17.1 Estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, mediante processo em que será garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, a licitante que:

- a. convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato
- b. deixar de entregar a documentação exigida para a Tomada de Preços;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. ensejar o retardamento da execução do certame;
- e. não mantiver a proposta, durante o prazo de sua validade;
- f. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- g. comportar-se de modo inidôneo;
- h. cometer fraude fiscal.

17.2 A recusa em assinar o instrumento de contrato caracteriza desistência da prestação dos serviços e sujeitará a adjudicatária ao pagamento de multa conforme o disposto na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato (Anexo IV).

17.3 Pela prática das condutas descritas nesta seção, a Câmara Municipal de Palhoça poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa:

- a. advertência;
- b. pagamento de multa, nos termos da minuta de contrato anexa;
- c. suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Araquari pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Diretor Administrativo da Câmara.

17.4 A aplicação das penalidades previstas nesta seção não exige a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta, venha a causar à Câmara Municipal de Palhoça.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ VERBA PUBLICITÁRIA:

18.1 Para fazer face às despesas decorrentes desta licitação, serão utilizados recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Serviço de Publicidade e Propaganda

3.3.39.88.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

18.2 A dotação orçamentária destinada à verba publicitária, no exercício 2015, está estimada em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais.

19. PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO:

19.1 As condições de pagamento e remuneração à concorrente adjudicatária estão estipuladas na Cláusula Terceira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

19.2 A remuneração da agência licitante a ser contratada dar-se-á pelos serviços contratados indicados no subitem 8.1 "a" e em percentual sobre o valor dos serviços executados por terceiros, considerando-se, os percentuais indicados no subitem 8.1 "b" e "c".

19.3 Além da remuneração prevista com base na proposta de preços, a agência concorrente contratada fará jus ao desconto-padrão de agência, concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei Federal n.º 4.680/65.

19.4 Também fará jus a licitante vencedora a remuneração de 20% em veiculação de campanhas publicitárias, tais como jornais, rádios, outdoors, televisão, dentre outros.

19.5 . Despesas decorrentes de veiculação:

O pagamento dos serviços efetivamente prestados por terceiros será realizado diretamente pela CONTRATADA, após o aceite dos

serviços, de acordo com as respectivas autorizações de divulgação emitidas pela CONTRATANTE, no prazo 5 dias, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a. Fatura do veículo de comunicação, contendo o valor bruto da despesa, parcela referente a comissão da contratada, valor líquido, mencionando ainda o número da autorização de veiculação emitida pela CONTRATADA.

b. Tabela de preços do veículo para demonstrar a procedência dos valores a serem pagos c. Comprovante de veiculação, exibição das peças publicitárias.

II. Despesas decorrentes de produção/contratação de terceiros. O pagamento à CONTRATADA das despesas resultantes da execução do contrato, no tocante aos procedimentos de produção e contratação de terceiros, ocorrerão de acordo com as autorizações de produção validadas pela CONTRATANTE, num prazo de 5 dias após a entrega do material/serviço. Deve-se considerar no processo os seguintes documentos:

- a. Nota fiscal/ fatura da agência que especifique com clareza o serviço autorizado, mencionando o número da autorização de produção emitida pela CONTRATADA e validada pela CONTRATANTE.
- b. Cópia da nota de terceiro, expedida em nome da CONTRATADA.
- c. Cópia/modelo/layout/peça que represente o produto contratado que foi entregue".

20. DURAÇÃO DO CONTRATO:

20.1 O prazo de vigência deste contrato é da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, com eficácia imediata, após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dias de expediente.

20.2 O prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual e sucessivos períodos até o limite total de 60 (sessenta) meses.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1 Comissão Permanente de Licitações poderá, em qualquer fase desta Tomada de Preços, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos envelopes quando de sua entrega.

21.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de propostas à presente Tomada de Preços.

21.3 A participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

21.4 Informações referentes ao Edital poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações, pelo telefone (48) 3242-1501 ou pessoalmente na Câmara Municipal de Palhoça.

21.4.1 As solicitações de esclarecimento deverão ser feitas por escrito e encaminhadas:

a. pelo endereço eletrônico, licitação@cmp.sc.gov.br.

b. protocoladas junto a CPL da Câmara Municipal de Palhoça, até o segundo dia útil anterior à data fixada para a Sessão de Abertura do certame.

21.5 Integram este Edital:

a. Anexo I - Descrição dos Serviços, Especificações Técnicas e Pontuação para Julgamento das Propostas Técnicas, Julgamento das Propostas de Preços e Julgamento Final;

b. Anexo II - Briefing;

c. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

d. Anexo IV - Minuta de Contrato.

e. Anexo V - Modelo de Declaração que não emprega menor

22.6 O presente Edital foi examinado e aprovado pela Procuradoria da Câmara Municipal de Palhoça

22.7 Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para discussão de eventuais litígios oriundos da presente licitação.

Palhoça (SC), 05 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

ANEXO I

Tomada de Preços Nº 01/2015

1. OBJETO:

Contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integralmente, com abrangência estadual (SC), para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Os serviços de comunicação e publicidade serão destinados a fortalecer a imagem da Câmara Municipal de Palhoça, com ênfase na caracterização do atributo de representação popular; a disseminar o conceito de qualidade e relevância da atuação do Poder Legislativo; a realizar ações destinadas a aumentar o relacionamento entre o poder Legislativo e os cidadãos palhocenses, cujos conteúdos serão de caráter educativo, informativo ou de orientação social e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas da Câmara Municipal de Palhoça.

A política de comunicação social da Instituição respeita, conforme art. 37 da Constituição.

Federal os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência dando transparência de seus procedimentos, racionalidade na aplicação dos recursos e avaliação sistemática dos resultados.

Os serviços contratados deverão consistir em: estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação de programas e campanhas institucionais. A agência contratada atuará consoante chamamento da Câmara Municipal de Palhoça.

Poderão ser incluídos ainda, dentre os serviços especializados de publicidade, as seguintes atividades complementares:

a. planejamento e execução/ intermediação de pesquisas, consultorias e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento (pré-teste e pós-teste), capacitação, vinculados à estratégia de comunicação da CMP e a concepção, criação e resultado de campanhas, peças e materiais publicitários desenvolvidas pela agência;

b. produção e execução técnica de peças e projetos publicitários criados;

c. criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;

d. criação, manutenção e monitoramento de sites e redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.

☐ Não se incluem dentre os serviços contratados quaisquer outras atividades não previstas no presente instrumento, em especial as de assessoria de imprensa e relações públicas ☐.

3. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

As obrigações da concorrente adjudicatária (Contratada) e da Câmara Municipal de Palhoça (Contratante), decorrentes da execução do objeto da presente licitação estão previstas na Minuta de Contrato (Anexo IV deste Edital).

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS:

4.1 O julgamento das propostas técnicas será realizado pelo somatório dos pontos auferidos de acordo com os fatores de pontuação a seguir discriminados. Será atribuída a pontuação máxima de 100 (cem) pontos à proposta técnica. A Nota Técnica (NT) corresponderá a 80% (oitenta por cento) da Nota Final (NF), conforme abaixo descrito.

4.2 O plano de comunicação publicitária - Proposta Técnica - será pontuado até o máximo de 100 (cem) pontos, conforme os seguintes quesitos:

4.2.1 Raciocínio Básico - máximo de 15,0 (quinze) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

a. o papel da CMP frente aos interesses da sociedade - até 5,0 (cinco) pontos;

b. as características da CMP e de suas áreas de atuação - até 5,0 (cinco) pontos;

c. problema específico de comunicação da CMP - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.2 Estratégia de Comunicação Publicitária - máximo de 20,0 (vinte) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

a. a adequação da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do problema específico de comunicação - até 5,0 (cinco) pontos;

b. a consistência lógica da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta - até 10,0 (dez) pontos;

c. a viabilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.3 Ideia Criativa - máximo de 30,0 (trinta) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

a. a adequação da ideia ao problema específico de comunicação - até 5,0 (cinco) pontos;

b. a originalidade da ideia - até 5,0 (cinco) pontos;

c. os segmentos de público alcançados pela ideia - até 5,0 (cinco) pontos;

d. a pertinência da ideia às atividades da Câmara Municipal - até 5,0 (cinco) pontos;

e. a viabilidade das peças - até 5,0 (cinco) pontos;

f. a compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.4 Estratégia de Mídia e Não Mídia - máximo de 15,0 (quinze) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

a. o conhecimento dos hábitos de comunicação do público envolvido com a linha de atuação da campanha proposta - até 3,0 (três) pontos;

b. a capacidade analítica revelada no estudo desses hábitos e nas conclusões oferecidas à formulação da mídia - até 4,0 (quatro) pontos;

c. a consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores - até 4,0 (quatro) pontos;

d. a adequação da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças - até 4,0 (quatro) pontos.

4.3. A capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados para seus clientes serão pontuados até o máximo de 20 (vinte) pontos, conforme os seguintes quesitos:

4.3.1 Apresentação de 01 (uma) campanha publicitária de teor institucional - máximo de 15 (quinze) pontos;

4.3.2 Quantificação e qualificação (sob a forma de currículo resumido) dos profissionais que serão postos à disposição da Câmara Municipal de Palhoça, de maneira discriminada, por setor (estudo e pesquisa; planejamento; criação; produção de rádio, cinema e televisão; produção gráfica; mídia e atendimento) - máximo de 05 (cinco) pontos.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

5.1 O julgamento das propostas de preços será realizado pelo somatório dos pontos auferidos de acordo com os fatores de pontuação a seguir discriminados. Será atribuída a pontuação máxima de 100 (cem) pontos à proposta de preços. A Nota de Preços (NP) corresponderá a 20% (vinte por cento) da Nota Final (NF), apurada da seguinte forma:

a. até 30 (trinta) pontos, pelo desconto sobre os custos internos, com base na Tabela vigente (no. 35) de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, na razão de 1 (um) ponto para cada 1% (um por cento) de desconto sobre a referida tabela, limitado o desconto a 30% (trinta por cento) do valor da Tabela; b. até 35 (trinta e cinco) pontos, pelo desconto sobre os honorários devidos sobre os custos de produção realizada

por terceiros especializados, na prestação de serviços e de suprimentos externos, na razão de 7 (sete) pontos para cada 1% (um por cento) de desconto sobre os 15% (quinze por cento) originais, até o limite de 5% (cinco por cento) de desconto;
c. até 35 (trinta e cinco) pontos, pelo desconto sobre os honorários devidos sobre o custo de produção realizada por terceiros especializados, quando a responsabilidade da licitante limitar-se exclusivamente à contratação ou pagamento na prestação de serviços e de suprimentos externos, na razão de 7 (sete) pontos para cada 1% (um por cento) de desconto sobre os 10% (dez por cento) originais, até o limite de 5% (cinco por cento) de desconto.

6. JULGAMENTO DA MAIOR NOTA FINAL

6.1 A fim de apurar-se a maior Nota Final (NF) no presente certame, será utilizada a seguinte fórmula:

$$NF = NT \times 0,8 + NP \times 0,2$$

NF = NOTA FINAL

NT = NOTA TÉCNICA

NP = NOTA DE PREÇOS

Obs.: No julgamento final deverá ser observado, ainda, o critério de julgamento e classificação, previsto no item 13 do Edital, assim como o critério de aceitabilidade, constante no item 14 do Edital.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

7.1 Outras informações sobre o objeto da licitação poderão ser obtidas no Departamento de licitações da Câmara Municipal de Palhoça, pelo telefone 48 - 3242-1501.

Palhoça, 05 de março de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
Presidente

ANEXO II

Tomada de Preços nº 01/2015

BRIEFING

SIMULAÇÃO DA CAMPANHA INSTITUCIONAL

Para avaliação da proposta técnica, solicitamos as empresas de comunicação candidatas uma campanha institucional simulada, considerando os seguintes aspectos:

OBJETIVO DE COMUNICAÇÃO/TEMA

Apresentar uma campanha que esclareça a comunidade os serviços prestados pela Câmara Municipal de Palhoça.

ABRANGÊNCIA

Principais bairros e acessos de palhoça.

PERÍODO

A veiculação da campanha deve contemplar no máximo dois meses, podendo durar menos dependendo da estratégia.

VERBA

R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). O valor deve contemplar todos os custos inclusive com o desconto dado pela agência nos valores de criação, produção e veiculação.

OBSERVAÇÕES

Mais informações no site: <http://www.cmp.sc.gov.br/>

O PAPEL DA CÂMARA DE VEREADORES

São eles os responsáveis pela elaboração das leis municipais e hoje em dia, os vereadores fazem também a ponte entre a população e o prefeito, além de fiscalizar o trabalho do Executivo.

A Câmara Municipal corresponde ao Poder Legislativo, ou seja, cabe aos seus componentes a elaboração de leis que são da competência do Município (sistema tributário, serviços públicos, isenções e anistias fiscais, por exemplo). Os vereadores são importantes, também, porque lhes cabe fiscalizar a atuação do prefeito

e os gastos da prefeitura. São eles quem devem zelar pelo bom desempenho do Executivo e exigir a prestação de contas dos gastos públicos. Uma função importante dos vereadores, porém desconhecida por boa parte da população, é a de funcionar como uma ponte entre os cidadãos e o prefeito, por meio de um recurso chamado indicação. Tal recurso consiste em um documento que o vereador envia a prefeitura ou outro órgão municipal solicitando um pedido apresentado por um eleitor. Os pedidos podem variar desde a poda de uma árvore até a reforma de uma escola. Como não funcionam como uma lei, as indicações não exigem que o vereador faça nenhuma consulta em plenário para apresentá-las ao prefeito. Cabe ao prefeito ou secretário atender ou não à solicitação, sem que para isso precisasse ter sido apresentado algum projeto do vereador.

Para realizar essas funções, os Vereadores elegem a Mesa Diretora e compõem as Comissões Permanentes - órgãos técnicos constituídos por, no mínimo, três membros. As comissões devem emitir pareceres sobre assuntos de sua competência específica, realizar investigações e representar a Câmara. Cada Município cria comissões conforme a realidade local, mas duas não podem faltar: a de Justiça (para analisar a fundamentação legal dos projetos de lei) e a de Finanças (para fiscalizar e emitir pareceres sobre as contas do Executivo). Em municípios maiores são frequentes, também, comissões de Educação, Saúde, Obras, Administração Pública, Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Palhoça, 05 de março de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
Presidente

ANEXO III

Tomada de Preços nº 01/2015

Modelo de proposta

Razão Social da Pessoa Jurídica:

CNPJ: Telefone: Fax: Endereço: E-mail :

MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO DESCONTO OFERTADO (%)

A) Percentual de desconto sobre a tabela de preços, número 38, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, para os serviços que serão executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros).

Obs.: As concorrentes deverão observar o disposto na alínea "a" do subitem 5.1. do Anexo 1 do Edital, para fins de elaboração deste item da proposta de preços e de estipulação do desconto a ser ofertado.

B) Percentual de desconto sobre os honorários de 15% (quinze por cento), incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou custo efetivo dos serviços e/ou suprimentos contratados, decorrente de estudos ou criação intelectual da licitante.

Obs.: As concorrentes deverão observar o disposto na alínea "b" do subitem 5.1. do Anexo 1 do Edital, para fins de elaboração deste item da proposta de preços e de estipulação do desconto a ser ofertado.

C) Percentual de desconto sobre os honorários de 10% (dez por cento), incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou o custo efetivo dos serviços e/ou suprimentos contratados, quando a responsabilidade da agência limitar-se à contratação ou pagamento do serviço e/ou suprimento.

Obs.: As concorrentes deverão observar o disposto na alínea "c" do subitem 5.1. do Anexo 1 do Edital, para fins de elaboração deste item da proposta de preços e estipulação do desconto a ser ofertado

Obs.: Conforme disposto no subitem 8.1, letra "d", do Edital, deve constar declaração de que os percentuais de desconto ofertados abrangem todos os custos necessários para a realização dos

serviços, incluindo impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, administração, custos diretos e indiretos e todos os outros ônus federais, estaduais e/ou municipais indispensáveis para o cumprimento do objeto da presente licitação.

Prazo de validade da proposta de preços:
(Mínimo: 60 dias).

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

Tomada de Preços nº 01/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, REALIZADOS INTEGRADAMENTE, COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, por intermédio do seu Presidente Senhor OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO, com sede na Rua Joci José Martins, nº101, loteamento Pagani, CEP 88132-282, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 75.813675/0001-59, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa xxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxx, inscrito na CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxx brasileiro, xxxxx, xxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx e CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei 8.666/93, da Lei 12.232/10, do Edital de no.00/2015, da Comissão permanente de licitações e da proposta vencedora a que se vincula, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem como objeto:

- Planejamento, marketing, estudo concepção, produção de materiais destinados a campanhas institucionais e peças publicitárias;
- Criação, layout, impressão, formatação, arte final, de serviços publicitários gráficos compreendendo conteúdo para divulgação institucional ou de serviços do Poder Legislativo Municipal;
- Elaboração de registros de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores da programação visual;
- Execução de serviços de promoção inerentes à atividade publicitária ou de divulgação dos atos, atividades, serviços da CMP por quaisquer dos meios de comunicação;
- Execução dos serviços de Endomarketing e comunicação interna;
- Planejamento e execução/ intermediação de pesquisas, consultorias e de outros instrumentos de avaliação, de geração de conhecimento e capacitação vinculados a comunicação.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

A previsão orçamentária para execução dos serviços contratados até 31 de dezembro de 2015 é de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais e sobre tal quantia é que incidirá a comissão da empresa contratada, quando assim devidas, por força da proposta apresentada.

□Parágrafo único" - O valor mencionado poderá ser utilizado, total ou parcialmente, a critério da contratante, não cabendo a contratada indenização de qualquer espécie pelos saldos eventualmente não utilizados□.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

Conforme proposta apresentada no transcorrer do processo

licitatório, a Contratada será remunerada da seguinte forma;

• Para os serviços que serão executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros), a mesma será remunerada de acordo com a tabela de preços vigente, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, considerando sobre os referidos valores o desconto de__ %.

• % de honorários, incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou custo efetivo dos serviços e/ou suprimentos contratados, decorrente de estudos ou criação intelectual da licitante.

• % de honorários, incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou o custo efetivo dos serviços e/ou suprimentos contratados, quando a responsabilidade da agência limitar-se à contratação ou pagamento do serviço e/ou suprimento.

Parágrafo primeiro: A Contratada fará jus à remuneração de 20% em veiculação de campanhas publicitárias, tais como jornais, rádios, outdoors, televisão, dentre outros Parágrafo segundo - além da remuneração acima prevista, a contratada fará jus ao desconto-padrão de agência, concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o artigo 11 da Lei 4.680/65.

Parágrafo terceiro - Pertencem a CONTRATANTE as vantagens, incluindo eventuais descontos e bonificações, na forma de tempo, espaço ou reaplicações obtidas pela CONTRATADA em negociações efetuadas com veículos de comunicação e fornecedores. Salvo, os benefícios resultantes de planos de incentivo concedidos a esta pelo volume de negócios praticados.

Parágrafo quarto Despesas decorrentes de veiculação:

O pagamento dos serviços efetivamente prestados por terceiros será realizado diretamente pela CONTRATADA, após o aceite dos serviços, de acordo com as respectivas autorizações de divulgação emitidas pela CONTRATANTE, no prazo 10 dias, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a. Fatura do veículo de comunicação, contendo o valor bruto da despesa, parcela referente a comissão da contratada, valor líquido, mencionando ainda o número da autorização de veiculação emitida pela CONTRATADA.

b. Tabela de preços do veículo para demonstrar a procedência dos valores a serem pagos c. Comprovante de veiculação, exibição das peças publicitárias.

II. Despesas decorrentes de produção/contratação de terceiros. O pagamento à CONTRATADA das despesas resultantes da execução do contrato, no tocante aos procedimentos de produção e contratação de terceiros, ocorrerão de acordo com as autorizações de produção validadas pela CONTRATANTE, num prazo de 10 dias após a entrega do material/serviço. Deve-se considerar no processo os seguintes documentos:

a. Nota fiscal/ fatura da agência que especifique com clareza o serviço autorizado, mencionando o número da autorização de produção emitida pela CONTRATADA e validada pela CONTRATANTE.

b. Cópia da nota de terceiro, expedida em nome da CONTRATADA.

c. Cópia/modelo/layout/peça que represente o produto contratado que foi entregue".

Parágrafo quinto - O reajuste de preço dos serviços executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros), considerando a hipótese de prorrogação de sua vigência, ocorrerá mediante atualização da tabela de preços publicada pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA - DESPESA

As despesas com o fornecimento de que trata o objeto, corre à conta da seguinte dotação orçamentária:

Serviço de Publicidade e Propaganda

3.3.39.88.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

18.2 A dotação orçamentária destinada à verba publicitária, no exercício 2015, está estimada em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais.

CLÁUSULA QUINTA - AUTORIZAÇÃO E PRAZOS

A CONTRATADA deve entregar os serviços ou produtos em dia de expediente, no horário das 13h00min as 19h00min, obedecendo o prazo máximo de 10 dias úteis a contar do recebimento da autorização de fornecimento expedida pela CONTRATANTE. Parágrafo primeiro - Para execução dos serviços a CONTRATADA deverá obter aprovação prévia da CONTRATANTE, por meio de autorização de execução/produção/compra (AP ou OC) ou pedido de inserção (PI), quando das veiculações de propaganda, devidamente assinada pela CONTRATANTE.

Parágrafo segundo - A aprovação prévia da contratação supracitada, acontecerá mediante amostra de layouts, provas, pilotos, bonecos, monstrinhos, etc., que comprovem/demonstrem os aspectos técnicos ou formatos dos produtos/ serviços que serão contratados.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E EFICÁCIA

O prazo de vigência deste contrato é até 31 de dezembro de 2015, contados da data de sua assinatura, com eficácia imediata, após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dias de expediente.

Parágrafo único: o prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual e sucessivos períodos até o limite total de 60 (sessenta) meses.

CLAUSULA SÉTIMA - RECISÃO Este contrato poderá ser rescindido:

- Por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, do artigo 78, da Lei Federal no. 8.666/93.
- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- Judicialmente nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Cabe ao CONTRATANTE:

- Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para promover reuniões com os interlocutores responsáveis pela gestão da comunicação e para entrega de serviços e produtos;
- Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venha a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;
- Solicitar a troca dos produtos/serviços que não atenderem a às especificações contratadas
- Solicitar o fornecimento dos produtos/ serviços constantes no objeto deste contrato mediante a expedição de autorização;
- Comunicar a CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos produtos/ serviços e solicitar sua imediata interrupção, se for o caso.

CLÁUSULA NONA - ENCARGOS DA CONTRATADA I. Cabe a CONTRATADA as seguintes obrigações:

- Responder, em relação a seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- Efetuar a troca dos produtos/ serviços que não atenderem a às especificações do objeto, no prazo estabelecido neste contrato;
- Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- Manter durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;

- Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse do

CONTRATANTE, no prazo estabelecido neste contrato;

- Monitorar, questionar ou impedir que terceiros forneçam o produto objeto deste contrato.

II. Cabe a CONTRATADA assumir as seguintes responsabilidades:

- Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos no legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

- Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

- Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

- Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

III. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato.
- Dar publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Comunicação da CMP ou por representantes do CONTRATANTE, devidamente designados.

- A CONTRATADA deve manter o preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representa-la sempre que for necessário.

- A atestação de conformidade dos serviços e produtos caberá aos interlocutores designados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO:

I. Despesas decorrentes de veiculação:

O pagamento dos serviços efetivamente prestados por terceiros será realizado diretamente ao veículo de comunicação, após o aceite dos serviços, de acordo com as respectivas autorizações de divulgação emitidas pela CONTRATANTE, no prazo 10 dias, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a. Fatura do veículo de comunicação, contendo o valor bruto da despesa, parcela referente a comissão da contratada, valor líquido, mencionando ainda o número da autorização de veiculação emitida pela CONTRATADA.
- b. Tabela de preços do veículo para demonstrar a procedência dos valores a serem pagos
- c. Comprovante de veiculação, exibição das peças publicitárias.

II. Despesas decorrentes de produção/ contratação de terceiros. O pagamento à CONTRATADA das despesas resultantes da execução do contrato, no tocante aos procedimentos de produção e contratação de terceiros, ocorrerão de acordo com as autorizações de produção validadas pela CONTRATANTE, num prazo de 10 dias após a entrega do material/serviço. Deve-se considerar no processo os seguintes documentos: a. Nota fiscal/ fatura da agência que especifique com clareza o serviço autorizado, mencionando o número da autorização de produção emitida pela CONTRATADA e validada pela CONTRATANTE.

- b. Cópia da nota de terceiro, expedida em nome da CONTRATADA.
- c. Cópia/modelo/layout/peça que represente o produto contratado que foi entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei no. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução

total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. No caso de advertência:

- Multa de 0,5% ao dia sobre o valor da entrega, em caso de atraso injustificado ou pela entrega parcial dos produtos. Contados a partir da primeira data de entrega acordada.
- Multa de 30% sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida.

II. No caso de suspensão:

- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Poder Público, pelo prazo de até 2 anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

I. O presente contrato fundamenta-se:

- a. Na Lei Federal 12.232/2010
- b. Na Lei Complementar Federal 123/2006
- c. Na Lei no. 8.666/1993
- d. Nas disposições gerais da tabela vigente do Sindicato das Agências de Publicidade de Santa Catarina (SINAPRO/SC)

I. O presente contrato vincula-se aos termos:

- a. Do Edital de Técnica e Preço no. 01/2015.
- b. Da proposta vencedora do referido Edital

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO DA COMARCA DE PALHOÇA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilégio que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Palhoça (sc), em xx de xxxxxxxx de 20xx.

CONTRATADO:

CONTRATANTE:

Testemunhas:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:

ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO

, inscrita no CNPJ nº

, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)

, portador (a) da Carteira de Identidade nº , CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

DATA

.....

.....
Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 163/14

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.747/2013, de 20 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual.
DECRETO Nº 163/2014. De 04 de dezembro de 2014.	

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.470,00 (treze mil, quatrocentos e setenta reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.02 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente
PROJ/ATIV: 2.033 - Manutenção do Programa de Abrigo Domiciliar
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0013(177) R\$ 2.400,00
TOTAL GERAL R\$ 2.400,00

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
PROJ/ATIV: 2.037- Manutenção do Programa Erradicação do Trabalho Infantil
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000(147) R\$ 4.300,00
TOTAL GERAL R\$ 4.300,00

DECRETO Nº 163/2014.

De 04 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 1.006 - Construção e Ampliação de Centros Esportivos
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(74)
R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2.021 - Manutenção das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(70)
R\$ 1.600,00
TOTAL R\$ 1.600,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação
Projeto: 2.012 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0092.0(265)
R\$ 170,00

TOTAL R\$ 170,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de 13.470,00 (treze mil, quatrocentos e setenta reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.02 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente
PROJ/ATIV: 2.033 - Manutenção do Programa de Abrigo Domiciliar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0013(176) R\$ 2.400,00
TOTAL GERAL R\$ 2.400,00

DECRETO Nº 163/2014.
De 04 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
PROJ/ATIV: 2.037- Manutenção do Programa Erradicação do Trabalho Infantil
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000(149) R\$ 4.300,00
TOTAL GERAL R\$ 4.300,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 1.006 - Construção e Ampliação de Centros Esportivos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(72)
R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2.021 - Manutenção das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(68)
R\$ 1.600,00
TOTAL R\$ 1.600,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação
Projeto: 2.012 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0092.0(39)
R\$ 170,00
TOTAL R\$ 170,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 163/2014.
De 04 de dezembro de 2014.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 04 de dezembro de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 164/14

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 164/2014. De 04 de dezembro de 2014.	O Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.747/2013, de 20 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 148.431,54 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Unidade: 03.01 - Departamento de Administração
Projeto: 2.005 - Manutenção das Atividades da Administração, Finanças e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(10)
R\$ 9.131,54
TOTAL R\$ 9.131,54

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação
Projeto: 2.012 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(33)
R\$ 40.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003.0(37)
R\$ 2.500,00
TOTAL R\$ 42.500,00

DECRETO Nº 164/2014.
De 04 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação
Projeto: 2.019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(60)
R\$ 66.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(62)
R\$ 9.100,00
TOTAL R\$ 75.100,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.03 - Departamento de Merenda Escolar
Projeto: 2.010 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(79)
R\$ 14.700,00
TOTAL R\$ 14.700,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.055- Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0011.0(119)
R\$ 7.000,00
TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 69.400,00 (sessenta e nove mil e quatrocentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

DECRETO Nº 164/2014.
De 04 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.025 - Manutenção do Programa ESF, ACS. Saúde bucal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (18) R\$ 4.900,00
TOTAL R\$ 4.900,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.026 - Manutenção do CAPS
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (26) R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.027 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (33) R\$ 17.500,00
TOTAL R\$ 17.500,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.059 - Manutenção das Atividades do SAMU
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (41) R\$ 16.000,00
TOTAL R\$ 16.000,00

DECRETO Nº 164/2014.
De 04 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.029 - Manutenção do Programada Vigilância Epidemiológica
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.01.0032 - Aplicações Diretas (62) R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de R\$ 148.431,54 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0000 - recursos ordinários no valor de R\$ 138.931,54 (cento e trinta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0003 - recursos vinculados ao salário educação no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0011 - recursos vinculados a Cosip, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 69.400,00 (sessenta e nove mil e quatrocentos reais), de que trata o art. 2º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0000 - recursos ordinários no

valor de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais) e fica autorizada a utilização do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0032 - recursos vinculados a vigilância epidemiológica no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 04 de dezembro de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 170/14

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal De Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.747/2013, de 20 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual.
DECRETO Nº 170/2014. De 19 de dezembro de 2014.	

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2024 - Manutenção das Atividades da Saúde pública Municipal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (7) R\$ 3.800,00
TOTAL R\$ 3.800,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
PROJ/ATIV: 2.025 - Manutenção do Programa ESF, ACS. Saúde bucal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (18) R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00
DECRETO Nº 170/2014.
De 19 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0098 - Aplicações Diretas (57) R\$ 3.000,00
 TOTAL R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
 UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2.029 - Manutenção do Programada Vigilância Epidemiológica
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (60) R\$ 4.000,00
 TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
 UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2024 - Manutenção das Atividades da Saúde pública Municipal
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (2) R\$ 3.800,00
 TOTAL R\$ 3.800,00

DECRETO Nº 170/2014.
 De 19 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
 UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2.025 - Manutenção do Programa ESF, ACS. Saúde bucal
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (14) R\$ 40.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
 UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0098 - Aplicações Diretas (54) R\$ 3.000,00
 TOTAL R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
 UNIDADE: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
 PROJ/ATIV: 2.029 - Manutenção do Programada Vigilância Epidemiológica
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas (59) R\$ 4.000,00
 TOTAL R\$ 4.000,00

DECRETO Nº 170/2014.
 De 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 19 de dezembro de 2014.
 NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 171/14

<p>DECRETO Nº 171/2014. De 29 de dezembro de 2014.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.747/2013, de 20 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual.</p>
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, no valor de R\$ 1.958,48 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Projeto: 2.053- Manutenção do Departamento de Transportes
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0091(266)
 R\$ 1.958,48
 TOTAL R\$ 1.958,48

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 1.958,48 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0091 - recursos vinculados a rendimentos bancários de convênios, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETO Nº 171/2014.
 De 29 de dezembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 29 de dezembro de 2014.
 NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 30/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 04/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, COM ÁREA TOTAL DE 635,01 M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Data da entrega dos envelopes: 23/03/2015 até as 09:30 horas. Data da abertura: 23/03/2015 até às 10:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 5 de Março de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 31/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 14/2015. Objeto: ASSINATURA DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM PERIODICIDADE SEMANAL, PARA O USO EM SALA DE AULA PELO PERÍODO DE 12 MESES, BEM COMO A CESSÃO DE 01 (UMA) PÁGINA DO JORNAL UMA VEZ POR SEMANA, PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, COM COBERTURA DOS EVENTOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM ENTREGA SEMANAL DE JORNAL IMPRESSO. Data da entrega dos envelopes: 23/03/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 23/03/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 5 de Março de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Passo de Torres**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 06/2015**

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 06, de 04 de março de 2015.

"DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR"

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Conceder férias, à pedido, à Servidora Graziela da Silva Monteiro, agente administrativo, com início no dia 10/03/2015 e término no dia 08/04/2015, referente ao período aquisitivo de 06/02/2014 à 05/02/2015.

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva

1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0021/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2015

1. PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC, através de seu Prefeito, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada Licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n. 133/2013, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as suas alterações posteriores, e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

01.02 - O setor de licitação receberá os envelopes da documentação e proposta de preços dos interessados até às 14:00h do dia 19 de março de 2015, e abertura dos envelopes de propostas no mesmo dia às 14:15h, na sala de Licitações.

2. OBJETO

2.1 - Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

2.2 - Integram o presente edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Quadro de Quantitativos e Especificações dos itens;

Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III - Modelo padrão de Proposta de Preços;

Anexo IV - Recibo de Documentos;

Anexo V - Modelo de declaração atestando que cumpre todas as exigências constantes do edital;

Anexo VI - Modelo de declaração de enquadramento como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII - Modelo de declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;

Anexo VIII - Modelo de declaração referente ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo X - Minuta de Contrato;

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar do processo os interessados que atendem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos e que estejam devidamente cadastrados junto ao setor de licitações deste Município.

Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;
- c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.
- e) O disposto no art. 9º da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas.

f) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, Certidão Negativa Trabalhista e FGTS.

g) Tenham em seu quadro, empregados menores de dezoito (18) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a dezesseis (16) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos.

h) Não tenham condições de disponibilizar diariamente junto ao Município, ou na sede da empresa contratada, funcionários habilitados para cumprir o objeto contratual.

3.2 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

4.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) A abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação dos licitantes;
- d) A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço por item;
- e) A adjudicação da proposta de menor preço por item;
- f) A elaboração de ata;
- g) O recebimento, a análise e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;
- h) O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:

5.1 - Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

AV. PADRE JOÃO BOTERO, N. 485, CENTRO, PASSOS MAIA - SC.

SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

DATA: 19/03/2015 14:00h

5.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0021/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ENVELOPE N. 0001- PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0021/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ENVELOPE N.0002 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

5.3 - O Município de Passos Maia - SC, através do Departamento de Compras e Licitações, somente considerará os envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" que forem entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

6.1 - No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos em cópia autenticada, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes, conforme abaixo:

6.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Passos Maia.

6.1.2. Representante:

- a) Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento (com firma reconhecida em cartório), conforme modelo do Anexo II, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;

6.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo em Anexo V;

6.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme modelo em anexo VII.

6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte para se beneficiar da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:

I - Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, da abertura das propostas.

6.5. Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;

6.6. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

6.7. As empresas deverão fazer-se presentes através de pessoa devidamente credenciada conforme descrito no item 6.

6.8. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

7. PROPOSTAS DE PREÇOS:

7.1 - As propostas de preços (envelope n.001) deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo. Devendo ser apresentada com base nas especificações no Anexo I deste edital e deverão constar:

- a) Razão social ou nome do proponente, endereço, telefone, "fax-símile" e o CNPJ ou CPF;
- b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Data;
- d) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente pregão foram ou não

atendidas;

e) Preço unitário e total por item, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente; e.1) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

f) O número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste edital;

f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da data da entrega dos envelopes.

7.2 - Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário a Comissão de Licitações desconsiderará as casas cotadas a mais, para fins de julgamento e cálculo.

7.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

8 - DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

8.1 - Aberta à sessão pública do Pregão, o pregoeiro abrirá o envelope n. 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço por item.

8.2 - Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor preço por item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço por item.

8.2.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

8.3 - Os lances verbais e sucessivos pelo preço total do item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

8.4 - Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

8.4.1 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

8.4.2 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que habilitadas no credenciamento para tanto, procedendo-se da seguinte forma:

8.4.2.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.4.2.2 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na

ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.2.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4.3 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5 - Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.6 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

8.7 - Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 5,00 do último valor ofertado.

8.8 - Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital e na legislação vigente.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 - Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

8.12 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.4.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.13 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.14 - Encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 8.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

8.15 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará:

a) A aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;

b) O atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

8.16 - Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.17 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

8.18 - Serão desclassificadas as licitantes em razão de:

a) Não atendimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos;

b) Fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos;

c) Omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;

d) Apresentação de duas ou mais opções de preços.

8.18.1 - Não serão consideradas, para efeitos de julgamento,

quaisquer vantagens não previstas no edital.

8.19 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1 - Habilitação Jurídica;

9.1.1 Cópia autenticada por tabelião ou funcionário Público neste caso com antecedência da abertura, do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembléia que elegeu a diretoria em exercício;

9.1.2 Declaração de não empregabilidade de menores. (modelo em anexo)

9.1.3 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2 Habilitação Fiscal;

9.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com data de emissão não inferior a 12 (doze) meses.

9.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

9.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

9.2.4 Prova de Regularidade com a Secretaria da Receita Federal e a Dívida Ativa da União;

9.2.5 Prova de Regularidade com FGTS;

9.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3 Habilitação financeira;

9.3.1 Declaração de Falência e Concordata.

9.4 NOTAS REFERENTE AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE EDITAL:

a) Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação;

b) De acordo com o Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006, As microempresas e empresas de pequeno porte por ocasião da participação no processo licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

c) As certidões negativas que não possuírem prazo de validade serão consideradas válidas até 60 (sessenta) dias da data de emissão;

d) Todas as fotocópias deverão estar autenticadas por tabelião ou Funcionário Público, inclusive o contrato social, exceto as negativas e certidão de falência e concordata extraídas pela Internet, e o contrato social registrado na Junta comercial com autenticidade não superior a 12 meses da data de abertura deste certame;

e) No dia marcado para a abertura da licitação não serão autenticados documentos; para os licitantes que decidirem por autenticar suas fotocópias por funcionário público desta municipalidade os mesmos deverão comparecer até 16h00min do dia anterior ao marcado para a abertura da licitação no endereço supra citado.

f) Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope 02; preferencialmente dispostos ordenadamente;

g) Para efetuar o cadastro e obter o Certificado de Registro Cadas-tral (CRC), junto ao setor de cadastros, poderá o licitante enviar os documentos necessários por e-mail no endereço eletrônico licitacao@passosmaia.sc.gov.br ou ainda pessoalmente no Centro Administrativo Municipal.

10 - DA ABERTURA DO ENVELOPE N. 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço por item, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 - documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço por item, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

10.2 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

10.3 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada às penalidades previstas.

10.4 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 dias úteis sob pena de inutilização.

10.4.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 8.2 deste edital, serão devolvidos às interessadas.

11 - DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

11.1 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) Das licitantes credenciadas;
- b) Das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) Da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) Da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

11.1.1 - A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

12 - DO JULGAMENTO

12.1 - Serão desclassificadas:

- a) As propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) As propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com os itens licitados;
- c) As propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;
- d) As que conflitarem com a legislação em vigor;
- e) As que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens da proposta de preços deste edital;

12.2 - Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

12.3 - Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o "MENOR PREÇO POR ITEM".

12.4 - Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13. IMPUGNAÇÃO E RECURSO ADMINISTRATIVO:

13.1 - Até três dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa jurídica ou física poderá solicitar

esclarecimentos, providências ou impugnar este edital.

13.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de três (03) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.3 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de três (03) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.4 - Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante

13.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

13.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

13.8 - As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser protocolizados no setor de licitações do Município de Passos Maia - SC.

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologado o procedimento, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao registro de preços.

14.1.1 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo pregoeiro.

14.1.2 - Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, o pregoeiro cominará multa à empresa no valor equivalente a até 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

14.1.3 - Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.2 - Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

14.2.1 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

14.2.3 - O registro a que se refere o item 14.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas neste edital;

14.3 - Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

14.3.1 - Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

14.3.2 - Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

14.3.3 - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do §2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

14.4 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

14.5 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

14.6 - Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres das partes.

14.7 - A minuta da ata de Registro de Preços - Anexo VIII, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

14.8 - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.9 - Da execução da Ata de Registro de Preços:

14.9.1 - A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pelo Município e suas secretarias vinculadas.

14.9.2 - A existência de preços registrados não obriga a prefeitura, fundos e fundações a firmarem as contratações que deles podem advir.

14.9.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.9.3.1 - O Município e suas Secretarias, Fundos e Fundações, não estão obrigados a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

14.10 - Da alteração da Ata de Registro de Preços

14.10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.10.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.10.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do serviço registrado, cabendo ao pregoeiro, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

14.10.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o pregoeiro deverá:

14.10.3.1 - Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.10.3.2 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.10.3.3 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.10.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o pregoeiro, poderá:

14.10.4.1 - Negociar os preços;

14.10.4.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de serviço;

14.10.4.3 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.10.5 - Não havendo êxito nas negociações, o pregoeiro deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.11 - A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão participante/contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

14.12 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 - Não retirar o respectivo contrato, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.2 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

15.2 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente - Prefeito Municipal.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

16 - DA CONTRATAÇÃO

16.1 - A contratação com os fornecedores registrados na ata, após a indicação pelo órgão gerenciador, será formalizada pelo Município e Secretarias Municipais, de acordo com a minuta prevista no Anexo IX deste Pregão, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

16.2 - Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Ordem de Serviço.

16.2.1 - Assinada a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será convocada, para assinatura do Contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

16.2.1.1 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

16.2.1.2 - Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato, o pregoeiro cominará multa à empresa no valor equivalente até a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

16.2.2 - Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

16.3 - Da rescisão contratual

16.3.1 - A rescisão do Contrato de prestação de serviço poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3.1.1 - Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

16.3.2 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

16.4 - Dos direitos da Administração

Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.5 - Da execução do contrato

16.5.1 - São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

16.5.2 - Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

16.5.3 - São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

16.5.4 - A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

16.6 - Da alteração do contrato

16.6.1 - O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.6.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

16.7 - Da vigência do contrato

16.7.1 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.8 - A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento de 2015 para manutenção do Município e Secretarias a ela vinculadas.

18 - DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

18.1 - As despesas resultantes do presente Pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

18.2 - O pagamento será:

18.2.1 - Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do órgão/entidade participante, devendo constar também o número da licitação, e da ordem de serviço e/ou contrato.

18.2.2 - Liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda municipal de Passos Maia e, se for o caso, do município em que for sediada a licitante vencedora.

18.2.3 - Realizado por intermédio de depósito em conta, até 30 dias após a apresentação da nota fiscal/fatura;

18.3 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº

8.666, de 21 de junho de 1993.

19 - DAS SANÇÕES:

19.1 - As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

19.2 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

19.5 - Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

20.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

20.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

20.6 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o objeto sem autorização e conhecimento da Administração Municipal.

20.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por

ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.8 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva omissoes puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.9 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br, ou pelo fone/fax (49) 3437-0010, informando o número da licitação.

Passos Maia/SC, 04 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0021/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2015

1. OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, COM AS SEGUINTEs QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:

PLANILHA COM VALORES ESTIMADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Pneu 175 x 70 R 14 Radial 88 T de fabricação nacional	UN	90		327,00	29.430,00
2.	Pneu 185 x 70 R 14 Radial 88 T de fabricação nacional	UN	25		300,00	7.500,00
3.	Pneu 185 x 65 R 14 Radial 86 T de fabricação nacional	UN	8		300,00	2.400,00
4.	Pneu 205 x 75 R 16 Radial 8 lonas 113/111Q de fabricação nacional	UN	12		510,00	6.120,00
5.	Pneu 225 x 75 R 15 Radial 108/104 S de fabricação nacional	UN	16		520,00	8.320,00
6.	Pneu 165x70 R 13 de fabricação nacional	UN	4		198,00	792,00
7.	Pneu 900 x 20 Liso Comum 14 lonas 137/140 J de fabricação nacional	UN	6		630,00	3.780,00
8.	Pneu 900 R 20 direcional misto Liso de fabricação nacional	UN	18		1.050,00	18.900,00
9.	Pneu 900 x 20 14 lonas 137/140 J Borrachudo comum de fabricação nacional	UN	6		670,00	4.020,00
10.	Pneu 1000 R20 direcional liso 143/146 K de fabricação nacional	UN	60		1.480,00	88.800,00
11.	Pneu 1000 R20 misto Borrachudo 143/146 K desenho mínimo 20 mm de fabricação nacional	UN	140		1.550,00	217.000,00
12.	Pneu 1400 x 24 - 16 Lonas comum Borrachudo de fabricação nacional	UN	16		3.000,00	48.000,00
13.	Pneu 12.4 x 24 - 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6		1.598,00	9.588,00
14.	Pneu 12 x 16.5 - 10 lonas de fabricação nacional	UN	4		880,00	3.520,00
15.	Pneu 12.5 x 80 x 18 - 12 Lonas de fabricação nacional	UN	6		1.400,00	8.400,00
16.	Pneu 14.9 x 24 - 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6		2.300,00	13.800,00
17.	Pneu 750 R 16 12 lonas Radial Liso de fabricação nacional	UN	6		700,00	4.200,00
18.	Pneu 750 R 16 12 lonas Radial Borrachudo de fabricação nacional	UN	8		698,00	5.584,00
19.	Pneu 700 x 16 10 lonas Borrachudo Comum de fabricação nacional	UN	8		400,00	3.200,00
20.	Pneu 700 x 16 Liso 10 lonas Comum de fabricação nacional	UN	8		380,00	3.040,00
21.	Pneu 175 x 70 R 13 Radial de fabricação nacional	UN	12		210,00	2.520,00

22.	Pneu 175 x 65 R 14 Radial de fabricação nacional	UN	10		250,00	2.500,00
23.	Pneu 18.4 x 30 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6		2.800,00	16.800,00
24.	Pneu 18.4 x 34 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6		3.000,00	18.000,00
25.	Pneu 19.5 x 24 - 12 Lonas de fabricação nacional	UN	8		2.900,00	23.200,00
26.	Pneu 215/75 R 17.5 Liso de fabricação nacional	UN	4		800,00	3.200,00
27.	Pneu 275/80R 22.5 Borrachudo de fabricação nacional	UN	8		1.550,00	12.400,00
28.	Pneu 275/80R 22.5 Liso de fabricação nacional	UM	2		1.500,00	3.000,00
29.	Pneu 215/75 R 17.5 Borrachudo de fabricação nacional	UN	8		950,00	7.600,00
VALOR TOTAL						R\$ 575.614,00

2. DO PREÇO

2.1 - Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, equivalentes aos de mercado na data da apresentação da proposta e do oferecimento de lances;

2.2 - Deverão estar inclusos no preço todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

2.3 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como incluso nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

3. DO LOCAL E PRAZO DE FORNECIMENTO DOS OBJETOS LICITADOS

3.1 - O fornecedor obriga-se a entregar/fornecer o objeto ora licitado em até 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento da Autorização de Fornecimento, na sede administrativa do Solicitante, conforme especificado no Edital do Processo Licitatório.

3.2. O valor máximo não poderá ultrapassar os valores dispostos no anexo I deste edital.

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

A empresa ou a pessoa física, inscrito (a) no CNPJ n., ou CPF n., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpor-lhes, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

(Local e data)

(Assinatura, do representante legal)

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Os proponentes deverão apresentar cotação de preços por item e preço global, elaborando-o conforme modelo abaixo:

(Poderá ser usado papel com o timbre da empresa).

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

NOME DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____

CNPJ: _____

INC. ESTADUAL: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

Nº DA CONTA CORRENTE: _____ BANCO: _____ AGÊNCIA: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____

PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Pneu 175 x 70 R 14 Radial 88 T de fabricação nacional	UN	90			
2.	Pneu 185 x 70 R 14 Radial 88 T de fabricação nacional	UN	25			
3.	Pneu 185 x 65 R 14 Radial 86 T de fabricação nacional	UN	8			
4.	Pneu 205 x 75 R 16 Radial 8 lonas 113/111Q	UN	12			
5.	Pneu 225 x 75 R 15 Radial 108/104 S de fabricação nacional	UN	16			
6.	Pneu 165x70 R 13 de fabricação nacional	UN	4			
7.	Pneu 900 x 20 Liso Comum 14 lonas 137/140 J	UN	6			
8.	Pneu 900 R 20 direcional misto Liso de fabricação nacional	UN	18			
9.	Pneu 900 x 20 14 lonas 137/140 J Borrachudo comum de fabricação nacional	UN	6			
10.	Pneu 1000 R20 direcional liso 143/146 K de fabricação nacional	UN	60			
11.	Pneu 1000 R20 misto Borrachudo 143/146 K desenho mínimo 20 mm de fabricação nacional	UN	140			
12.	Pneu 1400 x 24 – 16 Lonas comum Borrachudo de fabricação nacional	UN	16			
13.	Pneu 12.4 x 24 - 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6			
14.	Pneu 12 x 16.5 - 10 lonas de fabricação nacional	UN	4			
15.	Pneu 12.5 x 80 x 18 - 12 Lonas de fabricação nacional	UN	6			
16.	Pneu 14.9 x 24 - 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6			
17.	Pneu 750 R 16 12 lonas Radial Liso de fabricação nacional	UN	6			
18.	Pneu 750 R 16 12 lonas Radial Borrachudo de fabricação nacional	UN	8			
19.	Pneu 700 x 16 10 lonas Borrachudo Comum de fabricação nacional	UN	8			
20.	Pneu 700 x 16 Liso 10 lonas Comum de fabricação nacional	UN	8			
21.	Pneu 175 x 70 R 13 Radial de fabricação nacional	UN	12			
22.	Pneu 175 x 65 R 14 Radial de fabricação nacional	UN	10			
23.	Pneu 18.4 x 30 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6			
24.	Pneu 18.4 x 34 10 Lonas de fabricação nacional	UN	6			

25.	Pneu 19.5 x 24 - 12 Lonas de fabricação nacional	UN	8			
26.	Pneu 215/75 R 17.5 Liso de fabricação nacional	UN	4			
27.	Pneu 275/80R 22.5 Borrachudo de fabricação nacional	UN	8			
28.	Pneu 275/80R 22.5 Liso de fabricação nacional	UM	2			
29.	Pneu 215/75 R 17.5 Borrachudo de fabricação nacional	UN	8			
VALOR TOTAL						R\$

Valor total da proposta R\$ _____

Valor total da proposta por extenso _____

(data, carimbo, nome e assinatura do responsável legal).

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

Recibo de Documentos

Declaro que recebi no protocolo do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, os envelopes nº 01 (Proposta de Preços), nº 02 (Documentos de Habilitação) e nº 03(Declaração - quando a empresa não enviar representante), para serem anexados ao Pregão Presencial n. XXXXXXXXXX, da empresa:

Passos Maia/SC, ____/____/2015 às ____:____hs.

NOME DO FUNCIONÁRIO: _____

ASSINATURA: _____

Observações:

- 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;
- 2) Não pode conter rasuras;
- 3) Válido somente com carimbo e visto do protocolo.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº. _____, sediada (endereço completo) _____, DECLARA, que conforme exigido pelo inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2015.

(nome, identidade e assinatura do representante legal)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa

....., CNPJ, esta enquadrada na categoria (Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

O Município de Passos Maia/SC

O signatário da presente,, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Local, de de 2015.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório, sob a modalidade de Edital de Pregão Presencial sob n., de de 2015, instaurado pelo Município de PASSOS MAIA, SC, que se nossa Empresa for Declarada vencedora do Objeto:

a) Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em duas (02) vias de igual forma e teor.

Passos Maia - SC, _____ de _____ de 2015.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO n. ____/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, o MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa Jurídica de

Direito Público Interno, sita, inscrita no CNPJ/MF sob nº, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Prefeito, portador do CPF nº, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n. /2015, para Registro de Preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, sujeitando-se as partes ao edital de Pregão Presencial n. /2015, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

ITEM - Quantidade: (.....) unidade(s) de ao preço unitário de R\$ 0,00 (zero vírgula zero zero). Empresa:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na rua, neste ato representada por seu, Sr., portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada FORNECEDORA.

CLÁUSULA PRIMEIRA- Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n./2015, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Parágrafo Único - Nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Passos Maia não está obrigado a contratar exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os serviços cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Contratos

Para consecução dos serviços registrados nesta Ata, serão celebrados contratos específicos entre as empresas julgadas vencedoras - FORNECEDORAS e os órgãos participantes do Pregão Presencial n. /2015.

CLÁUSULA QUARTA - Da alteração da Ata de Registro de Preços
§ 1º - A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

§ 3º - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

§ 4º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

- Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade

de negociação.

§ 5º - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

- a) Negociar os preços;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de serviço; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 6º - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações

§ 1º - Obriga-se a FORNECEDORA:

- a) Atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item, observado o disposto na Cláusula Quarta;
- b) Fornecer o produto licitado de acordo com as especificações constantes nos Anexo I do Edital do Pregão Presencial n/2015, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento da requisição/autorização de fornecimento;
- c) Prestar o serviço do objeto licitado com qualidade exigida pelo órgão regulador;
- d) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata;
- e) Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão Presencial n./2015;
- f) Estender aos contratos objeto desta Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

§ 2º - Obriga-se o Órgão Gerenciador:

- a) A prática de todos os atos de controle e administração do SRP;
- b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades dos Órgãos Participantes, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
- c) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- d) Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA com relação a
- e) Ata de Registro de Preços.

§ 3º - Obrigam-se os Órgãos Participantes:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- b) Indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:
 - b.1) Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - b.2) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
 - b.3) Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais

atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

b.4) Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para prestação de serviços.

CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

O pagamento correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento dos Órgãos Participantes para o exercício 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Cancelamento do Registro de Preços

§ 1º - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Não retirar o respectivo contrato, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) Tiver presentes razões de interesse público

§ 2º - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

§ 3º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão Presencial n./2015, seus Anexos e a proposta da FORNECEDORA.

CLÁUSULA NONA - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes a firmarem as contratações que deles podem advir.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor, portador do CPF nº, representando o ÓRGÃO GERENCIADOR e ORGÃOS PARTICIPANTES, e pelos representantes da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificados, tendo como testemunhas os senhores, portador do CPF nº e, portador do CPF nº, presentes neste ato.

Passos Maia/SC, emde 2015.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

CPF nº

.....

Representante da Empresa (.....)

CPF nº

.....

Representante da Empresa (.....)

CPF nº

Testemunhas

.....
(Fulano de Tal)(Fulano de Tal)
CPF nº CPF

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO n. ____/2015
PROCESSO n. ____/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL n. ____/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, por intermédio da(o)
(órgão contratante), com sede na rua
....., inscrito no CNPJ sob o nº
....., doravante denominado CONTRATANTE, neste ato
representado pelo seu, Sr.
....., portador do CPF nº, e de outro lado a em-
presa,, estabelecida na
, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denomi-
nada CONTRATADA, neste ato representada por seu
Sr., portador do CPF nº, firmam
o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº
10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei
Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores,
demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas se-
guintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente contrato a aquisição dos objetos pre-
vistas no(s) item(s) nº constituído pelos itens nº.... as ca-
racterísticas constantes da proposta julgada vencedora, para aten-
der as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente da
Ata de Registro de Preços e suas alterações, conforme abaixo:

ITEM	Quantidade	Caracterís- ticas	Preço Unitário	Preço Total
		(descrição detalhada da proposta vencedora)		

§ 1º - A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá
atender à legislação especial federal, e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º - A aquisição dos produtos dar-se-á a partir da data de assi-
natura do contrato.

§ 3º - A aquisição será de forma parcelada, de forma parcelada,
de acordo com as necessidades do(s) contratante(s), devendo a
contratada entregar os produtos conforme anexo I do edital.

§ 4º - São partes integrantes deste contrato, como se transcritos
estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a Ata de
Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos,
propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e
que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço e Reajuste, do Prazo de Entrega,
das Condições de Pagamento e Atualização por Inadimplemento.

Do Preço e Reajuste

I - O preço do contrato é aquele previsto na tabela da cláusula
primeira, acima.

II - Do reajuste de preço - O preço estabelecido é irreajustável,
durante a vigência do presente Contrato, e inclui todos e quais-
quer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros,
impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos
necessários à execução do objeto do Contrato;

III - Entretanto, a revisão dos preços poderá ser concedida, pelo
CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que

demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CON-
TRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II,
letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Do Prazo de Entrega

I - Os itens objetos deste contrato deverão ser entregues no sede
administrativa do solicitante no prazo máximo de 24h (vinte e qua-
tro horas) após a emissão da requisição/autorização de forneci-
mento, sob pena das sanções cabíveis.

Das Condições de Pagamento

§ 1º - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, de
depósito bancário, mensalmente, em até 30 dias mediante a apre-
sentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome
do órgão requisitante, devendo constar CNPJ, o número da licita-
ção, e da Ordem de Serviço e/ou Contrato.

§ 2º - O pagamento será liberado mediante a apresentação de
Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de
Passos Maia e, se for o caso, do município em que for sediada a
CONTRATADA, bem como certidão negativa do INSS.

§ 3º - A não apresentação do documento enunciado no parágrafo
anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a apre-
sentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira
dos valores, por inadimplemento.

§ 4º - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquan-
to pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe
for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem as-
sim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou
a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização
monetária do preço.

§ 5º - O pagamento da fatura será susado se verificada execução
defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto
ao serviço efetivado, não gerando essa postergação direito à atu-
alização monetária do preço.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 7º - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamen-
to pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os
valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados
para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao
que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inci-
so XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recur-
sos consignados no Orçamento da(o) (CONTRATANTE)
..... - Ação, Item Orçamentário, Fonte
.....

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência deste instrumento tem início em
e término em, não podendo ultrapassar o exercício
financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações das Partes

Da Contratada

a) Fornecer o produto objeto deste contrato de acordo com a pro-
posta apresentada no Pregão n. ____/2015, e na forma e condições
estabelecidas no edital e neste Contrato, sem quaisquer ônus adici-
onais para a contratante.

b) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive,
despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil,
frete, transporte, entrega, bem como emolumentos, ônus ou en-
cargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do
objeto do presente Contrato.

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou
materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus
prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou
desrespeito às normas de segurança, quando da execução do

serviço.

- d) Fornecer o produto com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor, bem como no prazo estipulado.
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do produto.
- f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços.

Da Contratante

- a) Emitir a Requisição/Autorização de Fornecimento do produto licitado.
- b) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso
- c) Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes;
- e) Notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- f) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços registrados na Ata de Registro de Preços e suas alterações;
- g) Efetuar pagamento à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecido em Edital.

CLÁUSULA SEXTA - Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

- I - por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos serviços comprovadamente prestados;
- III - judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV - a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
 - a) Execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
 - b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

- I) Advertência;
- II) Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- III) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o

contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
IV) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

V) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

VI) Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VII) As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VIII) Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada - do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Passos Maia/SC, de de 2015.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 06 /2015

DECRETO Nº 06 /2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao

CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Marilete Santos de Souza Borges(titular), e Maria Elisabete Garcia da Silva (suplente), representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Fernanda Pereira Botega (titular), e Fernanda Leite (suplente), representando a Secretaria Municipal de Saúde;

Osnilda Rodrigues Vieira (titular), e Marcia Judith dos Santos Filho (suplente), representando a Secretaria Municipal de Educação;

MirkaStancowich (titular), e Elisangela Felizardo da Silva Martins (suplente), representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Eliziani Santos Oliveira (titular), e Jucinei de Souza (suplente), representando a Câmara Municipal de Vereadores;

Art. 2º. A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia.10 de julho de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 06 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CH01/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 - PMP

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015 - PMP

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Penha/SC, nas quantidades e conforme cronograma de entrega constantes no Anexo II do presente edital de chamamento público.

Abertura do Processo: 20/03/2015 às 09 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos- Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A retirada do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha, 05 de março de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 210/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 210/2015 - RH/PMP

Contratado (A) LUCIA DE SANTANA DA SILVA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 211/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 211/2015 - RH/PMP

Contratado (A) VIVIAN GRAZIELA SERPA SANTOS, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 212/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 212/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ALINE FERNANDA CAVACO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 213/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 213/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ROSIMERI RAMOS, na função de Professor III, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 214/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 214/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MARINA ELIS DOMECIANO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 215/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 215/2015 - RH/PMP

Contratado (A) CARLOS HENRIQUE REGIS, na função de Professor I - Projeto Contra Turno, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 216/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 216/2015 - RH/PMP

Contratado (A) PEDRO JOSE VICENTE JUNIOR, na função de Professor III, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 217/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 217/2015 - RH/PMP

Contratado (A) EDNA ANACLETO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 218/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 218/2015 - RH/PMP

Contratado (A) NAYARA BEATRIZ BONI DA SILVA, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 219/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 219/2015 - RH/PMP

Contratado (A) JULIANA ENNES AMARO DA SILVA, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 220/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 220/2015 - RH/PMP

Contratado (A) GEOVANA CARDOSO FLORIANO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 221/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 221/2015 - RH/PMP

Contratado (A) JESSICA FERNANDA DAMASIO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 222/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 222/2015 AO CONTRATO Nº 79/2015

Contratado (A) WAGNER WALMOR CORDEIRO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Projeto Contra Turno, no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 223/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 223/2015 - RH/PMP

Contratado (A) SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 224/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 224/2015 - RH/PMP

Contratado (A) VANESSA RHENIUS THREISS, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 225/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 225/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ELIANE DOS SANTOS CELESTINO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 226/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 226/2015 - RH/PMP

Contratado (A) LUANA MARIA ROBETTI, na função de Professor III, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 227/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 227/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ACRISLAINNY ESTEPHANY RIBEIRO VALENTIM, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 228/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 228/2015 - RH/PMP

Contratado (A) CAMILA CORDEIRO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 229/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 229/2015 - RH/PMP

Contratado (A) CAMILA CAROLL BENTO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 230/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 230/2015 - RH/PMP

Contratado (A) PRISCILA ROEMERS, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 231/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 231/2015 - RH/PMP

Contratado (A) GIANE CRISTINA RISTOW, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 232/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 232/2015 - RH/PMP

Contratado (A) SELMA NATALIA FERREIRA HENKEL, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 233/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 233/2015 - RH/PMP

Contratado (A) FRANCISCA KRUEGER, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 234/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 234/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MARIA INES THOMASZECKI IACHITZKI, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 235/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 235/2015 - RH/PMP

Contratado (A) SUELI APARECIDA ROSA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 236/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 236/2015 - RH/PMP

Contratado (A) LEIDIANI NORI, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 237/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 237/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ROSIMERE DA SILVA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 238/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 238/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MARIANA CRISTINA BENTO, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 239/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 239/2015 - RH/PMP

Contratado (A) LUCILEA MARIA BENTO MIGUEL, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 240/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 240/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MARINA DANIELA DE SOUZA TASCA, na função de Professor I, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 241/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 241/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ERIEN DE FATIMA DA SILVA GONÇALVES, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 242/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 242/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ZELI FREITAS DE SOUZA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 243/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 243/2015 - RH/PMP

Contratado (A) SALETE JOAQUINA TEODORO, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 244/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 244/2015 - RH/PMP

Contratado (A) AMARA MARIA FERREIRA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2236/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2236/2015

EXONERA: a Sra. AGLAE DE SOUZA, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO II, da Secretaria de Turismo a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2173/2015.

Penha/SC, 27 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2237/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2237/2015

EXONERA: o Sr. ABRÃO LAURENTINO NEVES FILHO, do cargo em comissão de Gestor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Penha, da Secretaria de Planejamento contar desta data. Revogando o Decreto nº 1755/2013.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2238/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2238/2015

EXONERA: o Sr. ALESSANDRO RUBENS DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA, da Secretaria de Planejamento contar desta data. Revogando o Decreto nº 2123/2014.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2239/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2239/2015

EXONERA: o Sr. DORVAL CARVALHO GONÇALVES, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico contar desta data. Revogando o Decreto nº 1225/2013.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2240/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2240/2015

EXONERA: o Sr. FABIANO GOMES DE SOUZA, do cargo em comissão de COORDENADOR OPERACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO, da Secretaria de Planejamento contar desta data. Revogando o Decreto nº 1764/2013.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2241/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2241/2015

EXONERA: o Sr. VALDIR JOSÉ MAFRA JUNIOR, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE TURISMO, da Secretaria de Turismo contar desta data. Revogando o Decreto nº 1234/2013.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2242/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2242/2015

EXONERA: o Sr. ALEXSANDRO DE NOVAIS, do cargo em comissão de COORDENADOR DE ESPORTES, da Fundação Municipal de Esportes contar desta data. Revogando o Decreto nº 1547/2013.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 70/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 70/2015
EMPREGO PÚBLICO ESF Nº 01/2013

NOMEIA: ROZANA APARECIDA DE OLIVEIRA, aprovado no Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 71/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 71/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária do Professor NILSON DILO DE SOUZA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/03/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 72/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 72/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária do Professor ALFREDO MISSELD, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/03/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP08/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº13/2015 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA SER INSTALADO NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 18/03/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 19/03/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 05 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 245/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 245/2015 AO CONTRATO Nº157/2015
Contratado (A) JUCIANE ISABEL DE SOUZA, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40

(quarenta) horas semanais, para atuar no G.E.M "Raquel Figueiredo de Assis", no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 246/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 246/2015 AO CONTRATO Nº69/2015
Contratado (A) SANDRA REGINA BOEHRINGER SIEBERT, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M "Cipriano Silvino Custodio", no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 247/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 247/2015 AO CONTRATO Nº67/2015
Contratado (A) ARIANE VIEGAS LUIZA, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M "Maria Emilia da Costa", no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 248/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 248/2015 AO CONTRATO Nº180/2015
Contratado (A) LETICIA CLEDINEIA BENTO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na CEI "Anjos do Itapocoroí", no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 249/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 249/2015 AO CONTRATO Nº68/2015
Contratado (A) JANINI PINHEIRO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EJA, no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 250/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 250/2015 AO CONTRATO Nº50/2015
Contratado (A) VALERIA DOS SANTOS SCHELL, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no G.E.M "Raquel Figueiredi de Assis", no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 251/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 251/2015 AO CONTRATO Nº50/2015
Contratado (A) WALLACE BRUNO DE SOUZA, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Projeto Contra Turno, no período de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 02 de Março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TORNA SEM EFEITO CONTRATO 112/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TORNA SEM EFEITO o Contrato 112/2015 PMP.

Penha/SC, 26 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TORNA SEM EFEITO CONTRATO 169/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TORNA SEM EFEITO o Contrato 169/2015 PMP.

Penha/SC, 26 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TORNA SEM EFEITO CONTRATO 173/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TORNA SEM EFEITO o Contrato 173/2015 PMP.

Penha/SC, 26 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO 51/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Objeto: Contratação de empresa para reforma e pintura da Escola Isolada Barra do Luciano, localizada na Linha Barra do Luciano, Interior do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 51/2015.

Contratado: ANDRE LUIZ SULZBACH 02984893921.

CNPJ: 19.478.439/0001-52

Data de Vigência: 02/03/2015 até 02/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais).

Município de Peritiba - SC em 02 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia**PREFEITURA****CONTRATO Nº 03/2015 - FMAS**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2015
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social e a Senhora ENALVA EGER DE FREYN, inscrita no CPF: 039.848.729-41. Objeto: PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS INTERESSADOS EM REALIZAR OFICINAS CONFORME ÁREAS ESPECÍFICAS DESCRITAS NO EDITAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OFICINEIRO DE ARTESANATO EM GERAL. Data: 12/02/2015. Valor dos Serviços: R\$ 13.162,50.

Petrolândia, 06 de março de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 04/2015 - FMAS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2015
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social e o Senhor LEVI WEISS, inscrito no CPF: 032.360.769-17. Objeto: PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS INTERESSADOS EM REALIZAR OFICINAS CONFORME ÁREAS ESPECÍFICAS DESCRITAS NO EDITAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OFICINEIRO DE MUSICALIZAÇÃO ATRAVÉS DE CORAL. Data: 12/02/2015. Valor dos Serviços: R\$ 13.650,00.

Petrolândia, 06 de março de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N.º 01, DE 03 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
Avenida Marechal Costa e Silva – 111 – Centro – Pinheiro Preto.
Fone/Fax: (49) 3562-2007

RESOLUÇÃO N.º 01, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa".

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, no uso de suas atribuições legais conferidas e estabelecidas pela Lei Federal nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003, Lei Municipal nº 1.335, de 10 de março de 2009, deliberação da Plenária realizada no dia 02 de março de 2015, através de seu Presidente, ROSANGELA DALL BOSCO, e Considerando o disposto no inciso IV do art.1 do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso;
Considerando a necessidade de fortalecer a Política Municipal do Idoso e o Estatuto do Idoso, resolve:

Art.1º - Convocar a Conferência Regional do Idoso, com o tema "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades".

Art. 2º - A Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa realizar-se-á no dia 20 de Março de 2015, das 13:00 às 17:30, no CEVI - Centro de Eventos Vitória, na Rua XV de novembro, nº 115 - Centro - Videira.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA DALL BOSCO
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICAÇÃO - RETIFICAÇÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF 2º SEM/2014**

 Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto - SC PODER LEGISLATIVO CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período: Janeiro/2014 a Dezembro/2014		
RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")		RS\$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2014 a Dez/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	354.678,91	0,00
Pessoal ativo	354.678,91	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocações Extraordinárias	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	354.678,91	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		354.678,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.384.307,30	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	2,65	
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 6,00%	803.058,44	
LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 5,70%	762.905,52	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	722.752,60	
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.		
FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0005) LRF 2014 (04.00.17.0000) Unidade Responsável: SETOR CONTABIL Data de emissão: 05/03/2015 Hora de emissão: 20:28		
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div> ALESSANDRA DE COSTA Contadora - CRC/SC 031576/O-9 </div> <div> ODAIR VAILATTI Presidente Ordenador da Despesa </div> </div>		

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 015/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 19/03/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 19/03/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 05 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA Nº 19.204

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE			
Rua 15 de novembro, 525	-	C. P. 36	- FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200	-	CNPJ 83.102.251/0001-04	
89107-000	-	POMERODE	- Santa Catarina

PORTARIA Nº 19.204

ANULA OS EFEITOS DA PORTARIA 19.159 QUE DESIGNOU OS GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE DE POMERODE

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007

RESOLVE:

Anular os efeitos da Portaria 19.159 de 02 de março de 2015 que designou o Sr. ANTONIO VARELA BORGES, Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação de Pomerode, para assinar em conjunto com a Sra. MÔNICA SUSAN ZIMMER, Secretária de Administração e Fazenda, toda movimentação bancária do Fundo Municipal para a Criança e Adolescente de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de março de 2015

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 01/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 01/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

FORNECEDOR: Fornecedor: 70220 - BUSCHLE & LEPPER S/A

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	POLICLORETO DE ALUMINIO	KG	VITTA QUÍMICA	30.000,00000	R\$1,1900	R\$35.700,0000
2	HIPOCLORITO DE SODIO	KG	UNIPAR CARBO-CLORO	45.000,00000	R\$1,1900	R\$53.550,0000
1	FLUOSSILICATO DE SODIO (FLUOR)	KG	TIANJIN	3.500,00000	R\$2,4900	R\$8.715,0000
Total do Fornecedor:						R\$97.965,0000
Total Geral dos Itens:						R\$97.965,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 001/2015

Validade: A partir de 02.03. 2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 02 de MARÇO de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 01/2015

- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -			
Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0001-2015 do(a) SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.			
NOME DO PROMOTOR:	SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE		
EDITAL / PROCESSO:	0001-2015 / 0001-2015		
DATA DE REALIZAÇÃO:	6 de Fevereiro de 2015 às 10:00		
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:	Iniciado em 27/01/2015 09:01 e finalizado em 06/02/2015 09:00		
LOCAL:	www.bll.org.br		
PREGOEIRO RESPONSÁVEL:	CHARLES SCHUSTER		
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.		
<p>Aos 6 dias do mês de fevereiro de 2015, no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) CHARLES SCHUSTER do(a) SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.</p> <p>Inicialmente, ficou registrado que as 09:01 horas do dia 27/01/15 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) resgistrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)</p>			
LOTE: 000001 HOMOLOGADO			27/02/15 01:08
FLUOSSILICATO DE SODIO (FLUOR)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		
1	FLUOSSILICATO DE SODIO (FLUOR)		
UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
KG	TIANJIN	3.500	2,49

LICITANTES HABILITADOS							
			CPF/CNPJ	PROPOSTA		MELHOR LANCE	
LICITANTE							
1	BUSCHLE & LEPPER SA (FILIAL)		84.684.471/0003-18	06/02/15 08:30:07	2,50	06/02/15 10:15:02	2,49

LOTE: 000002 HOMOLOGADO

27/02/15 01:08

HIPOCLORITO DE SODIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO						
1	HIPOCLORITO DE SODIO						
UNIDADE		MARCA			QUANTIDADE		PREÇO
KG		UNIPAR CARBOCLORO			45.000		1,19

LICITANTES HABILITADOS							
			CPF/CNPJ	PROPOSTA		MELHOR LANCE	
LICITANTE							
1	BUSCHLE & LEPPER SA (FILIAL)		84.684.471/0003-18	06/02/15 08:30:07	1,50	06/02/15 10:22:34	1,19
2	PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA		80.696.479/0001-81	04/02/15 10:00:53	1,49	06/02/15 10:22:14	1,20
3	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		78.668.969/0001-22	05/02/15 18:32:39	1,50	06/02/15 10:00:06	1,50
4	J T D COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.479.538/0001-47	06/02/15 08:01:09	1,99	06/02/15 10:00:06	1,99

LICITANTES INABILITADOS							
			CPF/CNPJ	PROPOSTA		MELHOR LANCE	
LICITANTE							
5	QUIMISA S.A.		43.683.069/0001-70	04/02/15 16:38:42	1,50	05/03/15 18:24:11	0,00

Tendo em Vista que vossa proposta anexada ao sistema possui o nome dos representantes legais da empresa o qual identifica o proponente, em cumprimento ao princípio da imparcialidade em consonância com item 5.2 do escopo do edital citado em sua íntegra conforme segue: 5.2 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO 01. Observando que a proposta anexada ao sistema não poderá conter nenhuma identificação do proponente;

LOTE: 000003 HOMOLOGADO

27/02/15 01:08

SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO						
1	SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO						
							1 / 2

UNIDADE		MARCA			QUANTIDADE		PREÇO
KG		PRÓPRIA			40.000		0,50

	LICITANTES HABILITADOS							
				CPF/CNPJ	PROPOSTA		MELHOR LANCE	
	LICITANTE							
	1	PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA		80.696.479/0001-81	04/02/15 10:00:53	0,74	06/02/15 10:23:38	0,50
	2	BUSCHLE & LEPPER SA (FILIAL)		84.684.471/0003-18	06/02/15 08:30:07	0,75	06/02/15 10:23:20	0,54
	3	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		78.668.969/0001-22	05/02/15 18:32:39	0,75	06/02/15 10:00:06	0,75
	4	J T D COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.479.538/0001-47	06/02/15 08:01:09	0,89	06/02/15 10:00:06	0,89

	5	NHEEL QUIMICA LTDA		47.003.579/0001-00	05/02/15 17:45:53	1,20	06/02/15 10:00:06	1,20
	LOTE: 000004 HOMOLOGADO						27/02/15 01:08	
POLICLORETO DE ALUMINIO								
	ITEM		ESPECIFICAÇÃO					
	1		POLICLORETO DE ALUMINIO					
	UNIDADE		MARCA			QUANTIDADE		PREÇO
	KG		VITTA QUIMICA			30.000		1,19
	LICITANTES HABILITADOS							
				CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
	LICITANTE							
	1	BUSCHLE & LEPPER SA (FILIAL)		84.684.471/0003-18	06/02/15 08:30:07	1,50	06/02/15 10:22:46	1,19
	2	PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA		80.696.479/0001-81	04/02/15 10:00:53	1,49	06/02/15 10:22:35	1,20
	3	NHEEL QUIMICA LTDA		47.003.579/0001-00	05/02/15 17:45:53	1,50	06/02/15 10:00:29	1,50
	4	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		78.668.969/0001-22	05/02/15 18:32:39	1,50	06/02/15 10:00:29	1,50
	Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é(são) parte integrante da presente ata.							
	Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.							
	MARCIO SCHEIDEMANTEL							
								2 / 2

Ponte Serrada

PREFEITURA

ADENDO 001

ADENDO 001

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 019/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, aos interessados, que encontra-se disponível pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, o ADENDO 001 ao processo licitatório em epígrafe.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 09/04/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 09/04/2015.

Informações Complementares: informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 05 de Março de 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 098/2015

DECRETO Nº 098/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANA ROSSI, Matrícula 1525, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 06 de janeiro de 2014 a 05 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 12 de fevereiro de 2015 a 13 de março de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 228/2015

DECRETO Nº 228/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
"REDUZ CARGA HORÁRIA COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA REICHERDT MARQUES, Matrícula 6199, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 30:00 horas.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 302/2015

DECRETO Nº 302/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECÍFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. ADRIANA BEATRIZ FAGGION, matrícula 5813, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível "516", referencia "A", passando - o para o nível "520" referencia "F".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 303/2015

DECRETO Nº 303/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECÍFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. ANA PAULA TUSSI, matrícula 5809, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível "516", referencia "A", passando - o para o nível

"520" referencia "F".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 304/2015

DECRETO Nº 304/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. ELIANE CAGLIARI, matrícula 5819, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível "516", referencia "A", passando - o para o nível "520" referencia "F".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 305/2015

DECRETO Nº 305/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. NEUZA TAMANHO, matrícula 5812, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível "516", referencia "A", passando - o para o nível "520" referencia "F".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 306/2015

DECRETO Nº 306/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. DAIANE APARECIDA BASI, matrícula 5821, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível "516", referencia "A", passando - o para o nível "520" referencia "F".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 307/2015

DECRETO Nº 307/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"NOMEIA DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. JOSIANE MORAZ, matrícula 6039, para exercer a partir do dia 06 de março de 2015, o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 060/2014 de 31/01/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 308/2015

DECRETO Nº 308/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. JACO RIBEIRO, Matrícula 531, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, para serem gozadas de 12 de março de 2015 a 10 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 309/2015

DECRETO Nº 309/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a partir de hoje, que a servidora CINTIA NAISSARA TODESCATT TUSSI, matrícula 6155, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 310/2015

DECRETO Nº 310/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“INTERROMPE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica interrompida a partir desta data, as férias do servidor público municipal Sr. RONIVALDO DE OLIVEIRA, Matrícula 1178, ocupante do cargo efetivo de FISCAL FAZENDÁRIO (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 312/2015

DECRETO Nº 312/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. GABRIELA PAVELSKI, Matrícula 1428, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 05 de julho de 2013 a 04 de julho de 2014, para serem gozadas de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 313/2015

DECRETO Nº 313/2015, 03 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA ASSISTENTE CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de hoje, a Servidora Pública Municipal Sra. CATIANE FROZZA BELLE, matrícula 6023, ocupante do cargo de ASSISTENTE, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 314/2015

DECRETO Nº 314/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora MARILENE SAMPAIO VOSS ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 315/2015

DECRETO Nº 315/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA SECRETARIO PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de hoje, o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVÃO, matrícula 1439, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 316/2015

DECRETO Nº 316/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
"NOMEIA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado a partir do dia 04 de março de 2015, o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVÃO, portador da Carteira de Identidade n. 859.785 e do CPF 423.860.399-00, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR, Padrão "CC", Nível "03", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 317/2015

DECRETO Nº 317/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
"DETERMINA RETORNO AO CARGO DE ORIGEM, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, e demais legislação de regência e,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a partir de hoje, que o servidor público municipal, Sr. JUALES FRIGHETTO, matrícula 5817, retornará ao cargo efetivo de MOTORISTA, Nível "51", Referência "A", lotado na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 3º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrá por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 318/2015

DECRETO Nº 318/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. JUCELI CAGLIARI, matrícula 790 e 938, ocupante do cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 23 de fevereiro de 2015 a 24 de março de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 319/2015

DECRETO N.º 319, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"NOMEIA COMISSÃO AVALIATIVA DOS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e considerando a necessidade de contratação de empresas especializadas no transporte escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Avaliativa dos Veículos destinados ao Transporte Escolar que será composta pelos seguintes membros:

- Maristela Salini Kleimpaul, Secretária Municipal de Educação;
- Oslandi Cabral, Diretor;
- Nilson dos Santos, Sargento da Polícia Militar.

Art. 2º A Comissão Avaliativa compete:

I - Avaliar o cumprimento dos requisitos presentes no Edital do Processo Licitatório Nº 03/2015 em especial os contidos no anexo VIII, podendo suspender o curso da inspeção para deliberar sobre eventuais diligências;

II - Emitir relatório final de cada linha/veículo atestando os itens inspecionados e anexando todos os documentos necessários, para entrega ao Setor de Licitações e posterior assinatura do contrato;

III - Ao final da inspeção será elaborada ata relatando sucintamente as principais ocorrências e atestando os veículos habilitados, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão e demais presentes. A ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias para possíveis manifestações;

IV - Decorrido o prazo sem manifestação o resultado final da inspeção será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC);

V - A fiscalização durante o ano letivo ficará a cargo do Sr. Oslandi Cabral, ocupante do cargo de Diretor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 320/2015

DECRETO Nº 320/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que o servidor ROUMARIO LUIZ BOTTOLI, matrícula 6286, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA, passará a ser lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 021/2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 021/2015 Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015.

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Endereço: Florianópolis - Santa Catarina CEP: 88.010-030

CNPJ 08.982.125/0001-76

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso I, do artigo 25, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 6.487,20 (seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: de 05 de março á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 05 de março de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo**PREFEITURA****DECRETO 1.314, DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.314, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (Anexo II), aprovado em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na data de 02 de outubro de 2014, por meio da Resolução nº 20/2014, conforme Anexos I e II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo (SC), aos 03 dias do mês de março de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

Anexo I - Resolução 20 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 020/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO/SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso das suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio

da proteção integral à criança e ao adolescente”, deve observar uma “lógica” completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do “garantismo” que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto “delegar” exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do “Plano”, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros “atores” do “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma “comissão intersetorial” encarregada de elaborar um esboço de “Plano Municipal”;

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma “comissão intersetorial” que o esboçou e colocou a aprovação em Audiência Pública;

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, orientando o município de Porto Belo/SC a aprovar a Lei de implantação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é elaborado para 10 anos, sendo necessária a aprovação do CMDCA, em relação a qualquer item a ser alterado, suprido ou complementado.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Porto Belo, 10 de novembro de 2014.

Laudicéia A. C. Nepomuceno
Coordenadora geral do CMDCA

Anexo II - Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Agradecemos a todos os participantes do processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Belo, em especial a Equipe da Comissão Intersetorial, que com responsabilidade assumiram o compromisso de elaborar esse Plano. Foi uma construção coletiva na direção da garantia de direitos daqueles adolescentes, que por alguma circunstância da sua vida cometeram ato infracional.

Esperamos que esse Plano seja um instrumento de trabalho intersetorial, que venha a fortalecer o trabalho socioeducativo no município.

Esse documento é o início de um novo caminhar...

IDENTIFICAÇÃO

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência	2014 – 2024
Período de elaboração	Maio/2014 – Setem- bro/2014

Prefeitura Municipal

Município	Porto Belo
Nome do Gestor Municipal (Prefeito)	Evaldo Guerreiro Filho
Porte do Município	Pequeno Porte I
Endereço	Avenida Governador Celso Ramos nº2500
Telefone	(47) 3369-4111
E-mail	gabinete@portobelo. sc.gov.br
Site	www.portobelo.sc.gov. br

Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas

Nome do Órgão Gestor	Secretaria Municipal de Assistência Social
Nome do Gestor Municipal (Secretária)	Dayana Tamara de Souza
Endereço	Av: Governador Celso ramos, nº57- Vila Nova
Telefone	(47)3369-6018
E-mail	assistenciasocial@potobelo.sc.gov. br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Nome do Presidente	Laudicéia Antunes Carara Poluceno
Telefone	(47) 3369-5649
E-mail	conselhos@portobelo. sc.gov.br

Conselho Tutelar

Nome do Coordenador	Zilda Tricoletti Levi
Endereço	Av: Governador Celso ramos, nº57- Vila Nova
Telefone	(47) 3369-9357
E-mail	conselhotutelar@portobelo.sc.gov. br

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Art. -Artigo

CEBEM - Centro do Bem Estar do Menor

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

CNAS -Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
 CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
 EGEM - Escola de Gestão Pública Municipal
 ESF - Estratégia Saúde da Família
 FIA - Fundos para a Infância e Adolescência
 LA - Liberdade Assistida
 MSE - Medida Socioeducativa
 PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
 PAIF - Serviço de Proteção Integral à Família
 PIA - Plano Individual de Atendimento
 PNAS - Política Nacional de Assistência Social
 PPA - Plano Plurianual
 PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
 PSE - Proteção Social Especial
 SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
 SST/SC - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina
 SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A Legislação Brasileira prevê a responsabilização dos adolescentes por meio de medidas socioeducativas, com natureza sancionatória em decorrência da prática de um ato infracional. As medidas socioeducativas são impostas pelo Estado, após devida instauração de processo judicial como respostas perante uma conduta ilícita, conforme definição do ordenamento jurídico brasileiro.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tal responsabilidade não lhes é imputada frente à legislação penal comum, mas com base nas normas previstas no Estatuto citado, submetendo-se a medidas socioeducativas de caráter especial. Esse atendimento, diferenciado dos adultos, justifica-se em razão de sua condição de sujeitos que atravessam etapas importantes do seu desenvolvimento biopsicossocial.

O Brasil conta em seu ordenamento jurídico com dois sistemas para a responsabilização daqueles que cometem crimes, ou atos infracionais: o sistema penal adulto, destinado à responsabilização das pessoas com mais de dezoito anos; e um sistema de responsabilização juvenil, destinado a responsabilizar por seus atos os(as) adolescentes de doze anos a dezoito anos de idade.

No caso brasileiro, são imputáveis perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, para fins legais período etário que vai até o limite superior, de dezoito anos, no qual consideram os sujeitos, em fase de desenvolvimento diferenciada respondendo perante um sistema de responsabilidade também diferenciado dos adultos. Tendo em vista esta legislação estabeleceu-se um "modelo de responsabilização especial para adolescentes", que contempla sanções especiais e reconhece em seus destinatários uma capacidade de responder pelos atos praticados, de acordo com sua etapa de desenvolvimento.

As medidas socioeducativas devem ser aplicadas para que o adolescente reafirme ou elabore seu projeto de vida e para que, nesse processo, tenha oportunidades criadas tecnicamente para a revisão do ato cometido.

Diante deste contexto, em janeiro de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas à adolescente que pratique ato infracional (BRASIL, 2012). O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2006, p. 23)

Compreendendo que os adolescentes atendidos no cumprimento de medidas socioeducativas no município de Porto Belo têm seus direitos garantidos pelo ECA, entende-se que a efetividade desses direitos depende da padronização dos serviços públicos ofertados e da efetividade do trabalho em rede com as demais políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Espera-se que o Plano ora apresentado sirva de guia e instrumento de trabalho para todos(as) aqueles(as) responsáveis pelo atendimento socioeducativo, na direção de compreender que o ato infracional praticado por adolescentes não é incorporado como inerente à sua identidade, mas visto como uma circunstância de vida que pode ser modificada.

2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL

Com o advento do SINASE, o município de Porto Belo, através da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o qual executa o Serviço de Proteção e Atendimento aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas modalidades de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), passou a compor e organizar o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. O Plano Municipal prevê ações articuladas nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, assistência social e capacitação para o trabalho no atendimento dos adolescentes envolvidos com ato infracional, em conformidade com os princípios elencados no ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). As ações do Plano devem ser elencadas para os 10 anos seguintes e ao final da sua elaboração deverá ser submetido à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Durante o processo de elaboração do Plano, aconteceu no dia 08 de maio de 2014 a primeira reunião na sede da AMFRI, no qual foi apresentada a proposta de realização das Oficinas para elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo. Nesta ocasião estavam presentes representantes da Equipe do CREAS e a equipe da Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM) realizou uma breve apresentação das funções da Escola de Gestão e da Comissão Intersetorial, bem como apresentou a metodologia de elaboração do Plano e a proposta do roteiro, seguindo as normativas da Lei do SINASE (12.594/2012). O Plano de Atendimento Socioeducativo foi elaborado de forma coletiva e participativa, com envolvimento dos municípios associados à AMFRI: Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, e integrantes dos municípios representantes da rede intersetorial - saúde, cultura, educação, assistência social - bem como a presença dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - Delegacia, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social. Tal encontro foi registrado nas fotos abaixo.

Figura 1: 1ª Reunião Oficina de Elaboração Plano Socioeducativo
 Fonte: Arquivos AMFRI, 2014

Posteriormente, foi repassada a proposta em reunião ordinária com o CMDCA para formação da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano, composta por representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Fundação de Cultura, Conselho Tutelar, CREAS e CMDCA. O CMDCA publicou a Resolução nº 004/2014, a qual apresentou a Comissão Intersetorial. O Prefeito Municipal publicou o Decreto nº 1234/2014, referendando os membros da

Comissão Intersetorial do Município de Porto Belo, destinada para a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo.

No dia 28 de maio de 2014, ocorreu a primeira reunião da Comissão Intersetorial. No momento foi iniciada a construção da introdução, metodologia e diretrizes, elementos que compõem o referido Plano.

Figura 2: 1ª Reunião da Comissão do PMASE

Fonte: Arquivos CREAS, 2014

Conforme continuidade da programação da Oficina de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no dia 30 de maio deste ano com orientação do Dr. André Viana. Neste encontro foram abordadas temáticas para construção dos marcos conceituais e legislativos para confecção do PMASE.

Figura 3: 2ª Reunião Oficina de Elaboração Plano Socioeducativo

Fonte: Arquivos AMFRI, 2014

Posteriormente, no dia 11 de junho a comissão reuniu-se na sede do CREAS de Porto Belo para continuar o desenvolvimento do Plano. Definiu-se dentre os temas sugeridos para construção dos marcos legais e conceituais, quais seriam pertinentes à realidade do município e dividiram-se entre os membros da comissão algumas áreas de afinidade teórica para estruturação do Plano. Também neste momento, estabeleceu-se a proposta metodológica de inclusão da comunidade de forma participativa entre os membros da comissão e demais membros da sociedade, entre eles órgãos governamentais e não-governamentais e conselhos de direitos. Como proposta, a Comissão Intersetorial pensou em fomentar uma audiência pública com a comunidade e a rede socioassistencial, possivelmente no dia 15 de julho no período noturno, a realização de um levantamento de propostas com os alunos do Educação de Jovens (EJA) e construção coletiva com os adolescentes no CREAS para também formulação de propostas de ações.

Em outro momento, a comissão reuniu-se para continuidade do desenvolvimento de construção do PMASE na sede da AMFRI no último encontro realizado dia 09 de julho. Neste dia foram retiradas algumas dúvidas quanto aos demais itens do plano e construído conjuntamente os objetivos geral e específicos.

Figura 4: 3ª Reunião Oficina de Elaboração do Plano Socioeducativo

Fonte: Arquivos AMFRI, 2014

Em outra oportunidade, a Comissão Intersetorial e a representação das Políticas Públicas do Município apresentaram as ações propostas de cada área para os próximos 10 anos, e ainda as ações intersetoriais. Destaca-se que mesmo as propostas sendo executadas pelas Políticas Públicas de sua competência, há o compromisso mútuo entre as demais políticas intersetoriais. Agendou-se a audiência pública de apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo para o dia 10 de setembro deste ano.

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SITUACIONAL

O diagnóstico ora apresentado foi elaborado a partir dos dados e informações coletadas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Saúde, ao CREAS, ao Conselho Tutelar, ao Poder Judiciário e à Delegacia Civil do município de Porto Belo. As informações foram repassadas à comissão nos meses de junho e julho de 2014.

Em relação à Secretaria Municipal de Assistência Social, foram apresentados dados sobre o Programa Jovem Aprendiz, sobre os atendimentos prestados aos adolescentes cumprindo MSE no CREAS e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCVF), além do Plano Municipal de Assistência Social do Quadrênio 2014-2017. A Secretaria Municipal de Educação encaminhou informações sobre as ações executadas no corrente ano e qual o número de alunos atingidos, bem como o levantamento do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino. A

Secretaria Municipal de Saúde apresentou os dados acerca do Programa Saúde na Escola, gravidez na adolescência e adolescentes institucionalizados para tratamento psiquiátrico.

Junto ao CREAS, as informações disponibilizadas foram referentes à idade, sexo, medida aplicada, duração da medida aplicada, infração, bairro, escolaridade e envolvimento com drogas, dos adolescentes acompanhados pelo equipamento no primeiro semestre de 2014. Não foram apresentados dados com relação ao período anterior, pois as informações contidas nos prontuários arquivados eram insuficientes para realizar um levantamento fidedigno. O Conselho Tutelar apresentou um levantamento dos atendimentos relacionados aos adolescentes de janeiro à março do presente ano. Da Delegacia de Polícia Civil, foram encaminhados os boletins de ocorrência que envolveram adolescentes de 2013/2014 até o mês de julho.

A partir destas informações, foi possível a elaboração do diagnóstico abaixo. Vale ressaltar que além dos dados apresentados, foram buscadas outras informações no Relatório IBGE SENSO 2010 do Município de Porto Belo e no Relatório de Análise de dados sobre o "Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)" em Santa Catarina, elaborado em 2013, pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC e Relatório do Sebrae 2010.

Contextualizando o cenário deste plano, ou seja, dados sobre o município de Porto Belo, cabe ressaltar que a história do Município de Porto Belo esta diretamente ligada ao contexto da ocupação territorial da Região Sul do Brasil, sendo influenciada pela passagem ou permanência no Estado de Santa Catarina de espanhóis, portugueses e Africanos. A partir de m 1753, com as incursões de marinheiros portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, iniciou a colonização de Porto Belo: a Coroa Portuguesa fundou ali um povoado e fixou nele alguns casais de imigrantes açorianos. O povoado, em 1818 - batizado de Enseada das Garoupas - foi elevado à condição de Colônia, com o nome de Nova Ericeira (mais de 100 moradores tinham vindo da localidade de Ericeira, em Portugal). Finalmente, em 13 de outubro de 1832, Nova Ericeira passou a chamar-se Vila de Porto Belo, devido à beleza natural do lugar. (SEBRAE, 2010)

O Município de Porto Belo, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui atualmente uma área de 95 km² e está localizado na mesorregião do Vale do Itajaí, dentro da vertente do litoral do Estado de Santa Catarina. Porto Belo assim como todo litoral catarinense, também se desenvolveu pelo mar, possuindo condições naturais, favorecendo as atividades pesqueiras e agropecuárias. O novo e o velho convivem ainda no município de Porto Belo, a cultura local segue ao lado da modernidade do mundo contemporânea.

O comparativo dos dados do Censo Demográfico de 2000 e das estimativas populacionais do IBGE para 2009 demonstram que Porto Belo tem apresentado nos últimos 9 anos uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 3,2% ao ano (Gráfico 1).

Gráfico 1: Taxa de Crescimento médio anual da população, segundo Brasil, Santa Catarina e Porto Belo 200/2009

Fonte: Relatório Sebrae, 2010

O crescimento populacional de acordo com os dados do censo demográfico 2010 mostrou que, em uma década, a população total do município de Porto Belo teve crescimento significativo de 50,25%. A população estimada de 2013 segundo o IBGE foi de 18.066 habitantes, registra um dos maiores crescimentos populacionais do Estado desde o censo de 2000.

Tabela 1: Composição da população por faixa etária.

Fonte: PMPB- Prefeitura Municipal de Porto Belo. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araçá/ 2012. PMPB Plano de Saúde 2010/2013

Na Tabela 1 podemos perceber que a distribuição por faixa etária

revela uma população ainda jovem. Cerca de 65% encontrava-se com menos de 39 anos em 2010. A população aproximada de adolescentes e jovens no município também é significativa, o que gera a necessidade de ofertar ações voltadas para esta parcela populacional.

Gráfico 2: Distribuição da População por Bairros

Fonte: PMPB- Prefeitura Municipal de Porto Belo. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araçá/ 2012. PMPB Plano de Saúde 2010/2013

O município possui uma área de 95 km², formado por oito bairros, sendo cinco na zona urbana e três na rural, com a existência de uma Comunidade Quilombola, localizada no Bairro Valongo. Assim, podemos observar uma estimativa da distribuição da população por bairros, na qual se destaca a baixa concentração no bairro Araçá e a alta concentração no bairro Perequê, entre as localidades urbanas. O Mapa a seguir ilustra a distribuição geográfica dos bairros no município, deixando evidente a extensão territorial.

Figura 5: Distribuição dos bairros no município.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Belo

Porto Belo situa-se à beira mar, em uma enseada compartilhada ao sul pelos municípios de Tijucas, Bombinhas e o Oceano Atlântico, emergente pólo turístico e, ainda distante a 5 km pela BR 101 na Foz do Rio Tijucas. Distante 47 km de Florianópolis, capital do estado, em linha reta, localiza-se estrategicamente em relação à situação político-administrativa. Em direção norte encontra-se o município de Itapema e o Oceano Atlântico. Localiza-se ainda, a 27 km da sede da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI).

O município de Porto Belo localiza-se na zona fisiográfica e econômica do litoral de Itajaí. Com seus limites municipais: ao norte com os municípios de Itapema, Camboriú e Oceano Atlântico; a oeste com município de Tijucas; ao sul com município de Tijucas, Bombinhas e Oceano Atlântico; e a leste com o município de Bombinhas. O município faz parte da AMFRI, constituído por onze municípios da região: Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Itapema, Camboriú, Porto Belo, Ilhota, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Piçarras.

No que se refere à Secretaria Municipal de Assistência Social, estão localizados na sede do Centro de Cidadania a gestão, o serviço de Proteção Social Básica e o Programa Bolsa Família. Os serviços CRAS, SCFV e Centro de Convivência do Idoso (CCI), estão localizado no Bairro Perequê. O CREAS está localizado no Bairro Vila Nova desde sua criação através da lei municipal 1986/2012.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Há cinco serviços de média complexidade, divididos por público. Um deles é direcionado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e desenvolve atividades que possibilitem uma nova perspectiva de vida futura.

O Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e de PSC tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. No primeiro semestre de 2014 foram acompanhadas pelo CREAS 13 situações envolvendo adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo duas situações já arquivadas por atingirem a maioridade.

Conforme dados do Relatório Estadual das Medidas Socioeducativas, elaborado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) -2013, uma das informações coletadas no levantamento foi se a equipe responsável pelo atendimento dos adolescentes com medida socioeducativa em meio aberto era exclusiva para este trabalho, conforme é possível observar no gráfico abaixo,

Gráfico 3: Equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas

Fonte: SST, 2013.

Observa-se, que apenas 26 municípios declararam ter equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas, o que representa 12% dos 220 municípios.

No caso de Porto Belo, se enquadra nos 88% dos municípios que não possui equipe exclusiva para atender o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC, sendo que a equipe constituída no CREAS atende ainda os quatro demais serviços de responsabilidade da equipe de média complexidade, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Segundo as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2012b),

como parâmetro de referência, pode-se dizer que para cada grupo de 40 adolescentes atendidos(as) em cumprimento de medida socioeducativa - de LA, ou de PSC -, deve-se contar com pelo menos, dois(duas) técnicos(as) de referência para o trabalho diretamente com os(as) adolescentes, os quais devem ser acrescidos a equipe básica do CREAS. Esses técnicos(as), com atribuição específica, deverão fazer parte da equipe técnica do CREAS, mas com dedicação para atendimento dos(as) respectivos(as) quarenta adolescentes sob sua responsabilidade (p.60).

Em relação aos dados da Secretaria de Estado da Assistência Social, Porto Belo, que diferente da maioria dos municípios catarinenses, atende entre 11 a 20 adolescentes (13,2%), não se configurando como um dos municípios que compõe o percentual de nenhum ou de 1 a 5 adolescentes (61%). Isso demonstra que o município de Porto Belo é um dos municípios que tem um significativo índice de ato infracional no Estado de Santa Catarina, vide tabela abaixo.

Tabela 2: Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município.

Adolescentes em acompanhamento	Quantidade de municípios	Porcentagem de municípios (%)
Nenhum adolescente	42	19,1
De 1 a 5 adolescentes	93	42,3
De 6 a 10	24	10,9
De 11 a 20	29	13,2
De 21 a 40	16	7,3
De 41 a 60	10	4,5
De 61 a 100	3	1,4
Mais de 100	3	1,4
Total	220	100%

Fonte: SST, 2013.

Segundo dados do Mapa da Violência 2012, no estado de Santa Catarina, dentre o grupo de 23 municípios compreendidos na faixa entre 50 e 200 mil habitantes onde há elevados níveis de violência e crescimento estão Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes, o que nos remete à preocupação pela proximidade com o município de Porto Belo.

A partir dos dados levantados pela Delegacia de Polícia Civil deste município podemos perceber um aumento na incidência das

ocorrências desde o ano passado. Segundo consta, no ano de 2013 foram registradas 33 ocorrências, sendo que 22 destas ocorreram no primeiro semestre do ano, já no primeiro semestre de 2014 foram registrados 28 casos ocorrendo um aumento significativo na incidência o que acarretará uma elevação dos índices de ocorrência ao final do ano. O gráfico abaixo ilustra este comparativo de crescimento.

Gráfico 4: Ocorrências atos infracionais

Fonte: Delegacia Polícia Civil Porto Belo/SC 2013/2014

No que diz respeito aos atos infracionais, segundo dados apresentados pelo CREAS, há uma incidência maior de infrações relacionadas ao tráfico de drogas, apresentada no Gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5: Atos infracionais CREAS

Fonte: Arquivos CREAS, 2014

O que também é constatado em referência aos dados apresentados pela Delegacia de Polícia Civil. No ano de 2013 o número mais elevado de ocorrência de ato infracional foi relacionado ao tráfico de drogas e dirigir sem habilitação. Já no ano de 2014 a maior incidência é relacionado ao tráfico de drogas com 28% dos casos e atrás de posse de drogas com 17%. O gráfico 06 abaixo ilustra a incidência no ano de 2013 e 2014.

Gráfico 6: Atos Infracionais

Fonte: Arquivos Delegacia Polícia Civil /Porto Belo

A problemática do ato infracional é uma das expressões do conjunto das desigualdades da sociedade capitalista. De fato, não é possível desconsiderar que os adolescentes autores de atos infracionais, em sua imensa maioria, são oriundos de grande parcela da população brasileira considerada excluída e, desta forma, não podem ser vistos separadamente do contexto social, econômico, cultural e político no qual se inscrevem. A existência de "desigualdades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização" são expressões do conjunto das desigualdades da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2009 apud BRASIL, 2014)

No que diz respeito à aplicação de medida socioeducativa, há uma prevalência da medida de PSC em detrimento da medida de LA, o que nos remete à reflexão de que ainda prevalece o caráter punitivo da educação pelo trabalho. Concomitante a esta visão não foram aplicadas nenhuma medida de proteção pelo Poder Judiciário que tenham sido acompanhadas pelo CREAS. Percebemos esta evidência conforme gráfico abaixo:

Gráfico 7: Medida Socioeducativa aplicada

Fonte: Arquivos CREAS, 2014

A liberdade assistida, enquanto regime de atendimento, desde que adequadamente implementada, essa modalidade de ação socioeducativa é a mais articulada e conseqüente das abordagens na grande maioria dos casos de cometimento de ato infracional por adolescentes.

Para que isso ocorra, no entanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um adequado conjunto de métodos e técnicas de ação socioeducativa e a estruturação de um adequado plano de atendimento socioeducativo, que de fato articule todas as políticas públicas existentes no município de Porto Belo, bem como a adequada equipe de atendimento socioeducativo no CREAS.

Destaca-se na Tabela 2 que, dos 220 municípios que afirmaram executar o serviço de medidas socioeducativas, 19% relataram não ter nenhum adolescente com medida socioeducativa em meio aberto no momento da pesquisa; e 42,3% estavam atendendo

entre 1 a 5 adolescentes. Além disso, 10,9% dos municípios estavam atendendo entre 6 e 10 adolescentes; 13,2% estavam atendendo entre 11 e 20 adolescentes; 7,3% dos municípios estavam atendendo entre 21 a 40 adolescentes; 4,5 dos municípios estavam atendendo entre 41 e 60 adolescentes; 1,4% estavam atendendo entre 61 a 100 adolescentes; e 1,4% estavam atendendo mais de 100 adolescentes.

Gráfico 8: Porte dos Municípios no Estado de Santa Catarina

Fonte: IBGE, População Estimada, 2013.

Percebe-se a partir do Gráfico 08, que 61% dos municípios do Estado, em relação a 78,31% dos municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes), atendem até 5 adolescentes, como é a situação do município de Porto Belo. Isso representa ao Estado uma possibilidade de trabalho de prevenção por meio da proteção social básica, para que esses índices não cresçam. O Relatório elaborado pela SST/SC deve servir como base para o planejamento de ações pelo próprio Estado, sendo que aos Estados compete apoiar técnica e financeiramente os municípios.

Há uma necessidade urgente de pensar alternativas de prevenção em relação ao cometimento de ato infracional. Investir na proteção social básica, por meio de "ações comunitárias" ofertadas PAIF, em parceria com a Secretaria de Educação, para buscar reduzir o índice destes atos. As "ações comunitárias" devem ser executadas nas comunidades em geral, envolvendo as famílias na discussão do tema. No município de Porto Belo, o CRAS está instalado no bairro Perequê (como já apresentado anteriormente) em razão da vulnerabilidade social das famílias daquele território. O bairro Perequê é onde há maior incidência dos atos infracionais, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Distribuição de incidência Atos Infracionais por Bairro

Perequê	07
Vila Nova	03
Alto Perequê	02
Outro Município	01

Fonte : Arquivos CREAS 2014

A tabela reforça a necessidade de execução de serviços neste bairro por caracterizar-se mais vulnerável. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012a), as ações comunitárias são ações de caráter coletivo para a dinamização das relações no território. Possuem um escopo maior do que oficinas com famílias, por mobilizar um maior número de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum, que no município de Porto Belo é a redução do cometimento do ato infracional.

Constituem-se objetivos das ações comunitárias do PAIF: promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias no território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária - por meio - principalmente, do estímulo à participação cidadã (MDS, 2012a, p.35).

Ainda, na proteção social básica o município conta com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com o objetivo de assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; promover a socialização e convivência.

Entre o público-alvo, considerado prioritário para a meta de inclusão no SCFV, encontram-se os adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto e também egressos de medidas socioeducativas em meio fechado.

Importante destacar que segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município durante o primeiro semestre de 2014, as unidade de saúde haviam acompanhado um total de 18 adolescentes grávidas, sendo que a maior incidência de casos é no bairro Perequê, conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição de adolescentes grávidas por Bairro

Perequê	09
Vila Nova	03
Alto Perequê	02
Centro	03
Sertão Santa Luzia	01
Demais Bairros	00

Fonte: Arquivos Secretaria Municipal de Saúde, 2014

No que diz respeito a ações de prevenção executadas pela secretaria de Saúde no município para os adolescentes, existe atualmente o Programa Saúde na Escola que pretende até o final deste ano atingir 1.826 alunos adolescentes. Os temas abordados no programa serão: Segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; Promoção da cultura de paz e direitos humanos; Direito sexual e reprodutivo; Prevenção das DSTs e Aids; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas e prevenção das violências e acidentes.

Conforme mencionado, a não aplicação de medidas de proteção ao adolescente pode resvalar em consequências futuras como propenso envolvimento com atos infracionais. Identificamos dentre aos adolescentes atendidos no CREAS que a maioria já havia usado, ou ainda usa algum tipo de drogas. No entanto, neste ano a Secretaria Municipal de Saúde ainda não procedeu com nenhum encaminhamento para tratamento no Instituto Psiquiátrico (IPQ). Gráfico 9: Uso de drogas Adolescentes ano 22014 CREAS

Fonte: Arquivos CREAS 2014.

O Conselho Tutelar do município atua em defesa e pela proteção das crianças e dos adolescentes. Conforme dados referenciados pelo órgão, no ano de 2013 realizaram abordagens em relação a crianças e adolescentes conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10: Atendimentos Conselho Tutelar ano 2013

Fonte: Arquivos Conselho Tutelar 2013/2014

Há maior incidência no atendimento é relacionado à negligência e violência física, tendo como principal intervenção a orientação dos pais ou responsáveis e encaminhamentos para órgão de orientação e apoio às famílias. Já em 2014 tendo como referência o primeiro trimestre deste ano a principal solicitação é de vagas em creches e escolas seguido ainda da negligência como fator principal de violação em Porto Belo.

Gráfico 11: Atendimentos Conselho Tutelar ano 2014

Fonte: Arquivos Conselho Tutelar 2013/2014

Conforme mencionado no gráfico, o Conselho Tutelar já atendeu 04 ocorrências relacionadas ao cometimento de ato infracional, dentre estas a principal atribuição do conselho é na localização de pais, parentes ou responsáveis, e em algumas situações em que há a necessidade do adolescente pernoitar no município, considerando que são encaminhados ao Conselho Tutelar, para aguardar a oitiva do Ministério Público e/ou para encaminhamento de internação.

Inicialmente é necessário que o município disponibilize estrutura para que os Conselheiros Tutelares possam deslocar esses adolescentes aos seus municípios de origem, quando não há necessidade de aguardar. Caso, esse encaminhamento não seja possível, o município, precisa pensar em alternativas e definir fluxo de atendimento e encaminhamento, envolvendo Conselho Tutelar,

Ministério Público, Polícia Federal e Polícia Civil, Secretaria de Assistência Social e CREAS, além de envolver a Comissão Intersetorial de Atendimento Socioeducativo.

Um dos equipamentos que pode ser implantado no município é a casa de passagem, para acolhimento nestas situações, consideradas como situações temporárias e passageiras, foi destacado pelo Conselho Tutelar, que acontecem inúmeros casos de pernoite no município, não sendo casos isolados.

A Casa de Passagem é um dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social, considerado serviço de Alta Complexidade. São considerados serviços de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

Esses serviços visam a garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Em relação à idade, a partir dos dados apresentadas pelo CREAS, há uma concentração de adolescentes envolvidos com ato infracional aos 18 anos.

Gráfico 12: Número de Adolescentes por idade CREAS ano 2014

Fonte: Arquivos CREAS, 2014

Adolescentes que com frequência vivenciam a fragilidade de vínculos familiares e sofrem tensões no meio social, podem muitas vezes acabar tendo seus direitos violados em alguma medida, o que tenciona ao pertencimento a gangues, ou grupos identificados com o tráfico.

O estigma social sobre esses(essas) (desnecessário, pois a palavra adolescente não requer identificação de Gênero) adolescentes impede que possam ser vistos(as) como pessoas e, especialmente, que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades. Tal situação caracteriza a vida e o cotidiano de um contingente significativo de adolescentes brasileiros, que, ao contrário de terem garantidos seus direitos e a possibilidade de desenvolvimento adequado para a passagem sem maiores percalços a fase adulta, seja por parte da família, do Estado, ou da sociedade em geral, vivem realidades de negações, discriminações, "atropelos ao seu desenvolvimento" e violações (MDS, 2012b, p.21).

Os crescentes índices de violência no Brasil são alarmantes no que diz respeito a faixa etária de 14 a 19 anos, porém vale ressaltar simplificar a análise de tais condutas, afirmando que existe uma periculosidade maior inerente à faixa etária, seria entender a violência no Brasil e a violência que envolve a juventude a partir de um olhar reducionista e limitado (ibidem).

Assis (1999 apud BRASIL, 2014) afirma que as causas da violência envolvendo a juventude brasileira incluem não apenas o nível individual, mas também estrutural e sociopsicológico. Enquanto nível estrutural, identifica os contextos sociais da vida dos adolescentes que vêm a cometer ato infracional: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado. Ainda conforme a autora, todas essas causas não podem ser examinadas de forma determinista, como relações de causa e efeito, ou seja, sua incidência não necessariamente irá significar que haverá maior violência entre os(as) adolescentes, irá depender do conjunto de circunstâncias presentes em cada contexto da ocorrência de violência com maior ou menor grau, em grupos sociais que vivem em determinadas circunstâncias sociais.

Quanto ao sexo dos adolescentes, os dados do CREAS (Gráfico 8) reforçam as estatísticas nacionais e estaduais, onde a maioria dos que cometem atos infracionais são meninos, ou seja, do sexo

masculino. Também os dados do Delegacia Civil do município reforçam esta estatística.

Gráfico 13: Sexo dos adolescentes CREAS ano 2014

Fonte: Arquivos CREAS, 2014

O desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, depende da elevação do nível de escolaridade da população, condição para o acesso à informação, ao trabalho e à cidadania. Partindo desse pressuposto, a educação, formal e a não formal, deve buscar o desenvolvimento de habilidades necessárias para o exercício da cidadania no domínio da leitura e escrita, ampliação do letramento e socialização do conhecimento historicamente acumulado.

No que se refere à escolaridade, a maioria dos adolescentes não completaram o Ensino Médio, o que reflete diretamente na qualidade de vida e projeções para a inserção no Mercado de Trabalho. Dados referentes ao censo de 2013 revelam que o município teve 165 casos de evasão escolar. Esta evidencia expressa-se no gráfico abaixo:

Gráfico 14: Educação Adolescentes CREAS ano 2014

A rede municipal de ensino tem atualmente 3.090 alunos matriculados conforme tabela abaixo:

Tabela 5: Distribuição de alunos por nível de escolaridade

	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Educação de Jovens e Adultos
1.041	1.170	774	105

Dentre estes, a faixa etária a partir dos 06 anos de idade não apresenta demanda reprimida o que significa dizer que essas crianças, os adolescentes e jovens encontram-se na educação regular, seja na etapa do ensino fundamental, seja na modalidade Educação Jovens e Adultos. Também o município oferece aos alunos matriculados que possuem dificuldades de aprendizagem o Programa de Apoio a Dificuldade de Aprendizagem (PADA) contando atualmente com 165 alunos.

A Secretaria de Educação no município também estabelece parcerias com outras órgãos/entidades para o desenvolvimento de ações na área de prevenção, como Sexualidade, Jovem Aprendiz, PRONATEC, PROERD, oficinas cultura e esporte, conforme referência a seguir:

3.1 Parceria com Secretaria municipal de Saúde

Tabela 6: Programa Sexualidade

UNIDADE ESCOLAR	TURMAS	NºALUNOS
E.B.M Nair rebelo	6º ao 9º ano	492
E.B.M Olinda Peixoto	6º ano 9º ano	204

3.2 Parceria com o conselho municipal de Direito da Criança e do adolescente - CMDCA

Tabela 7: Programa de Aprendizagem- Jovem Aprendiz

UNIDADE ESCOLAR	TURMAS	NºALUNOS
E.B.M Nair rebelo	Dos 14 aos 18 anos	48
E.B.M Olinda Peixoto		
EBB Tiradentes		

Tal programa também articula-se à Secretaria municipal de Assistência social ao ser o principal viabilizador da inserção no mercado

de trabalho dos adolescentes no município. O Programa funciona em parceria com a "Associação Du Projetus" e realizada cursos e orientações profissionais aos adolescentes.

3.3 Parceria com Governo Federal

Tabela 8: PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PÚBLICO ALVO	CURSOS	NºALUNOS
Alunos e Comunidade	16	239

Este Programa possui o objetivo de promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social. A integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho Suas ações poderão ser executadas de forma direta pelo município ou DF ou em parceria com entidades e organizações de assistência social. (BRASIL, 2014)

3.4 Parceria com Polícia Militar

Tabela 9: PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência

UNIDADE ESCOLAR	TURMAS	NºALUNOS
E.B.M Nair Rebelo	8 turmas de 5º anos	190
EBM Olinda Peixoto		
E.M Catarina Guerreiro		
E.M Pedro Alemão		
E.M Fidelis A. Garcia		
E.M Francisco J. Marques		
E.M Marinho M. Caetano		
Centro Ed. Alda Furtado		

3.5 Parceria com Fundação da Cultura

Tabela 10: Programa Oficinas de Cultura nos Bairros

PÚBLICO ALVO	MODALIDADES	TURMAS	Nº ALUNOS
Alunos e Comunidade	10	70 (por semana)	800

A fundação Municipal de Cultura desenvolve algumas frentes de trabalho voltados para esse público. A diretriz de política pública assegurada por lei, (Lei 1.637/2008), é a garantia de aulas de artes, comumente chamadas de oficinas culturais, que em 2013 ganham espaço por toda geografia do Município. Hoje, essa descentralização conta com 12 professores, 10 linguagens e 800 alunos, a partir dos 07 anos de idade. Além disso, a Fundação Municipal de Cultura organiza a circulação das artes dentro do Município, como, o Som da Maré, Polifonia do Sal, Cine Bairros, e a parceria do SESC que garante, além dessas linguagens, o teatro e a literatura. Tais oficinas estão num processo crescente de número de alunos, embora estejamos no meio do ano letivo.

A Fundação Cultural do município tem por princípio, abrir novos "muros" para além das escolas municipais, e para isto é utilizado os espaços da Assistência como , CREAS, CRAS, CCI e SCFV.

3.6 Parceria com a Fundação de Esporte: Tabela 11: Programa Escolinhas esportivas

UNIDADE ESCOLAR	TURMAS	NºALUNOS
E.B.M Nair Rebelo	Artes Marciais = 04 Esportes = 06	200
EBM Olinda Peixoto		
E.M Catarina Guerreiro		
E.M Pedro Alemão		
E.M Fidelis A. Garcia		
E.M Francisco J. Marques		
E.M Marlinho M. Caetano		
Centro Ed. Alda Furtado		

Segundo Waiselfisz (2004 apud BRASIL, 2014), nas últimas décadas, a partir da implantação do neoliberalismo e da globalização, os objetos de consumo almejados, principalmente pelos jovens, são os mesmos, independentemente de morarem nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, nos bairros de classe média dos Estados Unidos ou em pequenas cidades brasileiras. Ainda, segundo o autor é importante referir que 46,4% da população jovem brasileira só têm acesso ao trabalho informal, além de terem as chances de empregabilidade diminuídas em função da pouca (ou nenhuma) experiência e/ou qualificação. Conseqüentemente, a situação socioeconômica dificulta e até impossibilita a aquisição dos tão almejados bens de consumo. Porém vale ressaltar os índices de violência e criminalidade aumentam de forma diretamente proporcional ao aumento da desigualdade social e, nesse sentido, é preciso cautela para não fazer associações precipitadas entre pobreza e violência.

De acordo com Volpi (2002), no Brasil, além das causas mencionadas, outra grande causa da incidência da prática de atos infracionais pode estar associada a falta de instrução e a evasão escolar, conforme já mencionado no gráfico 12.

Somado a isso, o enfraquecimento das referências simbólicas, bem como o cenário de intensas desigualdades sociais - que impõem sérios obstáculos para a conquista de reconhecimento -, parecem gerar um terreno fértil para a associação entre adolescência e violência. A busca da felicidade e do reconhecimento social pela comunidade passa por dois campos nos quais merecem destaque: as relações amorosas e sexuais; e o poder no campo produtivo, financeiro e social. (CALLEGARIS, 2000)

Através da prática do ato infracional, o adolescente pode obter um curto caminho até a satisfação do ideal social de poder pela apreensão imediata de objetos socialmente valorizados, ou até mesmo a compra, tendo práticas ilegais como costume, como por exemplo tráfico e a posse de drogas que levam ao cumprimento de medidas socioeducativas. (CRAIDY; GONÇALVES, 2005).

4 DIRETRIZES

- Garantir a qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE;
- Focar a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento;
- Incentivar o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias;
- Criar mecanismos que previnam e promovam a mediação de situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas;

- Garantir o acesso do adolescente à Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e o direito de ser ouvido sempre que requerer;
- Garantir o direito à sexualidade e saúde reprodutiva, respeitando a identidade de gênero e a orientação sexual;
- Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura na articulação da rede em meio aberto;
- Garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo;
- Garantir o acesso a programas de saúde integral;
- Garantir ao adolescente o direito de reavaliação;
- Garantir a unidade na gestão do SINASE, por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, através do mecanismo de cofinanciamento;
- Integrar operacionalmente os órgãos que compõem o sistema (art. 8º, da LF nº 12.594/2012);
- Valorizar os profissionais da socioeducação e promover formação continuada;
- Garantir a autonomia dos Conselhos dos Direitos nas deliberações, controle social e fiscalização do Plano e do SINASE;
- Ter regras claras de convivência institucional e execução dos serviços socioeducativos definidos em PPP conforme orientação do SINASE apropriados para todos os envolvidos no trabalho socioeducativo.

5 MARCOS LEGAIS

É mister conhecer e compreender algumas legislações para direcionar as ações do município que visam uma intervenção qualificada junto aos adolescentes envolvidos com o ato infracional e suas famílias, conforme é possível observar abaixo:

- Base normativa do Direito da Criança e do Adolescente;
- Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU);
- Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente - Art. 227, CF;
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei Municipal n.1.484, de 15 de dezembro de 2006- Regulamentada pelo Decreto n. 357 de 2008 - Dispõe sobre o Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Lei n. 12.594, de 12 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Base normativa do Direito Socioassistencial;
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social;
- Resolução n. 145, de 28 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social;
- Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005 - Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS);
- Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

6 MARCOS CONCEITUAIS

A construção do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em articulação com as organizações governamentais e não-governamentais e conselhos municipais abrangerá desde a prevenção da prática de atos infracionais até o acompanhamento posterior à "extinção" da medida aplicada, o que articulará desde a abordagem inicial e o atendimento das famílias com foco na ressocialização de cunho pedagógico. O que tornará o trabalho social de qualidade e coerente com os propósitos estruturais do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Tais fundamentos serão desenvolvidos sobre os temas da adolescência, dos atos infracionais e

do sistema de garantia de direitos existente, das violências que afetam os adolescentes brasileiros, os atos infracionais praticados por estes e o sistema de responsabilização a que estão afetos. Desta forma, contextualizar-se-á as principais categorias teórica que respaldam os procedimentos que envolvem o ato infracional praticado pelo(s) adolescentes (s).

6.1 A Adolescência

Segundo Calligaris (2000) a adolescência não é um período natural do desenvolvimento. É um momento significado e interpretado pelo homem. Há marcas que a sociedade destaca e significa. Mudanças no corpo e no desenvolvimento são marcas que a sociedade destacou.

No entanto, é notório que há um corpo se desenvolvendo e que tem suas características próprias, mas nenhum elemento biológico ou fisiológico tem expressão direta na subjetividade. As características fisiológicas aparecem e recebem significados dos adultos e da sociedade.

Assim, a adolescência não é algo por natureza. São características que surgem nas relações sociais, em um processo no qual o adolescente se coloca inteiro, com suas características pessoais e seu corpo, onde vai constituindo seu mundo psíquico através das significações e afetos que dão sentido às suas experiências.

A adolescência refere-se a um período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico e da necessidade de justificar o distanciamento do trabalho de um determinado grupo social. Entende-se, desta maneira, a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas que vão se constituindo no processo.

6.2 O Adolescente

Na perspectiva de Calligaris (2000) a adolescência, então, não é apenas o processo de desprendimento dos laços infantis. É também o encontro do ser humano com uma cultura e uma civilização, seus valores e sua ética. É a partir do processo socializador amplo, vivido na adolescência, que o sujeito é colocado diante da possibilidade de experimentar seu lugar de cidadão na sociedade, em sua plenitude.

O adolescente defronta-se com a pobreza, com as desigualdades, com a corrupção, com diferentes violências. Ele acaba tendo diante de si a possibilidade e o desafio de construir um país democrático, onde sua participação é fundamental para a consolidação do próprio processo de democratização da sociedade. Para tornar essa participação realidade os adolescentes brasileiros têm em suas mãos uma legislação moderna a favor da garantia de seus direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira em favor de suas crianças e adolescentes. Porém, nem todos os adolescentes têm seus direitos garantidos, o que pode os levar à prática do ato infracional.

6.3 O Adolescente e o ato infracional

A adolescência representa um período de transformação, como visto acima. O modelo socioeconômico e cultural dominante, onde o grande valor anunciado pela mídia, é possuir bens que a maioria das pessoas jamais terá, agravando ainda mais a situação de exclusão social que a maioria dos adolescentes brasileiros se encontram.

Hoje, no Brasil, a maioria dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é composta por excluídos sociais. Nesta perspectiva, pode-se pensar que há condições de vulnerabilidade que levam ao ato infracional. Pode-se pensar como principais fatores de risco o consumo de drogas, o círculo de amigos, os tipos de lazer, a auto-estima, os princípios éticos, a presença de vínculos

afetivos e os sofrimentos decorrentes de violências infringidas pelos pais.

Quando um adolescente comete um ato infracional, houve inúmeras falhas nas políticas sociais básicas que não foram garantidas pela família, pela sociedade e nem pelo Estado. Buscar soluções para esse problema é, portanto, responsabilidade de todos os setores.

6.4 As políticas Públicas no atendimento do adolescente envolvido com o Ato Infracional

Atualmente, a principal estratégia para o enfrentamento das manifestações das expressões da questão social é a concepção e o estudo das políticas sociais. Estas foram criadas no período do surgimento do capitalismo como resposta ao acirramento das consequências da urbanização e industrialização, em consubstância aos movimentos revolucionários industriais, lutas de classes e surgimento da presença estatal nas relações sociais. Entende-se que as políticas sociais constituem-se enquanto consequências das dinâmicas sociais, da correlação de forças das classes sociais e da articulação dos atores em diversos espaços e sua construção histórica das políticas sociais no Brasil fomentou as lutas sociais, o que possibilitou uma consagração legislativa das principais reivindicações populares que ocasionaram os direitos sociais (PIANA, 2009) O Estado passa a suprir certas necessidades básicas da população, ao mesmo tempo em que mantém um controle sobre as expressões da questão social, em que as ações assistenciais imbricadas pelo Estado se fundamenta na exploração da força de trabalho pelo capitalismo e na vivência precária das classes subalternizadas segundo (SPOSATI, 1998)

Segundo Simões (2009), as políticas públicas são definidas por objetivos elementares conceituam-se em duas dimensões: reguladoras das atividades econômicas no atendimento de demandas sociais (energia, transporte entre outros), e no sentido dos direitos sociais (educação, saúde, assistência social), no qual ocasionam as políticas assistenciais no âmbito da seguridade social.

A Constituição Brasileira de 1988, considerada a constituição cidadã, é um dos maiores avanços na incorporação das políticas públicas enquanto responsabilidade do Estado, atendendo às históricas reivindicações das classes trabalhadoras. Nessa direção, a Constituição preconiza e define princípios da seguridade social (art.º 194), enfatizando a "Doutrina de Proteção Integral" social prestada às famílias, as crianças e aos adolescentes, aos deficientes e aos idosos no âmbito da seguridade social que devem ser atendidos por intermédio de políticas públicas. No caso da população infanto-juvenil define em seu art.º 227 e posteriormente, pelo advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990, alterado pela Lei 12.010/2009):

Art. 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Ainda, referencia em seus artigos que a criança e o adolescente possuem o direito de conviver em ambientes livres de quaisquer forma de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo legalmente aquele que ir contra os preceitos do referido Estatuto. Este avanço legislativo possibilitou a mudança paradigmática das concepções ideológicas referentes às crianças e adolescentes na sociedade brasileira, resquícios do antigo Código dos Menores, principalmente ao considerar estes, pessoas providas de direitos e deveres em condição peculiar de desenvolvimento prevendo proteção integral e viés socioeducativo no planejamento e implementação das políticas públicas.

Custódio (2013) esclarece que o desprezo dos termos pejorativos relacionados à criança e ao adolescente o Brasil, significou uma reformulação ideológica do pensamento jurídico, no qual a teoria menorista perde espaço e assum-se a perspectiva da doutrina de

proteção integral, pelo qual permitiu que o Brasil referenciar-se aos direcionamentos internacionais paulatinamente, na garantia dos direitos humanos e fundamentais. Nessa perspectiva, as políticas públicas funcionam enquanto elementos viscerais para o alcance dos objetivos constitucionais na integração e efetivação dos direitos infanto-juvenil. Contudo, sabemos que apesar das modificações realizadas, pelo qual estruturou-se um novo sistema, aliando aspectos jurídicos e de políticas públicas, ainda persistem alguns resquícios para reflexão, em que salienta-se que, nem todo discurso foi absorvido, ou seja, resistem aspectos minoristas camuflados nas vias da proteção integral da criança e do adolescente, o que ocasiona um pensamento, por vezes influenciado pelas mídias, mais punitivo do que educativo e menos humanista.

Lima (2001) ao analisar o conjunto de princípios do Direito da Criança e do Adolescente, inclui entre os princípios estruturantes a vinculação à teoria da proteção integral, a universalização, o caráter jurídico garantista e o interesse superior da criança. Entende que os princípios concretizantes para a garantia de efetivação da Doutrina integral prevê: prioridade absoluta, a humanização, a ênfase nas políticas sociais públicas, a descentralização político-administrativa (grifo nosso), a desjurisdicionalização, a participação popular, a interpretação teleológica e axiológica, a despoliciamento, a proporcionalidade, a autonomia financeira e a integração operacional dos órgãos do poder público responsáveis pela aplicação do Direito da Criança e do Adolescente.

Estas concepções materializam-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), conforme Art. 86, ao dispor que: "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do DF e municípios". Com isto, o artigo evidencia a responsabilidade dos entes federados, em articulação a sociedade civil no âmbito de uma política socioeducativa mais abrangente de cunho intersetorial.

Nesta perspectiva, destacamos o art. 88 que trata das diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional. (BRASIL, 1990, pg. 49)

Ante o exposto, que nos permite vislumbrar as direções para a implementação das políticas de atendimento reforçamos a necessidade plena de integração entre os órgãos envolvidos, tendo em vista os princípios direcionantes da Doutrina de Proteção integral da criança e do adolescente já mencionados.

As diretrizes da política de atendimento são reforçadas pelo CONANDA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), para execução das medidas de meio aberto, esclarecendo que a municipalização das MSE deve ser executada no âmbito geográfico do município, o que garante um direito aos adolescentes de convivência familiar e comunitária.

De acordo com a Lei do SINASE, nº 12.594/2012 no Art. 5º, "§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo [...]" Além disso, prevê a inscrição pelos municípios dos programas e entidades executoras de serviços voltados para as crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"

Conforme Art. 11, desta mesma Lei,

Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

IV - a política de formação dos recursos humanos;

V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado; e

VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva. (BRASIL, 2012)

No que se refere a interface com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), o Estatuto estabelece como linha de ação da política de atendimento a crianças e adolescentes, as "políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo (...)", conforme art. 87 da Lei nº 8.069/1990. Estas disposições ainda devem ser interpretadas com plano de fundo à Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 - LOAS), que regulamenta os dispositivos constitucionais que se referem à garantia dos direitos sociais, assim como na Lei nº 12.594/2012, notadamente para fins de atendimento socioeducativo aos adolescentes e suas famílias. (BRASIL, 2012)

No que se refere à criança e ao adolescente, a Lei reproduz como objetivo da Política Nacional de Assistência Social o seu amparo:

Art. 2º [...] I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente; a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; [...]

Trata, ainda, a LOAS, da organização da Política Pública de Assistência Social, sua forma de gestão e financiamento e, da mesma forma que no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê um Sistema Descentralizado e Participativo. (BRASIL, 2012)

Pelo exposto em tela, percebemos que a visão voltada ao adolescente amplia-se passando este a ser atendido pelas políticas dos municípios, não mais somente pela Política de Assistência Social. A Assistência Social era uma das políticas públicas que já atendia por meio do CREAS os adolescentes em cumprimento de medidas. Portanto, a Assistência Social atuará de forma integrada com as demais políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza e à garantia dos mínimos sociais às pessoas que dela necessitem, assim como no atendimento de adolescentes e suas famílias independentemente de sua condição socioeconômica em todas as áreas que envolvem seu desenvolvimento biopsicossocial.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução nº 109 de 11/11/2009, estabeleceu uma matriz padronizada de serviços socioassistenciais organizados conforme o nível de complexidade, incluindo os serviços de proteção social especial ofertados, referenciados e/ou articulados ao CREAS.

Neste documento, conceitua-se que a Proteção Social Especial pressupõe a oferta de serviços especializados caracterizados como de média e alta complexidade, destinados a famílias e indivíduos em risco pessoal e social, com direitos violados e/ou com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados.

Nesse contexto, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS constitui-se numa unidade pública estatal que coordena, articula e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos nessas circunstâncias. Como unidade de referência, promove a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação com os seus usuários, numa estreita interface com as demais estruturas organizativas do SUAS, com outras políticas públicas e demais órgãos de defesa de direitos.

Ainda, consta a previsão de serviços destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, no caso, "Liberdade Assistida" e "Prestação de Serviço à Comunidade", cuja finalidade será prover atenção socioassistencial e o acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em

meio aberto, de forma integrada à rede de Proteção Social de Média Complexidade.

Portanto, conforme PNAS (2004) deve priorizar em suas ações a contribuição com o acesso a direitos e com a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes, uma vez que os usuários possam usufruir das seguintes aquisições, ao serem atendidos: segurança de acolhida; segurança de convívio ou convivência familiar e comunitária; segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e comunitária (BRASIL, 2004)

6.5 Das Medidas Socioeducativas

As medidas socioeducativas constituem na reprovação estatal, aplicada pela autoridade judiciária, ao adolescente que cometeu ato infracional. Não há como negar a presença de aspectos sancionatórios e coercitivos. É importante consignar que não são penas nem castigos, mas oportunidades para inserir os jovens ou adolescentes que praticam atos infracionais em processos educativos que, se bem sucedidos, resultarão na construção ou reconstrução de projetos de vida e, simultaneamente, na inclusão social plena. Elas devem ser aplicadas sempre levando-se em consideração as características do ato infracional cometido, as peculiaridades do adolescente que o cometeu e suas necessidades pedagógicas.

O CREAS desempenha um importante papel em se tratando das medidas de meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida); visa fortalecer as redes sociais de apoio da família, acesso a direitos e o acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento destas medidas. Os técnicos do equipamento são responsáveis em operar a referência e a contrareferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

A autoridade judiciária pode aplicar as seguintes medidas: advertência que consiste em uma repreensão verbal dirigida ao adolescente que cometeu ato infracional de pouca gravidade; a obrigação de reparar os danos em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais; as de meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida); a semiliberdade e a internação. Esta medida tem caráter sancionatório com privação da liberdade, a qual retira o menor infrator do convívio com a sociedade. A internação deve ser aplicada nos casos de cometimento de atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça, nos casos de reincidência ou pelo descumprimento de outra medida imposta. As referidas medidas têm por escopo principal demonstrar a reprovação da conduta do adolescente, viabilizando-lhe a reflexão de seu comportamento e sua recuperação, promovendo o contato com novas perspectivas culturais e educacionais. Dessa forma, deve ser um instrumento pedagógico que ajuste a conduta do infrator à convivência pacífica na sociedade; trata-se de uma prevenção especial, voltada para o futuro e não vinculada à conduta pretérita do jovem, que necessita ser superada.

6.6 O Sistema e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

O SINASE é uma política pública que organiza e orienta a execução das MSE aplicadas aos adolescentes aos quais é atribuída a prática de ato infracional.

Criado a partir da Lei Federal 8.069/98 do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, e fundamentado na Resolução 119/06 do CONANDA e na Lei Federal 12594/12, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo busca criar diretrizes para o cumprimento adequado do que foi definido em leis para a responsabilização e o acompanhamento educativo dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

O SINASE, enquanto sistema integrado, tem como objetivo proporcionar a articulação entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar

efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente que cometeu ato infracional. Tem por objetivo o desenvolvimento de ações socioeducativas alicerçadas nos princípios da garantia dos direitos humanos fundamentais a vida, de modo a promover alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturados em bases éticas e pedagógicas.

Neste sentido, busca constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, a reafirmar a diretriz do Estatuto sobre natureza pedagógica da medida socioeducativa. Para tanto, este sistema tem como plataforma inspiradora os acordos internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente.

Pensando na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, e principalmente dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em 2014 iniciou em todo o território nacional a construção dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativos como estratégia de modificação de paradigmas de atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e, principalmente, para a mobilização dos municípios na construção de políticas públicas nesta área.

A interrelação entre o SINASE e o Plano Municipal de Medidas Socioeducativas visa à priorização de ações e estratégias no cumprimento de medidas em meio aberto (PSC e LA) em detrimento das medidas privativas ou restritivas de liberdade em estabelecimento educacional (semiliberdade e internação), haja vista que estas somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade). Trata-se de estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo.

Como importante ação para qualificar o atendimento socioeducativo e atuar de forma ágil na apuração do ato infracional e na inserção do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa, o SINASE, prevê a construção, implantação e execução do Plano Municipal de Atendimento de Medidas Socioeducativas em todos os municípios do Brasil de modo a difundir e tornar referência o Sistema Único da Assistência Social-SUAS-, e sua Proteção Social Especial.

7 FLUXO DE ATENDIMENTO

8 OBJETIVOS

8.1. Objetivo Geral

Implantar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo no município de Porto Belo com foco na redução da incidência de atos infracionais tendo em vista a qualidade nos serviços prestados.

8.2. Objetivos Específicos

- Executar as medidas socioeducativas de forma intersectorial articuladas ao Sistema de Garantia de Direitos e Políticas Públicas do município;
- Fortalecer os vínculos familiares no processo de cumprimento da medida socioeducativa;
- Garantir equipe técnica suficiente para o atendimento socioeducativo tendo em vista a qualidade dos serviços prestados, através da realização de capacitações técnicas continuadas;
- Realizar capacitações continuadas com os técnicos que atuam nas medidas socioeducativas e o sistema de garantia de direitos;
- Buscar recursos junto ao FIA para cofinanciar as ações socioeducativas;
- Assegurar o repasse de recursos nos programas do PPA em cada uma das políticas públicas municipais para o cofinanciar as ações

socioeducativas;

- Definir fluxo de atendimento pela rede intersetorial e pelo sistema de garantia de direitos;
- Promover campanhas socioeducativas em articulação com a rede intersetorial e o Sistema de Garantia de Direitos do município.

9 RESULTADOS

- Redução e reincidência do cometimento do ato infracional;
- Sensibilização das comunidades em relação às medidas socioeducativas;
- Qualidade e garantia na execução dos serviços no atendimento dos adolescentes e suas famílias;
- Ações articuladas e fortalecidas com o Sistema de Garantia de Direitos, Políticas Públicas, organizações governamentais e não governamentais,
- Equipes técnicas e sistema de garantia de direitos qualificados para a atuação socioeducativa;
- Adolescentes envolvidos com ato infracional atendidos, profissionalizados e incluídos na sociedade;
- Empoderamento do adolescente e família no cumprimento da medida socioeducativa;

10 FORMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Porto Belo será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Proteção Social Especial, contando com a participação fundamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social e demais instâncias de controle social. O Sistema de monitoramento e avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde por meio dos relatórios confeccionados semestralmente, onde são registradas as ações desenvolvidas no período, e que, justificam as ações previstas e não realizadas, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos, e, difundir os principais resultados obtidos no trimestre.

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, será avaliado trimestralmente, por meio de:

- Reuniões intersetoriais entre as Políticas Públicas envolvidas
- Grupo Focal com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa
- Grupo focal com as famílias dos adolescentes atendidos

O relatório será elaborado a partir das reuniões realizadas e dos grupos focais previstos. Outros documentos de sistematização, como por exemplo, fotos, e material de divulgação, deverão, sempre que possível, acompanhar o relatório semestral.

11AÇÕES INTERSETORIAIS/ARTICULADAS DE ATENDIMENTO E METAS

11.1. Secretaria Municipal de Assistência Social

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Inserir os adolescentes de PSC e LA no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	CRAS e CREAS	2014-2024
Implantar o SCFV 15-17 anos com prioridades para adolescentes em cumprimento de PSC e LA	CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social	2014-2024

Contratação de equipe técnica exclusiva para o Serviço de Proteção aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de PSC e LA	Secretaria Municipal de Assistência Social	2014-2024
Fazer a busca ativa dos adolescentes egressos de medidas socioeducativas – meio aberto e fechado – para inserção no PAEFI	CREAS	2014-2024
Atender e acompanhar as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no PAEFI.	CREAS	2014-2024
Mapear os equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial para acolhimento de adolescentes para cumprimento da PSC.	CREAS	2014-2024
Inserir os adolescentes em cursos promovidos pelo PRONATEC com prioridade de vagas	CREAS	2014-2024

11.2. Saúde Municipal de Saúde

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Continuidade ações de prevenção a gravidez precoce – campanhas, atendimento diário da saúde, ESF	Secretaria Municipal de Saúde	2014-2024
Executar ações de prevenção ao uso de drogas – ESF, Campanhas, atendimento diário da saúde	Secretaria Municipal de Saúde	2014-2024
Garantir a prioridade no atendimento a Saúde no município	Secretaria Municipal de Saúde	2014-2024
Garantir a atuação do CAPs nas situações de saúde mental e dependência química.	Secretaria Municipal de Saúde	2014-2024

11.3. Secretaria Municipal de Educação

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Garantir a matrícula e frequência para os adolescentes atendidos no Ensino Fundamental – séries iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	2014 a 2024
Garantir a matrícula e frequência para os adolescentes no Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Secretaria Municipal de Educação	2014 a 2024

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Efetivar a adesão ao Programa APOIA no município com composição de equipe mínima necessária: assistente social, psicóloga e psicopedagoga.	Secretaria Municipal de Educação	2014 a 2024
Promoção de ações para combate à evasão escolar e estímulo a permanência dos adolescentes na escola	Secretaria Municipal de Educação	2014 a 2024

11.4. Esporte e Cultura

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Inserir os adolescentes de PSC e LA nas atividades do Programa Esporte e Lazer (violão, dança, teatro, cerâmica esportes).	Fundação de Cultura e Fundação de Esporte	2014 a 2024

11.5. Intersetoriais

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	METAS
Implantar um Fórum Permanente de Medidas Socioeducativas como equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial para formação e avaliação continuada dos atores	Sistema de Garantia de Direitos	2014-2024
Articular com o Poder Judiciário a comunicação dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado	Poder Judiciário	2014-2024
Realizar campanha de Conscientização da Prática de Ato Infracional	Comissão Intersetorial	2014 a 2024
Realizar Campanha de Conscientização no Trânsito em parceria com a Delegacia	Comissão Intersetorial	2014 a 2024
Fortalecer o PROERD	Comissão Intersetorial	2014 a 2024

A Comissão Intersetorial realizará reunião para definição de calendário para execução das ações.

12 FORMAS DE FINANCIAMENTO

O financiamento da execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo se dará por meio dos programas do Plano Plurianual (PPA) do município, alocados em cada um dos programas, conforme segue:

Prefeitura Municipal de Porto Belo

Plano Plurianual 2014/2017 Anexo de Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração.					
Programa Política Pública de Assistência Social					
Diretrizes					
Objetivos					
Ações	Produto	Unidade Medida	Meta	Valor	Fonte
Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo					
Total					

Prefeitura Municipal de Porto Belo Plano Plurianual 2014/2017 Anexo de Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração.					
Programa Política Pública de Saúde					
Diretrizes					
Objetivos					
Ações	Produto	Unidade Medida	Meta	Valor	Fonte
Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo					
Total					

Prefeitura Municipal de Porto Belo Plano Plurianual 2014/2017 Anexo de Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração.					
Programa Política Pública de Educação, Esporte e Cultura					
Diretrizes					
Objetivos					
Ações	Produto	Unidade Medida	Meta	Valor	Fonte
Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo					
Total					

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Golçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL, Plano Municipal de atendimento socioeducativo, Dionísio Cerqueira, 2014.

CALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006. Dispõem sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006.

CRAIDY, C.; GONÇALVES, L. Medidas sócio-educativas: da repressão à educação; a experiência do Programa de Prestação de serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CUSTÓDIO, André Viana; VEIGA, Felipe da Silva. O discurso expansivo-punitivo dos meios de comunicação e sua influência na formação da agenda das políticas públicas de combate à criminalidade de crianças e adolescentes no Brasil. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, vol.3, nº 01, 92-104, jun/2013. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/RBPP/article/view/2162> Acesso em 16/06/2014

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da Proteção Integral: pressupostos para compreensão do direito da criança e do adolescente. Revista do Direito, Santa Cruz do Sul, nº29, 22-43, jan/jun, 2008. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/657/454>. Acesso em 16/06/2014

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1999.

LIMA, Miguel M. Alves. O Direito da Criança e do Adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 62.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Reordenamento do SCFV. Passo-a-passo, Brasília: MDS, 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre PAIF. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1ª Edição. Vol.2. Brasília: MDS, 2012a.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Brasília: MDS, 2012b.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

PMPB-, Prefeitura Municipal de Porto Belo. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araçá/ 2012.

PMPB, Prefeitura Municipal de Porto Belo. Plano de Saúde 2010/2013

PMPB, Prefeitura Municipal de Porto Belo, Plano Municipal de Assistência Social, 2013/2016

SEBRAE/SC. Santa Catarina em Números: Dionísio Cerqueira/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

SST. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Diretoria de Assistência Social. Gerência De Proteção Social Especial. Relatório de Análise de dados sobre o "Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)" - SST/SC. 2013.

VOLPI, Mário. O adolescente e o ato infracional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APROVAÇÃO DO CMDCA

Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Data da assembleia de deliberação:

Número da Resolução:

Nome do Presidente:

Assinatura:

AnexOS

Anexo A - Modelo de Encaminhamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

ENCAMINHAMENTO

De: _____

Para: _____

Encaminhamos o adolescente: _____

Descrição do encaminhamento: _____

Porto Belo, _____ de _____ de _____.

Responsável pelo Encaminhamento

Nº de Registro do Conselho

Anexo B - Modelo de Contra-Referência dos Encaminhamentos da Rede Intersetorial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

CONTRA-REFERÊNCIA

De: _____

Para: _____

Atendimento realizado no dia: ____/____/____.

Retorno do atendimento: _____

Porto Belo, _____ de _____ de _____.

Responsável pelo Encaminhamento
Nº de Registro do Conselho

DECRETO Nº 1.315, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.315, DE 03 DE MARÇO DE 2015

“Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo nº 01/2014 e dá outras providências”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Considerando a previsão legal, bem como a possibilidade de prorrogação do Processo Seletivo no edital;

Considerando a necessidade de admissão de novos servidores para o bom desenvolvimento dos trabalhos;

Considerando a conveniência da Administração Pública no preenchimento dessas vagas;

Considerando o princípio da economicidade;

Decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 1 (um) ano a validade do Processo Seletivo nº 01/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 20 de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.316, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.316 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Altera o Inciso VI do Art. 1º do Decreto 1.080/2014 e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1º O Inciso VI do Artigo 1º do Decreto 1080/2013 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI - Borracheiro/Frentista, Coveiro, Operador de Máquinas, Telefonista, Motorista, Auxiliar Administrativo, Copeira, Auxiliar de Gabinete Odontológico, Auxiliar Administrativo Financeiro, Carpinteiro, Fiscal Ambiental, Fiscal de Obras e Tributos, Fiscal da Vigilância Epidemiológica Sanitária, Eletricista, Encanador, Guarda Municipal, Secretário Junta Serviço Militar, Mecânico, Coordenador Efetivo, Técnico de Radiologia, Técnico de Enfermagem, Recepcionista, Técnico em Topografia, Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico Administrativo Financeiro, Auxiliar de Serviços Agropecuários, Auxiliar de Biblioteca, Tesoureiro, Instrutor de Artes Marciais, Administrador Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais, Serventes, Vigias e demais servidores de nível médio: R\$ 78,00 (setenta e oito reais).

Art. 2º Os demais itens do Decreto 1080/2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de março de 2015

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 023/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 023/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Fatima Representações Comerciais Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de um Trator Agrícola novo, com potência de 75CV e tração 4x4, marca Coyote, modelo 4475.
Valor Total: R\$ 77.800,00 (Setenta e sete mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 002/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de fevereiro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Fatima representações Comerciais Ltda- EPP.
Contratada

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2015 - AMASPU

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 003/2015
Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2015

Caracterização da Situação: A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União, CNPJ nº 08.570.805/0001-82, necessita de laboratório para atendimento dos segurados da área de saúde, em especial serviço laboratorial citológico.

Descrição do Objeto: O objeto é prestação de serviços laboratoriais de anatomia patológica e citológica.

Razão da Escolha: ampliação de possibilidades de escolha aos segurados.

Do Preço: conforme a tabela CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, face à inviabilidade de competição, haja vista que todos os laboratórios credenciados deverão condicionar seus valores ao determinado na tabela CBHPM.

Porto União, SC, 27 de janeiro de 2015.
MARGARETH FLISSAK
Presidente

PORTARIA N.º 243/2015 - RH

PORTARIA Nº 243, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Eder Homczinski, aprovado em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com vencimentos na Classe "B" Referencia "01" previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, do quadro

de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 011/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 002/2015- Prefeitura
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - EPP.

Porto União SC, 25 de fevereiro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 18 (dezoito) de março de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 05 DE MARÇO DE 2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 10:15 (dez horas e quinze minutos), do dia 18 (dezoito) de março de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Pneus Novos, destinados a manutenção dos veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 05 DE MARÇO DE 2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO 008/2015

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Adriana Marim	Xxx.197.909-xx	146966
Marilza Rech	Xxx.738.229-xx	149551
Ana Maria de Medeiros	Xxx.023.049-xx	150445 e 150446

Rio do Sul, 05 de Março de 2015

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Secretário Municipal da Fazenda Interinio

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/15

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 001/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL REFERENTE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº
RUI CARLOS VOLTO-LINI	751.019.129-72	72/2015
ALDAIR ALMEIDA CARVALHO JUNIOR	551.207.411-34	36/2015
CARLOS EDUARDO SAPIECZINKI	988.782.080-87	41/2015
IVAN MARCOS ERCKMANN	005.329.179-44	30/2015
JANELISE KEMPER	854.322.709-78	35/2015
JANIR NIEHUS	033.311.009-94	38/2015
NEIDE SCHUTZ	437.384.949-87	25/2015
WILSON PASSIG	898.388.909-87	37/2015
CELSE BELEGANTE	542.617.329-04	74/2015
EDLA SCHROEDER	094.966.029-91	78/2015
SANDRA MARA MIRANDA	003.812.529-30	82/2015
FABRICIO JOSE THEIS	004.537.379-51	10/2015

FRANK RUDIGER DIENTST	004.289.619-32	108/2015
RUDIGER OLOF SCHEEL	011.558.199-50	107/2015
VONI OSTERMANN	160.248.009-59	13/2015
JULCEMAR BERGOZZA	614.669.139-91	95 E 104/2015
NILZA MARIA WAGNER	657.143.269-20	49/2015
VANDA BARBOSA M. LUCHTENBERG	498.404.109-97	113/2015
ANITA REIF	035.407.679-59	142/2015
CASSIO ADRIANO MORH	003.406.449-40	160/2015
EMILIANA VARGAS	032.945.219-36	121/2015
IRENE MACHADO	383.849.499-72	89/2015
OTILIO BLACK - ES-POLIO	066.903.609-97	86/2015
CATIA REGINA SCHE-LEMPER	575.812.079-00	117/2015
IVANIR DE MATTOS GILLI	896.033.119-87	120/2015
INES MARTENDAL	745.361.769-34	193/2015
ADELICIO DA CUNHA	719.101.749-04	134/2015

AMALIA SOFKA	821.618.449-20	228/2014
CELIA KUEHLKAMP CONSTANCE	867.335.249-53	231/2014
DIVA PERTUZATTI	657.662.029-20	230/2014
EDSON JASPER	903.148.919-00	224 E 225/2014
ELMIR AVI	719.070.689-53	223/2014
HELENICE WER-MOHLN	056.154.979-63	232/2014
JAMILLY SAMPAIO LOPES	045.915.115-02	227/2014
JOSIMERI STEL BRUS-QUE	004.985.109-80	219/2014
JOAO AVI	674.566.509-34	229/2014
MARIELA BIANCA SALLA	043.817.479-84	226/2014
DANIEL GONSALVES	044.354.209-33	23/2015
GILMARA CORREA	702.392.319-53	19/2015
INES JUNKES ELIAS	635.401.009-97	20/2015
IZABEL VIEIRA BOR-GES	558.483.039-91	16/2015
VOLNEI RENGEL	609.180.559-20	18/2015
ALEXANDRE SEIDEL	912.048.609-04	56/2015
DEIVIS FERNANDO FERREIRA	040.756.949-92	61/2015
DELMAR DE JESUS SILVA	951.430.099-87	60/2015
DIRCEU DORIVAL DAS NEVES	025.789.119-67	44/2015
JANELISE KEMPER	854.322.709-78	59/2015
JULIANO ANDRE STREY	005.968.279-54	57/2015
SIDNEI MERTEN	029.748.119-30	58/2015
VOLNEI CELIO WILL	026.092.779-11	53/2015
ODAIR JOSE DE OLIVEIRA	045.771.189-20	73/2015

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2015 - REAGENDAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2015

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 20 de Março de 2015, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 148684/2014
Nome do Recorrente: Edetriz Reflorestamento S/A
Nº do Recurso: 007/2014

Número do Protocolo: Protocolo Nº 148685/2014
Nome do Recorrente: Edetriz Reflorestamento S/A
Nº do Recurso: 008/2014

Rio do Sul, 05 de março de 2015.

LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

PORTARIA Nº 0053/RH

PORTARIA Nº. 0053/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o Departamento de Controle Interno, a partir de 03/03/2015, a servidora OLDINA TILMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III (em extinção), nível "A", lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, Memorando nº 055/2014 do Departamento de Controle Interno e Memorando nº 001/214 da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de fevereiro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0158/RH

PORTARIA Nº. 0158 / RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Defesa Civil, a partir de 05/01/2015, o servidor FÁBIO DE CAMPOS FREIRE, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de

Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, e Memorando nº 044/2014 da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, deferido em 23 de dezembro de 2014 via Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vmb

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.

Aos dois (02) dias do mês de março (03) do ano de 2015, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa LZK Construtora Ltda, com sua sede à Rod. BR 470, km 191, Serra do Ilhéus, no município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, CEP 89.172-000, inscrita com o CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81, seu representante legal o Sr. Fernando Lazarek, portado do RG nº 3.272.691, e CPF nº 015.835.249-16, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4565/2015 e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de CBUQ conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01					
Fornecedor: LZK Construtora Ltda					
Preço cotado para o item: R\$ 515.000,00					
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO				
2.000 ton. Asfalto Quente (CBUQ)	R\$ 257,50				

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 02 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO LZK Construtora Ltda
Prefeito de Rio do Sul Sr. Fernando Lazarek

RESUMO DO ADITIVO 004/2015

6º TERMO ADITIVO Nº 004/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 134/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SOFIA KOPP, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos seis (06) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 134, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Artigo 57 e § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 22 (vinte e dois) dias, com o seu término em 28 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 2.240,56 (dois mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 005.1/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 005/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 081/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LUIZ GAVIOLLI, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos três (03) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 081, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 04 de abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 006/2015

5º TERMO ADITIVO Nº 006/2015 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 003/2011, REFERENTE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Aos quatro (04) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda., estabelecida na rua dos Andradas, 1.121, sala 502, Centro, no município de Porto Alegre/RS, CEP 90.020-015 inscrita no CNPJ sob o nº 02.908.992/0001-85, ora denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Daniel de Oliveira Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 1004445746 e CPF nº 295.161.450-00 e Ronaldo Capaverde Silva, RG nº 1048134652 e CPF nº 648.147.260-15 residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 151/2010, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 003, datado de 04 de fevereiro de 2011, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 e § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 04 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Fica reajustado em 7,8004500% do INPC, passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor para R\$ 33,18 (trinta e três reais e dezoito centavos), conforme demonstrativo anexa.

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULT. EM INFORMÁTICA LTDA.

Daniel de Oliveira Pinto

Contratada

EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULT. EM INFORMÁTICA LTDA.

Ronaldo Capaverde Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 011/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 011/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 003/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI E ARVINO WALTER GAERTNER EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA VILSON VANSUITEN - ME.

Aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa VILSON VANSUITEN - ME, estabelecida na Rua Marques do Herval, 3511, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000 inscrita no CNPJ sob o nº 08.418.466/0001-13, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável Sr. Vilson Vansuiten, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 168/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 003, datado de 07 de janeiro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 19 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

VILSON VANSUITEN - ME

Sr. Vilson Vansuiten

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - DOUGLAS SCHIFTER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DOUGLAS SCHIFTER com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- HISTÓRIA, 30H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 05 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 780/2015**

RESOLUÇÃO No 780, DE 03 DE MARÇO DE 2015

Ratifica resultado de Processo Licitatório nº 01/2015, representado pelo Chamamento Público no 01/2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica ratificado o resultado do Processo Licitatório nº 01/2015, representado pelo Chamamento Público no 01/2015, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a ratificação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Chamamento Público, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes credenciados, conforme a seguinte ordem de apresentação de documentos: RADIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA, CNPJ nº 85.782.886/0001-25, protocolo de documentos nº 001016, datado de 10 de fevereiro de 2015, às 08h e 30min. RADIO MIRADOR LTDA, CNPJ nº 85.776.094/0001-48, protocolo de documentos nº 001017, datado de 10 de fevereiro de 2015, às 08h e 51min e RADIO ALIANÇA LTDA, CNPJ nº 07.417.098/0001-26, protocolo de documentos nº 001018, datado de 10 de fevereiro de 2015, às 08h e 52min.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 781/2015

RESOLUÇÃO No 781, DE 3 DE MARÇO DE 2015

Ratifica resultado de Processo Licitatório nº 02/2015, representado pelo Chamamento Público no 02/2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica ratificado o resultado do Processo Licitatório nº 02/2015, representado pelo Chamamento Público no 02/2015, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a ratificação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Chamamento Público, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes credenciados, conforme a seguinte ordem de apresentação de documentos: EMPRESA JORNALÍSTICA O RIOSSULENSE LTDA ME, CNPJ nº 07.245.098/0001-96, protocolo de documentos nº 001009, datado de 03 de fevereiro de 2015, às 09h e 27min, EMPRESA EDITORA JORNAL A CIDADE LTDA EPP, CNPJ nº 82.830.290/0001-65, protocolo de documentos nº 001011, datado de 04 de fevereiro de 2015, às 08h e 14min, EDITORA DE JORNAL A VITRINE LTDA, CNPJ nº 04.271.254/0001-03, protocolo de documentos nº 001013, datado de 05 de fevereiro de 2015, às 07h e 34min, EDITORA E REVISTA SUCESSO LTDA, CNPJ nº 01.221.669/0001-76, protocolo de documentos nº 001022, datado de 20 de fevereiro de 2015, às 09h e 19min, CONEXÃO ALTO VALE LTDA ME, CNPJ nº 14.498.598/0001-03, protocolo de documentos nº 001023, datado de 20 de fevereiro de 2015, às 10h e 03min e CONECTE MIDIA LTDA ME, CNPJ nº 05.292.155/0001-62, protocolo de documentos nº 001026, datado de 23 de fevereiro de 2015, às 11h e 11min.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 782/2015

RESOLUÇÃO No 782, DE 3 DE MARÇO DE 2015

Ratifica o resultado de Processo Licitatório nº 04/2015, representado pelo Chamamento Público no 03/2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica ratificado o resultado do Processo Licitatório nº 04/2015, representado pelo Chamamento Público no 03/2015, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a ratificação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Chamamento Público, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes credenciados, conforme a seguinte ordem de apresentação de documentos: PAINÉIS DISIGUAL LTDA, CNPJ nº 13.486.534/0001-49, protocolo de documentos nº 001034, datado de 23 de fevereiro de 2015, às 15h e 05min e DEC COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVALHERIA LTDA, CNPJ nº 06.134.573/0001-94, protocolo de documentos nº 001036, datado de 26 de fevereiro de 2015, às 10h e 25min

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 779, DE 3 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO No 779, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Altera a Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010, que institui o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Inciso I, do art. 86, da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Rio do Sul -, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86 ...

I - ordinárias, em número de seis ao mês, realizadas nas segundas-feiras e as restantes nas quintas-feiras de cada mês, com duração máxima de três horas, com início às 19 horas nas segundas e às 10 horas nas quintas". (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 3 de março de 2015.

JEFERSON VIEIRA

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, EMPRESA EDITORA JORNAL A CIDADE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 82.830.290/0001.65, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua XV de novembro, nº 118, sala 34, Bairro Centro, neste ato representado por seu Representante Legal Senhor CLAUDINEI ROBERTON DA SILVA, brasileiro, gerente operacional, casado, inscrito no CPF nº 806.788.749.72, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas

administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Claudinei Roberton da Silva

Procurador da Empresa Editora

Jornal a Cidade LTDA EPP

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, EMPRESA JORNALISTICA O RIOSSULENSE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 07.245.098/0001-96, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua XV de novembro, nº 118, sala 05, Bairro Centro, neste ato representado por seu Sócio Senhor AURIO GISLON, brasileiro, diagramador, casado, inscrito no CPF nº 618.161.329-34, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo

com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando

forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Aurio Gislon

Empresa Jornalística

O Riossulense LTDA ME

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, EDITORA JORNAL A VITRINE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 04.271.254/0001-03, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua Ipê, nº 160, Bairro Pamplona, neste ato representado por seu Sócio Senhor ADILSON SCHMITZ, brasileiro, jornalista, divorciado, inscrito no CPF nº 781.618.869-20, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para

jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes

desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termos final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Adilson Schmitz

Editora Jornal A Vitrine LTDA ME

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, RÁDIO ALIANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Aristiliano Ramos, 36, 2º andar, Centro, Rio do Sul - SC, registrado no CNPJ 07.417.098/0001-26, doravante denominado CREDENCIADO, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. RENEE GONÇALVES, portador da Carteira de Identidade nº 126.703-5 e do CPF 093.286.539-91, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa falada, com inserções ente as 7 horas e 19 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O ajuste para as Rádios FM é de R\$ 29,00 (vinte e nove reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 38,00 (trinta e oito reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 76,00 (setenta e seis reais) para inserções de 60 segundos; aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 01/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, acompanhado do comprovante de radiação, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Vieira

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Renee Gonçalves

Radio Aliança LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, RÁDIO MIRADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Aristiliano Ramos, 36, 1º andar, Centro, Rio do Sul - SC, registrado no CNPJ 85.776.094/0001-48, doravante denominado CREDENCIADO, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. RUBENS GONÇALVES, portador da Carteira de Identidade nº 154.199-4 e do CPF 18.876.719-53, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa falada, com inserções ente as 7 horas e 19 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste, para Rádios AM é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) para inserções de 60 segundos; aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 01/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque

nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, acompanhado do comprovante de radiação, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

- a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;
- b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.
- c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termos final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e

impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Vieira

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Rubens Gonçalves

Radio Mirador LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, RÁDIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Carlos Gomes, 12, 3º andar, Centro, Rio do Sul - SC, registrado no CNPJ 85.782.886/0001-25, doravante denominado CREDENCIADO, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. HUMBERTO OHF DE ANDRADE, portador da Carteira de Identidade nº 7c/2.499.571 e do CPF 777.565.769-34, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa falada, com inserções ente as 7 horas e 19 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste, para Rádios AM é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) para inserções de 60 segundos; o ajuste para as Rádios FM é de R\$ 29,00 (vinte e nove reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 38,00 (trinta e oito reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 76,00 (setenta e seis reais) para inserções de 60 segundos; aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 01/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, acompanhado do comprovante de radiação, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Vieira

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Humberto Ohf De Andrade

Radio Difusora Alto Vale LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, EDITORA E REVISTA SUCESSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 01.221.669/0001-76, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua Prefeito Wenceslau Borini, nº 2405, Bairro Canta Galo, neste ato representado por seu Sócio Senhor RENI CARLOS WANSER ROSSA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 542.612.799-91, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

- a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;
- b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.
- c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termos final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Reni Carlos Wanser Rosa

Editora e Revista Sucesso LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, CONECTE MIDIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 05.292.155/0001-62, com sede na cidade de Rio do Oeste/SC, Rua Abílio Eleuterio Gonçalves, nº 651, Bairro Gabiroba, neste ato representado por seu Sócio Senhor CLEBER ROBERTO PAUL, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF nº 042.138.499-96, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas

administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Cleber Roberto Paul

Conecte Midia LTDA ME

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, CONEXÃO ALTO VALE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 14.498.598/0001-03, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua Coelho Neto, nº 75, Edif. Coelho Neto - Sala 32, Bairro Centro, neste ato representado por seu Sócio Senhor MARCIONEI ZUCATELLI, brasileiro, inscrito no CPF nº 003.408.569-63, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLAUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente

autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termos final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário

municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;

c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Marcionei Zucatelli

Conexão Alto Vale LTDA ME

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, PAINÉIS DISIGUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 13.486.264/0001-49, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Rua Leopoldo Ledra, nº 563, Sala 02, Bairro Santana, neste ato representado por sua Sócia Senhora CRISTINA KRICHENKO LEDRA, brasileira, inscrita no CPF nº 901.596.919-15, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de mídia exterior para serviço de outdoor, incluindo impressão digital de alta definição em papel de alta qualidade que impeça sua danificação por ação do tempo no prazo bissemanal, impermeabilização, impressão digital de alta qualidade em lona de boa qualidade, instalação e fornecimento de local/ponto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 80,00 (oitenta reais) para o serviço de impressão digital de alta definição em papel de alta qualidade que impeça sua danificação por ação do tempo no prazo

bissemanal, incluindo impermeabilização, com medida de 9x3 metros; R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) para o serviço de impressão digital de alta definição em lona de alta qualidade, com medida de 9x3 metros; e R\$ 300,00 (trezentos reais) para serviço de outdoor, incluindo instalação e fornecimento de local/ponto, para veiculação bissemanal, em papel ou lona, com medida de 9x3 metros; aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;

b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termos final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Cristina Krichenko Ledra

Painéis Disigual LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, e do outro, DEC COMUNICAÇÃO VISUAL E SERRALHERIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob nº 06.134.573/0001-94, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Avenida Governador Jorge Lacerda, nº 570, Sala 02, Bairro Budag, neste ato representado por seu Sócio Senhor VALENTIN CRES-CENCIO, brasileiro, inscrito no CPF nº 006.473.569-93, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de mídia exterior para serviço de outdoor, incluindo impressão digital de alta definição em papel de alta qualidade que impeça sua danificação por ação do tempo no prazo bissemanal, impermeabilização, impressão digital de alta qualidade em lona de boa qualidade, instalação e fornecimento de local/ponto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 80,00 (oitenta reais) para o serviço de impressão digital de alta definição em papel de alta qualidade que impeça sua danificação por ação do tempo no prazo bissemanal, incluindo impermeabilização, com medida de 9x3 metros; R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) para o serviço de impressão digital de alta definição em lona de alta qualidade, com medida de 9x3 metros; e R\$ 300,00 (trezentos reais) para serviço de outdoor, incluindo instalação e fornecimento de local/ponto, para veiculação bissemanal, em papel ou lona, com medida de 9x3 metros; aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 02/2015.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação

da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV - É vedado:

- a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;
- b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.
- c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termos final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 03 de março de 2015.

Jeferson Alexandre Viera

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Valentin Crescencio

DEC Comunicação Visual e Serralheria LTDA

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Testemunha

Nome:

CPF/MF:

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N.º 002/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N.º 002/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE VALOR DE IMÓVEL.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar para compor a Comissão Municipal de Avaliação de valor de imóvel para fins de doação de um terreno urbano com área de 1.242,08 m², situado na Rua João de Bortoli, Centro, nesta cidade, inscrito na matrícula nº. 33.056, os seguintes avaliadores:

I - PAULO HOFFELDER, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso;

II - MOZAR GANASINI, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico Tributário, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso;

III - ORLANDO ABATI, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor Geral de Planejamento, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso.

Artigo 2º. À Comissão Municipal de Avaliação cabe emitir parecer idôneo, em conformidade com os preços praticados no mercado local de imóveis, resguardando o interesse público na forma da lei, podendo solicitar emissão de avaliação de corretores de imóveis para amparar a decisão.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso(SC), 05 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 19 de Março de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Registro de Preços para aquisição parcelada de cestas básicas para doação a pessoas carentes do município, conforme Lei Municipal 1.779/2014, através da Secretaria da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 05 de Março de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO AGRICULTURA FAMILIAR 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

CHAMADA PÚBLICA 03/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos da Rede Municipal de Educação Infantil e Fundamental, atendendo ao disposto na Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 38/2009, com entrega do envelope contendo o projeto de vendas e documentação de habilitação até as 09:00 Horas do dia 13 de Março de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 003/2015 - HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL Nº 003/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, PROMOVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL/SC.

A empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda, nos termos do Edital nº 001/2015, publica listagem definitiva dos candidatos considerados aptos a prestarem a prova objetiva, às vagas dos cargos do Concurso Público, conforme consta dos quadros seguintes:

1. Não houve recursos quanto ao indeferimento de inscrições nos termos do edital 001/2015.

2. Ficam aptos a prestarem as provas do processo seletivo, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, conforme segue:

ORIENTADOR SOCIAL/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-HABILITADO

INSC	NOME	SEQ
1106	ANDREIA A.F. ZAMAR-CHI	01
1126	CATIANE PIVA VANZIN	02
1112	CLAUDIA BRUNETTO	03
1129	CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI	04
1095	DEVANIR DE MORAIS	05
1094	ELIANE FERREIRA	06
1118	JANICE LUCI DE MARQUI	07
1092	LILIANE PATRICIA VASSOLER DA CRUZ	08
1100	MARÍLIA LUÍSA DOS SANTOS MÜLLER	09
1128	NAYARA PATRICIA FARESIN	10
1091	NEILA TACIANA PADILHA FOGLIATTO	11
1124	VERIDIANA PEDROTTI	12

ORIENTADOR SOCIAL/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-NÃO HABILITADO

INSC	NOME	SEQ
1120	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	01
1116	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	02
1111	MAHIQUELI DOS PASSOS DEZORDI	03
1089	MARCELI REGINA ARALDI.	04
1102	SANDRA MARA DINIZ DOS SANTOS	05

1109	VIVIANE DA SILVA ROCHA	06
ORIENTADOR SOCIAL DE MÚSICA/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS		
INSC	NOME	SEQ
1110	GILMAR PAIS	01
1101	JOAREZ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO	02
1090	JOSÉ SÉRGIO FARIAS	03
1104	MAXUELL FRANCISCO MARIANI	04
ORIENTADOR SOCIAL DE ARTES E ARTESANATO/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
1108	FABIANE BRANCA-LIONE	01
1088	GIAN CASSIO LIBAR-DONI DE CEZARO	02
1107	RENATA GONÇALVES BERNARDES	03
1103	TANIA ROCHA DE PRA	04
ORIENTADOR SOCIAL DE ARTES E ARTESANATO/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
1127	ANA PAULA RECK	01
1123	ANA PAULA TUMELERO	02
1117	EDICLERI VANZIN PELINSON	03
1113	JUCIANE DEFILTRO	04
1119	ODETE FERREIRA DOS SANTOS RISSARDO	05
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
1114	CLAUDIA NERVO	01
1099	DANIEL PELINSON	02
1125	FERNANDO PAGLIARI	03
1098	JAISON LEANDRO LUNARDI	04
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
1096	ANALICE MATTIELLO	01
1097	BRUNA CAMILA CAPE-LARO	02
1115	CRISTIANO BALDISSE-RA SARETTO	03
1121	DOUGLAS FERNANDO TUMELERO	04
1105	FABIO STEFFENS	05
1122	GILVANO RODRIGUES DA SILVA	06
1093	PATRICIA FIORELI BRUNETTO	07
Orientador Social de Capoeira/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		

INSC	NOME	SEQ
	NÃO HOUVE INSCRI-TOS	

3. Não houve homologação de inscrições para portadores de deficiências.

3.1. As inscrições requeridas por candidatos como portadores de deficiências, conforme listado abaixo, ficam homologadas junto as demais restando apenas garantido aos mesmos condições especiais para realização das provas, conforme segue:

ORIENTADOR SOCIAL DE MÚSICA/SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS		
INSC	NOME	CONDIÇÃO ESPECIAL REQUERIDA
1110	GILMAR PAIS	Prova Ampliada

Chapecó/SC, em 05 de março de 2015.
IOPLAN instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

EDITAL 21/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 25/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 21/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Prestação de serviço de mão de obra mecânica e mão de obra elétrica para conserto/manutenção dos veículos e máquinas da frota do Município.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 04 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 771/2015 - DE 05 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 771/2015 - DE 05 DE MARÇO DE 2015.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas com a realização das festividades comemorativas AO DIA DA MULHER e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesas de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), para possibilitar que seja realizada uma programação diversificada em comemoração ao Dia da Mulher, no dia 07 de março de 2015, às 13h30min, junto ao Centro de Multiluso de Santiago do Sul.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da Atividade: 2.038 - Manutenção de atividades da Assistência Social - DR: 0.1.00.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina,
em 05 de março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord.de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 57/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 19 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES (TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201300578).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 875/2015

DECRETO Nº 0875, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3478, 04 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 01 - Agricultura
Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI
4.4.90.52.00.00.00 389 - Equip. Material Permanente R\$ 12.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica
4.4.90.52.00.00.00 389 - Equip. Material Permanente R\$ 140.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recurso: 0189 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, no valor de

R\$ 152.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Cessão de Uso de Software que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos) por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica da Prefeitura, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015, de 22 de janeiro de 2015.

DO VALOR: Pela manutenção do sistema, pagará o CONTRATANTE prestações trimestrais e sucessivas de R\$ 2.941,98 (dois mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2014.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa A SIMM & CIA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de mão de obra para manutenção nos motores de popa, motosserras, bombas de esgotamento de água e roçadeira, da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, conforme Convênio nº 11.291/2011-7 de 29/08/2011 e de acordo com a Compra Direta nº 111/2015.

DO VALOR: 1.700,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 04 (quatro) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2014.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

A SIMM & CIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Bento Do Sul no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA, conforme Dispensa de Licitação nº 23/2015.

DO VALOR: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 1.285,00, totalizando o valor de R\$ 15.420,00

DA VIGÊNCIA: Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2015.

ASS: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional, conforme Dispensa de Licitação nº 23/2015.

DO VALOR: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 1.515,00.

DA VIGÊNCIA: Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2015.

ASS: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 049/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 049/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 282/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, em 21 de fevereiro de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 29/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 068/2014, que consiste na contratação de serviços de Assessoria Técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal junto aos órgãos

Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais oferecidos aos cidadãos do município, conforme Projeto Básico em anexo ao Pregão nº 29/2014.

Considerando o término do Contrato nº 068/2014 na data de 10 de fevereiro de 2015, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e Cláusula Quarta - da Vigência do referido Contrato, faz-se necessário prorrogar o mesmo nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 11 de fevereiro de 2015 e com término em 10 de fevereiro de 2016.

Permanece o valor mensal de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), totalizando o valor em R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais) para o período prorrogado.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2015

DA ESPÉCIE: Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 094/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 07 de MARÇO de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 37/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 094/2012, que consiste na construção da Praça do PEC - Praça do Esporte e da Cultura Modelo 3000 m2 - Programa: Praças do PAC, com fornecimento de material de construção, mão de obra e demais equipamentos e obrigações necessárias, bem como responsabilidade técnica pela execução, conforme Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011 Ministério da Cultura/Caixa, memorial descritivo e projetos;

Considerando que após a última vistoria realizada pelo órgão financiador, Caixa Econômica Federal - CEF, foi verificada a necessidade de projetos As built (como construído) de itens suprimidos e justificativas das alterações no decorrer da obra, pois os mesmos não constavam em projeto, e que os valores solicitados na última medição ficam bloqueados até a apresentação destes projetos;

Considerando também que foram solicitados reparos em alguns recintos da obra conforme abaixo:

- vasos sanitários soltos;
- fechaduras dos BWC sem funcionalidade;
- pintura das paredes do Cineteatro;

Diante do exposto, e que para a conclusão da obra deve-se cumprir com as exigências do órgão financiador, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução e de vigência do referido Contrato para que posteriormente sejam feitos os ajustes de supressão, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 12 de fevereiro de 2015 e a terminar em 11 de maio de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 07 de abril de 2015 e a terminar em 06 de agosto de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 068/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 068/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 171/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 22 de MAIO de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 95/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 171/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Paulo Tschoeke, Bairro Mato Preto e Carlos Taschek, Bairro Centenário, Otto Neumann e Ayres Graczek, Bairro Boehmerwald, conforme Memorial Descritivo, Projetos e Contrato de Empréstimo entre Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC / CIDADES II nº 2013030601, constante do item 03;

Considerando que houve a necessidade de execução de adequações no projeto durante andamento da obra, tais como:

- rede de drenagem pluvial e na sinalização vertical;
- o corte do subleito foi parcialmente desnecessário;
- verificação de solos moles em trechos da via não previstos em projeto.

Diante do exposto, faz-se necessário suprimir, aditar e prorrogar a vigência do referido com base no Art. 65, parágrafo 1º e Art. 57, parágrafo 1º, inciso IV, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 79.657,69 (setenta e nove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 43.296,83 (quarenta e três mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 286/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 286/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP na modalidade local, e Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional a partir do Serviço Móvel Pessoal de nº 257/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa OI MÓVEL S.A, em 25 de agosto de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 246/2014 de 25 de agosto de 2014.

Considerando o Contrato nº 257/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal local e serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional, para chamadas de acesso do serviço móvel pessoal - SMP, com fornecimento de 150 (cento e cinquenta) aparelhos telefônicos em regime de comodato, sendo 25 (vinte e cinco) aparelhos com sistema android 3.5 ou superior para atender o Município de São Bento do Sul, cidade no estado de Santa Catarina;

Considerando que devido o Município não ter recebido os novos aparelhos celulares em tempo hábil para a portabilidade ocorrer

dia 06 de setembro de 2014, a mesma foi re-agendada para dia 17 de setembro de 2014, sendo necessário retificar a Cláusula Décima - da Vigência do referido Contrato nos seguintes termos: Fica retificada a Cláusula Décima - da Vigência, do Contrato nº 257/2014, para que onde se lê: "A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses e terá início na data de 06 de setembro de 2014 e término em 05 de setembro de 2015, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses", leia-se: "A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses e terá início na data de 17 de setembro de 2014 e término em 16 de setembro de 2015, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses".

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de setembro de 2014.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo Municipal de Saúde.

LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação.

HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação Municipal de Desportos.

BRÁULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural.

OI MÓVEL S.A, como Contratada.

LEI Nº 3476/2015

LEI Nº 3476, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "PORTEIRA ABERTA" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL "PORTEIRA ABERTA", do Município de São Bento do Sul - SC, com o objetivo de incentivar à agropecuária, gerando assim um aumento na produção e fixando o produtor rural no campo, nos termos da presente lei.

Art. 2º O município de São Bento do Sul/SC poderá executar em favor de terceiros, a título de incentivo e através da utilização de veículos, máquinas, equipamentos e operadores do município, bem como serviços terceirizados, atendidas as disposições legais em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, os serviços de:

I - Terraplenagem para edificação de instalações para produção de produtos animais e vegetais, em favor da expansão da produção de leite, carnes, vegetais e agroindústrias em geral;

II - Abertura de valas para instalação de bioesterqueiras e para o armazenamento de silagem, e ainda, a abertura de valas para o controle de esgoto doméstico;

III - Fomento à produção de milho, cereais, produtos animais, produtos florestais e outros;

IV - Distribuição de semente de adubação verde, em sistema de troca x troca, para até uma área de plantio não superior a três hectares;

V - Incentivo ao reflorestamento através de repasse de mudas de essências Florestais, produzidas ou não em viveiro da municipalidade;

VI - Prestação de serviços de acompanhamento e assistência Técnica da Municipalidade (Engenheiro Agrônomo e médico veterinário);

VII - Subsolagem de áreas agricultáveis (distribuição de sementes de grãos, adubo orgânico, calcário e ensilamento de forragens) a ser executados por tratores de pneu e equipamentos complementares, de acordo com o cronograma fixado pela Municipalidade;

VIII - Distribuição de saibro, pedra brita, pó de brita, pedrisco e outras;

IX - Promoção de profissionalização dos agricultores através de cursos de capacitação;

X - Proteção e recuperação de fontes de água destinadas ao consumo da família do agricultor, única e exclusivamente;

XI - Construção e limpeza de estradas e acessos, limpeza de açudes em funcionamento;

XII - Demais serviços de máquinas correlatos ao sistema agrosilvipastoril.

§ 1º Para a realização das atividades discriminadas nos incisos I, II e XI com exceção à limpeza, é necessária a apresentação da autorização ambiental no ato do pedido de inscrição ao serviço.

§ 2º A prestação dos serviços será concedida aos produtores rurais no limite estipulado de até 20 (vinte) horas/ano de máquinas.

Art. 3º A concessão de quaisquer benefícios instituídos no artigo 2º desta lei, quando utilizar maquinário de propriedade do Município, processar-se-á mediante o pagamento do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do custo operacional, que será determinado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento de São Bento do Sul - CMDAA, através de Resolução Normativa do Conselho, devendo ser ratificado por Decreto do Executivo, nos termos do artigo 4º desta Lei.

§ 1º Os serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura poderão ser disponibilizados, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município.

§ 2º No uso de implementos agrícolas (arado, grade, roçadeira, pulverizador motorizado, ensiladeira, calcareadeira e outros), ficará dispensado do recolhimento de preço público, devendo o beneficiário firmar termo de responsabilidade pelo uso do bem.

§ 3º As horas de efetivo serviço, conforme previsto no disposto deste artigo, quando realizadas pelas máquinas de propriedade do Município, serão pagas em até 30 (trinta) dias após o término do serviço.

§ 4º O não pagamento do valor do serviço prestado importará em imediata notificação administrativa e, sucessivamente, inscrição em dívida ativa de natureza não tributária e imediata cobrança judicial, acrescido de juros e encargos legais, além da suspensão da efetivação de outros serviços.

Art. 4º A normatização para operacionalização do programa, como prioridade, cronograma, preços dos serviços praticados pelo Município, limites de atendimento por serviço, por produtor, será regulamentada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento de São Bento do Sul - CMDAA, através de Resolução Normativa do Conselho, devendo ser ratificada por Decreto do Executivo, obedecida às diretrizes de que trata esta lei.

Parágrafo único. Os recursos arrecadados, na forma da presente lei, serão destinados na manutenção do Programa Municipal "Porteira Aberta".

Art. 5º Em se tratando da concessão de qualquer benefícios instituídos no artigo 2º desta lei, quando utilizar serviços terceirizados contratados pelo Município, fica autorizado o subsídio financeiro por parte da municipalidade, na ordem de 50% (cinquenta por cento) do valor hora/máquina, baseado no valor estabelecido no processo licitatório.

Parágrafo único. O beneficiário pagará diretamente à contratada a outra parte, bem como o valor integral das horas que exceder o limite estabelecido.

Art. 6º Os serviços serão executados na ordem das requisições, respeitando-se o cronograma de atendimento regionalizado, elaborado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, ou outra que a suceder, observada a urgência para o atendimento de safra ou situações de risco.

Parágrafo único. Os serviços de interesse público terão prioridade sobre os particulares.

Art. 7º Para se beneficiar do referido programa, é indispensável que o interessado previamente esteja inscrito no Cadastro de Produtor Rural, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, ou outra que a suceder, bem como deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - Ser inscrito como Produtor Rural na Fazenda Estadual;
- II - Possuir domínio sobre, no máximo, 6 (seis) módulos fiscais de área, considerando-se a somatória de todos os imóveis;
- III - Ter domicílio residencial no Município de São Bento do Sul/SC;
- IV - Apresentar Certidão Negativa de Débito emitida pelo Município de São Bento do Sul/SC;
- V- Ter a licença ambiental para os itens requeridos no §1º, do artigo 2º.

Art. 8º Deverá o Poder Executivo, quando do estabelecimento de regras para o cadastramento dos interessados em participar do programa, estabelecer formas de priorizar o atendimento as propriedades cuja infraestrutura seja inexistente e/ou existente de forma precária, buscando com isto atender primeiramente aos mais necessitados, em obediência ao fim social a que esta lei se destina e na busca de incremento da produção agro-silvo-pastoril de nosso Município.

Art. 9º Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao agricultor a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes.

Art. 10 Ficará ao encargo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Bento do Sul/SC, a implantação e operacionalização do presente programa.

Parágrafo único. O desenvolvimento e a execução do programa de que trata esta lei, no que couber, ficam também a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de São Bento do Sul/SC, também como serviços terceirizados, contratados pela municipalidade.

Art. 11 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento vigente, suplementada, se necessário.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2015.

FERNADO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Nº	Equipamento
01.	Hora do trator de esteira
02.	Hora trator de pneu
03.	Hora trator carregadeira
04.	Hora caminhão caçamba
05.	Hora retro escavadeira
06.	Hora retroescavadeira hidráulica
07.	Carreta prancha para transporte de máquinas

08.	Hora motoniveladora
09.	Hora rolo compactador

LEI Nº 3477/2015

LEI Nº 3477, DE 04 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE
O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com o SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, CNPJ/MF 00.676.599/0001-88 no valor total de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de handebol durante o ano de 2015. Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do São Bento Handebol Clube.

Art. 6º A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do São Bento Handebol Clube.

Art. 7º Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado o SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.676.599/0001-88, estabelecido à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente DOUGLAS FERNANDO GAEDKE, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 978.784, CPF/MF nº 626.728.789-00, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objetivo transferir recursos financeiros para a Entidade realizar as atividades esportivas na modalidade de HANDEBOL, mediante treinamento técnico e esportivo de cunho teórico e prático, além de disputas nas modalidades eleitas desta natureza, como forma de incentivo e inclusão social, nos termos deste instrumento, bem como no Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 780/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 10 parcelas, conforme necessidade, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do convênio autorizado pela presente lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica, Agência 0628, Conta Corrente nº 00003147-9 a favor do São Bento Handebol Clube.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas

exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os

recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

DOUGLAS FERNANDO GAEDKE

Presidente do São Bento Handebol Clube

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

LEI Nº 3478/2015

LEI Nº 3478, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 152.0000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

4.4.90.52.00.00.00 389 - Equip. Material Permanente R\$ 12.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

4.4.90.52.00.00.00 389 - Equip. Material Permanente R\$ 140.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recurso: 0189 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, no valor de R\$ 152.000,00.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM DE PORTARIAS Nº 003/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8210, de 04 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 12/12/2011 a 14/12/2014. Silvia Santiago Martins. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8211, de 04 de março de 2015. Declara Vago cargo de Atendente Educativo, ocupado pela servidora Josleine Travinski, a partir de 04 de março de 2015, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 8212, de 04 de março de 2015. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora Sheila Donisete Augustin Neppel, a partir de 04 de março de 2015, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 8213, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidora Pública, a partir de 04 de março de 2015. Cilmar Aparecida Dobeck Marquatz. Professor. Grupo ocupacional Educação Infantil - Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8214, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidora Pública, a partir de 04 de março de 2015. Vanessa Cristiane Filipp Silveira. Professor. Grupo Ocupacional Educação Infantil - Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8215, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 04 de março de 2015. Luciane Lotte. Professor. Grupo Ocupacional Educação Infantil - Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8216, de 04 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8213/2015 que nomeou servidora pública Cilmar Aparecida Dobeck Marquatz, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea em 04 de março de 2015.

Portaria nº 8217, de 04 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8214/2015 que nomeou servidora pública Vanessa Cristiane Filipp

Silveira, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea em 04 de março de 2015.

Portaria nº 8218, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidora Pública, a partir de 04 de março de 2015. Adriane Milde. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8219, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidora Pública, a partir de 04 de março de 2015. Ciliane Aparecida Martins Ferreira. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8220, de 04 de março de 2015. Nomeia Servidora Pública, a partir de 04 de março de 2015. Luciane Raquel Branco Carvalho da Silva. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8221, de 04 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8220/2015 que nomeou servidora pública Luciane Raquel Branco Carvalho da Silva, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 04 de março de 2015.

São Bento do Sul, 06 de março de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

“Designa Comissão de Licitação para o exercício de 2015.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar para constituírem a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São Bento do Sul, para o exercício de 2015, os seguintes servidores:

MARCO RODRIGO REDLICH - Presidente

DJONI CLEBER PINHEIRO - Membro

TEODOMIRO KRZESINSKI - Membro

MARCOS WEISS - Suplente

GIANCARLO GROSSI - Suplente

MÁRCIO FABIANO STIZ - Suplente

Parágrafo Único - A Comissão de Licitação de que trata esta Portaria será responsável pela supervisão, análise e julgamento de todos os processos licitatórios em suas diversas modalidades, de acordo com a Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Artigo 2º - A Comissão de Licitação fica investida de todas as prerrogativas legais pertinentes as licitações públicas a serem realizadas.

Artigo 3º - Os suplentes ficam designados para substituírem os titulares quando do impedimento dos mesmos, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2015.
EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

Pregão Presencial nº 19/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 19/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 24 de março de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e filtros para uso dos veículos da frota do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(10) 3.3.90.30.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

(32) 3.3.90.30.00.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente

(56) 3.3.90.30.00.00 - Setor de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 05 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 083 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 083 de 04 de março de 2015.

“CEDE SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - CEDER, para prestar serviços junto a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL a servidora CLAUDETE STAWNY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada nesta Autarquia.

Art. 2º - A cessão se dará por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o SAMAE o solicite ou se o interesse público o exigir.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2015.

OSVALCIR PETERS

DIRETOR PRESIDENTE

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.01/2015 FUNDAÇÃO

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.01/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL N.01/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto:CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 20 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 20 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço
e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis,
das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas,
ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS,05 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.26/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.26/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 26/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSOS.
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 19 de março de 2015
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 19 de março de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 05 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.27/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.27/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL -n..27/2015
Tipo : Menor preço
Objeto::AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - CESTAS BÁSICAS
Entrega dos Envelopes:09:00 horas -dia 19 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 19 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30
e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000

SAO CARLOS, 05 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.28/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.28/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇOS N.28/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS
Entrega dos Envelopes:10:00 horas -dia 19 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes:10:00 horas- dia 19 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS,05 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2015 (ESTAGIÁRIOS)

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR E Nível Médio cursando Magistério nas áreas conforme Anexo I, para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Carlos, admitidos conforme regulamenta o Lei Complementar nº 009/2013, de 02 de setembro de 2013, considerando a nova regulamentação dada ao estágio de estudantes pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nas condições estabelecidas neste Edital, disponibilizado no endereço eletrônico www.saocarlos.sc.gov.br e disponível no Departamento de Gestão de Pessoas, sito à Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro.Área de estágio, quantidade de vagas, lotação, carga horária e valores das bolsas de trabalho.Área de Estágio Vagas Carga Horária Bolsa (em R\$) Farmacêutico CR* 30 R\$ 513,60 Psicologia CR* 30 R\$ 513,60 Odontologia CR* 30 R\$ 513,60 Técnico enfermagem CR* 30 R\$ 513,60 Direito CR* 30 R\$ 513,60 Administração CR* 30 R\$ 513,60 Contador CR* 30 R\$ 513,60 Estágio em educação CR* 30 R\$ 513,60 Agronomia CR* 30 R\$ 513,60 Engenharia Civil CR* 30 R\$ 513,60 * CR= Cadastro de Reserva

São Carlos (SC), 05 de março de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1879 DE 27 02 15 TORNA SEM EFEITO E RECLASSIFICA CANDIDATA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS VANDERLI TEREZINHA BRUM DE SOUZA

DECRETO Nº 1879 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1853, de 11 de fevereiro de 2015, o qual nomeou servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que a servidora nomeada pelo Decreto nº 1853, de 11 de fevereiro de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 519 /2015, de 27/02/2015;
- Considerando que caso a candidata não deseje assumir a vaga a que foi nomeada de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;
- Considerando que no ato da posse a candidata preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1853, de 11 de fevereiro de 2015, que nomeou Vanderli Terezinha Brum de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ficando a candidata reclassificada para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de fevereiro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 024/2015

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 002/2015

Município de São Domingos

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 024/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 002/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NACIONAL COM A DUPLA MARCOS & BELUTTI NO DIA 12 DE ABRIL DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. Valor e pagamento: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) a ser pago em uma única parcela.

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 05 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2015

OBJETO: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Betha Sapo e Betha Compras com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 4.356,48 - Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.39.11.00.00.0085.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de INTERNET, através de link via rádio, sistema wireless BANDA LARGA 24 horas por dia, - nos esf's municipais, sendo 1MB de velocidade no Esf de Vila Conceição; 1MB no Esf de Vila Santa Catarina, e 3MB no Esf Central, totalizando 5 MB, incluindo manutenção e suporte técnico.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: DUNET LTDA

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 4.500,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.39.97.00.00.0040.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2015

OBJETO: Aquisição de gasolina comum filtrada e óleo diesel s10 para os veículos da Unidade Central de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária do município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POTO LTDA

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 77.851,25 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 007/2014 da Prefeitura Municipal de São João do Sul

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.30.01.00.00.00085; 0701 - 10.304.0127.2025 - 3.3.90.30.01.00.00.00045; 0701 - 10.304.0127.2026 - 3.3.90.30.01.00.00.00085; 0701 - 10.301.0127.2025 - 3.3.90.30.01.00.00.00045.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO PLENA DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGOS NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL / SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI-ME

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 30/03/2015

VALOR: R\$ 4.500,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 030/2014 - Carta Convite nº 005/2015 de 19/12/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0201 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.39.48.00.00.00.0085.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA EPP

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 7.980,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.39.28.00.00.00.0040.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NÃO PODENDO A SUA DESTINAÇÃO SER MUDADA, SEM O CONSENTIMENTO EXOPRESSO DA LOCADORA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: NAIRA ALVES LANGER

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 30/06/2015.

VALOR: R\$ 3.373,98 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.36.15.00.00.00.0085.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INJETÁVEIS PARA O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL E DEMAIS MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE - AMESC

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 96.044,70 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 002/2015 - Dispensa de Licitação Art 24 XXVI Nº. 002/2015 de 02/01/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 10.301.0127.2024

- 3.3.90.32.02.00.00.00.0044; 0701 - 10.301.0127.2024

- 3.3.90.32.02.00.00.00.0040; 0701 - 10.301.0127.2024

- 3.3.90.30.99.00.00.00.0040; 0701 - 10.301.0127.2024

- 3.3.90.32.02.00.00.00.0087; 0701 - 10.301.0127.2024 -

3.3.90.32.02.00.00.00.0085.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS(CONSULTAS), LABORATORIAIS (EXAMES) PROGRAMAS (ATENDIMENTO AO DST/AIDS, TRATAMENTO A HEPATITE E A TUBERCULOSE) E ASSESSORIA AO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, PRESTADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE - AMESC

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 230.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 003/2015 - Dispensa de Licitação Art. 24 VIII da Lei 8.666/93 nº 03/2015 de 02/01/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 10.301.0127.2024

- 3.3.90.41.01.00.00.00.0085; 0701 - 10.301.0127.2024 -

3.3.90.39.50.00.00.00.0085.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DO SISTEMA AL-SIGLAS (AL - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE), E SUPORTE TÉCNICO NOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: WGS SISTEMAS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 02/01/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 7.356,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 10.301.0127.2024 - 3.3.90.39.11.00.00.00.0040.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 17/2015 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SECRETARIA DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 17/2015

Pregão Presencial 08/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SECRETARIA DE OBRAS

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 20/03/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 59.032,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de fevereiro de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

ANULAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 - Processo nº 336/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde e transporte e destinação final dos resíduos químicos, tóxicos e perigosos classe I, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Motivo: Por razão de interesse público.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2014 - PR 098/2014 - Processo 261/2014 - Fornecedor: DSM DISTRIB. DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de materiais necessários a realização dos serviços, pertencentes aos equipamentos sociais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC. Valor Total: \$74.320,00 - setenta e quatro mil, trezentos e vinte reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de dezembro de 2014. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2014 - PR 091/2014 - Processo 243/2014 - Fornecedores I - LISEGRAFF GRÁFICA E EDITORA LTDA; II - PRIME GRAPHICS COM. E SERV. LTDA - ME; III - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO; e IV - PERFIL GRÁFICA E EDITORA LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual diagramação, formatação e confecção/execução de serviços gráficos diversos, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, vinculado diretamente a rede de atenção básica, SAMU/SJ, Programas Especiais, DST/AIDS, VISA, VIEP e Administração do Município de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$47.505,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e cinco reais); II - R\$54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais); III - R\$46.779,30 (quarenta e seis mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos); e IV - R\$37.350,00 (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta reais). Valor Total: R\$186.534,30 - cento e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 17 de dezembro de 2014. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CONTRATO/CT: Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 015/2015 - PR 164/2014 - Processo 394/2014 - Contratado: ILSO PLANTAS ORNAMENTAIS LTDA - ME. Objeto: Aquisição de flores destinadas a ornamentar as Avenidas Acioni de Souza Filho no bairro Praia Comprida e Lédio João Martins no bairro Kobrasol, pertencentes ao Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da sua assinatura. Valor: R\$35.500,00 - trinta e cinco mil e quinhentos. Data da Assinatura do Contrato: 27 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 016/2015 - PR 187/2014 - Processo 443/2014 - Contratado: MARKA COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. Objeto: Aquisição de equipamentos (lousa interativa, projetor multimídia e suporte), destinados a criação de 06 (seis) novas salas dos CATIS (contrato de repasse nº 0278.740-10/2008/MCT/CAIXA) - inclusão digital, no Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) dias, a partir da sua assinatura. Valor: R\$48.999,96 - quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos. Data da Assinatura do Contrato: 06 de fevereiro de 2015.

DECRETO Nº 4066/2015

DECRETO Nº 4.066/2015
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e
Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ADELMO SILVEIRA SARTORI	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
ADRIANE MARIA MITTMANN HANZEN	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
ADRIANE REGINA TUROSSI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ALBERTINA ERNESTINA MELO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ALESSANDRA DA CRUZ	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ALESSANDRA DE COSTA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ALESSANDRA MINA DOS SANTOS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015

ALEXANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA KAMINSKI	Professor-H	28 Horas Aulas	18/02/2015
ALEXANDRA SAMARA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ALEXSANDRO MAQUEL LOPES	Professor-H	36 Horas Aulas	18/02/2015
ALINE ALVES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ALINE JOSE XAVIER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ALINY DE SOUZA	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
AMANDA DA SILVA VIEIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ANA BEATRIZ DA SILVA	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ANA CAROLINA SCHMITZ	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
ANA CATARINA MARINHO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
ANA CLAUDIA ANTUNES CASASINI FONTANELLA	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ANA CLAUDIA FEIJO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ANA PAULA BARRETO SILVA DE SOUSA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ANA PAULA CALDERAN DA CRUZ	Professor-H	28 Horas Aulas	18/02/2015
ANA PAULA CROZETA DA LUZ	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ANA PAULA DA CUNHA PEREIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
ANA PAULA LAMEGO SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ANA PAULA MEDEIROS TEIXEIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ANDREA CARMINATTI DE AQUINO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ANDREA CRISTINA DA ROSA POLYTE	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ANDREZA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ANGELA MARIA SCHOTTEN DUARTE	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
APARECIDA MARIA DE SOUZA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ARIANE CRISTINA DE JESUS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ARLENY PIACENTE NAZARIO	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
AURICE NEVES DA ROCHA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
BEATRIZ SCHMITT	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
BELONICE MEZECO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
BIANCA SALESE DA SILVA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
BRUNA ALINE FARIA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
BRUNA BRANDO DE MEDEIROS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CAROLINA DE MATTOS VAZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CAROLINE POLETTI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015

CASSIA FARIA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
CATIA SOTHE	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CINTIA ROSA DO LIVRAMENTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CLARICE CORREA	Professor-H	27 Horas Aulas	18/02/2015
CLAUDIA MARIA COELHO BELMONT	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CLAUDIA ZIMMER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CLAUDINEIA HAMMES	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
CLEUNICE SOMMER DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
CORACI BISPO DE SOUZA	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
CRISTIANE ALVES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
CRISTIANE RIBEIRO ZAVITOSKI	Professor-H	27 Horas Aulas	18/02/2015
CRISTINNI DJULIA ANDRETT	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
DAIANE COELHO DE AGUIAR	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
DAIANI LICHTENFELZ	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
DEBORA MARIA DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
DENISE BEATRIZ ROSSATO PINOS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
DOLORES TERESINHA HEIL FAGUNDES	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
EDINA APARECIDA DE SOUZA LINS	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
EDITE BRAULIA NASCIMENTO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
EDNA APARECIDA MARTINS CARDOSO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ELAINE VASQUES MENDES	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ELEANDRA CRISTINA AGUIAR	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
ELENICE SERAFIM	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ELIANE DA SILVA II	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
ELIETE VIEIRA DIAS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ELIZANDRA CORREA BARBOSA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
ELIZANDRA ROQUE CARDOSO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ERCI LUIZ DE LIZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ESTHER DA ROSA DE OLIVEIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
FABIA SCHMITT	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
FABIANA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
FILIPY KUHN	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
FLAVIA CRISTINA SEBOLD	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
FRANCINE FERNANDA HECK DE NOVAES GENOVEZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
GABRIELA DA SILVA VEIGA	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015

GESSE ANDRION VALENTE	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
GIOVANI WILBERS-TAEDT	Professor-H	28 Horas Aulas	18/02/2015
GISELLE ANTUNES DA SILVA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
GISELLE DINIZ SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
GIZELDA CARDOSO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
GIZELI MARINA PORTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
GIZIANE SIGALES	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
GRASIELA MARIA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
GRASIELLE DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
GRAZIELE REGINA DE AMORIM ARRAES	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
GRAZIELLE ROSA BANKI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
HELOISA HELENA DA SILVA DE OLIVEIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
HENRIQUE BALDRANI SILVEIRA	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
IRENE DE LOURDES PEREIRA LIMA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
IRENE DE SOUZA AUGUSTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ISABEL SILVEIRA NAU VIEIRA	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ISABELLA DE PAIVA LEITE	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
ISABELLE DUTRA CARDOSO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
IZELANDIA ALAIDE DOS SANTOS LOBO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JANICE VIEIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
JAQUELINE BERNARDO MENDES	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
JAQUELINE ELI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JAQUELINE PE-TRANSKI	Professor-H	36 Horas Aulas	18/02/2015
JAQUELINE SILVA GONÇALVES NUNES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JEAN CARLOS ANTONIO	Professor-H	25 Horas Aulas	18/02/2015
JOAO ALMIR WENDT	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
JOSEANE GASPAR DE BRITO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JOSIANE DA SILVA DIAS MOREIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
JOSIANE MARIA DA SILVA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
JOSIANE TEREZINHA DE LIMA FLORES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
JULIANA BASTOS FERREIRA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
JULIANA FERNANDES DUTRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JULIANA POLETTI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
JULIO CESAR GENTIL DE MELLO	Professor-H	37 Horas Aulas	18/02/2015

KADIJA PEDROSO DE MEDEIROS	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
KAREN CAROLLO DE OLIVEIRA	Professor-H	36 Horas Aulas	18/02/2015
KARINA GLADYS PORTILLO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
KARIZE REGINA CALAZANS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
KATHILÇA LOPES DE SOUZA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
KATIUCIA METZNER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
KEILA DA SILVEIRA SILVA MARIAN	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
LAIR CHRISTINA NEIS DE FARIA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
LEDA ELANIR DE SOUZA COSTA TABORDA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
LETICIA TEIXEIRA CAMARA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
LILIAN FERNANDA FIAMONCINI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
LORENI CASTODI	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
LUANA PRICILA PACHECO KEMPFER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
LUCIA APARECIDA ALBINO BEIRO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
LUCIANA FREIBERGER HEINZ	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
LUCIANA IRACEMA PEREIRA GESSER	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
LUCIANA MARIA CARDOSO II	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
LUCIANE SCARABELLOT CAMPOS	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
LUIZ ANTONIO MACHADO	Professor-H	31 Horas Aulas	18/02/2015
LUIZ FERNANDO VIEIRA	Professor-H	37 Horas Aulas	18/02/2015
LUIZ GASTAO NEVES DUBOIS	Professor-H	40 Horas Aulas	18/02/2015
MADELAINE BATTANOLI ZBOROWSKI	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MAIRA LEAL THOMAS MATHIAS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MAITUANE VIEIRA CANDIDO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MANOELA SILVA BITTENCOURT	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARCELO DOS SANTOS	Professor-H	30 Horas Aulas	18/02/2015
MARCIA DA ROSA LUZ STEIL	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
MARCOS ROGERIO BROCKER	Professor-H	39 Horas Aulas	18/02/2015
MARIA AMALIA CAMILO DA SILVA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
MARIA APARECIDA DA SILVA III	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA APARECIDA FAVARIN RODRIGUES RITA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA DE FATIMA DE SOUZA PIRES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015

MARIA DE FAVERI	Professor-H	30 Horas Aulas	18/02/2015
MARIA DELFINA DELMIRO BORGES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA GENY GOMES DE FRANÇA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA HELENA MACHADO DA SILVA DUTRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MARIA JAQUELINE BIFF KLOCH	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA LUCIA DA CRUZ NASCIMENTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA LUISA SILVEIRA GEVAERD	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
MARIA LUIZA DE SOUZA E SOUZA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIA MADALENA CARDOSO	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
MARIA MARGARETE HOFFMANN	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MARIA TEREZA CONTE	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
MARIAH CRISPIM CRUZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIANNE SANTOS SANDIN	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
MARILEIA FERMINA DA SILVA HAMMES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARINALVA MATHIAS SOUZA MATTOS	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
MARINES JAQUELINE SCHNORRENBARGER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARIVONE JUNCES DUARTE	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARLANA DE SOUZA LOHN	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MARLENE AURORA NAU DA ROSA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MARLENE DA SILVA JUTTEL	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARLI DE FATIMA PEREIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
MARTA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MARTA MACHADO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MAXILENE DOS SANTOS MARTINS DO NASCIMENTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
MICHELE ALVES PLOENCIO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MICHELLE PEREIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
MIRELA SCHMITT DA SILVA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
MIRIAN BOUSFIELD	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
NADINE TATIANA ELIAS BRANCO CORREA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
NADIR ISIDORO FEIBER	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
NADIR RODRIGUES NAZARIO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015

NAIRA ALICE SILVA TATAGIBA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
NATALICIA HENDGES DA LUZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
NATHALIA SOARES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
NATHANA COSTA	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/02/2015
NEIDE MARGARIDA RAMOS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
NOELLI MARIA MARTINS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ORLANDINA LOURDES DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
OTTONIEL CARLOS TOMAZ	Professor-H	33 Horas Aulas	18/02/2015
PATRICIA DE ASSUNÇÃO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
PATRICIA ROSA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
PATRICIA SERVEIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PATRICIA TOMAZIA GOES	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
PAULA DAURA DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PAULA MELLO BARCELOS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PAULA RAFAELA DA ROSA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PEDRO ALVARES CABRAL	Professor-H	22 Horas Aulas	18/02/2015
PRESCILA MICHELE DE MELLO RODRIGUES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
PRISCILA NEIS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
PRISCILA OLIVEIRA DA CRUZ	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
RAFAEL PHILIPPE CORREA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
RAQUEL MACHADO MARCELINO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
RAQUEL MARIA RODRIGUES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
RENATA DE MEDEIROS	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ROSANA REGINA MARANGONI	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ROSANGELA DA LUZ HERNANDES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ROSANGELA DE JESUS MATOS DA SILVA	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
ROSELANIA MARIA PEREIRA ZIMMERMANN	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
ROSEMARY VILAIN DOS SANTOS	Professor-M	30 Horas	18/02/2015
ROSILDA DE MELO BORGES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
ROSIMERI MARTINS RITZEL	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
ROSITA ALZIRA DA ROSA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015

ROZALI MARIA WEBER	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
RUTE DEMARCHE	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
SABRINA ALVES	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
SANDRA LUCIANI DE BORBA LISBOA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
SANDRA MARA DE SOUZA MOREIRA FERNANDES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
SANDRA MARA RI-BEIRO RODRIGUES	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
SARAH CLEMENTINO PEREIRA LOPES	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
SCHEILA XAVIER DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
SCHIRLEY CLAUDETE DE SOUZA BACKES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
SERGIO VALPIR DA SILVA	Professor-H	36 Horas Aulas	18/02/2015
SILVANE JANINHA DA COSTA DE MATTOS	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
SIMONE APARECIDA DE AMORIM	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
SIMONE FATIMA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
SIMONE ITSO	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
SUELEN SILVEIRA BURIGO	Professor-H	36 Horas Aulas	18/02/2015
TAIS REGINA UR-BAINSKI FINCO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
TANIA ALVES BARCELOS	Professor-H	25 Horas Aulas	18/02/2015
TANIA CRISTINA DE SOUZA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
TATIANA BAZAN FARIA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
TATIANA BRANCO FERREIRA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
TATIANE DA CUNHA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
TATIANI DO NASCIMENTO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
TEREZINHA ELEOTERO	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
TEREZINHA RODRIGUES DE MELLO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
VAITHIERA WOZNIAK ARGENTA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
VALDINEIA DE SOUZA ANACLETO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/02/2015
VALERIA GAMA NINOW LIMA	Professor-M	20 Horas	18/02/2015
VALQUIRIA MACEDO DE SOUSA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015
VANDERLEIA MARIA GUESSER DA ROSA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
VANESSA ALBINO THEISGES	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
VERA LUCIA CEOLIN SCHAUER	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
VERA LUCIA MANSANI DA SILVA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/02/2015
WALCIMAR NASCIMENTO DA SILVA	Professor-M	40 Horas	18/02/2015

WINNIE DE LIMA RODRIGUES	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/02/2015
WIVIANI RAFAELA DA SILVA	Professor-H	30 Horas Aulas	18/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4067/2015

DECRETO Nº 4.067/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ADRIANA MARIA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	23/02/2015
ALEXANDRE CESCO-NETTO FERREIRA	Professor-H	24 Horas Aulas	23/02/2015
ANGELIANNE MIRIAN DOS SANTOS DA SILVA	Professor-M	20 Horas	23/02/2015
CLAUDETE CHAVES BERNARDO	Professor-M	20 Horas	23/02/2015
DIELA DE SOUZA	Professor-M	40 Horas	23/02/2015
ELISABETE RODRIGUES	Professor-M	40 Horas	23/02/2015
MARIA DE FATIMA ALVES MARTINS	Professor-M	40 Horas	23/02/2015
MARILEIA DE SOUZA CARDOSO	Professor-M	40 Horas	23/02/2015
RUTE JURACI DA SILVEIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	23/02/2015
TANIA MARA RAULINO GODINHO	Professor-M	20 Horas	23/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4068/2015

DECRETO Nº 4.068/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ANA CLAUDIA CORREA	Professor-H	38 Horas Aulas	24/02/2015
FERNANDO ALCIONEI DE SOUZA	Professor-H	20 Horas Aulas	24/02/2015
GABRIELA PAIVA AVELINO DICK	Professor-M	40 Horas	24/02/2015
GUSTAVO DE SOUZA GIASI	Professor-H	22 Horas Aulas	24/02/2015
IZABEL CRISTINA QUINTINO	Professor-M	40 Horas	24/02/2015
JANE CONCEIÇÃO DA SILVEIRA SOARES	Professor-M	40 Horas	24/02/2015
KARINA PEREIRA NOCETI	Auxiliar de Ensino	40 Horas	24/02/2015
NILDAMIR JONCK DA SILVA	Professor-M	40 Horas	24/02/2015
RINALDO BERGAMIN MIGUEL	Professor-H	18 Horas Aulas	24/02/2015
ROSANGELA COSTA LOPES	Professor-H	40 Horas Aulas	24/02/2015
SILVANIA REGINA DE CAMPOS MAYER	Professor-H	30 Horas Aulas	24/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4069/2015

DECRETO Nº 4.069/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ACIOLI ISABEL DE JESUS	Professor-M	20 Horas	25/02/2015
ANA PAULA MA-NOEL VIEIRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	25/02/2015
ARLETE DE SOUZA FELIPPE	Professor-M	40 Horas	25/02/2015
CLAUDIA ISMENIA DE ARRUDA MONICO	Professor-M	40 Horas	25/02/2015
JOSELI DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	40 Horas	25/02/2015
MARIZA NUNES DE SOUSA	Professor-M	40 Horas	25/02/2015
PATRICIA ALVES MACHADO	Professor-H	40 Horas Aulas	25/02/2015
ROSSANO PAULO SCANDOLARA JUNIOR	Professor-H	22 Horas Aulas	25/02/2015
ROZILANI DE SOUZA DA PA-CIENCIA	Professor-M	40 Horas	25/02/2015
SUELI ILDA SAGAS	Professor-M	20 Horas	25/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4070/2015

DECRETO Nº 4.070/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a

vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ALESSANDRA STENGER BURIGO	Auxiliar de Sala	40 Horas	26/02/2015
ALINE FILIPPUS	Professor-H	31 Horas Aulas	26/02/2015
ALINE LUCHINI IMHOF	Professor-H	40 Horas Aulas	26/02/2015
ALINE MARIA LIMA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
ANDREA MARISTELA DA SILVA OLIVEIRA	Professor-M	20 Horas	26/02/2015
ARTHUR DA SILVA RITA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
ARTUR JOSE FERNANDES	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
CARLOS ALBERTO NACHTIGALL BACCI	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
CLARISSA PETRY CASTRO	Professor-H	43 Horas Aulas	26/02/2015
CLAUDIANE DE JESUS LISCHKA	Professor-H	41 Horas Aulas	26/02/2015
CLEYTON MEDEIROS	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
CRISTIANE SOARES DA SILVA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
DANIELA DE SIQUEIRA	Professor-H	28 Horas Aulas	26/02/2015
GABRIEL SOUZA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
ISRAEL ISIDORO CORREA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
JAQUELINE ZUCCO	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
JEAN LEIRIA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
JOAO PAULO TRIERWALLER	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
JOSUE ALVES	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
LEONARDO ANTONIO SCHUVARTZ DE ALMEIDA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
LOURDES ESPINDOLA CORREA	Auxiliar de Sala	40 Horas	26/02/2015
LUIZ ROBERTO RIBEIRO JUNIOR	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MARCIA CRISTINE ALTHOFF	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MARCO ANTONIO DO AMARAL	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MARCOS RENATO DA SILVA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MARCUS VINICIUS FERREIRA SIQUEIRA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MARIANE KARINE ALTHOFF	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MAYKON LEANDRO DA SILVA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
MIRCA SOUZA DA SILVA	Professor-M	20 Horas	26/02/2015

NICOLE MERLOT-TI PITZ	Professor-H	30 Horas Aulas	26/02/2015
NINFA FIDENCIO DA COSTA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	26/02/2015
OSEIAS CAETANO	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
PAULO FABIAN RIBEIRO	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
RAFAEL DE MELLO ARRUS-SUL	Professor-H	27 Horas Aulas	26/02/2015
RAQUEL CORREA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	26/02/2015
RENAN MACIEL	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
RICARDO ALVES I	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
ROSANA ISABEL LIMA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015
TAIZE ELENA SCHWEITZER	Auxiliar de Ensino	40 Horas	26/02/2015
WALTER SALES DE PAULA	Professor-H	30 Horas Aulas	26/02/2015
ZERIKY DE SOUZA	Professor-H	22 Horas Aulas	26/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4071/2015

DECRETO Nº 4.071/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ALEXSANDRA DA SILVA DE SOUZA	Professor-M	40 Horas	27/02/2015
ALICE DE SOUZA ARANTES	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
ALINE SCHWEITZER	Auxiliar de Sala	40 Horas	27/02/2015
ANA PAULA LIMA	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
ANDERSON DE CAMPOS	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015

ANDERSON FER- NANDES DE SOUZA	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
BRUNO DA SILVA	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
CARLA DE ALMEIDA PEREIRA VARANDAS	Professor-M	40 Horas	27/02/2015
DENILZE TRENTINI XAVIER	Professor-H	40 Horas Aulas	27/02/2015
DENISE DE SOUZA	Professor-M	20 Horas	27/02/2015
DYONATA LUIZ PEDROZO	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
ELISANGELA DIAS	Professor-H	33 Horas Aulas	27/02/2015
JEFFERSON MAGNUS DE SOUZA	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
JETER RAMIRO GOULART	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
JOAO GERALDO SALVADOR FILHO	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
JONAS CURT TOEBE	Professor-H	25 Horas Aulas	27/02/2015
JONATHAN CESAR ROSA	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
JORGE FERNANDO HAMMES	Professor-H	40 Horas Aulas	27/02/2015
JULIANA BEZERRA DOS SANTOS	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
KELLI CRISTINA SILVA DE JESUS	Professor-M	20 Horas	27/02/2015
KENNEDY RIBEIRO LEAL	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
MARCELA CARGNIN ELIAS	Professor-M	40 Horas	27/02/2015
MARISTELA SILVEI- RA DE ALBUQUER- QUE	Professor-H	27 Horas Aulas	27/02/2015
MARLOVA DE VAR- GAS MINATO	Professor-H	33 Horas Aulas	27/02/2015
RAFAEL AGOSTINHO RODRIGUES	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
REGIA MAIRANE MEDEIROS GONÇAL- VES	Professor-M	40 Horas	27/02/2015
RICARDO PIRES MERLIN	Professor-H	40 Horas Aulas	27/02/2015
RONALDO VALIM FARIAS	Professor-M	20 Horas	27/02/2015
SILVIA REGINA GONÇALVES	Auxiliar de Ensino	20 Horas	27/02/2015
THIAGO ARNOLDO CORDEIRO	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
VALDONIR PEDRO DE ABREU	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
YURI JOSE FERNAN- DES	Professor-H	22 Horas Aulas	27/02/2015
ZENAIDE PATINES MARTINS	Professor-H	37 Horas Aulas	27/02/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 27/02/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4090/2015

DECRETO Nº 4090/2015

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 22.815/2007.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 2º do Decreto N.º 22.815 de 26 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A UEM - Unidade Executora Municipal - terá a seguinte composição:

- I. Coordenador Geral - Bernardo Meyer;
- II. Coordenador Técnico - Sidart Gaia;
- III. Coordenador Administrativo-Financeiro - Erick Forte Rolim;
- IV. Assessora Administrativo-Financeira - Josiane Norma da Silva;
- V. Assessor Técnico: Charles Augusto Tapia.”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 2567/2014.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014 - Processo nº 274/2014. Fornecedores: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; QUALYMEDIC COM. E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP; CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES VETERINARIOS LTDA; e OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA - ME. Objeto: Preços para contratação de empresa para eventual aquisição de equipamentos e materiais médicos, odontológicos e de fisioterapia, para serem utilizados nas Unidades de Saúde de Potecas, Vista Bela e Policlínica de Barreiros do Município de São José/SC. Valor Total: R\$215.835,00 - duzentos e quinze mil, oitocentos e trinta e cinco reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014 - Processo nº 278/2014. Fornecedor: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionados, lavadoras e secadoras de roupas e bebedouros pertencentes as unidades escolares de ensino fundamental, centros de educação infantil, escolas profissionais e Secretaria de Educação do Município De São José/SC. Valor Total: R\$128.500,00 - cento e vinte e oito mil, e quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014 - Processo nº 320/2014. Fornecedores: FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA; CIRURGICA JAW COM. DE MAT. HOSP. LTDA; LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA; LUCIO JOAQUIM ELLER - FARMATRIZ; HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; e PROFARMA SPECIALTY S/A. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de medicamentos, insumos, fraldas geriátricas e fórmulas infantis especiais para atender as demandas judiciais e ao Programa São José Criança vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$1.614.253,10 - um milhão, seiscentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014 - Processo nº 327/2014. Fornecedores: LAS COMÉRCIO LTDA ME; BRUTHAN COMERCIAL LTDA; e GIZELE REGINA DA SILVA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para o eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados a Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Total: R\$77.276,20 - setenta e sete mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014 - Processo nº 332/2014. Fornecedores: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMATICA - EIRELI; ZOOM TECNOLOGIA LTDA; e HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para atender a montagem do parque tecnológico previsto no programa nacional de apoio a gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros PNAFM. Valor Total: R\$275.734,99 - duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014 - Processo nº 344/2014. Fornecedor: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza e lavagem de abrigos de passageiros de transporte coletivo no Município de São José/SC, com fornecimento de materiais. Valor Total: R\$78.000,00 - setenta e oito mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014 - Processo nº 349/2014. Fornecedor: VEGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração de projeto executivo referente a ampliação da sede do 10º Batalhão de Bombeiros Militar de São José/SC. Valor Total: R\$40.700,00 - quarenta mil e setecentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2014 - Processo nº 354/2014. Fornecedores: DESINGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA EPP; HP & E COMERCIAL LTDA EPP; e JEFERSON DA SILVEIRA ME. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para eventual aquisição de materiais permanentes destinados ao serviço de acolhimento ao morador de rua - Bom Samaritano do Município de São José/SC. Valor Total: R\$34.134,00 - trinta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014 - Processo nº 360/2014. Fornecedores: ELMO PAPELARIA LTDA; LUIZ FERNANDO SEBOLD; e JULIANO JAIRO MELO - ME. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para eventual aquisição de materiais de expediente, consumo e limpeza, destinados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de São José/SC. Valor Total: R\$252.225,96 - duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014 - Processo nº 361/2014. Fornecedores: LUIZ FERNANDO SEBOLD; GIZELE REGINA DA SILVA ME; e ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo, higiene e limpeza e gêneros alimentícios, destinados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Total: R\$30.389,80 - trinta mil, trezentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014 - Processo nº 405/2014. Fornecedor: ÓTICA SRL EIRELI. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para aquisição de óculos, pares de lentes e armações, destinadas as crianças e adolescentes com comprometimento visual da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. Valor Total: R\$32.900,00 - trinta e dois mil e novecentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014 - Processo nº 426/2014. Fornecedor: METALURGICA UNIVERSAL LTDA EPP. Objeto: Registro de preço para eventual realização de serviços de serralheria, com fornecimento de materiais, para atender as unidades escolares da rede municipal de São José/SC. Valor Total: R\$679.999,00 - seiscentos e setentas e nove mil, novecentos e noventa e nove reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2014 - Processo nº 444/2014. Fornecedor: ALDO AZEVEDO ALVES ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de lousas de vidro, com serviço de instalação, destinadas as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$833.500,00 - oitocentos e trinta e três mil e quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2015 - Processo nº 050/2015. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de óleo DIESEL BS 500 e óleo DIESEL BS 10 destinados a frota da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC, em caráter emergencial. Motivo: Por razões de interesse público.

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014 - Processo nº 075/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria de imprensa, comunicação e

clipagens para atender a Fundação Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São José/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

TERMO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL**TERMO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.274/0001-05, com sede administrativa na Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro, São José, 88.103-790, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, denominado DESAPROPRIANTE e GISELA MINA WOELTJE, brasileira, solteira, bancária, portadora da carteira de identidade nº 1.123.204 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 307.768.569-87, residente e domiciliada na Avenida Getúlio Vargas, 2.618, Centro, São José, SC, doravante denominada DESAPROPRIADA, nos termos do art.10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, têm certo e ajustado o presente ACORDO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Ente DESAPROPRIANTE, por intermédio do Decreto nº 4011/2015, publicado no Diário Oficial do Município em 19/02/2015, edição 1686, objetivando a ampliação do Cemitério Municipal, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras medindo 70,10m², parte integrante da totalidade do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José sob o nº 19.463, às folhas 0001, do Livro 2-DB, medindo 1.212,95m², com as seguintes dimensões e confrontações: frente, em quatro lances, medindo o primeiro 32,00 metros, com Sebastião de Souza; o segundo lance, em linha quebrada, mede 03,00 metros, confronta com uma servidão; o terceiro lance, mede 03,00 metros e confronta com a referida servidão que dá acesso à Rua Getúlio Vargas; e o quarto lance mede 14,00 metros, e confronta com terras de Carlos Pleticos; fundos, medindo 26,00 metros, confronta com terras do Cemitério Público; lateral direita, medindo 34,50 metros, confronta com terras de Carlos Prudêncio da Rosa; e lateral esquerda, medindo 42,00 metros, confronta com terras de Bruno Peixoto; terreno este localizado a 32,00 metros da Rua Getúlio Vargas, lado esquerdo, sentido São José/Florianópolis, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA

As partes, para os efeitos desta desapropriação amigável, acordam que o preço total pago pelo Ente DESAPROPRIANTE foi o de R\$23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais), mediante compensação tributária, conforme laudo homologado às folhas 41 e parecer exarado pela Secretaria Municipal da Receita, às folhas 50/53, dos autos do Processo Administrativo nº 12.592/2003.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica estabelecido, de comum acordo entre as partes, que a DESAPROPRIADA dá, neste ato, ampla, geral e irrestrita quitação à indenização devida a título de desapropriação, porquanto os valores relativos à indenização efetivamente devida foram pagos mediante compensação tributária.

CLÁUSULA TERCEIRA

O valor acima estipulado e acordado não sofrerá qualquer reajuste, ônus ou juros.

CLÁUSULA QUARTA

A partir da data de assinatura deste instrumento, a DESAPROPRIADA se compromete em desocupar o imóvel desapropriado, entregando sua posse ao Ente DESAPROPRIANTE, para todos os

efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA

A DESAPROPRIADA compromete-se, ainda, por si e seus sucessores, a transmitir a escritura do imóvel ao Ente DESAPROPRIANTE, conforme estipulado neste instrumento, por todos os termos de acordo, fazendo-o bom, firme e valioso, no presente e no futuro, nada mais tendo a reclamar.

Assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

São José/SC, 19 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

GISELA MINA WOELTJE
CPF/MF nº 307.768.569-87

Testemunhas:

CPF/MF Nº	CPF/MF Nº

CÂMARA MUNICIPAL

PR 01 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/015

OBJETO:

A licitação tem como objeto a contratação de empresa(s) para fornecimento de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ÁGUA MINERAL, MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL ELÉTRICO para a Câmara Municipal de São José/SC, conforme relação dos lotes da licitação previstos no Anexo II do Edital.

Abre-se o presente edital com data período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 18/03/2015 às 13h:30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 18/03/2015 às 14h00min.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 06 de março de 2015

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

Diretora Administrativa

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.553, DE 05 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 5.553, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, JÚLIA FAVERO SCHMIDT, para exercer o cargo de AUXILIAR DE DENTISTA, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 5º lugar, média final 5,25, a partir de 05 de março de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de março de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 036/2015 - SF

DECRETO Nº. 036/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"409" 3.3.90.36.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$43.000,00

"410" 3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.21/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 21/2015, Edital de Pregão Nº 21/2015, Objeto: aquisição de material pedagógico com aplicação do projeto de treinamento específico para os professores da rede de educação infantil do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 18/03/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 18/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.22/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 22/2015, Edital de Pregão Nº 22/2015, Objeto: contratação de serviços técnicos especializados para implantação e locação de sistema específico de emissão da nota fiscal de serviços eletrônica e declaração eletrônica de issqn, para uso e gerenciamento do sistema tributário do município. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 19/03/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 19/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 004/2015 - Pregão Presencial Nº 003/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A SER UTILIZADO PELOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO EXERCÍCIO DE 2015.

FORNECEDOR: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05.

VALOR: R\$ 14.156,50 (quatorze mil e cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA - ME - CNPJ: 82.291.311/0001-11.

VALOR: R\$ 23.935,40 (vinte e três mil e novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - CNPJ: 02.756.441/0001-43.

VALOR: R\$ 1.931,50 (um mil e novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: ALIANCA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 03.501.603/0001-65.

VALOR: R\$ 12.908,80 (doze mil e novecentos e oito reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSP. LTDA - CNPJ: 06.194.440/0001-03.

VALOR: R\$ 7.168,14 (sete mil e cento e sessenta e oito reais e quatorze centavos).

FORNECEDOR: MAXI DISTRIBUIDORA DE PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 08.117.149/0001-67.

VALOR: R\$ 3.890,70 (três mil e oitocentos e noventa reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME - CNPJ: 18.941.818/0001-74.

VALOR: R\$ 24.503,15 (vinte e quatro mil e quinhentos e três reais e quinze centavos).

TOTAL: R\$ 88.494,19 (oitenta e oito mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23/02/2015.

VIGÊNCIA: 23/02/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 009/2015 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 001/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS JUSTINA BODANESE MORETTO, SELVINO GALEAZZI, ADELINO GROBE, ANA FARDO REICHERT, HONÓRIO ANTÔNIO BOTTEGA E

SERVIDÃO PRIMO M. MOCELIN, COM ÁREA TOTAL DE 6.530,52 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.902-41/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.
FORNECEDOR: GAIA RODOVIAS LTDA - CNPJ: 03.257.777/0001-24.
VALOR: R\$ 298.503,54 (duzentos e noventa e oito mil e quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos).
TOTAL: R\$ 298.503,54 (duzentos e noventa e oito mil e quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 25/02/2015.
VIGÊNCIA: 25/02/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 012/2015 - Pregão Presencial Nº 008/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.
FORNECEDOR: D. G. LAZARIN EPP - CNPJ: 05.874.059/0001-22.
VALOR: R\$ 71.050,00 (setenta e um mil e cinquenta reais).
TOTAL: R\$ 71.050,00 (setenta e um mil e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 27/02/2015.
VIGÊNCIA: 27/02/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 013/2015 - Pregão Presencial Nº 009/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ: 00.326.969/0001-57.
VALOR: R\$ 1.254.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil reais).
TOTAL: R\$ 1.254.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 26/02/2015.
VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 015/2015 - Pregão Presencial Nº 011/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.
FORNECEDOR: V. BERGGOZZA ME - CNPJ: 03.549.337/0001-40.

VALOR: R\$ 4.950,00 (quatro mil e novecentos e cinquenta reais).
FORNECEDOR: ANTONIO LISIAK ME - CNPJ: 04.759.710/0001-50.
VALOR: R\$ 14.656,50 (quatorze mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).
FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.
VALOR: R\$ 19.242,50 (dezenove mil e duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
FORNECEDOR: BRESCIANI & CIA LTDA - ME - CNPJ: 13.274.979/0001-38.
VALOR: R\$ 8.662,50 (oito mil e seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
FORNECEDOR: V.VIAL & CIA LTDA ME - CNPJ: 14.744.731/0001-56.
VALOR: R\$ 1.025,00 (um mil e vinte e cinco reais).
TOTAL: R\$ 48.536,50 (quarenta e oito mil e quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 03/03/2015.
VIGÊNCIA: 03/03/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015 - CDM.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015 - CDM.
Origem: Processo Licitatório nº 001/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2015.
Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.
Contratada: MECÂNICA E AUTO PEÇAS ANGEVAL LTDA ME, CNPJ nº 02.718.361/0001-01.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, PLACA MDZ 2211, DE PATRIMÔNIO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, SOB O Nº 1876, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I-A DO EDITAL.
Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).
Dotação Orçamentária: D - 02/2015 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do CDM.
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.
Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.
Data de assinatura: 20/02/2015.
Vigência: de 20/02/2015 a 31/12/2015
Signatários: Adirlei Carlos Santian (Presidente da Autarquia) - pelo contratante e Valni Moizes da Silva - pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015 - FMS.
Origem: Processo Licitatório nº 001/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.
Contratada: LABORATÓRIO PANDINI LTDA ME, CNPJ nº 79.389.391/0001-38.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS LABORATORIAIS TABELA SIA/SUS, COM BASE LEGAL NA ADESÃO AO PACTO PELA SAÚDE, DELIBERADO NA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, EM 18/04/2008, E HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS 1047, DE 27/05/2008, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DA CIB, AOS MUNICÍPIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, JUPIÁ, SÃO BERNARDINO E NOVO HORIZONTE, PARA O PERÍODO DE 02/02/2015 a 31/12/2015.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados, o preço unitário máximo constantes no Anexo I, do Processo Licitatório nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, outras modalidades.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015. Dotação Orçamentária: D - 11/2015 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 11/02/2015.

Vigência: de 11/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Sônia Izabel Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

Termo de Rescisão ao Contrato nº 287/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 147/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 095/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: C.A. SUZIN & CIA LTDA, CNPJ nº 02.991.380/0001-07.

Objeto: Rescindir amigavelmente o Contrato nº 287/2014, de 18/12/2014, (originário do Processo Licitatório nº 147/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 095/2014, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÊNICO PARA O RÉVEILLON 2014/2015), tendo em vista que não foi possível a realização do Evento de Réveillon, previsto para o dia 31/12/2014, em razão do mau tempo com chuvas e intempérie ocorridas na referida data.

Data de Assinatura: 08/01/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudir Antonio Suzin e Leonilda Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 169/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 115/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05.

Objeto: Alterar a descrição do item 3 do Contrato nº 015/2014, de 31/01/2014, e aditar o valor do item 3, para que seja acrescido o montante de R\$ 431,00 (quatrocentos e trinta e um reais) mensais,

o que perfaz o valor aditivo de R\$ 4.741,00 (quatro mil, setecentos e quarenta e um reais), no período de 06/02 a 31/12/2015.

Valor Aditado: R\$ 431,00 (quatrocentos e trinta e um reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 4.741,00 (quatro mil, setecentos e quarenta e um reais), no período de 06/02 a 31/12/2015.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.00 (11/2015).

Data de Assinatura: 06/02/2015.

Vigência: de 06/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Emerson Lorensetti - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Valor: R\$ 38.934,00 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica a ser estabelecida no Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão dos dias letivos do mês, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (61/2015); b) 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (62/2015); c) 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (63/2015); d) 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (64/2015).

Data de Assinatura: 10/02/2015.

Vigência: de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 184/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 092/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 001/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SILIPRANDI & ZANCANARO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 06.907.354/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 184/2013, de 05/06/2013, por 60 (sessenta) dias, a fim de possibilitar ao Município o encaminhamento do projeto "as built" para aprovação da Caixa Econômica Federal e, posteriormente, para a emissão da última medição e pagamentos restantes.

Data de Assinatura: 10/02/2015.
Vigência: de 10/02/2015 a 13/04/2015.
Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Elias Piassa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Suprimir o valor global do Contrato nº 009/2015, de 21/01/2015, em R\$ 0,03 (três centavos), em virtude da ocorrência de uma divergência entre as planilhas encaminhadas para a licitação e as planilhas solicitadas pela Caixa Econômica Federal, cujo fato ocasionou erro no arredondamento do valor do contrato, motivo pelo qual faz-se necessária referida supressão.

Valor Suprimido: R\$ 0,03 (três centavos).

Data de Assinatura: 11/02/2015.

Vigência: de 11/02/2015 a 20/07/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 271/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 149/2014, Inexigibilidade nº 008/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA, CNPJ nº 79.719.613/0001-33.

Objeto: Alterar a Cláusula Sétima (Da Dotação Orçamentária) do Contrato nº 271/2014, de 11/12/2014, a fim de constar a rubrica orçamentária de 2015.

Data de Assinatura: 11/02/2015.

Vigência: de 11/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Acedriana Vicente Sandi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Decreto Municipal nº 5.033, de 13 de janeiro de 2015, de acordo com a Lei 8.666 de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARCIO A. ZANELLA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 82.637.182/0001-70.

Objeto: LOCAÇÃO DO DA COPA, COZINHA, RESTAURANTE E DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situada na rua Via Parque, s/n, Bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 07 de março de 2015, pelo Locatário.

Valor: R\$ 10.335,59 (dez mil, trezentos e trinta e cinco reais e

cinquenta e nove centavos), correspondente a 110,79 (cento e dez vírgula setenta e nove) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 05 de março de 2015.

Data de Assinatura: 16/02/2015.

Vigência: durante o dia 07/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marcio Antonio Zanella - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ nº 00.326.969/0001-57.

Objeto: Reequilíbrio econômico e financeiro, ao valor unitário do item 1 (Gasolina Comum - Marca: Petrobras) e do item 2 (Óleo Diesel S10 - Marca: Petrobras), ambos do Contrato nº 046/2014, de 28/02/2014, (originário do Processo Licitatório nº 018/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2014, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), em razão da ampliação dos encargos da Contratada com relação ao item nº 01 - "gasolina comum", em 12,7783%, equivalente a R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos), e, com relação ao item nº 02 - "óleo diesel S-10" em 7,9114%, equivalente a R\$ 0,19 (dezenove centavos), conforme a análise contida no Parecer Jurídico nº 015/2015, anexada ao termo aditivo.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4508.1.061.4.4.90.00.00.00.00 (145/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (061/2015); 09.01.15.452.4511.2.052.4.4.90.00.00.00.00 (106/2015); 10.01.20.608.4507.2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (131/2015).

Data de Assinatura: 20/02/2015.

Vigência: de 20/02/2015 a 21/02/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilberto Clóvis Merigo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 199/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 114/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 02.873.674/0001-26.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 199/2014, de 02/09/2014 (originário do Processo Licitatório nº 114/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2014, cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE UM BRITADOR MÓVEL, RESULTANDO EM PRODUTO FINAL (BRITA) A SER UTILIZADO NA CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE), por 90

(noventa) dias, lapso este que se faz necessário em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados. Valor: R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), no período de 02/03 a 1º/06/2015.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo, serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 09.01.15.452.4511.2.052.4.4.90.00.00.00.00 (106/2015).

Data de Assinatura: 24/02/2015.

Vigência: de 02/03/2015 a 1º/06/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Adelar Cerveira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: WALMOR ETEL - ME, CNPJ nº 11.507.821/0001-35. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2015, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais), a ser pago em 2 (duas) parcelas iguais, no valor de R\$ 3.975,00 (três mil, novecentos e setenta e cinco reais) cada.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica a ser estabelecida por estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00 (55/2015).

Data de Assinatura: 25/02/2015.

Vigência: de 25/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Walmor Ertel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 279/2014

Origem: Processo Licitatório nº 152/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A, CNPJ nº 79.065.181/0001-94.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 1, 2, 3, 4, 55, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, do Contrato nº 279/2014, 16/12/2014, em 33, 27, 30, 34, 35, 32, 31, 30, 35, 33, 27, 30, 34, 35, 22, 32, 32 unidades, sucessivamente, a fim de atender todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino no ano letivo em 2015. Valor: R\$ 25.238,20 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito

reais e vinte centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios do Município, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.365.4505.1.086.3.3.90.00.00.00.00 (76/2015) e 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00 (55/2015).

Data de Assinatura: 25/02/2015.

Vigência: de 25/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Job Marta da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FABIANE MIKOLAJCZYK ME, CNPJ nº 03.966.514/0001-94.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 145/2015 - 11.01.2.029.3.3.90.32.03.0 0.00.00.00.1000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 26/02/2015.

Vigência: de 26/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fabiane Mikolajczyk - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LS MERCADO LTDA ME, CNPJ nº 07.841.640/0001-73.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 24.680,01 (vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e um centavo).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 145/2015 - 11.01.2.029.3.3.90.32.03.0 0.00.00.00.1000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 26/02/2015.

Vigência: de 26/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Neusa Ana Gabriel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRANSLOVERA TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP, CNPJ nº 80.445.505/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE, PARA ATENDER OS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 26/02/2015.

Vigência: de 26/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Celso Pedro Lovera - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 217/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 121/2014, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 73.211.393/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 217/2014, de 30/10/2014, por 90 (noventa) dias, lapso este que se faz necessário para que o Município possa proceder com as medições, bem como com a conclusão contratual.

Data de Assinatura: 27/02/2015.

Vigência: de 27/02/2015 a 1º/06/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiz Benjamin Sandi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Aditar os itens 10 e 11 do Contrato nº 150/2014, de 25/06/2014, em razão da necessidade de adicionar mais 01 (um) usuário para o item 10 e 02 (dois) usuários para o item 11, a partir de 1º de março de 2015, para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; bem como retificar a cláusula primeira, item I.1, do Contrato nº 188/2014, de 28/07/2014 (Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2014), eis que houve equívoco técnico no cálculo da porcentagem do valor global aditado.

Valor Aditado: R\$ 697,67 (seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), totalizando o montante de R\$ 6.979,80 (seis mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos) para o exercício de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00 (016/2015).

Data de Assinatura: 27/02/2015.

Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza Júnior - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ nº 00.326.969/0001-57.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.254.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta e quatro mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - 16/2015 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; b) D - 11/2015 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica Manutenção da Saúde Pública; c) D - 02/2015 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço; d) D - 02/2015 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal; e) D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00

.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural; f) D - 106/2015 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano; g) D - 61/2014 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Transporte Escolar; e h) D - 62/2014 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Transporte Escolar.

Data de Assinatura: 27/02/2015.

Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilberto Clóvis Merigo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: D. G. LAZARIN ME, CNPJ nº 05.874.059/0001-22.

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 71.050,00 (setenta e um mil e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubricas orçamentárias: a) D - 11/2015 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública; b) D - 16/2015 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; c) D - 55/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental; d) D - 82/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil.

Data de Assinatura: 02/03/2015.

Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Diana Galvagni Lazarin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS JUSTINA BODANESE MORETTO, SELVINO GALEAZZI, ADELINO GROBE, ANA FARDO REICHERT, HONÓRIO ANTÔNIO BOTTEGA E SERVIÇÃO PRIMO M. MOCELIN, COM ÁREA TOTAL DE 6.530,52 M²,

CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.902-41/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 800164/2013.

Valor: R\$ 298.503,54 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta do Contrato de Repasse nº 1.013.902 - 41/2013 Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, Convênio nº 800164/2013, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e recursos Próprios do Município.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta do Contrato de Repasse nº 1.013.902 - 41/2013 Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, Convênio nº 800164/2013, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e contrapartida do Município.

Rubrica orçamentária: a) D - 97/2014 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Pavimentação e Qualificação de vias Públicas; e b) D - 98/2014 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Pavimentação e Qualificação de vias Públicas.

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 1º/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. BERGGIOZZA ME, CNPJ nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: Aditar o item 7, do Contrato nº 017/2015, de 04/02/2015, em 2 km/dia (dois quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 368 km (trezentos e sessenta e oito quilômetros) para os 184 dias letivos de 2015.

Valor Aditado: R\$ 1.232,80 (um mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (64/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (65/2015).

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Bergozza - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANTONIO LISIAK ME, CNPJ nº 04.759.710/0001-50.

Objeto: Aditar o item 4, do Contrato nº 018/2015, de 04/02/2015, em 4 km/dia (quatro quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 736 km (setecentos e trinta e seis quilômetros) para os 184 dias letivos de 2015.

Valor Aditado: R\$ 1.523,52 (um mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (64/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (65/2015).

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Lisiak - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. MARTINS DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: Aditar o item 6, do Contrato nº 019/2015, de 04/02/2015 em 15,5 km/dia (quinze vírgula cinco quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 2.852 km (dois mil e oitocentos e cinquenta e dois quilômetros) para os 184 dias letivos de 2015.

Valor Aditado: R\$ 9.326,04 (nove mil, trezentos e vinte e seis reais e quatro centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (64/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (65/2015).

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdevino Martins da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: AIRTON SENA MIOTTO ME, CNPJ nº 08.446.332/0001-06.

Objeto: aditar o item 23, do Contrato nº 022/2015, de 04/02/2015 em 20 km/dia (vinte quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 3.680 km (três mil e seiscentos e oitenta quilômetros), para os 184 dias letivos de 2015.

Valor Aditado: R\$ 11.003,20 (onze mil, três reais e vinte centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (64/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (65/2015).

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Airton Sena Miotto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: Aditar o item 27, do Contrato nº 024/2015, de 04/02/2015 em 12,5 km/dia (doze vírgula cinco quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 2.300 km (dois mil e trezentos quilômetros), para os 184 dias letivos de 2015.

Valor Aditado: R\$ 9.085,00 (nove mil e oitenta e cinco reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (64/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00 (65/2015).

Data de Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: de 05/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Almir Schvans - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 003, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 003, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.161, de 21 de maio de 2014.

Doador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Donatária: Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, CNPJ nº 04.142.272/0001-87.

Objeto: Doação de: a) 01 (um) trator agrícola, marca Massey Ferguson 292/4 818ª, P2978130, série 292-252136, monobloco nº 000T292408C014586, modelo MF 292/4, eixo dianteiro 4x4, rotação nominal do motor 2200rpm, 04 cilindros, 4.100cm³, direção tipo hidrostática, motor 105cv turbo aspirado, estrutura contra capotamento e toldo, transmissão 12x4, embreagem dupla, levante hidráulico 3200kg, potência 540/1000, tanque combustível 190lts, fabricação nacional, ano 2008, com registro patrimonial nº 5197, avaliado no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); b) 01 (uma) carreta agrícola basculante hidráulica, de chapa metálica, 06 toneladas, cor azul, número de série 1198, com registro patrimonial nº 7154, avaliada no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e c) 01 (um) arado subsolador, 5 ferros escarificadores, rebocável por trator, sem desarme, marca MANJA A85, cor vermelha, com registro patrimonial nº 7354, avaliado no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 28 de janeiro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Doador e Iselmar Borges - pela Donatária.

São Miguel da Boa Vista**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 05/2015 FMS.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item para a Contratação de empresa especializada em coleta de lixo hospitalar, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 18/03/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São

Miguel da Boa Vista (SC), 05 de março de 2015.

Valmir Cesar Schroter

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

AVISO DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

AVISO DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS
SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.174/0001-80, com sede na Rua Márcilio Dias, 1199, nesta cidade, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 02/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, lista nominal do profissionais devidamente credenciados pelo chamamento público 01/2015, bem como da data designada para sorteio de profissionais que comporão a subcomissão técnica julgadoras propostas do certame licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2015.

DO OBJETO

1. - O procedimento licitatório tem como propósito a contratação de serviços de publicidade e propaganda, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, nos termos das normas Padrão da Atividade Publicitária do CENP, e de acordo com as disposições traçadas pela Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

DOS PROFISSIONAIS

2. - Os profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas devidamente credenciados por meio do chamamento público 01/2015, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação na modalidade Concorrência Pública, instaurada pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade, foram os abaixo nominados:

2.1 - PROFISSIONAIS QUE MANTÉM VÍNCULO PROFISSIONAL-FUNCIONAL OU CONTRATUAL, DIRETO OU INDIRETO, COM A PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

- KARLA MIOTTO UTZIG
- ANDREA ZANELLA ROLIM BRESCIANI

2.2 - PROFISSIONAIS QUE NÃO MANTÉM NENHUM VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL, DIRETO OU INDIRETO, COM A PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

- IVAN ANSOLIN
- ROBERSON WAGNER
- MÁRCIA DANIEL TONET
- MARCIEL CICHELEIRO
- LIANGE CAROLINE GATTERMANN
- JÉSSICA GRUBER
- DÉBORA DAYANA CECCON PATERNO
- MARIELI CLÁUDIA CANEI SOUTO
- MARCELO JOSÉ BOTH
- GISELE VIZZOTTO

DO LOCAL DO SORTEIO

3. - A sessão pública destinada ao sorteio dos nomes que irão compor a Subcomissão Técnica, acontecerá no dia 11 de março de 2015, às 11:00 horas nas dependências do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, SC, com sede na Rua

Márcilio Dias, 1199.

DO SORTEIO

4.1 - A sessão pública para o sorteio dos nomes que irão compor a Subcomissão Técnica será realizada após a decisão motivada de eventual impugnação, atendido o disposto no § 4º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, garantida a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

4.2- Para a realização da sessão do sorteio que escolherá os membros da Subcomissão Técnica, a relação de inscritos deverá atender os preceitos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

4.3- O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica de acordo com a proporcionalidade do número de membros definidos no artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, sendo que 1/3 (um terço) deles não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura de São Miguel do Oeste.

4.4- O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (www.saomiguel.sc.gov.br).

4.5 - Os profissionais escolhidos para compor a Subcomissão Técnica não serão remunerados.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

5. - As dúvidas relativas a este Aviso Público poderão ser dirimidas pelos interessados, pessoalmente ou pelo telefone (49 - 3631 2030), junto ao Setor de Imprensa da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, no horário de 8:00 às 11h45min, e das 13h30min às 17h45min dos dias úteis, até a data prevista para o sorteio público.

DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - Todas as condições deste Edital serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº 12.232/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.

6.2 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

São Miguel do Oeste/SC, 05 de março de 2015.
TÂNIA MARIA BACIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de bombom de chocolate, ovos de páscoa e demais destinados para as crianças e adolescentes do Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor e para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 19 de março de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de março de 2015.

CLAUDETE MARIA DE OLIVEIRA FABIANI
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de horas máquinas para atender incentivos econômicos nos setores da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço no Município de São Miguel do Oeste - SC, para o exercício de 2015.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 19 de março de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015-PMS

PROCESSO Nº. 36/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada para publicidade de programas, serviços e campanhas de caráter educativo, elaboração e divulgação de informativos de orientação social para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 31 de março de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 31 de março de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS

PROCESSO Nº. 09/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de março de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de março de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015-FMS

PROCESSO Nº. 10/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de março de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de março de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015-PMS

PROCESSO Nº. 33/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de Nobreaks e Estabilizadores, para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de março de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de março de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.257/2015 DE 3 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.257/2015 de 3 de março de 2015

DOTAÇÃO TRANSFERIDA - ENTRE ENTIDADES NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº2.089/2015 de 25 de fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Subvenções Sociais R\$ 18.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior será utilizado recurso proveniente da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Subvenções Sociais R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 03 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.258/2015 DE 3 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.258/2015 de 3 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.089/2015 de 25 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.564,80 (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 7.564,80

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.01 - UNID DE AGRICULTURA**

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 18.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 7.564,80

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.01 - UNID DE AGRICULTURA**

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 18.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de março de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.259/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 3.259/2015, de 4 de março de 2015

ALTERA A DATA DE INICIO DA VIGÊNCIA DA PORTARIA Nº5.089/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Programa CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

Considerando que o mandato dos conselheiros da Portaria nº. 4.186/2011, de 23 de setembro de 2011, somente terminaria em 30/9/2013;

Considerando que a Portaria nº. 5.089/2013, de 18 de abril de 2013 foi publicada dando inicio de vigência dos novos conselheiros por motivos alhures antes da data correta que seria dia 1º/10/2014;

Considerando a imperiosa necessidade de proteger e tornar eficaz o princípio dos atos administrativos, assim como resguardar a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, a normalidade da prestação dos serviços públicos municipais.

DECRETA:

Art. 1º A Portaria nº5.089/2013, de 18 de abril de 2013 passa a vigorar a partir data de 1º de outubro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 4 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 04/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2015 - FAS

Processo de licitação nº. 03/2015-FAS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2015-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua dos Escoteiros, nº 30, Chico de Paula, na Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-730

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Kit's Enxovais para fornecimento de benefício eventual feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conjunto canelado tamanho G, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar.	80	Unidade	24,85	1.988,00
02	Conjunto canelado tamanho M, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar.	80	Unidade	24,85	1.988,00
TOTAL R\$					3.976,00

Valor do contrato: R\$ 3.976,00 (três mil novecentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 05/03/2015 - Vigência: 05/03/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 01/2015-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Kits Enxovais para fornecimento de benefício eventual feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao long						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

1	Conjunto cancelado tamanho G, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	24,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Kits Enxovais para fornecimento de benefício eventual feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao long					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Conjunto canelado tamanho M, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	24,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/03/2015 Válido até: 05/03/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Kit's Enxovais para fornecimento de benefício eventual feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao long

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 3/2015

(7082) - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Schroeder, 5 de Março de 2015.

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 17/2015

DECRETO N.º 17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

“Dispõe sobre a revogação dos termos Cessão de Direito Real de Uso realizado sob os imóveis que se encontram abandonados e sem construções em seus espaços”

HÉLIO ROBERTO CESA, prefeito municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e,

- Considerando que o governo municipal em exercícios anteriores resolveu conceder por contrato administrativo a posse precária de vários imóveis do município sob o regime da Cessão de Direito real de Uso,

- Considerando que o prazo estabelecido da concessão seria de até trinta anos, com ocupação imediata pela construção de residência e comércio, inclusive com a proibição de uso da especulação imobiliária sob qualquer forma.

- Considerando que após anos da concessão, muitas pessoas e empresas beneficiadas não efetivaram o uso do imóvel cedido, os quais continuam abandonados e sem qualquer construção no local.

- Considerando que as dificuldades habitacionais e espaços para a implantação de comércio no município ainda persistem, pois muitas famílias continuam numa condição social injusta.

- Considerando que a administração pública pode anular seus atos ou revoga-los por conveniência ou oportunidade, ainda que esses contratos por serem temporários não gerem direitos adquiridos (Sumula n.º 473 do STF).

DECRETA

Art. 1º - Ficam revogados todos os contratos de “Cessão de Direito Real de Uso” cujos imóveis ainda encontram-se abandonados e sem construções em seus espaços.

Art. 2º - Os cessionários atingidos por essa medida não terão direito algum de indenização, pois não existem benfeitorias nesses imóveis.

Art. 3º - Os cessionários poderão se inscrever novamente no programa habitacional do município.

Art. 4º - Deverão ser canceladas todas as inscrições ou cadastros imobiliários, dos imóveis atingidos por esse decreto, junto à fazenda municipal.

Art. 5º - intimem-se todos os antigos beneficiados do teor do presente Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 100/2015

PORTARIA Nº 100 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE FG AO SERVIDOR VÂNIO LUIZ GEREMIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VÂNIO LUIZ GEREMIAS, CPF nº 075.617.079-91, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsável pelo abastecimento dos veículos da Secretaria de Saúde, a contar de 02/02/2015.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 101/2015

PORTARIA Nº 101, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA CELSO LÚCIO DA LUZ NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente CELSO LÚCIO DA LUZ NETO, brasileiro, CPF/MF sob nº 073.699.199-94, para ocupar a função de Professor de Educação Física, 30h, na Secretaria Saúde, a contar 02/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 102/2015

PORTARIA Nº 102, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº39/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº39/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora ROZA MARIA BONASSA, CPF/MF nº 937.282.949-49, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 103/2015

PORTARIA Nº 103, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº160/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº160/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora SIMONE MENDES MARTINS, CPF/MF nº 823.697.559-20, Merendeira, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 104/2015

PORTARIA Nº 104, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ANDRÉ DE MENECH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANDRÉ DE MENECH, brasileiro, CPF/MF sob nº 067.093.849-18, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 11/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 105/2015

PORTARIA Nº 105, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 46/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VIII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº46/2013, considerando que a servidora FABÍOLA CARDOSO COMIN, brasileiro, CPF nº 036.535.719-79, Digitadora, não terá mais a responsabilidade designada, a contar de 02/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 106/2015

PORTARIA Nº 106 DE 27 DE Fevereiro DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA FABÍOLA CARDOSO COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art.6º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento à servidora FABÍOLA CARDOSO COMIN, CPF/MF nº 036.535.719-79, ocupante do cargo de Digitadora, do Quadro Permanente do Município, a contar de 02/02/2015, pelo período em que estiver ocupando cargo comissionado neste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 107/2015

PORTARIA Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO CÉLIO DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário CÉLIO DA SILVA, Motorista, CPF Nº 533.127.599-00, a contar de 24/02/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de fevereiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIA Nº 108, DE 03 DE MARÇO DE 2015

Determina a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, nomeia comissão sindicante e dá outras providências

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

Considerando a denúncia anônima ofertada via telefone, informando que Servidor da Secretaria de Saúde estaria trabalhando em horários simultâneos neste Município e em outra localidade;
RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância administrativa para apurar denúncia anônima contra servidor da Secretaria de Saúde.

Art. 2º. A comissão sindicante será constituída pelos servidores efetivos: Gladys Lenuzia Kesting, Ghisela Kesting e Paulo Roberto Bettiol, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. A comissão sindicante poderá a qualquer momento, solicitar o afastamento preventivo de servidores, sem prejuízo de remuneração, se julgar conveniente, para esclarecimento dos fatos, garantindo sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 03 de março de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Março de 2015.

PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIA Nº 109, DE 03 DE MARÇO DE 2015

CONTRATA PAMELA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PAMELA GOMES, brasileira, CPF/MF sob nº 065.321.929-61, para ocupar a função de Médico da Estratégia da Família, na Unidade de Saúde da Vila São Jorge, na Secretaria de Saúde, a contar 02/03/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 03 de março de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº 51/2015

PORTARIA Nº 51, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA CLEUZA TRAMONTIN FLOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente CLEUZA TRAMONTIN FLOR, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 753.499.229-04, para ocupar a função de Professora de Artes, 10h em vaga Vinculada de Rosimeri Correa, na CEI Criança Cidadã, a, contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 52/2015

PORTARIA Nº 52, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ZULENIR MAGALI PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ZULENIR MAGALI PÉRICO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 998.679.909-00, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga Vinculada de Lurdes Maria Zuchinalli, na CEIM Olírio Cesa, a, contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 53/2015

PORTARIA Nº 53, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA MÔNICA ROVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MÔNICA ROVARIS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 041.726.529-80, para ocupar a função de Professora de Geografia, 20h em vaga Vinculada de Fabíola Bez, na EEBM Aurora Péterle, a, contar de 09/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 54/2015

PORTARIA Nº 54, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 951.080.689-72, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga Vinculada de Dalvani Baesso Nola, na EEBM Miguel Lazzarin, a, contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 55/2015

PORTARIA Nº 55, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA ANA PAULA AMOROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANA PAULA AMOROSO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 058.372.539-20, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga Vinculada de Tatiana Rodrigues, na EEBM Aurora Péterle, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 56/2015

PORTARIA Nº 56, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA KARINA KLIPPER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente KARINA KLIPPER, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 064.269.269-65, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga Vinculada de Gisele Rosso, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 57/2015

PORTARIA Nº 57, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA MARIONE MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIONE MACIEL, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 025.279.729-93, para ocupar a função de Professora de Ensino Fundamental, 20h em vaga Vinculada de Edilene Alves, na CEI Criança Cidadã, a contar de 04/12/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 58/2015

PORTARIA Nº 58, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA SUELLEN NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SUELLEN NASCIMENTO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 070.172.509-58, para ocupar a função de Professor de Educação Física, 20h em vaga Vinculada de Crisleide Cimolin, na EEMB Miguel Lazzarin, a contar de 09/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 59/2015

PORTARIA Nº 59, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ADRIANA ROSSI ALADI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ADRIANA ROSSI ILADI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 056.895.919-12, para ocupar a função de Professor de Port/Geo/Filosofia, 20h em vaga Vinculada de Kátia Ambrósio e Maurício da Silva, na EEMB Jorge Biff e CEM, a contar de 09/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 60/2015

PORTARIA Nº 60, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA PAULA PÉRICO ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PAULA PÉRICO ELIAS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 097.076.579-79, para ocupar a função de Professor de Italiano, 10h em vaga Excedente, na EEMB Jorge Biff, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 61/2015

PORTARIA Nº 61, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 03/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº03/2015, considerando que a servidora SIMONE APARECIDA CARDOSO, brasileira, CPF nº 827.003.469-04, Professora, solicitou o cancelamento de sua licença.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 62/2015

PORTARIA Nº 62, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA SANTELMA DE QUADRA DE SOUZA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária SANTELMA DE QUADRA DE SOUZA, Assistente administrativo, CPF Nº 769.249.049-04, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 63/2015

PORTARIA Nº 63, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº264/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº264/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora SOFIA MARQUES, CPF/MF nº 052.134.659-27, Auxiliar de Enfermagem - ESF, do Quadro Permanente do Município, a contar de 07/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 64/2015

PORTARIA Nº 64 DE 24 DE Fevereiro DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR VALBERTO BERKENBROCK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art.6º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento ao servidor VALBERTO BERKENBROCK, CPF/MF nº 592.122.259-34, ocupante do cargo de Contador, do Quadro Permanente do Município, a partir de 02/03/2015, pelo período em que estiver ocupando cargo comissionado no Município de Balneário Rincão.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 65/2015

PORTARIA Nº 65, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARILENE MACHADO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da servidora MARILENE MACHADO, CPF Nº 548.497.219-15, Professor MAG ST, de 20h para 40h semanais, na CM Criança Cidadã, a contar de 03/02/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 66/2015

PORTARIA Nº 66, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA NAZARET MARIA FELTRIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente NAZARET MARIA FELTRIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 646.114.269-04, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 03/02/2015 até 31/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 67/2015

PORTARIA Nº 67, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 015.203.159-61, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Jucinéia Nunes, na CEIM Olívio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 68/2015

PORTARIA Nº 68, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 868.704.919-68, para ocupar a função de Professora de Ensino Fundamental, 20h em vaga vinculada de Xênia de Abreu, na CEI Criança Cidadã, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 69/2015

PORTARIA Nº 69, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MILENE FREGNANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MILENE FREGNANI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº854.923.709-44, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Cleonir Moretto Urbano na CEIM Olírio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 70/2015

PORTARIA Nº 70, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº015.203.169-33, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Rita Dassi na

CEIM Olírio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 71/2015

PORTARIA Nº 71, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA NORMA FONTANELA DE NEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente NORMA FONTANELA DE NEZ, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 415.506.419-72, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Estela B. Ronsoni, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 72/2015

PORTARIA Nº 72, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MARLEI ELISETTE VALDATTI SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARLEI ELISETTE VALDATTI SOUZA, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 037.953.139-96, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Carmen P. de Bona, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de Fevereiro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 73/2015

PORTARIA Nº 73, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA JOICE ELEN MACCARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JOICE ELEN MACCARI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 059.526.639-82, para ocupar a função de Professora de Artes, 10h em vaga vinculada de Alessandra Ramiro, na EEBM Aurora Péterle, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 74/2015

PORTARIA Nº 74, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA LUCIANA SIPRIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente LUCIANA SIPRIANO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 018.063.119-50, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Rosângela Cardoso, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 75/2015

PORTARIA Nº 75, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ROSIMERI ANSELMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ROSIMERI ANSELMO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 660.917.729-53, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Maria Lenir B. Gonçalves, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 02/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 76/2015

PORTARIA Nº 76, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MARIA CAROLINA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIA CAROLINA DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 050.759.029-52, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h em vaga vinculada de Lucia Vicente de Mello, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 04/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 77/2015

PORTARIA Nº 77, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 026.310.309-90, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga vinculada de Márcia Salvaro, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 04/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 78/2015

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA ELAINE POSSENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELAINE POSSENTI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 041.648.249-05, para ocupar a função de Professora de Ciências, 20h em vaga vinculada de Claire Marques, na EEBM Jorge Biff, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 79/2015

PORTARIA Nº 79, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA MARIA GORETI BOTINI GREGÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIA GORETI BOTINI GREGÓRIO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 800.546.509-25, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h em vaga vinculada de Marlei Valdatti, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 04/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 80/2015

PORTARIA Nº 80, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA DENISE OLIVO CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DENISE OLIVO CARMINATTI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 037.139.169-50, para ocupar a função de Professora de Português, 20h em vaga vinculada de Eliane Frassetto, na EEBM Miguel Lazarin, a contar de 04/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 81/2015

PORTARIA Nº 81, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA ELAINE BARREIROS DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELAINE BARREIROS DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 022.268.169-17, para ocupar a função de Professora de Educação Física, 10h em vaga vinculada de Iêda Tomasi Ribeiro, na EEBM Miguel Lazarin, a contar de 09/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 82/2015

PORTARIA Nº 82, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
CONTRATA JAIR DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JAIR DA ROSA, brasileiro, CPF/MF sob nº 056.246.899-42, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar 18/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 83/2015

PORTARIA Nº 83, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ITAMAR CECCONI SAVIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ITAMAR CECCONI SAVIO, brasileiro, CPF/MF sob nº 044.844.019-28, para ocupar a função de Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar 02/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 84/2015

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA GILBERTO ZANELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente GILBERTO ZANELATO, brasileiro, CPF/MF sob nº 461.212.009-44, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar 11/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 85/2015

PORTARIA Nº 85 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA VALMIR COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VALMIR COSTA, brasileiro, CPF/MF sob nº 015.664.129-19, para ocupar a função de Guarda, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar 03/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 86/2015

PORTARIA Nº 86 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA JOZILANE DE ARAÚJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JOZILANE DE ARAÚJO, brasileira, CPF/MF sob nº 071.937.809-56, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar 03/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 87/2015

PORTARIA Nº 87 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA GISÉLIA DE SOUZA VICENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente GISÉLIA DE SOUZA VICENTE, brasileira, CPF/MF sob nº 009.631.879-43, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Saúde, a contar 03/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 88/2015

PORTARIA Nº 88 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA SILVANA BORTOLUZZI CORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SILVANA BORTOLUZZI CORAL, brasileira, CPF/MF sob nº 007.365.079-06, para ocupar a função de Fisioterapeuta, na Secretaria Saúde, a contar 03/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 89/2015

PORTARIA Nº 89, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO HENRIQUE KELLER FRUTUOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário HENRIQUE KELLER FRUTUOSO, brasileiro, CPF/MF sob nº 044.123.959-52, para ocupar a função de Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 23/02/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 90/2015

PORTARIA Nº 90, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA ELIDA BEZ FONTANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELIDA BEZ FONTANA, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 059.618.269-45, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h em vaga vinculada de Rosilene Fogaça, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 04/02/2015 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 91/2015

PORTARIA Nº 91 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MÔNICA ANDRÉIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MÔNICA ANDRÉIA DA SILVA, brasileira, CPF/MF sob nº 862.865.959-53, para ocupar a função de Enfermeira Plantonista, na Secretaria Saúde, a partir de 01/03/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 92/2015

PORTARIA Nº 92 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA FRANCIELLE CASAGRANDE DE MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente FRANCIELLE CASAGRANDE DE MIRANDA, brasileira, CPF/MF sob nº 030.505.009-56, para ocupar a função de Técnica de Enfermagem (Plantonista), na Secretaria Saúde, a partir de 01/03/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 93/2015

PORTARIA Nº 93, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA RAFAEL BACKS DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente RAFAEL BACKS DA ROSA, brasileira, CPF/MF sob nº 037.863.959-50, para ocupar a função de Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 02/02/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 94/2015

PORTARIA Nº 94, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA GABRIELE LEANDRO BRAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária GABRIELE LEANDRO BRAZ, CPF/MF sob nº 076.343.469-85, Médico da Estratégia da Família, na Secretaria de Saúde, a contar de 02/02/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 95/2015

PORTARIA Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA MARIA TEREZA BERNARDINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento a servidora MARIA TEREZA BERNARDINI, CPF/MF nº 753.503.949-91, ocupante do cargo de Professora MAG LP, do Quadro Permanente do Município, a partir de 02/03/2015 até 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em 26 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 96/2015

PORTARIA Nº 96, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA MARISTELA BRIGNOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento a servidora MARISTELA BRIGNOLI, CPF/MF nº 518.008.889-53, ocupante do cargo de Enfermeira, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 06 meses, a contar de 04/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em 26 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 97/2015

PORTARIA Nº 97, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATA MAIARA FREITAS MARIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MAIARA FREITAS MARIANO, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 002/2014, CPF/MF sob nº 093.291.179-02, para ocupar a função de Professora de Educação Física, 10h em vaga vinculada de Iêda Tomasi Ribeiro, na CEI Pequeno Príncipe, a contar de 09/02/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 98/2015

PORTARIA N.º 98 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

ALTERA CARGO DA FUNCIONÁRIA FRANCIELE GAVA GUIGUER

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar cargo da funcionária FRANCIELE GAVA GUIGUER, CPF Nº 039.511.439-08, para Odontóloga, a contar de 02/02/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de fevereiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 99/2015

PORTARIA Nº 99, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº95/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº95/2013, passa a vigorar com seguinte redação, a contar de 02/02/2014.

Art. 1º - Conceder Função Gratificada à servidora GHISELA KESTERING, CPF/MF sob nº 674.972.769-72, Técnico de Higiene dental (PSF), do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade controle e distribuição de materiais odontológicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Fevereiro de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 030/2015

DECRETO Nº 030, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.146.223,90 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS
04.02 - DIRETORIA DE OBRAS
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas
4.4.90.00.00.00.00.0503 - Aplicações Diretas R\$ 700.607,74

06.01 - SEC. MUN. BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
1.017 - Construção e Reforma de Un. Habitacionais Populares
4.4.90.00.00.00.00.0503 - Aplicações Diretas..R\$ 445.616,21

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 503.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 25 de fevereiro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 031/2015

DECRETO Nº 031, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Aut. Munic. De Água e Esgoto, crédito suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.036 - Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário
4.4.90.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a

conta do provável excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 25 de fevereiro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 032/2015

DECRETO Nº 032, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS
2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal
4.4.90.00.00.00.00.0510 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

11.01 - DIRETORIA DE CULTURA
1.012 - Cidade Digital
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 510 e 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 25 de fevereiro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 033/2015

DECRETO Nº 033 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SOMBRIO -CMDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Art. 3º da Lei Nº 1785, de 18 de março de 2009.

DECRETA

Art 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico do Município de Sombrio -CMDE, que

passa a ser composto pelas seguintes pessoas:

Ricardo Davi Ayres	Rep. da Prefeitura Municipal de Sombrio
Jair Daboit	Rep. da Prefeitura Municipal de Sombrio
Elias Valdemar Ribeiro	Rep. da Associação Comercial e Industrial de Sombrio -ACIS
Antonio de Matos	Rep. da Câmara de Dirigentes Lojistas de Sombrio -CDL
Carlos Roberto Tonin	Rep. do Banco do Brasil de Sombrio
Fernando Antonio Tartari	Rep. da Caixa Econômica Federal –CEF de Sombrio
Sandoval Miguel Ferreira	Rep. da EPAGRI de Sombrio
Romildo Guolo	Rep. do Sindicato da Ind. Calçadista e Vestuário
Ver. Agenor Colares Gomes	Rep. da Câmara Municipal de Vereadores
Alex Sander Dalla Vecchia	Rep. do Arranjo Produtivo Local (APL) de Calçados
Ademir da Silva	Rep. da Sindicato dos Ceramistas de Sombrio
Alexandre Aparecido de Azevedo	Rep. do Arranjo Produtivo (APL) de Confecções
Sandra Basso	Rep. Dos Empreendimentos Japônes.
Omair Stuart	Rep. do Centro Atacadista Litoral Sul

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º- Fica revogado o Decreto nº 126 de 16 de junho de 2013.

Município de Sombrio-SC, 25 de fevereiro de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE FERRAMENTA DE PESQUISAS E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA EMPRESA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC
Contratado: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA
Vigência: 02/03/2015 a 01/03/2016.

Valor: R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)
BASE LEGAL: inciso II do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 02 de março de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2007, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS (SAMAE) DE SOMBRIO, ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 023/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Damineli faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º . O anexo I (Quadro de Cargos Comissionados do SAMAE), conforme Lei Complementar 06/2007, de 07 de agosto de 2007 passa a vigorar conforme anexo a esta Lei Complementar:

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO
1	Diretor de Meio Ambiente	Equivalente ao Diretor Municipal (nível DAI- 02)

Art. 2º - Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de março de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

TOMADA DE PREÇO 012/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE UBS PORTE III COM ÁREA DE 504,66M², LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO LUIZ, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXO AO EDITAL.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 08h:15 min. do dia 27/03/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 08h:45 min horas do dia 27/03/2015.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00 as 11h:30min e das 13h:30 min as 17h:30min horas em dias úteis, ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, 05 de março de 2015.

Gislane Dias da Cunha
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Timbó**PREFEITURA****PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 149 2014 PMT - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços de mão-de-obra profissional para realização de serviços de manutenção em geral, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, serviços de pintura e serviços elétricos e hidráulicos preventivos e corretivos para atender as necessidades da administração (direta e indireta), com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à sua completa execução.

EMPRESA FORNECEDORA: Francisco Mattos de Lara (MEI)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 297.436,20 (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/12/2015

Timbó, 08/12/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO ADS PREGAO 09 2013**

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contrato nº 19/2013

Processo Licitatório nº 17/2013

Pregão nº 09/2013

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: ADS SERVIÇOS LTDA

Objeto: O objeto deste Aditivo é o reajuste e a repactuação do valor do contrato nº 19/2013 conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2015 reajustando os salários, vale alimentação e vale transporte, estabeleceu pagamento de adicional de insalubridade, além da Edição da Medida Provisória nº 664, de 30 de Dezembro de 2014.

Valor mensal: R\$ 6.935,03.

Assinado: 23 de Janeiro de 2015 pela Câmara Municipal de Timbó (Marcelo Luiz Ferrari - Presidente) e ADS SERVIÇOS LTDA (Murilo Silveira Fleischmann - Sócio)

SAMAE**PORTARIA NO SAMAE -045 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015**

PORTARIA No SAMAE -045 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa Servidores Públicos Municipais para comporem a Comissão Especial de Fiscalização e Controle de bens móveis inservíveis, e reavaliação de bens móveis e imóveis, e dá outras providências.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle dos atos para inutilização definitiva e baixa de bens móveis inservíveis do Patrimônio Público Municipal;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 01, de 05 de novembro de 2013 que dispõe sobre as rotinas de incorporação de bens móveis e imóveis no Patrimônio Público da Administração Direta e Indireta, e,

CONSIDERANDO a necessidade de reavaliação dos bens móveis e imóveis na atualização dos valores,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os Servidores abaixo relacionados para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, e REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Beatriz Zoboli Campregher	Auxiliar de Serviços Administrativos
Diego Zatelli	Fiscal Leiturista
Silvio Sandro Sdrigotti	Chefe de Divisão
Walter Mazzi	Chefe de Divisão

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

CARLA T. R. GEISLER

Diretora Presidente em exercício

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 14/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 14/2015 - Edital Pregão nº. 12/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 18 de março de 2015, Propostas para contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de manta pré-fabricada, a base de asfalto modificado, e estrutura com filme de poliéster de alta densidade, tendo como acabamento na face exposta um filme de alumínio altamente resistente, no mínimo com espessura de 3 mm, (demais especificações conforme edital) para a cobertura do Ginásio Municipal de esportes Ione Ciriaco de Souza, com fornecimento total de material, mão de obra e outros custos que se façam necessários à efetiva instalação.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 18 de março de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 02 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 15/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 15/2015 - Edital Pregão nº. 13/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 19 de março de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE ELETRODOMESTICOS DIVERSOS destinados a Extensão do CMEI Maria Uba de Andrade (Tia Maria).

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 19 de março de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 02 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 16/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Procedimento Licitatório nº. 16/2015 - Edital Pregão nº. 14/2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 19 de março de 2015, Propostas para CONTRATAÇÃO DE DROGARIA / FARMACIA, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE TRES BARRAS, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMERCIO FARMACEUTICO) para fornecimento de medicamentos ao Fundo Municipal de Saúde.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independentemente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 19 de março de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 02 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: TICKET MAIS EVENTOS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada na gestão de até 12.500 ingressos para os shows da III EXPOTÍLIAS, incluindo bobinas personalizadas, suporte técnico durante o evento, acompanhamento 24 horas através de painel de acompanhamento, instalação de ponto de vendas, capacitação dos atendentes e validação dos ingressos vendidos.

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 27/04/2015

VALOR: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, será empregada a dotação orçamentária, do orçamento vigente para 2015:09.01.2017.33.9 0.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 02/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 02 de Março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2015

EXTRATO DE CONTRATO 11/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: HUGO E TIAGO PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA

OBJETO: Contratação de apresentações artísticas com o Sr. Hugo da Rosa dos Santos Alves, em artes HUGO, e o Sr. Tiago Hércules da Silva, em artes TIAGO, que juntos formam a dupla sertaneja HUGO E TIAGO, acompanhados de sua banda, com show de duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, no dia 24 de abril de 2015, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizados as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias.

VALOR: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, será empregada a dotação orçamentária, do orçamento vigente para 2015:09.01.2017.33.9 0.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 23/02/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Fevereiro de 2015.

INEXIGIBILIDADE 15-2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2015 - IL**

Processo Nr.: 16/2015
Data: 23/02/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: HUGO E TIAGO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA
Endereço: R PAPOULA,89 - SALA 2
Cidade: Botucatu - SP
CNPJ: 07.079.867/0001-23

Código: 3373

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de apresentações artísticas com o Sr. Hugo da Rosa dos Santos Alves, em artes HUGO, e o Sr. Tiago Hércules da Silva, em artes TIAGO, que juntos formam a dupla sertaneja HUGO E TIAGO, acompanhados de sua banda, com show de duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, no dia 24 de abril de 2015, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizados as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de apresentações artísticas com o Sr. Hugo da Rosa dos Santos Alves, em artes HUGO, e o Sr. Tiago Hércules da Silva, em artes TIAGO, que juntos formam a dupla sertaneja HUGO E TIAGO, acompanhados de sua banda, com show de duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, no dia 24 de abril de 2015, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizados as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (8885)	UN	50.000,00	50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação dos serviços através de inexigibilidade de licitação, com base no artigo 125, inciso III, da lei 8666/93, tendo em vista estamos diante de um caso de contratação de profissionais do setor artístico, o procedimento licitatório se torna inviável por não haver no mercado outras opções e escolha, sendo que a administração quer contratar shows específicos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 23 de Fevereiro de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2015 - IL**

Processo Nr.: 16/2015
Data: 23/02/2015

Folha: 2/2

23/02/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 23 de Fevereiro de 2015

Valor da Despesa: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Pagamento.....: 03 parcelas mensais e sucessivas

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 016/15

DECRETO 016/15 DE 04 DE MARÇO DE 2015.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano de propriedade de RENATA PROCHNOW, sito a Rua Getúlio Vargas, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 3.507, com área total de 1.607,00 m² (um mil, seiscentos e sete metros quadrados), com área a desmembrar em 02 (dois) Lotes urbanos, sendo Lote A com 286,64 m² (duzentos e oitenta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), confrontando-se a Frente com a Rua Getúlio Vargas em 14,12 metros + 19,70 metros + 8,53 metros, nos Fundos com o Viaduto Hermínio Prada em 4,50 metros, do Lado Esquerdo com área remanescente em 16,47 metros e do Lado Direito com área remanescente em 21,22 metros e Lote B com 1.320,36 m² (um mil, trezentos e vinte metros e trinta e seis decímetros quadrados), confrontando-se a Frente com a Rua Getúlio Vargas e o Viaduto Hermínio Prada em 16,47 metros + 4,50 metros + 21,22 metros, nos Fundos com o Rio Trombudo em 30,50 metros, do Lado Esquerdo com terras de Marcia Debatim e Roberto Skoula em 61,38 metros e do Lado Direito com terras de Renata Prochnow em 51,97 metros.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

PORTARIA 168/15

PORTARIA 168/15 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.
REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base no Art. 32, § 2º da Lei complementar nº 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º- REDUZIR a carga horária em 10:00 horas semanais com redução proporcional dos vencimentos, da servidora pública municipal Sra. ELISANGELA ALTHOFF DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir do mês de Fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 169/15

PORTARIA 169/15 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. JOÃO EDMUNDO FLORIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/01/2006 a 02/01/2010, para o mês de Fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 170/15

PORTARIA 170/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JANICE HOLL-DORF STÜHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme atestado médico emitido em 28 de Fevereiro de 2015, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 28 de Fevereiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 171/15

PORTARIA 171/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. JANETE GOMES DEITOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras, a partir de 02 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 172/15

PORTARIA 172/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. JANETE GOMES DEITOS, para exercer o Cargo de Auxiliar Administrativo do grupo ocupacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 22 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Saúde, a partir da data de 02 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 173/15

PORTARIA 173/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar 1773 de 30 de Abril de 2013, alterada pela Lei 1849 de 09 de Setembro de 2014...

CONSIDERANDO: O Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2014 de 09 de Junho de 2014, da Estratégia Saúde da Família - ESF da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO: o Decreto 102/14 de 01 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Processo Seletivo nº 008/2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear em caráter temporário a Sra. HELENA JUSTINA PASSIG, a ocupar o cargo de provimento temporário de Agente de Saúde Comunitário - ESF, MICRO ÁREA 3 - ESF 2, com carga horária de 40:00 horas semanais, a partir de 02 de Março de 2015.

Art. 2º - A nomeação de que trata o Art. 1º, aplicar-se-á a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação correlata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Janeiro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 174/15

PORTARIA 174/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. PAMELA KARLA KONELL, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributos, a partir de 02 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 175/15

PORTARIA 175/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1798 de 08 de Outubro de 2013, Art. 2º, Anexo II, que altera a Lei Complementar nº 1.479/2006 de 28 de Setembro de 2006 e suas alterações...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Srta. PAMELA KARLA KONELL para o cargo de provimento em comissão de Diretora de Compras, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 02 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 176/15

PORTARIA 176/15 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

REMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o Edital 012/2014 de 24 de Outubro de 2014, referente ao Processo Seletivo para admissão de Merendeiras/Faxineiras em caráter temporário, para atuar na Secretaria da Educação e do Esporte;

CONSIDERANDO o Decreto 167/14 de 10 de Dezembro de 2014 que homologa o Edital 012/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER a servidora pública municipal Sra. MARIA DE LOURDES MILES, ocupante do cargo em provimento temporário de Merendeira, a desempenhar suas funções junto ao CEB. Erica Hasse, em face da implantação do Programa mais Educação do Governo Federal, partir de 03 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 177/15

PORTARIA 177/15 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 012/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 167/14 de 10 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CHALANA SANTIA-GO, à exercer o cargo de provimento temporário de Merendeira, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI. Gente Miúda, no período compreendido entre 03 de Março de 2015 a 22 de Dezembro de 2015, em face da remoção da servidora titular Sra. MARIA DE LOUDES MILES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 178/15

PORTARIA 178/15 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1845 de 29 de Julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais) referente a 02 (duas diárias), para custeio de estadia e alimentação a servidora pública municipal Sra. TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK, que estará participando do 60º Encontro do COSEMS/SC, entre os dias 05 e 06 de Março do corrente ano, no Município de Itá - SC.

Art. 2º - Fixar em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para pagamento de inscrição na participação do evento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Março de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 179/15

PORTARIA 179/15 DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DESABILITA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 008/2014 de 09 de Junho de 2014, da Estratégia da Saúde da Família - ESF da Secretaria da Saúde;

CONSIDERANDO: o Decreto 102/14 de 01 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Processo Seletivo nº 008/2014;

CONSIDERANDO a Portaria 173/15 de 02 de Março de 2015 que nomeia servidor em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARA e torna público que a Sra. HELENA JUSTINA PASSIG, fora DESABILITADA a assumir o Cargo Funcional de Agente de Saúde Comunitário, pela apresentação de declaração de renúncia a nomeação ao cargo, encaminhada ao Departamento Pessoal da Prefeitura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Março de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

Tunápolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS EDITAL 01/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte para Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores com necessidade de deslocamento para participar de Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo e/ou do município, à ordem do Legislativo Municipal.

Aos 27 dias do mês de Fevereiro de 2015, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua da Matriz nº53, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 03.063.493/0001-05, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Sr. Gilberto Lunkes, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Comunidade de Linha São Jorge, interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 726116429-15, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 01/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado nesta Câmara Municipal, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte para Vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Vereadores com necessidade de deslocamento para participar de Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo e/ou do município, à ordem do Legislativo Municipal, conforme pregão presencial nº 01/2015, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor 6209, Tunápolis Tur LTDA - ME, inscrito sob o CNPJ n.º05.303.910/0001-67, com sede na Linha Real, no Município de Tunápolis, telefone: 49)3632-1233, neste ato representado Danilo Kessler, portador do RG n.º 13/R-2.647.053 e do CPF n.º760.386.379-15

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Unid.	Discriminação	Preço Unitário R\$
1	Km rodado	Quilômetros percorridos para participação em Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo, à ordem do Presidente, em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, com veículo tipo VAN com no mínimo: ar condicionado, bancos reclináveis, em bom estado de conservação, capacidade mínima 12 passageiros, com ano de fabricação a partir de 2006, tacógrafo instalado, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN.	2,50

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Câmara de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2015.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 01/2015 que se fará de acordo com a necessidade do Legislativo.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

2.4 A quantidade constante no edital é uma estimativa de consumo, não se obrigando a Câmara à aquisição total.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga o Legislativo a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação

específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o Legislativo, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - A Câmara adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo Legislativo:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pelo Legislativo, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades do Legislativo. A Câmara

encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para o item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Legislativo.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução

destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços solicitados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Legislativo ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Câmara ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 01/2015.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei

nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR - Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados.

6.13 A Prestação dos Serviços deverá ser executada de acordo com as necessidades da Câmara que se apresentarão durante a vigência da Ata de Registro de Preço resultante desta licitação, devendo a licitante vencedora realizar o transporte de acordo com o itinerário elaborado pela Câmara de Vereadores.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 1 (um) ano, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 01/2015 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço a Câmara Municipal de Tunápolis não será obrigada a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.01/2015.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, a Câmara Municipal de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as

sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. A Câmara Municipal de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 01/2015 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa

dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 27 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO LUNKESDANILO KESSLER
Presidente da Câmara Tunápolis Tur LTDA - ME
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:
LIANE JACINTA FINGER HECK
CPF - 855.427.259-53

MADALENA HOFER BAUMGRATZ
CPF - 986.308.149-34

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 05, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal; inciso XXIII, do art. 38, do Regimento Interno; art. 11, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006; em vista também da indicação da Bancada do Partido Progressista/PP, com representação nesta Casa Legislativa, promulga o seguinte:

ATO Nº 05, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR DA BANCADA DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP.

Art. 1º. Nomeia, considerando a Indicação da Bancada do Partido Progressista/PP, com representação nesta Casa Legislativa, FILIPE ECHAMENDI POSSAMAI, portador da Carteira de Identidade nº 5.024.257-1, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 054.818.389-90, para exercer o Emprego em Comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR - Símbolo PC 02, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 02 de março de 2015, lotado no Gabinete da Bancada do Partido acima referido.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga / SC, 02 de março de 2015.

Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0001/15

Extrato do Contrato n. 0001/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IZABEL DE GOES

CPF: 967.129.379-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2015 a 30 de maio de 2015

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0004/15

Extrato do Contrato n. 0004/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA GOMES DE OLIVEIRA

CPF: 527.905.769-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0007/15

Extrato do Contrato n. 0007/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA CORREA DOS ANJOS

CPF: 008.592.539-02

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 15 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015

FUNÇÃO: FISIOTERAPEUTA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0006/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0006/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA

CPF: 061.104.929-57

VIGÊNCIA: de 13 de janeiro de 2015 até 15 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0600/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0600/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: TUANE CRISTINE SAVIAN
 CPF: 070.117.789-69
 VIGÊNCIA: de 16 de julho de 2013 até 25 de abril de 2015
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0703/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0703/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI
 CPF: 794.011.209-00
 VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2014 até 06 de maio de 2015
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0705/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0705/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: PATRICIA MALACARNE DE SOUZA
 CPF: 044.103.769-00
 VIGÊNCIA: de 03 de dezembro de 2014 até 03 de dezembro de 2015
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 27/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E LIMPEZAS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA POLÍCIA CIVIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 19/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

INPREVID**TERMO ADITIVO 004/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE VIDEIRA - FASM

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2011

Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica

Contratado: ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Contratante: FASM

Cláusula Primeira - DO VALOR

A partir da assinatura do presente aditivo, a configuração dos

postos será o que segue:

Cód.	Qtd	Descrição dos Serviços	Valor 2014	% Reaj.	Vlr. Reajuste
6758	1	Monitoramento Sistema Segurança Eletrônica	R\$ 150,90	7,12%	R\$ 161,64

Cláusula Segunda - Em conformidade com o que preceitua o Contrato nº 004/2011, Clausula Terceira - Parágrafo Segundo, que trata do reajuste, acordam as partes em reajustar o valor cobrado mensalmente pelos serviços prestados em 7,12% conforme índice do INPC (FGV) acumulado entre o período de fevereiro/2014 a Janeiro/2015, data base do reajuste conforme contrata ora citado. A partir de 01/02/2015, o valor mensal a ser faturado pelos serviços prestados passa a ser de R\$ 161,64 (Cento e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, que não conflitem com as disposições deste termo aditivo.

Videira, 01 de fevereiro de 2015.

Vilso Vanz

Presidente do FASM

TERMO ADITIVO 004/2011

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2011

Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica

Contratado: ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DO VALOR

A partir da assinatura do presente aditivo, a configuração dos postos será o que segue:

Cód.	Qtd	Descrição dos Serviços	Valor 2014	% Reaj.	Vlr. Reajuste
6759	1	Monitoramento Sistema Segurança Eletrônica	R\$ 162,10	5,26%	R\$ 173,64

Cláusula Segunda - Em conformidade com o que preceitua o Contrato nº 004/2014, Clausula Terceira - Parágrafo Segundo, que trata do reajuste, acordam as partes em reajustar o valor bruto mensalmente pelos serviços prestados em 7,12%, conforme índice do INPC (FGV) acumulado entre o período de fevereiro/2014 a Janeiro/2015, data base do reajuste conforme contrata ora citado. A partir de 01/02/2015, o valor mensal a ser faturado pelos serviços prestados passa a ser de R\$ 173,64 (Cento e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, que não conflitem com as disposições deste termo aditivo.

Videira, 01 de Fevereiro de 2015.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 008/2015

Processo de Licitação 008/2015

Modalidade: Pregão 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÕES DE LANCHES, MARMITAS E ALMOÇOS, PARA A FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 18 de Março de 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 06 de Março de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 001/2015

EDITAL Nº 001/2015 ELEIÇÃO SUPLEMENTAR ESPECIAL EM REGIME DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

ABRE INSCRIÇÕES PARA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE TOTAL EXCEPCIONALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, através do Departamento de Recursos Humanos e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constitucional Federal e de conformidade com a Lei com fundamento no que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 9880/2014, considerando a necessidade de escolha de CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTEs, torna público pelo presente edital a realização de Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital, relativo às etapas deste Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público dar-se-á com a afixação no Painel de Publicações do Município e/ou seus extratos serão publicados na internet, pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todo o edital e possíveis retificações referentes ao andamento do presente Teste Seletivo.

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será executado por intermédio de Comissão composta por cinco representantes sendo os mesmos dos Setores: Jurídico, RH e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, designados através de Portaria.

1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão será objeto de registros em atas.

1.2 Durante toda a realização do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O edital de abertura do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será publicado integralmente no Mural de publicações oficiais, e site da Prefeitura Municipal.

1.4 O Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público, será pelo voto popular, conforme critérios definidos neste Edital.

1.5 A validade do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será a contar da homologação do resultado final, até 09 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO II - DAS VAGAS

2. DAS VAGAS

2.1 O quadro de vagas, para a contratação temporária por excepcional interesse público, tem a seguinte distribuição:

2.1.1 CONSELHEIRO (A) TUTELAR- 02 (duas) vagas, para atuar no Conselho Tutelar de Vitor Meireles, de 17 de abril de 2015 a 09 de janeiro de 2016, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

2.1.2 CONSELHEIRO (A) TUTELAR - 01 (uma) vaga, para atuar no Conselho Tutelar de Vitor Meireles, para suprir a licença gestação, de 02 de fevereiro de 2015 a 1ª junho de 2015, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

2.1.3 CONSELHEIRO (A) TUTELAR - 03 (três) vagas de suplentes, para atuar no Conselho Tutelar de Vitor Meireles, por existência de vacância, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

CAPÍTULO III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição no Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público implica, desde logo, no conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

3.2. As Inscrições serão realizadas na Casa da Cidadania de Vitor Meireles.

3.3. Não serão permitidas inscrições por telefone, correspondência, fax, internet.

3.4. A inscrição do candidato deverá ser única.

Parágrafo único - Conforme a Lei 0880/2014 ficam impedidos de atuar no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e enteado.

3.5. PERÍODO: de 06/03/2015 a 17/03/2015.

3.6. DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES:

3.6.1. As inscrições deverão ser efetuadas na Casa da Cidadania de Vitor Meireles, na Biblioteca Pública Cruz e Souza, recebidas pela Comissão Especial Composta para o pleito, sito a Rua Santa Catarina, número 1069, Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

3.6.2. As inscrições estarão abertas no período de 06/03/2015 a 17/03/2015, no horário das 13h às 17h, observando-se rigorosamente os termos do presente Edital.

3.7. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO:

3.7.1. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os

seguintes documentos:

- a) CPF;
- b) Carteira de Identidade;

- c) Comprovante de Residência mínima de dois anos no município;
- d) Diploma original de Ensino Médio;
- e) Comprovante de idoneidade moral; Certidão de antecedentes criminais (Fórum de Presidente Getúlio)

Observação: O candidato deverá apresentar cópias dos documentos citados acima, acompanhados dos originais, para conferência.

CAPÍTULO IV - DAS IMPUGNAÇÕES

4.1 Terminado o prazo para registro das candidaturas, a Comissão Especial através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará Edital na imprensa, no Mural de Publicações do Município e site da Prefeitura Municipal informando o nome dos candidatos registrados, fixando o prazo de 03 (três) dias úteis para recebimento de impugnação por qualquer entidade ou membro da comunidade.

4.2 Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados para a Comissão Especial para decisão, em 2 (dois) dias úteis.

4.3 Das decisões relativas às impugnações caberá recurso a própria Comissão Especial, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação via edital, que será fixado no Mural de Publicações do Município.

4.4 Interposto recurso, os autos serão novamente encaminhados para a Comissão Especial, que deverá prolatar decisão no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.5 Da decisão final proferida pela Comissão Especial não caberá recurso.

CAPÍTULO V - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

5.1. Vencidas as fases de impugnação e recursos, a Comissão Especial publicará Edital com o nome dos candidatos habilitados ao pleito.

5.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, através do Mural de Publicações do Município e no site da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES

6.1. A data do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional será designada pela Comissão especial, mediante Edital publicado no Mural de Publicações do Município e no site da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, no dia seguinte à homologação da relação de candidatos.

6.2. É vedada propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de abordagem individual e entrevistas.

6.3. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção de locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

6.3. As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pela Comissão Especial.

6.4. A cédula para a escolha dos conselheiros tutelares será rubricada pelos membros da mesa receptoras de votos antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

6.5. A cédula conterá os nomes de todos os candidatos cujo registro de candidatura tenha sido homologado, obedecendo à ordem alfabética das candidaturas, organizada pela Comissão Especial.

6.6. Os cidadãos poderão votar em (6) seis nomes, dos constantes na cédula, sendo nulas as cédulas que contiverem mais de seis nomes assinalados ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante.

6.7. O Município de Vitor Meireles, providenciará a confecção das cédulas no montante necessário para a escolha popular indicada pela Comissão Especial.

CAPÍTULO VII - DA APURAÇÃO E ORDEM DOS ELEITOS

7.1. Aplicar-se-á no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e na apuração dos votos.

7.2. Após a contabilização dos votos, anunciado o resultado, poderão os candidatos apresentar impugnação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, que serão decididas pela Comissão Especial em caráter definitivo, no mesmo prazo.

7.3. Decididas as impugnações a comissão Especial proclamará o resultado da eleição mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de votos recebidos.

7.4. Os 02 (dois) primeiros mais votados serão considerados eleitos para o período suplementar que finda no dia 09 de janeiro de 2016.

7.5. O (3º) mais votado será considerado eleito para o período suplementar para suprir a licença gestação de fevereiro de 2015 a junho de 2015.

7.6. O (4º, 5º e 6º) quarto, quinto e sexto candidatos mais votados serão considerados efetivamente suplentes pela ordem.

7.7. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso

CAPÍTULO VIII - DA POSSE

8.1. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia imediatamente posterior ao término do prazo da decisão das impugnações, ou caso não haja impugnação, do término do prazo para o seu oferecimento.

8.2. Ocorrendo a vacância no cargo, substituição por férias ou licença do titular, assumirá o suplente que tiver obtido maior número de votos.

Vitor Meireles, 04/03/2015

Juarez Lima Varela
Presidente do CMDCA

Lourival Lunelli
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 047/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: UNICASUL CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

Contrato nº: 047/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E TREINAMENTO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ECONÔMICO.

Data da Assinatura: 05/03/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 65.363,33.

DECRETO 034/2015

DECRETO Nº 034/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.431, de 03 de Março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 20.207,67 (vinte mil, duzentos e sete reais, sessenta e sete centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e infantil	
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0019 – CR 96	
R\$.....	20.207,67
TOTAL.....	20.207,67

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos FUNDBE - 40%.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 035/2015

DECRETO Nº 035/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.432, de 03 de Março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Departamento de Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0002	
R\$.....	53.000,00
TOTAL.....	53.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações serão utilizados recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores na fonte de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1431

LEI Nº 1431, DE 03 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor total de até R\$ 20.207,67 (vinte mil, duzentos e sete reais, sessenta e sete centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e infantil	
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0019 – CR 96	
R\$.....	20.207,67
TOTAL.....	20.207,67

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos FUNDBE - 40%.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1432

LEI Nº 1432, DE 03 DE MARÇO DE 2015
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor total de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Departamento de Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0002	
R\$.....	53.000,00
TOTAL.....	53.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações serão utilizados recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores na fonte de recursos próprios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1433

LEI Nº 1433, DE 03 DE MARÇO DE 2015
 AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para o GRUPO DE CONVIVÊNCIA III IDADE DE LINHA DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Linha das Palmeiras, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.391.683/0001-55, do valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais),

para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de materiais de pintura, churrasqueira e cozinha sob medida.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1434

LEI Nº 1434, DE 03 DE MARÇO DE 2015
 AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO FRANCISCO DE LINHA DIVISA DAS ÁGUAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Divisa das Águas, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.556.878/0001-21, no valor de até R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação da cozinha do centro comunitário.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Fica Revogado o inciso IV da Lei Municipal nº 1419 de 18 de Dezembro de 2014.

Xavantina (SC), 03 de Março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 11-2015 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ELIZANDRO CAMPAGNOLO ME, inscrita no CNPJ nº 02.144.017/0001-48, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. ELIZANDRO CAMPAGNOLO, portador do CPF nº 898.050.199-68, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de Empresa(s) para fornecimento de almoço para os servidores do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e Policiais Militares e Cíveis, conforme especificações constantes no anexo "C" do PP 11/2015 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
2	1.500	Unidade	15,00	Almoços na forma de "marmitas" compostos, no mínimo, por: carne, saladas, feijão, arroz, pão, 1 (uma) variedade de massa (macarrão, lasanha) e outra variedade de comida, com peso médio de 1 quilograma e meio litro de refrigerante diverso. Para ser retirado em empresa localizada no Distrito de Linha das Palmeiras.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 11/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de março de 2015.

ELIZANDRO CAMPAGNOLO ME Elizandro Campagnolo	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 11-2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa EDEMAR PRADELLA ME, inscrita no CNPJ nº 11.839.279/0001-18, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. GRASIEL PRADELLA, portador do CPF nº 055.640.849-77, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de Empresa(s) para fornecimento de almoço para os servidores do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e Policiais Militares e Cíveis, conforme especificações constantes no anexo "C" do PP 11/2015 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	1.500	Unidade	15,00	Almoços na forma de "marmitas" compostos, no mínimo, por: carne, saladas, feijão, arroz, pão, 1 (uma) variedade de massa (macarrão, lasanha) e outra variedade de comida, com peso médio de 1 quilograma e meio litro de refrigerante diverso. Para ser retirado em empresa localizada no Distrito de Linha das Palmeiras.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 11/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de março de 2015.

EDEMAR PRADELLA ME Grasiel Pradella	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

Xaxim

PREFEITURA

LEI 4046/2015 AUTORIZA CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVENIO

LEI Nº 4046/2015 de 24 de fevereiro de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM - COAFAX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim - COAFAX, visando eventual repasse de recursos financeiros no importe de até R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), em até 12 (doze) parcelas sucessivas e iguais.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente a serem repassados, dependerão de nova lei autorizativa, desde que acompanhada do referido convênio, tendo em vista a edificação que pretende-se construir pela entidade.

Art. 2º. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da execução do Convênio firmado.

Art. 3º. O prazo do Convênio será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas e conforme resolução nº 014/2012 TCE/SC, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 05 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4045/2015 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015. "ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI 3.855/2013, ATINENTES À MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE TERRENOS URBANOS".

LEI Nº 4045/2015 de 23 de fevereiro de 2015.

"ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI 3.855/2013, ATINENTES À MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE TERRENOS URBANOS".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Acresce o parágrafo segundo ao art. 6º da Lei 3.855/2013:

§ 2º. Não sendo localizado o proprietário, a notificação dar-se-á via DOM (Diário Oficial do Município).

Art. 2º. O parágrafo único do art. 6º da Lei 3.855/2013 passa a ser § 1º.

Art. 3º. O caput do art. 7º da Lei 3.855/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. Lavrado o Auto de Infração o proprietário do imóvel será NOTIFICADO para proceder a limpeza do terreno baldio, no prazo de 10 (dez) dias, ou, já estando limpo, mantê-lo nestas condições, sob pena de aplicação de multa.

Art. 4º. Altera o parágrafo segundo ao art. 10 da Lei 3.855/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º. Para cada 20m² (vinte metros quadrados) lineares do imóvel a ser realizada a limpeza pela municipalidade, o custo para o Erário, a ser repassado ao infrator, será de 1/10 (um décimo) do VR à época da infração.

Art. 5º. Acresce o parágrafo segundo ao art. 11 da Lei 3.855/2013:

§ 2º. Sanadas as irregularidades, será o procedimento arquivado.

Art. 6º. O parágrafo único do art. 11 da Lei 3.855/2013, passa a ser § 1º.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 05 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Associações

AMAVI

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Portugal Telecomunicações Ltda. ME

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio FM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 12h40min, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2015.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 69,22 (sessenta e nove reais e vinte e dois centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2015, a contar de sua assinatura. Data de Assinatura: 05/03/2015.

Assinam: Nilson Francisco Stainsack, Presidente da AMAVI e Raineri Moacir Bertoli, representante legal da Portugal Telecomunicações Ltda. ME.

EXTRATO CONTRATO Nº 08/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rede Serrana de Radiodifusão Ltda.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio FM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 12 horas, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2015.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 93,72 (noventa e três reais e setenta e dois centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2015, a contar de sua assinatura. Data de Assinatura: 05/03/2015.

Assinam: Nilson Francisco Stainsack, Presidente da AMAVI e Iroldo Friese, representante legal da Rede Serrana de Radiodifusão Ltda.

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 004/2015

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIDORES DA AGIR NO DIA 06.03.15 e dá outras providências.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 002/2015 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os preparativos alusivos a inauguração da ampliação da sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no dia 06 de março de 2015;

Considerando que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em face da movimentação de pessoal e prestadores envolvidos neste evento; inclusive porque a AGIR está estabelecida na sede da AMMVI, e porque está também alterará seu expediente regular nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado, em caráter excepcional, o horário de expediente e atendimento ao público na AGIR na data de 06 de março do corrente, cujo horário regular será das 07h00min às 13h00min, de forma ininterrupta e sem expediente no turno vespertino;

Art. 2º - O servidor impedido, por qualquer motivo, de cumprir o horário fixado deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 03 de março de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2014 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Timbó Grande, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1145.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.03.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0034/2014. Pregão Eletrônico nº: 0026. Registro de Preços nº: 0030.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2015 - LEITES E SUPLEMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Monte Carlo, Salto Veloso e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A.P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES

LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0214;

A.P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES

LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0215;

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0216;

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0217;

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0218;

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0219;

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0220;

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0221;

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0222;

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0223;

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0224.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 03.02.2015 à 31.07.2015. PAL nº: 0001/2015. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/2015 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Expediente e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0225;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0226;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0227;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0228;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0229;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº

AT15CIMCATARINA0230;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0231;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0232;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0233;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0234;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0235;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0236;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0237;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0238;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0239;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0240;
 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0241;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0242;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0243;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0244;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0245;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0246;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0247;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0248;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0249;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0250;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0251;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0252;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0253;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0254;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0255;
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA0256.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.02.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0002/2015. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
 EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2015
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA258;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA259;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA260;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA261;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA262;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA263;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA264;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA265;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA266;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA267;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA268;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA269;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA270;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA271;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA272;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA273;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA274;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA275;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA276;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA277;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA278;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA279;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA280;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA281;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA282;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA283;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA284;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA285;
 ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA286;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA287;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA288;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA289;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA290;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA291;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA292;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA293;
 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA294;

[illegible][illegible]

DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA502;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA503;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA504;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA505;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA506;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA507;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA508;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA509;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA510;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-15CIMCATARINA511;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA512;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA513;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA514;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA515;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA516;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA517;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA518;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA519;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA520;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA521;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA522;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA523;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA524;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA525;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA526;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA527;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA528;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA529;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA530;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA531;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA532;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA533;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA534;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA535;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA536;

[illegible]

[illegible]

LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA615;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA616;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA617;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA618;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA619;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA620;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA621;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA622;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA623;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA624;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA625;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA626;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA627;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA628;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA629;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA630;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA631;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA632;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA633;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA634;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA635;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA636;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA637;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA638;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA639;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA640;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA641;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA642;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA643;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA644;
 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA645;
 KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA646;
 KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA647;
 KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA648;
 KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT15CIMCATARINA649;

KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA650;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA651;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA652;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA653;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA654;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA655;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA656;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA657;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA658;
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA659;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA660;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA661;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA662;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA663;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA664;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA665;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA666;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA667;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA668;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA669;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA670;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA671;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA672;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA673;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA674;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA675;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA676;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA677;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA678;
KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA679;
LICIMED DISTRIBUIDORA DEMEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA680;
LICIMED DISTRIBUIDORA DEMEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA681;
LICIMED DISTRIBUIDORA DEMEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA682;

[illegible]

LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA709;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA710;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA711;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA712;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA713;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA714;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA715;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA716;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA717;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
 LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA718;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA719;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA720;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA721;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA722;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA723;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA724;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA725;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA726;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA727;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA728;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA729;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA730;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA731;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA732;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA733;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA734;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA735;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA736;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA737;
 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata
 nº AT15CIMCATARINA738;
 MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO
 HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA739;
 MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO
 HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA740;
 MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO
 HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA741;
 MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO
 HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA742;
 MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO
 HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA743;

[illegible]

AT15CIMCATARINA932;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA933;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA934;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA935;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA936;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA937;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA938;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA939;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA940;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA941;
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A - Ata nº AT-15CIMCATARINA942;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA943;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA944;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA945;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA946;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA947;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA948;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA949;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA950;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA951;
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA952.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.03.2015 à 31.05.2015. PAL nº: 0003/2015. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais ambulatoriais e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiá, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA953;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA954;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA955;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA956;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA957;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA958;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA959;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA960;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA961;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA962;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA963;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA964;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA965;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA966;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA967;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA968;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA969;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA970;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA971;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA972;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA973;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA974;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA975;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA976;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA977;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA978;
BIO BIDS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA979;

[illegible]

LABORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1080;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1081;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1082;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1083;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1084;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1085;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1086;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1087;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1088;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1089;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LA-
BORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA1090;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1091;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1092;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1093;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1094;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1095;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1096;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1097;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1098;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1099;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1100;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1101;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1102;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1103;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1104;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1105;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1106;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1107;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1108;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1109;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1110;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIM-
CATARINA1111;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº
AT15CIMCATARINA1112;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº
AT15CIMCATARINA1113;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº
AT15CIMCATARINA1114;

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1115;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1116;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1117;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1118;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1119;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1120;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1121;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1122;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1123;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1124;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1125;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1126;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1127;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1128.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.03.2015 à 30.06.2015. PAL nº: 0004/2015. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2014 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Iomerê, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA0257.
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 23.02.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0034/2014. Pregão Eletrônico nº: 0026. Registro de Preços nº: 0030.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2015 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1129;
MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1130.
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 27.02.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0034/2014. Pregão Eletrônico nº: 0026. Registro de Preços nº: 0030.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0028/2014 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0028/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Odontológicos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Ibiam, Lebon Régis, Monte Carlo e Tangará, durante o período de 04 de março de 2015 à 30 de abril de 2015.

FORNECEDORES:
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1131;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1132;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1133;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1134;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1135;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1136;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA1137.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.03.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0036/2014. Pregão Eletrônico nº: 0028. Registro de Preços nº: 0032.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0030/2014 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0030/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Expediente, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Fraiburgo, Ibiam, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas e Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1138;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1139;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1140;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1141;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1142;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1143;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1144;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1145.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.03.2015 à 30.04.2015. PAL nº: 0038/2014. Pregão Eletrônico nº: 0030. Registro de Preços nº: 0034.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0004_2015 - REVOLUCION

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO Nº-0004/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA CONTRATADA: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME

CONTRATO: 0010/2014/CIMCATARINA

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de software de controle de Processo Administrativo Licitatório.

OBJETO DO ADITIVO: Alteração de dotação orçamentária, presente na cláusula quarta

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

ELÓI RÖNNAU

DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_ CIMCATARINA_007

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 007/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 531,88 (quinhentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 12.765,12 (doze mil setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos). Data: 24.02.2015. Vigência: 24.02.2015 a 23.02.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 - CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_ CIMCATARINA_008

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 008/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 365,36 (trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 8.768,64 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). Data: 24.02.2015. Vigência: 24.02.2015 a 23.02.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 - CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_ CIMCATARINA_009

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 009/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

CONTRATADA: POSTO MAÇÃ LTDA

OBJETO: Contratação do fornecimento de combustível para abastecimento de veículo pertencente ao CONTRATANTE.

Valor Estimado R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), e o valor total para os 2.000 (dois mil) litros de contratação é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Data: 24.02.2015. Vigência: 24.02.2015 a 31.12.2015. Dispensa de Licitação

Fraiburgo (SC), 05 de março de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

PAMELA A. CAMPRE-
GHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE
AZEVEDO
Membro

CIMVI

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS - CARTA CONVITE Nº 001/2015 - CIMVI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CARTA CONVITE Nº. 01/2015 - CIMVI

Às quatorze horas, do quarto dia, do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas (MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI, INVIOÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP) no processo licitatório Carta Convite nº 01/2015 - CIMVI conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, o preço apresentado pelas empresas para execução dos serviços contínuos de vigilância orgânica desarmada foram os seguintes:

- SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP: R\$ 18.143,22 (dezoito mil cento e quarenta e três reais e vinte e dois centavos) por mês;

- MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA: R\$ 18.401,98 (dezoito mil quatrocentos e um reais e noventa e oito centavos) por mês;

- INVIOÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA: R\$ 18.648,00 (dezoito mil e seiscentos e quarenta e oito reais) por mês;

- CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA: R\$ 18.919,03 (dezoito mil e novecentos e dezenove reais e três centavos) por mês;

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI: R\$ 19.910,94 (dezenove mil e novecentos e dez reais e noventa e quatro centavos) por mês.

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos das propostas ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de custos apresentadas pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

O envelope de proposta da empresa ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, inabilitada no certame, fica disponível para ser retirado junto ao escritório do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, localizado na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas, Timbó/SC.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao CIMVI para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

CIS NORDESTE**EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014**

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2014

PA	Nº ATA	Sequencial Aditivo	Lote	Descrição do Lote	Fornecedor Registrado	Município	Data do Aditivo	Valor Unitário Registrado Lote	Valor Unitário Registrado Lote – Aditivo	Objeto do Aditivo	Quantidade Remanescente
76.27-A	207	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Araquari	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	200
76.27-A	208	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Campo Alegre	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	3.000
76.27-A	209	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Corupá	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	500
76.27-A	210	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Guaramirim	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	2.000
76.27-A	211	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Jaraguá do Sul	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	500
76.27-A	212	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Joinville	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	2.400
76.27-A	214	Primeiro	59	Benzilpenicilina 600.000 + diluente	NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	Rio Negrinho	17/12/2014	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	1.200
76.30-A	229	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Araquari	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	20.000
76.30-A	230	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Campo Alegre	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	100.000
76.30-A	230	Primeiro	440	Polivitamínico -Natele	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Campo Alegre	07/11/2014	R\$ 0,9800	R\$ 0,9082	Redução de Valor	10.000
76.30-A	231	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Corupá	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	30.000
76.30-A	233	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Jaraguá do Sul	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	1.200.000
76.30-A	234	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Joinville	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	2.400.000
76.30-A	234	Primeiro	337	Lovastatina 20 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Joinville	07/11/2014	R\$ 2,9990	R\$ 1,3900	Redução de Valor	4.800.000
76.30-A	234	Primeiro	440	Polivitamínico -Natele	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Joinville	07/11/2014	R\$ 0,9800	R\$ 0,9082	Redução de Valor	600.000
76.30-A	236	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Massaranduba	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	240.000
76.30-A	237	Primeiro	88	Carbonato de Cálcio 1.250 mg	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	São Bento do Sul	07/11/2014	R\$ 0,5177	R\$ 0,4690	Redução de Valor	480.000
76.30-A	232	Primeiro	526	Polivitamínico - Geriplus	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Guaramirim	07/11/2014	R\$ 0,7000	R\$ 0,5800	Redução de Valor	60.000

76.03-A	18	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Campo Alegre	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	15.000
76.03-A	19	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Corupá	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	5.000
76.03-A	20	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Guaramirim	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	5.000
76.03-A	21	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Jaraguá do Sul	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	10.000
76.03-A	22	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Joinville	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	240.000
76.03-A	23	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Massaranduba	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	5.000
76.03-A	25	Primeiro	301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	São Bento do Sul	29/01/2015	R\$ 0,1400	R\$ 0,1400	Troca de Marca	2.400
76.08-A	61	Primeiro	198	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Corupá	29/01/2015	R\$ 0,0530	R\$ 0,0530	Troca de Marca	100.000
76.08-A	62	Primeiro	198	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Guaramirim	29/01/2015	R\$ 0,0530	R\$ 0,0530	Troca de Marca	120.000
76.08-A	63	Primeiro	198	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Jaraguá do Sul	29/01/2015	R\$ 0,0530	R\$ 0,0530	Troca de Marca	100.000
76.08-A	65	Primeiro	198	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Massaranduba	29/01/2015	R\$ 0,0530	R\$ 0,0530	Troca de Marca	80.000
76.18-A	136	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	Araquari	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	33.000
76.18-A	138	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	Corupá	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	5.000
76.18-A	139	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	Guaramirim	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	1.000
76.18-A	140	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	Jaraguá do Sul	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	50.000
76.18-A	142	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	Massaranduba	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	5.000
76.18-A	144	Primeiro	309	LEVODOPA 200MG + BENSE-RAZIDA 50MG	GRAMS & GRAMS LTDA	São Bento do Sul	29/01/2015	R\$ 1,3812	R\$ 1,3812	Troca de Marca	144.000
76.28-A	218	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	Corupá	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ -	Cancelamento	95.000
76.28-A	220	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	Jaraguá do Sul	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ -	Cancelamento	200.000
76.28-A	222	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	Massaranduba	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ -	Cancelamento	77.000
76.21-A	156	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	Corupá	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ 0,0380	Inclusão	95.000
76.21-A	158	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	Jaraguá do Sul	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ 0,0380	Inclusão	200.000
76.21-A	160	Primeiro	166	Diclofenaco de Potássio 50 mg	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	Massaranduba	29/01/2015	R\$ 0,0300	R\$ 0,0380	Inclusão	77.000

76.14-A	109	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Araquari	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	800
76.14-A	112	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Guarami- rim	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	3.000
76.14-A	113	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Jaraguá do Sul	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	4.000
76.14-A	110	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Campo Alegre	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	3.000
76.14-A	111	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Corupá	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	1.000
76.14-A	114	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Joinville	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	31.000
76.14-A	116	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Rio Negri- nho	03/02/2015	R\$ 2,5500		Cancela- mento	5.000
76.14-A	117	Primeiro	60	Benzilpenicilina 1.200.00ui	DIMASTER - COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	São Bento do Sul	03/02/2015	R\$ 2,5000		Cancela- mento	3.600
76.5-A	35	Primeiro	61	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Araquari	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	800
76.5-A	36	Primeiro	62	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Campo Alegre	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	3.000
76.5-A	37	Primeiro	63	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Corupá	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	1.000
76.5-A	38	Primeiro	64	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Guarami- rim	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	3.000
76.5-A	39	Primeiro	65	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Jaraguá do Sul	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	4.000
76.5-A	40	Primeiro	66	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Joinville	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	31.000
76.5-A	42	Primeiro	67	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Rio Negri- nho	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	5.000
76.5-A	43	Primeiro	68	Benzilpenicilina 1.200.00ui	CENTERMEDI-COMER- CIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	São Bento do Sul	03/02/2015		R\$ 4,5000	Inclusão	3.600

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 27/2012

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMUNESC

Contratada: JAMS INFORMÁTICA LTDA - EPP (CNPJ 81.874.026/0001-60)

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato para mais 12 (doze) meses; Reajustar o valor mensal da prestação de serviços de manutenção do sistema CIS/WEB e integração online (via internet) para o CISNORDESTE/SC, municípios consorciados e prestadores de serviços de saúde credenciados ao Consórcio em 7,006338 %, correspondente à variação do IPCA no período; Ratificar demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e seu § 2º, Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 c/c item 5.5 do Contrato Original. Valor do aditivo: R\$ 3.398,79 (três mil, trezentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) ao mês

Vigência: 13/02/2015 a 13/02/2016.

Data do Aditivo: 09 de fevereiro de 2015.

Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

José Alberto Rosa Andrade
JAMS Informática Ltda
CONTRATADA

CIS/AMARP**EXTRATO DE CONTRATO 72 2015**

EXTRATO DE CONTRATO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ALIDA H R FERRAZ - EPP, CNPJ 97.435.127/0001-75, com endereço a Rua Coronel Fagundes, 111, Videira - SC,

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Análises Clínicas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento nº 72/2015.

Prazos: inicia-se em 02 de março de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 02/03/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Ali-da H. R. Ferraz contratada.

CONSÓRCIO CISAMA**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - 05 DE MARÇO DE 2015**

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO CISAMA - LAGES - 05 DE MARÇO DE 2015

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, as quatorze horas, no auditório da AMURES, sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, 112, em Lages, reuniram-se os prefeitos membros do conselho fiscal e a contadora do consórcio, abaixo relacionados, para tratarem da seguinte pauta: 1) Eleição do Presidente do Conselho Fiscal; 2) Demonstrações contábeis e prestação de contas do exercício 2014; 3) Orçamento 2015; 4) Assuntos Gerais. O Diretor Executivo do Cisama deu início a reunião, lendo a pauta e passando a palavra para a contadora Valkyrie Vieira Fabre que conduziu a reunião. 1) Entre os prefeitos presentes foi então eleito o presidente do conselho fiscal para fins de representação durante a prestação de contas 2014, sendo eleito o senhor Arno Tadeu Marian, Prefeito de São José do Cerrito. 2) Na sequência a contadora apresentou a prestação de contas do CISAMA, através do relatório contábil gerencial, demonstrando tudo que foi arrecadado, o que foi gasto, as movimentações contábeis entre as entidades CISAMA e FUNSERRA, os convênios e as principais operações contábeis que geraram economia aos Municípios; após a explanação foi colocado à disposição todos os demonstrativos e documento contábeis do ano em análise, foi constatado que a documentação estava em perfeita ordem e clareza, após análise e esclarecimento de dúvidas, os conselheiros manifestaram PARECER FAVORÁVEL A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE -CISAMA E DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO -FUNSERRA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014, autorizando a submissão dos mesmos a aprovação na próxima Assembléia Geral. 3) Foram novamente apresentados os valores orçados para o ano de 2015, já aprovados na Assembléia Geral de 10 de outubro de 2014, os quais deverão ser fiscalizados pelos novos membros eleitos do conselho fiscal. 4) Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata lavrada por mim, Valkyrie Vieira Fabre, contadora do CISAMA e assinada por todos os presentes.

Lages, 05 de março de 2015.

Arno Tadeu Marian
Prefeito de São José do Cerrito
Presidente do Conselho Fiscal

Sirlei Kley Varela
Prefeita de Cerro Negro
Membro do Conselho Fiscal

Valkyrie Vieira Fabre
Contadora do CISAMA